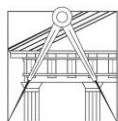




LISBOA

UNIVERSIDADE
DE LISBOA



FACULDADE DE ARQUITETURA
UNIVERSIDADE DE LISBOA

PRÁTICAS DE REABILITAÇÃO EM ÁREAS RURAIS

**Contributos para uma metodologia de intervenção a partir da experiência dos programas
de revitalização de aldeias em Portugal**

Ramo de Doutoramento: Arquitetura

Especialidade: Reabilitação

Fernando Vítor Félix Ribeiro

Orientador científico: Doutor José Manuel Aguiar Portela da Costa

Coorientador científico: Doutor Miguel Reimão Lopes da Costa

Constituição do Júri:

Presidente: Doutora Ana Marta das Neves Santos Feliciano

Vogais: Doutor Francisco José Barata Fernandes

Doutor José Manuel Aguiar Portela da Costa

Doutor João Rosa Vieira Caldas

Doutora Luísa Maria da Conceição dos Reis Paulo

Doutora Isabel Maria Augusta de Sousa Rosa

Tese especialmente elaborada para a obtenção do grau de doutor

Documento definitivo

Lisboa, julho de 2017



PRÁTICAS DE REABILITAÇÃO EM ÁREAS RURAIS

Contributos para uma metodologia de intervenção a partir da experiência dos programas de revitalização de aldeias em Portugal

Ramo de Doutoramento: Arquitetura, Especialidade: Reabilitação

Fernando Vítor Félix Ribeiro

Orientador científico: Doutor José Manuel Aguiar Portela da Costa

Coorientador científico: Doutor Miguel Reimão Lopes da Costa

Constituição do Júri:	Presidente:	Doutora Ana Marta das Neves Santos Feliciano
	Vogais:	Doutor Francisco José Barata Fernandes
		Doutor José Manuel Aguiar Portela da Costa
		Doutor João Rosa Vieira Caldas
		Doutora Luísa Maria da Conceição dos Reis Paulo
		Doutora Isabel Maria Augusta de Sousa Rosa

Tese especialmente elaborada para a obtenção do grau de doutor

Documento definitivo. Lisboa, julho de 2017

Projeto de investigação financiado por fundos nacionais da Fundação para a Ciência e a Tecnologia / Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, através da Bolsa de Individual de Doutoramento BD/76299/2011.

Resumo

A partir de meados dos anos 1990 foram lançadas em Portugal um conjunto de iniciativas de desenvolvimento local em espaço rural e de revitalização e reabilitação de pequenos aglomerados urbanos – “aldeias típicas” – que tinham na mobilização do recurso património e respetiva valorização turística uma das suas principais linhas estratégicas.

Inscrevendo-se num processo mais amplo que abrange, por um lado, o alargamento do conceito de património às suas expressões vernáculas, populares e rurais e a crescente importância concedida à diversificação económica das áreas rurais desfavorecidas – dando especial ênfase ao turismo como fator dinamizador –, e integra alguns sinais de renascimento rural – um rural que é agora mais simbólico que agrícola –, estas iniciativas não deixarão, por outro lado, de retomar, em certa medida e ainda que implicitamente, a ideia do idílio rural, prosseguindo assim uma tradição com raízes já historicamente profundas.

Entre as muitas propostas então lançadas na esteira da ação-piloto do Programa de Recuperação das Aldeias Históricas contam-se os programas das Aldeias do Xisto, Aldeias Vinhateiras e Aldeias do Algarve, constituindo estes quatro os casos de estudo abordados neste trabalho. Tendo como objetivos sistematizar a informação relevante relativa a cada um desses programas, discutir, a montante, as razões que favoreceram a aplicação dessas intervenções, o respetivo enquadramento teórico, a evolução histórica dos processos de intervenção em áreas rurais e as estratégias definidas e efetivamente mobilizadas, e analisar criticamente, a jusante, os problemas, dificuldades e contradições com que estas iniciativas se enfrentaram, a respetiva concretização efetiva, ao nível do projeto e da execução de obra, e a materialização da aplicação dos princípios e práticas de conservação e reabilitação, este trabalho tem em vista, como objetivo central, identificar os pressupostos e princípios que se entende dever associar, como contributos fundamentais, ao desenho de uma metodologia de intervenção em áreas rurais.

Palavras-chave: *áreas rurais, aldeias, revitalização, reabilitação, património vernáculo construído.*

Abstract

From the mid-1990s onwards a set of local development initiatives in rural areas and of revitalization and rehabilitation of small urban centers – the so called "typical villages" –, was launched in Portugal, initiatives which had in the mobilizing of the resource heritage and respective touristic development one of its main strategic lines.

Subscribing to a broader process that includes, on the one hand, the extension of the concept of heritage to their vernacular, popular and rural expressions, and the growing importance accorded to the economic diversification of disadvantaged rural areas – with special emphasis on tourism as a driving factor –, as well as some signs of rural renaissance – a rural that is now more symbolic than agricultural – these initiatives will not fail, however, to return, in a certain extent and even implicitly, to the idea of the rural idyll, continuing a historically deep rooted tradition.

Among the many proposals then launched following the pilot-action of the Program for the Recovery of Historic Villages, where included the programs of the Schist Villages, Douro Wine Villages and Villages of the Algarve, making these four the case studies discussed in this work. Aiming to (i) systematize the relevant information on each of them, (ii) discuss the reasons that favored the implementation of these interventions, their appropriate theoretical framework, the historical evolution of the intervention processes in rural areas and the defined and effectively deployed strategies, and (iii) critically analyze the problems, difficulties and contradictions that these initiatives have met as well as their effective implementation at the level of the project and work execution, and the materialization of the application of the conservation and rehabilitation principles and practices, this work thus intends, as a central goal, to (iii) identify the assumptions and principles that should be assigned, as key contributions, to the design of an intervention methodology in rural areas.

Keywords: *rural areas, villages, revitalization, rehabilitation, built vernacular heritage.*

Agradecimentos

À Ana e à Sara, por tudo.

Ao Doutor José Aguiar e ao Doutor Miguel Reimão, pelo apoio, acompanhamento e orientação, sempre presentes e constantes, pela disponibilidade, pela partilha e, ousou mesmo dizer, pela amizade.

À Dr.^a Isabel Boura, ao Dr. Joaquim Felício, ao Arqt.^o Victor Ferreira e ao Eng.^o Armando Carvalho (CCDRC); ao Dr. Bento Rosado (CCDRA); ao Arqt.^o José Luís Pinto Machado; à Arqt.^a Ana Cunha (CM Fundão); ao Arqt.^o José Afonso (CM Castelo Branco); à Arqt.^a Cláudia Quelhas (CM Sabugal); ao Dr. José Nogueira e ao Arqt.^o Filinto Girão (CCDRN); à Eng.^a Catarina Cruz e à Dr.^a Ana Isabel Neto (CCDRAlg); à Arqt.^a Isabel Valverde (CM Albufeira); ao Arqt.^o Alfredo da Mata Antunes e esposa; à Arqt.^a Mónica Marques (CM Sabrosa); ao Eng.^o Luís Silva (CM de S. João da Pesqueira); ao Arqt.^o Fausto Magalhães (CM Tabuaço); ao Eng.^o Américo Correia e ao Eng.^o Paulo Pimenta (CM Tarouca); ao Arqt.^o João Marujo (CM Almeida); ao sr. José Nunes, pela disponibilidade e informações prestadas.

Ao Dr. Joaquim Sebastião (Biblioteca/Arquivo do GPP - Gabinete de Planeamento, Políticas e Administração Geral do Ministério da Agricultura) e ao Dr. José Soares (Biblioteca Geral da UÉvora) e a todos aqueles que, embora não mencionados, prestaram o seu melhor serviço no apoio às pesquisas e contactos efetuados nos diversos serviços, arquivos e bibliotecas consultados.

Ao CIAUD - Centro de Estudos de Arquitetura, Urbanismo e Design da Faculdade de Arquitetura da Universidade de Lisboa, pelo acolhimento e apoio.

À Fundação para a Ciência e a Tecnologia pelo financiamento através da Bolsa de Doutoramento SFRH/BD/76299/2011.

Glossário de abreviaturas e acrónimos

AA, PAH	Aldeias do Algarve; Programa das Aldeias do Algarve
ABD	Áreas de baixa densidade
ACP	Aldeias de Castelo e Património
ADETURN	Associação de Turismo do Norte de Portugal
ADIRAM	Associação de Desenvolvimento da Rede de Aldeias de Montanha
ADL	Associação de desenvolvimento local
ADTAHP	Associação de Desenvolvimento Turístico Aldeias Históricas de Portugal
ADXTUR	Agência para o Desenvolvimento Turístico das Aldeias do Xisto
AGRIS	Medida Agricultura e Desenvolvimento Rural dos PO de âmbito regional
AH, PAH	Aldeias Históricas; Programa das Aldeias Históricas
AIBT	Ações Integradas de Base Territorial
AML-AF	Arquivo Municipal de Lisboa – Arquivo Fotográfico
AMPV	Associação de Municípios Portugueses do Vinho
ATA	Associação do Turismo de Aldeia
ATAHCA	Associação de Desenvolvimento das Terras do Alto Homem, Cávado e Ave
AV, PAV	Aldeias Vinhateiras, Programa das Aldeias Vinhateiras
AVAP	Aire de mise en Valeur de l'Architecture et du Patrimoine (França)
AVNA	Ação de Valorização do Norte Alentejano
AX, PAX	Aldeias do Xisto; Programa das Aldeias do Xisto
BEI	Banco Europeu de Investimento
BER, SBER	Bem Estar Rural; Secção de Bem Estar Rural (JCI)
CA	Colónia agrícola
CAL	Comissão de acompanhamento local
CBD	Central business district
CCR, CCDR	Comissão de Coordenação Regional (1979-2003); Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional (atual designação adotada em 2003)
CCRA, CCDRA	Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo
CCRAIg, CCDRAIg	Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Algarve
CCRC, CCDRC	Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro
CCRN, CCDRN	Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte
CdA	Contratos de Aldeia
CdE	Conselho da Europa
CE	Comissão Europeia
CEC	Commission of the European Communities (Comissão das Comunidades Europeias)
CEE	Comunidade Económica Europeia
CEEP	Centro de Estudos de Etnologia Peninsular
CEMAT	Conférence du Conseil de l'Europe des Ministres responsables de l'aménagement du territoire (Conferência dos Ministros responsáveis pelo Ordenamento do Território do Conselho da Europa)
CIAM	Congrès Internationaux d'Architecture Moderne (Congressos Internacionais de Arquitetura Moderna)
CM	Câmara Municipal
CNA	Congresso Nacional de Arquitetura
CNT	Congresso Nacional de Turismo
CODA	Concurso para a Obtenção do Diploma de Arquiteto
CPR	Communes du patrimoine rural (França)
CRUARB	Comissariado para a Renovação Urbana da Área da Ribeira-Barredo (Porto)
CTT	Correios, Telégrafos e Telefone (Correios de Portugal, S.A., na designação oficial atual)

DATAR	Délégation interministérielle à l'aménagement du territoire et à l'attractivité régionale (França)
DEN	Direcção de Edifícios do Norte (serviço regional da DGEMN)
DES	Direcção de Edifícios do Sul (serviço regional da DGEMN)
DESTEQUE	Associação para o Desenvolvimento da Terra Quente
DGDR	Direção Geral do Desenvolvimento Regional
DGEMN	Direção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais
DGSA	Direção Geral dos Serviços Agrícolas
DGSU	Direção Geral dos Serviços de Urbanização
DGT	Direção Geral do Turismo
DL	Decreto-Lei
DR	Diário da República
EBAL, ESBAL	Escola de Belas Artes de Lisboa (até 1950); Escola Superior de Belas Artes de Lisboa (designação adotada entre 1950 e 1991)
EBAP, ESBAP	Escola de Belas Artes do Porto (até 1950); Escola Superior de Belas Artes do Porto (designação adotada entre 1954 e 1991)
ECC	European Communities Commission (Comissão das Comunidades Europeias)
ECOVAST	European Council for the Village and the Small Town (Conselho Europeu para as Aldeias e Vilas)
ECP	European Citizens' Panel (Painel dos Cidadãos Europeus)
EDIA	Empresa de Desenvolvimento e Infraestruturas do Alqueva, S.A.
EEA Grants	European Economic Area Grants (Mecanismo Financeiro do Espaço Económico Europeu)
EFMA	Empreendimento de Fins Múltiplos do Alqueva
EMP	Exposição do Mundo Português
EN	Estrada Nacional
EPDPUA	Estudo de prospecção e defesa da paisagem urbana do Algarve
EU	European Union (União Europeia)
EuroMed	Euro-Mediterranean Partnership (Parceria Euro-mediterrânica)
Eurostat	Gabinete de estatísticas da União Europeia
FATA	Federação dos Agricultores de Trás-os-Montes e Alto Douro
FCG-BA	Fundação Calouste Gulbenkian – Biblioteca de Arte
FEADER	Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural
FEAGA	Fundo Europeu de Garantia Agrícola
FEDER	Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional
FEOGA	Fundo Europeu de Orientação e Garantia Agrícola
FSE	Fundo Social Europeu
GAL	Grupo de Ação Local
GAT	Gabinete de Apoio Técnico
GestAlqueva	Sociedade de Aproveitamento das Potencialidades das Albufeiras de Alqueva e Pedrógão, S.A.
GPPAA	Gabinete de Planeamento e Política Agro-Alimentar
GTAA	Gabinete Técnico de Apoio às Aldeias
GTL	Gabinete Técnico Local
HE, HE-FCP	Habitacões Económicas - Federação das Caixas de Previdência
IARP	Inquérito à Arquitectura Regional Portuguesa
ICOMOS	International Committee on Monuments and Sites (Comissão Internacional dos Monumentos e Sítios)
IFOP	Instrumento Financeiro de Orientação da Pesca
IGESPAR	Instituto de Gestão do Património Arquitectónico e Arqueológico
IHR	Inquérito à Habitação Rural
IHRU	Instituto da Habitação e Reabilitação Urbana
INC	Instituto Nacional de Colonización (Espanha)
INSEE	Institut national de la statistique et des études économiques (França)
INTERREG	Programa de iniciativa comunitária que se destina a incentivar a cooperação transfronteiriça, transnacional e inter-regional

IO	Intervenção Operacional
IPPAR	Instituto Português do Património Arquitectónico e Arqueológico
IPPC	Instituto Português do Património Cultural
JCI	Junta de Colonização Interna
LEADER, PIC LEADER	Ligações entre Ações de Desenvolvimento da Economia Rural, programa de iniciativa comunitária
LNEC	Laboratório Nacional de Engenharia Civil
MA	Ministério da Agricultura
MAMAOT	Ministério da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território
MITR	Metodologias de Intervenção e Técnicas de Reabilitação
MOP, MOPC, MOPTC	Ministério das Obras Públicas; Ministério das Obras Públicas e Comunicações; Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações
NH	Núcleo Histórico
NHA	National Heritage Area (EUA)
NPS	National Park System (EUA)
NUTS	Nomenclatura das unidades territoriais para fins estatísticos
OCDE, OECD	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico
OID	Operação Integrada de Desenvolvimento
OMT, UNWTO	Organização Mundial de Turismo (United Nations World Tourism Organization)
ONG	Organizações não governamentais
OPAH	Opération Programmée d'Amélioration de l'Habitat (França)
PA	Projecto Aldeia
PAC	Política Agrícola Comum
PAdC	Programa das Aldeias do Côa
PAF	Programa das Aldeias Fronteiriças
PdAH	Pays d'art et d'histoire (França)
PAM	Programa das Aldeias de Montanha
PAQG	Programa das Aldeias de Quarta Geração
PATQ	Programa das Aldeias da Terras Quente
PBVF	Les plus beaux villages de France (França)
PCC	Petites cités de caractère (França)
PDM	Plano Diretor Municipal
PDR	Plano de Desenvolvimento Regional
PEDIZA	Programa Específico de Desenvolvimento Integrado da Zona Alentejo
PEDRAA	Programa Específico de Desenvolvimento da Região Autónoma dos Açores
PEP	Pôles d'économie du patrimoine (França)
PER	Pôles d'excellence rural (França)
PGDSAX	Plano Global de Desenvolvimento Sustentado das Aldeias do Xisto
PGI	Plano Global de Intervenção
PI	Plano de Intervenção
PIC	Programa de Iniciativa Comunitária
PIDDAC	Programa de Investimentos e Despesas de Desenvolvimento da Administração Central
Pinus Verde	Associação de Produtores Florestais, Apícolas e Agro-Pecuários de Bogas (Associação de Desenvolvimento)
PIOTADV	Plano Intermunicipal de Ordenamento Territorial do Alto Douro Vinhateiro
PNPOT	Programa Nacional de Política de Ordenamento do Território
PNR	Parc naturels régionaux (França)
PNT	Plano Nacional de Turismo
PO	Programa Operacional
POAAP	Plano de Ordenamento das Albufeiras de Alqueva e Pedrógão
POPRAAM	Programa Operacional Plurifundos da Região Autónoma da Madeira
PORA	Programa Operacional Regional do Alentejo

PORLVT	Programa Operacional da Região de Lisboa e Vale do Tejo
PP	Plano de Pormenor
PPDR	Programa Promoção do Potencial de Desenvolvimento Regional
PPRU	Plano de Pormenor de Reabilitação Urbana
PPS	Plano de Pormenor de Salvaguarda
PRAUD	Programa de Recuperação de Áreas Urbanas Degradadas
PRCR	Programa de Recuperação de Centros Rurais
PROA	Programa Operacional Algarve
PROAlgarve	Programa Operacional Regional do Algarve
PROAM	Programa Operacional Regional do Alto Minho
PROCENTRO	Programa Operacional da Região Centro
PROCOM	Programa de Apoio à Modernização do Comércio
ProDeR	Programa de Desenvolvimento Rural
PRODESREDI	Programa de Desenvolvimento Económico e Social Regionalmente Diferenciado 1989-1992
PRODR	Programa de Desenvolvimento Regional
Prestígio	Programa de apoio a projetos estruturantes de valorização do interior do Algarve
Prolocal	Intervenção integrada para o desenvolvimento e diversificação económica no interior do Algarve
Sofia	Programa de apoio à criação de redes de inovação e conhecimento [no interior do Algarve]
PRONORTE	Programa Operacional da Região do Norte
PROZEA	Plano Regional de Ordenamento do Território da Zona Envolvente do Alqueva
PRU	Programa de Reabilitação Urbana
PRVAHA	Programa de Valorização de Vilas e Aldeias Históricas do Alentejo
QCA	Quadro Comunitário de Apoio
QREN	Quadro de Referência Estratégica Nacional
RehabiMed	Rehabilitation of Traditional Mediterranean Architecture
SAAL	Serviço de Apoio Ambulatório Local
SPIDOURO	Sociedade de Promoção de Empresas e Investimentos do Douro e Trás-os-Montes
SPN, SNI	Secretariado da Propaganda Nacional (1933-1945); Secretariado Nacional da Informação, Cultura Popular e Turismo (designação adotada a partir de 1945)
TER	Turismo no espaço rural
TERN	Turismo em espaços rurais e naturais
TURIHAB	Associação do Turismo de Habitação
UE	União Europeia
UNESCO	United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization (Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura)
URBCOM	Sistema de Incentivos a Projetos de Urbanismo Comercial
VA	Villes d'art (França)
VAH	Villes d'art et d'histoire (França)
VPAH	Villes et pays d'art et d'histoire (França)
Wine Villages	Associação de Desenvolvimento da Rede de Aldeias Vinhateiras do Douro
ZEP	Zona Especial de Proteção
ZH	Zona Histórica
ZPPAUP	Zone de Protection du Patrimoine Architectural, Urbain et Paysager (França)

Índice geral

Introdução	1
1. Discursos, propostas e intervenções em áreas rurais em Portugal: do Estado Novo aos programas das aldeias (1933-1994)	9
1.1. Antecedentes: da “descoberta do povo” à encenação da ruralidade	9
1.1.1. A tradição <i>desejada</i> : da pastoral romântica à demanda da <i>casa portuguesa</i>	9
1.1.2. A tradição <i>recusada</i> : o modernismo efêmero da <i>geração do compromisso</i>	12
1.2. A tradição <i>encenada</i> : da <i>política do espírito</i> ao espírito de uma política - eis a <i>casa portuguesa, com certeza</i>	15
1.2.1. Concurso da Aldeia mais Portuguesa de Portugal: a invenção de tradições	15
1.2.2. O ruralismo encenado nas Comemorações do Duplo Centenário da Fundação e Restauração de Portugal de 1940	21
1.2.3. Reconstituição das aldeias portuguesas na EMP: entre a ficção e a rur(re)alidade	24
1.2.4. O Portugal dos Pequenitos: <i>disney(rural)world</i> à portuguesa	39
1.2.5. Pousadas regionais, casalinhos e casas de campo e praia: notas para um turismo <i>saudável, campesino</i>	42
1.2.6. Estradas pitorescas, tintas e flores: um rural maquilhado fica mais bem apresentado	59
1.2.7. Bairros económicos: o idílio rural em espaço urbano na <i>lição</i> [também urbanística] de Salazar	61
1.2.8. Escolas e estações de correio: o Estado rural	66
1.3. Intervenções em áreas rurais no Estado Novo: a colonização interna e o <i>bem-estar rural / renovação aldeã</i>	81
1.3.1. A colonização interna e o <i>bem-estar rural / renovação aldeã</i> no âmbito da política agrária do Estado Novo	81
1.3.2. Colónias agrícolas: a cidade-jardim em versão rural	83
1.3.3. <i>Bem estar rural / renovação rural</i> : um programa de revitalização / recuperação de aldeias <i>avant la lettre</i> ? ..	93
1.4. A tradição <i>reinterpretada</i> : revisões (pós)modernas ou a emergência de uma <i>terceira via</i>	123
1.4.1. A <i>novíssima geração</i> modernista e a (re)descoberta da importância das permanências e constantes da arquitetura portuguesa	123
1.4.2. Da importância da Escola do Porto na (re)descoberta do mundo rural e na pesquisa formal em torno da (re)interpretação da tradição arquitetónica	127
1.4.3. <i>Novas casas portuguesas</i>	130
1.5. A tradição <i>revisitada</i> : entre a conservação e o simulacro	135
1.5.1. As aldeias revisitadas pela democracia (1974-1994): da <i>dinamização cultural</i> aos programas de revitalização de aldeias	135
2. Os Programas de revitalização de aldeias em Portugal (1994-2007)	145
2.1. Da (re)descoberta à (re)afirmação da ruralidade: os programas de revitalização de aldeias	145
2.1.1. O impulso das políticas e dos apoios comunitários: dos Fundos Estruturais aos Planos Operacionais	145
2.1.2. Anterior Regulamento (1986-1988) e QCA I 1989-1993	148
2.1.3. QCA II 1994-1999	149
2.1.4. QCA III 2000-2006	151
2.2. Os Programas de revitalização de aldeias em Portugal: quadro síntese	155
2.2.1. Do Programa das Aldeias Históricas à disseminação de iniciativas	155
2.2.2. Programa de Recuperação das Aldeias Históricas de Portugal	173
2.2.3. Programa das Aldeias do Xisto	179
2.2.4. Programa das Aldeias Vinhateiras	187
2.2.5. Programa de Revitalização das Aldeias do Algarve	191
2.3. Os Programas de Revitalização das Aldeias em Portugal: análise crítica	197

2.3.1. Do programa ao plano	197
2.3.2. Do plano ao projeto e à execução	211
2.4. Outras experiências internacionais de intervenção em áreas rurais	245
2.4.1. Introdução	245
2.4.2. <i>Dorferneuerung</i> / <i>Dorfentwicklung</i> , a renovação e o desenvolvimento das aldeias na Europa central	245
2.4.3. <i>Heritage Areas</i> , parques patrimoniais e ecomuseus (nos EUA e na Europa)	249
2.4.4. <i>Pays d'art et d'histoire</i> / <i>Pôles d'économie du patrimoine</i> : marcas identitárias de uma política francesa de divulgação do património e educação para a sua preservação	253
2.4.5. RehabiMed, uma proposta metodológica para a reabilitação da arquitetura tradicional da bacia do Mediterrâneo	260
3. Síntese conclusiva	267
4. Contributos para uma metodologia de intervenção de revitalização/reabilitação em áreas rurais ..	283
4.1. Princípios fundamentais a observar no desenho e implementação de um processo de intervenção de revitalização/reabilitação em áreas rurais	283
4.1.1. Enquadramento introdutório	283
4.1.2. Princípios fundamentais a observar	286
Bibliografia	301
 Anexo 1: Enquadramento territorial, histórico, teórico e disciplinar	A1-1
A1.1. Áreas rurais: clarificação e delimitação do âmbito territorial de análise	A1-3
· Campo vs. cidade, rural vs. urbano: da emergência do par dicotómico à proposta da sua superação.....	A1-3
· Espaço urbano vs. espaço rural: uma dicotomia (ainda) com sentido?	A1-7
· A delimitação do rural em Portugal	A1-10
· O rural de baixa densidade e as zonas desfavorecidas	A1-14
A1.2. Património: evolução dos conceitos e práticas nos domínios da salvaguarda e conservação patrimonial	A1-17
· Antiguidades, monumento e monumento histórico: o monumento enquanto objeto/testemunho singular	A1-17
· Património e património urbano: do objeto ou testemunho singular ao seu conjunto e ao seu contexto....	A1-20
· Património/patrimónios, bens culturais, materialidade e imaterialidade: mundialização, expansão e fragmentação do âmbito e dos conceitos ou a emergência do <i>mito de Noé</i>	A1-22
A1.3. Património vernáculo: o seu lugar na evolução dos conceitos de património e atual enquadramento.....	A1-31
· Do quotidiano não reza (ainda) a história: arquitetura doméstica, arquitetura pobre e arquitetura menor ..	A1-31
· Do <i>mito de Noé</i> ao conceito de território-património: homem, arquitetura, construção, paisagem, território, cultura	A1-38
· Vernáculo, regional, popular, rural: breve subsídio para a clarificação de conceitos	A1-45
A1.4. Práticas patrimoniais e conservativas em Portugal: das suas origens à atualidade	A1-51
· Do Alvará Régio de 1721 à 1ª República: casuísmo e práticas singulares.....	A1-51
· Primeira República e Estado Novo: poder, propaganda e uma prática ancorada a um programa (político e ideológico)	A1-57
· Os últimos 30 anos do século XX: democracia, descentralização, cidadania e património	A1-64
A1.5. Património, reabilitação e turismo: a trilogia da nova ruralidade	A1-71
· Do rural agrícola ao rural multifuncional com valor patrimonial	A1-71
· Património, reabilitação e turismo em áreas de baixa densidade: do círculo vicioso ao triângulo virtuoso? ..	A1-77
· Turismo: solução ou problema?	A1-80
· O turismo no espaço rural em Portugal: breve síntese histórica.....	A1-90
Bibliografia	A1-97
 Anexo 2: Quadros e tabelas	A2-1
Bibliografia	A2-95

Índice de figuras, mapas, quadros e tabelas

Figuras

1.1:	Liceu Diogo de Gouveia, Beja. Autor: Estúdio Mário Novais: s.d. Fonte: Fundação Calouste Gulbenkian (FCG), Biblioteca de Arte (BA)	12
1.2:	Exposição do Mundo Português (EMP) de 1940, vista aérea panorâmica. Autor: Horácio Novais, s.d. Fonte: FCG-BA	13
1.3:	Monsanto. Autor: Vítor Ribeiro (VR), 2009	16
1.4:	Alte. Autor: <i>Idem</i> , 2014	19
1.5:	Aljubarrota. Autor: <i>Idem</i> , 2013	19
1.6:	Paul. Autor: <i>Idem</i> , 2013	19
1.7:	Salvada. Autor: <i>Idem</i> , 2013	19
1.8:	Estação Marítima de Alcântara, Lisboa. Autor: Estúdio Mário Novais, 1982. Fonte: FCG-BA	23
1.9:	Aeroporto de Lisboa. Autor: <i>Idem</i> , 194-. Fonte: FCG-BA	23
1.10:	EMP 1940: planta geral / perspectiva. Autores: Fred Kradolfer (perspetiva); Mário Novais (fotografia), 1940. Fonte: FCG-BA	28
1.11:	A reconstituição das aldeias portuguesas na EMP 1940. Autor: Casimiro S. Vinagre, 1940. Fonte: FCG-BA .	28
1.12:	EMP 1940, vista panorâmica do recinto das aldeias portuguesas. Autor: Eduardo Portugal, 1940. Fonte: Arquivo Municipal de Lisboa (AML), Arquivo Fotográfico (AF)	28
1.13:	EMP 1940, recinto das aldeias portuguesas: figurante em cena interior. Autor: Casimiro S. Vinagre, 1940. Fonte: FCG-BA	29
1.14:	EMP 1940, recinto das aldeias portuguesas: figurantes em cena exterior. Autor: Mário Novais, 1940. Fonte: FCG-BA	29
1.15:	EMP 1940, recinto das aldeias portuguesas em fase de construção. Autor: Kurt Pinto, 1940(?). Fonte: AML-AF	29
1.16:	EMP 1940, recinto das aldeias portuguesas: em fase de construção. <i>Idem. Ibidem</i>	29
1.17:	EMP 1940, aldeias portuguesas: núcleo representativo de Trás-os-Montes, Beira Alta e Beira Baixa. Autor: Eduardo Portugal, 1940. Fonte: AML-AF	31
1.18:	EMP 1940, aldeias portuguesas: núcleo representativo do Minho, Douro Litoral e Beira Litoral. <i>Idem. Ibidem</i>	31
1.19:	EMP 1940, aldeias portuguesas: núcleo representativo da Estremadura e Ribatejo. <i>Idem. Ibidem</i>	31
1.20:	EMP 1940, aldeias portuguesas: núcleo representativo do Alto Alentejo e do Baixo Alentejo. <i>Idem. Ibidem</i> ..	31
1.21:	EMP 1940, aldeias portuguesas: núcleo representativo do Algarve. Autor: Casimiro S. Vinagre, 1940. Fonte: FCG-BA	32
1.22:	Exposição Internacional de Nova Iorque (1939): a tipificação da arquitetura da região algarvia na maquete representativa das províncias portuguesas. Autor não identificado. Digitalização de <i>Revista oficial do Sindicato Nacional dos Arquitectos</i> , n.º 9 (abril/junho 1939), p. 267	32
1.23:	EMP 1940, secção colonial: recinto. Autor: Casimiro S. Vinagre, 1940. Fonte: FCG-BA	33
1.24:	EMP 1940, secção colonial: figurantes. <i>Idem. Ibidem</i>	33
1.25:	EMP 1940, o recinto das aldeias portuguesas na proposta de Raul Lino (alçado nascente). Autor: Raul Lino, <i>Exposição do Mundo Português: aldeias portuguesas</i> . Fonte: FCG-BA, Espólio Raul Lino	34
1.26:	EMP 1940, o recinto das aldeias portuguesas na proposta de Raul Lino (planta geral). <i>Idem. Ibidem</i>	34
1.27:	EMP 1940, o recinto das aldeias portuguesas na proposta de Raul Lino (núcleo da Estremadura). <i>Idem. Ibidem</i>	35
1.28:	EMP 1940, secção das aldeias portuguesas: excerto da planta geral da exposição. Autor e data não identificados (imagem adaptada por VR, 2016). Fonte: Arquivo Histórico do MOPTC, fundo CEMP 1939/1940	37
1.29:	O Portugal dos pequenitos em 1940. Autor não identificado. Digitalização de <i>Portugal: 1940</i> , SPN (org.), Comissão Executiva dos Centenários, 1940, s.p	41
1.30:	"Assim... não! Fisionomia frequente de hotéis de segunda ordem e pensões da província portuguesa / Assim... sim! Modelo de cara lavada e risonha, a usar, de futuro, pelas pousadas, estalagens e hospedarias	

	portuguesas". <i>Cartilha da Hospedagem Portuguesa</i> , SPN, 1941, s.p. Fonte: http://venerandomatos.blogspot.pt/2009/08/cartilha-de-hospedagem-portuguesa_3504.html	44
1.31:	"Assim... não! Figurinos – o condenável e o recomendável – do pessoal que hospedeiros devem despedir ou utilizar". <i>Idem. Ibidem</i>	44
1.32:	Hotel de Turismo de Castelo Branco. Autor e data não identificados. Fonte: http://restosdecoleccion.blogspot.pt/	47
1.33:	Hotel de Turismo da Guarda. <i>Idem. Ibidem</i>	47
1.34:	Pousada de São Gonçalo, Amarante. Autor e data não identificados. <i>Idem. Ibidem</i>	49
1.35:	Pousada de Santo António, Serém do Vouga. Autor: Mário Novais, s.d. Fonte: FCG-BA	49
1.36:	Pousada de São Lourenço, Manteigas. Autor e data não identificados. Fonte: http://restosdecoleccion.blogspot.pt/	49
1.37:	Pousada de São Martinho, Alfeizerão. Autor: Mário Novais, s.d. Fonte: FCG-BA	49
1.38:	Pousada de São Tiago, Santiago do Cacém. Autor e data não identificados. Fonte: http://restosdecoleccion.blogspot.pt/	49
1.39:	Pousada de Santa Luzia, Elvas. Autor: Mário Novais, s.d. Fonte: FCG-BA.....	49
1.40:	Pousada de São Brás, São Brás de Alportel. <i>Idem. Ibidem</i>	49
1.41:	Pousada dos Vinháticos, Serra d'Água, Madeira. Autor e data não identificados. Digitalização de <i>Panorama: revista portuguesa de arte e turismo</i> , n.º 10, agosto de 1942, p. 40	49
1.42:	<i>Albergues de carretera</i> , anteprojeto: plantas do r/c (em baixo) e piso superior. Digitalização de "Carreteras, turismo y arquitectura moderna: los albergues de automovilistas del Patronato Nacional de Turismo (1928-1946)", Salvador Guerrero López, In <i>Arquitectura Moderna y Turismo 1925-1965: Actas</i> , Fundación DOCOMOMO Ibérico, 2004, p. 72	53
1.43:	Albergue de Carretera de Benicarló (Castellón, Espanha). Autor e data não identificados. Fonte: http://camarerosdelparadordecangasdeonis.blogspot.pt/	53
1.44:	<i>Pousada de São Brás, projeto de arquitetura</i> (Miguel Jacobetty, 1939): plantas do r/c e 1º andar. SIPA DES.00331103. Fonte: IHRU, Inventário do Património (cortesia da Casa da Cultura António Bentes - Museu do Traje de São Brás do Alportel)	53
1.45:	<i>Pousada de São Brás, projeto de arquitetura</i> (Miguel Jacobetty, 1939): alçados. SIPA DES.00331105. <i>Ibidem</i>	53
1.46:	"Um casalinho": as duas propostas de casalinhas conforme apresentadas na Exposição "14 anos de Política do Espírito" (Lisboa, 1948). Autor: Mário Novais, 1948. Fonte: FCG-BA.....	56
1.47:	Concurso da Casa Panorama, 1º Prémio. Digitalização de <i>Panorama: revista portuguesa de arte e turismo</i> , SPN, n.º 20, abril de 1944, s.p.	58
1.48:	<i>Idem</i> , 2º Prémio. <i>Ibidem</i>	58
1.49:	<i>Idem</i> , 3º Prémio. <i>Ibidem</i>	58
1.50:	"Com estas iniciativas se procura embelezar os caminhos de Portugal": painel alusivo ao concurso "Tintas e Flores" e à "sinalização pitoresca das estradas" apresentado na Exposição "14 anos de Política do Espírito" (Lisboa, 1948). Autor: Mário Novais, 1948. Fonte: FCG-BA	60
1.51:	Bairro de casas económicas do Caramão da Ajuda, Lisboa. Autor: Claudino Madeira, 195-. Fonte: AML-AF	63
1.52:	Bairro de casas económicas das Terras do Forno / Bairro Novo de Belém. Autor: Estúdio Mário Novais, 1982. Fonte: FCG-BA.....	63
1.53:	Bairro de casas económicas Dr. Oliveira Salazar / Bairro do Alvito, Lisboa. Autor e data não identificados. Digitalização de <i>Portugal: 1940</i> , SPN (org.), Comissão Executiva dos Centenários, 1940, s.p	63
1.54:	Bairro de casas económicas de Caselas, Lisboa. Autor: Salvador de Almeida Fernandes, 195-. Fonte: AML-AF	65
1.55:	Bairro Municipal / Bairro da Cadeia, Viseu. Autor e data não identificados. Fonte: http://www.cm-viseu.pt/	65
1.56:	Bairro de casas para pescadores de Santa Luzia / Bairro Eng.º Sá e Melo, Tavira. Autor e data não identificados. Fonte: IHRU, Inventário do Património	65
1.57:	Bairro do Consórcio Português de Conservas de Peixe, Olhão. Autor: Estúdio Horácio Novais, s.d. Fonte: FCG-BA	65
1.58:	Escola tipo "Conde Ferreira", Vouzela. Autor e data não identificados. Fonte: http://www.origens.pt/explorar/doc.php?id=1875	68

1.59:	Escola tipo "Adões Bermudes" / Escola Monumento D. Luís I, Cascais. Autor e data não identificados. Fonte: http://www.patrimoniocultural.pt/	68
1.60:	<i>Plano Geral de Tipos-Regionais de Escolas Primárias Oficiais a Construir em Série, 1933</i> : escola Tipo Minho, 2 pisos / 2 salas. Digitalização de <i>Muitos Anos de Escolas. Volume I: Ensino Primário 1941</i> , Filomena Beja et al., ME/DGRE, 1990, p. 215.....	72
1.61:	<i>Idem</i> : escola Tipo Alto Minho, 2 pisos / 2 salas. <i>Ibidem</i> , p. 221.....	72
1.62:	<i>Idem</i> : escola Tipo Douro, 1 piso / 1 sala. <i>Ibidem</i> , p. 223.....	72
1.63:	<i>Idem</i> : escola Tipo Beira Alta, 1 piso / 1 sala. <i>Ibidem</i> , p. 226.....	72
1.64:	<i>Idem</i> : escola Tipo Beira Litoral, 1 piso / 2 salas. <i>Ibidem</i> , p. 228.....	72
1.65:	<i>Idem</i> : escola Tipo Trás-os-Montes, 1 piso / 1 sala. <i>Ibidem</i> , p. 231.....	72
1.66:	<i>Idem</i> : 1933: escola Tipo Algarve, 1 piso / 1 sala. <i>Ibidem</i> , p. 204.....	72
1.67:	<i>Idem</i> : 1933: escola Tipo Estremadura, 1 piso / 1 sala. <i>Ibidem</i> , p. 210.....	72
1.68:	<i>Idem</i> : escola Tipo Alentejo/Ribatejo, 1 piso / 1 sala. <i>Ibidem</i> , p. 211.....	72
1.69:	Escola Primária da Maia, escola tipo Douro – granito. Autor: Estúdio Mário Novais, 1982. Fonte: FCG-BA ...	73
1.70:	Projeto de escola tipo Algarve aprovado em 1944. Digitalização de <i>Muitos Anos de Escolas. Volume II: Anos 40-49</i> , Filomena Beja et al., ME/DGRE, 1996, p. 88.....	73
1.71:	Projeto de escola tipo Algarve, alterações introduzidas em 1948 para os edifícios a construir em Olhão e Fuzeta. <i>Ibidem</i> , p. 110.....	73
1.72:	Proposta de edifício de 1 sala, tipo rural (1956). <i>Ibidem</i> , p. 151.....	74
1.73:	Proposta de edifício de 1 sala, tipo urbano (1956). <i>Ibidem</i> , p. 151.....	74
1.74:	Escola primária do Vale Escuro, Lisboa. Autor: Armando Serôdio, 1956. Fonte: AML-AF.....	75
1.75:	Escola primária do Toural, Bragança. Autor e data não identificados. Fonte: IHRU, Inventário do Património.....	75
1.76:	Escola Cantina Salazar, Vimieiro / atual EB1 n.º 1 de Santa Comba Dão. <i>Idem. Ibidem</i>	76
1.77:	Estação de Correios do Estoril. Autor: Manuel Botelho, 2014. Fonte: CC BY-SA 3.0, https://commons.wikimedia.org/w/index.php?curid=23511577	77
1.78:	Estação de Correios de Leiria. <i>Idem</i> . Fonte: CC BY-SA 4.0, https://commons.wikimedia.org/w/index.php?curid=34784155	77
1.79:	Estação de Correios de Amarante. Autor e data não identificados. Fonte: IHRU, Inventário do Património ..	79
1.80:	Estação de Correios de Santo Tirso. <i>Idem</i> . Fonte: http://doportoenaoso.blogspot.pt/2010_09_01_archive.html	79
1.81:	Colónia Agrícola (CA) dos Milagres: habitação rural – 1º tipo. Digitalização de <i>Colónia Agrícola dos Milagres. Concelho de Leiria - Freguesia dos Milagres: projecto</i> , Eng.º Agr. Mário P. da Cunha Fortes, JCI, 1935, p. 16..	84
1.82:	CA dos Milagres: habitação rural – 2º tipo. <i>Ibidem</i> , p. 17.....	84
1.83:	CA dos Milagres: habitação rural – 3º tipo. <i>Ibidem</i> , p. 18.....	84
1.84:	CA dos Milagres: habitação rural – 4º tipo. <i>Ibidem</i> , p. 19.....	84
1.85:	CA dos Milagres, casal tipo 2 na atualidade. VR, 2013.....	84
1.86:	<i>Casa colonica</i> em Scanzano Jonico, região de Basilicata (Itália). Autor e data não identificados. Fonte: http://www.panoramio.com/photo/86793410	85
1.87:	Conjunto de <i>casas colonicas</i> no <i>poblado de colonización</i> de Vegaviana, província de Cáceres (Espanha) (Arqt.º J. L.Fernández del Amo, 1954). <i>Idem</i> . Fonte: http://blogs.elpais.com/	85
1.88:	CA do Barroso, Aldeia Nova do Barroso: planta geral. Digitalização de <i>Projecto de colonização dos baldios de Montalegre e Boticas: I - freguesia de Chã</i> , JCI, 1944.....	88
1.89:	CA de Martim Rei, vista panorâmica. Autor e data não identificados. Fonte: http://restosdecoleccion.blogspot.pt/	88
1.90:	CA da Boalhosa, planta geral de conjunto. Digitalização de <i>Colónia Agrícola da Boalhosa: urbanização: projeto</i> , Arqt.º António Trigo, JCI, 1959.....	88
1.91:	CA do Barroso, Aldeia Nova de S. Mateus: planta geral. Digitalização de <i>Projecto de colonização dos baldios de Montalegre e Boticas: I - freguesia de Chã</i> , JCI, 1944.....	88

1.92:	CA da Gafanha, estudo de ordenamento paisagístico e de urbanização: planta geral de conjunto. Digitalização de <i>Estudo de ordenamento paisagístico e de urbanização da Colónia Agrícola da Gafanha (1ª Parte)</i> , Eng.º Agr. António Roquette Campello, JCI, 1956	88
1.93:	CA da Gafanha, enquadramento paisagístico do centro social. <i>Ibidem</i>	88
1.94:	CA da Boalhosa, projeto de casal-tipo: alçado principal. Digitalização de <i>Boalhosa: projecto do casal-tipo</i> , Arqt.º Henrique Albino, JCI, 1954.....	89
1.95:	CA da Boalhosa, projeto de casal-tipo: alçado principal. Digitalização de <i>Núcleo da Boalhosa: casal tipo</i> , Arqt.º Trindade Chagas, JCI, [1955]	89
1.96:	CA da Boalhosa, projeto de casal-tipo: alçado principal. Digitalização de <i>Casal tipo na Colónia Agrícola da Boalhosa</i> , Arqt.º José Luís Pinto Machado, JCI, 1956	89
1.97:	CA do Barroso, Aldeia Nova do Barroso, casal-tipo. Autor: VR, 2013	90
1.98:	CA do Barroso, Aldeia Nova de Criande, casal-tipo. <i>Idem</i>	90
1.99:	CA do Barroso, Aldeia Nova de S. Mateus, casal-tipo. Autor: <i>Idem</i>	90
1.100:	CA da Gafanha, projeto dos escritórios e casa do guarda: alçado principal. Digitalização de <i>Gafanha – I Parte: escritórios e casa do guarda: projeto</i> , Arqt.º António Trigo, JCI, 1954	90
1.101:	CA da Gafanha, projeto dos escritórios e casa do guarda: alçado posterior. <i>Ibidem</i>	90
1.102:	CA da Boalhosa, escola primária. <i>Printscreen</i> do Google Street View	90
1.103:	CA da Boalhosa, casa da professora (atual Centro de Acolhimento do CEIA). Autor: Paulo Pereira Lima, s.d. Fonte: http://www.panoramio.com/photo/41000851	90
1.104:	CA da Boalhosa, projeto da escola primária: planta. Digitalização de <i>Boalhosa, escola primária: projecto</i> , Arqt.º António Trigo, JCI, 1956	90
1.105:	CA da Boalhosa, projeto da Casa da Professora: planta do r/c. Digitalização de <i>Colónia Agrícola da Boalhosa, casa da professora: projecto</i> , Arqt.º José Luís Pinto Machado, JCI, 1957	90
1.106:	CA de Pegões, igreja de Santo Isidro. Autor: VR, 2013	90
1.107:	CA de Pegões, escola primária. Autor e data não identificados. Fonte: http://restosdecoleccion.blogspot.pt	90
1.108:	CA de Pegões, casa de professora. <i>Idem, Ibidem</i>	90
1.109:	CA de Martim Rei, casal-tipo. Digitalização de <i>Colonização Interna</i> , SNI, s.d., s.p.	91
1.110:	CA da Gafanha, casal-tipo. Autor: VR, 2013.....	91
1.111:	CA de Pegões, casal-tipo. <i>Idem</i>	91
1.112:	CA do Alvão, projecto de casal-tipo: corte. Digitalização de <i>Projecto de colonização do Alvão: casal-tipo</i> , JCI, 1945	91
1.113:	CA do Alvão, projecto de casal-tipo: planta do r/c. <i>Ibidem</i>	91
1.114:	CA do Barroso, núcleo de S. Mateus: interior de casal-tipo. Autor: VR, 2013.....	91
1.115:	Colonato da Cela, Angola, vista panorâmica. Autor: Ana Vaz Milheiro, s.d. Fonte: https://www.publico.pt/culturaipsilon/noticia/construir-para-os-tropicos-em-tempo-de-ditadura-1576351 ..	93
1.116:	Colonato da Cela, Angola, casal-tipo. Autor e data não identificados. Fonte: http://cargocollective.com/arquitecturamodernaluanda/Texto-7	93
1.117:	Vila-verdinho (Mirandela): “A sala comum de Cecília Gomes” antes das intervenções do <i>bem estar rural</i> (BER) Digitalização de <i>Vila-verdinho: uma aldeia melhorada</i> , JCI, 1963, s.p.	94
1.118:	Vila-verdinho (Mirandela): “A sala comum de Cecília Gomes” depois das intervenções do BER. <i>Ibidem</i>	94
1.119:	Póvoa de Mosqueiros (Santa Comba Dão): habitação beneficiada no âmbito das ações de BER. Autor: VR, 2013	98
1.120:	Salgueirais (Celorico da Beira): habitação beneficiada no âmbito das ações de BER. <i>Idem</i>	98
1.121:	Aldeia de Prados, Programa de Renovação Rural: Inventário do domínio construído, ficha de inquérito habitacional (frente). Digitalização de <i>Aldeia de Prados: Programa de Renovação Rural</i> (Vol. 4), Arqt.º José Luís Pinto Machado, JCI, 1964	99
1.122:	<i>Idem</i> : ficha de inquérito habitacional (verso). <i>Ibidem</i>	99
1.123:	<i>Idem</i> : Peças Técnicas: janelas tipo. <i>Ibidem</i> , (Vol. 5)	102
1.124:	<i>Idem</i> : habitação n.º 40, planta “actual” e planta “a executar”. <i>Ibidem</i>	102
1.125:	<i>Idem</i> : habitação n.º 156, planta “actual” e planta “a executar”. <i>Ibidem</i>	102

1.126: Vila-verdinho (Mirandela): "O largo da aldeia" antes das obras do <i>bem-estar rural</i> . Digitalização de <i>Vila-verdinho: uma aldeia melhorada</i> , JCI, 1963, s.p.	104
1.127: <i>Idem</i> : "O Temtudo" antes das obras do BER. <i>Ibidem</i>	104
1.128: <i>Idem</i> : "O largo da aldeia" depois das obras do <i>bem-estar rural</i> . <i>Ibidem</i>	104
1.129: <i>Idem</i> : "O Temtudo" depois das obras do <i>bem-estar rural</i> . <i>Ibidem</i>	104
1.130: <i>Idem</i> : "O largo da aldeia" em 2013. Autor: VR, 2013	104
1.131: <i>Idem</i> : "O Temtudo" em 2013. Autor: VR, 2013	104
1.132: Lesina, região de Puglia, Itália: montagem de <i>casa colonica</i> prefabricada. Autor e data não identificados. Fonte: http://earthafterpeople.altervista.org/home.php?p=871	104
1.133: Podere Sant'Eugenio, Italia: <i>casa colonica</i> . <i>Idem</i> . Fonte: http://www.archivioluce.com/arsial-pace/ricerca/bonificapaludipontine/bonificapaludipontine.html	108
1.134: La Vereda, Sevilha, <i>pueblo de colonización</i> : vista panorâmica. <i>Idem</i> . Fonte: http://lamemoriadelcuco.blogspot.pt/2012_06_01_archive.html	108
1.135: El Realengo, Alicante, <i>pueblo de colonización</i> : conjunto de habitações. Autor: Joaquín del Palacio, s.d. Fonte: http://galeriafame.tumblr.com/	108
1.136: Desenho perspético da "aldeia radiosa" proposta por Le Corbusier no início da década de 1930. Autor: Albin Salaün, s.d. © FLC/ADAGP. Fonte: http://www.fondationlecorbusier.fr/	109
1.137: Planta esquemática da "aldeia radiosa" proposta por Le Corbusier no início da década de 1930. Autor e data não identificados. Fonte: http://www.piaceleradieux.com/bezard-lecorbusier-fermeradieuse.php	109
1.138: Maqueta da "quinta radiosa" proposta por Le Corbusier no início da década de 1930. Autor: Albin Salaün, s.d. © FLC/ADAGP. Fonte: http://www.fondationlecorbusier.fr/	109
1.139: Colónia Agrícola de Pegões. Autor e data não identificados. Fonte: http://restosdecoleccion.blogspot.pt/ .	110
1.140: Colónia Agrícola de Pegões. <i>Idem. Ibidem</i>	110
1.141: Vila-verdinho (Mirandela): "A cozinha do Vergueiro", antes das intervenções do BER. Digitalização de <i>Vila-verdinho: uma aldeia melhorada</i> , JCI, 1963, s.p.	111
1.142: <i>Idem</i> : "A cozinha do Vergueiro", depois das intervenções do BER. <i>Ibidem</i>	111
1.143: <i>Idem</i> : "A cozinha do João Esteves", antes das intervenções do BER. <i>Ibidem</i>	111
1.144: <i>Idem</i> : "A cozinha do João Esteves", depois das intervenções do BER. <i>Ibidem</i>	111
1.145: Aldeia de Prados, Programa de Renovação Rural: Plano Director. Digitalização de <i>Aldeia de Prados: Programa de Renovação Rural</i> (Vol. 7), Arqt.º José Luís Pinto Machado, JCI, 1964	114
1.146: <i>Idem</i> : Aldeia-centro de Prados, zonas e raios de influência. <i>Ibidem</i> , (Vol. 8).....	114
1.147: <i>Idem</i> : Peças Técnicas, fugas de chaminés. <i>Ibidem</i> , (Vol. 5)	119
1.148: <i>Idem</i> : Peças Técnicas, balcão tipo. <i>Ibidem</i>	119
1.149: <i>Idem</i> : Peças Técnicas, pormenores de coberturas. <i>Ibidem</i>	119
1.150: <i>Idem</i> : Peças Técnicas, habitação n.º 152: o "antes" e o "depois" das intervenções. <i>Ibidem</i>	119
1.151: Vila-verdinho (Mirandela): "A casa do canto" antes das intervenções do BER. Digitalização de <i>Vila-verdinho: uma aldeia melhorada</i> , JCI, 1963, s.p.	120
1.152: <i>Idem</i> : "A casa do canto" depois das intervenções do BER. <i>Ibidem</i>	120
1.153: Vila-verdinho: "A casa do canto" em 2013. Autor: VR, 2013.....	120
1.154: Vale do Couço (Mirandela). <i>Idem</i>	121
1.155: Santa Eulália (Seia). <i>Idem</i>	121
1.156: Cadafaz (Celorico da Beira). <i>Idem</i>	121
1.157: Porto dos Fusos (Sertão). <i>Idem</i>	121
1.158: Prados (Celorico da Beira). <i>Idem</i>	121
1.159: Póvoa de Mosqueiros (Santa Comba Dão). <i>Idem</i>	121
1.160: Penedos (Mértola). <i>Idem</i>	121
1.161: Casa em Ofir: planta. <i>Casa em Ofir</i> [anteprojeto], Arqt.º Fernando Távora, 195-. Fonte: https://fims.up.pt	126
1.162: Casa em Ofir: alçado norte (vista exterior). Autor e data não identificados. Fonte: https://arquivoatom.up.pt	126

1.163: Arnaldo Araújo, <i>Formas do habitat rural – Norte de Bragança. Contribuição para a estrutura da comunidade. Concurso para a Obtenção do Diploma de Arquitecto (CODA) n.º 158, ESBAP, 1957: folha n.º 2. Fonte: Repositório Temático da Universidade do Porto (UP)</i>	129
1.164: <i>Idem: folha n.º 19. Ibidem</i>	129
1.165: Octávio Lixa Filgueiras, <i>Urbanismo: um tema rural. CODA n.º 125, ESBAP, 1953: planta de zonamento. Fonte: Repositório Temático da UP</i>	129
1.166: “As famílias em Espinhosela”: planta de localização. Digitalização de “Recuperação das aldeias do concelho de Bragança”, Arnaldo Araújo, <i>HE – Habitações Económicas, Colectânea de estudos de habitação</i> , publicação de circulação restrita, HE-FCP, n.º 4, Ano 1, 1963, s.p.	130
1.167: “Para a Casa do Povo de Espinhosela, 1.º estudo”: plantas e alçado. <i>Ibidem</i>	130
1.168: Casas de Renda Económica, Barcelos (Arqt.º Nuno Teotónio Pereira): anteprojecto, perspectiva. Digitalização de <i>Habitação para o maior número – Portugal, os anos de 1950-1980</i> , IHRU/CML, 2013, pp. 30	132
1.169: Casas de Renda Económica, Trancoso (Arqt.º Nuno Teotónio Pereira): perspectiva. <i>Ibidem</i> , p. 31	132
1.170: Casas Construídas ou Adquiridas Através de Empréstimos, Bairro de Santo Estêvão, Benavente (Arqt.º Victor Figueiredo): planta de implantação. <i>Ibidem</i> , p. 33	132
1.171: Casas Construídas ou Adquiridas Através de Empréstimos, Bairro Caima Pulp C.ª Lda, Constância (Arqt.º Victor Figueiredo): maqueta do conjunto. <i>Ibidem</i> , p. 35	132
1.172: Casas para professores: Zona A, alçado poente. Digitalização de “Casas para professores”, Arqt.º Francisco Silva Dias e João José Andrade [estudante da EBAL], <i>Arquitectura</i> , n.º 129, abril de 1974, p. 26	133
1.173: <i>Idem: Zona E, alçado poente. Ibidem</i> , p. 27	133
1.174: Projecto de uma Pousada para Valença do Minho (Arqt.º João Andresen), perspectiva. Digitalização de “Quatro Novas Pousadas”, <i>Arquitectura</i> , N.º 62, setembro 1958, pp. 14-15	134
1.175: Projecto de uma Pousada para Oliveira do Hospital (Arqt.º Manuel Tainha), perspectiva. <i>Ibidem</i> , p. 7	134
1.176: Campanhas de Dinamização Cultural e Acção Cívica do MFA, Operação Beira Alta. Termas do Carvalhal, Castro Daire, maio de 1975. Autor: Guy Le Querrec, 1975. In “As campanhas de dinamização cultural (1974-75)”, Cláudia Lobo, <i>Revista Visão História</i> , 1 de julho de 2010. Fonte: http://citizengrave.blogspot.pt/2012/12/a-ida-ao-povo.html	136
1.177: Cerdeira (Lousã), <i>aldeia do xisto</i> . Autor: VR, 2012	139
1.178: Trevões (São João da Pesqueira), <i>aldeia vinhateira. Idem</i>	139
1.179: Gondramaz (Miranda do Corvo), <i>aldeia do xisto. “Loijinha do Bizitante”. Idem</i>	139
1.180: Póvoa Dão (Viseu). Autor e data não identificados. Fonte: https://www.tripadvisor.com.br	144
1.181: Branda da Aveleira (Melgaço). Autor: VR, 2004	144
1.182: Póvoa Velha (Seia). <i>Idem</i> , 2013	144
1.183: Pia de Urso (Batalha). Autor e data não identificados. Fonte: http://ncultura.pt/	144
1.184: Loural (Góis). <i>Idem</i> . Fonte: https://www.airbnb.co.uk	144
1.185: São Gregório (Borba). Autor: VR, 2013	144
1.186: Pedralva (Vila do Bispo). <i>Idem</i> , 2014	144
1.187: Vilarinha (Aljezur). <i>Idem</i>	144
2.1: Alter Pedroso (Alter do Chão), <i>aldeias de interesse turístico, aldeias e vilas históricas do Alentejo. Idem</i> , 2003	160
2.2: Alegrete (Portalegre), <i>aldeias de interesse turístico, aldeias e vilas históricas do Alentejo. Idem</i> , 2012	160
2.3: Castelo de Vide, <i>aldeias de castelo e património, aldeias e vilas históricas do Alentejo. Idem</i> , 2006	160
2.4: Amieira do Tejo (Nisa), <i>aldeias de castelo e património, aldeias e vilas históricas do Alentejo. Idem</i> , 2009	161
2.5: Belver (Gavião), <i>aldeias de castelo e património, aldeias e vilas históricas do Alentejo. Idem</i>	161
2.6: Juromenha (Alandroal), <i>aldeias e vilas históricas do Alentejo, aldeias ribeirinhas. Idem</i>	161
2.7: Monsaraz (Reguengos de Monsaraz), <i>aldeias e vilas históricas do Alentejo, aldeias ribeirinhas. Idem</i>	161
2.8: Capelins (Alandroal), <i>aldeias ribeirinhas Idem</i>	161
2.9: Monte do Trigo (Portel), <i>aldeias ribeirinhas. Idem</i>	161
2.10: Aldeia da Luz (Mourão), <i>aldeias ribeirinhas. Idem</i>	161
2.11: Cabração (Ponte de Lima), <i>aldeias de montanha</i> . Autor e data não identificados. Fonte: http://www.cm-pontedelima.pt/	168

2.12:	Frechas (Mirandela), <i>aldeias da terra quente</i> . Autor: VR, 2013	168
2.13:	Freixiel (Vila Flor), <i>aldeias da terra quente</i> . Autor e data não identificados. Fonte: http://www.aldeiasportugal.pt/	168
2.14:	Bemposta (Vimioso), <i>aldeias fronteiriças</i> . <i>Idem. Ibidem.</i>	168
2.15:	Aldeia de João Pires (Penamacor), <i>contratos de aldeia</i> . <i>Idem.</i> Fonte: http://www.cspaldeiajoaopires.pt/	170
2.16:	Campo Benfeito (Castro Daire), <i>contratos de aldeia</i> . <i>Idem.</i> Fonte: http://www.aldeiasportugal.pt/	170
2.17:	Monsanto (AH). Autor: VR, 2009.....	178
2.18:	Castelo Mendo (AH). <i>Idem</i>	178
2.19:	Castelo Rodrigo (AH). <i>Idem</i>	178
2.20:	Marialva (AH), Casas do Côro - TER. <i>Idem</i>	178
2.21:	Sortelha (AH), posto de turismo. <i>Idem</i>	178
2.22:	Castelo Novo (AH), espaço público. <i>Idem</i>	178
2.23:	Linhares (AH), Hotel Inatel Linhares. Autor e data não identificados. © ADXTUR-Foge Comigo. Fonte: http://aldeiasdoxisto.pt/	178
2.24:	Idanha-a-Velha (AH), Porta Norte. Autor: VR, 2009.....	178
2.25:	Belmonte (AH), Museu dos Descobrimentos. <i>Idem</i> , 2013	178
2.26:	Trancoso (AH). <i>Idem</i> , 2009	178
2.27:	Figueira (AX), Loja da Aldeia. Autor e data não identificados. © ADXTUR-Foge Comigo. Fonte: http://aldeiasdoxisto.pt/	186
2.28:	Mosteiro (AX), praia fluvial. Autor: VR, 2013	186
2.29:	Cerdeira (AX). <i>Idem</i> , 2012	186
2.30:	Aigra Nova (AX). <i>Idem</i>	186
2.31:	Sarzedas (AX). <i>Idem</i> , 2013	186
2.32:	Casal de São Simão (AX). <i>Idem</i> , 2012	186
2.33:	Álvaro (AX). <i>Idem</i>	186
2.34:	Gondramaz (AX), percurso pedestre acessível. <i>Idem</i>	186
2.35:	Sobral de São Miguel (AX). <i>Idem</i> , 2013.....	186
2.36:	Janeiro de Cima (AX). <i>Idem</i> , 2012.....	186
2.37:	Comareira (AX). <i>Idem</i>	186
2.38:	Pena (AX). <i>Idem</i>	186
2.39:	Aldeia das Dez (AX). <i>Idem</i>	186
2.40:	Pedrogão Pequeno (AX), sinalética das Aldeias do Xisto. <i>Idem</i>	186
2.41:	Trevões (AV). <i>Idem</i>	190
2.42:	Ucanha (AV). <i>Idem</i> , 2009	190
2.43:	Salzedas (AV), Bairro do Quelho / Antigo Burgo de Salzedas. <i>Idem</i>	190
2.44:	Provesende (AV). <i>Idem</i> , 2012	190
2.45:	Barcos (AV). <i>Idem</i>	190
2.46:	Favaios (AV), Núcleo Museológico Pão e Vinho. <i>Idem</i>	190
2.47:	Caldas de Monchique (AA). <i>Idem</i> , 2009	195
2.48:	Odeleite (AA), miradouro do Rossio. <i>Idem</i> , 2014	195
2.49:	Cachopo (AA). <i>Idem</i>	195
2.50:	Querença (AA). <i>Idem</i> , 2009.....	195
2.51:	Cacela Velha (AA), igreja matriz. <i>Idem</i> , 2010	195
2.52:	Paderne (AA), igreja matriz. <i>Idem</i> , 2009.....	195
2.53:	Trancoso (AH), plano de aldeia: planta síntese de ações. Digitalização de <i>Plano de Aldeia Histórica de Trancoso</i> , Arqt.º Gonçalo Byrne (técn. resp.), CM de Trancoso / G.B.M.M. Architectos Associados, 2004 ...	200
2.54:	Belmonte (AH), plano de aldeia: estratégia. Digitalização de <i>Belmonte – Plano de Aldeia. Programa de recuperação das Aldeias Históricas de Portugal</i> , Arqt.º Carlos Reis de Figueiredo (coord.), CM de Belmonte / Reis de Figueiredo - Architectos da Beira, Lda, s.d.	200

2.55:	Benfeita (AX), plano de aldeia: estado de conservação do edificado, planta b - tipo de coberturas e beirados. Digitalização de <i>Benfeita: Plano de Aldeia</i> , Arqt.º Carlos Santos (coord.), CM de Arganil / GTL, 2002	203
2.56:	Barroca (AX), plano de aldeia: planta síntese. Digitalização de <i>Aldeia do Xisto – Barroca</i> [Plano de Aldeia], Arqt.ª Ana Cunha (coord.), CM do Fundão / GTL Freguesias Tradicionais, s.d.	203
2.57:	Vaqueiros (AA), plano de intervenção: planta de síntese diagnóstico. Digitalização de <i>Plano de Intervenção de Vaqueiros</i> , Arqt.º Miguel Reimão Costa (coord.), CM de Alcoutim / CCDDR Algarve, 2002.....	207
2.58:	Cachopo (AA), plano de intervenção: aldeia / paisagem. Digitalização de <i>Plano de Intervenção de Cachopo</i> , Dr.ª Ana Paula Ferreira (coord.), CM de Tavira / CCDDR Algarve, 2002	207
2.59:	Cacela Velha (AA), Sinalética Aldeias do Algarve, projeto de execução, p. A7-04 (excerto). Digitalização de <i>Sinalética Aldeias do Algarve: projecto de execução / fase 4</i> [dossier Cacela Velha], Francisco M. Providência Designer L.da, CM de Vila Real de Santo António, 2007	207
2.60:	Salzedas (AV), Mosteiro de Santa Maria de Salzedas. Autor: VR, 2009	212
2.61:	Idanha-a-velha (AH), Lagar de Varas. <i>Idem</i>	212
2.62:	Paderne (AA), Castelo de Paderne. <i>Idem</i> , 2005.....	212
2.63:	<i>Materiais e técnicas de construção tradicional: conhecer para agir</i> , oficina. Imagem original de Stefano Malobbia, 2007, publicada em <i>GTAA Sotavento. Síntese dos Trabalhos 2001-2007</i> , Vítor Ribeiro et al., CCDDR Algarve, p. 214.....	216
2.64:	<i>Materiais, Sistemas e Técnicas de Construção Tradicional. Contributo para o estudo da arquitectura vernácula da região oriental da serra do Caldeirão</i> , Vítor Ribeiro et al., CCDDR Algarve / Afrontamento, 2008: capa (imagem original de Stefano Malobbia, 2007)	216
2.65:	<i>Da natureza nascem as casas</i> , ação lúdico-didática com crianças do ensino básico. Autor: VR, 2006	216
2.66:	<i>Semana do Património em Paderne - aperfeiçoamento em técnicas de construção tradicional</i> , oficina. <i>Idem</i> ..	216
2.67:	Provesende (AV). <i>Idem</i> , 2012	224
2.68:	Almeida (AH). <i>Idem</i> , 2009.....	224
2.69:	Idanha-a-Velha, plano de expansão: maqueta. Digitalização de "Notas sobre a intervenção em Idanha-a-Velha", Atelier 15, <i>Património Estudos</i> , IPPAR, N.º 2, p. 164.....	226
2.70:	<i>Idem</i> : planta geral. <i>Ibidem</i> , p. 166.....	226
2.71:	<i>Idem</i> : plantas e alçados do primeiro setor de casas em banda. <i>Ibidem</i> , p. 168	226
2.72:	Castelo Rodrigo (AH). Autor: VR, 2009.....	229
2.73:	Marialva (AH). <i>Idem</i>	229
2.74:	Idanha-a-Velha (AH). <i>Idem</i>	229
2.75:	Castelo Novo (AH). <i>Idem</i>	229
2.76:	Vila Cova de Alva (AX), habitação (a) antes das intervenções do Programa das Aldeias do Xisto (PAX). <i>Idem</i> , 2006	229
2.77:	Vila Cova de Alva (AX), habitação (a) depois das intervenções do PAX. <i>Idem</i> , 2013	229
2.78:	Vila Cova de Alva (AX), habitação (b) antes das intervenções do PAX. <i>Idem</i> , 2006	229
2.79:	Vila Cova de Alva (AX), habitação (b) depois das intervenções do PAX. <i>Idem</i> , 2013	229
2.80:	Barroca (AX). <i>Idem</i> , 2012	229
2.81:	Janeiro de Cima (AX). <i>Idem</i>	229
2.82:	Ferraria de São João (AX). <i>Idem</i> , 2013	229
2.83:	Gondramaz (AX). <i>Idem</i> , 2012	229
2.84:	Trevões (AV). <i>Idem</i>	229
2.85:	Ucanha (AV). <i>Idem</i> , 2009	229
2.86:	Salzedas (AV) <i>Idem</i>	229
2.87:	Cachopo (AA). <i>Idem</i> , 2014	229
2.88:	Castelo Novo (AH). <i>Idem</i> , 2009	230
2.89:	Castelo Mendo (AH). <i>Idem</i>	230
2.90:	Castelo Rodrigo (AH). <i>Idem</i>	230
2.91:	Trancoso (AH). <i>Idem</i>	230
2.92:	Sarzedas (AX). <i>Idem</i>	230

2.93: Gondramaz (AX). <i>Idem</i> , 2012	230
2.94: Comareira (AX). <i>Idem</i> , 2012	230
2.95: Álvaro (AX). <i>Idem</i>	230
2.96: Janeiro de Cima (AX). <i>Idem</i>	230
2.97: Martim Branco (AX). <i>Idem</i>	230
2.98: Ferraria de São João (AX). <i>Idem</i> , 2013	230
2.99: Sobral de São Miguel (AX). <i>Idem</i>	230
2.100: Querença (AA). <i>Idem</i> , 2009	230
2.101: Barcos (AV). <i>Idem</i> , 2012	231
2.102: Provesende (AV). <i>Idem</i>	231
2.103: Cachopo (AA). <i>Idem</i> , 2014	231
2.104: Caldas de Monchique (AA). <i>Idem</i> , 2009	231
2.105: Ucanha (AV). <i>Idem</i>	231
2.106: Aigra Velha (AX). <i>Idem</i> , 2012	231
2.107: Odeleite (AA). <i>Idem</i> , 2014	231
2.108: Idanha-a-Velha (AH). <i>Idem</i> , 2009	232
2.109: Castelo Rodrigo (AH). <i>Idem</i>	232
2.110: Sortelha (AH). <i>Idem</i>	232
2.111: Água Formosa (AX). <i>Idem</i> , 2012	232
2.112: Barcos (AV). <i>Idem</i>	232
2.113: Pena (AX). <i>Idem</i>	232
2.114: Cachopo (AA). Autor: GTAA Sotavento, 2007	232
2.115: Idanha-a-Velha (AH), Sé Catedral. Digitalização de "Intervenções em Idanha-a-Velha", Alexandre Alves Costa, 7º Mestrado em Reabilitação de Arquitectura e Núcleos Urbanos [aula aberta], FAUTL, 2008, s.p... 235	
2.116: Idanha-a-Velha (AH), Igreja Matriz. <i>Ibidem</i>	235
2.117: Idanha-a-Velha (AH), Lagar de Varas. Autor: VR, 2009	235
2.118: Almeida (AH), Casamata Baluarte S. João de Deus. <i>Idem</i>	235
2.119: Belmonte (AH), Castelo. <i>Idem</i> , 2013	235
2.120: Benfeita (AX), Torre da Paz. <i>Idem</i>	235
2.121: Paderne (AA), Castelo. <i>Idem</i> , 2005	235
2.122: Castelo Rodrigo (AH), Palácio Marquês de Castelo Rodrigo. <i>Idem</i> , 2009	235
2.123: Paderne (AA), Igreja Matriz. <i>Idem</i> , 2005	235
2.124: Vaqueiros (AA), Igreja Matriz. Autor: Ana Janeiro, 2007. Imagem publicada originalmente em GTAA Sotavento. <i>Síntese dos Trabalhos 2001-2007</i> , VRet al., CCDR Algarve, p. 14	235
2.125: Cachopo (AA), Moinho Branco. <i>Idem. Ibidem</i> , p. 135	235
2.126: Marialva (AH), posto de turismo. Autor: VR, 2009	238
2.127: Castelo Rodrigo (AH), posto de turismo. <i>Idem</i>	238
2.128: Sortelha (AH), posto de turismo. <i>Idem</i>	238
2.129: Ferraria de São João (AX), centro de BTT. <i>Idem</i> , 2013	238
2.130: Belmonte (AH), Museu dos Descobrimentos. <i>Idem</i>	238
2.131: Martim Branco (AX), Casa das Artes e Ofícios. <i>Idem</i> , 2012	238
2.132: Barroca (AX), Casa Grande / sede da ADXTUR. <i>Idem</i>	238
2.133: Odeleite (AA), Núcleo Museológico A Casa de Odeleite. <i>Idem</i> , 2014	238
2.134: Carrapateira (AA), Museu do Mar e da Terra. Autor e data não identificados. Fonte: http://www.sulinformacao.pt/2014/04/museu-do-mar-e-da-terra-da-carrapateira-apresenta-novo-projeto-do-servico-educativo/	238
2.135: Vaqueiros (AA), Edifício Polivalente. Autor: VR, 2014	238
2.136: Cachopo (AA), azinhaga de acesso às construções de planta circular. <i>Idem</i> , 2009	239
2.137: Cachopo (AA), azinhaga de acesso ao poço. <i>Idem</i> , 2006	239

2.138: Gondramaz (AX), Gondramaz Acessível (percurso pedestre). <i>Idem</i> , 2012	239
2.139: Marialva (AH), Casas do Côro (TER). Autor: VR, 2009	241
2.140: Sortelha (AH), Casas do Campanário (TER). <i>Idem</i>	241
2.141: Gondramaz (AX), Pátio do Xisto (TER / restaurante. <i>Idem</i> , 2012	241
2.142: Álvaro (AX), Casa dos Hospitalários (TER). <i>Idem</i>	241
2.143: Janeiro de Cima (AX), Casa de Janeiro (TER). <i>Idem</i>	241
2.144: Odeleite (AA), <i>Projeto de reconversão de edifício tradicional em pastelaria com fabrico próprio</i> : alçado principal do edifício existente. Autor: Stefano Malobbia, 2007. Imagem publicada originalmente em <i>GTAA Sotavento. Síntese dos Trabalhos 2001-2007</i> , Vítor Ribeiro et al., CCDR Algarve, p. 210.....	241
2.145: <i>Idem</i> : estudo prévio, planta de alterações Imagem publicada originalmente em <i>GTAA Sotavento. Síntese dos Trabalhos 2001-2007</i> , Vítor Ribeiro et al., CCDR Algarve, p. 212	241
2.146: Aldeias Históricas, logótipo	243
2.147: Aldeias Vinhateiras, logótipo	243
2.148: Aldeias do Xisto, logótipo	243
2.149: Aldeias do Algarve, logótipo	243
2.150: Digitalização de <i>Carta de Lazer das Aldeias Históricas</i> , Eduardo Graça e Manuela Espírito Santo (coord.), Inatel, 2000, vol. 6, capa.....	243
2.151: Festival das Aldeias Vinhateiras, cartaz da edição 2013. Fonte: http://www.rclamego.pt/jornalonline/?p=18865	243
2.152: Celebração do Entrudo Tradicional – Aigra Nova, cartaz da edição 2011. Fonte: http://aldeiasdoxisto.blogspot.pt/	243
2.153: Digitalização de <i>Festa da Gastronomia e das Receitas Típicas das Aldeias do Algarve</i> , CCDRALgarve, 2005, capa	243
A1.1: O ciclo vicioso da baixa densidade territorial, segundo L. L. Ramos (2014). Adaptado por VR, 2016. Fonte: Luís Leite Ramos, <i>Territórios de baixa densidade, territórios de elevado potencial</i> . Relatório final / setembro 2014, S.l., s.d. Disponível em: http://www.psd.pt/ficheiros/dossiers_politicos/dossier1412003224.pdf [acesso em novembro 2015]	A1-16

Mapas

1.1: Concurso da Aldeia mais Portuguesa de Portugal: aldeias concorrentes e respetiva localização. Autor: VR, 2016. Base cartográfica: Carta Militar Itinerária de Portugal, escala 1/500.000 [formatos dwg e jpeg], disponibilizada pelo IGEOE em https://www.igeoe.pt	19
1.2: Localização das sete pousadas do plano das pousadas regionais. <i>Idem</i>	49
1.3: A política de colonização interna do Estado Novo: localização das colónias agrícolas instaladas. <i>Idem</i>	86
1.4: <i>Bem Estar Rural</i> : localização das aldeias com intervenção executada e prevista, zona norte. <i>Idem</i>	117
1.5: <i>Bem Estar Rural</i> : localização das aldeias com intervenção executada e prevista, zona sul. <i>Idem</i>	118
2.1: Delimitação das unidades territoriais para fins estatísticos (NUTS) na área do continente português. <i>Idem</i>	150
2.2: Áreas de atuação das CCDR. <i>Idem</i>	150
2.3: Municípios de baixa densidade para aplicação de medidas de diferenciação positiva dos territórios. <i>Idem</i> . Fonte: <i>Deliberação CIC Portugal 2020: Classificação de Municípios de baixa densidade para aplicação de medidas de diferenciação positiva dos territórios</i> , Lisboa, CIC Portugal 2020, 2015, p. 3	150
2.4: As propostas de programas de revitalização de aldeias em Portugal, região norte. <i>Idem</i> . Base cartográfica: Carta Militar Itinerária de Portugal, escala 1/500.000 [formatos dwg e jpeg], disponibilizada pelo IGEOE em https://www.igeoe.pt	156
2.5: As propostas de programas de revitalização de aldeias em Portugal, região centro. <i>Idem</i>	157
2.6: As propostas de programas de revitalização de aldeias em Portugal, região sul. <i>Idem</i>	158
2.7: Aldeias Históricas. <i>Idem</i>	174
2.8: Aldeias do Xisto. <i>Idem</i>	180
2.9: Aldeias Vinhateiras. <i>Idem</i>	188
2.10: Aldeias do Algarve. <i>Idem</i>	192

A1.1:	Tipologia dos espaços rurais, segundo Novais <i>et al.</i> (2000). <i>Idem</i> . Fonte: Novais <i>et al.</i> , <i>Portugal (Continente) – Uma leitura do rural</i> , Lisboa, ISA / Departamento de Economia Agrária e Sociologia Rural, 2000, p. 5	A1-12
A1.2:	Tipologia dos espaços rurais, segundo GPPAA (2003). <i>Idem</i> . Fonte: GPPAA, <i>Portugal Rural: Territórios e Dinâmicas</i> , Lisboa, MADRP / GPPAA, 2003, p. 14	A1-12
A1.3:	Zonas de potencialidade agro-rural. <i>Idem</i> . Fonte: GPPAA e Observatório do QCA III, <i>Desenvolvimento e ruralidade em Portugal: uma análise empírica</i> , Lisboa, GPPAA, 2004, p. IV-3.	A1-12
A1.4:	Delimitação da ruralidade no continente português. <i>Idem</i> . Fonte: <i>Plano Estratégico Nacional – Desenvolvimento Rural 2007-2013</i> . Documento para Consulta Pública, Lisboa, MADRP, 2006, p. 8	A1-13
A1.5:	Zonas/freguesias rurais (de acordo com a nova divisão administrativa de 2013). <i>Idem</i> . Fonte: http://www.gpp.pt	A1-13
A1.6:	Densidade populacional no continente português, em 2001. <i>Idem</i> . Fonte: Raquel Soeiro Brito <i>et al.</i> (coord.), <i>Atlas de Portugal</i> , Lisboa, Instituto Geográfico Português, 2005, p. 87	A1-13
A1.7:	Densidade populacional no continente português, em 2014. <i>Idem</i> . Fonte: http://www.pordata.pt	A1-14
A1.8:	Tipologia dos espaços rurais, segundo Rolo (2014). <i>Idem</i> . Fonte: Joaquim Cabral Rolo, “O rural no Portugal que encolhe”, <i>Vez e Voz</i> , Revista da Animar, Associação Portuguesa para o Desenvolvimento Local. N.º especial “O Rural – Leituras, Dinâmicas, Animação e Desenvolvimento”, 2ª ed. (rev. e aum.), dezembro de 2014, p. 14	A1-14
A1.9:	Zonas desfavorecidas em Portugal. <i>Idem</i> . Fonte: <i>Plano Estratégico Nacional – Desenvolvimento Rural 2007-2013</i> (Outubro 2007), Lisboa, MADRP, 2007, s.p.	A1-14

Quadros

1.1:	Concurso da Aldeia mais Portuguesa de Portugal: aldeias concorrentes	19
1.2:	A política de colonização interna do Estado Novo: colónias instaladas, núcleos e número de casais	86
2.1:	A renovação, reabilitação e recuperação urbana e patrimonial na programação do financiamento comunitário em Portugal (QCA's I, II e III)	A2-7
2.2:	Programas de revitalização de aldeias propostos no âmbito dos quadros de programação financeira comunitária em Portugal (1994-2006).....	A2-17
2.3:	Aldeias Históricas, Aldeias do Xisto, Aldeias Vinhateiras e Aldeias do Algarve: enquadramento nos quadros de programação financeira comunitária em Portugal (1994-2006)	A2-21
2.4:	Aldeias Históricas, Aldeias do Xisto, Aldeias Vinhateiras e Aldeias do Algarve: atividade de GTL	A2-37
2.5:	Aldeias Históricas, Aldeias do Xisto, Aldeias Vinhateiras e Aldeias do Algarve: origem dos Planos de Aldeia	A2-39
2.6:	Aldeias Históricas, Aldeias do Xisto, Aldeias Vinhateiras e Aldeias do Algarve: quadro síntese	A2-89

Tabelas

1.1:	<i>Bem Estar Rural</i> : ponto de situação das intervenções previstas em 1964	A2-3
1.2:	<i>Bem Estar Rural</i> : aldeias beneficiadas	A2-5
2.1:	Aldeias Históricas, Aldeias do Xisto, Aldeias Vinhateiras e Aldeias do Algarve: ações previstas	A2-41
2.2:	Aldeias Históricas, Aldeias do Xisto, Aldeias Vinhateiras e Aldeias do Algarve: investimento estimado..	A2-63
2.3:	Aldeias Históricas, Aldeias do Xisto, Aldeias Vinhateiras e Aldeias do Algarve: projetos aprovados e realizados (componente infraestrutural)	A2-65
2.4:	Aldeias Históricas, Aldeias do Xisto, Aldeias Vinhateiras e Aldeias do Algarve: investimento executado	A2-85
2.5:	Aldeias Históricas, Aldeias do Xisto, Aldeias Vinhateiras e Aldeias do Algarve: investimento executado por tipologia de projeto	A2-87

Introdução

Tema, âmbito e oportunidade

Depois de décadas a depreciar o ‘velho’ e a construir novo, assistiu-se, em Portugal, a partir da década de 1980, ao lançamento de uma série de iniciativas e ações – umas no âmbito legislativo, outras no âmbito regulamentar, mas também algumas ações concretas no terreno (cf. Paiva *et al.*, 2006: 44-61) – que, enquadrando-se naquilo que se convencionou designar *reabilitação urbana*, traduzem um esforço tendente a inverter essa tendência, muito embora só na última década se tenham vindo a desenhar sinais evidentes nesse sentido – não necessariamente pelas melhores razões (a crise económica terá ditado, em grande medida, a reorientação das estratégias de investimento no setor) e a reboque do que desde há muito vinha já sendo prática corrente em grande parte dos países europeus¹.

Entre essas ações contam-se aquelas que afirmavam como propósito revitalizar as áreas rurais deprimidas do interior do país – as designadas áreas de baixa densidade (ABD) – e reabilitar algumas das muitas aldeias que estruturam os respetivos territórios; iniciativas de que a ação-piloto do Programa de Recuperação das Aldeias Históricas, lançada ainda em meados da década de 1990, se constituirá no mote fundador e modelo que se procurará replicar – embora na maior parte dos casos sem idêntico sucesso ou visibilidade, por razões que se prendem, fundamentalmente, com o interesse e a dinâmica de cada autarquia, a dinâmica própria dos territórios-alvo, a existência ou não de atores locais dotados de capacidade de iniciativa, e com os limites e condicionantes dos programas de financiamento associados.

Definindo como objetivo específico a valorização patrimonial, para fins turísticos, das particularidades que definem a identidade histórico-cultural dos pequenos aglomerados rurais, tendo em vista a melhoria das condições de vida das populações e a modernização dos respetivos equipamentos de apoio, estas ações constituíam uma espécie de projetos-âncora de iniciativas de desenvolvimento local territorialmente mais abrangentes e setorialmente mais integradas. Iniciativas com as quais se pretendia assim promover a *coesão social e territorial* através da execução de um conjunto de ações de *desenvolvimento e revitalização de comunidades rurais viáveis* assentes na *diversificação do tecido socioeconómico*, na *valorização e salvaguarda do património* (na sua dupla dimensão, cultural e natural, material e imaterial) e na respetiva *dinamização e promoção turística*.

O contexto de “renascimento rural” (Kayser, 1990), em que a emergência dessas iniciativas ocorre já não é, porém, o de uma ruralidade *predominantemente agrícola* como a que outrora ou tradicionalmente caracterizava o campo – uma ruralidade cuja *função principal* era a produção de alimentos, em que a agricultura se assumia como *atividade económica* dominante, com a família camponesa afirmando-se como *grupo social* de referência, com modos de vida, valores e comportamentos próprios, e em que a própria *paisagem* refletia a conquista de equilíbrios entre as características naturais e o tipo de atividades humanas desenvolvidas – mas antes o de uma ruralidade que é agora *meramente simbólica* (Afonso de Barros *apud* Joaquim, 1999: 311) e cuja valorização é construída a partir da ideia de *património*; ideia para a qual convergem, segundo João Ferrão, três tendências (todas elas manifestas, ainda que a diferentes níveis e com diferentes

¹ Em meados da primeira década do presente século, J. V. Paiva *et al.*, referindo-se os dados estatísticos concernentes ao setor da construção civil e obras públicas em Portugal, indicavam que “As obras de reabilitação de edifícios representaram somente 6% da produção total”, o que, nesse aspeto, colocava o nosso país na cauda da UE como aquele que “apresenta[va] o segmento da reabilitação de edifícios menos desenvolvido”, bem longe da média que se situava ordem do 37% (2006: 67).

intensidades, nas referidas iniciativas): um movimento de *renaturalização* (centrado na conservação e proteção do património natural); a procura de *autenticidade* (que se manifesta nas intenções de salvaguarda e conservação do património cultural); e a *mercantilização das paisagens* (2000: 48).

Não sendo já a produção de alimentos a sua *função principal* nem a agricultura a sua *atividade predominante*, não surpreende portanto que as novas dinâmicas que as políticas europeias procurarão induzir no mundo rural – através não só dessas, como de outras iniciativas, medidas e programas – assumam como inevitável a *diversificação económica* enquadrando-a numa estratégia de “*transformação do mundo rural em espaços multifuncionais com valor patrimonial*” (Ferrão, 2000: 48; itálicos como no original). Uma estratégia que se constrói em torno do papel fundamental que o *recurso-património* cada vez mais assumia procurando tirar partido da crescente importância económica que as indústrias cultural e, sobretudo, turística vinham adquirindo.

Atribuindo assim ao *turismo em espaço rural*, por um lado, a condição salvífica de ‘tábua de salvação’ – depreciando frequentemente o reduzido impacto, demonstrado por vários estudos, que teste tem na criação de emprego e, conseqüentemente, na fixação das populações rurais –, estas iniciativas ancoram-se ainda, por outro lado, a um longo caminho de discussão teórica que foi, paulatinamente, afirmando a importância, quer da *arquitetura vernácula*, do *património rural* e, de uma forma geral, do contexto e do ambiente em que estes se inscrevem, assim como da própria cultura, em sentido lato, que os suporta, quer da *conservação* ou reabilitação *integrada*.

Uma importância que se vem expressando num vasto conjunto de documentos de referência entre os quais caberá destacar, em particular, pela importância balizadora que assumirão neste domínio:

- (i) a Carta Europeia do Património Arquitetónico, de 1975, por reconhecer, à estrutura das “*aldeias tradicionais* no seu ambiente natural ou construído” a capacidade de favorecer “o *equilíbrio harmonioso* das sociedades”, e à “*incarnação do passado*” nesse património o ambiente indispensável ao “*equilíbrio e desenvolvimento humanos*” (European Charter..., 1975; itálicos nossos), estabelecendo e definindo ainda o conceito de *conservação integrada* e apelando à importância da *participação*;
- (ii) o Apelo de Granada sobre a Arquitetura Rural e o Ordenamento do Território, de 1977, ao proclamar a *singularidade do património rural*, exortando à sua conservação e utilização através da “*promoção controlada do turismo*” e recomendando que “a política de *conservação integrada* do património arquitetónico seja também aplicada às zonas rurais” (Apelo de Granada..., 2004; itálicos nossos);
- (iii) a Declaração de Tlaxcala, de 1982, ao apelar à “*revitalização das pequenas aglomerações*”, salientando a sua importância enquanto “*reservas de modos de vida que dão testemunho de nossas culturas [...] conferindo uma identidade a seus habitantes*” (Tlaxcala Declaration..., 1982; itálicos nossos), e reafirmar a importância da *conservação integrada*, assinalando a imprescindibilidade da integração de quaisquer iniciativas de revitalização de pequenos aglomerados num programa necessariamente mais vasto que abranja os domínios histórico, antropológico, social e económico;
- (iv) a Declaração do México, de 1982, que, alargando o conceito de património aos domínios da imaterialidade, nos vem lembrar que “cada cultura representa um conjunto de valores único e insubstituível”, sublinhando, por isso, a importância da “*afirmação da identidade cultural*” (Mexico City Declaration..., 1982; itálicos nossos);
- (v) a Declaração de Cork, de 1996, que, ao apontar o *desenvolvimento rural sustentável* como uma das prioridades da União Europeia, recomenda para as áreas rurais uma *abordagem integrada* que promova a *diversificação* das atividades económico-sociais e o

desenvolvimento de comunidades rurais viáveis e renovação das aldeias (Declaração de Cork..., 1996);

- (vi) a Carta sobre o Património Construído Vernáculo, de 1999, que vem finalmente consagrar a importância e singularidade do *património vernáculo* (Carta sobre..., 2004);
- (vii) bem como as resoluções 106(1979), adotada no âmbito do 3º *Simpósio das Cidades Históricas*, e as recomendações, 880(1979), relativa à *conservação do património arquitetónico europeu*; 881(1979), relativa ao *património arquitetónico rural*; R(81)13, relativa à *ação de apoio a certas atividades artesanais em declínio*; 935(1982), relativa à *revivificação de áreas rurais desfavorecidas*; R(86)15, relativa à *promoção das atividades artesanais envolvidas na conservação do património arquitetónico*; 1091(1988), relativa à *Campanha Europeia pelo Campo*; e R(89)6, relativa à *proteção e valorização do património arquitetónico rural*, do Conselho da Europa (CdE); ou ainda, e sobretudo, a reflexão feita no âmbito da Comunidade Europeia sobre *O Futuro da Sociedade Rural* (CEC, 1988), ao reconhecer ao património arquitetónico rural, à paisagem e às tradições artesanais a condição de *vantagens* específicas a promover no âmbito do *desenvolvimento rural local*, apelando ainda ao lançamento de uma campanha de *revitalização de aldeias e áreas rurais desfavorecidas* (no seguimento da Campanha para o Renascimento das Cidades que havia sido promovida entre 1980 e 1982) e à adoção de políticas que promovam a valorização dos ofícios e saberes tradicionais;
- (viii) e, finalmente, as Cartas do Turismo Cultural, de 1976 e 1999, ao reconhecerem os contributos que o *turismo* pode aportar à salvaguarda e conservação patrimoniais (Charter of Cultural Tourism, 1976).

Todavia, conquanto a *reabilitação urbana integrada* se tenha vindo a afirmar como prática fundamental no que respeita às intervenções em áreas urbanas consolidadas (centros históricos, áreas degradadas ou bairros críticos) – como revelam os estudos de A. Pinho (2008) ou J. V. Paiva *et al.* (2006), entre outros –, a intervenção em espaço rural tem carecido de uma abordagem específica que atenda às suas particularidades.

Com temas como o desenvolvimento local, o ordenamento do território, a correção das assimetrias regionais, a salvaguarda e valorização do património e identidade culturais e a sustentabilidade a ocuparem cada vez mais o centro das preocupações, a intervenção em espaços rurais adquire redobrado interesse e importância, representando os programas de revitalização de aldeias uma oportunidade singular de discussão, experimentação e desenvolvimento de práticas e metodologias de intervenção que transcendam os limites a que a designada *reabilitação urbana* tem estado (conceptualmente) confinada

Objetivos e objeto de estudo

Finda uma primeira fase de implementação desses programas ou iniciativas, que correspondeu, grosso modo, às ações que se enquadram genericamente no conceito de *reabilitação urbana* – e num momento em que está na ordem do dia a importância, por um lado, do investimento no setor produtivo (em particular o agrícola) e do *regresso ao campo* e, por outro lado, da aposta na *reabilitação do construído* existente (em particular o de valor patrimonial) em detrimento da construção nova –, a questão fundamental que se nos coloca é, pois, a de saber se **é possível definir e estabelecer um conceito de *reabilitação rural*** – ou seja, uma abordagem análoga à da designada *reabilitação urbana* mas diferenciada e particularmente direcionada à escala dos territórios rurais e dos pequenos aglomerados que os estruturam e às problemáticas que lhes estão especificamente

associadas – e que conceitos, princípios, metodologias, ações e práticas lhe deverão estar associadas.

Colocada a questão neste termos, (i) circunscreve-se o **objeto de estudo** às iniciativas de revitalização e reabilitação em área e aglomerados rurais propostas e executadas no nosso país entre 1994 e 2006 (período correspondente aos Quadros Comunitários de Apoio II e III), dando particular atenção aos programas das Aldeias Históricas, Aldeias do Xisto, Aldeias Vinhateiras e Aldeias do Algarve e às ações desenvolvidas nesse âmbito, que se definem no presente trabalho como casos de estudo, e (ii) estabelece-se como **objetivo central** desta tese procurar sustentar, através do *levantamento* sistemático global e genérico dessas iniciativas e da *análise crítica* mais detalhada dos resultados dos referidos casos de estudo, o desenho de um **modelo de boas práticas de intervenção de revitalização e reabilitação urbanística e arquitetónica em pequenos aglomerados rurais** (i.e. aldeias) através da enunciação dos **princípios fundamentais** a que este se deve sujeitar, bem como confirmar a sua eventual pertinência. Complementarmente, propõe-se ainda, como **objetivos secundários**, discutir

- (i) a montante, as razões que favoreceram o lançamento dessas iniciativas, o respetivo enquadramento teórico, a evolução histórica dos processos de intervenção em áreas rurais e as estratégias definidas e efetivamente mobilizadas;
- (ii) e a jusante, os problemas, dificuldades e contradições com que estas iniciativas se enfrentaram, a concretização efetiva de que as mesmas beneficiaram ao nível do projeto e da execução de obra, e os modos como se materializou a aplicação dos princípios e práticas de referência nos domínios da salvaguarda, conservação e reabilitação patrimoniais.

Metodologia

Para o efeito, recorreu-se a uma metodologia não intervencionista de carácter qualitativo assente em três fases fundamentais de trabalho: (i) uma primeira em que se procedeu à recolha e seleção de informação respeitante, procurando organiza-la, sistematiza-la e distingui-la nos seus propósitos, tipologias, problemas, dificuldades e resultados; (ii) uma segunda em que analisaram e discutiram os quatro casos de estudo e as ações contempladas em cada um deles à luz dos princípios, conceitos e práticas de referência nos domínios da salvaguarda, conservação e reabilitação patrimoniais; e (iii) uma terceira correspondente à definição do conjunto de princípios que, a partir da análise efetuada, se entende dever informar o desenho de uma metodologia de intervenção em áreas rurais.

Num primeiro nível, recorreu-se às técnicas de observação indireta e direta, tendo-se procedido, nesse âmbito, ao levantamento bibliográfico e documental de todos os programas propostos e desenvolvidos e à análise dos respetivo conteúdo, bem como a um conjunto de visitas, em momentos diferenciados, aos aglomerados beneficiados, complementado com o recurso a instrumentos das ciências sociais – e em particular da geografia, tendo em vista compreender as especificidades territoriais que determinaram as diferenças de abordagem e metodologia.

Num segundo nível, procedeu-se posteriormente à organização da informação recolhida, inventariando todos os programas e iniciativas propostos e as ações previstas e executadas no âmbito dos quatro casos de estudo previamente definidos, distinguindo essas ações nos propósitos e tipologias que lhes estavam associados de forma a estabelecer um quadro síntese que permita uma leitura global e uma análise comparativa de cada programa.

A identificação e o levantamento das principais ações de intervenção patrimonial, na sua dupla dimensão arquitetónica e urbanística, complementados com o recurso à entrevista a alguns dos

atores locais mais diretamente envolvidos nestas ações ou programas, constituem, num terceiro nível, os instrumentos metodológicos que permitem referenciar no território as diversas tipologias de ações, enquadrando-as diatopicamente, e compreender o contexto, os princípios, objetivos, dificuldades e problemas associados às ações executadas, inscrevendo-as, diacronicamente, no quadro histórico dos discursos e práticas respeitantes à ruralidade e das intervenções em áreas rurais realizadas no nosso país. Finalmente, procurou-se ainda estabelecer analogias com programas ou ações de natureza, objetivos e âmbitos de intervenção similares no panorama internacional.

Estrutura e organização do trabalho

Num primeiro capítulo, abre-se uma panorâmica sobre a história dos discursos em torno da ruralidade e da tradição e das propostas e intervenções em áreas rurais havidas em Portugal, dando particular ênfase ao período do Estado Novo. Tendo como limite superior os alvares do romantismo oitocentista e como limite inferior o arranque dos programas das aldeias, em 1994, identificámos cinco fases fundamentais que correspondem a outras tantas visões ideológicas e formas de entendimento da ruralidade e da tradição, que designámos como *tradição desejada*, *tradição recusada*, *tradição encenada*, *tradição reinterpretada* e *tradição revisitada*.

A primeira, cujas origens situamos no romantismo oitocentista, abrange fundamentalmente a segunda metade do século XIX e as primeiras décadas do século XX e caracteriza-se por uma idealização bucólica e pastoral da ruralidade e pela tentativa de fixação das origens e carácter nacionais a partir da definição idealizada de uma essencialidade rural, que se constitui, simultaneamente, identidade e vocação, tendo na “descoberta do povo” (Burke, 1978) e no estudo e valorização das culturas populares o seu traço essencial, e na questão da “casa portuguesa” a sua bandeira.

A segunda abrange um curto período coincidente com a primeira década de vigência do Estado Novo e corresponde ao nosso primeiro e “efémero modernismo”, caracterizando-se por uma vã, embora tolerada, “tentativa de renovar a linguagem arquitetónica, através do modelo internacionalista dos anos 20” (Portas, 2008: 171, 177), por parte de uma classe de arquitetos chamada à proximidade do poder para dar corpo à primeira vaga de obras públicas a que aquele regime se irá lançar.

A terceira tem no concurso da aldeia mais portuguesa o seu momento inaugural e na Exposição do Mundo Português de 1940 o seu paradigma, simultaneamente teatral e encantatório, de uma política destinada a “reaportuguesar” Portugal através da imposição de uma imagética e de uma simbólica que retoma as ideias da “vocação” e da “essencialidade” rurais do país, mas que, tendo o seu apogeu durante a década de 1940, irá, cada vez mais confinada a alguns setores mais retrógrados, perdendo progressivamente fôlego até ao fim do regime.

A quarta, mais difícil de definir, porquanto congrega tendências contraditórias, é balizada pelo I Congresso Nacional de Arquitetura, em 1948, momento decisivo em que àquela imagética e simbólica ruralizante imposta pelo regime, se virão a opor, por um lado, um segundo modernismo que retoma, de forma radical, o catecismo do Movimento Moderno a rejeição da tradição que este proclama, por outro, uma *reinterpretação da tradição* que, sem negar os princípios do modernismo, procede à sua revisão crítica incorporando a importância do contexto e das suas constantes e permanências a partir, sobretudo, no caso português, das múltiplas leituras permitidas pelo Inquérito à Arquitetura Regional Portuguesa, bem como, e ainda, a partir dos anos 1960, um novo vernáculo, “sem arquitetos”, híbrido e transgénico que, embora desenvolvendo-se em paralelo

àquelas tendências, é enjeitado por ambas e tem no abandono dos campos o seu sintoma e na “casa de emigrante” a sua (para muitos) ferida exposta.

É durante esta segunda fase, ainda que sem se conseguir destacar, de uma forma geral, das premissas da *tradição encenada* – não obstante alguns sinais de aproximação àquela segunda tendência reinterpretativa da tradição –, que irão ser postos em prática os dois principais processos de intervenção em áreas rurais ocorridos no nosso país até aos programas de revitalização das aldeias finisseculares: a *colonização interna* e o *bem-estar rural/renovação aldeã* – uma através da construção, de raiz, de novos aglomerados rurais; a outra, antecipando aqueles programas nalguns dos seus aspetos, através da renovação/reabilitação de aglomerados existentes.

Finalmente, a partir da segunda metade dos anos 1970 inicia-se uma espécie de *revisitação da tradição*, com a redescoberta do campo, das aldeias e da ruralidade, os primeiros sinais e movimentos em prol do retorno ao campo, da (re)valorização da arquitetura popular, do património rural, da reabilitação e revitalização das aldeias e áreas rurais, propiciados essencialmente por uma procura turística que manterá uma tendência de crescimento e virá, a partir da segunda metade dos anos 1990, a ser alimentada financeiramente pelos dinheiros comunitários, através, em particular, dos programas de revitalização de aldeias.

Posto isto, aborda-se mais detalhadamente, num segundo capítulo, os programas de revitalização de aldeias empreendidos em Portugal a partir da experiência seminal do Programa de Recuperação das Aldeias Históricas, lançado em 1994 no âmbito do Quadro Comunitário de Apoio (QCA) II, sendo essa abordagem feita a três níveis diferenciados:

- (i) um primeiro respeitante ao enquadramento destes programas nas políticas estruturais europeias e nos instrumentos de programação e apoio financeiro comunitário;
- (ii) um segundo em que se procede à elencação, sumária, da generalidade das iniciativas, propostas e intenções que foram lançadas ou enunciadas no âmbito dos QCA II e III, fazendo uma primeira aproximação aos quatro casos de estudo selecionados, procurando, a partir de uma leitura do programa de intervenção e das suas intenções, refletir sobre a particular relevância que a revitalização e a diversificação económica associadas à valorização patrimonial assumem, bem como a importância atribuída à reabilitação urbana no âmbito dos processos de desenvolvimento rural/local;
- (iii) e um terceiro em que se analisam criticamente aquelas quatro experiências, a partir de uma leitura a três escalas necessariamente diferentes mas complementares: (a) a do plano e das suas propostas, procurando identificar os princípios, processos e práticas de reabilitação patrimonial adotados, bem como aferir e compreender a preponderância que lhes é dada nesse âmbito; (b) a dos projetos e respetiva execução, analisando a forma como esses princípios, processos e práticas foram materializados, bem como o eventual recurso a *abordagens específicas*.

O capítulo encerra com uma análise sumária de algumas experiências internacionais que nos pareceram relevantes, procurando dessa forma enquadrar a experiência portuguesa num contexto mais alargado e daí poder confirmar ou infirmar os pressupostos e princípios que se entende dever associar à metodologia a propor.

Finalmente, num terceiro capítulo, estabelece-se uma síntese crítica conclusiva daquelas experiências, encerrando-se o trabalho com a enunciação, descrição e justificação dos pressupostos e princípios que, a partir da análise crítica efetuada, se entende dever associar, como contributos fundamentais, ao desenho de uma metodologia de intervenção em áreas rurais.

Importa ainda considerar que este trabalho nos colocava três questões fundamentais – (i) em que consiste e como se define o conceito de *rural*; (ii) o que entendemos hoje por *património*, de uma forma geral, e por património vernáculo, em particular e como evoluíram historicamente os respetivos conceitos e as práticas que lhes estão associadas; e (iii) que papel tem assumido o *turismo* e qual a importância que tem sido concedida a este setor de atividade nos processos de desenvolvimento local e rural –; questões para as quais, pese embora os estreitos limites que são hoje consagrados a este tipo de trabalhos, se entendeu, ainda assim, que, pela importância que representam no enquadramento teórico do tema, não se poderia deixar de incluir no presente trabalho, embora admitindo que pudessem constituir componente autónoma do mesmo.

Assim, foi decidido abordar as referidas questões em anexo, num único capítulo dividido em cinco secções:

- (i) uma primeira em que se procede à clarificação e delimitação do âmbito territorial de análise (áreas rurais);
- (ii) uma segunda em que se traça, em linhas gerais, a evolução dos conceitos e práticas nos domínios da salvaguarda e conservação patrimonial;
- (iii) uma terceira em que se define o lugar do património vernáculo nessa evolução e o seu atual enquadramento;
- (iv) uma quarta em que se procura fazer uma leitura sumária da evolução das práticas conservativas e patrimoniais em Portugal, à luz daquela evolução;
- (v) e, numa última secção, faz-se uma reflexão breve em torno dessa espécie de trilogia virtuosa que constituem, para as áreas rurais de baixa densidade, o património, a reabilitação e o turismo.

1. Discursos, propostas e intervenções em áreas rurais em Portugal: do Estado Novo aos Programas das Aldeias (1933-1994)

1.1. Antecedentes: da “descoberta do povo” à encenação da ruralidade

1.1.1. A tradição *desejada*: da pastoral romântica à demanda da *casa portuguesa*

A corrente ideológica que tende a exaltar a ruralidade e os seus valores e virtudes, iniciada, essencialmente, no domínio da literatura mas que rapidamente irá contaminar a esfera sociopolítica em proveito (ou como arma) das ideologias políticas que virão a emergir, particularmente no século XIX, em defesa do conceito de nação e de um certo *status quo* económico-social, e que R. Williams (1990) descreve e analisa para o caso inglês, parece-nos encontrar evidente paralelismo em Portugal.

Com efeito, essa exaltação é já detetável na importância atribuída ao campo como espaço privilegiado da ação nas *cantigas de amigo* medievais, prossegue na preponderância e protagonismo assumidos pelas personagens eminentemente campestres (particularmente na figura de jovens pastoras ou pastores) nas canções *pastorais* dos séculos XV, XVI e XVII (*vide*, por exemplo, Bernardim Ribeiro) e é retomada no século XIX à boleia dos movimentos romântico e nacionalista. Estes movimentos, inspirados na ‘descoberta do povo’ e na celebração do *Volkgeist* (através da poesia popular) que Johann Gottfried Herder e os irmãos Wilhelm e Jacob Grimm iniciam ainda no último quartel do século XVIII (cf. Burke, 1978: 3-22), irão, por sua vez, proceder a uma crescente valorização da(s) cultura(s) popular(es)¹ e da sua importância como matriz essencial, fundadora, dessa ‘comunidade política imaginada’ (Anderson, 2006) em que se constituirá a nação².

A exemplo do que sucederá assim noutros países europeus³, também em Portugal a exaltação das “excelências da vida rústica”, o “elogio moral e político do viver campestre”, a ideia de que “As cidades, que afectam desprezar os campos, deles nascem, por eles vivem, e medram, que só lá têm as suas raízes” e que o campo “encerra pois mais alta Poesia, Poesia mais bela, mas fecunda, mais

¹ Valorização a que, não sendo de todo alheias as transformações económicas e sociais então em curso que ditarão o desaparecimento progressivo de muitas tradições e elementos que configuravam as culturas populares – de que decorre muita da nostalgia que impregna os discursos patrimonialistas, como, p. ex., o denunciado Júlio Dinis, em 1866, em *As Pupilas do Senhor Reitor*, ao afirmar que “A onda económica adianta-se rápida; dentro em pouco inundará os campos. Dêem-se pressa os que ainda quiserem conhecer as velhas usanças, para as quais está já a soar a derradeira hora” (1966: 210); ou Joaquim de Vasconcelos, em 1882, ao lançar o alerta de que “Urge acudir às aldeias – amanhã será tarde, amanhã teremos os caminhos de ferro, a invasão desordenada de novas ideias, os novos usos e costumes; amanhã teremos ali a moda (...), a obliteração dos tipos puros” (*apud* Leal, 2002: 261) –, também o não será, porventura, como refere Campelo, a “recusa de similitude ou a negação desse mundo”, subalterno e “inculto” (2006: 137), e a necessidade de justificar ou (re)afirmar o ordenamento hierárquico da sociedade e o posicionamento relativo de cada grupo ou classe por parte das classes e grupos dominantes (a quem cabe identificar e estabelecer a distinção cultura erudita/cultura popular).

² P. Burke atribui a Herder o uso da expressão ‘cultura popular’ (*Kultur des Volkes*) por oposição à ‘cultura letrada’ ou ‘erudita’ (*Kultur der Gelehrten*), considerando que o que há de novo no seu contributo e no dos seus seguidores é, “first, the emphasis on the people, and second, their belief that ‘manners, customs, observances, superstitions, balads, proverbs etc.’ were all part of a whole, expressing the spirit of a particular nation”, e acrescentando ainda que o “enthusiasm for folksongs was part of a movement of self-definition and national liberation.” (1978: 8, 12)

³ Relativamente ao caso inglês, p. ex., G. Cherry refere que, com as transformações decorrentes da revolução industrial, “London and the manufacturing towns had become targets of concern as much as objects of satisfaction. They were unhealthy and centres of crime and vice; the ugliness of their housing conditions for the overcrowded poor militated against the population developing any sensitivity to beauty. The antidote was to seek refreshment in the countryside [...]. A back-to-the-land philosophy rejected the impersonal cities: it favoured rural village life [...]. A return to the countryside’s natural beauty was to escape from the insensate cities.” (1993: 23) Aquele autor associa ainda à ideia deste ‘regresso ao campo’ nomes como o de John Ruskin, “[who] envisioned a quasi-feudal agrarian society”, William Morris, “[who] encouraged craft design and founded the Society for the Protection of Ancient Buildings in 1877”, e Edward Carpenter, “[who] advocated the simple lifestyle in harmony with natural surroundings.” (*Idem: Ibid.*)

vivaz, mais duradoira”⁴ (Castilho, 1849: 11, 12 e 21), bem como premissas como as de que “Nenhuma coisa pode ser nacional se não é popular”⁵ (Garrett, 1853: XXV) ou “O povo ainda é hoje o nosso maior artista” (Joaquim de Vasconcelos, 1882, *apud* Leal, 2002: 257), entre outros contributos⁶, irão estar na origem ou fundamento de projetos político-ideológicos de natureza nacionalista e tendencialmente conservadora e tradicionalista que então emergem. Projetos que virão posteriormente, já no início do século XX, a confluir (e apaziguar-se) no Estado Novo, constituindo igualmente a matriz fundamental da *política do espírito* que António Ferro irá dirigir ao longo da primeira década daquele regime (ver, p. ex., Baptista, 1997).

Extravasando dos domínios da poesia, literatura e tradições populares onde originalmente emergem, esses movimentos irão, numa fase posterior, convocar antropólogos, etnólogos e historiadores de arte para as tarefas de fixação dos “atributos que uma nação deveria possuir” – a saber: “um passado (...) comum, (...) uma cultura popular nacional, um carácter ou uma mentalidade nacional” (Orvar Löfgren *apud* Leal, 2000: 18) – e correspondente identificação, levantamento e inventário dos domínios e elementos que os constituem; domínios entre os quais a arquitetura se revelará desde logo, como regista Leal (2000: 21), “um dos mais promissores”.

De facto, as pesquisas nos domínios antropológico e etnológico que emergem na segunda metade de oitocentos, tendo como protagonistas Adolfo Coelho⁷, José Leite de Vasconcelos e Rocha Peixoto⁸, não deixarão de dedicar especial atenção ao tema da habitação, sendo neste âmbito que irá estalar uma polémica cujos ecos marcarão de forma sensível a história da arquitetura portuguesa ao longo de boa parte do século XX: a da existência ou não de uma “unidade característica” (Peixoto, 1990a: 153) na habitação popular portuguesa, ou seja, de um tipo específico de habitação popular específica e distintamente portugueses.

A ideia, ainda que apenas sugerida a partir de uma leitura superficial de um conjunto de tipos referentes ao centro e norte do país⁹ – a partir dos quais se procede a uma generalização “cuja eficácia se cingiria ao ‘país do tamanco’” (Leal, 2000: 129) – e prontamente rejeitada por Rocha Peixoto, irá ser, no entanto, retomada e desenvolvida por outros.

Entre estes, avulta a figura tutelar de Raul Lino, a quem caberá – estimulado pelo romantismo nacionalista bebido nas fontes inglesa e, sobretudo, alemã que constituíam a origem da sua

⁴ Esta oposição que se estabelece entre uma vida urbana moralmente deprimente e dissolvente e uma vida campestre sadia e tendencialmente morigeradora é também glosada, p. ex., por Júlio Dinis (1920), em *A Morgadinha dos Canaviais*, e Eça de Queirós (1901), em *A Cidade e as Serras*, na segunda metade de Oitocentos, terminando mesmo a ação deste último com a personagem narrador José Fernandes a desfazer-se, simbolicamente, do “pútrido rebotalho da civilização” e a afastar-se das “amarguradas ilusões” e “falsas delícias” que a cidade representava, entregando-se definitivamente à “beleza eterna e verdadeira” da serra, assim “trilhando um solo eterno, e de eterna solidez” (Queirós, 1901: 379-380).

⁵ E (cultura) popular será “sempre sinónimo de ruralidade”, constituindo-se esta asserção, para Leal (2000: 40) numa das “grandes constantes” do estudo da cultura popular portuguesa ao longo dos tempos.

⁶ Entre esses contributos não se pode deixar de referir o de Frédéric Le Play, ainda no século XIX e traduzindo a transição, entretanto operada, na abordagem do povo, do que seria ainda apenas um simples curiosidade ou interesse, pelo seu exotismo, para o que já será um autêntico ‘culto’, implicando a autoidentificação e um esforço de imitação (Burke: 1978: 9). As ‘virtudes’ e ‘valores morais’ da estabilidade, obediência e resignação (cf. Lefebvre, 2001: 24), ‘descobertos’ por Le Play entre os camponeses e comunidades rurais, não terão certamente deixado de desempenhar um papel central na formulação da intenção declarada por Salazar de “levar os portugueses a viver habitualmente” (Ferro, 1978: 283).

⁷ Autor em cujos programas de trabalho é possível detetar, segundo J. Leal (2000: 108), a “referência seminal”, no contexto nacional, ao tema da habitação e arquitetura populares.

⁸ A Rocha Peixoto se deve, assinala ainda J. Leal (2000: 43), o primeiro esforço visível de alargamento temático dos estudos da cultura popular, do âmbito literário a outros âmbitos, como o da arquitetura, seguindo as sugestões de pesquisa enunciadas por Adolfo Coelho.

⁹ A ideia da existência de um “tipo português de casa de habitação”, apesar de formulada inicialmente por Henrique das Neves como simples nota de rodapé ao seu livro *A Cava de Viriato. Notícia Descritiva e Crítico-Histórica*, editado em 1893, acabaria por ganhar importância tal que viria ser publicada, na forma de artigo, em diversas revistas sob o título “A Casa Portuguesa” (Leal, 2000: 110-111).

educação e formação académica – fixar-lhe um receituário¹⁰ que em muito irá aproveitar ao ideário nacionalista e tradicionalista do Estado Novo, regime que – vindo na suposta ‘unidade característica’ da arquitetura portuguesa mais uma prova do caráter unitário da nação – encontrava aí o mote (e, sobretudo, o modelo) para a imposição de uma arquitetura nacional (cujo *reaportuguesamento*, face à crescente importação e sucesso de modelos arquitetónicos internacionais, os ideólogos do regime – e o próprio Raul Lino¹¹ – haviam desde há muito considerado fundamental).

Ora o que esse modelo virá a traduzir e enfatizar, não só no domínio mais óbvio da habitação mas também em programas de equipamentos de pequena escala, e em ambas as suas versões, historicista e regionalista, é a componente tradicionalista e ruralista da ideologia do regime¹², quer na tipologia – que no, domínio da habitação, corresponde a uma casa de campo¹³ –, quer na escala – essencialmente doméstica, a da moradia unifamiliar¹⁴ –, quer nos elementos compositivos e decorativos que a configuram – de tendência regionalista e respigados, muitos deles, na arte e arquitetura populares ou nelas firmando as suas raízes estéticas e formais.

Mas antes que esse modelo se possa (ou encontre condições para se) afirmar, a arquitetura portuguesa irá ainda passar por uma curta e efémera fase de tolerância do modernismo internacionalista assente numa atitude de clara *recusa da tradição*, ou aquilo que Nuno Portas designa como “tábua rasa estética” (2008: 185).

¹⁰ Embora Raul Lino tenha tido o cuidado, a propósito de *A Nossa Casa*, de “advertir” que “Este livro não é nem poderia ser um formulário para a criação de belas casas” (s.d.: 14) e se venha mais tarde a lamentar da “chuvada de beiralinhos, azulejos, pilaretes e alpendrões, que ainda hoje perdura a maré dos arrebiques inúteis, subvertendo toda a boa intenção!” (1941: 9), a verdade é que aquilo que transparece das suas propostas é a tipificação estilizada de um pequeno conjunto de aspetos ou elementos formais supostamente definidores da arquitetura vernácula – alpendres, telhados, beirados sanqueados, emolduramentos dos vãos, caiação, etc. –, isolando-os do respetivo contexto e devolvendo-os como roupagem regionalista de uma perspectiva artificialmente unificadora.

¹¹ Logo no seu primeiro livro, *A nossa casa: apontamentos sobre o bom gosto na construção das casas simples*, publicado em 1918, Lino critica a “tão desastrosa queda no barbarismo de construções que deslustram a maioria das localidades portuguesas e que amplamente atestam a corrupção absoluta do gosto nacional” cuja responsabilidade atribui “à introdução de certas publicações francesas que tiveram grande voga em Lisboa, servindo para divulgar entre nós os tipos de construções completamente inadequados ao nosso país”, nomeadamente os *chalets*, “sintomas volumosos e obcecantes da moléstia” que diz infestar já o país todo, “a desnacionalização” (s.d.: 18, 26 e 76). Por isso, sugere “ser lógico que”, a fim de manter o “aspecto agradável e interessante pela harmonia do seu conjunto, sem exclusão da variedade”, e pela “integração absoluta na paisagem” que ofereciam as nossas cidades vilas e aldeias, “se construa no estilo da região” (*Idem*: 18 e 26). Mais tarde, e referindo-se agora ao modernismo racionalista que emerge no final dos anos 20, viria a defender que o “internacionalismo na arquitectura devia ser proibido superiormente se não houvesse já razões de ordem técnica e material para ser condenado” (*apud* França, 1991: 226).

¹² Importa salientar que o elogio da ruralidade estender-se-á a todos os domínios artísticos, incluindo o cinema – quer antes, quer, sobretudo, depois da instauração do Estado Novo –, em filmes como *A Rosa do Adro* (1919), *As Mulheres da Beira* (1921), *Gado Bravo* (1934), *As Pupilas do Senhor Reitor* (1935), *Maria Papoila* (1937), *A Canção da Terra* (1938), *Aldeia da Roupa Branca* (1939) ou *Ala-Arriba* (1942). E mesmo em filmes cuja ação decorre em cenário urbano, como *O Pai Tirano* (1941) ou *O Pátio das Cantigas* (1942), é a dimensão aldeã dos bairros típicos lisboetas retratados que emerge como ideia-força, em claro contraste com o que virá a suceder, já nos anos 1960, em filmes emblemáticos do que ficaria conhecido como *cinema novo*, como, p. ex., *Os Verdes Anos* (1963) ou *Belarmino* (1964) (cf. Cardoso, 2014).

¹³ “Essas casitas sorridentes, sempre alegres na sua variada caiação; casas dum branco radiante como o da roupa corada ao sol, outras da cor de rosa com os beirais verdes, dando-nos uma impressão de frescura que lembra melancias acabadas de retalhar. Branca, cor de rosa, vermelhas ou amarelas – quem não sentirá o aconchego expresso nos seus vãos bem proporcionados, a lhaneza das suas portas largas e convidativas, a linha doce dos seus telhados de beira saliente com os cantos graciosamente revirados, o aspecto conciliador dos seus alpendres, as trapeiras garridas respirando suficiência... finalmente, as suas chaminés hospitaleiras e fartas!” (Lino, s.d.: 27-28).

¹⁴ Porque “A intimidade da vida familiar reclama aconchego, pede isolamento, numa palavra, exige a casa, a casa independente, a casa própria, a nossa casa” (Salazar, 1933: s. p.), é a casa unifamiliar independente aquela que, melhor servindo “para fortalecer e elevar essa instituição (a família) que constitui a base da actual organização social portuguesa” (SNI, 1943, *apud* Gros, 1982: 18), também “mais corresponde ao feitio do português amigo do seu lar” (Visconde de Almeida Garrett *apud* Gros, 1982: 117).

1.1.2. A tradição *recusada*: o modernismo efêmero da *geração do compromisso*

Efetivamente, a exemplo do que se passava noutros países europeus, também em Portugal se assistirá, a partir de meados da década de 1920, à emergência de uma corrente modernista internacionalista de matriz racional-funcionalista (figura 1.1) que, embora opondo aos modelos historicista e tradicionalista atrás referidos uma tentativa de renovação da linguagem arquitetónica, beneficiará, até ao início da década de 1940, da “tolerância” do regime à utilização do “moderno” (Portas, 2008: 177, 184).

Figura 1.1

Liceu Diogo de Gouveia, Beja

(Arqt.º L. Cristino da Silva, 1930-34)

Nesta obra, “o carácter marcadamente funcionalista (e internacionalista) da arquitectura constituiu”, segundo J. V. Caldas, “o germe da própria contestação à aplicação dos princípios do movimento moderno em Portugal.” (1997: 29)



Uma tolerância que traduzia não só alguma “hesitação e expectativa”¹⁵ (Almeida & Fernandes, 1986: 111) – decorrentes, por um lado, das pressões ainda contraditórias que se faziam sentir e, por outro, da importância concedida à prévia sedução (do campo artístico) aos desígnios da ideologia e da propaganda do regime –, como também a ausência de “modelos arquitectónicos próprios” (Pereira & Fernandes, 1980: 535) – contrariamente ao que sucedia com outros regimes autoritários coevos, como o nazi alemão ou o fascista italiano –, correspondendo a um período, ainda e não só de afirmação e definição política e institucional do regime, mas sobretudo de montagem e harmonização dos seus sistemas e mecanismos de inculcação, doutrinação e repressão ideológica, política e cultural, tarefas para as quais irá ser convocado um dispositivo que se revelará fundamental, o Secretariado da Propaganda Nacional (SPN) (Ramos do Ó, 1999).

Chamados à proximidade do poder (Portas, 2008: 177), os arquitetos, todavia, rapidamente ficarão seus reféns, numa época em que o mercado e a procura privada eram muito exíguos e a classe dependia fortemente da encomenda pública¹⁶ que o intenso programa de obras públicas impulsionado pelo regime irá propiciar através da ação dinâmica do novel ministério das Obras Públicas e Comunicações criado em 1932.

Não surpreende por isso que os arquitetos que haviam iniciado as suas carreiras de forma, por vezes, fulgurantemente moderna¹⁷, se venham a “converter”¹⁸ (Portas, 2008: 186) aos modelos historicista e regionalista entretanto impostos pela ideologia e estética estado-novistas.

¹⁵ Mas também, segundo J. A. Bandeirinha, “espanto, [...] ignorância e [...] surpresa” (2004: 27), o que poderá eventualmente ajudar a explicar a falta de reação inicial por parte do regime.

¹⁶ Em 1947, o então ministro das Obras Públicas, José Frederico Ulrich, virá a afirmar que “quando em 1932, foi criado o Ministério das Obras Públicas e Comunicações, a arquitectura era profissão totalmente desconhecida” (*apud* Pereira & Fernandes, 1980: 537), dando assim a entender que esta categoria profissional em muito devia ao regime e à sua política de obras públicas o seu resgate à insignificância a que estivera até então votada.

¹⁷ Como serão, entre muitos outros, os casos de Rogério de Azevedo – a respeito do qual vale a pena comparar a Garagem do Comércio do Porto (1930-32) com as suas propostas para as escolas primárias ‘regionalizadas’ (1933-35) ou para as pousadas regionais (1938-48) –, de Miguel Jacobetty Rosa – cuja primeira obra, a casa Roque Gameiro (1931), sendo também o primeiro prémio Valmor atribuído a um projeto marcadamente modernista, contrasta fortemente com as suas ulteriores propostas para o Estádio Nacional (1940-44) ou

Com efeito, a esse período de tolerância do regime face “a uma dinâmica modernista de influência internacional, que despontou em Portugal na transição de 1929-1930” e à confiança e entusiasmo dos arquitetos no futuro, no progresso e na utopia social e urbana que o “moderno” prefigurava, sobrevirá

uma fase, que se prolongou por toda a restante década, de 1930, onde as tensões entre atitudes arquitectónicas inovadoras conflituaram com atitudes de sinal reaccionário (Fernandes, 2005: 64).

Uma fase em que a consciência da necessidade de adoção de uma atitude de “realismo profissional” (Almeida, 1997: 96) face à situação atrás referida, e o reconhecimento, nesse mesmo “moderno”, da ausência de resposta “ao exaltado momento histórico”, levarão a classe a assumir, como refere Portas, que já

Não chegava fazer caixotes funcionais, era necessário embrulhá-los em papel de memória e memória chamava-se ‘rústico’ (as raízes do povo) e ‘joanino’ (as raízes do poder, o sumo do império) ou, melhor ainda, a colagem de ambos. (2008: 185)



Figura 1.2: Exposição do Mundo Português de 1940, vista aérea panorâmica

‘Comprometidos’¹⁹ com o regime e a sua estética, fosse por mero pragmatismo ou por assumida convicção, os primeiros arquitetos ‘modernos’ portugueses irão enterrar no “monumentalismo de estafe” da Exposição do Mundo Português de 1940 (figura 1.2), que concebem “com entusiasmo” (Portas, 2008: 185), o que lhes restava de vanguardismo modernista, entregando-se a partir de então – e (aparentemente) com idêntico entusiasmo – à criação de “um estilo português de 1940”; um estilo “moderno, forte, saudável”, mas já não utópico, apontado ao futuro, antes “um moderno [...] que venha do passado sacudindo a poeira do caminho” (Ferro, 1939: 22). Esta “inflexão” ou “involução” (França, 1991: 225) só terá a sua catarse em 1948 – naquela que será a primeira grande reunião conjunta dos arquitetos portugueses – ao reconhecerem, pela voz de Cottinelli Telmo, “uma deficiência [...]: a de não termos sabido impor os nossos pontos de vista; a de não termos sabido lutar como devíamos.” (1948b: L)

para as pousadas regionais (1938-1945) –, ou de Carlos Ramos – que virá a adotar na Leprosaria Nacional Rovisco Pais (1947) uma linguagem que se distancia substancialmente daquela com a qual configurara, duas décadas antes, o Pavilhão da Rádio (1927-33).

¹⁸ Essa ‘conversão’ terá sido facilitada pela ausência de uma reflexão teórica que tivesse fundamentado de forma ideologicamente consistente a adoção do ‘moderno’ e contrariado assim aquela que terá sido a tendência geral de assimilação do mesmo “como mais um estilo (e mais à moda) disponível segundo as circunstâncias, o gosto do cliente ou o ponto do país para onde se destinava” (Caldas, 1997: 24), ou seja, “mais como linguagem disponível que como código totalizante” (Costa, 1988: 5).

¹⁹ “Geração do compromisso” terá sido, segundo P. V. Almeida e J. M. Fernandes, a forma como Carlos Ramos designou a geração de 1927, aquela que irá materializar esse nosso primeiro e “efémero modernismo”, estabelecendo-se esse compromisso, segundo os mesmos autores, “em duplo registo: um primeiro que dizia respeito à maior ou menor capacidade de os arquitectos participarem de facto no movimento da arquitectura moderna, [...] e um segundo que dizia respeito ao seu deliberado envolvimento com o poder, tentando conquistar para a sua arquitectura a atenção e o apoio do Estado.” (1986: 112)

1.2. A tradição encenada: da *política do espírito* ao espírito de uma política – eis a *casa portuguesa, com certeza*

1.2.1. O concurso da Aldeia mais Portuguesa de Portugal: a *invenção de tradições*

Um dos primeiros atos da encenação da ruralidade que constituirá um dos vetores fundamentais do quadro ideológico do Estado Novo¹, o concurso da *Aldeia mais portuguesa de Portugal*, terá sido também, de entre todas ações que viriam a ser desenvolvidas no âmbito do projeto cultural associado à *política de espírito* promovida pelo Secretariado da Propaganda Nacional (SPN/SNI)², a que mais perdurou no imaginário nacional, como atesta o uso (abundante) que ainda hoje é feito do título conquistado na promoção turística da aldeia³ vencedora, Monsanto (Idanha-a-Nova)⁴.

Inscrito no quadro do “modelo nacionalista-ruralista-tradicionalista de cultura popular” (Melo, 2001: 375) cujas raízes remontam aos ideários nacionalistas que emergem em Oitocentos e se estenderão à primeira República – modelo com o qual o regime pretendia promover o *reaportuguesamento de Portugal* –, o concurso encerra a exaltação do conjunto de valores associados ao mundo rural em que a dimensão simbólica da *aldeia* ocupa lugar central. Constituindo esses valores a base sobre a qual o regime irá alicerçar o conceito de identidade nacional com que irá procurar legitimar-se politicamente, é neles que António Ferro sustentará de igual modo a “diferenciação regionalista do produto turístico português” (Pina 1988: 95) que irá proclamar enquanto diretor do SPN/SNI, macaqueando, não só o *povo verdadeiro* em verdadeiro povo (cf. Baptista, 1993: 347), mas também a *ruralidade verdadeira* em verdadeira ruralidade.

Nesse contexto, em que a etnografia irá assumir um papel preponderante, predispondo-se a uma militante *invenção de tradições* (Hobsbawm & Ranger, 1984)⁵ – particularmente nos domínios das danças, cantares e melodias, sujeitas que foram a um processo de modelação, adaptação e expurgação das suas componentes mais subversivas a fim de se tornarem suscetíveis de serem

¹ E também um dos seus “sete mitos fundadores”, segundo Rosas, o de “um país essencial e inevitavelmente rural, uma ruralidade tradicional tida como uma característica e uma virtude específica, donde se bebiam as verdadeiras qualidades da raça e onde se temperava o ser nacional” (2001: 1035). Mito de um país cujas gentes, acreditava (ou queria fazer-nos acreditar) Salazar, “não se deixam obcecar pela miragem do enriquecimento indefinido, mas aspiram, acima de tudo, a uma vida que embora modesta seja suficiente, são, *presa à terra*” (apud Rosas, 2001: 1035; itálicos nossos).

² Organismo criado em 1933 e ao qual são incumbidas a “direção e superintendência da Propaganda Nacional interna e externa, competindo-lhe, como órgão central dos serviços de propaganda, coordenar toda a informação relativa à ação dos diferentes Ministérios, de modo que, pela sua organização sistemática e oportuna difusão, possa evidenciar-se, no País e no estrangeiro, o espírito de unidade que preside à obra realizada e a realizar pelo Estado Português” (Decreto-Lei n.º 25.034: art.º 2.º). Em 1945, traduzindo de alguma forma a depreciação de que o termo propaganda virá a ser objeto (fundamentalmente pelo uso que dele fizeram os regimes nazi alemão e fascista italiano), o SPN passará a adotar uma nova designação: Secretariado Nacional da Informação, Cultura Popular e Turismo (SNI). Doravante adotaremos a sigla SPN/SNI.

³ Aldeia que, afinal, não era aldeia – como o não é hoje, nem são algumas das outras atuais Aldeias Históricas – mas sim vila (desde 1510, tendo sido sede de concelho até 1853), facto que, segundo Félix (2003: 222) terá suscitado alguma polémica, pelo menos a nível local, entre as aldeias concorrentes.

⁴ Não só Monsanto, aliás. Esta, como referimos, continua ainda hoje a ser vastamente anunciada e promovida como ‘a aldeia mais portuguesa’ (classificação que, recentemente, se estendeu ao próprio concelho, Idanha-a-Nova, promovido como “provavelmente o concelho mais português de Portugal”...). Mas também Alte, que não mais deixaria de assumir a sua condição de “segunda aldeia mais portuguesa” – condição que, no entanto, Brito afirma ter também ouvido “reclamar às gentes de Bucos” (1980: 529)... – e Azinhaga, que a sinalização turística e informativa à entrada da aldeia ainda celebra como aldeia “mais portuguesa do Ribatejo”, como recentemente pudemos constatar.

⁵ Segundo E. Hobsbawm, *invenção de tradições* corresponde ao “conjunto de práticas, normalmente reguladas por regras tácita ou abertamente aceitas [...], de natureza ritual ou simbólica, [que] visam inculcar certos valores e normas de comportamento através da repetição, o que implica, automaticamente, uma continuidade em relação ao passado” (1984b: 9), esclarecendo ainda aquele autor que “os gostos e as modas, especialmente na área do divertimento popular, podem ser ‘criados’ apenas dentro de limites bastante estreitos; têm de ser descobertos antes de serem explorados e modelados.” (1984a: 316)

apresentadas em contextos (e a públicos) diferentes daqueles em que habitualmente ocorriam⁶, implicando, necessariamente, uma recolha prévia, mas também a posterior estilização do material recolhido por forma a prefigurarem “uma prática performativa onde está codificada uma gramática para a interpretação da nação” (Castelo-Branco & Branco, 2003: 6; Pestana, 2003) – a arquitetura, e de uma forma geral tudo aquilo que configura hoje o conceito de património vernáculo, não adquire, no entanto, mais do que uma função meramente cenográfica e decorativa, embora, quiçá, de forte carga simbólica, como é evidente na referida aldeia vencedora.

De resto, pode-se dizer que este concurso é bem o símbolo que melhor condensa e sintetiza os valores mais propalados pela política cultural do Estado Novo e os próprios princípios dessa política. Como a própria Monsanto (e não certamente por acaso) acaba por ser uma vencedora quase anunciada⁷ ao representar, não só o papel de espelho fiel desse conjunto de valores, como ainda, e sobretudo, o de “fortaleza moral da nossa terra, síntese das virtudes da raça, nossa rígida bandeira de pedra” (Ferro, 1950a: 93). Para além do mais, o próprio título do concurso remete para uma outra polémica que irá cruzar todo este período, opondo aqueles que – a coberto (ou mesmo apesar) das ideias de Raul Lino – propõem o ideário da *casa portuguesa*, aos que encontram sobejas razões para estabelecer diferenciações regionais bem vincadas – como o *Inquérito à Arquitectura Regional Portuguesa* (IARP) virá, duas décadas depois, a demonstrar.



Figura 1.3: Monsanto, a aldeia mais portuguesa de Portugal, é hoje também uma aldeia histórica

Contudo, a eleição da aldeia mais portuguesa de Portugal pretendia ir mais além de uma mera escolha do aglomerado rural que melhor qualidade arquitetónica e urbanística apresentasse do ponto de vista da cultura popular, tal como esta era superiormente definida e determinada nas suas características pelos etnógrafos mais fiéis ao ideário do regime. Abrangendo os critérios de avaliação enunciados no regulamento “a maior resistência oferecida a decomposições e influências externas e o estado de conservação no mais elevado grau de pureza” (S.A., 1938: 3) de um conjunto alargado de características, com referência às “tradições etnográficas e folclóricas”⁸ – compreendendo assim os domínios do que é hoje o património cultural material e imaterial e também natural –, o concurso deveria, naquela que seria a perspetiva do júri superior, cumprir cinco objetivos fundamentais, entre os quais,

⁶ Processo que traduz uma “domesticação” segundo as normas aceites pelos grupos dominantes na sociedade” de um conjunto de práticas dotadas, na origem, de natureza e propósito rituais e simbólicos, e que consiste “em submeter essas práticas (canto, jogos, danças, as lides de animais) a uma metamorfose” da qual “resultam expressões culturais transformadas, cuja apropriação se faz num quadro social diferente do de origem.” (Castelo-Branco & Branco, 2003: 21) Essa ‘domesticação’ passava necessariamente por uma seleção criteriosa – e subordinada a ditames de cariz estético que valorizavam apenas o mais vistoso – dos materiais, objetos e elementos etnográficos que era suposto serem “genuinamente populares”, como o deveriam ser as representações e exibições folclóricas, embora estas venham de facto a ser rigorosamente encenadas em obediência a orientações precisas, não tanto ditadas pelo rigor histórico ou etnográfico, como pela imagem que de facto se pretendia promover e inculcar (cf. Sampaio, 2012: 114) e pela importância atribuída à regulação (ou controlo) social do lazer decorrente do entendimento do mesmo como “potencial campo de germinação da contestação política” (Estanque, 1995: 136). Em concreto, a criação dos chamados ranchos folclóricos, que ocorre por esta altura (e, na maior parte das aldeias, por causa do, e tendo em vista o concurso), é o resultado da transposição das danças, cantares e melodias tradicionais do seu contexto original – que estava muitas vezes associado às próprias tarefas agrícolas, e/ou ocorrendo de forma espontânea embora obedecendo a rituais precisos, os quais, por vezes, integravam uma dimensão transgressora –, onde não tinham como objetivo a exibição pública, para um outro contexto onde adquirem a condição de bem (reificado) de consumo (performativo e turístico) perfeitamente ordenado e regulado.

⁷ Embora, segundo M. Acciaioli (2013: 216), sem unanimidade e tendo que ultrapassar forte concorrência das aldeias de Orada, Alte e Azinhaga.

⁸ Nomeadamente: “1º - Habitação; 2º - Mobiliário e alfaia doméstica; 3º - Trajo; 4º - Artes e indústrias populares; 5º - Formas de comércio; 6º - Meios de transporte (terrestres, marítimos e fluviais); 7º - Poesias, contos, superstições, jogos, canto, música, coreografia, teatro, festas e outras usanças; 8º - Fisionomia topográfica e panorâmica.” (S.A., 1938: 3).

“eleger uma aldeia que seja, com a sua fisionomia tradicionalista e também com os seus traços e tiques de progresso, um formoso cartaz desse velho e novo Portugal de sempre” (*apud* Melo, 2001: 221). Dessa forma, pode-se dizer que esta ação se inseria claramente numa estratégia de “ênfatização de recursos de cariz ‘popular’, em alternativa às atracções ‘eruditas’ ou cosmopolitas’ tradicionais da época” (Pina 1988: 151), para fins turísticos⁹ (mas não só); estratégia que o SPN/SNI irá adotar e desenvolver ativamente.

Contudo, a imagem idílica da ruralidade que subjaz ao concurso¹⁰, e para a construção da qual este dará um contributo fundamental, é uma imagem profundamente seletiva que, em grande medida, se não destituída de toda e qualquer correspondência com a realidade vivida quotidianamente pelas populações rurais – como o *Inquérito à Habitação Rural* (Barros & Basto, 1943; Barros, 1948) ajudará a demonstrar poucos anos depois –, pelo menos traduz a sua ocultação e omissão¹¹.

Mas não obstante ser considerado “umas das iniciativas mais frutuosas da nossa campanha em prol do nosso carácter”, como admitirá Ferro (1948a: 18), o concurso não deixará ainda assim de encontrar detratores no interior do próprio Estado Novo. Entre estes, o mais notório terá sido o caso de Ferreira Dias, que viria a afirmar – e não sem razão, obviamente – que “só perdemos em nos enganarmos a nós próprios” (1946: 44).

Com efeito, Ferreira Dias, pela importância dos cargos públicos que ocupava ou virá ainda a ocupar¹², terá sido, se não o único, porventura o exemplo mais paradigmático das vozes que se

⁹ Estratégia que entronca nos dois propósitos fundamentais – já referidos (*vide* nota 2) – que teriam motivado a criação do SPN/SNI.

¹⁰ “Monsanto é, de facto,” afirmará A. Ferro em discurso pronunciado na festa dos Prémios Literários de 1938, em fevereiro do ano seguinte, “a imagem empolgante da nossa pobreza honrada e limpa, que não inveja nem quer a riqueza de ninguém, selo da pátria espiritual que fomos e queremos ser”, acrescentando que nela o “povo vive contente a rezar, a dançar e a cantar, dando lições de optimismo às cidades fatigadas, pessimistas, compreendendo, como poucos, o ressurgimento português, mais ávido de bens espirituais – a Escola, a Igreja, a Família - do que materiais”; e, conquanto conceda admitir que nesta aldeia “as necessidades são muitas [e] a terra, por vezes, é madrasta,” o julgamento que faz do povo montesano é que este, “com os olhos cheios de estrelas e o coração cheio de cantigas, considera-se feliz porque sente o céu mais perto do que nunca.” (1950a: 93) No mês seguinte, noutro discurso, agora na festa dos Prémios Literários de 1939, dirá que “aquela aldeia não era tão atrasada, nem tão miserável, nem sequer tão pobre como julgava. Todas aquelas figuras de presépio, todas aquelas santas almas, eram felizes, duma felicidade pura, simples, sem artifício, que se bastava a si própria, felicidade que não precisava de *chauffage* central para se aquecer nem de cadeiras estofadas para se sentar...” (Ferro, 1950b: 102-103). Ora, como dirá B. S. Santos, “Porque o camponês foi sempre o outro, [...] é recorrente o risco da mitificação e da mistificação da vida do camponês.” (1981: 562) Contudo, ninguém terá posto a nu a profunda hipocrisia deste ‘amor ao povo’ de forma mais assertiva que, porventura, Agostinho da Silva, ao denunciar “Estes [que] amam o povo, mas não desejariam, por interesse do próprio amor, que [o povo] saísse do passo em que se encontra; deleitam-se com a ingenuidade da arte popular, com o imperfeito pensamento, as superstições e as lendas; veem-se generosos e sensíveis quando se debruçam sobre a classe inferior e traduzem, na linguagem adamada, o que dela julgam perceber; é muito interessante o animal que examinam, mas que não tente o animal libertar-se da sua condição; estragaria todo o quadro, toda a equilibrada posição; em nome da estética e de tudo o resto convém que se mantenha.” (1989a: 16-17)

¹¹ As descrições que, na época, vão sendo diariamente feitas pelo *Diário da Manhã* desenhavam um quadro profundamente bucólico composto por aldeias “de verdade” (como Almalaguez e Colmeal), “castiças” (como Alte) ou que se oferecem “fác[eis] e pitorescas” (como Boassas), se apresentam como um “jardim desenhado com abandono de bom gosto” (como Paul), se parecem “oásis” (como Manhauze) ou que vivem “muito sozinha[s] consigo, uma vida de contemplação em perfeita beatitude, em pleno êxtase” (como Outeiro); aldeias que, muito embora também se apresentem, por vezes “arcaica[s], primitiva[s]” (como Merujal) ou “pobre[s] e rude[s]” (como Odeceixe), se revelam ainda assim dotadas de “um quê de cativante, simpático, português” e, em todo o caso, “tocadas por uma graça de poesia e marcadas por um cunho de heroísmo” (como Monsanto e Paul). Aldeias onde vivem “gentes [que] são do mais arraçado que há” (como em Peroguarda); “Gente calma, amante da terra como nenhuma” (como em Orada), “alegre” (como em Vila Chã) e que gosta de “cantar e bailar” (como na Azinhaga); “gente da mais portuguesa” (como em Salvada) e de que fazem parte raparigas “alegres e donairosas” e “sadias” (como em Boassas) (*apud* Brito, 1980: 514-524). Em suma, aldeias idílicas e habitadas por um “povo bravo e heróico” (como em Monsanto) que vive “em perfeito estado de graça nacional, sem ter sofrido influências alheias e nocivas e mantendo, na sua pureza e graça, os costumes tradicionais da sua terra” (*apud* Brito, 1980: 514) – o que é sempre uma boa forma de justificar a ausência de uma ação ou política transformadora daquelas que eram então as indignas condições de existência desse mesmo povo.

¹² Engenheiro de formação, José do Nascimento Ferreira Dias foi presidente da Junta de Eletrificação Nacional (desde 1936) e subsecretário de Estado da Indústria entre 1940 e 1944, mas, a exemplo de outros elementos mais progressistas ou desenvolvimentistas do regime, revelar-se-ia incapaz de contrariar com êxito o lóbi ruralista/agrarista mais conservador, atávico e

erguerão, do interior do regime, para denunciar essa mistificação. Não se cansando de defender um maior realismo na abordagem à realidade socioeconómica do país, Ferreira Dias apontará o dedo à existência de “uma nítida insensibilidade para os problemas que tocam de perto o nível de vida [...] mantida por certo pedantismo com que se fere e exagera a tecla do espiritual” (Dias, 1946: 38), numa clara alusão crítica à proclamada “política do espírito” de António Ferro e do SPN/SNI. No seu livro *Linha de Rumo*¹³, que atrás citámos, Ferreira Dias, entre outras críticas que faz, não deixará, com efeito, de acusar o concurso e os seus mentores de “glorificar como mais portuguesa, porventura como modelo de povoado rural, uma aldeia suja e rude [...] só porque tem umas pedras de há muitos séculos”, questionando o porquê de, ao invés, “não se glorifica[r] a aldeia mais limpa, a aldeia mais culta, a aldeia mais benfazeja, a aldeia mais bonita, a aldeia mais produtiva, enfim, a aldeia que mostre qualquer característica positiva” (1946: 31, 44).

Porquê? Bem, talvez porque – arriscamo-nos a responder – essa aldeia, ou qualquer outra com as características referidas por Ferreira Dias, não existisse de facto, porquanto talvez a sua existência não fosse também, aliás, totalmente do interesse dos setores terratenentes mais conservadores no que isso significasse ou pudesse significar de alteração ao *status quo* social vigente (cf. Rosas, 2000). E apesar de, à data em que Ferreira Dias coloca a questão, o regime ter já realizado, desde o golpe de 1926, um “forte investimento” nos “melhoramentos rurais” e nas obras locais, como reconhece Rosas (2000: 192), a verdade é só nos anos 1960 – quase vinte anos depois! – é que um dos organismos do Estado Novo procurará colocar no terreno uma política de *renovação aldeã* tendente a imprimir a algumas aldeias do país as características referidas por Ferreira Dias. Mas, talvez porque, como admitira já antes Salazar, do que “o povo gosta” é que “pensem nele, procurem diverti-lo, acarinhá-lo...”, houvera, por ora, que dar-lhe *panis et circenses* – porque é disso que efetivamente se trata¹⁴ –, no intuito de que “Convenceremos assim o povo, pouco a pouco, de que pensamos nele, de que a sua felicidade e o seu bem-estar constituem uma das nossas maiores preocupações...” (*apud* Ferro, 1978: 121)

Sublinhe-se ainda, a propósito, o facto de – não obstante a sua consagração e consequente entronização simbólica – a própria Monsanto, para além do “melhoramento de utilidade pública a realizar no local”¹⁵ previsto na Base III do regulamento (S.A., 1938: 3), se ter visto obrigada a esperar longos anos por quaisquer (ou outros) melhoramentos significativos para a qualidade de vida da sua população. Com efeito, será só nos anos 1970 que aquela aldeia virá a ser objeto de intervenções há muito reclamadas (cf. Brito, 1980: 532; e Melo, 2001: 227), tendo então, entre 1970 e 1973, sido beneficiadas 56 habitações Monsanto com um conjunto de intervenções de renovação abrangendo os respetivos exteriores e interiores ao abrigo da referida política (ou programa) de *renovação aldeã/bem estar rural* (*vide* secção 1.3 e tabela 1.2).

resistente à mudança; lóbi para o qual aquela imagem era de grande utilidade no seu esforço de manutenção do *status quo* social, ou a “ordem natural das coisas”, nos campos portugueses (cf. Rosas, 2000).

¹³ Livro publicado em 1945 e que viria, não só a tornar-se a ‘bíblia’ da ideologia industrialista (Rosas, 2000: 45), como, curiosamente, a merecer o prémio Anselmo de Andrade, patrocinado pelo SPN/SNI e entregue em mão pelo próprio António Ferro; agraciação que, para Ferro, terá servido “para provar a independência dos nossos prémios” (1950c: 194)...

¹⁴ Vale a pena, a este respeito, trazer aqui à colação o conflito que V. M. Alves (1997: 249-250) refere ter estalado entre a aldeia e o SPN/SNI a respeito do prémio a que povoação tinha direito, com o regedor da mesma a criticar a política oficial – por privilegiar melhoramentos estéticos em detrimento de infraestruturas básicas, essas sim mais úteis à aldeia (e que esta de resto já antes havia reivindicado) – na correspondência por este trocada em 1942 e 1943 com Francisco Lage, responsável pela secção de etnografia daquele organismo.

¹⁵ Melhoramento(s) que, segundo P. Félix, os jornais da época terão noticiado tratar-se “[d]a reparação e alcatroamento da estrada de Castelo Branco a Monsanto, [d]a construção de uma pousada ou pequeno hotel e [d]a reconstrução do caminho de acesso ao Castelo.” (2003: 223) Mas se relativamente aos primeiros não nos é possível aferir a data da sua execução, já quanto à pousada, é sabido que Monsanto só no início dos anos 1990 viria a conhecer uma – integrada na rede das Pousadas de Portugal – tendo-lhe passado completamente ao lado o primeiro plano das *pousadas regionais* lançado nesse mesmo ano de 1938.

Quadro 1.1: aldeias concorrentes

Aldeia	Concelho	Província	(a)
Aljubarrota	Alcobaça	Estremadura	-
Oleiros	Setúbal		-
Azinhaga	Golegã	Ribatejo	1
Pego	Abrantes		-
Almalaguez	Coimbra	Beira Litoral	2
Colmeal	Góis		-
Boassas	Cinfães	Douro Litoral	3
Merujal	Arouca		-
Vila Chã	Esposende	Minho	4
Carraceda de Bucos	Cabeceiras de Basto		5
Alturas do Barroso	Boticas	Trás-os-Montes e	(*)
Lamas de Olo	Vila Real	Alto Douro	(*)
S. Julião de Cambra	Vouzela	Beira Alta	6
Manhouce	S. Pedro do Sul		7
Paul	Covilhã	Beira Baixa	8
Monsanto	Idanha-a-Nova		9
Peroguarda	Ferreira do Alentejo	Baixo Alentejo	10
Salvada	Beja		-
Orada	Borba	Alto Alentejo	11
Outeiro	Portel		-
Alte	Loulé	Algarve	12
Odeceixe	Aljezur		-

Mapa 1.1: localização das aldeias



Em cima
Figura 1.4: Alte



Em baixo
Figura 1.5: Aljubarrota
Figura 1.6: Paul
Figura 1.7: Salvada



Por outro lado, e também ao contrário do que os discursos mais encomiásticos poderão fazer supor, a realização do concurso não terá passado sem algumas vicissitudes, decorrendo estas, em boa parte, de uma aparente falta de entusiasmo geral e de uma adesão desigual ao concurso (cf. Félix, 2003: 216-217), o que terá mesmo obrigado a diversas prorrogações de prazo. Assim, desde respostas negativas das câmaras municipais e falta de iniciativa das juntas provinciais, às polémicas sobre o facto de Monsanto, afinal, ser vila e não aldeia e sobre a exclusão, logo à partida, das aldeias

concorrentes pela região de Trás-os-Montes e Alto Douro¹⁶, passando pelas dificuldades impostas às visitas do júri pela má qualidade geral da rede viária e pela ausência de uma significativa mobilização das populações locais¹⁷ – onde se inclui a dificuldade em reunir um “grupo de homens e mulheres com indumentária regional que cante qualquer trecho de música” – ou até mesmo a “má vontade”, no caso da Azinhaga, “da maioria dos seus habitantes” para com o concurso (cf. Brito, 1980; e Félix, 2003), de tudo um pouco terá havido. Não o suficiente, é certo, para pôr em causa a concretização do propósito e a consagração final da aldeia vitoriosa, mas, porventura, o quanto baste para afastar desde logo a vontade e o empenho necessários para dar ao concurso a continuidade, com regularidade bienal, que o respetivo regulamento previa na sua Base IV (S.A., 1938: 3), tendo-se assim aquele ficado, como é sabido, pela sua primeira e única edição.

Ao todo foram 22 as aldeias concorrentes (apenas do Continente) (*vide* quadro 1.1, mapa 1.1 e figuras 1.3 a 1.7) submetidas à apreciação do júri nacional, indicadas pelas juntas provinciais após uma primeira seleção feita por um júri local; júri que, segundo o disposto na Base VIII do regulamento, deveria integrar cinco elementos, entre os quais, um etnógrafo ou folclorista, um musicólogo especializado na temática ou na região e um diretor de Museu Regional (S.A., 1938: 3).

Por deliberação do SPN/SNI, e de acordo com os júris provinciais, foi decidido classificar as aldeias em duas categorias, tendo sido excluídas da fase final e das correspondentes visitas de avaliação a fazer pelo júri central as dez consideradas de segunda categoria (*apud* Brito, 1980: 520) por não reunirem os critérios necessários exigidos no regulamento (Félix, 2003: 217). Cumpridas as referidas visitas – que decorreram entre 18 de setembro, data da saída de Lisboa, e 5 de outubro de 1938, data do regresso à capital (*Idem*: 220) –, o processo passaria ainda por mais duas fases eliminatórias ao longo das quais se iria reduzindo o lote, primeiro, a seis (Paul, Bucos, Monsanto, Alte, Azinhaga, Orada), e depois a três (Paul, Bucos e Monsanto), até ao apuramento final, “por maioria de votos” (*apud* Brito, 1980: 526), da vencedora, Monsanto. Decisão que terá gerado, segundo relata ainda o *Diário da Manhã*, um entusiasmo de tal forma “delirante” naquela aldeia beirã que até “Os ricos confraterniza[ra]m lado a lado, com os trabalhadores, abraçando-se todos num entusiasmo bendito” (*apud* Brito, 1980: 527) ...

Nesta fase final, a apreciação viria a ser feita por um júri nomeado pelo SPN/SNI – ainda de acordo com estipulado na Base IX do regulamento (S.A., 1938: 3) –, devendo integrar, para além do próprio diretor deste organismo (António Ferro), três etnógrafos ou folcloristas (sendo um dos indigitados Luís Chaves¹⁸), um musicógrafo especializado nesses assuntos (o qual viria a ser

¹⁶ Aldeias excluídas logo à partida por suposta desobediência do júri provincial, na sua escolha, às condições mínimas regulamentarmente exigidas (cf. Brito, 1980: 527; e Félix, 2003: 217). Segundo V. M. Alves, estas “teriam sido postas de parte devido às difíceis condições de acesso e a um ‘reconhecido primitivismo, que a nenhuma dava possibilidades de vitória (vitória que implicava sempre a recomendação feita a nacionais e estrangeiros de visitarem de futuro essa aldeia, como a mais portuguesa de Portugal)’” (*apud* Sampaio, 2012: 113), valendo a pena a esse respeito repescar aqui a ideia, sugerida por M. C. Cadavez, de que “[...] os percursos e as rotas [turísticas] seguidos pelos visitantes [...] são constituídos por caminhos arquitetados não só com o intuito de mostrar, mas, principalmente, com o objetivo de esconder, pois só assim se conseguem manter as essências e perenidades anunciadas.” (2012: 74-75)

¹⁷ A respeito dessa mobilização, note-se que, segundo P. Félix, o júri do concurso ter-se-á limitado, nas suas visitas, a contactar com os “eruditos locais e alguns aldeãos exibidos propositadamente” (2003: 220), o que diz bem não só da distância social que nunca deixará de ser mantida, mas sobretudo de como os inflamados discursos laudatórios do ‘verdadeiro povo’ e do seu caráter, ao invés de aproximar as elites desse mesmo povo, serviam, pelo contrário, para acentuar essa distância.

¹⁸ Formado em Estudos Matemáticos, Luís Chaves desenvolveria, no entanto, ampla atividade no domínio da etnologia, tendo inclusive trabalhado no Museu Nacional de Etnologia, para onde entrou em 1912, sob a direção de José Leite de Vasconcelos. O interesse, adquirido nos anos 1920, pela arte popular – que dizia ser “arte perfeita” (Chaves, 1936: 6) – fará dele uma figura central da etnografia portuguesa durante a I República, vindo a destacar-se, já no Estado Novo, como colaborador oficial do SPN/SNI e membro da Comissão de Etnografia Nacional (<http://www.matrizpci.dgpc.pt/>). No que respeita à arquitetura, Chaves era um crítico do “estilo modernista” da arte de fazer casas públicas e casas particulares”, defendendo, ao invés, uma “estilização da casa portuguesa” que estabelecesse a síntese entre “as exigências artísticas da época presente e os factores portugueses de expressão humana e geográfica

Armando Leça¹⁹), e duas figuras “de prestígio” nos domínios das artes ou das letras (uma das quais seria a própria mulher de A. Ferro, a escritora Fernanda de Castro). Uma composição que, conquanto o regulamento coloque a habitação na linha da frente das características a avaliar, vem evidenciar a preponderância, existente na época no nosso país, da etnologia face à arquitetura nos estudos incidentes nos domínios próprios do contexto disciplinar desta última, como é o da habitação, e a ausência, nesse mesmo contexto, de estudos como os que já a essa data, e nesse mesmo âmbito, haviam sido ensaiados, p. ex., em Itália e Espanha na década anterior²⁰. É, no entanto, conveniente salientar que – como sublinhava o *Diário da Manhã* na sua edição do dia 15 de setembro de 1938 (*apud* Brito, 1980: 519) e já aqui fizemos referência – a intenção subjacente ao concurso não era da “escolha da aldeia simplesmente mais bonita ou pitoresca”.

Observando hoje, à distância de oito décadas, aquelas 22 aldeias, é-nos difícil, do ponto de vista do valor da(s) sua(s) arquitetura(s) e respetivo conjunto urbano, compreender essas escolhas. Não tanto porque o valor que as mesmas revelam o desmereça, nem por as transformações a que estas aldeias foram sujeitas tornarem difícil, a uma leitura mais imediata, identificar o(s) valor(es) justificativo(s) dessas escolhas, mas mais pelo facto das mesmas traduzirem a preterição de muitas outras aldeias que não o mereceriam menos, embora tivessem contra si o seu “primitivismo” e as más condições de acesso, a crer em V. M. Alves (*apud* Sampaio, 2012: 113). Escolhas para as quais haverá ainda que considerar o maior peso relativo dos restantes critérios de seleção/avaliação, bem como a ausência dos referidos estudos, a qual impediria a avaliação – respeitante à “maior resistência oferecida a decomposições e influências externas e o estado de conservação no mais elevado grau de pureza” da habitação – de se poder valer de mais do que as superficiais ou, na melhor das hipóteses, demasiado circunscritas e muito pouco sistemáticas análises até então feitas.

1.2.2. O ruralismo encenado nas Comemorações do Duplo Centenário da Fundação e Restauração de Portugal de 1940

As comemorações centenárias: *tónico de alegria e afirmação de capacidade realizadora*

Se o concurso da *aldeia mais portuguesa* constitui o primeiro ato simbólico do *ruralismo encenado* do Estado Novo²¹, será no entanto nas Comemorações do Duplo Centenário da Fundação e Restauração de Portugal de 1940, através da Exposição do Mundo Português (EMP), por um lado, e do vasto programa de obras públicas que lhes foi associado, por outro, que aquele terá o seu epítome propagandístico.

A ideia, essa, havia sido lançada onze anos antes pelo então embaixador português em Bruxelas, Alberto de Oliveira, com o aparente propósito de acrescentar dimensão e grandeza ‘imperial’ à Exposição Colonial que a cidade do Porto recebera em 1934. Propondo “tratarmos”, o quanto antes, “de *reconstruir-nos a nós próprios*, a fim de aparecermos decentes, decorosos e dignos aos que nos virem festejar o nosso próprio nascimento nacional” – para o que considerava os onze anos que

no justo equilíbrio do sentimento actual e da tradição portuguesa” (Chaves, 1940), colocando-se assim numa posição congruente com a de Raul Lino.

¹⁹ De seu nome verdadeiro Armando Lopes, é considerado “um dos mais profícuos coletores de música popular portuguesa nas suas múltiplas expressões locais e regionais” (<http://www.matrizpci.dgpc.pt/>), tendo colaborado em várias outras iniciativas do SPN/SNI para além do referido concurso.

²⁰ Respetivamente, por Giulio Ferrari, com *L'architettura rusticana nell'arte italiana*, em 1925, e Fernando García Mercadal, com *La casa popular en España*, em 1930.

²¹ Encenado, mas não fabricado, pois trata-se de um *ruralismo* que, como faz questão de referir Eduardo Lourenço, “vem já do romantismo, atravessa Herculano e Garrett, revive em Junqueiro, Nobre, Correia de Oliveira, etc.” (1992: 56)

faltavam para a data “um prazo folgado, mas não excessivo” –, A. de Oliveira (*apud* Campos, 1939: 9; itálicos como no original) enunciava assim e desde logo, ainda que de forma genérica, a base programática do plano a colocar em ação²².

Com efeito, não só a sugestão de A. de Oliveira teve acolhimento, como este seria mesmo convidado a presidir à designada Comissão Nacional dos Centenários e a referida base programática aproveitaria em grande medida ao plano de obras públicas que viria de facto a ser posto em marcha a propósito das comemorações centenárias, simultaneamente celebrativas do “nascimento” (1140) e do “renascimento” (1640, data da restauração da independência), mas também, e sobretudo, do “ressurgimento” que 1940, com todo o conjunto de obras e iniciativas políticas, económicas e sociais que lhe seriam associadas, pretendia representar.

Assim, confirmando-se – em nota oficiosa emitida em 1938 pela Presidência do Conselho – a celebração daquelas duas datas com um “ciclo único de comemorações festivas”, apontava-se de igual modo o duplo propósito que as deveria orientar: dar (a Portugal) um “tónico de alegria e confiança em si próprio”, mas também “levar os serviços públicos e particulares a acelerar o ritmo a sua atividade, com o intuito de afirmar a capacidade realizadora” do país (Portugal, 1939c: 2), pois não era “o Portugal de ontem, mas o de hoje, não [era] apenas o Portugal de D. Afonso Henriques e de D. João IV, mas o Portugal de Carmona e de Salazar” (Ferro, 1939: 19) – e provavelmente, mais este Portugal do que aquele... – que se pretendia, acima de tudo, celebrar.

Para esse efeito, sugeria-se a realização de “um mundo de coisas, pequenas umas, outras grandes” (Portugal, 1939c: 4), ou seja, de obras e outras iniciativas e ações tendentes, não só a afirmar essa capacidade realizadora, mas, sobretudo, a ‘preparar a casa’ para bem receber e acolher os estrangeiros que nos viessem visitar a esse propósito – não obstante a mesma nota rejeitar a ideia de se orientarem as celebrações no sentido da sua exploração turística...

Pequenas ou grandes coisas que não deixariam ainda de contemplar uma “maior vigilância na repressão da mendicidade” bem como “mais cuidado na limpeza das casas e das ruas” (Portugal, 1939c: 4), como se os problemas de que o país e as suas populações padeciam – particularmente a pobreza e as más condições de habitação, quer nos campos, quer nas cidades – se resumissem a uma questão de imagem e se resolvessem com a respetiva limpeza – para debaixo do tapete, ou para trás de uma “fachada de bom gosto”; e literalmente ‘para inglês (ou qualquer outro forasteiro que então nos visitasse) ver’²³... – e outras intervenções, análogas, de pura cosmética mas, porventura, forte impacto.

²² Plano que pressupunha “pormos ordem nas nossas finanças, [...] darmos vida nova às nossas indústrias, arrancarmos da estagnação o nosso comércio e adaptarmos às normas mais modernas e produtivas a nossa agricultura”, bem como “fazermos da nossa administração pública uma casa de vidro, ordenada, limpa e transparente [...] ensinarmos a ler e a escrever aos que ainda não sabem e [...] todo o resto aos que pouco mais sabem do que isso, e mal ensinam o que mal sabem”, e ainda tornarmos “as nossas estradas [...] transitáveis e modernas e os nossos portos [...] terminados e activos [...] e as nossas preciosas colónias [...] conhecidas, aproveitadas e fecundadas pela iniciativa, pelo braço e pelo capital portugueses.” (*apud* Campos, 1939: 10) Um plano para o qual o prazo de onze anos se revelaria afinal muito curto...

²³ O intuito de encenar um país irreal ‘para inglês ver’, no sentido figurado mas também literal do termo, está bem patente nas palavras proferidas, em diversas ocasiões, por aquele que se virá a assumir como o “metteur-en-scène” que faltava ao Estado Novo, António Ferro (*apud* Ramos do Ó, 1999: 103). Por exemplo, em 1942, na inauguração da Pousada de Elvas, onde afirma que “Após tantos anos de inferno terá soado a hora para aqueles países que tiveram sabido, entretanto transformar-se em paraísos...”, exortando a que “começemos desde já a montar a peça a ser representada, mais tarde, diante dos turistas estrangeiros, tal como se experimentam, às vezes, na província as peças que depois se exibem na capital” (Ferro, 1949: 66). No ano seguinte, quando reconhece que “defender o essencial” passa necessariamente por “despi[r] a obra realizada [pelo Estado Novo] das suas inevitáveis manchas humanas, das suas dedadas, para a apresentar, a olhos de estrangeiros e de nacionais, joeirada, limpa”, afirmando ser seu desejo “dar à vida nacional uma fachada impecável de bom gosto onde não seja possível uma garatuja numa parede ou um mendigo nas ruas” (*Idem*, 1943b: 16, 23). Ou ainda, alguns anos mais tarde, quando admite, a respeito da transferência para o SPN/SNI das competências em matéria do turismo, que “Há muito que sonhávamos, quase infantilmente, com essa caixa de lápis de cores, com esse pretexto para elevar o nível

Assim, para além da EMP, que englobaria quatro “grandes exposições” – *Histórica, de Arte Portuguesa, Etnográfica* e do *Estado Novo* –, pretendia-se ainda realizar um conjunto de obras capazes de resolver os problemas mais prementes referentes “à entrada no País ou na capital, à facilidade de circuitos turísticos, à vida nas cidades ou nos locais mais apetecidos e apetecíveis, pelo interesse artístico, da paisagem ou de quaisquer características regionais” (Portugal, 1939c: 5).

Entre as obras previstas ou sugeridas na referida nota oficiosa contava-se o melhoramento das estações ferroviárias fronteiriças, a construção de uma estação marítima no porto de Lisboa (figura 1.8) e de um aeródromo na mesma cidade (figura 1.9), mas também o “estabelecimento de certo número de pousadas em recantos provincianos” e um “decidido impulso nas obras de novos bairros económicos” (Portugal, 1939c: 4, 5). Obras que terão ainda incluído uma “sobretudo intensificação” dos melhoramentos rurais – “de modo que em todas as aldeias do País se celebrassem os Centenários como uma obra de interesse local” (S.A., 1940c: IX) – e com as quais, será apesar de tudo justo reconhecê-lo, se pretendia, para além dessa mais imediata e epidérmica renovação de imagem para efeitos da propaganda comercial e turística, dotar o país de algumas das infraestruturas necessárias e fundamentais para o seu desenvolvimento económico; infraestruturas que vinham sendo reclamadas pelos setores mais progressistas ou desenvolvimentistas do próprio regime – setores a que Rosas chama a “direita das realizações” (2000) – e que se opunham à lógica imobilista dos setores mais tradicionalistas, ou seja, ao setores agrários e ruralistas que constituíam um dos mais fortes esteios ideológicos do regime.



Figura 1.8: Estação Marítima de Alcântara, Lisboa (Arqt.º Porfírio Pardal Monteiro, 1939-1943)

Figura 1.9: Aeroporto de Lisboa (Arqt.º Francisco Keil do Amaral, 1938-1942)

Vai ser, com efeito, nalgumas destas obras, nomeadamente as de pequena escala ou implantadas fora dos grandes centros urbanos – bairros sociais e pousadas de turismo, conforme previsto naquela nota oficiosa, mas também as escolas primárias, que viriam a conhecer um Plano dos Centenários mas já só após a conclusão das comemorações, ou algumas das novas estações dos correios integradas no Plano Geral de Edificações dos CTT aprovado em 1937 (Lei 1959, de 3 de agosto) –, que esse ruralismo encenado se irá manifestar através da imposição ou adoção de um modelo arquitetónico “nacionalista, de feição regional” (Pereira & Fernandes, 1980: 546), ou o que Nuno Portas designa por “estilo folclórico de feição mais ou menos rústica (correspondendo a um retrato do país enquanto eterna aldeia)” (2005b: 150). Modelo que recorre abundantemente ao receituário da *casa portuguesa* que Raul Lino (1992, s.d.) ajudara a definir e fixar, ou ao ‘estilo tradicional português’, e que o regime procurará doravante impor, de forma mais ou menos explícita, após um período inicial de maior tolerância ao modernismo de cariz racionalista.

Questão de imagem, dizíamos atrás, porque é essencialmente de cosmética que efetivamente se trata²⁴, uma vez que, ao nível espacial e formal, muitas dessas construções que se virão então a

do nosso bom gosto, para embelezar o país, para sublinhar a sua poesia [...], para tentar dentro dessa nova actividade, passá-lo a limpo” (*Idem*, 1949: 10).

²⁴ Como salientam N. T. Pereira e J. M. Fernandes, “à postura simplista de certas correntes do Movimento Moderno, que sustentavam ser a fachada uma resultante da planta do edifício, os arquitectos visados opunham uma concepção que secundarizava toda a

erguer nesse âmbito não deixarão, ainda assim, de evidenciar alguns sinais de evolução moderna, se não envergonhada, pelo menos não assumida, por força das circunstâncias. Circunstâncias entre as quais se terá de incluir não só o “vazio teórico e [...] quase isolamento da movimentação internacional em que aquela evolução se processa” (Portas, 2008: 190), como também a exiguidade do mercado (privado) que obriga os arquitetos a transigências ‘estilísticas’ sob pena de se verem à míngua de trabalho, constituindo o referido programa de obras públicas uma oportunidade de que poucos se poderiam dar ao luxo de prescindir²⁵.

Uma operação eminentemente cosmética que será ainda reforçada com iniciativas como a da “sinalização pitoresca das estradas”, dos concursos Tintas e Flores²⁶ ou Estações Floridas – destinadas a “melhorar o aspecto paisagístico das nossas estradas”, nos dois primeiros casos, e a dar às estações de caminhos-de-ferro “um pouco de beleza e vida” (Ferro, 1948b: s.p.), no outro –, da “campanha do bom gosto” – promovida pela revista *Panorama*, ao longo da década de 1940, com vista a educar o público no que devia ser o desenho e equipamento de moradias urbanas e suburbanas unifamiliares privadas –, ou ainda os apelos para que se fizessem “casas portuguesas em Portugal” (S.A., 1939a: 9).

Numa análise necessariamente sumária destas ações – que, em qualquer dos casos, e a exemplo do sucedido com o concurso da aldeia mais portuguesa, virão a deixar uma marca indelével no imaginário nacional com repercussões até ao presente –, distinguiremos o que foi a reconstituição das aldeias portuguesas na EMP das propostas regionalistas da primeira fase do plano de pousadas (regionais) de turismo e dos bairros económicos, por um lado, e das escolas primárias e estações de correio, por outro, dadas as diferenças substanciais que as mesmas encerram entre si, deixando para uma breve nota final as restantes iniciativas – “estradas pitorescas”, “tintas e flores” e “estações floridas” –, neste caso apenas para estabelecer alguns paralelos com iniciativas que, contemporaneamente, recuperam em larga medida o espírito subjacente replicando discursos justificativos, objetivos e programa.

1.2.3. Reconstituição das aldeias portuguesas na EMP: entre a ficção e a rur(re)alidade

Pela grandiosidade eloquente que evoca de um passado glorioso – criteriosamente escolhido²⁷ (e construído)²⁸ da forma que mais conviria àquele que era, então, o presente do regime²⁹ –, mas

organização do espaço interno, sobrevalorizando os alçados e carregando-os de elementos simbólicos, reduzindo-os assim, frequentemente, a simples cenografia. O uso de materiais tradicionais, como a pedra e a telha, tornava-se um condimento obrigatório.” (1987: 328)

²⁵ Sobre este segundo aspeto, aliás, valerá a pena atentar ao que diz a esse respeito José Ulrich, Ministro das Obras Públicas, em 1957: “quando em 1932 foi criado o Ministério das Obras Públicas e Telecomunicações, a arquitectura era profissão totalmente desconhecida, pois raríssimo era o arquitecto que lograva pelo seu trabalho ganhar o bastante para trabalhar: os projectos de edifícios particulares – de construções públicas nem se fala, pois era coisa já esquecida em Portugal – eram confiados aos mestres de obras e a simples operários...” (*apud* Pereira & Fernandes, 1980: 537) Não se pode, todavia, pôr de parte, de igual modo, como assinala ainda Nuno Portas, a “identificação, mais ou menos profunda, mais ou menos interesseira, dos seus próprios protagonistas com a ideologia nacionalista”, pois, “Com mais ou menos excepções, corajosas e afortunadas, a generalidade da arquitectura [...] é conformista em relação ao sistema dominante, imprimindo por seu turno nos utentes a ideologia do sistema.” (2008: 154, 189)

²⁶ Pois ao “mundo de pequenas coisas” que se pretendia realizar no âmbito das comemorações centenárias, António Ferro acrescentaria o seu toque bucólico-pitoresco ao sugerir aos “camponeses”, no âmbito da colaboração a que todos os restantes portugueses não diretamente envolvidos nas festividades seriam chamados a prestar, a “caia[ç]ão e flor[aç]ão [d]as suas casinhas brancas, às vezes debruadas de azul, cartas de amor das nossas paisagens” (1939: 21)...

²⁷ Um passado de tal forma escolhido que, inclusive, no plano urbanístico da exposição, a formalização e individualização dos espaços que viriam a ser a Praça do Império e o Jardim de Belém implicará demolir “o feio para construir o belo, arrasando o inútil” (Ribeiro, 1940: 117”) libertando os terrenos até ao rio “das horríveis construções que os desfeiam e obstroem” de modo que os Jerónimos voltassem “a olhar de frente, sem embaraços, o Tejo, seu espelho e complemento.” (Castro, 1939: 6) Só que esse “feio”, que constituía um quarteirão que prolongava aquele que estabelece atualmente o limite norte do Jardim de Belém, era, no entanto, e como sustenta P. A. Nobre, “dotado de valor arquitectónico e da mesma (e provavelmente maior) antiguidade que as casas

também, e sobretudo, pela ênfase que coloca na capacidade realizadora desse mesmo presente, a EMP constituirá um dos momentos áureos do Estado Novo, e porventura aquele que acabará por ser o mais significativo da sua política de espetáculo³⁰.

Mas mais do que isso – para o que aqui nos interessa particularmente discutir –, constitui de igual modo um momento chave da história da arquitetura portuguesa, por duas razões fundamentais. Em primeiro lugar, por condensar, num mesmo espaço e em termos arquitetónicos e urbanísticos, a tensão – ou “contradição” como lhe chama também Rosas (2000: 208), e que não abrange apenas os domínios da arquitetura e do urbanismo, estando antes contida no próprio cerne ideológico do regime –, que se tinha vindo a acentuar, entre uma tradição imposta mas serôdia nos seus termos e um modernismo consentido mas espartilhado na sua essência, marcando o encerramento de uma fase de tolerância e aceitação do modernismo – ainda que apenas meramente “estilístico” – e “lançado um certo conceito de linguagem para servir um certo conceito de nacionalismo” (Fernandez, 1988: 29).

Em segundo lugar, por enunciar de igual modo uma outra tensão – que se vinha também adensando, desde o início do século XIX – entre duas diferentes perspetivas de leitura da casa portuguesa: a da afirmação de uma “unidade característica” (Peixoto, 1990a: 153), de que Raul Lino se constituirá arauto; e a de negação dessa mesma unidade, que tem em Rocha Peixoto o seu pioneiro e conhecerá o seu desenvolvimento e sistematização nos estudos ulteriores de Orlando Ribeiro (no âmbito da Geografia), de Ernesto Veiga de Oliveira e seus colaboradores (etnólogos e antropólogos) do Centro de Estudos de Etnologia Peninsular (CEEP) e também dos agrónomos do *Inquérito à Habitação Rural* (IHR) e dos arquitetos³¹ do *Inquérito à Arquitetura Regional Portuguesa*.

Ora, se é naquele primeiro sentido que devemos entender a EMP como “ponto de chegada e não de partida”, ou “ponto de inflexão” a partir do qual se fará sentir uma “involução do espírito moderno” (França, 1991: 225), já no segundo estamos perante a surpreendente emergência de uma perspetiva que, à parte os estudos pioneiros, mas à data ainda embrionários, de Rocha Peixoto, só virá a conhecer desenvolvimentos consistentes e sistemáticos a partir da década de 1940.

setecentistas da Rua Vieira Portuense, que permaneceram na EMP precisamente por possuírem aqueles atributos, de acordo com o discurso oficial” (2010: 30; itálicos como no original).

²⁸ Se tantas vezes são inventadas tradições em resposta a certas necessidades do presente, visando, nomeadamente, “inculcar certos valores e normas de comportamento através da repetição” (Hobsbawm & Ranger, 1984: 9), não menos vezes é o passado criteriosamente escolhido ou construído para ser posto “ao serviço da credibilidade do presente”, pois conquanto não “possa ser modificado na sua realidade irreversível de acontecimento bruto, [...] o sentido dos [seus] factos imutáveis [...] é dado pelo sujeito através do projecto que ele forma no presente”, uma vez que, sendo “uma narrativa [...], está sempre em reformulação e em negociação.” (Guillaume, 2003: 24, 71, 143). “The past as we know”, afirma de forma ainda mais clara D. Lowenthal, “it is partly a product of the present; we continuously reshape memory, rewrite history, refashion relics. [...] Three main motives impel would-be time travellers to tamper with history: to improve the past itself or the lot of those who live in it; to better present circumstances by changing what has led up to them; and to ensure the stability of the present by altering (or protecting) the past against interference by others.” (1988: 26)

²⁹ Regime que certamente não ignorava a máxima que George Orwell irá, uns anos mais tarde, adotar como lema fundamental do Partido Interno que antevê dominar Inglaterra em 1984: “Quem controla o passado controla o futuro; quem controla o presente controla o passado.” (2002: 40)

³⁰ “A *produção do passado*,” acrescenta ainda M. Guillaume, “de um certo passado feito para estar na montra, tornou-se uma actividade essencial dos Estados modernos, talvez a componente mais segura da sua política do espectáculo” (2003: 140; itálicos nossos). Esta ideia do espectáculo, de resto, é assumida pelo próprio A. Ferro, uns anos antes de ascender à chefia do SPN/SNI, ao defender que, relativamente ao regime – e estabelecendo assim o programa daquela que parece antever poder (ou dever) vir a ser a sua missão –, “O que falta, para fazer o filme, para criar movimento, para criar alegria, alegria de viver, o tónico das raças fortes, das raças com futuro? Falta um *metteur-en-scène*, falta alguém que junte [...] elementos dispersos, inimigos, quase sempre, que dê as entradas e saídas, que faça as marcações, que conduza o baile.” (*apud* Ramos do Ó, 1999: 103) Alguém que, no fundo, como o próprio O. Salazar reconhecerá em 1940, tivesse, nem mais, “o cuidado de cercar os actos do Governo ou da Administração daquelas aparências que se ajustam aos interesses regulados ou defendidos”. (*apud* Ramos do Ó, 1999: 31).

³¹ J. Leal inclui agrónomos e arquitetos entres os “autores que, embora não se definindo como antropólogos, se moveram nas fronteiras da antropologia, praticando uma ‘etnografia espontânea’” (2002: 252; 2000: 151).

Com efeito, essa inflexão dá-se na medida em que a tendência modernista ou modernizante que até aí procurara romper o seu caminho – ainda que sem suporte teórico nem a suficiente divulgação do que lá por fora se ia fazendo (cf. Portas, 2008: 174), mas beneficiando da tolerância consentida pela ausência de mecanismos de vigilância e inculcação ideológica suficientemente calibrados e eficazes – acabará por sucumbir finalmente – por simples convicção, pela falta de alternativa ou pela referida ausência da reflexão teórica – aos apelos à adoção dum certo “portuguesismo” na arquitetura³², abraçando doravante, de uma forma ou de outra, o idílio rural como sua vocação e mote.

Trata-se de uma inflexão que traduz também, de certa forma, a vitória daquela que constitui a ideia central do pensamento salazarista, de matriz profundamente ruralista e conservadora, pese embora a componente progressista e modernizadora contida no seu seio (cf. Rosas, 2000). Um pensamento que se finca na ideia fundamental, postulada pelo próprio Salazar, de “levar os portugueses a viver habitualmente” (*apud* Ferro, 1978: 283) – quiçá a viver um

presente integralmente determinado pelo passado, espécie de depósito destinado a ser transmitido e a servir de norma para a acção e em que o futuro não intervém nem como finalidade nem como sentido (Rimbaud, 1973: 240; tradução livre).

Uma ideia que entrava em evidente conflito, quer com os valores urbanos – que os setores tradicionalistas entendiam como potencialmente desagregadores da desejável harmonia social que a ruralidade, do seu ponto de vista, pressupunha –, quer com os princípios que se associava ao modernismo (racionalismo, maquinismo, materialismo). Razão pela qual, nem os bairros sociais implantados em espaço urbano escaparão à imposição de uma escala, modelo e estética de matriz essencialmente rural, constituindo-se assim em “bairro[s] segregado[s] concebido[s] como uma espécie de aldeia” (Pereira, 1996a: 206) ou ilhas rurais ou ruralizantes incrustadas em meio urbano.

Daí que a *reconstituição das aldeias portuguesas* – cujo recinto configurava, nas palavras de Augusto de Castro, comissário-geral da EMP, um “verdadeiro álbum português”, constituindo um dos temas parcelares desse mais geral “álbum de ilusões” (1940: 26, 147), como ele próprio designa a Exposição – adquira, a essa luz, particular importância pelo que nos diz, ou possa dizer, sobre os termos em que se processa essa tensão mais genérica, sobre essa referida “involução” e sobre as linguagens e gramáticas arquitetónicas que virão a ser adotadas e, doravante, inculcadas, explícita ou implicitamente.

Pelo que, sintetizando um glorioso passado criteriosamente selecionado e recombina-o com o presente, a EMP, no compromisso que procura estabelecer entre modernidade e tradição – um compromisso que vá de encontro à proposição “ser moderno mas português”³³ – fixa e encena também um modelo de ruralidade que nos remete para o domínio da encenação³⁴, do simulacro ou da hiper-realidade, constituindo-se numa espécie de *ordem semiúrgica* (Baudrillard, 1991), ou seja, em que o valor simbólico dos elementos (o que eles representam no e para o projeto ideológico do regime) se substitui ao seu efetivo valor de uso (o que eles significam, de facto, para as suas comunidades de pertença).

³² “Tornemo-nos independentes das fórmulas arquitectónicas preconcebidas”, dirá Cottinelli Telmo a respeito da EMP, “e tenhamos a coragem de sermos indiferentes a uma crítica internacional, que nunca compreenderia nem sentiria as razões sentimentais e estéticas da nossa orientação.” (S.A., 1939b: 17)

³³ Proposição que António Ferro estabelecera, a propósito da exposição e das obras que lhe estavam associadas, ao sugerir que, “aos artistas”, a colaboração que lhes era pedida era a de “chegar ao aparente impossível: criar, na pintura, na escultura e na arquitectura, o estilo português de 1940, não um estilo arte-nova mas um estilo moderno, forte, saudável, que venha do passado sacudindo a poeira do caminho.” (1939: 22)

³⁴ Apesar do coro de (quase) unanimidade, essa encenação, que se estendia, aliás, a toda a exposição, mereceria a crítica do então aluno da Faculdade de Letras e futuro historiador Jorge Borges de Macedo, o qual não ousaria denunciar o seu “teatralismo inverosímil” construído com “tão pouca verdade” (*apud* Acciaioli, 1990: 21).

Essa ideia de encenação não deixará, aliás, de estar contida, ainda que implicitamente, no discurso que o próprio Augusto de Castro proferirá na inauguração do recinto das “Aldeias Portuguesas” ao reconhecer a António Ferro³⁵ que este, na sua “competência de arquitecto de imagens”, tinha acabado

“de escrever, de compilar e de fazer editar, com este Centro Regional [...] um lindo livro sobre o Portugal íntimo, o Portugal repousante e lírico [...]: esse Portugal ingénuo e amoroso [...] que constitui [...] a écloga e a canção da Raça e da Terra” (Castro, 1940: 115).

Uma descrição que, recorrendo a uma retórica que recende a bucolismo romântico³⁶, não pode deixar de nos fazer trazer à memória a imagem, que ilustra uma das Lições de Salazar, de um país profusamente colorido, paradisíaco e ideal em que a Família, esteio nuclear da sociedade, se abrigava candidamente numa ‘típica casa portuguesa’, tão aparentemente diferente nas suas particularidades regionais, mas tão igual na sua (delirante) encenação alegórica de uma ordem (que era também) arquitetónica nacional, vinculando-a ao solo Pátrio sob a superior proteção Divina.

Mas, para além dessa tensão mais ampla, sobressai ainda, como referimos, essoura – que, se não ignorada, não tem sido, em nosso entender, suficientemente relevada – opondo duas perspectivas diferenciadas do sentido que em que se deveria orientar essa reconstituição: uma tributária ou coincidente com a da tese da “casa portuguesa” – que estaria longe de reunir a unanimidade no seio do regime –; e uma outra que se inscreve na linha dos estudos etnográficos que, estando então ainda numa fase incipiente, atingirão a sua maturidade alguns anos mais tarde vindo a confirmar e validar alguns dos pressupostos ensaiados nesta reconstituição.

Ora, originalmente entregue ao risco de Raul Lino, a proposta final que virá a ser efetivamente erguida para a exposição sairá das mãos de Jorge Segurado, determinando – ou sendo determinada, essa alteração, por – uma reorientação no programa da mesma que, distanciando-se, consciente ou inconscientemente, da interpretação da arquitetura popular que geralmente se associa ao Estado Novo (coincidente, em muitos dos seus aspetos fundamentais, com as propostas de Lino), se aproxima, em nosso entender, daquela que, apesar de ensaiada por Rocha Peixoto logo no início do século XX, só se irá merecer desenvolvimento concreto e sistemático a partir da segunda metade dos anos 1940.

As aldeias portuguesas da EMP: retrato de grupo

O núcleo das Aldeias Portuguesas, em conjunto com a Secção da Vida Popular (embrião do futuro Museu de Arte Popular), integrava o designado Centro Regional, “expressão mais facilmente compreensível e sedutora” com que o SPN/SNI – como explicará no Ferro, sempre atento aos mecanismos de sedução, no discurso de inauguração (S.A., 1940b: 2) – resolvera designar a Secção Etnográfica Metropolitana, a qual tinha, no outro extremo do recinto a sua correspondente Secção Etnográfica Colonial (que manteria a designação original)³⁷ (figura 1.10).

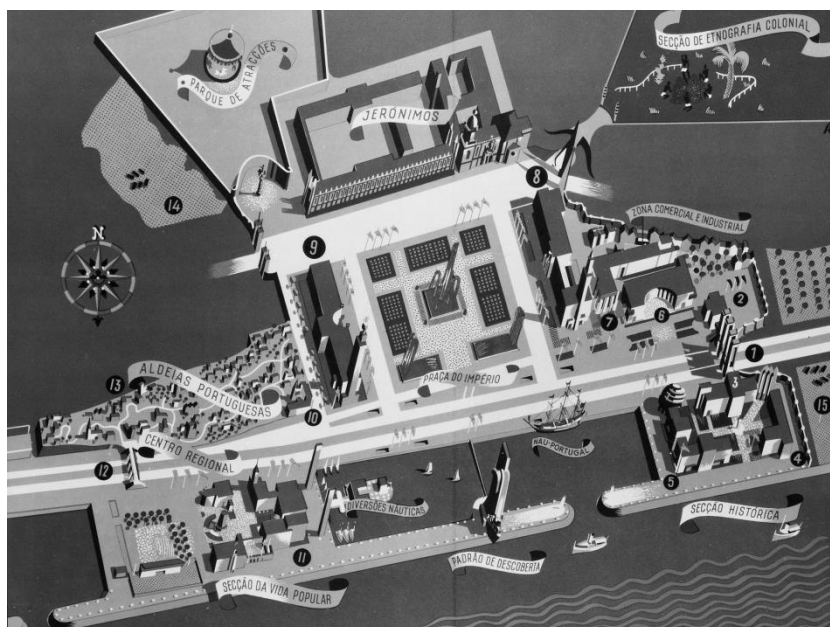
³⁵ Que na qualidade de secretário-geral do Secretariado da Propaganda Nacional, entidade responsável pelo Centro Regional de que as “Aldeias” faziam parte, se constitui no principal ideólogo da referida reconstituição.

³⁶ De resto, o próprio Augusto de Castro reconheceu antes que, para além da sua “expressão heroica e política”, que admite ser a principal e fundamental, a EMP não poderia “prescindir das expressões lírica e mística que são certamente características do génio português” (1939: 6).

³⁷ Os pelouros da *Exposição Etnográfica*, abrangendo estas duas secções, e da *Propaganda e Publicações*, seriam atribuídos ao SPN/SNI, contando ainda com Henrique Galvão (etnografia colonial) e Cottinelli Telmo, no primeiro, e a Agência Geral das Colónias e a Emissora Nacional, no segundo. O SPN/SNI integraria ainda o pelouro da *Exposição do Estado Novo* e António Ferro os pelouros do *Turismo e Espectáculos* (Portugal, 1939a: 35).

Figura 1.10 →
EMP 1940, planta / perspectiva geral

↓ Figura 1.11
EMP 1940, reconstituição das aldeias
portuguesas



“Abreviatura rústica do Portugal maneirinho” (S.A., 1940b: 2), a reconstituição das aldeias portuguesas configurava, no entender de Ferro, “um Portugal pequenino, de trazer ao peito [destinado a] provar que o nosso País é um dos raros, nesta hora, em que a vida e a poesia são ainda palavras sinónimas” (*Idem: ibid.*), remetendo-se assim para uma espécie de natureza não só hiper-real, como se disse, mas sobretudo atópica e atemporal que traduz bem a ideia de que “Não vivíamos num país real, mas numa Disneylândia qualquer, sem escândalos, nem suicídios, nem verdadeiros problemas.” (Lourenço, 1992: 27). Atópica, porque as aldeias surgiam assim (aparentemente) desligadas da sua realidade concreta – o que não se confirmará de todo, como veremos a seguir –; atemporal, porque aquelas, quer na materialidade, quer na imaterialidade que simulavam, se apresentavam higienicamente cristalizadas numa espécie de lapso indiferente não só à inexorável marcha do tempo mas também a contaminações externas (figura 1.11)



Figura 1.12: EMP 1940, vista panorâmica do recinto das aldeias portuguesas

Procurando constituir “visão típica do conjunto das terras portuguesas” (S.A., 1940a: s.p.), o conjunto agrupava as representações das treze províncias metropolitanas em seis núcleos, enunciando assim, e desde logo, não só eventuais afinidades recíprocas existentes entre algumas delas, como o carácter único e distintivo de outras (como é o caso da região algarvia): (1) Trás-os-

Montes, Beira Alta e Beira Baixa; (2) Minho, Douro e Beira Litoral; (3) Estremadura e Ribatejo; (4) Alto e Baixo Alentejo; (5) Algarve; e (6) Açores e Madeira (figuras 1.12, 1.17 a 1.21 e 1.28).

Da informação contida em dois guias da Exposição (Chaves & Novais, 1940; S.A., 1940a) ficamos a saber que as reconstituições do edificado aldeão não se circunscreviam às respetivas fachadas, pois muitas das casas comportavam no seu interior a representação de atividades tradicionais (figura 1.13). Atividades que se estendiam ainda ao espaço envolvente de forma a recriar aquele que seria o ambiente quotidianamente vivido numa qualquer aldeia do país (figura 1.14), num esforço de levar a encenação o mais longe possível na sua (aparente) autenticidade, pois como já antes reconhecera António Ferro a respeito do concurso da *aldeia mais portuguesa*, “Os bonecos já não nos satisfaziam. Queríamos vê-los mexer, cantar, dançar.” (1950a: 91).

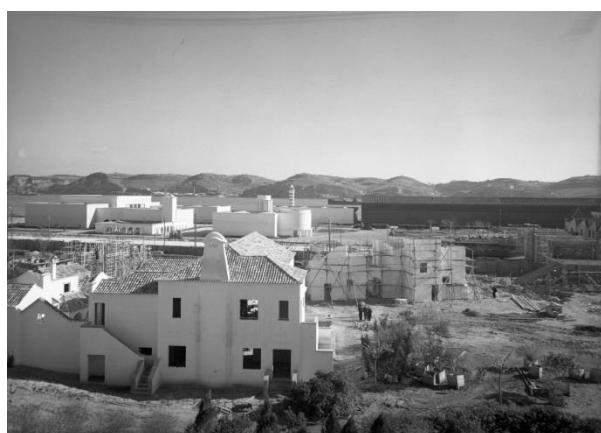


EMP 1940, recinto das aldeias portuguesas

Figura 1.13
figurante em cena interior

Figura 1.14
figurantes em cena exterior

Mas conquanto esse esforço seja congruente com a explicação que Ferro dará, no referido discurso de inauguração, ao afirmar que a reconstituição das aldeias “não se trata dum cenário de revista, dum país de Carnaval [...], não estão diante de figurantes mas de camponeses autênticos filhos da terra” (S.A., 1940b: 2), essa representação parece-nos mais consentânea com um trilhar dos caminhos anteriormente abertos pelo esforço de reinvenção de tradições empreendido com o concurso da *aldeia mais portuguesa*.



Figuras 1.15 e 1.16
EMP 1940, o recinto das aldeias portuguesas em fase de construção

Reinvenção que aqui adquire ainda outra particularidade ao abranger a representação da materialidade e tectónica da arquitetura tradicional através do recurso a sistemas construtivos ligeiros e revestimentos simulados (figuras 1.15 e 1.16) – paredes exteriores e interiores constituídas por estrutura resistente de ferro assente em sapatas de fundação isoladas de betão armado e estruturas (formal e de suporte) de madeira revestidas por placas de estafe rebocadas e estucadas,

simulando, nalguns casos, a pedra aparente –, tendo-se recorrido a materiais consonantes com a materialidade tradicional das arquiteturas representadas somente nos pavimentos interiores e nas coberturas – tijoleiras de barro, no primeiro caso; telha mourisca e colmo, no segundo (cf. Sá e Melo, 1940: 446-461). Esta simulação, contudo, não se parece coadunar com o que Luís Chaves – o eminente etnólogo de serviço do SPN/SNI – defendera quando a exposição estava ainda no papel ao referir não só que “exterior e interior [das casas] serão como na realidade são” (Chaves, 1939: 141) – embora sem esclarecer até que ponto essa “realidade” deveria abranger a materialidade das mesmas –, como a defender para essa reconstituição um caráter mais pereene, o que, obviamente, exigiria uma outra materialidade.

Fazendo então um breve percurso pela descrição que os referidos guias compreendem, de Trás-os-Montes (figura 1.17) distinguem-se, segundo os mesmos, as “casas negruscas, de pedra sem cal, aqui xisto, ali granito, [que] sobem as encostas, cobrem-se de colmo de centeio ou de chapas de lousa”, das “da baixa [que] têm cal e branquejam entre os derradeiros penedos e na verdura variegada”, e elegem-se como elementos de destaque as “janelas pequeninas” e as “varandas [que] recatam-se a medo” (Chaves & Novais, 1940: s.p.).

Da Beira Alta (figura 1.17) é feita uma referência muito simples e breve às “casas de pedra nua, granito cinzento, xisto avermelhado para outros lados”, enquanto da Beira Baixa se assinala que a

casa [é] de granito nas regiões graníticas, de xisto onde aquele falta com os seus pedregulhos e oferece a lousa mais ou menos aveludada, [com] paredes mistas de uma e outra dessas pedras, ou feitas de grossos seixos rolados nas ribeiras da Serra, entremeados com pedras e barro de calafetamento, aqui de taipa a descoberto, além de induto de barro (Chaves & Novais, 1940: s.p.).

De acordo com os mesmos guias, a representação destas regiões evidenciava ainda,

entre as construções de características transmontanas, a *Casa do Passal*; outra de tectos colmados, ladeada pela chamada *Fonte do Mergulho*; e da parte de cima do largo, a *Casa da Noiva*. (S.A., 1940a: s.p.).

Alfaias agrícolas dispostas no pátio de uma *casa do lavrador*, uma atafona instalada “na taberna fronteira” (*Idem: Ibid.*), bem como outras atividades – algumas delas não especificadas –, completavam o quadro bucólico.

Ao Minho (figura 1.18) são associadas “casas de granito no meio da verdura, [com] escadas exteriores, [que] por vezes parecem construções de bonecas”, dotadas de “alpendres [que] guardam como dosséis a entrada” (Chaves & Novais, 1940: s.p.), mantendo um tom, extensível à descrição das restantes regiões, bem distante daquele que os agrónomos do IHR (cf. Basto & Barros, 1943, e Barros, 1948) haverão, poucos anos depois, de denunciar. Da reconstituição desta região destaca-se, como não podia deixar de ser, o “espigueiro [que] ergue-se ao pé da eira, solitário aqui, aos pares ali, e frequentemente em número maior, escalonados, dois a dois, à volta do tabuleiro raso”, e distinguem-se igualmente as “casas da ribeira”, que se qualificam como “mais francas e alegres na paisagem cheia, farta de verduras [dando] ares de miradouros, escondidos na folhagem”, das “casas de montanha” que, por contraste, se apresentam “tristinhas e angustiosas das alturas de precipício, [cobrindo-se] de colmo e de lousas, às vezes com telhas” (Chaves & Novais, 1940: s.p.).

Relativamente ao Douro Litoral (figura 1.18) é-nos dada uma imagem igualmente dúplice das suas arquiteturas, em que as “casas muito brancas [dispostas] pela ribeira, à vista do mar oceano para o lado onde o sol se põe, [ou que] agarram-se à terra, pouco altas, perdidas nas plantações”, encontram contraponto nas “casas do interior, na transição da montanha transmontana, [que] repetem os tipos serranos” (Chaves & Novais, 1940: s.p.).

Também na Beira Litoral (figura 1.18) se distingue “a sua zona serrana, em que se repetem os caracteres das casas e das aldeias da montanha, do Minho e de Trás-os-Montes”, da “faixa litoral,

em que há tipos novos de povoações” e onde, “nas areias movediças desde Aveiro [...] até à região da Figueira da Foz, as casas de madeira, os ‘palheiros’ de evocações pré-históricas, dão acolhida de recurso aos pescadores e trabalhadores do mar” (Chaves & Novais, 1940: s.p.).

Quanto à reconstituição destas três regiões, ficamos apenas a saber que a “entrada no quadro campesino regional” se faz “pelo *Arco da Bobadela* (época romana)”, e que, “além de duas casas visitáveis, encontram-se nas suas oficinas um barbeiro, um jogueiro, um cesteiro, um filigranadeiro e uma tecedeira de colchas e atoalhados da região coimbrã de Almalaguez” (S.A., 1940a: s.p.).



EMP 1940, aldeias portuguesas

Figura 1.17
núcleo representativo de Trás-os-Montes, Beira Alta e Beira Baixa

Figura 1.18
núcleo representativo do Minho, Douro Litoral e Beira Litoral.

Descendo agora às regiões estremenha e ribatejana (figura 1.19), a descrição torna-se circunstancialmente mais sumária, limitando-se a assinalar, no primeiro caso, “as escadas exteriores [que] sobem do quintalinho com parreiras, onde geme a nora mourisca [e onde] tudo serve para vaso de plantas” e, no segundo, as

chaminés também coloridas, com frente decorada de símbolos, flores, datas e nomes, [e que] saltam dos telhados baixos e armam em pequenos pombais ou simples suportes de telhas encostadas como cartas de jogar, duas a duas (Chaves & Novais, 1940: s.p.).

Do aglomerado representativo destas duas províncias somos apenas informados que albergava “a característica *estalagem do Senhor Roubado* onde no interior ou no eirado, se servem pratos regionais” e uma “loja de ferrador” (S.A., 1940a: s.p.; *itálicos como no original*).

Já do Alentejo (figura 1.20), região na qual “as casas não podem levantar-se muito alto, feitas de tijolo e precisadas de se refrescar na terra, sob um céu que escalda, são baixas, como as da campina costumam ser”, explicam os referidos guias que

cal e mais cal, veste-as de brancura sem par [e] as chaminés sobem no ar [...] rendilhadas e muito brancas [...] ora parecendo torres e colunas enfeitadas, ora pombais e mirantes com grelhas de tijolo, artisticamente dispostos (Chaves & Novais, 1940: s.p.).

Um “núcleo de edificações em roda de um pátio, com varanda típica, onde se encontram *carros de canudos*”, condensaria a representação da região, a que “lojas de seleiro, correeiro (com tear para cilhas e atafais) e de oleiros de Niza” emprestavam a necessária animação (S.A., 1940a: s.p.; *itálicos como no original*).



EMP 1940, aldeias portuguesas

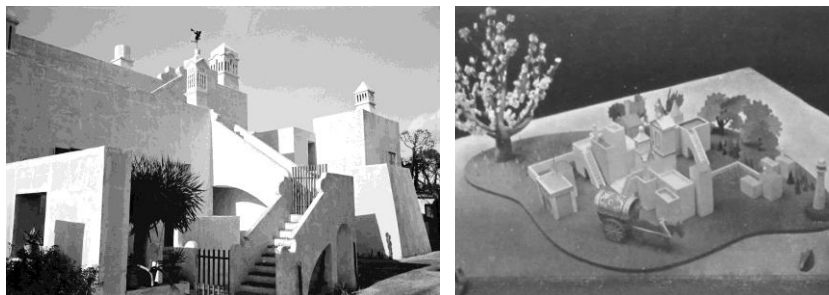
Figura 1.19
núcleo representativo da Estremadura e do Ribatejo

Figura 1.20
núcleo representativo do Alto Alentejo e do Baixo Alentejo

Quanto ao Algarve (figura 1.21) é também referida “a brancura das casas [que] não deixa a palma na mão alheia”, mas agora acrescenta-se-lhe “a vegetação, rica e luxuriante, [que] faz vibrar a brancura das casas, com as chaminés de recorte e novidade inverosímeis, que nunca se repetem dentro dos mesmos modelos” (Chaves & Novais, 1940: s.p.). A reconstituição desta região, por sua vez, destaca um “aglomerado de casas, construção típica de Olhão, com vivendas açoteadas e coroadas das características chaminés” conformando “pequenos pátios” decorados com “vegetação regional” (S.A., 1940a: s.p.), confirmando a importância emblemática, como tipo característico da região, que vinha sendo concedida, há pelo menos duas décadas, à arquitetura “quasi cubista” (S.A., 1922: 43) que constituía o tipo arquitetónico então, porventura, mais comum naquele núcleo urbano específico (e na também na aldeia piscatória da Fuzeta, situada nas proximidades)³⁸ – que a maquete representativa exibida no pavilhão português na Exposição de Nova Iorque de 1939 também já patenteava com clareza (S.A., 1939c: 267) (figura 1.22) – e passando assim ao lado da variedade das arquiteturas da região. Ficamos ainda a saber que “pelos recantos e quinteiros das casas, ou nas lojas delas, mulheres trabalham em esparto obras de empreita [e] homens desfibram a pita e fazem barrigueiras” (Chaves & Novais, 1940: s.p.). Uma “loja do doceiro, junto ao campo da feira” completava o quadro (S.A., 1940a: s.p.).

Figura 1.21
EMP 1940, aldeias portuguesas: núcleo representativo do Algarve.

Figura 1.22
Exposição Internacional de Nova Iorque (1939): a tipificação da arquitetura algarvia na maquete representativa das províncias portuguesas.



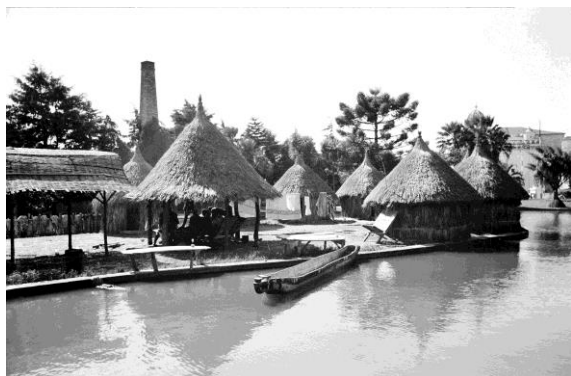
Finalmente, das regiões insulares a descrição é ainda mais concisa, referindo apenas “construções de basalto com janelas e soleiras de portas debruadas a cal branca”, em representação dos Açores, e as “casas policromas”, representando a Madeira (S.A., 1940a). Tão concisa que não só o guia não identifica o respetivo quadro representativo nem apresenta dele qualquer imagem, como as fotografias disponíveis não o permitem identificar, acentuando assim, do ponto de vista simbólico e ainda que inadvertidamente, a insularidade destas duas regiões.

Importa ainda assinalar que a representação etnográfica abrangia também, conforme já referido, as então províncias ultramarinas, na designada Secção de Etnografia Colonial, aproveitando-se para o efeito o espaço correspondente ao Jardim Botânico Colonial, localizado no extremo oposto do recinto da exposição. Esta secção integrava, de igual modo, a “reconstituição de aglomerados populacionais, em cenários apropriados, das diferentes províncias ultramarinas” (figuras 1.23 e 1.24) cujos pavilhões, “tanto exterior como interiormente, obedecem, na sua disposição, às características étnicas [...] dos povos ultramarinos”, como ainda outras “composições [...] reproduzindo, em tamanho natural ou por miniaturas, monumentos, edifícios, aldeias, recantos de povoações e até trechos de ruas, com a sua nota exótica” (Portugal, 1939b: 14)³⁹, exibindo o pavilhão da “arquitetura

³⁸ Aliás, nem o próprio Raul Lino parece ter escapado a essa importância emblemática concedida à açoteia na arquitetura algarvia, pois virá a eleger-la – na sua proposta de “casa numa cidade do Algarve” – como elemento capaz de simultaneamente responder à necessidade de contextualização regional e configurar uma “casa à moda actual” (1992: estampa 11), no caráter ‘modernista’ que esse mesmo elemento assumia, ou cuja conotação lhe era então dada, pelo uso abundante que a arquitetura moderna fazia da cobertura plana.

³⁹ Aspeto bastante curioso decorrente desta reconstituição, e que diz muito sobre a natureza reificada que era então atribuída às populações indígenas das províncias ultramarinas – que as “reproduções escultóricas [d]as mais características cabeças de raças e tribus [sic] do Império Colonial Português” (Portugal, 1940a: 31) parecem confirmar – é a “diferença fundamental” entre aquilo que é

colonial” o “*tipo de casa portuguesa* para as regiões planálticas de Angola e Moçambique” (Portugal, 1940a: 31; *itálicos nossos*) – tema que, todavia, abdicaremos aqui de abordar por força do próprio âmbito geográfico do presente estudo.



EMP 1940, secção colonial

Figura 1.23
aspecto do recinto

Figura 1.24
figurantes

As aldeias portuguesas da EMP: sinais de uma etnografia em ação

A leitura destes elementos, bem como das fotografias disponíveis, sugere-nos a ideia de que a reconstituição das aldeias na EMP, mais do que uma operação eminentemente criativa e ficcionada do que alguns setores entendiam ser a ‘casa portuguesa’, representa antes sinais evidentes de uma etnografia já em ação – embora titubeante e longe ainda da sua maioridade – e enunciadores daqueles que irão ser – pelas mãos dos já referidos Orlando Ribeiro, agrónomos do IHR, etnólogos e antropólogos do CEEP e arquitetos do IARP – os seus grandes contributos académicos e científicos (cf. Leal, 2000). Ou, pelo menos, de um esforço nesse sentido.

Com efeito, embora tenha acabado por ser Jorge Segurado o arquiteto da reconstituição das Aldeias Portuguesas na EMP, havia sido a Raul Lino, o principal ideólogo da ‘casa portuguesa’, a quem tinha sido dada, originalmente, essa incumbência. Facto tanto menos surpreendente quanto (quase) óbvio – atrever-nos-íamos a dizê-lo –, conhecendo-se, como se conhece, o papel que este se tinha a si mesmo reservado desde o início do século na defesa da arte portuguesa de “arquitectar as casas simples” ou seja, das nossas tradições arquitetónicas, de uma forma geral, constituindo, aliás, o seu receituário uma espécie de oásis no meio do deserto que foi, ao longo das primeiras três décadas do século XX, o panorama teórico nacional no campo da arquitetura (cf. Portas, 2008: 174). Um papel, aliás, visível na presença que lhe é reservada no seio do comissariado executivo da exposição⁴⁰ e à qual a sua condição de secretário da Academia Nacional de Belas Artes comissário dos Monumentos Nacionais não terá também sido alheia.

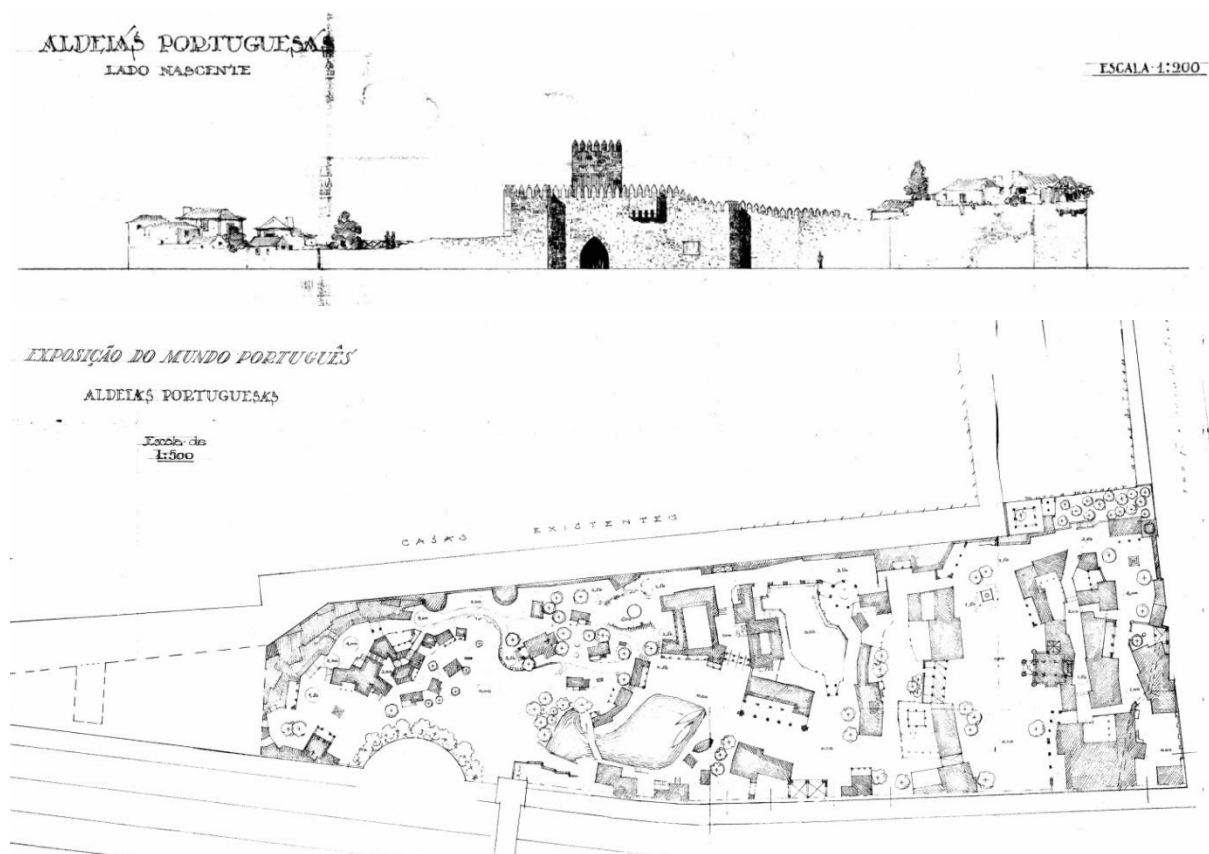
No entanto, Lino afastar-se-ia da reconstituição das aldeias “por discordância de programa”⁴¹, segundo J. A. França (1982: 56) – mas não tanto, porventura e em nosso entender, pelas razões que aduz M. Acciaiuoli, de que as “reconstituições fiéis de localidades a que não faltavam os pesados castelos” (1998: 172) que Lino propunha (*vide* figura 1.25) não fossem de todo concordantes, na sua

representado nos postais respeitantes às aldeias portuguesas e às aldeias daquelas províncias que, segundo M. Martins *et al.* – a partir da análise dos “cerca de 400 postais” ilustrados editados a pretexto da Exposição –, aqueles nos revelam: “No primeiro caso, temos unicamente a arquitectónica das casas. No segundo, temos sobretudo as pessoas, posando, de seios e pés nus, diante das cubatas, ou então integradas na densa vegetação do jardim, ou ainda junto a uma bacia de água.” (2012: 271)

⁴⁰ Comissariado no âmbito da qual receberá a incumbência, partilhada, dos pelouros do *Turismo* e da *Recepção* (Portugal, 1939a: 35), a par da responsabilidade pelo projeto do Pavilhão do Brasil e pelo “estudo artístico” do Parque de Atrações (Portugal, 1940a: 17-31).

⁴¹ “Discordância” cujos termos exatos J. A. França, no entanto, não chega a esclarecer, embora já antes tenha aventado a hipótese de que a proposta de Lino “emprestaria preocupações criativas que não eram de atender na urgência decorativa do caso” (1980: 41), o que parece consonante com o que mostram os desenhos relativos à mesma que este nos deixou.

(aparente) verosimilhança⁴², com a teatralidade mistificadora que A. Ferro⁴³, o assumido “metteur-en-scène” do regime, gostava de emprestar às iniciativas de cuja responsabilidade estava incumbido. O exemplo do concurso da aldeia mais portuguesa é, a esse respeito, perfeitamente sintomático, e o tom da reportagem que o *Diário de Notícias* (S.A., 1940b: 1,2) faz da inauguração desta secção da exposição parece confirmá-lo. Porém, consideramos ser a proposta final, de Segurado, validada por Ferro, aquela que se aproxima mais de qualquer verosimilhança, contrariamente à proposta de Lino⁴⁴.



EMP 1940, o recinto das aldeias portuguesas na proposta de Raul Lino

↑ Figuras 1.25, 1.26: alçado nascente, planta geral

Figura 1.27: núcleo representativo da Estremadura →

Com o afastamento de Lino, ficava o caminho aberto a Jorge Segurado, um dos pioneiros do nosso modernismo que, por esta época, se associara também à referida inflexão arquitetónica, só

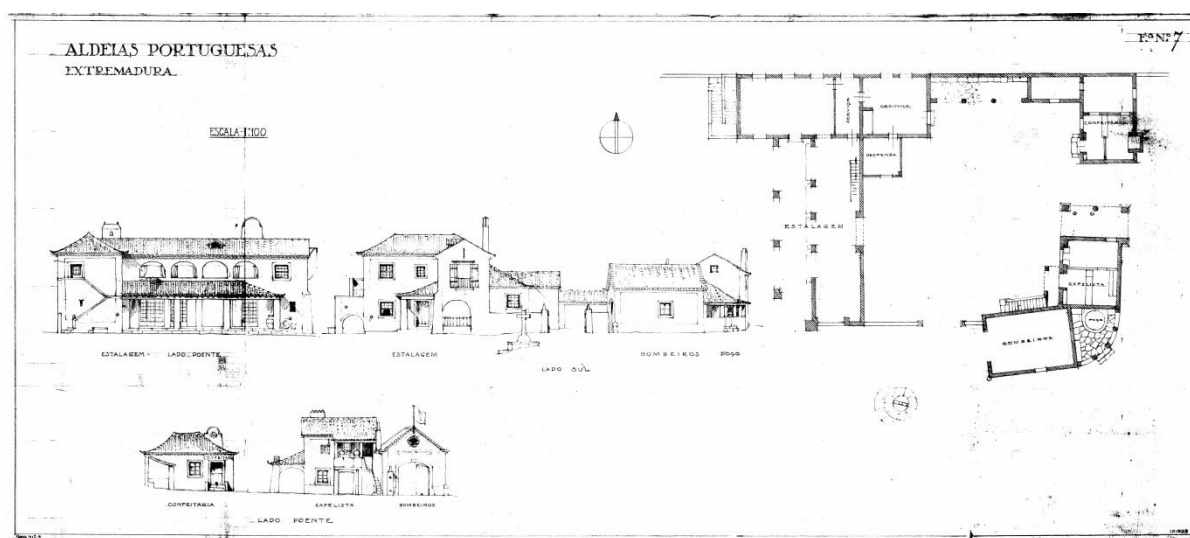
⁴² Cottinelli Telmo, arquiteto-chefe da Exposição, reconhece (referindo-se à proposta de Lino, que à data – meados de 1939 – ainda trabalhava no projeto) que os “agrupamentos de casas serão obra da fantasia do arquitecto, mas cada uma delas será a reprodução de documentos autênticos das nossas habitações rurais” (S.A., 1939b: 16). Ora, se a maqueta e os desenhos (figuras 1.25 a 1.27) confirmam a “fantasia” no que respeita à conformação do agrupamento numa espécie de ‘aldeia histórica’, já o mesmo, à falta de melhores elementos, se não poderá dizer da suposta autenticidade das “habitações rurais”.

⁴³ A. Ferro sabia bem que, como o próprio Salazar assumirá nesse mesmo ano de 1940, “a aparência vale a realidade, ou seja: é uma realidade política” (*apud* Ramos do Ó, 1998: 31), ou, como virá mais tarde J. Baudrillard a defender, “a simulação é que é eficaz, nunca o real” (1991: 75). O que, ainda assim, não nos deve deixar de reconhecer na ação que promoveu no âmbito da cultura popular um claro esforço de recolha e inventário, ainda que colocando-os ao serviço da “nacionalização da tradição” (Melo, 2001: 46-50) e sem a profundidade reflexiva e interpretativa de outros estudos – como os já referidos feitos – fora desse âmbito.

⁴⁴ Tendemos, por isso, a não concordar inteiramente, pelas razões que exporemos a seguir, com Bandeirinha quando este refere ter J. Segurado dado “corpo ao *pastiche* de imitação ruralista, tão patético, superficial e efêmero, que o próprio Lino teve relutância em o fazer” (1996: 28). Embora possa ser detetável, de facto, na proposta de Segurado uma imitação “superficial e efêmera” – “patética” ou não –, a questão que se nos coloca é a de saber se sê-lo ia menos a proposta de Lino, a julgar não só pelos esboços que nos deixou mas também, e sobretudo, por aquela que vinha sendo a sua produção teórica nesse âmbito. Estamos em crer que a proposta de Segurado, mesmo que de forma não premeditada ou consciente, vai mais longe do que isso, como procuraremos demonstrar.

vindo a regressar mais tarde ao moderno, e a quem é atribuída uma maior sintonia⁴⁵ com o sentido bucólico-pitoresco, tendente a uma maior estilização formal, que Ferro pretendia imprimir à reconstrução, o que as imagens que nos chegaram parecem também confirmar.

Parece-nos no entanto questionável que, se a proposta de Lino tivesse vingado, o resultado final, no seu essencial – ou seja, em termos ideológicos, no que à inculcação de uma visão idílica da ruralidade diz respeito – acabasse por ser significativamente diferente, já que a defesa que aquele faz das nossas tradições construtivas parte de uma perspectiva cultural de matriz mais estética e romântica do propriamente social e racional, pelo que o sentido idílico da encenação não se distanciaria particularmente. Se não, comparem-se os seus argumentos com os de Fernando Távora, relativamente a esse mesmo assunto⁴⁶, e veja-se como ambos traduzem bem o confronto entre a “superficialidade” prevalecente na “cruzada da ‘Casa Portuguesa’” e uma consciência aguda da importância e necessidade do “aprofundamento” (cf. Bandeirinha, 1996: 78).



Ora, conquanto Cottinelli Telmo, arquiteto-chefe da Exposição, considere que na proposta de Lino os “agrupamentos de casas serão obra da fantasia do arquiteto, mas cada uma delas será a reprodução de documentos autênticos das nossas habitações rurais” (S.A., 1939b: 16), é difícil vislumbrar, a partir dos desenhos e das imagens da maquete que nos chegaram, a referida autenticidade. E mesmo que ela existisse, de facto, não deveria remeter tanto para a arquitetura popular propriamente dita, nem para o mundo rural e as aldeias que supostamente deveria

⁴⁵ Uma sintonia que, de resto, já teria sido ensaiada no âmbito da representação portuguesa na Exposição Internacional de Paris, em 1937, para a qual Segurado havia sido convidado como arquiteto-adjunto, e nas Feiras Internacionais de Nova Iorque e S. Francisco, em 1939, para as quais desenhara o respetivo pavilhão nacional. A crer no que Segurado virá mais tarde a admitir ao *Jornal dos Arquitectos* (apud Acciaiuoli, 1998: 172), já no final dos anos 1980, seria intenção de Ferro prolongar essa colaboração. Ora, se considerarmos o ambiente artístico em que se movimentara Ferro na sua juventude e olharmos ao tipo de colaboradores de que este se virá a rodear depois quando já à frente dos destinos do SPN/SNI, não custa a crer que Lino encaixasse mal – ou não encaixasse mesmo de todo – no perfil pretendido por Ferro para a tarefa, nem a compreender a inevitabilidade – atrevemo-nos a dizê-lo – da eventual rutura entre ambos.

⁴⁶ “Para se chegar a apreender o sentido do portuguesismo na arquitectura”, procura explicar Raul Lino, da forma que lhe era característica, “é preciso ser-se dotado de gosto [...]; é necessário o amor das nossas coisas, porque de aí nascerá a compreensão profunda da nossa índole; é indispensável percorrer o país, de olhos abertos e coração enternecido, com a mão ágil prestes a tomar mil apontamentos comovidamente. E a chama do sentimento indefinível das coisas inexplicáveis acabará por baixar sobre o artista enamorado...” (1992: 113). Diferentemente, para Távora, “impõe-se um trabalho sério, conciso, bem orientado e realista, cujos estudos poderiam, talvez agrupar-se em três ordens: a) a do meio português; b) da Arquitectura portuguesa existente; c) da Arquitectura e das possibilidades da construção moderna no mundo”; um trabalho no âmbito do qual se determinassem as condições em que as casas antigas ou populares se “criaram e desenvolveram” e se estudassem “os modos como os materiais se empregaram e satisfizeram as necessidades do momento” (1947: 10-11).

representar, mas antes para tipos urbanos e de matriz tendencialmente erudita, categoria(s) onde, em grande medida, se enquadram, as suas interpretações e propostas de “casa(s) portuguesa(s)” (cf. Lino, 1992).

Se não, observe-se (i) a sua proposta de representação da região algarvia, onde nem faltam alguns dos elementos que ele identificara como constituindo a essência da natureza unitária da ‘casa portuguesa’ – os beirados sanqueados, os emolduramentos dos vãos, o alpendre (que nem nos tipos urbanos da arquitetura algarvia é reconhecível)... –, ou (ii) a conformação do recinto das aldeias que, arriscando aí algum gongorismo, cinge com um castelo e respetiva muralha, conferindo-lhe uma grandiosidade e monumentalidade histórica mais consentânea com uma dimensão simbólica – espécie de ‘aldeia síntese’, e histórica, de todas as aldeias portuguesas – do que com uma representação o mais fiel possível da realidade (figuras 1.25 a 1.27).

É por isso curioso notar que são precisamente as propostas de Lino aquelas que se aproximam mais de uma estilização, obedecendo, de resto, aos modelos por ele próprio tipificados nas suas “Casas Portuguesas” (Lino, 1992). Pelo contrário, a proposta de Segurado apresenta, logo numa primeira leitura, não só uma muito maior verosimilhança, aparentando constituir combinação de temas e elementos resultantes de uma recolha etnográfica bem orientada, como – aspeto tanto ou mais importante – uma interpretação oposta à da ‘casa portuguesa’ e análoga ou consentânea, em dois aspetos fundamentais, com a já enunciada por Rocha Peixoto no início do século mas que só virá a conhecer desenvolvimento e sistematização em estudos posteriores (atrás referidos):

- (i) na abordagem à diversidade geográfica do país, enunciando as grandes unidades e subunidades que a compõem;
- (ii) e na transposição que faz dessa diversidade para o campo da arquitetura, de que constitui a base, afirmando a existência de uma complexidade e diferenciação tipológica, mesmo no âmbito de cada unidade geográfica, que nega de forma clara a “unidade característica” que o “movimento de nacionalização do domicílio português” (Peixoto, 1990a: 153) lhe pretendia atribuir.

No primeiro caso, traçando uma clara linha divisória norte/sul – a que Orlando Ribeiro (1945) virá a associar as influências atlântica e mediterrânica, respetivamente –, e delimitando, nesta divisão maior, várias outras subdivisões: distinguindo, grosso modo, o “Norte Transmontano” (Trás-os-Montes, Beira Alta e Beira Baixa) do “Norte Atlântico” (Minho, Douro Litoral e Beira Litoral); e apartando da região maior do Alentejo, a Estremadura e o Ribatejo, por um lado, e o Algarve, por outro (figura 1.28).

No segundo caso, no estabelecimento da correspondência desta divisão no campo da arquitetura, nomeadamente (i) na grande distinção entre a casa de dois pisos de pedra aparente, associada à região norte, e a casa de paredes caiadas, associada à região sul, por um lado; (ii) na diferenciação entre “casa de montanha” e “casa de ribeira”, nas regiões nortenhas; ou ainda (iii) no destaque dado a determinados particularismos, como sejam os “palheiros” do litoral beirão – não representados na reconstituição, pelo que é perceptível das fotos –, os espigueiros do Minho e Douro Litoral, as chaminés ribatejanas, alentejanas e algarvias, ou as açoteias desta última região.

A acrescentar a isto, vale ainda a pena chamar a atenção para a forma como a disposição dos núcleos representativos de cada região traduz, não só a referida divisão norte/sul, como, em certa medida, uma tentativa de pôr em evidência as diferenças entre tipos de povoamento e assentamento, de que distingue três:

- (i) um concentrado em redor de um espaço aberto central pontuado por cruzeiro ou pelourinho (Trás-os-Montes, Beira Alta, Beira Baixa);

- (ii) outro onde os elementos compositivos denunciam uma certa dispersão (Minho, Douro e Beira Litoral);
- (iii) e um terceiro, também concentrado, mas onde os elementos se agregam de forma mais cerrada, deixando abrir-se apenas pequenos pátios no seu interior (Alentejo, Estremadura e Ribatejo, Algarve) (figura 1.28).

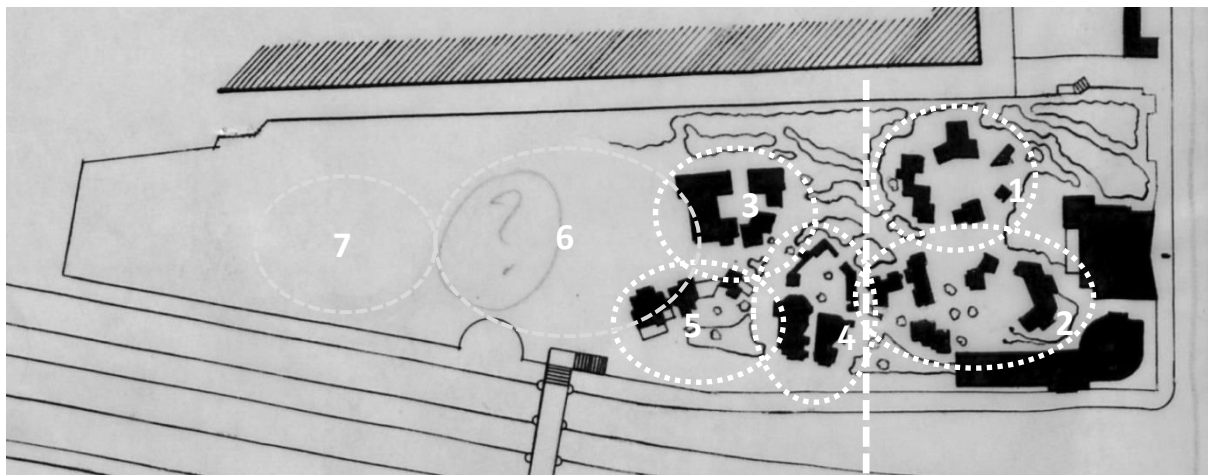


Figura 1.28

EMP, 1940, planta do recinto das aldeias portuguesas: excerto da planta geral da exposição à esc. 1:2.500 (adaptado pelo autor)

Legenda:

1 - Trás-os-Montes, Beira Alta e Beira Baixa; 2 - Minho, Douro Litoral e Beira Litoral; 3 - Estremadura e Ribatejo;
4 - Alto Alentejo e Baixo Alentejo; 5 - Algarve; 6 - campo da feira; 7 - capela de S. António.

Importa no entanto referir que esta interpretação das aldeias portuguesas não deixa de encerrar alguns equívocos, embora, nalguns casos, podendo encontrar justificação na ausência de recolhas e estudos sistemáticos, que só verão a luz do dia a partir da década que então se iniciava. São exemplos disso mesmo, entre outros eventuais mas menos evidentes:

- (i) a preponderância da casa rural do sul com dois pisos;
- (ii) a integração de elementos de cariz urbano, bem delimitados – como a “varanda típica” no Alentejo e a açoteia de Olhão no Algarve –, que, longe de constituir característica generalizável à escala da respetiva região, são aqui reconvertidos aos tipos rurais e à morfologia da aldeia;
- (iii) ou ainda, continuando na região algarvia, a omissão da(s) arquitetura(s) da serra e boa parte do barrocal – onde a disseminação e relevância daqueles elementos era bem mais reduzida, sobretudo no caso da serra – que se torna assaz reveladora do tipo de modelo ‘algarvio’ de habitação ou casa que se procurava não só fixar mas também inculcar, e onde (pelo menos neste caso) não parecem caber tipologias mais arcaicas ou menos evocativas como são as da serra algarvia.

A estes equívocos poderíamos acrescentar ainda outros que podem até corresponder a opções deliberadas, como sejam: (i) a utilização dos termos e tipos “quinteiros das lojas”, os quais, ainda que usados em referência à região algarvia, remetem de facto para designações mais próprias das regiões do Norte; (ii) a suposta reconstituição do arco da Bobadela, corretamente atribuído à época romana mas anacronicamente decorado com motivos que remetem para o gótico/manuelino; (iii) o pelourinho, que supostamente representa o do Soajo, mas cuja face esculpida parece corresponder a um modelo de matriz mais erudita, assumindo a sua expressão uma *gravitas* ausente no original; (iv) ou ainda a referência à *Casa da Noiva* da Malpica, que remete não para um tipo arquitetónico

específico, como deixa supor, mas antes para a forma específica com que a noiva expunha aos convidados todo o seu enxoval e presentes.

É-nos por isso difícil não ver aqui uma tentativa de fixar eventuais modelos e reportórios formais e estéticos de “bom gosto”⁴⁷ – ainda que não totalmente coincidentes ou concordantes com o que também não se cansará de apregoar Raul Lino⁴⁸ – e verdadeiro “portuguesismo”, rústico mas “maneirinho” e “poético”, a imprimir à casa rural (e não só!) portuguesa. A sua natureza eminentemente ficcional, formalizada numa (re)construção e (re)combinação de diferentes temas e elementos de proveniências e geografias também diversas, ainda que próximas ou aparentadas – fixando assim uma “imaginária província, feita da síntese de todas as províncias, da síntese de todas as épocas e de todas as arquiteturas nacionais” (Castro, 1940: 150), que não deixa ainda, apesar do que foi dito, de recender à questão da ‘casa portuguesa’ – parece confirmá-lo, ao relevar mais da efabulação criativa do que da recriação fiel e rigorosa, pese embora o esforço de verosimilhança que atrás se lhe reconheceu.

Nesse sentido, a EMP, conjuntamente com o concurso da aldeia mais portuguesa (1938) e o Portugal dos Pequenitos (1940), encerra uma trilogia onde se congregam os elementos fundamentais do “que é ser português” (Castro, 1940: 215-218) na perspetiva nacionalista e ruralizante do Estado Novo. Mas enquanto naquele concurso irá prevalecer a manipulação simbólica – que a aldeia vencedora, Monsanto, bem personifica – e ideológica – que a reconfiguração da cultura popular e do folclore locais atestam –, e no parque infantil temático a orientação pedagógica remete para um país imaginário – e num sentido que parece apontar na direção da “unidade característica” da arquitetura portuguesa –, nas aldeias da EMP é a dimensão etnográfica que ganha claro protagonismo, ainda que sem perder qualquer dos outros desígnios, nomeadamente o pedagógico.

Com efeito, é esse desígnio pedagógico (e demonstrativo) que podemos encontrar nas palavras de Luís Chaves quando este, numa altura em que a exposição estaria ainda longe de estar definida, questiona – contrariando de certa forma o caráter efémero que Cottinelli Telmo irá assumir e imprimir à exposição e Segurado respeitar nas “Aldeias”⁴⁹: “Porque não hão de ficar para lição [as “aldeias”], que de futuro poderá completar-se?” (Chaves, 1939: 141). E, indo ainda mais longe, propõe mesmo que as “aldeias” fossem construídas na encosta da capelinha de S. Jorge [sic]⁵⁰, nos

⁴⁷ Com referência à “Campanha do bom gosto”, promovida pelo SPN/SNI nas páginas de toda a primeira série da revista *Panorama*, seu órgão oficial de propaganda, entre 1941 e 1950.

⁴⁸ Um “bom gosto” cujo significado concreto, em nenhum dos casos terá sido de todo esclarecido, à parte algumas referências, termos ou formulações vagas, em que, defende M. Acciaiuoli, prevalece a ideia da sua ligação ao “bom senso, ou seja, o encontro entre as sagradas regras da proporção e a faculdade de bem ajuizar” (2013: 260). No primeiro caso, por exemplo, este é definido, logo no primeiro número daquela revista, ao se estabelecerem os princípios da campanha, como algo que, não sendo nem moderno, nem antigo, compreende “determinado estilo, determinada graça, determinado toque de originalidade [...] conjugação harmónica dos elementos plásticos (volumes e cor), em lógica e estrita obediência aos fins a que se destinam” (S.A., 1941a: 11), implicando em certas circunstâncias, no entanto, acrescentar-se-á posteriormente, uma “*veracidade regional* [...] incompatível com as falsas e despropositadas *estilizações folclóricas*.” (S.A., 1941b: 20; *itálicos como no original*). Será para este “bom gosto”, que encontra a sua matriz na cultura popular, que A. Ferro convocará mais tarde o entretanto recém-criado Museu de Arte Popular como “escola” e “fonte de inspiração” (1948a: 22). Já no segundo caso, Lino define-o como “sujeição instintiva a certas leis indefiníveis pelas quais os artistas se regem para a criação de qualquer obra da sua especialidade” passível de aquisição “por [via de] um estudo dedicado, isto é, pelo amor admirativo da Natureza e pela observação das obras de artistas” (s.d.: 17), acabando mais tarde por reconhecer, porém, que “o bom gosto é das coisas mais difíceis de nós definirmos porque implica a noção da beleza” (1992: 67), mas sem conseguir uma vez mais ir mais longe na formulação.

⁴⁹ Conquanto a efemeridade do recinto das “aldeias portuguesas” não pareça ter sido também totalmente do agrado de A. Ferro, porquanto este virá a referir-se-lhes, na inauguração do Museu de Arte Popular, como tendo sido “lamentavelmente destruídas” (1948a: 19).

⁵⁰ Chaves estaria certamente a referir-se à Capela ou Ermida de São Jerónimo, a única que conseguimos identificar na zona. A área a que Chaves se refere estava abrangida pelo Plano de Urbanização da Encosta da Ajuda, elaborado pelo arquiteto Faria da Costa, em 1938, para a Câmara Municipal de Lisboa. Este espaço, “enorme, inculto e deserto” (Castro, 1939: 5), teria sido de facto uma das duas

terrenos por trás dos Jerónimos, onde sugere que se “rasgam larguezas até à capela, disponham por escalonamento as aldeias, desde a baixa, com os tipos da ribeira, pela encosta, com os tipos de pendor, até ao cabeço, com tipos serranos.” (*Idem*: 142) Terminada a exposição, acrescenta ainda Chaves, introduzindo assim essa dimensão pedagógica e demonstrativa que importava considerar, “as casas e terrenos anexos e necessários ficariam como estavam, e seriam entregues à conservação, guarda e demonstração do Museu Etnológico, instalado no edifício dos Jerónimos” (*Idem: Ibid.*), constituindo-se assim em ‘museu ao ar livre’ na linha dos que a Escandinávia inaugurara nos finais do século XIX⁵¹.

Assim não foi, ou assim não quis que fosse quem foi incumbido da responsabilidade pelo plano urbanístico da exposição, ou assim não pode ser por força do orçamento disponível – não o sabemos. Mas não deixa de ser um facto que ter-se-á aí perdido uma oportunidade de a museologia etnográfica portuguesa se colocar a par de outras suas congéneres europeias. E como não é crível que à data, ou seja dois anos após o início do processo e já com a construção certamente em curso, Chaves não soubesse da existência do Portugal dos Pequenitos, só podemos avançar a hipótese de em momento algum ter considerado este parque suscetível de cumprir aquele desiderato – e com razão, sublinhe-se, já que o mesmo está longe de traduzir com um mínimo de fidelidade as nossas tradições construtivas regionais.

Ainda assim, importa sublinhar que as aldeias da EMP, descontando a materialidade efémera que as compõe e a encenação de uma ruralidade adocicada, “pobrete, mas alegrete”, que representam, não deixam de ensaiar uma interpretação da arquitetura popular divergente da que mais interessava aos ideólogos do regime – e que já antes havia sido sugerida mas só depois virá a ser desenvolvida e sistematizada, conforme já referido – que constitui, de forma mais ou menos voluntária, uma pedrada no charco da “unidade característica” da casa portuguesa, negando-a e pondo em evidência a sua efetiva diversidade.

E se a EMP adquire importância relativamente aos caminhos do nosso primeiro modernismo, que encontram aqui o seu ponto de chegada ou inflexão, não a terá menos no respeitante à tese da casa portuguesa, anunciando aqui uma resistência a essa perspetiva que só virá a ganhar fôlego em estudos e desenvolvimentos posteriores, conforme já referido.

1.2.4. O Portugal dos Pequenitos: *disney(rural)world* à portuguesa

Tendo sido preteridas na EMP a favor de uma perspetiva aparentemente mais etnográfica, as propostas de Raul Lino não deixarão mesmo assim de trilhar o seu caminho, ainda que indireto: encontrarão acolhimento evidente, embora com mais ou menos *nuances* (cf. Bandeirinha, 1996: 54), no Portugal dos Pequenitos, obra cuja secção representativa das arquiteturas regionais é inaugurada nesse mesmo ano de 1940 – bem a tempo, portanto, de integrar as comemorações centenárias (cujo programa festivo, aliás, se estendeu para além da capital e da EMP).

Nascido “pela mão e pelo génio”⁵² do médico Fernando Bissaya Barreto e promovido pela Junta Geral do Distrito de Coimbra, o Portugal dos Pequenitos, parque lúdico-pedagógico construído nos arrabaldes da cidade de Coimbra, obedecerá, ironicamente, a um projeto daquele a quem, apesar de

hipóteses que se colocaram para a implantação da EMP, tendo acabado por ser preterida por força da necessidade de “uma prévia urbanização do local, obra demorada e impossível de realizar dentro do curto espaço de tempo” disponível (*Idem: Ibid.*).

⁵¹ Nomeadamente o Skansen, em Estocolmo (Suécia), que foi o primeiro do género a abrir ao público, em outubro de 1891, ou o Museu Etnográfico de Copenhaga – que o próprio Chaves dá como exemplo nesse sua referida “carta aberta” – cuja secção etnográfica “ao ar livre”, o Frilandsmuseet, abriu em 1897.

⁵² <http://www.portugaldospequenitos.pt/o-parque/historia/>

ser já à data autor de uma notável produção arquitetónica, em termos qualitativos mas também quantitativos – incluindo algumas das mais belas obras modernistas construídas no nosso país, como é o caso do Hotel Vitória, em Lisboa⁵³ –, não seria atribuída mais do que uma participação discreta na EMP: o arquiteto Cassiano Branco⁵⁴.

Ironicamente, porque se trata de um arquiteto cuja declarada oposição ao regime, razão que o terá afastado de alguns programas de (mas não de todas as) obras públicas do regime, e assumida preferência ou vincada produção modernista – produção que, no entanto, e a exemplo de todos os seus companheiros de geração, não conseguiria evitar temperar, nalgumas das suas obras, com aproximações ao que ficaria conhecido como *português suave* – o tornariam, aparentemente, contraindicado para a tarefa. Uma tarefa que pressupunha construir um *pastiche* mostuário grosseiro das nossas tradições arquitetónicas regionais adotando para tal aquilo que N. T. Pereira designa como “estética de ‘baixa velocidade’” (1997: 100) e que pressupõe, segundo o mesmo autor, “uma escassa circulação das imagens e a cristalização de uma ideologia historicista de representação do Estado” (*Idem: Ibid.*), tornando assim difícil ou inoperante qualquer confronto entre o simulacro e a realidade (supostamente) simulada e entre diferentes perspetivas ou pontos de vista, bem como quaisquer diferentes esforços reflexivos ou interpretativos sobre o presente e o passado.

Mas ao invés – e daí que a ironia da sua associação a este projeto tenha de ser relativizada – ter-se-á entregado à tarefa de “modo solícito, diligente e carinhoso”, segundo J. A. Bandeirinha (1996: 52-53), durante nada menos que 25 anos⁵⁵, forjando e mantendo assim uma longa parceria com uma figura que, em princípio, lhe estaria política e artisticamente distante⁵⁶. Razões que não permitem assim, de todo, atribuir crédito à ideia da tarefa ter sido eventualmente cumprida a contragosto ou sequer por mera brincadeira ou (auto)ironia, como aliás parece ser igualmente confirmado por algumas das suas obras posteriores – nomeadamente três das moradias que desenha para o Bairro do Restelo no final da década de 40 (cf. Almeida, 2013: 66, 69 e 98) – onde adota uma gramática, tributária do “português suave”, a que não faltam os ‘beiralinhos’, os beirados sanqueados, os emolduramentos dos vãos e o inevitável alpendre, e que se distancia daquela que caracteriza as suas obras de pendor modernista que lhe granjearão um lugar ímpar na história da arquitetura portuguesa.

⁵³ Edifício construído em 1936-37 e que alberga hoje a sede nacional do Partido Comunista Português.

⁵⁴ Efetivamente, a participação para a qual Cassiano Branco é convocado não irá além, como reconhece o próprio Cotinelli Telmo, arquiteto chefe da Exposição, do “estudo do largo fronteiro à entrada da Secção Colonial”, de que terá resultado a “solução curiosa de ligação íntima entre o grosso da Exposição e o Jardim Colonial por meio de uma rampa em caracol e de uma ponte.” (S.A., 1939b: 13) O seu nome, porém, não é sequer (sintomaticamente?) mencionado no rol das autorias das secções e pavilhões que a *Revista dos Centenários* virá a publicar no verão de 1940 (Portugal, 1940a: 17-31).

⁵⁵ 25 anos contados desde o ano em que é feita a encomenda do projeto, 1937, até à data em que a obra é dada por concluída, 1962 ou 1963 (cf. Bandeirinha, 1996: 44). Mais recentemente, C. E. Silva refere a data de 1961 como sendo aquela em que Cassiano Branco dá a obra por terminada, esclarecendo que a mesma compreendeu três fases: a primeira entre 1938 e 1940, correspondendo à construção das casas regionais e do núcleo monumental de Coimbra; a segunda entre 1941 e 1949, com a construção das réplicas dos principais monumentos nacionais; e a terceira, ao longo da década de 1950, dedicada às secções insulares (Açores e Madeira) e ultramarina (incluindo o Brasil) (2010: 7).

⁵⁶ Fernando Baeta Bissaya Barreto Rosa (Castanheira de Pera, 1886 – Lisboa, 1974), formado em Medicina pela Universidade de Coimbra e promotor de uma vasta obra de assistência social, essencialmente no domínio do apoio à infância, foi militante ativo pela república, maçom e deputado à Assembleia Constituinte de 1911. Em 1931 aderiu à União Nacional, quatro anos após ter assumido a presidência Junta Distrital de Coimbra – cargo que exerceria até 1974 –, vindo a tornar-se uma das figuras de proa do Estado Novo (<http://www.fbb.pt/a-fundacao/o-patrono/>). Embora homem dotado, segundo Bandeirinha, de “uma visão civilizada, com fortes preocupações de contemporaneidade e de progresso”, que a sua obra social atestam, “tinha também uma repugnância veemente por todas as manifestações artísticas do seu tempo, preferindo as do passado” (1996: 33).

O acolhimento das propostas de Raul Lino, particularmente do receituário⁵⁷ de modelos regionais de *casas portuguesas* que este havia estabelecido pouco anos antes (ver Lino, 1992), parece-nos de facto evidente, conforme já observado por Bandeirinha (1996: 54), o qual, entre outras similitudes ou aproximações que deteta nas restantes casas, aponta em particular a “Casa de Buarcos”, a “Casa do Caramulo” e a “Casa do Ribatejo” como “traduções quase directas”, no Portugal dos Pequenitos, da “Casita à Beira Mar”, da “Casa na Serra do Caramulo” e da “Casa na Extremadura”, respetivamente, de Raul Lino (*Idem*: 54-57).

Esse acolhimento, ainda assim, não deixará de merecer alguma crítica do próprio Lino, que virá mais tarde a afirmar – não sem alguma aparente amargura⁵⁸ –, que “sempre tivemos um grande fraco pelas miniaturas no género ‘Portugal dos Pequenitos’” (*apud* Ribeiro, 1994: 161). Crítica que, no entanto, e porventura, não o será tanto ao referido parque quanto ao quadro geral de “subdesenvolvimento mental e cultural” em que o mesmo emerge, mais atreito aos “maneirismos da vertente estética mais *kitsch* da política cultural do Estado Novo” (*Idem: Ibid.*) do que a propostas, como o eram as suas, que apesar de imbuídas de um tradicionalismo retrógrado que se revela incapaz de aceitar a velocidade e alcance das transformações sociais, nem por isso deixavam de aspirar a uma certa modernidade. Uma modernidade⁵⁹, todavia, bem diferente daquela que era a dos que reclamavam o *Moderno*, e do *Moderno* se reclamavam, como seria o caso de Cassiano Branco.

Mas o que nos interessa fundamentalmente no Portugal dos Pequenitos é atentar ao mecanismo de *enunciação* e *inculcação* que o mesmo traduz – ou seja “de organização, padronização e divulgação da informação seleccionada, mas também das crenças, dos valores, da cultura, dos artefactos do ‘espírito’ em geral” (Rosas, 2001: 1041-1042) –, por um lado, e de educação e formação, por outro, de e para uma certa ideia de ruralidade. Pois, para além do carácter lúdico do espaço, esse claro intuito educativo e formativo (pedagógico, se quisermos) está, de resto, bem patente nas palavras que Bissaya Barreto proferirá no discurso inaugural do recinto, ao referir ter sido sua intenção pôr “as nossas crianças [...] diante de motivos nossos, que eduquem a sua sensibilidade, apurem o seu gosto, fortifiquem a sua inteligência” (*apud* Silva, 2010: 9).



Figura 1.29
O Portugal dos pequenitos (ou “ninho dos pequeninos”, como reza, candidamente, a legenda da imagem) em 1940

Ora, nesse particular aspeto, as imagens veiculadas (ou inculcadas) pela secção (que se pretendia) representativa das arquiteturas regionais do Portugal dos Pequenitos, estando tão longe de representar a realidade arquitetónica (e rural) do nosso país⁶⁰ como as propostas de ‘casas portuguesas’ formuladas por Lino estão de qualquer de tipo de recolha ou levantamento

⁵⁷ É o próprio Lino que vem reconhecer, referindo-se ao seu livro *Casas Portuguesas*, o risco de que “este pequeno trabalho possa ser tomado por *livro de receitas*”, admitindo que “isto já sucedeu a outro semelhante que anteriormente publicámos” (1992: 42; itálicos como no original).

⁵⁸ Quisá por, para além de não ter “constituído uma escola” (Ribeiro, 1994: 181) ou deixado seguidores diretos capazes de ver “na sua obra mais [do que] um conjunto de fórmulas a empregar decorativamente numa fachada académica, desligando-as do contexto cultural em que se inseriam” (Carvalho, 1986: 177), tender a interpretar o Portugal dos Pequenitos como um *pastiche* (auto)irónico.

⁵⁹ Modernidade que R. J. Ramos prefere designar como “pré-moderna”, uma vez que a sua obra, observa aquele autor, embora “cont[endo] as premissas precursoras de uma identidade moderna, na inovação da articulação espacial e do programa”, com isso aspirando proceder à “modificação contemporânea dos elementos formais de uma arquitectura portuguesa e [à] sua actualização”, se vê impedida de ser aceite como *Moderna* por se encontrar “limitada pela sua compulsiva recusa da urbanidade e desta dimensão enquanto fenómeno de transformação social” (2004: 283, 286).

⁶⁰ Não obstante a intenção, afirmada por Bissaya Barreto, no mesmo discurso, de querer “pôr as nossas crianças em contacto com o Portugal inteiro, num Mundo de realidades onde tudo é verdadeiro” (*apud* Silva, 2010: 9).

etnográfico ou morfotipológico, permitem-nos aferir em que sentido se pretendia educar essa “sensibilidade” e apurar esse “gosto”. Um sentido que não nos parece totalmente coincidente ou congruente com aquele a que se terá subordinado, consciente ou inconscientemente – pelo menos em termos práticos e ao nível imagético – a reconstituição das aldeias na EMP, mas antes se revela mais consentâneo com aquele que o SPN/SNI imprimira ao seu âmbito de ação.

Importa no entanto sublinhar que qualquer um desses sentidos se orienta a partir de pontos de vista fundamentalmente urbanos. Pontos de vista a partir dos quais não só procuram interpretar uma realidade que lhes é distante, como a atribuir a essa mesma realidade valores não necessariamente coincidentes com aqueles que a configuram de facto, num processo de mistificação que tende a *construir o rural que mais interessa ou convêm ao urbano*. Um processo que, de resto, tenderá a ser retomado, ainda que com contornos, combinações e intensidades diferentes, em outras subsequentes ações, iniciativas ou intervenções incidentes em áreas rurais ou diretamente relacionadas com o tema da ruralidade, como procuraremos demonstrar mais à frente.

1.2.5. Pousadas regionais, casalinhos e casas de campo e praia: notas para um turismo saudável, campesino

As pousadas regionais no contexto da *política do espírito* do SPN/SNI

Um outro contexto onde se manifestará a encenação de ruralidade a que atrás nos referimos é o das *pousadas regionais*⁶¹, uma nova tipologia de estabelecimento hoteleiro cuja concretização se encontrava de igual modo prevista, como vimos, na nota oficiosa da Presidência do Conselho de Ministros, emitida em 1938, que assinala o lançamento oficial do plano das comemorações centenárias de 1940.

Nova tipologia, porque correspondente de facto a um novo conceito que traduz, não só a necessidade de dar resposta a uma procura que vinha em crescendo desde o início do século e preencher uma lacuna em termos de qualidade da oferta hoteleira – a qual se encontraria polarizada entre o bom ou muito bom da não mais do que meia dúzia de *Palaces* então existentes e o medíocre dos hotéis e pensões restantes que constituíam a esmagadora maioria da oferta hoteleira da época –, por um lado; mas também, por outro lado, proporcionar aos novos viajantes automobilizados uma escala de passagem para fazer uma refeição e eventualmente pernoitar em boas condições, com conforto mas sem luxos desnecessários, e por um preço razoável.

Mas talvez ainda mais do que isso, as pousadas irão revelar-se instrumentos fundamentais e assumir um papel preponderante noutros domínios. Numa primeira fase – correspondente a este primeiro plano que se traduzirá na construção de raiz das unidades que o integram –, na inculcação da ideia a que se pretendia vincular a imagem turística do país e na disseminação da estética e imagética que lhe é associada e a que já se fez referência. Numa fase subsequente – que corresponderá já à readaptação para funções hoteleiras de edifícios preexistentes –, na reabilitação de edifícios de grande valor patrimonial, histórico e artístico, perdendo os edifícios construídos de raiz preponderância, mas adquirindo, os poucos que virão a sê-lo, maior liberdade e diversidade estética e formal, já sem as peias de uma linha orientadora demasiado estrita. Em qualquer dos casos, e de uma forma geral, na valorização, dinamização e promoção dos valores patrimoniais e

⁶¹ Por *pousadas regionais* iremos doravante designar os sete estabelecimentos correspondentes ao plano delineado no âmbito das comemorações centenárias de 1940, ou seja à primeira fase do que virá a constituir posteriormente a rede das Pousadas de Portugal, reservando o termo genérico ‘pousadas’ para as referências anteriores ou posteriores àquele plano.

turísticos das localidades e regiões abrangidas, as quais passarão a ter, nas respetivas pousadas, um centro de apoio, simultaneamente de atração e disseminação turísticas.

Nessa primeira fase – a que corresponderá, como referimos, a construção de raiz de edifícios destinados originalmente ao serviço hoteleiro –, quer o respetivo conceito geral, quer os princípios estéticos e formais – de matriz essencialmente regionalista e tendencialmente ruralizante –, a que os mesmos se verão obrigados a obedecer serão definidos em estreita subordinação à “política do espírito” de António Ferro e do ‘seu’ SPN/SNI. Com efeito, é a este organismo que são incumbidas, em 1939⁶² – seis anos após a sua criação –, as competências em matéria de turismo que estavam até aí sob tutela do Ministério do Interior, centralizando agora sob sua alçada os serviços de ação, promoção e desenvolvimento de um setor de atividade que Ferro consideraria “meio seguríssimo não só de alta propaganda nacional como de simples propaganda política” (1949: 36), dessa forma justificando a subordinação do turismo à “propaganda”⁶³.

Com efeito, Ferro não hesitará em lhe atribuir uma importância fundamental na projeção da imagem do país e do regime, investindo-o – e investindo-se, no papel de seu diretor e principal ideólogo – do “altíssimo papel de encenador e decorador da própria Nação” (1949: 34-35). Contudo, para que se pudesse cumprir tal desiderato, revelava-se essencial, no seu entender, “abrir, definitivamente, de par em par, as janelas, tanto tempo fechadas, do turismo português” e trabalhar “com entusiasmo e fé” para que Portugal pudesse então vir a ser “considerado, dentro [de] curto prazo, o filme vivo da Europa, o seu melhor filme colorido, o único filme onde se poderá viajar dentro do *écran*, onde a vida de cada dia [...] será mais bela do que o sonho de cada noite” (*Idem*: 57, 61). O problema, no entanto, adverte o mesmo Ferro – consciente e conhecedor dos diagnósticos que já então haviam sido feitos sobre a situação da hotelaria nacional –, é que “não podemos continuar, de modo algum [...] no reino do *bonitinho* e do *mimoso*”, considerando por isso fundamental atuar sobre os fatores estruturantes, já amplamente identificados, que condicionavam o desenvolvimento turístico do país: a higiene (ou falta dela), a formação profissional dos agentes turísticos, o “mau gosto literário e gráfico” da propaganda turística e a falta de valorização do folclore e do “pitoresco” na arquitetura, na decoração e na animação das unidades hoteleiras (*Idem*: 42; *itálicos como no original*).

Essas serão assim as áreas chave sobre as quais Ferro irá fazer incidir o foco programático do plano que, no âmbito do SPN/SNI, traça para o turismo. Um plano que irá abranger um conjunto de medidas e iniciativas tendentes a “desenvolver e nacionalizar a indústria hoteleira, torná-la acolhedora, convidativa” – sendo o significado deste “nacionalizar” idêntico ao contido nos apelos ao “aportuguesamento de Portugal” ou a fazerem-se “casas portuguesas em Portugal” –, de forma que aquela se pudesse apresentar em condições de oferecer ao visitante, nacional ou estrangeiro, “a boa cama, a boa comida, o conforto não luxuoso mas suficiente, o pitoresco para lhe entreter a imaginação, o bom gosto para lhe alimentar o espírito” (Ferro, 1949: 37).

Entre essas iniciativas, a das *pousadas regionais* – “pequenos hotéis” que se pretendia “não se parecessem com hotéis” (Ferro, 1949: 66) – virá a assumir-se como uma das mais emblemáticas, tendo sido pretensão de Ferro e do SPN/SNI que estas, pelo menos nesta sua primeira fase, se constituíssem, para além de “cartões postais” das diversas regiões do país (Paulo, 1984: 75),

⁶² Com efeitos a partir de 1 de janeiro de 1940, segundo disposto no art.º 12.º do Decreto n.º 30.251 de 30 de dezembro de 1939.

⁶³ Esta subordinação, a ter existido, terá sido depois rejeitada na nova designação adotada pelo organismo no pós-guerra, em 1945 – Secretariado Nacional de Informação, Cultura Popular e Turismo –, designação que traduz não só a ‘queda em desgraça’, favorecida pela vitória aliada na guerra, do termo ‘propaganda’, muito conotado com os aparelhos ideológico-repressivos dos regimes fascistas então derrotados, mas também a assunção da importância consagrada pelo organismo, desde a sua criação, à cultura popular e ao turismo, e, sobretudo, a concentração nas hábeis mãos de Ferro “de três armas inigualáveis para a execução do seu projecto de concerto propagandístico: a cultura, a comunicação social e o turismo.” (Pina, 1988: 97)

“elementos de orientação da pequena indústria hoteleira” (1945: s.p.), “maquetas animadas” (Ferro, 1949: 68) das características e dinâmica que se pretendiam incutir ao setor turístico e hoteleiro nacional. Por outras palavras, exemplos a partir dos quais os promotores privados facilmente pudessem “colher ensinamentos, aprender e desenvolver certas ideias” (*Idem*: 68-69) nos domínios do conforto, da higiene, do ambiente, da imagem, da decoração e do trato com os clientes. Este desígnio, todavia tardaria a cumprir-se, dado que, em 1945, quando já estavam em pleno funcionamento seis das sete pousadas regionais previstas, e a crer no lamento do próprio António Ferro, o mesmo “continua[va] a não ser atingido e, parece até, não compreendido.” (1945: s.p.)

Ora, porque, reconhecia-se na época, a generalidade da hotelaria nacional, em particular a que se localizava fora dos grandes centros urbanos e principais estâncias de vilegiatura, não concedia a atenção devida aos domínios referidos, o SPN/SNI assumirá, em consonância, as tarefas de definir, plasmar e divulgar um conjunto de regras básicas correspondentes, de forma simples e didática e devidamente ilustradas com imagens exemplificativas que confrontavam o que não se devia com o que se devia fazer – “assim... não! / assim... sim!” – nessa espécie de manual de boas práticas que irá constituir a *Cartilha da Hospedagem Portuguesa*, publicado em 1941⁶⁴.

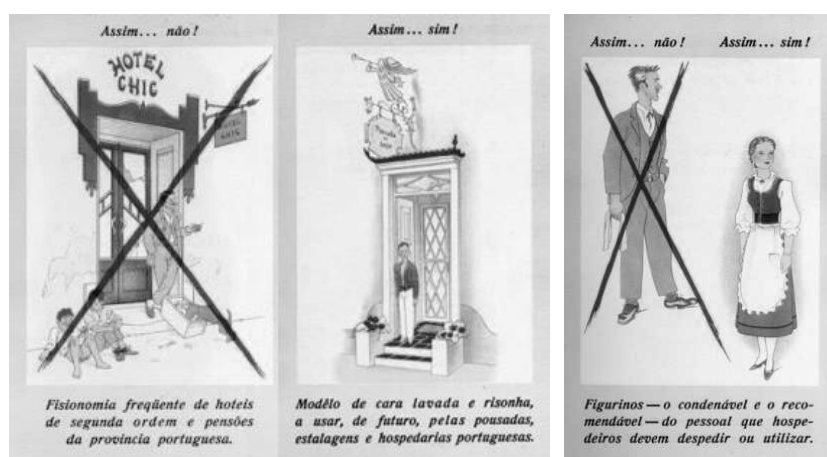
Figura 1.30

“Assim... não! Fisionomia frequente de hotéis de segunda ordem e pensões da província portuguesa / Assim... sim! Modelo de cara lavada e risonha, a usar, de futuro, pelas pousadas, estalagens e hospedarias portuguesas.”

Figura 1.31

“Assim... não! Figurinos – o condenável e o recomendável – do pessoal que hospedeiros devem despedir ou utilizar.”

In *Cartilha da Hospedagem Portuguesa*, SPN, 1941



Um novo conceito para um novo turismo

Esse novo conceito assentava fundamentalmente – para além de questões que são comuns a qualquer tipo de unidade hoteleira – em três premissas diferenciadoras fundamentais. A primeira corresponde ao preenchimento de uma lacuna em termos de oferta, posicionando-se este novo tipo de unidade num patamar intermédio entre as unidades hoteleiras então existentes e destinando-se a um diferente (e emergente) segmento da procura constituído por viajantes, excursionistas ou turistas mais modestos⁶⁵, funcionários públicos, industriais ou estudantes (Lima, 1936: s.p.); segmento que, não tendo capacidade económica para se instalar nos *Palaces* (que constituíam o topo da oferta hoteleira), exigia contudo melhores condições do que aquelas que seriam oferecidas pela esmagadora maioria da restante oferta.

⁶⁴ Esta cartilha retoma e atualiza o material informativo que havia acompanhado, em 1933, no formato de cartazes expositivos, a itinerante Exposição do Hotel Modelo que, num vagão de comboio, levava a conhecer pelas diferentes províncias os resultados do concurso com o mesmo nome que a revista *Notícias Ilustrado* promovera nesse ano (Lobo, 2012: 435, 437).

⁶⁵ Sendo que este “modesto” corresponderia à chamada classe média, que na época constituía um grupo ainda muito pouco alargado, uma vez que a esmagadora maioria da população jamais teria, na altura, condições para ‘viajar’ para fora da sua zona residência, a não ser para o cumprimento do serviço militar obrigatório.

A segunda premissa relaciona-se com a respetiva localização das unidades, estando esta associada à importância atribuída à dotação das principais vias rodoviárias de ligação ou de movimento internacional de pontos de apoio intermédios entre as principais cidades ou na proximidade das principais entradas fronteiriças terrestres; pontos capazes de providenciar a quem quer que se deslocasse em viagem automobilizada uma paragem reconfortante (refeição e/ou pernoita, mas também, eventualmente, abastecimento de combustível), a localizar preferencialmente em zonas com aptidão turística e dotadas de atributos paisagísticos e panorâmicos de significativo valor (contrariando assim o caráter de ‘fim de linha’, ou fim em si mesmo, dos *Palaces*, que se localizavam nas duas grandes cidades e principais estâncias termais e de vilegiatura).

Finalmente, mas não menos importante – e sendo precisamente aquela que mais nos interessa aqui discutir –, a terceira premissa diz respeito à questão do *ambiente* e *imagem* das unidades correspondentes, ou seja, ao tipo de serviço, forma e estética arquitetónica e decoração interior, a que serão exigidos um “cunho *nacional* e *regionalista*” (Lima, 1936: s.p.; itálicos como no original) que se distanciasse da mundanidade e cosmopolitismo, mas também impessoalidade, dos referidos *Palaces* e permitisse ao hóspede sentir-se em sua própria casa.

Estas premissas que configuram esse novo conceito de unidade hoteleira iremos encontrá-las originalmente, porém, não no referido plano traçado por Ferro, mas antes em duas propostas que lhe são anteriores – anteriores inclusive à referida transferência das competências em matéria de turismo do Ministério do Interior para a alçada do SPN/SNI.

Primeiramente, em 1934, no I Congresso da União Nacional, âmbito no qual virá a ser aprovado um plano para a área do turismo onde se previa já a “instalação de pousadas, paragens e casas de chá” nas “principais estradas de movimento internacional”, sendo, ainda a esse respeito, defendido pelo congressista Duarte Ferreira:

- (i) ser “absolutamente indispensável a montagem duma instalação neste género na estrada internacional para Badajoz”;
- (ii) que as mesmas teriam necessariamente “de ser construídas a expensas do próprio Estado”, dadas as fracas “probabilidades de produzir[em] rendimento compensador”;
- (iii) e que os respetivos princípios estéticos e formais, “tanto na construção como na instalação”, deveriam obedecer aos “estilos e costumes da região”⁶⁶ (*apud* Brito, 2003b: 653).

Num segundo momento, em 1935, no I Congresso Nacional de Turismo (CNT), onde o palestrante Francisco de Lima, na comunicação que apresenta, vai ainda mais longe na formulação programática do conceito, atribuindo-lhe a *finalidade* de preencher uma lacuna na “primitiva” indústria nacional: a de criar um espaço dotado de “conforto sóbrio e económico” e com “um carácter de *passagem* e não de estadia”, ou seja, não destinado a uma permanência prolongada. Para o efeito, sugerindo então:

- (i) um *tipo de construção* que fosse “tanto quanto possível regional”;
- (ii) uma *instalação* mínima que oferecesse entre 4 e 10 quartos e uma sala de estar comum dotada de lareira ou fogão “para a época fria”;
- (iii) o respetivo equipamento com *mobiliário* “o mais simples possível”, imitando “tipos portugueses regionais”;

⁶⁶ Segundo M. Cadavez (2012: 111), uma das linhas temáticas comuns que perpassa as sete comunicações sobre o turismo apresentadas àquele congresso é precisamente a referente à defesa da valorização da tradição, do passado e dos costumes *tipicamente portugueses*.

- (iv) a escolha de uma *localização* “tanto quanto possível [...] afastada da estrada para evitar o ruído e poeira”, tendo em conta que a pousada se destinaria a “ser frequentada por pessoas, que viajam, para descansar e que habitualmente vivem na cidade”, devendo “pelo mesmo motivo [...] não ser localizada nos aglomerados das povoações [mas] em locais um pouco elevados, com bom panorama ou vista”;
- (v) a adoção de um *preçário* que obedecesse a uma tabela fixa “tão baixa quanto possível”;
- (vi) a disponibilização de *refeições* “simples e saudáveis” e que recorressem a produtos e à gastronomia regionais;
- (vii) que a *exploração* devesse ser “entregue a um casal que tenha qualidades idóneas; a mulher cozinhando e o homem ocupando-se do restante serviço com um ou mais auxiliares, raparigas ou filhos”;
- (viii) que o pessoal se apresentasse devidamente equipado com “trajos regionais”;
- (ix) e, finalmente, que se complementassem as respetivas receitas de *exploração* com o recurso à venda de postais ilustrados da região e artesanato e doces regionais (Lima, 1936: s.p.).

Fundamentalmente, o que Lima vem propor é um tipo de unidade que, não sendo hotel – “organização” que considera “incompatível para a maioria das pequenas terras de província” –, fosse capaz de proporcionar uma estadia “mais simples e económica, de irrepreensível limpeza, em que o excursionista, o turista, [pudesse] ficar, alimentar-se numa atmosfera de repouso, de conforto sóbrio, mas sobretudo economicamente”, e de se constituir num ponto de apoio à descoberta das paisagens, sítios e monumentos da região, os quais que deveriam estar “compreendidos na lista de excursões possíveis” (1936: s.p.)⁶⁷.

Francisco de Lima não será, porém, o único a defender este conceito de unidade hoteleira no referido congresso, pois também Domingos Pepulim sugere, no mesmo sentido – ainda que em termos mais vagos –, “a construção de hotéis ou mesmo de hospedarias confortáveis, limpas e atraentes, obedecendo quanto possível a um estilo arquitetónico regional” (1936: s.p.), juntando assim a sua às vozes que vinham defendendo a criação de unidades hoteleiras que obedecessem a um estilo arquitetónico e decorativo de ‘feição portuguesa’, ‘regionalizado’.

Ora, no que respeita particularmente ao estilo e carácter arquitetónico e decorativo, estas propostas surgem ainda, e de forma clara, na sequência da ideia tinha estado associada ao concurso do “Hotel Modelo”, que havia sido lançado em 1933 pela revista *Notícias Ilustrado* com o magno propósito de se encontrar para cada uma das oito províncias um hotel tipo cuja expressão arquitetónica se vinculasse às características e tradições construtivas da respetiva região (S.A., 1933a: 9)⁶⁸.

Propondo o respetivo programa – para cuja definição irá ser chamado, sem surpresa, Raul Lino, “mestre da arquitectura regional portuguesa” (S.A., 1933a: 9) – a construção de “hotéis provincianos” dotados do “carácter de grandes pousadas familiares, muito confortáveis, mas destituídas de todo o falso luxo e sem a pretensão de imitar caricatamente os hotéis urbanos de

⁶⁷ Particularizando essas “excursões possíveis”, Lima sugere “a região admirável do Soajo, verdadeira Suíça Portuguesa [...] o maravilhoso Vale Alpestre, entalado entre Celorico de Basto [e] Ribeira de Pena [...] a pitoresca e desconhecida região de Mogadouro, Vimioso, até Miranda do Douro [...] Belmonte e Castelos de Sortelha e Sabugal [...] o Marão com [...] a sua formosa Campeã [e a] Serra da Estrela” (1936: s.p.).

⁶⁸ Ideia que J. Roque da Fonseca, presidente do Centro Português de Turismo, reforçará, citando palavras suas proferidas no ano anterior, ao afirmar que “convencer toda a gente da necessidade da assistência, por esse país fora, de ‘pequenos hotéis’ a que não falte nem o espírito português, nem o carácter regional e em que predomine o conforto e a higiene – é emissão digna de francos elogios”, porquanto “há sítios lindos na terra portuguesa, onde o pequeno hotel, pitoresco, característico, pode até encantar – contanto que ofereça as necessárias comodidades e o seu asseio seja irrepreensível.” (apud S.A., 1933c: 5)

categoria”, será assim imposto, como regras a observar, aos oito jovens arquitetos⁶⁹ que virão a ser chamados a concurso, buscarem-se “os motivos arquitectónicos na tradição ou no carácter regional”, dando “preferência ao emprego de materiais da localidade”, e combinar o conforto e apetrechamento moderno “com o respeito pelos elementos da paisagem, da tradição regional, do pitoresco e de tudo o que constitui o interesse das viagens turísticas.” (S.A., 1933b: 9)

O resultado, está bom de ver, não poderia ter sido outro que não a profusão dos elementos que prefiguravam o “bom gosto na construção [e no arquitectar] das casas simples” defendido por Raul Lino (s.d.; e 1992) e que aqui se viam assim aplicados a uma outra, e bem diferente, escala. Mas embora servindo para estabelecer os parâmetros de “um lição prática de cultura e de bom gosto” (A. Sanches de Castro, 1933, *apud* Lobo, 2012: 435), “lição que atinja o industrial hoteleiro da província, ensinando-o e acompanhando-o na sua missão” (S.A., 1933a: s.p.), o desafio lançado por aquela revista ao Conselho Nacional de Turismo não viria a ter outra qualquer consequência prática para além dos (apenas) três hotéis que virão a ser construídos – mais de uma década depois – em Castelo Branco (Hotel Turismo, Arqt.º Veloso Reis Camelo, 1933-1945) (figura 1.32), Guarda (Hotel Turismo, Arqt.º Vasco Regaleira, 1936-1947) (figura 1.33) e Luso (Grande Hotel, Arqt.º Cassiano Branco, 1938-1946) (Lobo, 2012: 436).



Figura 1.32
Hotel de Turismo de Castelo Branco
(Arqt.º Veloso Reis Camelo, 1933-1945)

Figura 1.33
Hotel de Turismo da Guarda
(Arqt.º Vasco Regaleira, 1936-1947)

Todavia, é no plano e conceito de *albergues de carretera* que o Patronato Nacional de Turismo espanhol havia implementado poucos anos antes no país vizinho⁷⁰ que, se não as três, pelo menos duas das premissas atrás referidas encontram direta inspiração, decalcando-lhe em grande medida os termos.

Também claramente inspirada nesse conceito – que não necessariamente nas respetivas soluções formais –, embora não o citando, a proposta de Francisco de Lima virá a encontrar evidente acolhimento poucos anos depois, em 1938, no *Relatório sobre as projetadas comemorações de 1939-1940*. Neste documento, e entre o vasto rol de iniciativas a promover no âmbito das comemorações centenárias de 1940 enunciado, vamos pois ver contemplada a construção de “dez pousadas-tipo, em diversos locais do país, com características regionais” (*apud* Brito, 2003b: 655), ficando a definição programática das mesmas a cargo da Comissão Organizadora do Programa Preliminar dos Centenários, de cujo pelouro do Turismo faziam parte António Ferro e Raul Lino. Como cenários “indicados para as situar”, o documento aponta desde logo Vilar Formoso, Elvas, Nazaré, Serra da Estrela, Arrábida, Sagres e Faro.

No mês seguinte, uma Nota Oficiosa da Presidência do Conselho, publicada no *Diário de Notícias* de 24 de março, acrescentará às “características regionais” a ideia de que essas pousadas deveriam

⁶⁹ A saber: (i) Minho: Manuel Marques; (ii) Douro: Adelino Nunes; (iii) Trás-os-Montes: Raul Tojal (com Keil do Amaral); (iv) Beira Alta: Luís Benavente; (v) Beira Baixa: António Lino; (vi) Estremadura: Ernesto Korrodi (Filho); (vii) Alentejo: Jorge Segurado; e (viii) Algarve: João Guilherme Faria da Costa (Lobo, 2012: 431).

⁷⁰ Plano que é, aliás, expressamente referido, como exemplo, não só na proposta de Duarte Ferreira, mas também em duas outras que virão a ser apresentadas posteriormente no também referido I CNT: as de Armando Marques Guedes, que cita o plano espanhol como “útil paradigma para a resolução do nosso problema turístico”, e Ricardo Spratley (cf. Brito, 2003b: 654).

ser estabelecidas em “recantos provincianos onde a iniciativa privada não cuidou até hoje das necessidades de quem viaja ou passeia” (Portugal, 1939c: 4), sendo, ainda no mesmo ano – lançado que estava o plano – chamados pelo SPN/SNI⁷¹ para a elaboração dos projetos das primeiras (e que viriam a ser únicas) sete *pousadas regionais*⁷² a construir nesta primeira fase, três arquitetos: Rogério Azevedo, Veloso Reis Camelo e Miguel Jacobetty Rosa. Azevedo será encarregado dos projetos das pousadas a norte – Marão, Serém e Manteigas; Reis Camelo ficará com a de Alfeizerão; e a Jacobetty serão incumbidas as pousadas a sul – Santiago do Cacém (onde contará com a colaboração de Reis Camelo), Elvas e São Brás do Alportel⁷³ (vide mapa 1.2 e figuras 1.34 a 1.40).

No entanto, e apesar da construção de algumas delas – Serra da Estrela (São Lourenço), Vale do Vouga (Santo António), Marão (São Gonçalo) e Algarve (São Brás) – ter sido adjudicada ainda em 1939, nenhuma delas virá a ficar efetivamente concluída e inaugurada a tempo das comemorações centenárias de 1940⁷⁴, gorando-se assim um dos propósitos que esteve na origem das mesmas. Elvas (Santa Luzia) (figura 1.39), suplantando aquelas três, será primeira a ser inaugurada, mas passados já dois anos sobre aquelas comemorações, a 19 de abril de 1942, seguindo-se-lhe, ainda no mesmo ano, a do Marão (figura 1.34), a 29 de agosto, e a do Vale do Vouga (figura 1.35), a 24 de setembro. Nos anos seguintes abrirão a de Alfeizerão (São Martinho) (figura 1.37), a 25 de agosto de 1943, S. Brás de Alportel (figura 1.40), a 11 de abril de 1944, Santiago do Cacém (figura 1.38), a 10 de fevereiro de 1945, e, finalmente, a da Serra da Estrela (figura 1.36), em 15 de março de 1948.

Com efeito, a única unidade hoteleira promovida pelo SPN/SNI que virá a ficar concluída, de facto, ainda nesse ano de 1940, será a Estalagem do Lidador, em Óbidos, a qual, porém, não fazia (nem virá a fazer) parte do plano das *pousadas regionais*⁷⁵. Resultante da reconversão de uma antiga pensão, a abertura desta unidade destinava-se simplesmente a melhor fazer entender o que se pretendia com as pousadas regionais propriamente ditas, constituindo-se assim em protótipo experimental das mesmas.

⁷¹ No âmbito das competências que lhe estavam atribuídas no domínio do turismo, caberá ao SPN/SNI, para além da definição do conceito, a decoração dos interiores e posterior supervisão das pousadas, ficando a sua construção a cargo do Ministério das Obras Públicas e Comunicações (MOPC), através da Direção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais (DGEMN).

⁷² S. Lobo (2012: 466), citando o *Diário de Notícias* de 7 de junho de 1939, indica ter sido anunciada a construção de oito pousadas – no Marão, na Serra da Estrela, no Vouga, no Algarve, em Alfeizerão, em Elvas, na Arrábida e em Sines –, não se tendo portanto concretizado a da Arrábida e tendo a de Sines – a menos que se tratasse de imprecisão do jornal – sido realocizada na vizinha Santiago do Cacém.

⁷³ A estes três arquitetos associar-se-ão ainda, na decoração dos espaços, Anne Marie Jauss (Elvas, São Brás e Santiago), Carlos Botelho (Serém, Alfeizerão e S. Brás), Jorge Segurado (Alfeizerão), José Luís Brandão de Carvalho (Marão), Maria Keil (Manteigas) e Vera Leroi (Elvas, S Brás e Santiago).

⁷⁴ Por razões que se prenderão certamente com as vicissitudes decorrentes da guerra que entretanto estalara na Europa, nomeadamente no que concerne à escassez ou dificuldade de acesso a alguns materiais e equipamentos e ao aumento dos respetivos preços – como se percebe de alguns documentos que consultamos a propósito da construção da Pousada de São Brás (Ribeiro & Costa, 2014b: 137-142) –, mas também com a discussão que consequentemente se terá gerado sobre a pertinência do investimento, nessas circunstâncias que então se viviam, num setor tão sensível, como é o turístico, a essas mesmas circunstâncias, e o entendimento de que esse mesmo investimento, face a essa realidade, seria “um luxo difícil de aceitar” (Acciaiuoli, 2013: 285).

⁷⁵ Como também não faziam nem farão parte duas outras unidades hoteleiras construídas antes do referido plano e que tinham adotado a designação de *pousada*: a resultante da reconversão e adaptação do Forte de Santa Maria da Arrábida, junto ao Portinho da Arrábida (atual Museu Oceanográfico, sob tutela do Parque Natural da Serra da Arrábida), promovida pela Comissão de Iniciativa de Setúbal e que estava já em funcionamento desde 1932; e a Pousada dos Vinháticos, na Serra d’Água, ilha da Madeira, projetada de raiz em 1937 pelo arquiteto Edmundo Tavares, por iniciativa da Delegação de Turismo local, e construída em 1940, mas que só virá a ser inaugurada a 5 de janeiro de 1942 (figura 1.41). Esta última (que se encontra ainda em funcionamento, tendo porém também já sido alvo de significativas alterações e ampliações), embora não pertencendo de facto àquele plano, terá, contudo, obedecido a idênticos critérios em todos os seus aspetos – quer na escala e no tipo de instalação adotados, quer no partido arquitetónico, formal e material a que recorre, quer ainda no ambiente que a decoração procura recriar, de forma a apresentar assim “um cunho verdadeiramente madeirense”, como sublinha a reportagem que lhe virá a dedicar a revista *Panorama* (Cunha, 1943: 64-65).



1.34



1.35



1.36



1.37



1.38



1.39



1.40



1.41



Mapa 1.2: localização das sete pousadas do plano das *pousadas regionais* (com referência às estradas nacionais por elas servidas)

Figura 1.34: Pousada de São Gonçalo

Figura 1.35: Pousada de Santo António

Figura 1.36: Pousada de São Lourenço

Figura 1.37: Pousada de São Martinho

Figura 1.38: Pousada de São Tiago

Figura 1.39: Pousada de Santa Luzia

Figura 1.40: Pousada de São Brás

Figura 1.41: Pousada dos Vinháticos

“Ensaio tímido”, como reconhecerá mais tarde Ferro (1949: 215), a velha pensão obidense reconvertida pelo traço do arquiteto Jorge Segurado e do decorador Paulo Ferreira terá, porém, vida efêmera, pois, cumprido que estava o propósito para que fora destinada, virá a ser encerrada antes ainda da inauguração da última das sete *pousadas regionais* do plano dos centenários, em março de 1948. A sua substituição, em 1950, pela Pousada do Castelo – unidade instalada precisamente na alcaidaria-mor do castelo daquela vila – assinalará o início de uma segunda fase do plano de pousadas, que passará fundamentalmente, não já pela construção de edifícios de raiz, mas pela adaptação e reafetação de edifícios com valor patrimonial histórico a funções hoteleiras, inaugurando uma estratégia que se tornará predominante a partir da década de 1960.

Um hotel que, não sendo hotel, é pois *uma casa portuguesa, com certeza...*

Hotel “que não é hotel”, o conceito de *pousada regional* verá as suas premissas fundamentais cingidas nos estreitos limites estabelecidos pela “política de espírito” de António Ferro e do SPN/SNI e pela sua fidelidade ao compromisso de “ser moderno mas português” (Ferro, 1939: 22),

constituindo instrumento colocado ao serviço desse “turismo saudável, campesino” que é o de Portugal, país “antologia de todas as paisagens” (Ferro, 1949: 42). Devendo por isso “satisfazer as exigências mínimas do viajante sem fazer perder ao nosso País o seu carácter lírico, familiar” (Pina, 1988: 123), as pousadas regionais irão assim destacar-se – pela imagem profundamente ruralizante e bucólica, intensamente doméstica e estreitamente vinculada às “características próprias da região que vai servir”⁷⁶ (Cunha, 1942: 30) – como elemento diferenciador num mundo onde o racionalismo abstrato, desenraizado e descontextualizado, que tendia a desdiferenciar países e culturas, ganhava crescente preponderância e acelerava o seu ritmo de disseminação.

Todavia, para que esse desígnio imagético se cumprisse, as condições em que navegava a hotelaria e o turismo portugueses exigiam mais do que simples retórica. Exigiam “combate a certas deficiências de carácter higiénico, combate, sem tréguas, à mendicidade, renovação da publicidade turística” e pôr cobro à “fantasia, [a]o amesquinhamento das coisas, [à] dispersão, [à] falta de subordinação a uma orientação única, superior”, como reconhecia Ferro (1949: 69). Exigiam também substituir

os clássicos criados ou malcriados (de *smoking* lustroso nas bandas e no resto) por desenxovalhadas raparigas que lembrem, na alegria e simplicidade dos trajes regionais, a própria paisagem que se enquadra nas janelas (*Idem: Ibid.*) (vide figura 1.31)

Como exigiam, de igual modo, a adoção de um “conforto rústico, bom gosto fácil no arranjo duma coisa e também no paladar, simplicidade amável”, tendo ainda

o cuidado de aquecer, de vestir as suas paredes com mantas, velhas gravuras, objetos regionais, bonecos de barro, para que os seus hóspedes, ainda que sozinhos, se encontrem sempre acompanhados por certas coisas simples que os situem constantemente na região onde se encontram e não lhes quebrem a continuidade entre [...] a casa e o campo (*Idem: Ibid.*).

Ou seja, para além de uma renovação de imagem e ambiente, revelava-se necessário proceder de igual modo a um incremento na higiene e na qualidade do serviço, bem como na forma como se encarava e, sobretudo, trabalhava a publicidade – ou propaganda⁷⁷ como soía dizer-se. Questões para as quais assumiriam também particular importância a criação, no âmbito daquele organismo, de Serviços Técnicos e Brigadas Técnicas⁷⁸ e o papel que uns e outros serão chamados a desempenhar, não só no apoio técnico e na orientação, mas também na fiscalização. “E poesia, alguma poesia...”, não deixará Ferro (1949: 69), de acrescentar, lembrando que nem só da matéria vive o homem, e tanto o ‘espírito’ como a política que lhe dedicará assim o determinavam.

O conceito (ruralizante) e a escala (doméstica) que se associavam a estas pequenas unidades hoteleiras ‘regionalizadas’ implicavam que se recorresse, na respetiva decoração, a coisas – “as

⁷⁶ Características que se deveriam refletir “tanto na sua arquitectura, no seu aspecto externo, como no seu mobiliário, nas louças, nos trajes dos seus criados, nos doces, nos petiscos, nos vinhos, nos diversos produtos que dão fama à terra, à cidade, à província a que pertencem”, mas “Sem luxos escusados, sem complicadas decorações, sem custosos mobiliários” e “num ambiente, calmo, familiar – e português.” (Cunha, 1942: 30).

⁷⁷ A ênfase que é dada à importância da qualidade gráfica e literária da propaganda será, aliás, uma das marcas do consulado de Ferro no SPN/SNI, tendo este sabido rodear-se de muitos dos nossos melhores autores, artistas plásticos e *designers* da época. “Temos de acabar – de uma vez para sempre – com o *amadorismo*, com as habilidades bairristas do simpático mas incipiente artista local”, dirá Ferro a esse respeito, acrescentando que “O segredo é apenas este: entregar a artistas (*e em caso nenhum a amadores*) todos os seus trabalhos gráficos, ou outros em que a sensibilidade tenha alguma coisa para dizer...” (1943a: s. p.; itálicos como no original).

⁷⁸ Inicialmente terão sido criadas duas brigadas “de Hotéis”, uma a norte e outra a sul, ambas constituídas por um arquiteto, um(a) artista decorador(a) e um funcionário do Turismo, tendo como “missão: arranjar, retocar, libertar as paredes do pesadelo de certas gravuras e calendários, ensinar a colocar os móveis que são bonitos ou feios conforme a sua posição, dar conselhos sobre a indumentária dos criados, vestir as lâmpadas cuja nudez aflige, mudar certas cores que logo nos expulsam dos hotéis que abordamos, convencer os hoteleiros a cuidar não apenas da comida que vai para a boca mas também daquela que vai para os olhos, fazer o apostolado incessante do bom gosto e da higiene” (Ferro, 1949: 52-53). A brigada do Norte viria ser constituída pelo arquiteto Luís de Melo Correia, pela decoradora Vera Leroi e pelo funcionário do Turismo Capitão Martins, enquanto da do Sul viriam a fazer parte o arquiteto Gonçalo de Mello Breyner, a decoradora Júlia de Melo e o funcionário do Turismo Manuel Melo.

chitas, as louças baratas, os talheres saídos das nossas oficinas da província” – que, embora “imprópri[as] duma [casa] que se denominasse *Hotel*”, como admitirá José de Ataíde, “numa *pousada* ficam bem”, por se pretender essa ser uma “casa despretensiosa” (*apud* Pina, 1988: 123) –, ou seja, modesta, pobre mas honrada, como então se caracterizava o povo português. Impróprias de um hotel porque – e aqui revela-se outra faceta do idílio rural e do ruralismo encenado do Estado Novo –, por mais destaque que o regime e os seus ideólogos dessem à cultura popular, a valorizassem e promovessem, essa valorização ocorreria sempre num quadro que entende ou subverte uma separação clara (e higiénica) entre artes menores – a que aquela corresponde – e artes maiores (a Cultura, essa sim com maiúscula, a erudita).

E ficavam bem todos esses elementos, como o ficavam, de igual modo, acrescenta ainda Ferro, os pratos e especialidades regionais – as quais deveriam substituir-se, nas ementas e cardápios, “à monótona standardização, à fatal pescada e ao fatal carneiro com batatas” de forma a conferir às pousadas regionais o caráter de “pequenos conservatórios da cozinha portuguesa” –; bem como o recurso aos santos populares para batizar as pousadas regionais – Santa Luzia, Santo António, São Brás, São Gonçalo, São Lourenço, São Martinho, São Tiago –, que Ferro associa a essa “organização poética, espiritual, que se deve imprimir, hoje, em nosso parecer, às próprias coisas materiais” (1949: 70 e 114), inaugurando uma prática onomástica que se irá manter, com raras exceções, até aos anos 1960.

“Romances inocentes, suaves da paisagem portuguesa”, as pousadas regionais deveriam assim propiciar a quem as procurasse ou nelas se hospedasse “a sensação de viver num capítulo de novela, numa pausa do quotidiano, parêntesis de alegria e bem-estar no ‘dia-a-dia’ das preocupações de cada um, da luta pela vida...” (Ferro, 1949: 115), ou seja, numa espécie de idílio – rural na imagem, ambiente e contexto; delicado no discurso e ideia que se lhe associa, ou não fosse o turismo “a grande indústria dos sonhos” (*Idem*: 54)... – indiferente à (então dura e difícil) marcha do tempo. Marcha no âmbito da qual, precisamente, a “luta pela vida” assume contornos particularmente dramáticos por toda a Europa além Pirenéus, o que, longe de esmorecer o empenho de Ferro no cumprimento desse desígnio que eram as pousadas regionais, o levará antes a sugerir alguma contenção, reforçando a importância que, nesse sentido, adquire a pequena escala, doméstica e não ostentatória⁷⁹, das mesmas.

Uma escala doméstica que, (i) enquadrada pelo espaço e território em que (predominantemente) se implantava, (ii) configurada pelos referidos motivos regionais que a conformavam e (iii) alimentada pela ideia de que o hóspede, ao entrar numa pousada não devia sentir-se “num estabelecimento hoteleiro, onde passará a ser conhecido pelo número do seu quarto, mas na sua própria casa de campo onde o aguardam os criados da sua lavoura” (Ferro, 1949: 69) e “onde não falta o conforto acolhedor e franco de certas casas solarengas” (Neves, 1943: s.p.), nem a “medida exata de pitoresco e de comodidade ‘caseira’” (S.A., 1943a: s. p.), antecipa, em grande medida – e à parte a referência aos criados da lavoura –, aquele que virá ser o turismo no espaço rural ou turismo de habitação da atualidade.

⁷⁹ “Evitemos, portanto, as exhibições deslocadas, as despesas supérfluas, as refeições de abundância inútil e chocante, as construções aparatosas e desproporcionadas”, dirá A. Ferro a esse respeito, reconhecendo ser o turismo uma “indústria de luxo” e “inoportuna” face às circunstâncias decorrentes da guerra (falta de combustíveis, racionamento alimentar, já para não falar de todo o cortejo de atrocidades que lhe são inerentes...), em resposta às críticas que terão sido dirigidas ao Governo contra a abertura de novas unidades hoteleiras (cf. Pina, 1988: 119). Todavia, tentando ver para além do imediato, Ferro não deixará ainda assim de exortar a que “preparemo-nos silenciosamente, dentro do razoável e do possível, para receber os nossos amigos” (1943a: s. p.). A esse respeito, Pina aventa ainda a hipótese se ter “exagerado um pouco na tecla caseira e provinciana das *pousadas*, para encobrir, de algum modo, a modéstia do investimento que as produziu” (1988: 123), correspondendo a mesma, precisamente, à instalação mínima (4 quartos) preconizada por Francisco de Lima.

Do modelo espanhol ao compromisso entre uma modernidade formal e um tradicionalismo epidérmico

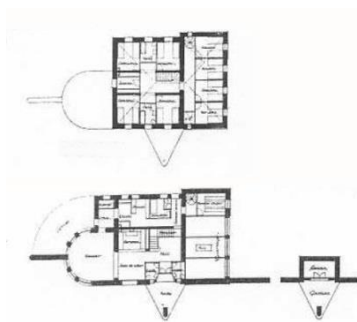
Conforme já referido, é no plano espanhol dos *albergues de carretera*⁸⁰ que as nossas pousadas regionais irão buscar muitas, embora não todas, das suas referências conceptuais essenciais. A exemplo do que virá a ser adotado pelo SPN/SNI nas pousadas regionais, as diretrizes do concurso que aquele organismo do país vizinho abria para a concretização daquele plano remetiam, em termos de escala, tipo de instalação e localização, para um conceito de (i) “hotel muito pequeno”, que no caso espanhol se pretendia “inspirado nos da Alemanha e da Suíça”, (ii) a instalar em “povoações de importância turística onde não era aconselhável a construção de um hotel mas que necessitavam de uma pequena instalação” (Diez-Pastor, 2004: 76; tradução livre), e (iii) cuja localização estivesse associada aos traçados rodoviários principais em obediência a parâmetros muito precisos, sujeitos a um plano prévio e que deveriam ter em conta a distância e tempo percorridos à média de 40 km/h de forma a permitir uma ou duas paragens coincidentes com as horas das refeições⁸¹ (López, 2004: 71; Diez-Pastor, 2004: 76).

Note-se ainda que, no respeitante à respetiva construção, as diretrizes enunciadas pelo plano espanhol nas bases do referido concurso determinavam que estes pequenos estabelecimentos deveriam “harmonizar-se com o lugar e possuir um carácter marcadamente regional”, embora não vinculando as propostas ao uso de sistemas construtivos e materiais locais mas fazendo apenas depender a sua escolha “do lugar e das possibilidades da zona” (López, 2004: 70; tradução livre), o que indicia, segundo o autor citado, a intenção de fazer distinguir o *albergue* dos edifícios circundantes tornando-o facilmente reconhecível. Quanto à respetiva exploração, pretendia-se que esta fosse “o mais económica possível, sem carecer das comodidades necessárias; dispondo sempre de um vestíbulo e um restaurante/sala de jantar” (Diez-Pastor, 2004: 76; tradução livre).

O concurso virá a ser ganho por Carlos Arniches e Martín Domínguez, jovens arquitetos da primeira geração modernista espanhola, com duas propostas que recorriam a “elementos modernos com reminiscências da tradição vernácula, materiais fáceis de obter nas zonas de implantação e um reportório único e reduzido de elementos” (*Idem: Ibid.*; tradução livre), diferenciando-se na combinação que cada uma fazia desses recursos. De uma dessas propostas virão finalmente a ser construídos doze *albergues* destinados a servir outros tantos itinerários rodoviários principais (figuras 1.42 e 1.43).

⁸⁰ Albergues de estrada, em tradução literal. Trata-se de uma das tipologias de *paradores* que o Patronato Nacional de Turismo espanhol decidira promover no âmbito do programa, lançado ainda na segunda metade dos anos 1920, que visava dotar os principais itinerários rodoviários do país de “pequeños hoteles refugio situados en lugares convenientes, en los cuales el automovilista puede encontrar un comfortable albergue y elementos precisos para continuar su viaje” (Luis Peypoch, 1926, *apud* López, 2004: 69), particularmente por ocasião das duas grandes exposições que aquele país organizaria no final da mesma década, em 1929 – a Exposição Ibero-Americana de Sevilha e a Exposição Internacional de Barcelona (Diez-Pastor, 2004: 76).

⁸¹ Relativamente à localização, note-se como as sete primeiras pousadas regionais que virão a ser construídas no nosso país obedecem a propósitos similares: Santa Luzia (Elvas), ancorada à EN 4, uma das principais vias de movimento internacional, ligando Lisboa a Madrid ou Sevilha via Badajoz; São Lourenço (Manteigas, Serra da Estrela), não muito longe da EN 16 e sensivelmente a meio caminho entre a fronteira de Vilar Formoso e a EN 1 Porto-Lisboa; São Martinho (Alfeizerão) e Santo António (Serém, Vale do Vouga) no apoio à EN 1, com a primeira mais a sul, na EN 8, e segunda mais a norte, junto ao nó de ligação entre a EN 1 e a EN 16; São Gonçalo (Amarante, Marão) em plena EN 15, junto ao alto da serra do Marão e a meio caminho entre o Porto e Bragança; São Tiago (Santiago do Cacém), junto à EN 120 na ligação litoral entre Lisboa e o Algarve; e finalmente São Brás (São Brás de Alportel), já no Algarve, junto à EN 2, aquela que era a principal estrada de ligação da capital a esta região e também o grande eixo longitudinal que ligava o país de Norte a Sul, desde Chaves a Faro (*vide* mapa 1.2). Em qualquer dos casos, são localizações de grande interesse turístico, que abrangem paisagens diversificadas – montanha (São Lourenço e São Gonçalo), planície (Santa Luzia) e litoral na proximidade do mar/praias (as restantes) (*vide* mapa 1.2) – e, ao implantarem-se no terreno em zona de encosta, compreendem vistas panorâmicas de grande valor cénico sobre a paisagem circundante ou, como no caso de São Tiago e Santa Luzia, património monumental.



Albergues de carretera

Figura 1.42

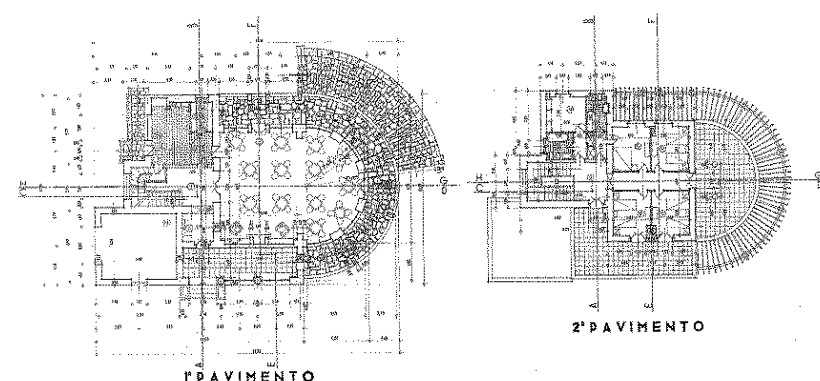
anteprojeto (Arqt.ºs Carlos Arniches e Martín Domínguez, 1928): plantas do r/c (em baixo) e piso superior.

Figura 1.43

Albergue de Carretera de Benicarló, 1929-1933: um dos doze *albergues* construídos de acordo com o projeto-tipo de Carlos Arniches e Martín Domínguez

No entanto, as analogias entre aquele conceito e o que virá a ser adotado em Portugal não se ficam por aí, sendo possível ainda observá-las ainda a outros níveis. Logo à partida, no que respeita ao programa – embora aí as analogias sejam óbvias e naturais já que decorrentes do próprio conceito e funções subjacentes –, com as áreas de serviço a ocuparem o piso térreo e os quartos de hóspedes o piso superior, e a sala de estar/jantar a assumir um papel e uma importância fundamental como elemento mais destacado na organização funcional do espaço interno.

Depois, ao nível formal, não deixa de ser curiosa a analogia que a solução adotada para a sala de jantar revela, decorrente dessa importância que lhe é conferida, desenvolvendo-se num volume cilíndrico ou semicilíndrico de forma a tirar o máximo partido possível das vistas panorâmicas proporcionadas pela respetiva localização (figura 1.43) – como acontecerá no caso português, e de forma particular, nas pousadas de Santo António (figura 1.35) e S. Brás (figuras 1.40 e 1.44), sendo que na de São Gonçalo (figura 1.34), que poderia também ser aqui incluída, é todo o corpo principal do edifício que se desenvolve em arco de circunferência.



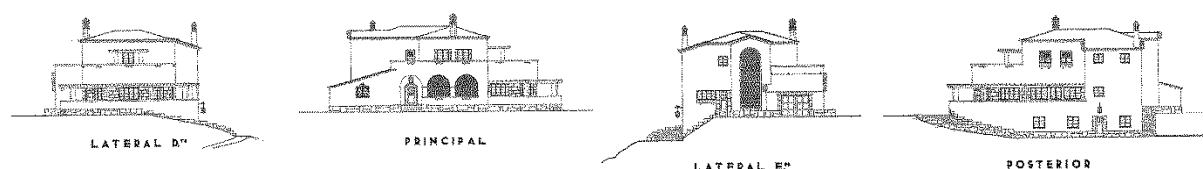
Projecto da Pousada do Algarve - São Brás de Alportel, projeto de arquitetura (Arqt.º Miguel Jacobetty Rosa, 1939)

Figura 1.44

plantas

Figura 1.45

alçados



Onde as soluções portuguesas se virão a destacar, significativamente, da sua congénere espanhola (pelo menos considerando a solução base original proposta por Arniches e Domínguez, e descontando a recusa da solução concursal para a escolha e elaboração dos projetos, que, como vimos, irão ser diretamente entregues a três arquitetos escolhidos para o efeito), será, por um lado, (i) na maior aproximação que aquelas fazem ao conceito de 'casa', ao procurarem impor uma escala e um ambiente de maior domesticidade, e em particular da 'casa portuguesa', na forma como retomam e (re)combinam alguns dos temas ou elementos associados ao receituário de Raul Lino; e por outro lado, (ii) na resposta específica que procuram dar às características próprias de cada

lugar, tirando partido da topografia e da paisagem na forma como resolvem o programa, contrariando assim o caráter mais descontextualizado da solução-tipo espanhola.

Com efeito, a solução-tipo espanhola, não tendo sido desenhada especificamente para nenhum lugar concreto, limita-se a adotar alguns sinais distintivos que respondem mais à necessidade de evitar tanto quanto possível a ideia de repetição formal absoluta do que às exigências ou desafios contextuais colocados pelo sítio, relevando dessa forma uma maior proximidade e compromisso com os princípios da racionalização e standardização formais e construtivas, que a doutrina do Movimento Moderno compreendia, bem como uma ausência de contextualização similar à que caracteriza muitas das obras da primeira fase daquele movimento.

Pelo contrário, nas diferentes soluções que virão a ser adotadas em Portugal, o *compromisso* que se estabelece, ou que se pode observar, é de outra natureza: trata-se do que ficará conhecido, em termos estéticos e formais, como 'português suave', essa "mistura doce de modernidade e regionalismo" – como o designam Almeida e Fernandes – que constituía a "tendência então explorada pelos arquitetos modernos em que uma linguagem vernácula surgia macia e brandamente condimentada com algumas referências à arquitetura moderna" (1986: 145).

Ora, é na linha desse *compromisso* que nos parece, de forma evidente, inscreverem-se os projetos destas primeiras pousadas, uma vez que o recurso, que é detetável nas mesmas, a determinadas soluções formais e espaciais, atestando, de alguma forma, um evidente desprendimento da tradição e uma maior aproximação à modernidade – no jogo plástico dos volumes, na recusa da simetria, na enunciação das funções de cada volume ou compartimento nos respetivos alçados, na organização funcional, num certo depuramento decorativo... –, aparece matizado pela presença de elementos de justaposição que procuram conferir uma imagem característica da arquitetura dita portuguesa, ainda que de forma meramente epidérmica – beirados, varandas, arcadas, pedra à vista, portadas... (cf. Portas, 2008; Almeida & Fernandes, 1986).

E se é certo que as características que estas primeiras pousadas irão apresentar se distanciam, embora com intensidades diferenciadas, do formulário mais ortodoxo da 'casa portuguesa', embora sem deixar de lhe ser tributários, não nos parece menos certo que a figura tutelar de Raul Lino⁸² e das suas teses, tendo encontrado evidente acolhimento em muita da arquitetura oficial do Estado Novo, não deixará igualmente de pesar sobre o "estilo Secretariado", designação com que ficara conhecida ("com ironia") – e reconhecida (já sem ironia...) pelo próprio António Ferro (1949: 109) – a linguagem estético-formal adotada, não só nas pousadas regionais, pelo SPN/SNI. Quanto mais não seja, particularmente no caso destas, pelo papel de que Lino se verá investido na apreciação dos respetivos projetos, por força das competências que exercia na DGEMN – competências ao abrigo das quais, p. ex., emite um parecer respeitante ao projeto da Pousada de São Brás em que, confirmando, de certa forma, a inscrição do mesmo na referida linha de compromisso, observa que "os exteriores são graciosos, têm frescura, novidade sem exotismo", apenas sugerindo ao respetivo autor "um pouco mais de mistério para a grelhagem do seu janelão da escada, que está [...] demasiado clássico" (1939: s.p.).

⁸² Note-se que Raul Lino não terá sido de todo alheio ao conceito arquitetónico, estético e imagético das pousadas regionais, dada a sua condição de membro do pelouro do Turismo da Comissão Organizadora do Programa Preliminar dos Centenários, um pelouro que é partilhado com António Ferro, como atrás já referimos.

Das pousadas regionais aos casalinhos e casas de campo, ou os primeiros passos do turismo rural e de habitação em Portugal

Apesar dos atrasos que as vicissitudes da guerra terão imposto na concretização do plano das pousadas regionais, o seu sucesso terá sido tão “estrondoso” que não terão faltado lugares a reclamar a sua pousada (Pina, 1988:21), aduzindo cada um deles em seu favor a singularidade paisagística e pitoresca do local escolhido, da respetiva beleza ou das condições oferecidas. O problema, no entanto, serão os limites orçamentais que Salazar nunca prescindirá de fazer respeitar. Limites que, embora não tendo impedido, mesmo com algumas ‘derrapagens’, que aquele plano se cumprisse, travarão muitas veleidades subsequentes, sendo necessário aguardar até 1953 para que se desse arranque a uma segunda série de pousadas⁸³, que, ainda assim, apenas só nos anos 1960 se concretizará na sua maior parte.

Mas fosse por falta de dinheiro para dar resposta a todas essas solicitações, porque simplesmente se reconhecesse que “nem todos os sítios pitorescos, mas pouco visitados, exigem *Pousadas*” (Ferro, 1949: 106) ou ainda porque – quiçá inspirando-se noutros exemplos de além-fronteiras (Suíça?) – vislumbresse já a emergência e crescimento futuros do que virá a ser designado como turismo rural ou no espaço rural, António Ferro, animado pelo seu espírito irrequieto mas determinado e pela sua (aparente?) propensão para fazer muito do pouco que tinha ao seu dispor⁸⁴ – como parece ser evidente, pelo menos, no caso das pousadas regionais, se aceitarmos a tese de Paulo Pina atrás referida (*vide* nota 79) –, virá a propor uma alternativa que hoje designaríamos como *low cost*, ou de baixo custo: “Uma simples casa limpa, com dois ou três quartos e as indispensáveis instalações higiénicas” para “servir esses lugares onde *lá vem um...*”, uma “pequena casa acolhedora, sem caráter de hotel, [com] hospedagem para todos mas que mais parece para cada um” (Ferro, 1949: 106, 113; *itálicos como no original*). Por outras palavras, uma “casa portuguesa, com certeza”, quase apetece dizer, onde “pão e vinho sobre a mesa [...] quatro paredes caiadas, um cheirinho de alecrim, um cacho de uvas doiradas e duas rosas no jardim”, seriam o “poucoquinho” bastante, como sugerem os versos de Reinaldo Ferreira, “p’ra alegrar uma existência singela” em passeio turístico à descoberta das maravilhas que o país escondia ainda...

Não havendo, por conseguinte, disponibilidade financeira da parte do SPN/SNI e do MOP para alargar a rede de pousadas – pelo menos no imediato –, a solução passará assim, nesta fase, pela definição e elaboração prévia dos projetos e posterior fornecimento dos mesmos aos eventuais interessados, por forma a deduzir, assim, o seu custo ao investimento necessário, mas assegurando também, por outro lado, um maior controlo e coerência formal e estética. Para esse efeito, foram então encarregados os Serviços Técnicos do SPN/SNI de elaborar dois projetos-tipo de unidades de alojamento turístico que pudessem ser construídas “com uma centena de contos” e fossem “pouco maiores do que moinhos, espécie de abrigos” (Ferro, 1949: 106), um de características meridionais, o outro de características setentrionais, para as quais virá a ser adotada a designação de *casalinho* – ou seja, um pequeno *casal* ou casa de família.

A ideia era propor uma solução mais simples e económica e suscetível de disseminação mais generalizada, espécie de mini-pousada que vinha acrescentar mais alguns dos elementos, aos que

⁸³ Essa segunda série estaria já prevista desde, pelo menos, 1948, data em que António Ferro, aquando da inauguração da Pousada de S. Lourenço, revela estarem já “inscritas no Plano de Melhoramentos do Ministério das Obras Públicas, a de Penafiel, a de Tomar, a de Marvão, a das muralhas de Óbidos, a das Berlengas...” e ainda mais duas outras que diz estarem a ser “pensadas” para Serpa e Miranda do Douro (1949: 116). A nova série que irá arrancar em 1953 obedece já à reclassificação, proposta nesse mesmo ano, que passará a dividir a categoria em cinco classes distintas: (i) pousadas de estrada, (ii) pousadas de fronteira, (iii) pousadas de monumentos, (iv) pousadas de interesse especial e (v) pousadas de estímulo (Melo, 2001: 256).

⁸⁴ Respeitando e seguindo assim e diligentemente as orientações recebidas de Salazar: “Seja *verdadeiro*. Defenda o *essencial*. Proteja o *espírito*”, mas... “*Não gaste muito*” (*apud* Ferro, 1943b: 13; *itálicos nossos*).

eram já evidentes nas pousadas regionais, que concorrem para antecipar aqueles que, como atrás referimos, configuram os atuais conceitos de turismo rural e turismo de habitação:

- (i) quer nos territórios a que esses *casalinhos* se destinam, dando preferência a áreas rurais e/ou afastados das grandes cidades;
- (ii) quer na escala que lhes é imposta, a escala doméstica cuja importância surge aqui revigorada;
- (iii) quer ainda na imagem, estética, ambiente e tipo de serviço que lhe são associados ou determinados, reforçando o caráter tendencialmente ruralista/ruralizante das pousadas regionais.

As duas soluções então gizadas pelos arquitetos Gonçalo de Mello Breyner (Sul) e Leonardo Castro Freire (Norte)⁸⁵ não fugirão à linha de compromisso atrás referida, pois conquanto não deixem de evidenciar uma filiação Moderna na organização formal e espacial – propondo inclusive, no casalinho do Sul, uma sala comum em duplo pé-direito dotada de um rasgar de vãos que se distancia da tradição em termos de dimensão das fenestraçãoes –, retomam de igual modo alguns dos elementos do receituário da ‘casa portuguesa’ – beirais, portadas, alpendre... –, ainda que contidos por um grande depuramento decorativo (que reforça aquela filiação), revelando-se a sua conexão regional, sobretudo, no uso dos materiais – adquirindo a pedra aparente grande predominância no casalinho do Norte – e na inclinação das coberturas – que se apresenta mais suave no casalinho do Sul (figura 1.46).

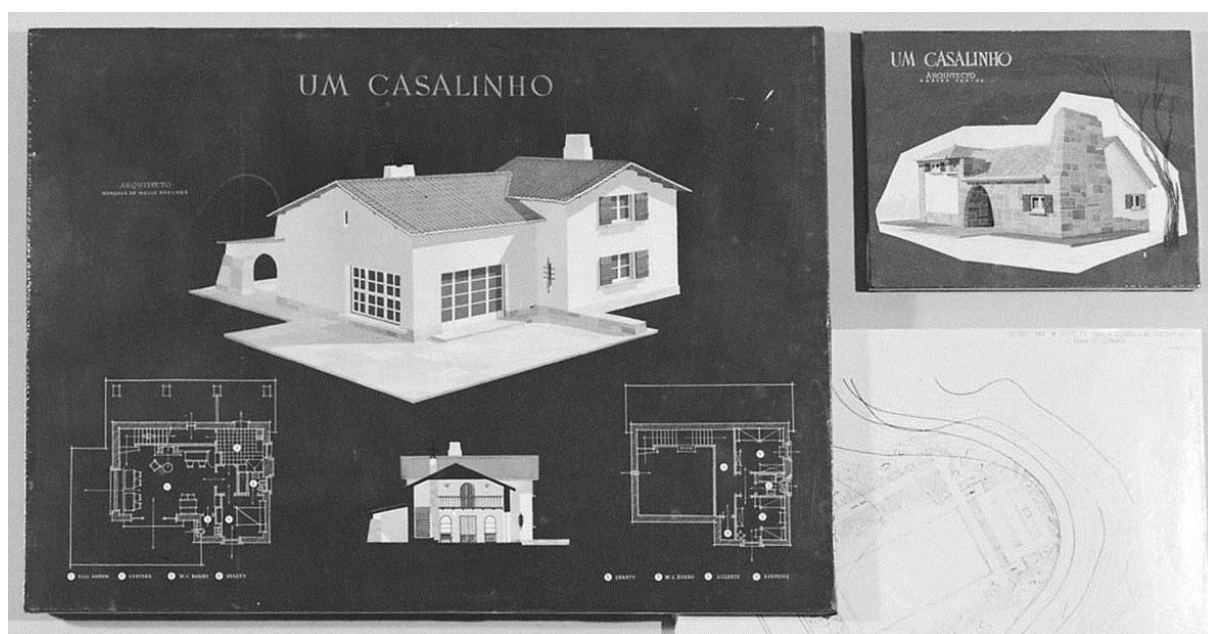


Figura 1.46: “Um casalinho”: as duas propostas de *casalinhos* (versão sul, à esquerda; versão norte, à direita) conforme apresentadas em 1948 na Exposição “14 anos de Política do Espírito”.

⁸⁵ Embora S. Lobo afirme que “caberia” a Gonçalo de Mello Breyner “desenvolver este outro modelo” (2012: 472), dando a entender que este seria o autor dos dois projetos-tipo, tal não é confirmado pela imagem que usa, dos painéis da exposição alusiva aos “14 Anos de Política do Espírito”, para ilustrar o tema. De facto, e embora os nomes indicados nos desenhos sejam praticamente ilegíveis, parece evidente que é o de Mello Breyner que está assinalado no desenho do casalinho do Sul, mas de forma alguma é o que está associado ao do casalinho do Norte. Pelo contrário, o número de caracteres do nome associado ao painel do casalinho do Norte não correspondendo de igual modo ao nome de Melo Correia, o arquiteto da brigada norte do SPN/SNI, coincide com os dois apelidos de Castro Freire, o que adquire alguma plausibilidade tendo em conta o envolvimento deste com o SPN/SNI, já nesta altura e neste âmbito – nomeadamente na decoração da Pousada do Castelo de Óbidos, cujo projeto é de 1948, e depois, em meados dos anos 50, nos projetos das pousadas de S. Gens e Miranda do Douro. A hipótese carece, no entanto, de confirmação, não cabendo a mesma no âmbito deste estudo.

Nenhum dos casalinhos terá chegado, no entanto, a sair do papel – ou dos painéis da exposição com que o SPN/SNI assinalará, em 1948, os seus *Catorze anos de Política do Espírito* –, sendo bem provável que, como sugere Pina (1988: 122), o facto do investimento necessário à sua construção e instalação, não sendo assegurado pelo erário público (como sucedia no caso das pousadas, através do MOP e do SPN/SNI), mas antes pelos próprios interessados, que seriam necessariamente promotores privados, terá porventura afastado o interesse e inviabilizado a sua concretização⁸⁶.

Mas a atenção dada à resolução dos “problemas urbanísticos mais diretamente relacionados com a organização do Turismo” (S.A., 1944: s.p.) não se esgotaria nas propostas das pousadas regionais e dos casalinhos. Com efeito, a necessidade de

evitar [...] que se construam, nos locais de maior trânsito dos turistas, casinhas ou casarões inestéticos, nesse pseudo-estilo de ‘chalé-bolo-de-noiva’ que se usava nos começos do século ou, mais modernamente, nesse ridículo e antipático híper-geometrismo dos caixotes ‘standard’ (*Idem*: s.p.)⁸⁷

tinha já determinado o lançamento de um concurso, em 1943, através da revista *Panorama*, destinado aos estudantes de arquitetura e jovens arquitetos, com o objetivo assumido de “estimular a arquitectura rural portuguesa”⁸⁸ e orientar, no sentido do que deveria ser a arquitetura ‘certa’, todos aqueles que pretendessem construir uma *casa de campo* ou *praia*.

O “Concurso da Casa Panorama”, como foi designado, subordinando-se ao magno propósito da revista de “contribuir objectivamente, praticamente, para o desenvolvimento turístico do país nos seus múltiplos aspectos e, em particular, no da Estética Architectónica” (S.A., 1943b: s.p.), visava assim, através da realização de projetos para pequenas casas de férias ou fim de semana, de campo ou de praia⁸⁹,

esclarecer o público acerca das possibilidades e processos de construção de *casinhas de repouso* práticas e económicas⁹⁰ – *em que não seja esquecida a função estética da arquitectura regional* [nem] o aproveitamento dos *materiais locais* (*Idem*: *Ibid.*; itálicos nossos),

constituindo-se assim em mais um instrumento de que o SPN/SNI se servia para dar continuidade e reforçar a sua ação orientadora do “bom gosto” estético a imprimir, agora já não só à indústria hoteleira, mas também à habitação secundária ou de uso turístico nacional.

O respetivo regulamento, definindo com precisão o programa pretendido, nomeadamente quanto ao número de compartimentos e respetivos usos ou funções, determinava, fundamentalmente, que as casas (i) tivessem um só piso, (ii) atendessem ao carácter do contexto paisagístico do local escolhido e (iii) fizessem o máximo aproveitamento dos materiais locais,

⁸⁶ Importa referir, no entanto, que no Inventário do Património se refere, a propósito da Pousada de S. Gens (Serpa), que esta terá resultado da adaptação de um imóvel, adquirido pelo Estado em 1955, que era designado por *casalinho* sendo já utilizado por turistas mas sem reunir “as condições necessárias” (http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=17343), deixando assim em aberto a hipótese de, se não os projetos-tipos ou um deles, pelo menos a designação poder ter sido adotada ou utilizada, mesmo que a uma escala quantitativamente restrita.

⁸⁷ Este discurso não só retoma, de forma evidente, velhas críticas aos modelos de importação que por cá se iam construindo – críticas como as que haviam feito Ricardo Sincero aos “chalets”, em 1902 (*apud* Ribeiro, 1994: 89), ou Raul Lino à arquitetura moderna, em 1933 (*apud* Portas, 2008: 189) – e antecipa outras, mais recentes, apontadas agora à ‘casa-de-emigrante’ ou ao edifício ‘moderno’ inserto em ambiente ‘histórico’, ‘antigo’ ou ‘tradicional’, como também enuncia uma preocupação com a imagem (arquitetónica e urbana) das áreas de maior aptidão turística que não cessará de se manifestar até aos nossos dias, embora sem conseguir contrariar ou impedir os resultados que se conhecem...

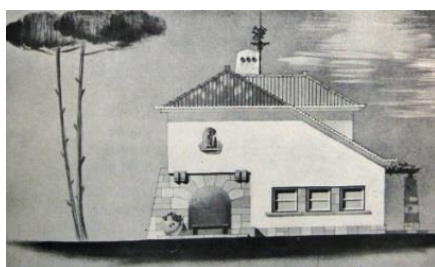
⁸⁸ “Os concursos instituídos visam a estimular a arquitectura rural portuguesa” era o título que encabeçava o painel alusivo ao referido concurso apresentado na exposição comemorativa dos “14 anos de Política do Espírito”, em 1948.

⁸⁹ O concurso que viria a ser aberto nesse ano, indicado como o primeiro, era “especialmente dedicado a Casas de Campo, para serem construídas nos Arredores de Lisboa ou do Porto” (S.A., 1943c: s. p.). Deduz-se, por isso, que um segundo concurso, a ter ocorrido, o que não aconteceu, seria dedicado a “Casas de Beira-Mar”.

⁹⁰ Práticas, económicas e... “*certas*” – uma vez que as anteriormente referidas, e que motivavam o concurso, eram apontadas como “*erradas*” –, acrescentará, de forma esclarecedora e com ênfase, o artigo em que são anunciados os resultados do concurso (S.A., 1944: s.p.; itálicos como no original)...

concedendo no entanto, pelo menos no plano retórico, “plena liberdade [...] para resolver os problemas de arquitectura e de estética ornamental” (S.A., 1943c: s. p.). António Ferro, o arquiteto Jorge Segurado e o artista Bernardo Marques, diretor gráfico da revista *Panorama*, constituíam o júri encarregado de avaliar os trabalhos concorrentes.

Contudo, não obstante a “plena liberdade” regulamentarmente concedida, as três propostas premiadas (figuras 1.47 a 1.49), que terão honras de publicação naquela revista (S.A., 1944), não escapam à referida “mistura doce de modernidade e regionalismo” (Almeida & Fernandes, 1986: 145). Com efeito, todas elas (re)tomam da linguagem da ‘casa portuguesa’ os seus elementos vocabulares característicos – telhados de telha de meia cana e beiral saliente ‘à portuguesa’ e sanqueado, entrada alpendrada, paredes pintadas de branco com aplicações de pedra aparelhada, emolduramento dos vãos, pérgula com elemento vegetal, portadas exteriores...– ainda que combinados de formas diversas, assumindo particular destaque o projeto classificado em terceiro lugar, ao qual nem falta a telha revirada no beiral ou os cachorros (para o vaso de manjerico?) a ladear as janelas do piso superior.



Concurso da Casa Panorama

Figura 1.47: 1º Prémio (Guilherme António Gonçalves Gomes, aluno da EBAP)



Figura 1.48: 2º Prémio (Mateus Júnior, aluno da EBAL)



Figura 1.49: 3º Prémio (José Manuel Galhardo Zilhão, arquiteto tirocinante da EBAL)

Mais curiosa é a proposta classificada no segundo lugar ao introduzir o tema da casa-pátio, evocando dessa forma algumas arquiteturas do mediterrâneo mas também assumindo, nesse aspeto, algumas analogias formais com a Pousada de Elvas, que fora a primeira das pousadas regionais a ser inaugurada. Não passa também despercebido o facto de, contrariamente a esta, as outras duas propostas premiadas não respeitarem o regulamento no que concerne ao número de pavimentos, arriscando assim violar outros dos princípios enunciados: o da economia.

Todavia, mais interessante ainda é confrontar os resultados deste concurso com os do que será lançado, quatro anos depois, pela então recém-renovada revista *Arquitectura* “para uma casa de férias no Alto Rodísio”, e notar como aqueles parecem enunciar o estertor daquela que fora a orientação estética da “política do espírito” do SPN/SNI. Com efeito, todos os trabalhos que se virão a apresentar-se a este concurso⁹¹, ao afastarem-se “do falso nacionalismo formalista, considerado até aqui solução única e suficiente” (S.A., 1948a: 6), traduzem já, de forma inequívoca, a mudança de paradigma que o I Congresso Nacional de Arquitectura (CNA) – cuja realização coincide, curiosamente, com a publicação dos trabalhos concorrentes nas páginas daquela revista – virá anunciar ou assinalar. Uma mudança que compreenderá de igual modo as novas pousadas a construir de raiz, que virão a ser propostas durante a década de 1950, onde não só a preponderância da escala doméstica será definitivamente abandonada – embora procurando conservar um certo sentido de ‘aconchego caseiro’ –, como o ‘regionalismo’ e a relação com o contexto adquirem outros

⁹¹ Num total de 17 anteprojetos, número que no entender de Carlos Ramos, presidente do júri do concurso, traduzia “o interesse que mereceu o renascimento de uma prática – o concurso público” (Ramos, 1948: 3). Todos os projetos foram publicados no nº 23/24 da revista *Arquitectura* (S.A., 1948b: 4-23).

e renovados contornos, vendo-se a ambiguidade da estética de compromisso ultrapassada pela assunção clarificadora do espírito moderno, adotado já não apenas como mais um estilo mas também, e sobretudo, como método.

... e regresso ao Moderno

Se bem que esteja por apurar o nível de sucesso, e se algum houve, do desígnio modelar e orientativo na disseminação do conceito estético e imagético que estava associado às pousadas regionais, aos casalinhos ou às casas de campo e praia, não é de crer, que o mesmo, a ter ocorrido, tenha sido significativo. Com efeito, contra esse desígnio terão concorrido, não só a guerra mundial, desaconselhando o investimento privado – que, a nível interno, era já de si, historicamente débil –, como, e principalmente, os novos ventos que, do ponto de vista da estética e prática arquitetónica, soprarão no pós-guerra e tenderão a varrer, ao longo dos “verdes anos” (Tostões, 1994) da década de 1950, muita da poeira que passaria então a ser a imagem ‘regionalizada’ que se estabelecera na referida linha de compromisso da arquitetura portuguesa.

Significativamente, a abertura da última pousada regional virá a coincidir com um ano charneira na história da arquitetura portuguesa – 1948 –, aquele em que os arquitetos portugueses, reunidos pela primeira vez em congresso, erguerão a voz, também pela primeira vez, e quase em uníssono, contra os ditames da arquitetura oficial do Estado Novo⁹², proclamando a sua recusa em (continuar a) pactuar com um ruralismo encenado que se revelava já tão anacrónico como inconsequente, e elegendo o Moderno, de uma forma até então inédita, como paradigma (quase) absoluto.

E se no domínio político-social a abertura que alguns vislumbraram – mais no domínio do desejo do que da constatação de facto – não se confirmaria de todo, já no domínio da arquitetura a recusa em prosseguir aqueles caminhos traduzir-se-á numa renovação que, mais do que geracional, ocorrerá, neste domínio, ao nível metodológico e gramatical propiciando a emergência, não só de um modernismo por vezes radical, como – e porventura mais importante ainda – de novas formas de entendimento do papel e da importância do contexto e da tradição mas também – e sobretudo! – do utente ou destinatário no desenho do ambiente construído.

1.2.6. Estradas pitorescas, tintas e flores: um rural maquilhado fica mais bem apresentado...

O uso dessa “caixa de lápis de cores” que, segundo António Ferro, deveria servir “para elevar o nível do nosso bom gosto, para embelezar o país, para sublinhar a sua poesia” (1949: 10) não irá, contudo, esgotar-se nas iniciativas atrás referidas. Esse uso, com efeito, desdobrar-se-ia ainda num conjunto de outras iniciativas afins e tributárias da mesma “arquitetura da máscara e do efeito cenográfico” (Ramos do Ó, 1999: 182) que o regime impôs ou ativamente promoveu, como terão sido os casos, nomeadamente:

⁹² Senão oficial, pelo menos oficiosa, pois embora se possa, acentuando o carácter autoritário e repressivo do regime, defender a existência de uma “arquitetura característica” do Estado Novo, ainda que dotada de cambiantes diversos aplicáveis a diferentes programas e escalas (Pereira & Fernandes, 1980), também é admissível usar os termos “hesitação” e “expectativa” e retomar a tese do “compromisso” enunciada por Carlos Ramos para caracterizar a arquitetura portuguesa e, sobretudo, o ambiente que a determinará até ao final da segunda guerra, transferindo assim a maior parte do ónus para os arquitetos (Almeida & Fernandes, 1986: 105-138). É também nesta segunda linha que se parece enquadrar N. Portas (2008: 171-194) ao caracterizar aquela que terá sido a atitude da classe dos arquitetos nessa época como de “cedência” ou mesmo “conversão” (à estética de tendência tradicionalista do Estado Novo), recorrendo no entanto, e em parte, aos álibis do “vazio teórico” e do “isolamento internacional” para a justificar ou ajudar a compreender. De qualquer modo, nem Almeida e Fernandes (1986), nem Portas (2008), parecem negar a existência, se não de uma “imposição”, pelo menos de uma “solicitação” predeterminada por parte do regime, como também parecem inegáveis os condicionalismos que terão sido erguidos na apreciação e aprovação dos projetos por parte das câmaras municipais e outros organismos públicos.

- (i) do Concurso de *Montras*, destinado a promover a renovação do arranjo decorativo dos estabelecimentos comerciais, em particular dos seus espaços onde os respetivos produtos e serviços são expostos e anunciados ao exterior;
- (ii) do Concurso das *Estações Floridas*⁹³, destinado a promover a limpeza, o asseio e o arranjo cuidado das estações da rede ferroviária nacional, por forma a “tornar mais acolhedoras as paragens dos nossos caminhos de ferro [...] dando-lhes, com a alegria das flores, um pouco de beleza e de vida (Ferro, 1948b: s. p.);
- (iii) do Concurso de *Tintas e Flores* e da iniciativa “sinalização pitoresca”, tendo como propósito “melhorar o aspecto paisagístico das nossas estradas – valorizando, portanto, as vias de comunicação e tornando ainda mais atraente a prática do turismo no nosso país” (*Idem: Ibid.*) (figura 1.50).
- (iv) bem como, finalmente, dos concursos das *ruas e janelas floridas* que viriam a ser lançados em várias vilas e cidades do país com o mesmo propósito de promover o “arranjo pitoresco das ruas” e o “cuidado das fachadas”, cuidado relativamente ao qual A. Ferro sugeria a “lição da Suíça” como valendo a pena “ser meditada” (1949: 105).

Figura 1.50

“Com estas iniciativas se procura embelezar os caminhos de Portugal”: painel alusivo ao concurso “Tintas e Flores” e à “sinalização pitoresca das estradas” apresentado em 1948 na Exposição “14 anos de Política do Espírito”.



No seu conjunto, estas iniciativas surgem, em todo o caso, imbuídas do mesmo espírito bucólico e pitoresco, tendente à construção de uma espécie de idílio rural de “aldeia de roupa branca” de evidente efeito cosmético e cenográfico. Iniciativas resultantes do entendimento que é feito da rua, e do espaço público de uma forma geral, como “teatro dos pobres” e “habitação” ou “casa” do viajante, como observa M. Acciaiuoli (2013: 239), razão que assim determina o seu adequado arranjo. Iniciativas por isso destinadas fundamentalmente a “montar a peça a ser representada [...] diante dos turistas estrangeiros”⁹⁴ (Ferro, 1949: 66) e, simultaneamente, salvaguardar as

⁹³ Neste caso particular, retomando e alargando ao todo nacional um concurso que vinha sendo promovido, desde 1927, no âmbito restrito da Linha de Sintra, por iniciativa de Albert Loweth, um inglês radicado naquela vila que importara a ideia do seu país natal (Pina, 1988: 75).

⁹⁴ No já referido I Congresso da União Nacional, Manito Torres, na sua comunicação dedicada ao turismo, não podia ter sido mais claro a esse respeito ao defender a necessidade de se “ocultar do turista os males, fraquezas e fealdades, para realçar as vantagens, virtudes e belezas, desviá-lo, insensivelmente, das impressões desagradáveis para lhe proporcionar, amplificadas, as boas”, calando tudo o que lhe “perturbe a sensibilidade” e evidenciando o quanto “o tranquilize e lhe agrade” (*apud* Cadavez, 2012: 113). O próprio António Ferro haveria de apontar a “o espectáculo degradante e humilhante da mendicidade” como um dos males “a atacar” em prol do desenvolvimento do turismo nacional, pois, em sua opinião, “não há turismo possível sem esse outro enxame de moscas que são os mendigos” que tanto perturbavam “o espírito [e] os olhos” de quem pretendia repousar não apenas o corpo (1949: 81-82)... “Atacar”, não necessariamente com medidas sociais – até porque, ainda segundo Ferro, esses mendigos eram “quase sempre, profissionais da

aparências⁹⁵ ocultando dos nacionais – por trás de uma “fachada impecável de bom gosto” (Ferro, 1943b: 23) e alegria moralmente sã e despreocupada⁹⁶ – os seus problemas quotidianos, ou convencê-los da sua inexistência⁹⁷.

Importa no entanto assinalar que nada disto é novo nem original, nem sequer uma característica exclusiva de regimes políticos como o do Estado Novo. Diríamos antes que faz parte do *panem et circenses* com que regularmente os governantes entretêm os governados distraíndo-os dos problemas para os quais se revelam incapazes de encontrar as saídas e soluções que, essas sim, importaria de facto encontrar.

1.2.7. Bairros económicos: o idílio rural em espaço urbano na *lição* [também urbanística] de Salazar

Um dos campos de atuação onde a ruralidade encenada do Estado Novo mais se irá manifestar é, precisamente, o dos bairros sociais. E é-o não só pela dimensão imagética, ou seja, pelo recurso a determinados elementos vocabulares da arquitetura popular e rural, mas sobretudo pela própria dimensão física, traduzida naquilo que poderíamos designar – de forma a manter a analogia com a linguagem – como construção frásica.

Com efeito, estas estruturas, apesar de predominantemente implantadas em espaço urbano, não escaparão à imposição, já não só de uma estética, mas também de uma escala física e modelo organizativo de matriz tendencialmente rural. Um modelo a partir do qual essas estruturas se constituirão assim num espaço “segregado concebido como uma espécie de aldeia” (Pereira, 1996a: 206) incrustada nas franjas do meio urbano. Pois se era no campo que se podia encontrar aquilo que seria o “verdadeiro povo” e a “verdadeira Nação”, só no campo poderia ser também procurado o modelo de habitat que assegurasse a reprodução social do “homem novo” do salazarismo, o tal “chefe de família camponês, probo, devoto e ordeiro” (Rosas, 2001: 1053-1054), e da respetiva família enquanto célula básica, esteio da sociedade e “bastião orgânico que defenderia o indivíduo contra o Moloch do Estado socialista” (Medina, 1997: 31).

Esse modelo não só irá assim adaptar a pequena escala e a baixa densidade de conjunto e conceder particular destaque à casa unifamiliar independente – aquela que melhor servia “para fortalecer e elevar essa instituição (a família) que constitui a base da actual organização social portuguesa” (SNI, 1943, *apud* Gros, 1982: 18) e também “mais correspond[ia] ao feitio do português amigo do seu lar” (Visconde de Almeida Garrett *apud* Gros, 1982: 117) –, como tenderá a caracterizar-se pela ausência de equipamentos sociais.

Ademais, conquanto a Constituição de 1933 venha a dar seguimento à ideia – que aliás já vinha da Monarquia Liberal – de não atribuir ao Estado papel relevante, se algum, no que concerne à resolução do problema da habitação, não o reconhecendo assim como um dos seus deveres, deixará

mendicidade” (*Idem*: 81) –, mas varrendo o problema ‘para debaixo do tapete’, que é como quem diz, afastando os mendigos da vista dos turistas e dos locais por estes frequentados ou cujo potencial turístico se pretendia promover.

⁹⁵ Porque “a aparência”, como bem explicara o líder da Nação, “vale a realidade, ou seja: é uma realidade política” (*apud* Ramos do Ó, 1999: 31).

⁹⁶ A alegria de um povo, o povo das aldeias, que “vive contente a rezar, a dançar e a cantar, dando lições de optimismo às cidades fatigadas, pessimistas [e] com os olhos cheios de estrelas e o coração cheio de cantigas, considera-se feliz porque sente o céu mais perto do que nunca.” (Ferro, 1950a: 93).

⁹⁷ Problemas que o próprio Salazar tendia a negar ou desvalorizar, como quando, referindo-se à miséria em que vivia o povo português, dizia ser esta, particularmente nos campos e aldeias, não só rara – pois “há sempre um côdea ou um caldo...” –, como menos aflitiva e dramática – uma vez que aí “a vida é simples e sem ambições” (*apud* Ferro, 1978: 282), a que Ferro acrescentaria – ainda admitindo algum “excessivo optimismo” da sua parte – ser o campo “uma grande mesa posta” (Ferro, 1978: *Ibid.*)...

contudo clara a prevalência que irá conceder às soluções individualizantes em matéria de habitação ao reconhecer, não o direito à habitação em abstrato, mas “de propriedade” em concreto (art.º 8º, n.º 14), e estabelecer como dever do Estado – “em ordem à defesa da família” – “favorecer a constituição de lares independentes [...] e a constituição do casal de família”⁹⁸ (art.º 13º, n.º 1).

Todavia, esta está longe de ser uma ideia nova. Com efeito, já desde os finais do século XIX se defendia ser a casa individual o sistema preferencial, ainda que se reconhecessem as eventuais vantagens económicas da habitação coletiva, não só porque esta “dificulta a aquisição das habitações pelos inquilinos”, particularmente os das classes mais desfavorecidas, mas sobretudo porque os “obriga a uma vida íntima e comum”, com tudo o que isso significaria em termos de disseminação de ideias subversivas ou socialmente perniciosas, “não consentindo além disso que cada família [...] tenha o seu pátio” (Augusto Fuschini, 1884, *apud* Gros, 1982: 102) ou a horta cujo cultivo lhes permitisse “aumentar os recursos domésticos” (Bento Carqueja, 1926, *apud* Gros, 1982: 103) e assim desincentiva-los de uma maior ação reivindicativa em termos salariais.

Será aliás nessa ideia que se finca o conceito das *casas económicas* cujo programa viria a ser instituído pelo Decreto n.º 4.137 de 1918. Neste diploma, determinava-se, no seu art.º 4.º, que “Os bairros ou grupos de casas económicas serão em regra constituídos por casas isoladas para uma só família” que deveriam estar “separadas por um espaço nunca inferior a 5 metros” (n.º 1), admitindo-se porém a construção de “fileiras de casas sucessivas e unidas” (n.º 2), devendo as mesmas, neste como naquele caso, possuir espaço de logradouro e “pequeno jardim” fronteiro (§ único).

Contudo, a ausência de uma política e ação consistentes no domínio da habitação que se manifesta, quer durante a Monarquia Liberal, quer já na 1ª República⁹⁹ – fosse por incapacidade política ou financeira, ou simples abdicação por se considerar não ser essa uma responsabilidade do Estado (cf. Teixeira, 1992: 74), configurando essa abdicação aquilo que Gros designa como “política do *laissez-faire*” (1982: 24) –, não irá favorecer o desenvolvimento e aplicação desse modelo, como de outro qualquer, à parte algumas iniciativas esparsas promovidas, fundamentalmente, pelo setor privado – como são os casos das *ilhas* do Porto, dos *pátios* e *vilas* de Lisboa, ou ainda de *colónias operárias* como a promovida naquela cidade nortenha pelo jornal *O Comércio do Porto*.

Reconhecendo uma realidade premente e que há muito vinha, assim, a ser objeto de reflexão e alvo de propostas, será pois com o Estado Novo que virá a ser finalmente posta em prática uma política habitacional, ainda que a mesma se venha a revelar muito aquém, quer dos objetivos oficialmente proclamados, quer das necessidades repetidamente denunciadas e reconhecidas. O primeiro passo nesse sentido será dado logo em 1933 com a promulgação do DL nº 23.052 de 23 de setembro, diploma que institui o programa das “Casas Económicas” e que, retomando precisamente a designação e o conceito proclamado no referido decreto de 1918 (e reafirmado por novo decreto em 1928), vem determinar, no seu art.º 12.º, que as “casas económicas [...] serão moradias de família, com quintal”¹⁰⁰, não devendo os grupos em que se constituíssem comportar, de acordo com o art.º 13.º, mais de 100 moradias.

⁹⁸ O regime do “casal de família”, a despeito da sua adaptação à propriedade urbana aproveitando ao programa das “casas económicas”, fora originalmente instituído com vista a constituir “a medida mais eficaz de protecção à pequena propriedade agrícola” (Decreto n.º 7.033, de 16 de outubro de 1920: preâmbulo), tendo sido aplicado pela Junta de Colonização Interna, como veremos noutra secção deste capítulo, na política de colonização interna tendente à fixação dos agricultores à terra.

⁹⁹ Segundo Carlos Nunes Silva, “A intervenção pública até ao fim da primeira década [do séc. XX] foi quase nula, quer da parte do legislador, quer das câmaras municipais” (1994: 657-658), tendo as primeiras iniciativas no domínio da habitação social, lançadas ainda na 1.ª República, só sido concluídas já na década de 1930, pelo Estado Novo.

¹⁰⁰ O quintal – ou seja, a pequena leira de terra anexa à moradia onde a família pode semear as suas “belas couves” e plantar as suas “lindas rosas” –, assumirá particular importância, pois, no entender de Salazar, “O trabalho em terra própria é o grande inimigo da taberna...” (*apud* Baptista, 1997: 85)

Ora, como observa M. C. Gros (*apud* Baptista, 1996: 4), surge desde logo na designação escolhida, *casas económicas*, o primeiro indício daquela que será a orientação dessa política em termos ideológicos – uma orientação que encontra numa das sete ‘lições de Salazar’, a que representa a “trilogia da educação nacional: Deus, Pátria e Família”, a sua ilustração perfeita –, pois como dirá o próprio ditador, “A intimidade da vida familiar reclama aconchego, pede isolamento, numa palavra, exige a casa, a casa independente, a casa própria, a nossa casa” (1933: s. p.)¹⁰¹. Preferencialmente, dirá ainda a António Ferro – oferecendo assim, ao “metteur-en-scène” que conduzirá o ‘baile’ do regime, um dos motes para sua encenação – uma (casa) “que esteja dentro da nossa época, mas, simultaneamente, dentro da nossa raça e do nosso clima” (Salazar, *apud* Ferro, 1978: 203), ou seja, uma *casa portuguesa* (com certeza...) ¹⁰², como não se cansarão muitos de defender, por convicção ou conveniência¹⁰³, trazendo a terreiro as teses e propostas de Raul Lino.



Figura 1.51
Bairro de casas económicas do Caramão da Ajuda, Lisboa: nos anos 1940, os princípios enunciados pelo decreto n.º 4.137 de 1918 mantinham ainda plena atualidade



Figura 1.52
Bairro de casas económicas das Terras do Forno, Lisboa (Arqt.º Raul Lino, 1933-1938): moradias térreas com quintal para que o povo pudesse semear as suas “belas couves” e plantar as suas “lindas rosas”



Figura 1.53
Bairro de casas económicas Dr. Oliveira Salazar / Bairro do Alvito, Lisboa (Arqt.º Paulino Montez, 1937)

É precisamente Raul Lino quem virá a ser chamado, na qualidade de funcionário da DGEMN – organismo a quem o DL nº 23.052 de 1933 incumbira os projetos das casas económicas (art.º 12.º, § 3.º) –, a desenhar¹⁰⁴ os primeiros “agrupamentos de moradias económicas”, termo com que aquele diploma designa os conjuntos urbanos assim formados, da cidade de Lisboa, a partir de meados da década de 1930 – Bairro da Serafina, Bairro do Alto da Ajuda e Bairro das Terras do Forno (figura 1.52) (Howell, 1999: 153). Lino tem assim a oportunidade (que não a mesma liberdade que os bolsos mais nutridos da sua clientela privada lhe proporcionarão) de dar azo ao seu conceito de “casa

¹⁰¹ No mesmo discurso, o ditador defende ainda ser “utilíssimo que o instinto de propriedade que acompanha o homem possa exercer-se na posse da parte material do seu lar”, considerando “naturalmente mais económica, mais estável, mais bem constituída a família que se abriga sob tecto próprio” (Salazar, 1933: s.p.). Dessa forma justifica Salazar “porque nos não interessam os grandes falanstérios, as colossais construções para habitação operária, com seus restaurantes anexos e sua mesa comum”, pois se “Tudo isso serve para os encontros casuais da vida, para as populações já seminómadas da alta civilização actual; para o nosso feitio independente e em benefício da nossa simplicidade morigerada, nós desejamos antes a casa pequena, independente, habitada em plena propriedade pela família.” (*Idem: Ibid.*). Numa das entrevistas que concede a A. Ferro, Salazar esclarece ainda que, não obstante admitir ser “possivelmente mais fácil resolver o problema da habitação no sentido vertical, no bloco imenso”, é na “casa pequena, independente” que se encontra “o sossego, a tranquilidade, o amor, o sentimento justo da propriedade, a família”, associando à “colmeia”, ou seja, à habitação colectiva, “a promiscuidade, a revolução, o ódio, simultaneamente o indivíduo e a multidão.” (*apud* Baptista, 1997: 85)

¹⁰² *Casa portuguesa*, que, neste contexto, e enquanto “imposição cultural mistificadora [...] serve de justificação da casa individual utilizada como instrumento de controlo social, e” (Gros, 1982: 231) – convenientemente embrulhada no discurso da “vocaçao da pobreza” e do “mito da pobreza honrada” (Rosas, 2001: 1035) que tende a enobrecer “o pequeno, o simples e o próprio de cada um” (Gros, 1982: 219 – “faz passar para segundo plano as determinações económicas da sua configuração espacial” (*Idem:* 231), nomeadamente as que se traduzirão em áreas de superfície úteis inferiores às praticadas, na mesma época, em Inglaterra ou França (*Idem:* 222).

¹⁰³ Devendo esta ‘conveniência’ ser lida no sentido da ‘linha de compromisso’ a que já anteriormente fizemos referência.

¹⁰⁴ Em colaboração com Eugénio Correia, segundo M. Howell (1999: 153).

portuguesa” e “bom gosto” no “arquitectar das casas simples” e cumprimento ao seu propósito de criar “casas baratas para habitação” (Lino, s.d.: 19) com uma arquitetura dotada de nobreza, decoro e boas maneiras no uso dos materiais e no respeito pela tradição (Ribeiro, 1994: 154-156).

No entanto, sem poder dispor aí das condições (espaciais e orçamentais) que a “aristocracia intelectual abastada” para a qual trabalhava em privado (Fernandez, 1988: 12) lhe facultava¹⁰⁵, permitindo-lhe desenvolver organizações espaciais (e decorativas) mais requintadas e dinâmicas, Lino não sairá de um registo que M. Howell (1999: 153) classifica como modesto e ruralizante – aquele que mais conviria certamente quer ao fim a que(m) se destinavam os projetos quer, sobretudo, à encenação de ruralidade que a ideologia do regime pedia –, mas revelador de uma incapacidade para ir além dos estreitos limites conceptuais que se impusera e incutir, à sua arquitetura, o “sorriso” e a “alegria” que detetava nas nossas “encantadoras casas antigas” (Lino, 1992: 96).

Denunciando uma filiação conceptual e formal no paradigma oitocentista da cidade-jardim (cf. Howell, 1999: 152),

- (i) na *localização* que assume, destacada e periférica em relação à cidade existente;
- (ii) no *traçado* que formaliza, diferenciado do que caracteriza aquela;
- (iii) na *densidade* que preconiza, significativamente mais baixa que a da cidade tradicional;
- (iv) na *tipologia* habitacional que adota, o da moradia unifamiliar com jardim;
- (v) e também na *imagem* que projeta, a de um compromisso integrador entre certos valores da ruralidade e uma efetiva vida urbana (ainda que, no caso em apreço, mitigada ou depreciada pela ausência de equipamentos públicos e sociais),

os “agrupamentos de moradias económicas” irão assim constituir-se numa espécie de ilhas de ruralidade idílica¹⁰⁶, ainda que encenada (figura 1.54), espécie de ‘jangadas de pedra’ que voluntaria e assumidamente se procuram desligar de um ‘continente’ urbano com o qual não se identificam (ou não são propositadamente identificadas, porquanto a ideologia do regime tenderá a considerá-lo vicioso e socialmente desagregador).

“Ilhas” essas que darão corpo, em termos práticos e de uma forma generalizada¹⁰⁷, ao modelo “nacionalista, de feição regional”¹⁰⁸ que Pereira e Fernandes (1980: 546) distinguem entre os modelos arquitetónicos que o Estado Novo virá a adotar; um modelo que, aliás, estava já e de alguma forma contemplado no próprio diploma legal que instituirá o programa, ao estipular-se que

¹⁰⁵ Como observa Paulo Varela Gomes, “A tragédia de Lino e de todos os homens da cultura arquitectónica europeia da nostalgia, (...) foi nunca conseguirem conformar-se com a verdadeira aporia com que lidavam: as casas que queriam fazer eram profundamente cultas, requintadas, acessíveis apenas a meia dúzia de clientes ricos e selectos.” (*apud* Ribeiro, 1994: 190) O próprio Raul Lino o reconhece, ainda que implicitamente, ao admitir “a inutilidade” da inclusão do seu primeiro livro, *A nossa casa*, numa colecção intitulada “Livros do Povo”, conforme estava inicialmente previsto, porque, alega, “O povo em Portugal ou não lê ou conhece apenas uma parte da imprensa diária pouco propensa a questões de cultura espiritual”, considerando por isso preferível “educar o seu gosto pela exibição das obras acertadas” (s.d.: 14); obras essas destinadas, assim, às gentes ricas, e as únicas junto das quais, como salienta M. Gros, “a sua concepção de *casa portuguesa* [...] adquire de facto plenitude” (1982: 218).

¹⁰⁶ Ilhas essas onde “À frente das casinhas brancas, os seus habitantes, homens, mulheres, crianças - vão amanhando o bocadinho de terra que lhes cabe, mangas arregaçadas, cavando e cantando...” (António Ferro, *apud* Baptista, 1997: 85), configurando um quadro bucólico que, além do mais, ocultava um instrumento de repressão e reprodução social, de “domesticação e normalização”, que se traduzia, quer na própria seleção dos beneficiários, quer no controlo que sobre estes posteriormente se exerceria, como salienta M. Gros (1982: 122-125).

¹⁰⁷ Generalizada mas não absoluta, como demonstram os projetos de Paulino Montez para o Bairro do Alvito, em Lisboa, de Inácio Peres Fernandes para Olhão, ou de Carlos Ramos para a Fuzeta (Olhão); projetos que, parecendo querer desafiar aquela espécie de convenção, formalizam propostas onde o referido compromisso pende de forma mais evidente para a sua vertente modernista (embora, nestes dois últimos casos, tirando partido do facto da cobertura plana ou em terraço ter já sua correspondência vernácula na açoteia que caracteriza um dos tipos arquitetónicos mas emblemáticos daquelas duas localidades algarvias).

¹⁰⁸ Modelo de que resultarão assim “Casas portuguesas, simples, [dotadas de uma] arquitectura despretensiosa, feliz, domingueira”, que é como Salazar (*apud* Baptista, 1997: 84) se referirá às que compõem o bairro lisboeta do Arco do Cego.

os correspondentes projetos, sistemas de construção e materiais deveriam ser “variáveis de região para região” e na sua elaboração ou escolha se deveria maximizar o recurso não só à mão de obra como a materiais de origem nacional (DL nº 23.052 de 1933, art.º 15).



Figura 1.54

Bairro de casas económicas de Caselas, Lisboa (Arqt.º António Couto Martins, 1945-1950, 1ª fase.

“Uma importante característica apresentam estes bairros do Estado Novo: o seu traçado fechado, em ilha, mesmo segregado tentando reproduzir a dimensão e a imagem da aldeia, com a sua capela ao centro. Era uma recusa deliberada a construir cidade, traduzindo assim a ideologia do regime.” (Pereira & Fernandes, 1987: 332).

A proliferação do programa e respetivo modelo um pouco por todo o país em muito irá beneficiar do impulso que lhe será dado pelas comemorações centenárias de 1940, uma vez que, sendo afirmado como um dos objetivos associado ao programa das mesmas “levar os serviços públicos e particulares a acelerar o ritmo a sua atividade, com o intuito de afirmar a capacidade realizadora” do país, constituía por isso umas linhas de atuação a desenvolver imprimir um “decidido impulso nas obras de novos bairros económicos” (Portugal, 1939c: 2, 4 e 5).



Figura 1.55: Bairro de casas para famílias pobres / Bairro da Cadeia, Viseu (Arqt.º Travassos Valdez, 1945-1948)



Figura 1.56: Bairro de casas para pescadores de Santa Luzia / Bairro Eng.º Sá e Melo, Tavira (Arqt.º Rui Borges / DGSU, 1949-1951)



Figura 1.57: Bairro do Consórcio Português de Conservas de Peixe, Olhão (Arqt.º Eugénio Correia, 1935-1938)

Contudo, e apesar desse esforço, o problema da habitação continuaria longe de ficar resolvido, tendendo mesmo a agravar-se, uma vez que os resultados da aplicação do regime de *casas económicas* não só se revelariam demasiado pobres em termos quantitativos¹⁰⁹, face ao contínuo crescimento das populações urbanas (sobretudo de Lisboa e Porto), como também em termos

¹⁰⁹ Segundo M. Teixeira, apenas 2.718 fogos foram construídos ao abrigo daquele programa, entre 1933 e 1940 (1992: 81). Este número, de acordo com M. Gros, subirá até a um total de 4.674, em 1944, e 13.500 em 1967, perfazendo, ao longo desses 35 anos de aplicação do regime, uma média inferior a 400 casas por ano, a despeito de, ainda segundo a mesma autora, e só entre 1950 e 1960, o défice habitacional ascender dos 450.000 aos 600.000 alojamentos (1982: 126). N. Teotónio Pereira, por seu turno, revela, para o período 1949-1967, valores médios ligeiramente superiores àqueles no caso dos programas *casas para famílias pobres* e *casas de renda económica*, ambos criados em 1945: respetivamente, 600 e 500 fogos/ano (1969: 182). Já Carlos Nunes Silva aponta, embora admitindo “algum excesso”, para um número de 16.000 fogos sociais promovidos pelos poderes públicos até 1950, número que no entanto, conclui, “cobriu menos de 7% das necessidades.” (1994: 670)

qualitativos, dada a reiterada exclusão daqueles que eram, ou deveriam ser, os principais destinatários do programa – as (numerosas) camadas mais pobres – por incapacidade de suportar as rendas, ainda que baixas, previstas naquele regime. Não sendo esta realidade desconhecida dos poderes públicos, ela não seria, ainda assim, objeto de um combate e de uma ação que se possam considerar estruturalmente determinantes, consistentes e sistemáticas¹¹⁰, subordinando-se sempre à preponderância que será concedida à iniciativa privada na política de habitação, mas com esta a revelar-se sistematicamente menos interessada naquele programa que em preservar os seus interesses especulativos, nomeadamente no domínio da política de solos.

Com efeito, da criação, a partir do pós-guerra e até ao início dos anos 1960, de um vasto conjunto de regimes de habitação económica diferenciados, destinados a setores sociais ou de atividade específicos ou a dar resposta a situações ocasionais¹¹¹ e que vieram acrescer ao programa das “casas económicas”, não resultará qualquer alteração significativa no sentido da resolução do problema da habitação. Pelo contrário, este problema, sob efeito avolumado da pressão crescente induzida pelo êxodo rural em direção às áreas urbanas, irá adquirir contornos agravados com a acentuação da proliferação da habitação clandestina, dos bairros de lata e da sublocação (Silva, 1994: 666), em condições verdadeiramente deploráveis¹¹², nas áreas urbanas do Porto e, em particular, de Lisboa¹¹³.

Mas a despeito da incapacidade revelada para atender à solução do problema, ao afã legislativo que ocorre no pós-guerra irá contudo corresponder o despontamento de correntes e revisões críticas – até então raras, sublinha M. Gros (1982: 127) – do modelo urbanístico e arquitetónico ruralizante inicialmente adotado e promovido, ainda que este nunca venha a ser total, ou pelo menos oficialmente, posto de parte. E se bem que Gros assinale o artigo que Anteu de Carvalho assina na revista *Seara Nova* em abril de 1945, intitulado “O problema social da habitação”, como o despontar da crítica, não só à ineficácia da política até então seguida, mas sobretudo à “opção da casa individual como única solução para o problema da habitação” (1982: 128-129), será todavia apenas em 1948, no I CNA, que esse modelo se verá, pela primeira vez, posto em causa, de forma clara, pela própria classe dos arquitetos.

1.2.8. Escolas e estações de correio: o Estado rural

Entre a vasta campanha de obras públicas que ganha impulso com as comemorações centenárias encontrando enquadramento estético-ideológico na ‘política do espírito’ do SPN/SNI, contam-se ainda o plano de edificações escolares dito ‘dos Centenários’ e o Plano Geral de Edificações dos CTT,

¹¹⁰ Em 1969, o arquiteto Nuno Teotónio Pereira – que à data contava já duas décadas de experiência no âmbito da habitação social, primeiro, ainda como estudante, nas obras do Bairro de Alvalade, e depois nas Habitações Económicas, numa primeira fase como quadro técnico e mais tarde como consultor – afirma, em artigo publicado na revista *Arquitectura*, que “Além de uma acentuada timidez nas tentativas de alteração estrutural, [a experiência portuguesa em matéria habitacional] caracteriza-se sobretudo pela falta de continuidade: as acções empreendidas, algumas de certa amplitude, tem geralmente carácter pontual, não se aproveitando o cabedal de experiência de umas para outras.” (1969: 182)

¹¹¹ M. Gros contabiliza nada menos do que 16 “fórmulas possíveis da habitação económica” em vigor em 1962: (i) casas económicas; (ii) casas desmontáveis; (iii) casas para famílias pobres; (iv) casas de renda económica; (v) casas de renda limitada; (vi) casas construídas ao abrigo da Lei 2.092; (vii) casas para pescadores (figura 1.56); (viii) casas construídas pela Caixa de Previdência do Ministério da Educação Nacional; (ix) casas construídas ou adquiridas pela Caixa Nacional de Previdência; (x) casas construídas ou adquiridas pela Caixa de Previdência do Ministério das Finanças; (xi) casas de casal agrícola; (xii) casas da Junta de Colonização Interna; (xiii) casas do Serviço Social das Forças Armadas; (xiv) casas do Serviço Social da PSP; (xv) casas de realojamento dos moradores das Ilhas do Porto; (xvi) casas de realojamento nos casos de obras de urbanização (1982: 139-140). A esmagadora maioria destes programas, todavia, e como sublinha Nuno Teotónio Pereira, não terá um alcance – na melhor das hipóteses e em reduzido número de casos – mais do que “diminuto”, chegando mesmo a ser, na maior parte dos casos, “praticamente nulo” ou “passageiro” (1969: 182).

¹¹² Como virá a demonstrar, no final da década de 1960, e no caso concreto da sublocação, o *Estudo de Renovação do Barredo* (Távora et al., 1969), relativamente à situação naquela área do centro histórico da cidade do Porto.

¹¹³ A respeito da Área Metropolitana de Lisboa, ver, por exemplo, os dados compilados por M. S. Lôbo (2013: 79-99).

relativos à construção de escolas primárias e cantinas, no primeiro caso¹¹⁴, e estações de correio, no segundo.

Em ambos os casos assistiremos, nesse enquadramento, à adoção do modelo arquitetónico que N. T. Pereira e J. M. Fernandes designam como “nacionalista, de feição regional”, traduzindo, de uma forma expressiva, não só a aplicação do receituário e vocabulário da “casa portuguesa” ou “estilo tradicional português” (1980: 546), como a acentuação da dicotomia rural/urbano e a preponderância, por razões de natureza ideológica, do primeiro relativamente ao segundo. No primeiro caso, através (i) do recurso a projetos-tipo “regionalizados”, (ii) na adoção da pequena escala em grande parte dos edifícios correspondentes, e (iii) na localização (rural) a que uma boa parte deles se destinam. No segundo caso, por força da adoção daquele modelo como sendo o que melhor corresponderia às exigências contextuais de um país “essencial e inevitavelmente rural” (Rosas, 2001: 1035), e da definição, se não mesmo imposição, de tipos diferenciados para cada um dos contextos, rural ou urbano, remetendo expressamente para o contexto urbano as manifestações de maior modernidade e cosmopolitismo formal ou conceptual.

No entanto, encontraremos diferenças substanciais entre as duas tipologias: se nas escolas o respetivo programa funcional parece impor ou aconselhar uma menor liberdade formal, de que resultam diferenças pouco substanciais entre os tipos “rurais” e os “urbanos”, já no caso das estações de correio, pelo contrário, a divergência entre aqueles dois tipos será maior, dando mesmo oportunidade à emergência, ainda que pontual, de exemplos que, embora sem se distanciarem em absoluto dos modelos arquitetónicos do regime, adotam uma linguagem moderna e cosmopolita bem mais assumida.

Escolas primárias: das escolas *Conde Ferreira* ao plano dos Centenários

Até ao grande esforço, que deve ser reconhecido ao Estado Novo, de disseminação pelo território de edifícios construídos de raiz exclusivamente para esse fim, o edifício destinado a funções de ensino primário, em especial nas áreas rurais, não se distingue dos restantes edifícios do núcleo onde se inseria. Em muitas aldeias, a ‘escola’ resultava assim, frequentemente, da reconversão, adaptação ou utilização para essas funções, na sua totalidade ou em parte, de um edifício originalmente destinado a outro(s) uso(s)¹¹⁵ e pertencente a um particular que o oferecia, cedia a título de “empréstimo”¹¹⁶ (Beja *et al.*, 1990: 41) ou arrendava para esse efeito.

E se é um facto que os primeiros passos no sentido dessa disseminação ocorrem ainda entre a segunda metade do século XIX e as três primeiras décadas do século XX – primeiro com a construção das designadas escolas *Conde Ferreira* (figura 1.58), resultantes do legado testamentário de Joaquim

¹¹⁴ Não só, neste caso, mas fundamentalmente, para o que nos interessa aqui discutir.

¹¹⁵ Geralmente, uso habitacional, sendo que muitas das vezes apenas um dos compartimentos de habitação era afeto à função escolar, mantendo os restantes compartimentos – não raras vezes ocupados pela própria professora, deslocada de outra região ou localidade – o uso original. Terá havido também escolas instaladas em edifícios ou anexos destinados a outros usos, de que por vezes resultavam situações que, quer do ponto de vista social, quer do ponto de vista da higiene, não seriam as mais adequadas – nomeadamente quando coincidam ou se situavam na vizinhança de tabernas ou edifícios destinados à guarda de animais. Estas situações, porém, tenderão a ser denunciadas, acabando mesmo por determinar o estabelecimento, em 1927, através do DL n.º 13.337, de 25 de março, de distâncias mínimas de afastamento, sendo proibida a construção e funcionamento: (i) “de qualquer edifício a 10 metros de distância dos edifícios escolares e suas dependências”; (ii) “de novas fábricas, armazéns, matadouros, abegoarias, ou quaisquer outros estabelecimentos que constituam vizinhanças incómodas, perigosas ou insalubres, a menos de 200 metros”, e (iii) de “cemitérios, nitreiras, ou fábricas cujas emanações sejam incómodas ou doentias, a menos de 500 metros” (DL n.º 13.337: art.ºs 1º, 2º e 3º).

¹¹⁶ Na ausência de uma política de educação pública consistente e sistemática – mau grado as muitas leis promulgadas, algumas de carácter progressista, mas que ficaram invariavelmente por cumprir –, a oferta de ensino primário em muitas localidades do país, particularmente nas áreas rurais, terá ficado, até muito tarde, dependente da iniciativa de particulares mais abastados, cujo gesto “era sempre muito louvado por ‘altruísta e caritativo.’” (Beja *et al.*, 1990: 42-43).

Ferreira dos Santos, 1.º Conde de Ferreira¹¹⁷; depois com os Jardins-Escola João de Deus¹¹⁸ e as escolas *Adões Bermudes*¹¹⁹ (figura 1.59); e finalmente com o novo impulso que se procurará dar a partir de 1920 com a criação, no âmbito do Ministério da Instrução, da Repartição das Construções Escolares¹²⁰ –, a mesma não se traduzirá na abrangência territorial, nem, de uma forma geral, no investimento na educação que a elevada taxa de analfabetismo que então se registava no nosso país exigia¹²¹.

Figura 1.58

Escola tipo “Conde Ferreira”, Vouzela.

Figura 1.59

Escola tipo “Adões Bermudes” / Escola Monumento D. Luís I, Cascais



Efetivamente, será só com o plano de construções escolares integrado na campanha de obras públicas impulsionada pelas comemorações centenárias de 1940, na segunda metade dos anos 1930 e já sob o regime do Estado Novo, que aquela disseminação virá a adquirir maior abrangência territorial, estendendo-se, de forma mais sensível e generalizada, das cidades, vilas e localidades sedes de concelho às aldeias e pequenos aglomerados rurais¹²².

¹¹⁷ Determinando aos respetivos testamenteiros que mandassem “construir e mobilar cento e vinte casas para escolas primárias de ambos os sexos nas terras que forem cabeças de concelho sendo todas por uma mesma planta e com acomodações para vivenda do professor, não excedendo o custo de cada casa e mobília a quantia de um conto e duzentos mil réis; e pronta que esteja a casa, será a mesma entregue à junta de paróquia em que for construída; mas não mandarão construir mais de duas casas em cada cabeça de concelho e preferirão aquelas terras que bem entenderem” (testamento de Joaquim Ferreira dos Santos, Conde de Ferreira, *apud* Beja *et al.*, 1990: 45), este legado colocava assim, em 1866, “o governo perante uma responsabilidade até aí nunca assumida: a inexistência de instalações apropriadas para o funcionamento de escolas primárias e a falta de regras, mesmo mínimas, que garantissem um grau aceitável de habitabilidade e conforto nas casas que eram usadas como salas de aula.” (Beja *et al.*, 1990: 45) A portaria, publicada em 20 de julho de 1866, que dava as instruções para a construção das escolas correspondentes, estipulava, entre outros aspetos – programa, dimensionamento, mobiliário, etc. –, que cada uma delas deveria corresponder a um edifício isolado de qualquer outro e “situar-se em local apazível e muito bem articulado com o núcleo populacional que viria a servir” (*Idem*: 47). Apenas terão sido construídas 91 das 120 escolas que o testamento do Conde Ferreira determinava.

¹¹⁸ De que o primeiro edifício, construído em Coimbra e inaugurado em 1911, bem como outros dez um pouco por todo o país, virão a ser projetados por Raul Lino de acordo como as bases pedagógicas e as exigências funcionais e estéticas de João de Deus Ramos (Beja *et al.*, 1990: 69-70), impulsionador da iniciativa na esteira do trabalho iniciado por seu pai, João de Deus.

¹¹⁹ Assim designadas por corresponderem a um projeto-tipo elaborado pelo arquiteto português Adões Bermudes no âmbito do “Programa para a elaboração de projetos de edifícios destinados a escolas de instrução primária” e em resposta (que terá sido a única) a um concurso público que havia sido lançado para o efeito em março de 1898 (Beja *et al.*, 1990: 75). Ao todo, terão sido construídas 180 escolas de acordo com aquele projeto-tipo, entre 1902 e 1912.

¹²⁰ Organismo criado com a incumbência de proceder ao estudo, elaboração de projetos e de cadernos de encargos para as escolas a construir, bem como para residências destinadas aos respetivos professores (Beja *et al.*, 1990: 102, 106), e que viria ser extinto em 1929, já depois da instauração da Ditadura Militar, sendo os respetivos serviços integrados no novo organismo que é então criado sob a tutela do Ministério das Obras Públicas, a DGEMN.

¹²¹ Por comparação com muitos outros países europeus, inclusive os mediterrânicos, aqueles que nos estavam culturalmente mais próximos, pois “Quando da implantação da República, Portugal tem cerca de ¾ da sua população sem saber ler nem escrever, valor superior ao dos restantes países do Sul da Europa e muito distante da realidade do Norte da Europa, onde esse problema estava já controlado no início do século XXI” (Portugal, 2009: 17). O reduzido alcance das iniciativas atrás referidas contrastava, de facto, com a enormidade das carências que se faziam sentir em matéria de instalações de ensino, a ponto de, na segunda década do século XX, serem ainda muitos, segundo Beja *et al.*, os relatos surgidos na imprensa a dar conta de situações “impressionantes, por vezes inacreditáveis” de escolas “instaladas nas piores casas que havia nas vilas e nas aldeias e até nas cidades” (1990: 102) da maior parte do país.

¹²² Embora, ainda assim, bem longe do que estava inicialmente previsto, já que não obstante o Plano dos Centenários de 1941 enunciar a construção de 12.500 salas de aula em dez anos, “em 1951, gastara-se apenas metade da verba prevista e só haviam sido construídas cerca de 2.883 salas (em 1390 edifícios)” (Ramos, 1999: 99). Esta discrepância entre (boa) intenção e (mediocre) concretização diz bem da importância conferida pelo Estado Novo à educação e ao combate ao analfabetismo, pois, como afirma M. F. Mónica, “Os

A filiação eminentemente positivista dos dois projetos-tipo atrás referidos – escolas *Conde Ferreira* e *Adões Bermudes* – afastá-los-á, porém, ainda que de maneira diversa, da imagem tendencialmente ruralizante que caracterizará as escolas ditas *dos centenários*. Mas enquanto o primeiro não será sujeito à imposição, ao nível programático, de uma determinada imagem, podendo adotar assim, livremente, uma imagem mais classicizante e uniforme, consonante com essa filiação, já o segundo, ainda que venha a adotar uma imagem e disposição mais eclética e modernizante – que lhe merecerá ser classificado como

um dos primeiros projectos entendidos em sentido moderno, prevendo as variantes e combinações que os tornavam adaptativos às várias situações de programa e dimensão (Fernandes, 1993: 77)

ver-se-ia pré-condicionado, em sede de programa de concurso, pela recomendação – inédita até então, segundo Beja *et al.* (1990: 76) – de que cada um dos três tipos diferentes de edifícios a considerar “viesse a ser construído de acordo com as técnicas e os materiais próprios” de cada uma das sete zonas do país consideradas para o efeito: (i) Minho e Douro, (ii) Trás-os-Montes, (iii) Beiras, (iv) Estremadura, (v) Alentejo, (vi) Algarve e (vii) Ilhas Adjacentes (*Idem*: 76, 82).

Ora, retomando esta recomendação¹²³, o *Plano Geral de Tipos-Regionais de Escolas Primárias Oficiais a Construir em Série* que o arquiteto Guilherme Rebello de Andrade é chamado a elaborar¹²⁴ – e que está na base do Plano dos Centenários – irá ainda mais longe na imposição de uma imagem regionalizada, determinando que as escolas fossem

concebidas para serem construídas em série, de harmonia com as características da arquitectura regional, impostas, não só pela aplicação dos materiais próprios dessas regiões, mas também pelas variações do clima (Andrade, 1996: 317)

Variações essas de que deveriam assim resultar diferenças, em particular, na proporção das superfícies iluminantes e na altura dos pés-direitos, em função, respetivamente, da intensidade da luz e da densidade atmosférica (*Idem: Ibid.*). Porque só as escolas assim concebidas, na obediência a esses preceitos, continua Rebello de Andrade – procurando dar corpo à necessidade, defendida pelos ideólogos do Estado Novo, de ‘reaportuguesar’ a arquitetura portuguesa, construindo ‘moderno, mas português’ – serão “assimiláveis pelo povo” e insuscetíveis de lhe ferir a “sensibilidade étnica” pela imposição de “elementos exóticos” ou de um “‘racionalismo’ forçado, desprezando a tradição, fonte inesgotável dos conceitos da Pátria, a Grande Família” (*Idem: Ibid.*).

Ora, a esse ‘racionalismo forçado’ – ou seja, aquele que, deduz-se das suas palavras, teria certamente como referente o Movimento Moderno –, Rebello de Andrade opõe um outro, que designa como “bem compreendido”, o qual, porque “bem aproveita os elementos locais, conjugando-os com os novos recursos construtivos”, apresenta, em seu entender, três vantagens fundamentais: “uma melhoria económica; a assimilação de novas formas provenientes de tendências modernas da Arte; [e] a satisfação das constantes e renovadoras exigências da pedagogia”, de que necessariamente resultarão “escolas concebidas por evolução da tradição, escolas para a sua época, escolas para hoje.” (*Idem: Ibid.*)

salazaristas ressuscitaram a crença tradicional (para cuja divulgação durante o século XIX contribuíra, entre outros, Ramalho Ortigão) de que o povo português ‘não sentia necessidade de aprender’” (1977: 321), havendo mesmo quem defendesse serem “Felizes os que esquecem as letras e voltam à enxada” e que “A parte mais linda, mais forte, e mais saudável da alma portuguesa reside nesses 75 por cento de analfabetos” (Virgínia de Castro e Almeida, 1928, *apud* Mónica, 1977: 327). A esta ideia, acrescerá ainda a de que, não sendo a instrução “um fim em si, mas simples instrumento cujo valor dependia do uso que lhe fosse dado”, logo, “difundi-la não devia constituir *per se* um ideal para o Estado Novo.” (Mónica, 1977: 343-344),

¹²³ Aliás, segundo observa Beja *et al.*, “o trabalho do Arquitecto-Chefe da 5.ª Secção [da DGEMN] em nada contradizia os preceitos organizados por Adões Bermudes, Costa Sacadura e Arlindo Varela; teve, sim, a preocupação de expor, em concreto, algumas regras para projecto, não definidas anteriormente.” (1990: 202)

¹²⁴ Na qualidade de arquiteto-chefe da 5.ª Secção da DGEMN.

Nesse sentido, o plano geral que elabora impõe três condições principais: conceber uma planta-tipo que: (i) seja generalizável e suscetível de ampliações futuras, (ii) seja capaz de aproveitar todos os terrenos qualquer que fosse a exposição ao Norte, e (iii) permita uma standardização construtiva, a ser feita por grupos. Para este último efeito, o plano irá propor a divisão do país em sete regiões – A) Algarve; B) Alentejo; C) Estremadura; D) Beira Litoral; E) Beira-Baixa do Sul; F) Beira-Baixa do Norte, Beira Alta e Minho; e G) Trás-os-Montes – cujos limites procuram refletir, não necessariamente os limites administrativos da divisão provincial então em vigor, mas antes, e sobretudo, as “afinidades em recursos de materiais de construção, em mão-de-obra e em processos de construção e ainda em afinidades climáticas” entre elas existentes (Andrade, 1996: 318).

Esta divisão não passará, porém, sem a consideração da necessidade de introduzir algumas *nuances*, relativamente a cada região, contrariando assim a rigidez e arbitrariedade que tal ação sempre comporta. Assim, para a região do Algarve, cujo anteprojeto apresenta “forma acentuadamente mourisca” que reconhece “corresponde[r] mais propriamente ao litoral, com especialidade a Olhão” – retomando e confirmando a preponderância que a arquitetura dita ‘cubista’ desta cidade terá na caracterização geral da arquitetura de toda a região, conforme já referido –, Rebello de Andrade concede que, tendo em conta que

no interior, aquela tradição desvaneceu-se quasi por completo [...] talvez não seja francamente defensável a generalização de um único tipo de escola para toda a província (*Idem*: 319).

Relativamente às regiões do Alentejo e da Estremadura, admite que se imponha “uma subdivisão ou pelo menos prever um projeto-tipo onde as cantarias sejam completamente banidas”, dada a dificuldade em adquiri-las em “muitas e muitas freguesias”. Sugere no entanto que “tanto para estas duas regiões como para todas as regiões do país haverá ainda a considerar o estudo de um projeto-tipo *campesino*, dentro de cada expressão regional”, dando como exemplo o anteprojeto de escola para a Estremadura de que faz acompanhar o plano, onde, afirma, a inspiração na “casinha rústica” desta região levou à adoção, “como único adorno externo, além dos cunhais caiados a azul, almagre, ocre, etc., [d]a rude chaminé de tosca lareira e [d]a verdejante latada; por vezes, o contraforte de alvenaria num ou noutro cunhal e o bojo do forno do pão” (*Idem: Ibid.*; itálicos nossos).

Finalmente, para a região de Trás-os-Montes, Rebello de Andrade concede que “venha a ser preciso adoptar-se dois tipos, um tipo para os vales e outro para os planaltos” (*Idem: Ibid.*), fazendo assim clara referência à distinção entre ‘casa da ribeira’ e ‘casa de montanha’ que já no final do século XIX Rocha Peixoto (1990b: 72-73) havia enunciado para esta região.

Passando à questão dos materiais e da mão-de-obra, Rebello de Andrade sugere, para o Algarve e Alentejo, por um lado, o emprego de alvenaria ordinária em paredes e fundações, com recurso ao calcário para as alvenarias aparelhadas, e da abobadilha de tijolo nas coberturas, bem como o emprego de rótulas nas janelas “porque a tradição e o clima assim o impõem”. Por outro lado, considerando ser de “evitar o abuso das caiações exteriores a cal pura, porque reflecte com tal intensidade os raios solares, que a vista dificilmente os suporta”, propõe, alternativamente, o recurso a “caiações coloridas a almagre, ou a ocre ou a verde, por exemplo” (*Idem*: 320-321), contrariando assim, com argumentos que remetem para a importância do conforto visual, quer o “domínio” que Raul Lino atribui, de forma eminentemente romântica, à cor branca “[n]as regiões mais áridas como os campos do Alentejo, ou o cálido litoral” (s.d.: 32), quer a preponderância, de cariz “normativa e higienista (o sistemático branco rematado a pedra)”, que, segundo J. Aguiar, o Estado Novo irá também conceder, de uma maneira geral, ao “branco nacionalista da cal” em detrimento da “cor popular” (2002: 185 e 297).

Relativamente à região da Estremadura, onde reconhece haver “maior variedade de cantarias”, Rebello de Andrade admite o uso de materiais idênticos aos sugeridos para as duas regiões acima

referidas, embora reconhecendo, porém, que na região estremenha, “o emprego da abóbada de tijolo desapareceu por completo [e] o mesmo se podendo dizer do emprego de rótulas” (Andrade, 1996: 321). Já quanto às regiões da Beira Litoral e Beira Baixa do Sul, refere o emprego do tijolo, na primeira, e do xisto, na segunda, como única diferença fundamental entre ambas, já que, quanto aos restantes materiais, afirma que o seu emprego apenas “varia na forma” (*Idem: Ibid.*). E por fim, no que concerne à região que englobava a Beira-Baixa do Norte, a Beira Alta e o Minho, Rebello de Andrade, embora reconhecendo o emprego predominante do granito, nestas regiões, nas alvenarias e cantarias, limita-se a sugerir que as paredes sejam, em consonância, construídas “ora de pedra irregular, alvenaria, ora [...] de pedra de aparelhada, perpianho” (*Idem: Ibid.*).

No que respeita ao custo das construções, não deixa de ser curiosa a depreciação com que Rebello de Andrade refere os projetos-tipo destinados às áreas rurais, dando a entender que a diferenciação a fazer-se entre tipo ‘rural’ e tipo ‘urbano’ se deveria estabelecer, não tanto pela via da arquitetura ou mesmo da imagem, quanto pela qualidade geral da construção e dos materiais empregues, ao sugerir que os edifícios construídos para essas áreas sejam, não só “totalmente destituídos de cantaria, quando este material constituir um luxo ou que, pelo menos, encareça a obra”, como de “caixa de ar ou de qualquer melhoria na construção que não esteja nos moldes correntes da construção rústica” (*Idem: 322*), determinação cujo sublinhado no original reforça a importância atribuída à observância da mesma por parte dos futuros projetistas.

Definidos estes termos, dois arquitetos – ambos contratados pelo MOP – serão chamados, ainda em 1933, a elaborar os projetos em consonância: Rogério de Azevedo, incumbido, a partir do Porto – onde integraria, nesse mesmo ano, os quadros da Direção dos Edifícios Nacionais do Norte – dos projetos para os distritos do Norte e Centro; e Raul Lino, a partir de Lisboa – onde trabalhava, à tarefa, para a Secção de Casas Económicas – dos projetos para os distritos mais a Sul: Leiria, Santarém, Lisboa, Setúbal, Portalegre, Évora, Beja e Faro (Beja *et al.*, 1990: 203, 212). De fora terão ficarão os projetos para as ilhas da Madeira e dos Açores, relativamente aos quais Beja *et al.* (1990: 236) referem não terem chegado sequer a ser iniciados, não indicando porém se os mesmos foram atribuídos e, em caso afirmativo, a quem.

Para os distritos a seu cargo, Rogério de Azevedo irá definir seis tipos regionais – (i) Minho (tijolo), (ii) Alto Minho (cantaria de granito); (iii) Douro (cantaria de granito); (iv) Beira Alta (cantaria de granito); (v) Beira Litoral (cantarias); e (vi) Trás-os-Montes (xisto)¹²⁵ – desdobrados em seis variantes – de um piso com (i) 1 sala ou (ii) 2 salas; e de dois pisos com (iii) 2 salas sobrepostas, (iv) 3 e (v) 4 salas (figuras 1.60 a 1.65) (Beja *et al.*, 1990: 212-235). Já para o Sul, Raul Lino definirá apenas três tipos diferenciados – (i) Algarve; (ii) Estremadura (cantaria); e (iii) Alentejo e Ribatejo (tijolo) – desdobrados em quatro variantes, de 1 a 4 salas (*Idem: 203-211*) (figuras 1.66 a 1.68).

Segundo F. Beja *et al.* (1990: 236, 248), a construção das escolas previstas neste plano geral ter-se-á iniciado no ano de 1935 mas viria a ser interrompida dois anos depois, em 1937, por decisão do próprio Presidente do Conselho¹²⁶, sendo retomada, a título excecional, em 1938¹²⁷, e só vindo a ser

¹²⁵ Fundamentando a proposta do material a usar nas alvenarias, segundo Beja *et al.* (1990: 212), nos dados da Carta Geológica de Portugal de 1899, de J. F. Delgado e Paul Choffat.

¹²⁶ Alegando a ausência de um plano geral definitivo para o qual faltava ainda a fixação de “certos princípios de ordem pedagógica e de organização do ensino primário” (Salazar, 1990: 242).

¹²⁷ Já com Duarte Pacheco de volta ao cargo de Ministro das Obras Públicas, do qual fora afastado dois anos antes, e tendo em vista a conclusão de 230 edifícios escolares cujo processo de construção teria já sido iniciado, alguns dos quais ainda anteriores aos projetos-tipo regionalizados de Rogério Azevedo e Raul Lino. Entre esses edifícios contava-se a Escola-Cantina Salazar, em Vimieiro (Santa Comba Dão), aldeia natal do Presidente do Conselho, projeto de Rogério de Azevedo e um dos poucos cuja construção terá sido viabilizada nesta fase, constituindo um bom exemplo da escala e imagem domésticas e do ruralismo encenado que é adotado nestes projetos-tipo regionalizados das escolas primárias – que, neste caso particular, Azevedo retomará nos seus projetos para as pousadas regionais, como tivemos já ocasião de referir.

prosseguida, de forma sistemática, a partir de 1941, no âmbito do “plano geral da rede escolar, que será denominado ‘dos Centenários’” (Lei n.º 1.985, 1940: art.º 7º) – denominação com que parecia querer-se, de alguma forma, colmatar, ainda que tardiamente¹²⁸, a omissão¹²⁹ de qualquer ação neste âmbito no “grandioso” plano das comemorações centenárias delineado em 1938.



Plano Geral de Tipos-Regionais de Escolas Primárias Oficiais a Construir em Série, 1935

Figuras 1.60, 1.61 e 1.62: Tipo Minho, 2 pisos / 2 salas; Tipo Alto Minho, 2/2; Tipo Douro, 1/1

Figuras 1.63, 1.64 e 1.65: Tipo Beira Alta, 1/1; Tipo Beira Litoral, 1/2; Tipo Trás-os-Montes, 1/1

Figuras 1.66, 1.67 e 1.68: Tipo Algarve, 1/1; Tipo Estremadura, 1/1; Tipo Alentejo/Ribatejo, 1/1

Definida a prossecução do referido plano como “urgente” (Beja *et al.*, 1996: 27) e determinada, em consonância, a construção de 200 novos edifícios, os projetos-tipo definidos em 1935 por Raul Lino e Rogério de Azevedo serão então retomados. Contudo, constatar-se-ia que, por um lado, não só nem todas as soluções preconizadas naqueles projetos eram adaptáveis às novas exigências funcionais, como, por outro, o agravamento geral dos preços, decorrente da situação de guerra que então se vivia na Europa, obrigava à revisão dos mesmos tendo em vista a obtenção de uma maior economia de construção¹³⁰.

¹²⁸ Convém lembrar que o plano das comemorações centenárias havia sido lançado em 1938, e que as mesmas, tendo decorrido entre 5 de maio e 2 de dezembro de 1940, estavam já, por isso, encerradas.

¹²⁹ Omissão que parece assim reforçar a ideia da reduzida importância conferida pelo Estado Novo – pelo menos nesta fase – à educação ou instrução, de uma forma geral, e ao combate ao analfabetismo, em particular, conforme já referido.

¹³⁰ Essa economia virá a ser conseguida à custa, por um lado, (i) da revisão e substituição dos pormenores construtivos originalmente definidos – sendo a este respeito referidos os exemplos da substituição das cornijas de cantaria por beirais e o recurso a portas interiores de uma só folha –, e por outro, (ii) da adoção de critérios mais rigorosos e estritos na escolha dos materiais – de que decorreria, ainda segundo as mesmas autoras, a admissão de, p. ex., de outros tipos de telhas, “mais baratos e fáceis de encontrar em pequenas fábricas perto das obras”, que não as telhas “Campos” originalmente exigidas nos cadernos de encargos, e no recurso à madeira de pinho, no travejamento dos alpendres, e castanho ou casquinha, nas portas e caixilhos, em substituição do cedro, cujo uso

Esta revisão far-se-á, porém, já sem a intervenção daqueles dois arquitetos autores dos projetos originais, sendo ao invés encarregados da tarefa os arquitetos da DGEMN Manuel Fernandes de Sá, Joaquim Areal, Eduardo Moreira dos Santos e Alberto Braga de Sousa¹³¹, e os externos Luiz de Mello e Fernando Peres.

Aqueles quatro primeiros virão a definir, respetivamente: quatro tipos para a região norte – (i) Minho-Granito, (ii) Douro-Granito (figura 1.69), (iii) Douro-Xisto e (iv) Douro-Tijolo ; outros quatro para a região centro – (i) Beira Litoral-Cantaria, (ii) Beira Litoral-Tijolo, (iii) Beira Alta-Granito e (iv) Beira Alta-Xisto; e mais cinco para a região sul – (i) Ribatejo, (ii) Estremadura, (iii) Alto Alentejo, (iv) Alentejo e (v) Algarve, tendo sido todos aprovados em 1944. Quanto a Luiz de Mello e Fernando Peres, ser-lhes-ão encomendados os projetos-tipo para, respetivamente, os Açores (aprovado em 1945, com a particularidade de resultar da adaptação a esta região do *Tipo Estremadura*, por sugestão de Raul Lino) e Madeira (aprovado em 1949).



Figura 1.69
Escola Primária da Maia,
escola *tipo Douro - Granito*
(Arqt.º Manuel Fernandes de Sá, 1944)

Entre as alterações então introduzidas aos projetos-tipo de 1935 valerá a pena referir:

- (i) a que determinará a definição do *Tipo Algarve* a partir da simples introdução de uma chaminé “algarvia” nos projetos *Tipo Alentejo*;
- (ii) a que virá a ser operada nas escolas construídas, em 1948, em Olhão e na Fuzeta, de acordo com aquele tipo, com a substituição dos telhados originalmente previstos por açoteias ladrilhadas a tijoleira (figuras 1.70 e 1.71), traduzindo, neste caso concreto, um outro entendimento da importância da açoteia na arquitetura daquelas localidades algarvias, aparentemente diverso do que Raul Lino expressara no projeto-tipo original para esta região – para o qual não abdica do telhado, já que não vislumbrava na cobertura plana “apreciável vantagem – técnica, económica ou sentimental” (1992: estampa 21).

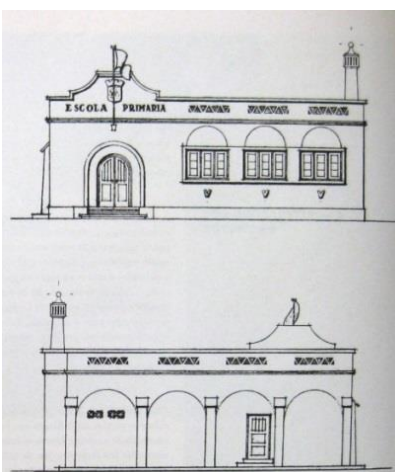
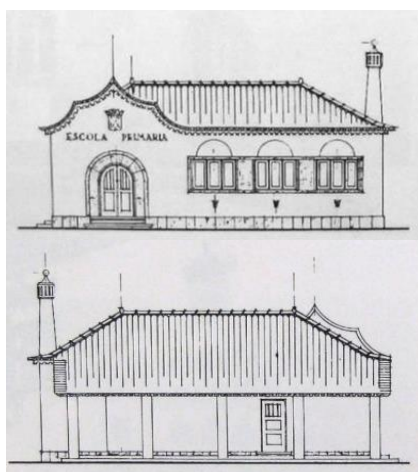


Figura 1.70
Projeto de escola *tipo Algarve* aprovado
em 1944, alçados principal e posterior
(Arqt.º Alberto Braga de Sousa,
DGEMN/DES)

Figura 1.71
Projeto de escola *tipo Algarve* com as
alterações introduzidas em 1948 para os
edifícios a construir em Olhão e Fuzeta,
alçados principal e posterior

seria restringido aos aros dos vãos exteriores. Em fases subsequentes de implementação do plano, ir-se-ia ainda mais longe, nomeadamente (iii) com a redução de pés-direitos, da superfície iluminante das salas e da espessura das paredes divisórias interiores, ou ainda, como virá a propor Rogério de Azevedo na definição de um novo tipo “Serra” a aplicar nos lugares remotos das Serras da Lousã, Estrela, Gardunha, Portel e Cabrela, e em povoados do interior dos distritos de Beja e Faro, (iv) com a supressão de pormenores de acabamento (beirado à portuguesa), materiais (lambris de azulejo dos sanitários; ardósias dos urinóis) e equipamentos (fogão de sala) ou sua substituição por outros necessariamente mais baratos (cantarias por reboco de cimento; mosaico hidráulico por betonilha de cimento) (Beja *et al.*, 1996: 44, 109-114), traduzindo dessa forma uma hierarquização claramente depreciativa dos meios rurais e das necessidades e aspirações das respetivas crianças e populações.

¹³¹ Em exercício de funções nas Direções de Edifícios do Norte (DEN), do Centro, de Lisboa e do Sul, respetivamente.

- (iii) a que resultará da necessidade, legalmente imposta, da “não coeducação dos sexos”, obrigando por isso à criação de edifícios geminados, com entradas e espaços totalmente independentes, a partir da alteração dos projetos-tipo de duas e quatro salas de aula;
- (iv) bem como a reafirmação e reforço da distinção entre tipos *rurais* (ou “campesinos”, como Rebello de Andrade os designara) e tipos *urbanos*, a qual se fará, essencialmente – e a exemplo do que já inicialmente sugerira Rebello de Andrade – pela via mais fácil da redução qualitativa da construção, através, nomeadamente, da supressão pura e simples de materiais, pormenores de acabamento e equipamentos ou sua substituição por outros de custo e qualidade inferior, ou ainda, como virá a suceder nos novos tipos definidos em 1956, da eliminação dos recreios cobertos e redução das paredes de abrigo do vestíbulo de entrada; em qualquer dos casos, em claro e óbvio prejuízo dos meios rurais e, sobretudo, das suas crianças (*vide* nota 130), mas ironicamente consonante, uma vez mais, com o discurso da “vocação de pobreza” do regime.

Escolas primárias: do Plano de Educação Popular à diluição do vocabulário ruralista dos projetos-tipo do plano dos Centenários

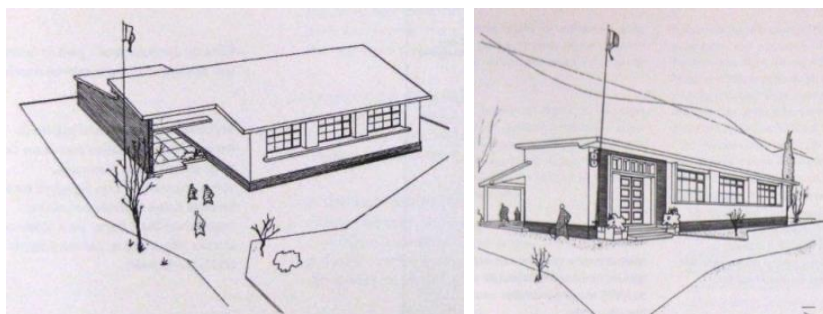
Onze anos depois do lançamento do Plano dos Centenários, já com metade da verba inicialmente prevista gasta mas apenas pouco mais de 23% do número salas construídas – 2.883, das 12.500 previstas (Ramos, 1999: 99) –, e acentuando-se a urgência em acelerar o ritmo da construção de novas escolas – quer face ao elevadíssimo valor em que se mantinha a taxa de analfabetismo (40%), quer por força acrescida da obrigatoriedade da frequência do ensino primário até ao exame elementar da 3.^a classe decretada pelo *Plano de Educação Popular* publicado em 1952 –, viria a impor-se a necessidade de definir soluções mais económicas e expeditas, determinando a decisão, que virá ser tomada em 1955, de redefinir os projetos-tipo para as escolas do ensino primário.

O primeiro estudo elaborado nesse sentido baseia-se ainda nos projetos-tipos do Plano dos Centenários mas reduz a considerável variedade de soluções que lhes estava associada a apenas dois esquemas básicos, um *rural* e outro *urbano* (cada um com duas soluções diferenciadas), por forma a maximizar o uso de elementos construtivos normalizados, reduzir ao mínimo os elementos arquitetónicos “dispensáveis” e eliminar os “desnecessários”, tendo em vista, por um lado, o encurtamento dos prazos de execução das empreitadas e, por outro, a redução das necessidades de mão-de-obra especializada (figuras 1.72 e 1.73) (*apud* Beja *et al.*, 1996: 149).

Estudo do Arqt.º Fernando Peres para novos projetos-tipo de escolas primárias (1956)

Figura 1.72
Proposta de edifício de 1 sala,
tipo *rural*

Figura 1.73
Proposta de edifício de 1 sala,
tipo *urbano*



Esta proposta, da autoria do arquiteto Fernando Peres, obedecia assim a um conjunto de princípios – como sejam: (i) a uniformização das dimensões das salas de aula, vestíbulos e alpendres, de todos os vãos e dos blocos sanitários; (ii) a simplificação das coberturas; (iii) a eliminação dos fogões de sala, ou sua substituição, quando necessário, por salamandras; (iv) a limitação do emprego de cantarias a peitoris, degraus e soleiras, e (v) a redução da espessura das paredes (*apud* Beja *et al.*, 1996: 149) – que, acrescidos da redução do número de pendentes de cobertura – de

quatro, no edifício, e três, no alpendre, a apenas duas no conjunto – e da progressiva generalização do recurso a lajes de cobertura aligeiradas, ou ainda da admissão, no revestimento destas, do emprego de telha de fibrocimento (Beja *et al.*, 1996: 150), se traduzirão não só numa significativa simplificação e depuramento vocabular, imagético e formal, como numa assumida transigência com a racionalização e industrialização construtiva, com o consequente distanciamento relativamente ao tradicionalismo tendencialmente ruralista que caracterizara o(s) modelo(s) anterior(es).



Figura 1.74
Escola primária do Vale Escuro, Lisboa (Arqt.ºs Vitor Palla e Bento de Almeida, 1953-1955)



Figura 1.75
Escola primária do Toural, Bragança (Arqt.º Viana de Lima, 1960)

Um distanciamento que se anunciará, ainda na segunda metade dos anos 1950 e inícios da década seguinte, em projetos isolados que, formal e espacialmente, se apresentam desgarrados das orientações subjacentes àqueles – de forma mais radical, em escolas primárias como, p. ex., a do Vale Escuro, de Vitor Palla e Bento de Almeida (figura 1.74), entre outras construídas então em Lisboa; ou de forma mais comprometida com a *terceira via* que Fernando Távora enunciara e a ‘descoberta’ da arquitetura popular (com o IARP) por parte da ‘novíssima geração’ viera propiciar, em escolas como, p. ex., a do Cedro, no Porto, do próprio Távora, ou as do Toural e das Beatas, em Bragança, de Viana de Lima (figura 1.75) –, e tenderá a acentuar-se ao longo da década de 1960. Particularmente a partir do momento em que a necessidade, por um lado, de introdução de estrutura antissísmica, mas sobretudo, por outro, de definição de novas soluções espaciais e arquitetónicas concordantes com os novos programas curriculares e orientações e métodos pedagógicos virão a exigir uma revisão mais profunda daqueles projetos-tipo, constituindo-se, neste quadro, a Escola Piloto de Mem Martins (atual EB1 N.º 2), inaugurada em 1966, e tal como o nome indica, em exemplo pioneiro e já totalmente destituído do caráter regionalizado e ruralizante preconizado anteriormente (cf. Beja *et al.*, 1996: 166, 181), ainda que distante da maior riqueza plástica e espacial que as escolas acima referidas haviam revelado.

Cantinas e casas dos professores

Nos projetos das cantinas escolares e das casas de professores pode-se dizer que o processo referencial e conceptual segue em paralelo, sem surpresa e com naturalidade, ao das escolas – incluindo as fases das escolas *Conde Ferreira* e *Adões Bermudes* –, denunciando as mesmas orientações estéticas e formais e apenas se distinguindo no que decorria das exigências próprias dos respetivos programas.

Assim, e tal como viria a suceder nos edifícios das escolas, à racionalidade *chã* e classicizante do tipo *Conde Ferreira*, suceder-se-á, de igual modo, o ecletismo modernizante do(s) tipo(s) *Adões Bermudes*; sobrevivendo, posteriormente, à maior riqueza vocabular e semântica – devidamente ‘regionalizada’ e que encontra o seu referente fundamental no receituário da ‘casa portuguesa’ e no



Figura 1.76
Escola Cantina Salazar, Vimieiro / atual
EB1 n.º 1 de Santa Comba Dão (Arqt.º
Baltazar de Castro, 1946).

discurso ruralista do regime, que caracteriza as construções escolares destinadas ao ensino primário nas duas primeiras décadas do Estado Novo – uma progressiva simplificação e depuramento de que virão a resultar edifícios já despídos de grande parte daquela carga de ruralismo retórico.

De igual modo, as críticas a este modelo que se intensificarão a partir do pós-guerra acabarão por favorecer a emergência de propostas que apontam, de forma clara, outros caminhos – como o de valorizar o método em detrimento do objeto final –, como sucederá, já no estertor do regime, com a proposta que Francisco Silva Dias e João José Andrade virão a apresentar ao concurso público aberto, em 1970, pela então Direção das Instalações para o Ensino Primário para a elaboração de anteprojetos de casas para professores destinadas a servir as zonas rurais de povoamento disperso (cf. Dias & Andrade, 1974: 20-27).

Estações do correio

Distintamente do que ocorre, como vimos, com os projetos-tipo das escolas primárias, no caso das estações do correio que virão a ser concebidas e construídas pelo Estado Novo no âmbito do Plano Geral de Edificações dos CTT, não só a imposição de uma imagem regionalizada perderá importância ou preponderância, como a diferenciação entre os tipos *rural* e *urbano* se fará de modo diverso.

Lançado em 1937 como uma das componentes do programa de modernização de serviços aprovado pela Lei n.º 1.959 de 3 de agosto, aquele plano tinha como objetivo primordial colmatar algumas das deficiências que os estudos iniciados nos primeiros anos da década de 1930 haviam apontado – em particular o reduzidíssimo número de edifícios próprios, concebidos para o efeito e dotados das condições que seriam exigíveis do ponto de vista da organização espacial e correspondente qualidade funcional e operacional (aspeto criticado nos primeiros projetos-tipo que teriam sido elaborados pela DGEMN¹³², em 1931) (Bártolo, 1998: vol. I, 32-37).

Os primeiros estudos conducentes àquele plano ter-se-ão iniciado em 1932, com um despacho do ministro das Obras Públicas, Duarte Pacheco a determinar a elaboração, por parte da DGEMN, de uma série projetos-tipo que dessem resposta aos programas-tipo a definir pela Administração Geral dos Correios e Telégrafos (Bártolo, 1998: vol. I, 37). Consonante com os mesmos princípios cenográficos que virão a orientar, de igual modo, os projetos-tipos ‘regionalizados’ das escolas primárias, também para cada uma das plantas-tipo a definir para as estações de correio a construir, Duarte Pacheco determina o desenvolvimento de “diversos alçados de harmonia com as características arquitectónicas e artísticas das diversas regiões do País” (*apud* Bártolo, 1998: vol. I, 36), o que, se não traduz a imposição de uma arquitetura de regime como alguns defendem, induz porém os limites e peias estratégicas em que esta poderia e deveria operar.

No seguimento do processo, viria a ser nomeada, em 1934, uma comissão destinada a estudar os projetos em consonância, para a qual é chamado o Arqt.º Adelino Nunes. Este, por sua vez, viria a apresentar, no início de 1936, quatro anteprojetos-tipo *principais* (mais dois *especiais* para Lisboa e Porto) respondentes às necessidades e pretensões dos serviços postais e telegráficos. Projetos que,

¹³² Aparentemente, sem a articulação entre esta entidade e os serviços dos CTT que a necessidade de dar a melhor resposta possível às exigências programáticas e funcionais destes exigiria (Bártolo, 1998: vol. I, 37).

ainda segundo Bártolo, evidenciavam, não só “o cumprimento de fundamentos funcionalistas, ergonómicos, económicos, de segurança, de organização racional da construção e de adaptabilidade”¹³³ (1998: vol. I, 40), mas, sobretudo, uma aproximação aos conceitos de planta livre e correspondência da fachada à planta características do Movimento Moderno¹³⁴.

Figura 1.77

Estação de Correios do Estoril
(Arqt.º Adelino Nunes, 1939-1942)

Figura 1.78

Estação de Correios de Leiria
(Arqt.º Adelino Nunes, 1942-1951)



Dos quatro anteprojetos-tipo principais, apenas o n.º 1 – e em particular a sua variante 1-A – parece destinar-se a áreas e aglomerados rurais, ou pequenas vilas de província (cf. Mendes *et al.*, 1998: 28), adotando no entanto uma imagem que diverge daquela que está associada ao vocabulário tradicionalista mais ortodoxo da *casa portuguesa*. Diverge particularmente na forma como, nas três soluções de alçado principal propostas, os volumes correspondentes ao alpendre de entrada e à sala de atendimento ao público se destacam fisicamente da fachada principal e ostentam, ora uma simples lâmina plana de betão como cobertura, no primeiro caso, ora uma cobertura igualmente plana formando terraço de apoio à habitação (de serviço) do 1º andar e uma fenestração rasgada ao longo da respetiva fachada, no segundo caso, mas sobretudo na solução de alçado n.º 2 – proposta apenas para a versão base do anteprojecto n.º 1¹³⁵ –, a que a adoção da cobertura plana em todo o edifício e o respetivo jogo de volumes emprestam sabor modernista mais nítido (cf. Bártolo, 1998: vol. II, 30, 33 e 37).

Todavia, é nos anteprojetos-tipo n.ºs 2, 3 e 4 que o modernismo das propostas de Adelino Nunes se evidencia e impõe de forma ainda mais clara, inserindo-se na (ou aproximando-se da) mesma linha formal, semântica e vocabular que caracterizará a primeira geração do modernismo arquitetónico em Portugal¹³⁶. Ora, sendo estes três tipos destinados, de forma clara, aos

¹³³ Características evidentes na descrição, mais precisa, que é feita da organização espacial e funcional das propostas, resultante de um maior cuidado que a organização em planta terá merecido relativamente aos alçados, como admite a memória descritiva que acompanha o relatório apresentado pela referida comissão em 1934 (cf. Mendes *et al.*, 1998: 24-25).

¹³⁴ “As paredes mestras serão de um modo geral de alvenaria, e adoptar-se-ão materiais mais leves, como tijolo ou metal distendido, para as divisórias interiores. Desta forma é possível, dada a regularidade das plantas, estabelecer para os pavimentos uma estrutura de betão armado, que permita deslocar mais tarde essas divisórias, caso as necessidades do tráfego assim o determinem. Para tal muito concorre também o facto das plantas terem sido resolvidas sobre uma quadricula adoptando-se assim um módulo de construção que deu lugar a uma completa regularidade na distribuição dos vãos e na correspondência de paredes. [...] O aspecto exterior dos edifícios, se bem que para cada caso se ache subordinado a um determinado conjunto arquitectónico, resultará sempre das necessidades internas dos diferentes serviços acusando-se assim exteriormente o destino das suas instalações, o que lhe imprime características próprias. Isto não impede, porém, que se procure harmonizar as condições de serviço com o bom gosto e equilíbrio das fachadas, de forma a não ser prejudicado o aspecto que devem ter os edifícios dos CTT na sua qualidade de edifícios públicos.” (Mendes *et al.*, 1998: 26-27; itálicos nossos)

¹³⁵ O que indicia, com grande probabilidade, que essa variante seria destinada a áreas urbanas, vilas ou pequenas cidades do interior, embora a proposta nada esclareça a esse respeito.

¹³⁶ Não surpreendendo por isso que estas propostas de Adelino Nunes venham a merecer elogios, pelo “bonito aspecto, simples e despretenso, mas de acentuado valor artístico” dos seus modelos de fachadas, da parte do Conselho Superior de Obras Públicas (*apud* Bártolo, 1998: vol. I, 42). Importa recordar, a esse respeito, que, por esta altura (1936), se viviam ainda “os anos de utilização e tolerância do ‘moderno’ pelos padrões do Estado Novo” (Portas, 2008: 184); um período em que a produção arquitetónica revelada pela “política enérgica de obras públicas” a que o Estado Novo se abalancara se apresenta ainda “em contradição, ao nível formal, com a linha ideológica do próprio regime, pois utiliza os modelos arquitectónicos do modernismo e socorre-se dos arquitectos mais representativos desta linguagem” (Pereira & Fernandes, 1980: 541), como o demonstra o caso em apreço; um período em que o

aglomerados urbanos, por ordem de importância, a diferenciação face ao tipo *rural* que neles se manifesta é bem maior do aquela que havíamos encontrado entre os tipos *rural* e *urbano* das escolas primárias, não se estabelecendo já essa diferenciação apenas ao nível da escolha, qualitativa, de alguns materiais ou pormenores construtivos (como nas escolas), mas antes, e sobretudo, ao nível formal¹³⁷, remetendo fundamentalmente para o tipo de cobertura a adotar – plana ou inclinada e telhada – a afirmação da filiação *rural* ou *urbana* – e *regional* – de cada solução¹³⁸.

Ainda de acordo com Bártolo (1998: vol. I, 42-43), do plano final a executar nos cinco anos seguintes constavam 101 edifícios, dos quais 44 do Tipo 1 e apenas um do Tipo 1-A, cuja definição formal e estética viria a comportar um elevado grau de liberdade – inexistente, como vimos, no plano de construções escolares dos Centenários. Uma liberdade decorrente, sem dúvida alguma – quer-nos parecer – da “tolerância” com que o Estado Novo encarava ainda o modernismo arquitetónico (cf. Portas, 2008: 184). Como resultado, assistiremos a uma sucessão de obras concebidas e construídas em consonância com o espírito modernista em algumas das principais cidades do país, mas também em alguns aglomerados mais pequenos, – nomeadamente todas as correspondentes aos tipos 3 e 4 e sete dos 23 edifícios dos tipos 2 e 2-A iniciados em 1939 (*Idem*: vol. I, 51, 53).

Já entre os edifícios tipo 1, apenas um, o da Mealhada, terá sido construído de acordo com aquela linguagem (*Idem*: 52) – muito embora muitos dos restantes edifícios preservem, ao nível formal e espacial, a sua filiação moderna, revelando-se aí muito do (se não todo o) vocabulário historicista ou regionalista adotado como elemento acessório, como o ‘adoçante’ ou ‘condimento’¹³⁹ com que se procurará tornar mais aceitável, ao ‘palato’ estético de um país ‘essencialmente rural’, a acidez e secura que eram atribuídas (do ponto de vista da ideologia do regime) à arquitetura moderna.

Contudo, o ‘condimento’ não tardaria, com o correr da década – e também nas estações do correio –, a tornar-se o ingrediente principal, como Bártolo (1998: vol. I, 60-62) procura demonstrar atestando assim a “inflexão” (França, 1991: 225; Portas, 2008: 186) que assinala o fim desse período inicial de “tolerância” do moderno¹⁴⁰ (Portas, 2008: 184) e a abertura de uma nova fase em que se virão a impor em definitivo os modelos arquitetónicos que os ideólogos do Estado Novo – particularmente através da ação propagandística do SPN/SNI de António Ferro e da sua ‘política do espírito’ – tinham vindo a preparar e promover. Modelos entre os quais se conta o “nacionalista, de

“efémero modernismo” não sucumbira ainda à “conversão” ou “inflexão” tradicionalista, regionalista e ruralizante que virá a ocorrer no final da década (Portas, 2008: 186-187).

¹³⁷ Uma diferenciação que parte, note-se, da mesma planta-tipo, o que permite afirmar que estas diferentes soluções de alçado principal “pareciam ser apresentadas como possíveis roupagens para um esqueleto racionalmente idealizado” (Bártolo, 1998: vol. I, 41), ou seja, simples operação de cosmética destinada a tornar mais aceitável, particularmente nos meios menos cosmopolitas e mais tradicionalistas, a linguagem arquitetónica modernista que caracterizava, formal e espacialmente, as soluções propostas.

¹³⁸ Sendo contudo conveniente ressaltar que se trata de anteprojetos que muito embora constituam, como a própria memória descritiva reconhece, “programas gráficos suficientemente pormenorizados”, não se substituem aos projetos definitivos que haveria ainda de elaborar em resposta “às características locais dos serviços dos CTT, à configuração e orientações do terreno, *arquitectura local* e paisagem.” (Mendes *et al.*, 1998: 23; itálicos nossos).

¹³⁹ Recorremos aqui a estes termos por referência a P. V. Almeida e J. M. Fernandes quando estes associam à designação “português suave” a “tendência então explorada pelos arquitectos modernos em que uma linguagem vernácula surgia macia e brandamente condimentada com algumas referências à arquitectura moderna”, definindo aquela designação como “o resultado de uma mistura doce de modernidade e regionalismo.” (1986: 145) Porém, entendemos que no caso das estações do correio, ou em muitas delas – pelo menos as construídas até 1940, seguindo uma vez mais as observações de C. H. Bártolo (1998: vol. I, 58) que aponta uma progressiva diluição dessa matriz formal moderna a partir dessa data –, nos parece revelar-se antes uma linguagem (formal e espacial) moderna “condimentada” com referências historicistas ou regionalistas.

¹⁴⁰ Período que N. T. Pereira e J. M. Fernandes situam precisamente entre 1932 e 1937, correspondendo a uma fase de “institucionalização e a consolidação do regime” (1980: 541), e J. A. França dá como encerrado na EMP de 1940, “ponto a partir do qual”, afirma, “observaremos uma involução do espírito moderno” (1991: 225), valendo a pena notar como o pavilhão dos CTT construído para aquela exposição parece, nesse sentido, representar uma espécie de “canto do cisne” do modernismo no que às edificações construídas para os serviços postais e telegráficos diz respeito.

feição regional”, como N. T. Pereira e J. M. Fernandes (1980: 546) o designam, que virá a caracterizar pousadas, bairros sociais e escolas primárias, como tivemos já ocasião de analisar, estendendo-se de igual modos às estações do correio que virão a ser construídas, sobretudo, nos pequenos aglomerados de província e em áreas rurais¹⁴¹, a partir do final da década de 1930.

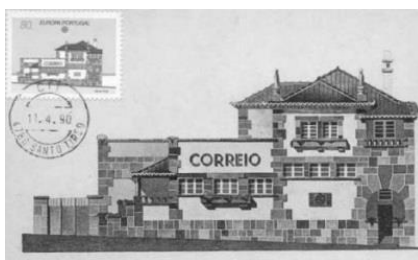


Figura 1.79
Estação de Correios de Amarante
(Arqt.º Adelino Nunes, 1939-1942)

Figura 1.80
Estação de Correios de Santo Tirso
(Arqt.º Adelino Nunes, 1937-1940)

¹⁴¹ C. H. Bártolo aponta o edifício dos CTT de Leiria como tendo sido o último edifício modernista deste tipo a ser inaugurado (em 1946, mas com atraso decorrente da falência do construtor), sustentando que Adelino Nunes “desde 1940 que já não usava praticamente este tipo de soluções [modernas], preso que estava ao vocabulário tradicionalista” (1998: vol. I, 62) – em grande medida, suspeita-se, tendo em conta as citações que aquele autor faz de pareceres relativos a alguns dos projetos (cf. *Idem*: 59-68), por força da progressiva rejeição da imagem moderna original e consequente imposição, por determinação superior, daquele vocabulário.

1.3. Intervenções em áreas rurais no Estado Novo: a colonização interna e o *bem estar rural* / *renovação aldeã*

1.3.1. A colonização interna e o *bem estar rural* / *renovação aldeã* no âmbito da política agrária do Estado Novo

Se a reconstituição das aldeias portuguesas na Exposição de 1940 constitui ponto de chegada na história da arte e arquitetura portuguesas, a colonização interna e o bem-estar rural – mais aquela, pela sua própria natureza, que este, como se procurará explicar a seguir – configuram já uma nova fase dessa tensão, ou contradição, entre modernidade e tradição (das formas e estéticas arquitetónicas) e entre reforma e conservação (das estruturas sociais) que, segundo Rosas, e com referência particular à política agrária, “atravessa todo o interior do Estado Novo”¹ (2000: 208).

Estas duas iniciativas, ambas promovidas pelos setores mais progressistas ou reformistas do regime, traduzem, com efeito, não já o “elogio da pobreza e da ruralidade como específicas virtudes nacionais”² (*Idem*: 123), e da sua irremediabilidade ou inevitabilidade como “ordem natural das coisas”, mas antes a consciência da necessidade de um desenvolvimento económico para o qual se afiguram como fundamentais³ a “modernização, revalorização e reforma da exploração agrícola” (*Idem*: 51), bem como a melhoria das condições de vida e subsistência das populações rurais, comportando alguns dos elementos que ajudarão a caracterizar a revisão crítica do Moderno na sua perspetiva empírica e culturalista.

Tendo a sua origem na *Lei de Fomento Rural* proposta por Oliveira Martins em 1887 (*Idem*: *Ibid.*), este projeto modernizante, conquanto pareça encontrar no Salazar dos primeiros anos da República um adepto⁴ – adepto a tal ponto que fará da política agrária um dos principais pilares do regime que virá a ser instituído em 1933 –, irá porém debater-se, sem sucesso, com o “atavismo reaccionário” (*Idem*: 48) dos setores (agrários) mais tradicionalistas.

Vista a fixação das populações campestinas nas suas terras de origem como a melhor forma de obstar à sua migração para as cidades – as quais constituem, para muitos, um palco de desumanização, decadência e conflitualidade social crescentes por força da também crescente proletarianização urbana –, e assegurar assim as reservas de mão-de-obra abundante e barata essenciais à manutenção, nos campos, do *status quo* económico e social que mais interessava à elite agrária tradicionalista, é nesse propósito que irá assentar, fundamentalmente, a ação política nesse âmbito. Contudo, não será antes de 1936 – e uma vez cumprida a primeira fase de estabilização económica e política do país e a promulgação da Constituição de 1933 que institui oficialmente o

¹ “[...] dividindo a sua base política e social de apoio, no que à questão agrária respeitava, entre duas correntes fundamentais: a dos reformistas ‘neofisiocráticos’ [...] e a dos ruralistas” (Rosas, 2000: 208).

² Virtudes que incluíam “o trabalho árduo, a vida modesta e sem ‘ambições doentias’, a temperança, o respeito e a acatção espontânea dos grandes valores da religião, da pátria, da família e da ordem social” (*Idem*: 58).

³ Ainda que, como salienta Rosas, esse projeto modernizante não fosse “concebível desafiando os limites da ordem estabelecida” nem pusesse de alguma forma “em causa o quadro de adesão ao Estado Novo em que se moviam” os seus autores, uma vez que a sua matriz ideológica assentava de igual modo numa espécie de “voluntarismo ‘iluminista’, estatista e autoritário” (*Idem*: 14, 104).

⁴ Rosas não deixa, com efeito, de fazer notar influências desse projeto modernizante, que designa por “reformismo agrário neofisiocrático” (*Idem*: 186), nos escritos de Salazar de 1916-1918 e inícios da década de 1930, dando como exemplo *A Questão Cerealífera* (1916). Influências que, ao nível discursivo ou retórico, o levarão, em 1953, ao comentar as propostas de “colonização interna” do I Plano de Fomento, a lamentar que, àquela data, não existisse ainda “um sistema corrector da extrema irregularidade com que a terra se distribui no país”; conquanto, na prática, “nunca [venha a correr] o risco de perder o apoio político das oligarquias rurais”, abdicando assim de lhes impor as medidas legislativas aprovadas ou propostas pelo seu próprio Governo (*Idem*: 58-59).

Estado Novo –, que o regime saído do golpe militar de 1926 irá desenvolver uma política sistemática e ações concretas no domínio agrário⁵.

Com efeito, é a criação da Junta de Colonização Interna (JCI), em 1936, “com a missão específica de estudar e solucionar os problemas agrários metropolitanos” (Portugal, 1973: 1), que irá permitir dotar a administração pública de um corpo técnico capaz de pensar e atuar no âmbito da política agrária, dando-lhe corpo teórico e prático. E é no âmbito deste organismo que irão ser lançadas duas das suas principais ações de intervenção em áreas rurais que irão ocorrer durante o período correspondente ao Estado Novo, entre 1933 e 1974: a *colonização interna* e o *bem-estar rural* (ou *renovação aldeã*).

Embora comungando dum mesmo objetivo geral – combater o êxodo rural contribuindo para a fixação das populações rurais – a *colonização interna* e o *bem-estar rural*, no entanto, divergem significativamente nos seus termos de ação em dois aspetos essenciais. Em primeiro lugar, porque a *colonização interna*, contrariamente ao *bem-estar rural*, pressupunha nas suas ações o recurso a um dos principais instrumentos que, teoricamente, permitiriam atacar o “problema agrário” (Varela, 1995a) e o “atraso paleolítico de algumas zonas rurais” (*Idem*, 1995b: 37): a reorganização agrária e a promoção do acesso à propriedade “no sector da população rural portuguesa sem terra e sem previdência social” (*Idem*: 27) em condições passíveis de viabilizar economicamente a unidade de exploração – nomeadamente, a respetiva dimensão e características agrológicas – e assegurar níveis de vida satisfatórios (ou que se aproximassem da condição de assalariado urbano, por forma a que esta não se revelasse mais atraente...).

Em segundo lugar, porque as colónias agrícolas constituíam projetos de criação de raiz de novos aglomerados, ou seja, novas “aldeias constituídas por casais agrícolas” (Baptista, 1993: 346), dotados à partida, nalguns casos, de equipamentos públicos que estavam ausentes da maior parte dos aglomerados existentes, enquanto o *bem-estar rural* incide sobre aglomerados existentes procedendo à sua renovação.

Relativamente àquele primeiro aspeto, a eficácia das ações de *bem-estar rural* – tendo em vista aquele objetivo – terá ficado desde logo comprometida pela ausência, a montante, de ações de fomento ou desenvolvimento local que garantissem às populações abrangidas condições de subsistência idênticas às das populações urbanas, algo que só se conseguiria assegurando aos assalariados ou pequenos proprietários rurais determinados níveis de rendimento, seja diretamente da agricultura, seja através de emprego noutras áreas, complementares ou não, de atividade.

Essa ausência, no entanto, não se terá devido tanto à falta de reconhecimento da sua necessidade ou importância – que, como veremos mais adiante, constituía um dos princípios base do programa ou plano proposto – por parte dos organismos do Estado responsáveis (neste caso, a JCI), como à falta de empenho político e disponibilização de verbas adequadas para o efeito por parte dos responsáveis governativos e ministeriais das respetivas tutelas.

No que respeita ao segundo aspeto referido, as ações de *bem-estar rural* irão incidir, quase exclusivamente, na beneficiação e renovação das habitações, abrangendo, por um lado, um reportório bem mais limitado de modelos e figurinos estéticos e formais, e denunciando, por outro lado, um mais reduzida capacidade de experimentação (que, no entanto, estamos em crer, talvez

⁵ Através, nomeadamente, da aprovação dos “decretos sobre o fomento da actividade frutícola (1935); [d]a reorganização do Ministério da Agricultura (MA) (1936), no âmbito da qual se cria a Junta de Colonização Interna (JCI - para colonizar as terras beneficiadas com as obras de hidráulica agrícola, concentradas no Sul do país); [da] Lei de Hidráulica Agrícola de 1937 [...] a que se sucede o Plano Hidráulico (1938) e a Lei de Fomento Florestal, também desse ano”; iniciativas cujo resultado, contudo, “acabará por ser pouco mais que decepcionante” (Rosas, 2000: 169).

não deva ser tanto atribuída, necessária e exclusivamente, ao programa em si quanto à forma ou condições em que o mesmo foi efetivamente implementado).

De qualquer forma, e por mais que se reconheça a boa vontade que ambas as políticas ou programas traduzem, certo é que muito pouco – se alguma coisa – contribuíram para a solução dos problemas do mundo rural. De facto, ambas se revelaram, se não incapazes, pelo menos insuficientes para estancar a sangria populacional verificada no meio rural desde os anos 1950⁶, não só com destino às principais aglomerações urbanas do país, mas, sobretudo, a França e Alemanha.

Sangria que deixou para trás não só algumas experiências interessantes, umas, ou discutíveis, outras, como um território ao qual certos interesses, embora o vissem como supedâneo do país e do seu desenvolvimento económico, se recusavam a reconhecer o direito de integrar esse desenvolvimento com o receio de ver, assim, abalada a paz social (podre) e a estabilidade económica (artificialmente induzida) de que o regime se vangloriava, mas que a conflitualidade que se sabe ter existido em abundância nos campos – umas vezes manifesta, mas muitas outras simplesmente latente, mas em quaisquer dos casos convenientemente abafada – desmente (cf. Baptista, 1993: 20-21; Rosas 2000: 211 e seg.s). Uma conflitualidade que, de resto, estará de igual modo na base da política de colonização interna, já que a desmobilização dos trabalhadores rurais, através da sua conversão em proprietários, constituía também um dos seus objetivos primaciais.

1.3.2. Colónias agrícolas: a cidade-jardim em versão rural

Estando o acesso à terra – em condições que garantissem a viabilidade económica das explorações – já diagnosticado, na época, como um dos principais problemas do mundo rural – por força dos excessivos parcelamento, no Norte, e concentração, nos campos do Sul –, dar terra a quem a trabalhava ou quisesse fazê-lo, através da reorganização da propriedade agrária – dessa forma evitando a fuga das populações para as cidades onde poderiam acabar mais tarde ou mais cedo por engrossar as fileiras do proletariado urbano aderindo às “ideias dissolventes” de influência socialista ou socializante – parecia assim um *slogan* apropriado e oportuno. Apropriado para os espíritos mais progressistas do regime – incluindo alguns do lóbi industrialista, para quem a melhoria do nível de vida das populações rurais era condição essencial, por via do consequente alargamento do mercado interno⁷, para assegurar a viabilidade do desenvolvimento industrial do país –, mas potencialmente perigoso para o lóbi agrarista⁸.

⁶ Não é claro, de resto, que o surto migratório alguma vez tenha gerado preocupações sérias – ou sequer algumas – no seio do regime, dados os seus efeitos não despiçindos – antes pelo contrário –, não só na redução do desemprego, como no aumento das reservas financeiras proporcionado pelas remessas dos emigrantes, que se revelariam fundamentais para a ‘boa saúde’ das contas públicas ao longo das décadas de 1960 e 70... Eugénio Castro Caldas chegou mesmo a sugerir, ainda no final dos anos 1950, que o êxodo rural “tem de ser uma autêntica e salutar mobilidade profissional quando a estrutura demográfica não é a mais conveniente”, entendendo essa mobilidade como “condição de fundo para construir uma estrutura susceptível de ser o suporte de uma economia rural suficientemente evoluída e modernizada”, e defendendo o êxodo como particularmente “necessário” nas províncias do Norte (1974: 534, 535, 537). No início da década de 1960 também J. Vieira Natividade reconhecia que “há quem veja no êxodo rural [...] o raia de uma nova era de franco e fecundo ressurgimento agrário”, pois, afirma, “Provado está de sobejo que onde existe mão-de-obra em excesso, e portanto a baixo preço, a agricultura estagna, incapaz de verdadeiro progresso técnico”, acrescentando – não sem entrar, mais à frente, numa certa contradição – ser “estultícia, porém, supor que podemos prender a juventude aos campos apenas entoando o hino patriótico do regresso à terra, exaltando as belezas da vida rústica, a excelência dos ares, a bondade das águas, as maravilhas sem fim da flora campestre, ou pregando as virtudes da pobreza, do desinteresse e da humildade, da resignação no infortúnio, como se tal apostolado, na hora em que vivemos, encontrasse audiência na população dos campos, inconformada com o seu destino e penetrada do desejo humano de viver uma vida melhor.” (1960: 12-14)

⁷ Como reconhece José Augusto Varela, em conferência proferida em 1960, ao afirmar que “a industrialização do País necessita desse quadro rural apropriado, com empresas agrícolas de economia equilibrada, de razoáveis dimensões, onde a repartição de rendimento proporcione aumento de poder de compra, maior capacidade de consumo, mercados, em suma” (1995a: 28).

⁸ Sobre estas tensões e conflitos, veja-se, por exemplo, Amaral (1994), Rosas (1991, 2000) ou Mattoso e Rosas (1994).



A CA dos Milagres foi a primeira a ser constituída, tendo os primeiros colonos sido instalados em julho de 1926.

Figura 1.81: *Habitação rural – 1º tipo*

Figura 1.83: *Habitação rural – 3º tipo*

Figura 1.84: *Habitação rural – 4º tipo*

Figura 1.82: *Habitação rural – 2º tipo*

Figura 1.85: *casal tipo 2 na atualidade*

Com efeito, para os grandes interesses agrários, nada propensos a alterações de fundo que pusessem em causa o modelo, essencialmente rentista, em que assentava a sua atividade, tal proposta não era vista com bons olhos. Primeiro, porque constituía uma potencial flagrante violação do que entendiam ser o sagrado princípio da inviolabilidade da propriedade – princípio esse reconhecido, de resto, pela própria doutrina cristã em que se apoiavam e frequentemente citavam⁹ (se não noutros aspetos, pelo menos nesse...). Depois, por poder vir a desestabilizar essa reserva de mão-de-obra barata que constituíam os assalariados rurais – entre os quais se contavam muitos pequenos proprietários cuja terra era insuficiente para lhes prover a uma subsistência digna –, muitos dos quais demandavam sazonalmente, em ranchos andrajosos, a partir das Beiras e do Algarve, os grandes latifúndios alentejanos para trabalhar a troca de pouco mais de uma côdea de pão (cf. Mattoso & Rosas, 1994: 39-41).

Não surpreenderá, por isso, que das intensões e propósitos iniciais aos atos concretos efetivamente realizados tenha ficado um enorme caminho por percorrer, como bem o demonstram, não só o escasso número efetivo de colónias criadas e colonos instalados – segundo F. Oliveira Baptista, “dos 1532 casais agrícolas planeados, apenas se construíram 471 (31%) e, em 1965, só se encontravam ocupados 382” (1978: 19), mas um documento da JCI apresenta números diferentes, referindo 521 casais projetados, dos quais 366 estavam ocupados nessa data¹⁰ (Portugal, 1973: 68) –,

⁹ Confira-se a esse propósito os textos pontifícios publicados em 1962 pela própria Junta de Colonização Interna (AA.VV., 1962).

¹⁰ O referido documento da JCI justifica a discrepância entre o número de casais projetados e ocupados àquela data com circunstâncias diversas, como sejam: a inclusão, nos 521 casais projetados, dos seis adaptados a residência de pessoal; novas exigências agrícolas (na Boalhosa e na Gafanha); “desfalque das áreas destinadas a casais em demanda judicial com sentença desfavorável ao Estado” (na Boalhosa); fuga de mão-de-obra para setores “mais dinâmicos (parque industrial da orla marítima)” (na Gafanha); o não aproveitamento de terras por força de alterações no lençol freático (na Gafanha); a divisão de um casal que vagara em 1956 por quatro casais que com ele confinavam (nos Milagres); a distribuição de três casais “pelos confinantes e mais deficitários” (em Martim Rei); a entrega de um casal a um dos colonos com família mais numerosa (no Alvão); a adaptação de uma casa a escritório da cooperativa e outra a centro social (em Pegões); e a “ocupação de vastos dos melhores terrenos pelo regolfo da barragem de Pisões” (Barroso) (Portugal, 1973: 68). Note-se ainda que o termo “ocupado” não nos esclarece relativamente aos contornos reais dessa ocupação, em particular no que respeita à efetiva permanência da família completa no casal agrícola, sabendo-se que na maior parte dos casos de emigração os homens avançavam inicialmente sozinhos só chamando mulher e filhos alguns anos depois.

como o facto de nenhuma delas ter resultado da reorganização – fosse ela de parcelamento ou emparcelamento – de propriedade privada, conforme previsto na legislação correspondente¹¹.

Mas é de facto com a ação que lhe dá nome, e para a qual terá sido, de facto, criada, que a JCI iniciará o seu trabalho. E embora a *colonização interna*, entendida no seu sentido mais lato de povoamento territorial, tenha raízes mais remotas¹², é sob a alçada do Estado Novo – e sob influência de experiências semelhantes levadas a cabo, sobretudo, em Itália e Espanha¹³ (figuras 1.86 e 1.87) – que virá a ganhar impulso e carácter estruturado e planeado com o trabalho – que se traduzirá em inúmeros estudos e projetos, bem como na instalação das colónias e seu acompanhamento e assistência técnica – que aquele organismo desenvolve a partir de 1936.



Figura 1.86: casa colónica em Scanzano Jonico, província de Matera, região de Basilicata (Itália)



Figura 1.87: casas colónicas no poblado de colonización de Vegaviana, província de Cáceres (Espanha) (Arqt.º J. L. Fernández del Amo, 1954)

Contudo, uma das suas primeiras ações nesse âmbito será a reorganização da CA dos Milagres, em Leiria (figuras 1.81 a 1.85) – a primeira a ser constituída, ainda em 1926 –, colónia que se distribuía por três núcleos: Alcaidaria e Mata (o único que subsiste – cf. Lopes, 2003: 46), Bidoeira e Triste Feia. A esta irão somar-se, ao longo das duas décadas seguintes e já no âmbito operativo da JCI, mais seis – Alvão, dividida em sete pequenos núcleos, o maior dos quais não teria mais do que sete casais; Barroso, distribuída também por sete núcleos; Pegões, distribuída por três núcleos, e Boalhosa, Gafanha e Martim Rei, cada uma concentrada num único núcleo –, representado no conjunto, como vimos, um total de 366 casais instalados (Portugal 1973: 68) (quadro 1.2 e mapa 1.3).

¹¹ Nomeadamente a Lei 1.949 de 1937 que conferia ao Estado a capacidade de expropriação de terras para o efeito, mas cuja concretização efetiva ficou por cumprir – por, aos olhos da Câmara Corporativa, “parece[r] um tanto violento e contrário aos nossos costumes” (*apud* Baptista, 1978: 9). De facto, das sete colónias instaladas, apenas a de Pegões não resulta do parcelamento de terrenos baldios (propriedade comunitária), uma vez que as terras onde foi instalada estavam já na posse do Estado, desde há alguns anos, por via da doação feita pelo seu anterior proprietário, Rovisco Pais, aos Hospitais Cívicos de Lisboa (cf. Pereira *et al.*, 2009).

¹² Descontando outras medidas tomadas ao longo dos tempos e a influência modelar da “bonifica integrale” da Itália de Mussolini, os antecedentes diretos da colonização interna estado-novista remontarão à segunda metade do séc. XIX, época em que se dá a promulgação de uma série de decretos destinados a promover a colonização e cultura de baldios, incultos e pousios e a instituição do *casal de família*. Esses decretos, porém, só viriam a ter a sua primeira concretização prática já durante a 1ª República, com a criação da Colónia Agrícola dos Milagres, no concelho de Leiria (Portugal, 1944: 17-23). Esta colónia encontrava-se em pleno processo de instalação dos seus primeiros quatro casais, ocorrida entre março e julho de 1926, quando se dá o golpe de 28 de maio – a designada “revolução nacional” que está na origem do Estado Novo.

¹³ Esses são, pelo menos, os exemplos mais referidos, sendo bem documentados em, pelo menos, dois relatórios circunstanciados resultantes de visitas de estudo ocorridas, umas, no final dos anos 1940 – e que além daqueles dois países, passou também pela Suíça, cujo exemplo é também documentado (Pereira & Ferreira, 1949) –, e a outra já na primeira metade dos anos 1960, dando particular notícia das questões de natureza urbanística e arquitetónica (Machado, 1964a). Note-se no entanto que também em França é defendida a ideia de “dar terra aos camponeses”, por forma a “suprimir ao assalariado rural”, fornecendo-lhes ainda como “ferramenta” de trabalho a “quinta radiosa” proposta por Le Corbusier (Bézar, 1934; Le Corbusier, 1934 e 1979; tradução livre).

- (ii) que conquanto admita “a introdução desta ou daquela modificação benéfica”, esta “deve ser suave, plenamente justificada e não brigar com o estilo tradicional”;
- (iii) que apresente beleza resultante “sobretudo da sua simplicidade”;
- (iv) que não integre qualquer preocupação estética que “vá contrariar as necessidades da vida diária da família”;
- (v) e que, em suma, “seja edificável com economia, [...] saudável, espaçosa, sólida, duradoura, de fácil conservação e bem adaptada ao fim a que se destina”, e vá de encontro ao

verdadeiro estilo português caracterizado mais por uma notável harmonia de proporções, do que pelos beirais com cantos revirados, profusão de telhadinhos sobre as janelas, abundância de azulejos, etc.¹⁶ (Macedo, 1942: 8-9).

De um modo geral, as colónias instaladas obedecem assim, não só a um projeto arquitetónico, mas também urbanístico, resultando, por vezes, numa espécie de “aldeias jardim” (Portugal, 1944: 59) ou aproximando-se do conceito de aldeias “radiosas” ou “cooperativas” proposto por Le Corbusier (1934, 1979; ver também Ragot, 2013) no final da década de 1930¹⁷ (figuras 1.136 a 1.138). No entanto, pese embora a sujeição a um conjunto de princípios comuns – que, no seu essencial, não diferem particularmente dos enunciados no opúsculo da DGSA atrás referido –, está-se longe de poder afirmar a adoção ou imposição de um modelo, figurino ou reportório urbanístico ou arquitetónico único, sobressaindo da análise dos estudos e projetos elaborados uma diversidade que contraria a ideia do recurso a projetos-tipo ou linguagens tipificadas observáveis no domínio da política de obras públicas empreendidas pelo regime ao longo dos anos 1940.

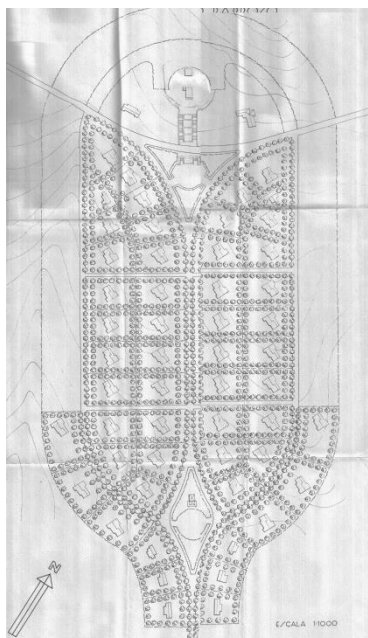
Essa diversidade é observável, desde logo, no tipo de aglomeração adotado, assistindo-se à coexistência dos três tipos – dispersa, semi-dispersa ou concentrada –, na maior parte das vezes estruturada em torno de uma área ou núcleo central dotado dos (ou de alguns dos) equipamentos sociais básicos (escola, capela, centro social, assistência técnica, etc.) – à exceção da colónia do Alvão, a única das colónias agrícolas que não se viu dotada de quaisquer equipamentos sociais de apoio (cf. Caldas, 1988: 33). Incluiríamos no primeiro caso as colónias de Milagres e de Martim-Rei (figura 1.89), as menos estruturadas ao nível urbanístico uma vez que cada habitação está diretamente associada ao casal a que corresponde, disseminando-se as habitações, de forma orgânica, ao longo dos caminhos preexistentes que cruzam a área de colonização.

Ao segundo caso corresponderão as colónias da Gafanha (figuras 1.92 e 1.93) e do Alvão, embora distinguindo entre um núcleo único fortemente estruturado em torno de uma área central de equipamentos a partir da qual irradiam, geometricamente, uma série de vias a que se ancoram os casais disseminados pela área de colonização, no caso da Gafanha, e um conjunto de pequenos núcleos, que variam entre três e sete habitações próximas, disseminados pela área de colonização e sem quaisquer equipamentos sociais (assegurados, neste caso, por aglomerados preexistentes próximos), no caso do Alvão.

No terceiro caso, incluiríamos a Boalhosa (fig. 1.90) e o Barroso (figuras 1.88 e 1.91), distinguindo, também aqui, entre a colónia constituída por núcleo único onde se concentram todas as funções e equipamentos, incluindo as habitações (Boalhosa), ou por diferentes núcleos de dimensões variáveis e devidamente hierarquizados (Barroso).

¹⁶ Numa revisitação clara da crítica anteriormente formulada por Raul Lino aos modelos “à antiga portuguesa”, onde proliferavam o beiral português “multiplicado por quantas portas e janelas houver; a cada vão seu telhadinho”, os “beiralinhas com unhas reviradas”, e “o indispensável painel (‘panneau’ é que é o termo próprio) de azulejo” (1992: 69).

¹⁷ Consubstanciando um modelo que, “no sentido moderno” que lhe atribuía Eugénio Castro Caldas no final dos anos 1950, deveria resultar na “criação de uma estrutura técnica da exploração agrícola que faculte trabalho na terra, na oficina e nos serviços, de acordo com as exigências actuais dos ritmos do progresso”, distanciando-se assim da “simples instalação, em explorações agrícolas, de famílias de agricultores auto-suficientes” (1974: 540-541).



Em cima:

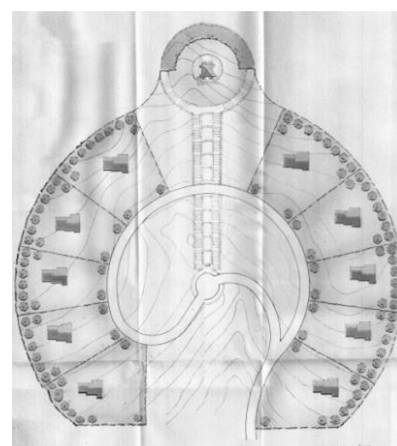
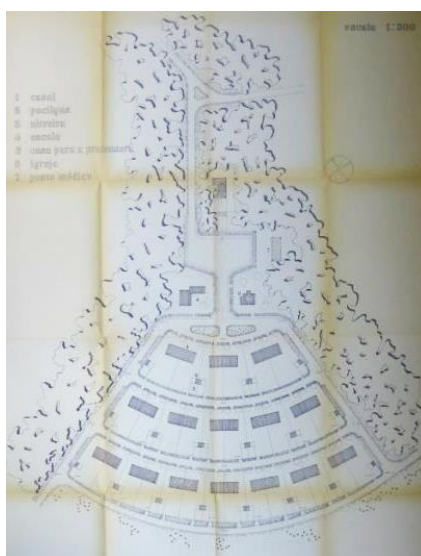
Figura 1.88: *Projecto de colonização dos baldios de Montalegre e Boticas* [CA do Barroso] (JCI, 1944): Aldeia Nova do Barroso, planta geral

Figura 1.89: CA de Martim Rei, vista panorâmica

Ao meio:

Figura 1.90: CA da Boalhosa, *Projeto de Urbanização* (Arqt.º António Trigo, / JCI, 1959), planta geral de conjunto

Figura 1.91: *Projecto de colonização dos baldios de Montalegre e Boticas* [CA do Barroso] (JCI, 1944): Lugar de S. Mateus, planta geral

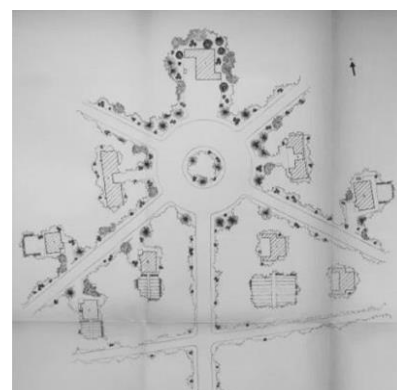


Em baixo:

CA da Gafanha, *Estudo de ordenamento paisagístico e de urbanização* (Eng.º Agr. António R. Campello / JCI, 1956)

Figura 1.92: planta geral de conjunto

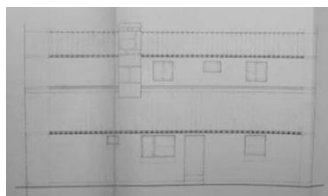
Figura 1.93: enquadramento paisagístico do centro social



Finalmente, Pegões parece constituir um caso à parte, na medida em conjuga, simultaneamente nos três núcleos que o compõem, características de qualquer um daqueles três tipos, sendo porventura a proposta que, do ponto de vista estritamente urbanístico e na conformação do seu núcleo principal – aquele que agrega os principais equipamentos públicos e sociais – e disposição dos elementos que o compõem, mais se aproxima do conceito de “aldeia radiosa” proposto por Le Corbusier na primeira metade dos anos 1930 (cf. Ragot, 2013: §22) (figuras 1.136 a 1.138).

No domínio arquitetónico a diversidade não é menor, dando ideia de que o grau de liberdade de que gozavam os arquitetos da JCI seria maior do que a que lhes seria atribuível por tudo quanto se escreveu já sobre a arquitetura do Estado Novo. De facto, e não obstante poder ser considerada – ainda que de uma forma muito genérica – “conservadora/ruralista”, formalmente “pouco inventiva e

muito próxima do conceito de uma pretensa arquitetura portuguesa regional” (Victor Mestre, *apud* Pereira *et al.* 2009: 38), quer o que foi efetivamente construído, quer o que ficou no papel não parecem indiciar uma generalizada e assumida vinculação ao receituário geralmente associado à *casa portuguesa* ou ao *português suave*. No caso da Boalhosa, encontramos inclusive três propostas diferentes – de outros tantos arquitetos da JCI: Henrique Albino, Trindade Chagas e José Luís Pinto Machado (figuras 1.94 a 1.96) –, para o casal-tipo, não refletindo a proposta que viria a ser construída, necessariamente, a maior vinculação a esse receituário.



O casal tipo a construir na CA da Boalhosa, nas propostas (alçados principais) de:
 Figura 1.94: Henrique Albino (1954) Figura 1.95: Trindade Chagas (1955) Figura 1.96: Pinto Machado (1956)

Quando muito, e no que respeito à definição formal dos casais – desde a sua implantação e orientação, à organização e disposição dos espaços habitacionais e dependências produtivas associadas – podemos aqui falar, na esteira de Carlos Ramos (*apud* Almeida e Fernandes: 1986: 112), numa espécie de *compromisso*: compromisso entre os necessários critérios funcionais, económicos – determinantes no dimensionamento das parcelas –, higiénicos e de salubridade, e o respeito pelos valores locais – ainda que mais fundado em lugares-comuns que nas premissas definidas por Fernando Távora (1947).

O reconhecimento desse compromisso, no entanto, não invalida a existência de evidentes sinais de modernidade e experimentalismo formal em muitos dos elementos que constituem as referidas colónias, nomeadamente:

- (i) nos casais da colónia do Barroso (figuras 1.97 a 1.99), que apresentam uma expressão bem mais austera e próxima das propostas de feição mais regionalista que emergem após o IARP, cruzando elementos de cariz modernizante com outros que remetem para as características das arquiteturas locais – como sejam a organização e articulação funcionalista dos espaços habitacionais e produtivos e os partidos formal e material adotados na composição arquitetónica;
- (ii) nos edifícios dos escritórios e casa do guarda da colónia da Gafanha (figuras 1.100 e 1.101) ou do posto médico-social de Pegões, onde – mais claramente no primeiro que no segundo – é possível detetar elementos que nos remetem para algumas das propostas de Frank Lloyd Wright – nomeadamente nos beirais que se prolongam em consola e no ritmo e emolduramento das fenestrações;
- (iii) na escola e na casa da professora da colónia da Boalhosa (figuras 1.102 a 1.105) e no cemitério de Pegões, edifícios cuja composição, distanciando-se ainda mais da estética ruralista, se aproxima dos jogos de volumes e planos que caracterizam as propostas Modernas;
- (iv) no núcleo principal da colónia de Pegões – constituído pela Igreja de S. Isidro, dois edifícios escolares e três habitações, da autoria do arquiteto Eugénio Correia (figuras 1.106 a 1.108) –, em que a adoção do parabolóide na definição formal dos edifícios não só constitui o exemplo de maior experimentalismo formal neste contexto específico, escapando de forma sensível a qualquer formulário de cariz regionalista ou à influência vernácula mais evidente, como empresta evidente singularidade no contexto geral da arquitetura portuguesa;



Figura 1.97: CA do Barroso, Aldeia Nova do Barroso: casal tipo



Figura 1.98: CA do Barroso, Aldeia Nova de Criande: casal tipo

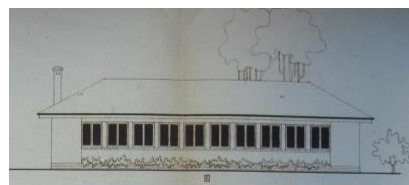
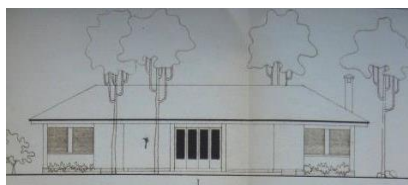


Figura 1.99: CA do Barroso, Aldeia Nova de S. Mateus: casal tipo

CA Gafanha, *Projecto dos Escritórios e Casa do Guarda* (Arqt.º António Trigo, 1954)

Figura 1.100: alçado principal

Figura 1.101: alçado posterior



CA da Boalhosa, escola primária e casa da professora

Figura 1.102: escola primária (atual Cantina do CEIA).

Figura 1.103: casa da professora (atual Centro de Acolhimento do CEIA)



Figura 1.104: *Projecto da Escola Primária*, planta (Arqt.º António Trigo / JCI, 1956)

Figura 1.105: *Projecto da Casa da Professora*, planta do r/c (Arqt.º Pinto Machado / JCI, 195-)

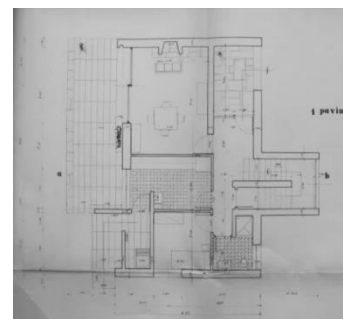
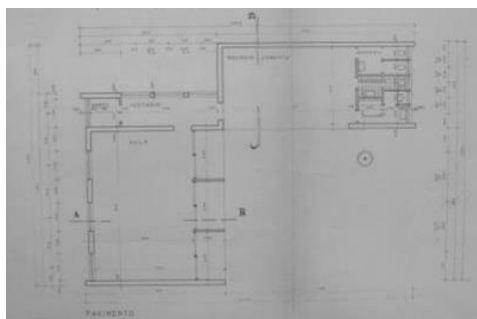


Figura 1.106: CA de Pegões, Igreja de Santo Isidro (Arqt.º Eugénio Correia, 195-)



Figura 1.107: CA de Pegões, escola primária (Arqt.º Eugénio Correia, 195-)



Figura 1.108: CA de Pegões, casa da professora (Arqt.º Eugénio Correia, 195-)

- (v) e, finalmente, no recurso à abóbada de berço na conformação da cobertura dos edifícios de apoio à adegas cooperativas da Colónia de Pegões, que de igual modo nos remete de forma evidente para um dos elementos que compõe a proposta da designada “aldeia radiosa”, ou “centro cooperativo” rural, desenvolvida por Le Corbusier nos anos 1930¹⁸ (Le Corbusier, 1934, 1979; Ragot, 2013) (figuras 1.136 a 1.138).

¹⁸ Em colaboração com Norbert Bézard. O “centro cooperativo”, que Le Corbusier também designará como “aldeia radiosa” (1934; tradução livre), constituía uma espécie de transposição dos princípios básicos da “cidade radiosa” para o contexto rural. O “Centro cooperativo” e a “quinta radiosa” – ou seja, unidade agrícola familiar modelo com que se pretendia equivaler o alojamento camponês ao alojamento citadino em termos de comodidade, conforto e higiene, deixando à natureza o provimento de tudo o mais: “a poesia” (Norbert Bézard, citado em <http://www.piaceleradieux.com/bezard-lecorbusier-fermeradieuse.php>) – constituíam os elementos-base

Ao nível funcional, parecem adquirir especial preponderância os critérios higiénicos, traduzindo-se estes, essencialmente, por um lado, (i) na clara separação das funções habitacionais e produtivas – nomeadamente as concernentes à guarda dos animais, que nalgumas tipologias tradicionais quase se confundem, ou, pelo menos, coabitam de forma pouco recomendável –, as quais, em muitos casos, se apresentam em volumes separados articulados por um espaço alpendrado (casais do Barroso, da Gafanha, de Pegões), e, por outro lado, (ii) na inclusão da retrete ou casa de banho – inexistente na habitação rural tradicional – e na conveniente criação de espaços de dormir autónomos e separados por sexos.



Casais tipo

À esquerda (de cima para baixo):

Figuras 1.109, 1.110 e 1.111: CA de Martim Rei, CA da Gafanha, CA de Pegões

Ao centro

Figuras 1.112 e 1.113: CA do Alvão, *Projecto de casal-tipo* (JCI, 1945): corte e planta

À direita

Figura 1.114: CA do do Barroso, Aldeia Nova de S. Mateus: interior de casal tipo

De notar, no entanto, neste aspeto, e uma vez mais, a evidente modernidade – embora, em bom rigor, se deva antes falar, nalguns casos, em interpretação Moderna de princípios já contemplados nas arquiteturas vernáculas e populares – que sobressai de alguns exemplos, como sejam:

- (i) a que resulta, a esse nível, da já referida articulação formal de volumes associados a funções diversas, como sucede nos casais do Barroso, do Alvão, da Gafanha e de Pegões e na escola da Boalhosa;
- (ii) a forma como se tira partida das pendentes naturais do terreno na articulação de funções diversas no mesmo edifício mas em pisos diferenciados, como é o caso dos casais da Boalhosa;
- (iii) no quase duplo pé-direito em que se constitui, por vezes, o espaço de cozinha, com o acesso aos quartos a fazer-se por galeria aberta para esse mesmo espaço, como nos casais do Barroso e do Alvão (figuras 1.112 e 1.114);

do projeto-piloto desenvolvido para a aldeia francesa de Piacé pelo mestre franco-suíço por sugestão de Norbert Bézard, um ex-combatente, “militante da ruralidade” e autodidata multifacetado com quem aquele travara amizade, no início dos anos 1930 (cf. Ragot, 2013; www.piaceleradieux.com), e que viria a integrar, em 1937, o 5º CIAM, onde foi responsável pelo relatório “L’urbanisme rural” (Bézard, 1937).

- (iv) ou ainda no hibridismo interior/exterior de certos espaços – nomeadamente os referidos espaços alpendrados dos casais do Barroso, Alvão, Gafanha e Pegões, como ainda a capela do cemitério ou os edifícios da cooperativa e junta de freguesia desta última colónia.

Por tudo isto somos levados a afastar-nos das conclusões que apontam para uma arquitetura ‘de regime’ ou para a adoção de um modelo ou reportório estrito e limitado nos seus referenciais. De facto, e pese embora a ideologia ruralista do regime – a que os respetivos serviços deveriam supostamente ser fiéis –, a prática parece evidenciar, não só a admissão de um reportório de soluções mais diversificado, como também algum sentido de experimentação, ainda que tímido, limitado, pouco estruturado e longe daquele que, p. ex., viria a ser seguido – também para áreas rurais ou áreas que como tal se poderiam classificar – em alguns dos projetos desenvolvidos no âmbito das Habitações Económicas (cf. Tavares, 2013).

Em qualquer dos casos, os diversos projetos das colónias agrícolas evidenciam um esforço no sentido de encontrar um compromisso entre (i) a herança material, construtiva e formal local – embora muito menos esta que aquelas –, (ii) estreita relação entre espaços habitacionais e espaços produtivos característica do habitat rural – bem vinculada em qualquer das propostas – e (iii) a necessidade de atualização dos princípios de otimização funcional do habitat à luz das novas exigências higiénicas, de salubridade e económico-produtivas – de que são exemplo a integração da instalação sanitária e a separação dos espaços de dormir, entre outras disposições arquitetónico-construtivas, por um lado, e a procura da melhor localização, dimensionamento e articulação dos diversos espaços de carácter produtivo (armazéns, palheiros, estábulos, pocilgas, galinheiros, coelheiras, nitreiras, etc.), por outro (figura 1.113).

Fica no entanto por saber – propósito que não cabe no presente estudo – até que ponto o carácter demonstrativo que (também) estava associado às colónias – pois como refere J. C. Caldas¹⁹, as casas construídas obedeciam também ao propósito de se constituírem “exemplo para estimular a transformação das povoações vizinhas, contribuindo como ‘meios seguros’ de opor uma ‘barreira ao urbanismo’” (1988: 38) – terá tido consequências nos respetivos contextos territoriais, não só ao nível da necessária modernização agrícola mas, sobretudo para o que aqui nos interessa particularmente, em termos arquitetónicos e construtivos.

Note-se no entanto que essas consequências, ou contaminações, a terem existido, terão ocorrido num quadro de “más vontades e conflitos face aos novos vizinhos”, pois, segundo I. Fonseca, a instalação dos casais agrícolas “constituiu aos olhos das populações locais, uma injustiça social” (2004: 81), na medida em que estas viam assim serem oferecidas aos colonos – estranhos provenientes de outras paragens com tudo o que isso implicava em termos de perturbação social em meios tradicionalmente muito fechados –, condições de vida e facilidades de vária ordem que não estavam disponíveis ou ao seu alcance.

Certo é que, pelo menos no respeitante ao objetivo central para que foram pensadas, as novas aldeias resultantes deste processo não tiveram melhor sorte que as suas congéneres preexistentes. De facto, e apesar das condições oferecidas – que supostamente davam resposta às necessidades das populações rurais e às razões que motivavam o abandono dos campos – em pouco ou nada terão as colónias agrícolas conseguido contrariar a tendência de desvitalização e desertificação que se acentuaria a partir dos anos 1960, ainda que os seus defensores possam argumentar que, quer a colonização interna, em termos específicos, quer a política agrária que a sustentava, em termos

¹⁹ Citando um parecer da Câmara Corporativa de 1944, referente ao plano geral dos baldios reservados pela JCI para efeitos de colonização interna.

gerais, não terão ido tão longe quanto terá chegado a ser proposto e se admita que fosse de facto necessário para produzir alguns resultados visíveis.

Importa ainda referir que a política de colonização interna não se circunscreveu ao então território metropolitano. De facto, também (pelo menos) Angola (figuras 1.115 e 1.116) e Moçambique conheceram projetos de natureza e propósito semelhantes mas cujos resultados não foram, porém, melhores que os atrás discutidos. O. Ribeiro (1981) e M. Feio (1998) rotulam mesmo de “fracasso”, a todos os níveis, a experiência de colonização agrícola realizada em Angola, capítulo derradeiro de uma “colonização pobre” (Lourenço, 1982: 11) cujo estertor não tardaria muito.

Ora, não cabendo aqui discutir essas experiências, por razões que se prendem com o âmbito territorial do presente estudo, valerá ainda assim a pena notar, para finalizar, que os colonatos instalados naquelas duas (então) províncias ultramarinas estiveram longe, não só de contribuir significativamente para a fixação da população rural excedentária nos campos metropolitanos²⁰ ou confirmar a tese, tão cara ao regime, da “bondade” do colonialismo português – a menos que se possa atribuir à segregação racial dos colonatos²¹ quaisquer propósitos bondosos... –, como de ensaiar composições urbanísticas e arquitetónicas que não as decorrentes da simples transposição de modelos estranhos ao contexto local ou evitar os equívocos resultantes do desconhecimento mínimo desse mesmo contexto no que se refere, em particular, às características das arquiteturas, modos de vida e tradições locais²².



Colonato da Cela, Angola

Figura 1.115: vista panorâmica

Figura 1.116: casal-tipo

1.3.3. *Bem estar rural / renovação aldeã*: um programa de revitalização / recuperação de aldeias *avant la lettre*?

Bem diferente da política de *colonização interna*, com a sua criação de raiz de novas aldeias – as colónias agrícolas propriamente ditas –, foi a política ou programa de *bem-estar rural* (BER) e

²⁰ Referindo-se ao colonato angolano da Cela (figuras 1.115 e 1.116), cujo “projecto inicial era de fundar quarenta aldeias com um total de dez mil habitantes”, Orlando Ribeiro afirma ter esta “espécie de sala de visitas de Angola, onde se exhibia à admiração de estranhos o mito da colonização portuguesa” ficado “sempre muito aquém dos seus ambiciosos propósitos: na melhor das hipóteses, ele fixaria apenas 1% da população que sobra no nosso campo” (1981: 182-183). Mariano Feio, num texto onde denuncia também a falta de realismo (mesmo, e sobretudo, do ponto de vista técnico) que presidiu às propostas de criação e instalação de colónias agrícolas em Angola, apenas identifica 15 aldeamentos, dos quais dois nem terão chegado sequer a ser instalados (1998: 36).

²¹ Em relação a Angola, M. Feio identifica colonatos destinados exclusivamente a colonos brancos, a cabo-verdianos e a indígenas (1988: 63). Já O. Ribeiro, referindo-se em particular ao colonato angolano da Cela, afirma ter estado subjacente a este a ideia “de criar um quisto branco”, a que nem faltou “uma réplica da igreja de Santa Comba, terra da naturalidade de Salazar e nome da vila que serve de centro ao colonato” (1981: 185).

²² Reportando-se ao colonato do Bengo, perto de Luanda, destinado a colonos “pretos”, O. Ribeiro afirma, nomeadamente, que “numa área onde só existe a casa quadrangular [...], as ‘competências’ de Lisboa impuseram a palhota redonda, pois supunham que os pretos só viviam nestas.” (1981: 181)

renovação aldeã. Promovida e prosseguida também pela JCI – desde os finais dos anos 1950 até à queda do regime em abril de 1974 e consequente dismantelamento daquele organismo –, o seu objetivo primeiro era o melhoramento das condições de habitabilidade das habitações rurais, traduzindo-se na intervenção renovadora, sujeita essencialmente a critérios higiénicos e de salubridade, do habitat preexistente.

O premente problema das condições de habitação rural, efetivamente, vinha já sendo denunciado desde há muito, sobretudo no âmbito da Agronomia e da Economia Agrícola, estando diretamente associando à questão agrária (Basto & Barros 1943; Barros, 1948) e sendo por demais conhecido de todos aqueles que tinham alguma responsabilidade ou intervenção política e intelectual, partilhassem ou não da conceção idílico-bucólica do mundo rural – basta ler, a esse propósito, *Aldeia: terra, gente e bichos*, de Aquilino Ribeiro (1964), onde o autor traça um panorama não menos pungente da vida no campo do que o denunciado, ainda que de forma mais crua, por H. de Barros e E. Lima Basto no *Inquérito à Habitação Rural (IHR)*²³.

Vilaverdinho (Mirandela),
uma aldeia melhorada

Figuras 1.117, 1.118
"A sala comum de Cecília Gomes",
antes e depois das intervenções do BER



O "problema português da habitação" virá ainda, inclusive, a merecer amplo destaque no I CNA, em 1948, constituindo mesmo um dos dois temas discutidos pela classe profissional dos arquitetos, os quais, reunidos então pela primeira vez, não deixaram de analisar "as condições francamente deficientes em que se aloja grande parte das populações urbanas e rurais e a ineficácia de certas medidas tomadas para debelar essa grave crise" (AA.VV., 1948b: LIX).

Condições que, segundo defendia Matos Veloso na sua comunicação, *Habitação Rural e Urbanismo*, "não oferecem a menor garantia de habitabilidade [e] representam focos de doenças e epidemias" mas são aquelas em que "homens e animais, como que misturados, vivem conjuntamente, sem a menor noção de higiene e de limpeza" por "ruas tortuosas e mal orientadas [que] são quinteiros destes alfobres de miséria" (1948: 190-191), levando a que outro palestrante – António Lobão Vital, numa comunicação intitulada *A casa, o homem e a arquitectura* –, se interrogue, relativamente às habitações rurais, se estas "serão mesmo habitações?" (1948: 207)...

O diagnóstico que é então feito, particularmente em relação às áreas rurais, motivará assim a defesa da necessidade, por um lado, de "elaboração de planos gerais das regiões agrícolas com estudo simultâneo do desenvolvimento das cidades e dos campos tendo em vistas para estes as novas teorias da habitação rural", e de, por outro lado, "estimular a atenção do Governo para o estado precário da habitação rural propondo para esta solução adequada", bem com a exigência – numa clara alusão à consagração de Monsanto como *aldeia mais portuguesa*, ocorrida dez anos

²³ Denúncia que, no entanto, Armando de Lucena parece, se não postergar, pelo menos deixar passar despercebida, limitando-se a relevar os "problemas de carácter artístico" (!) que o referido Inquérito punha, em seu entender, em causa, referindo, em tom quase pastoral, que "no panorama exposto [pelo IHR] encontramos divulgado e cem vezes repetido o verdadeiro tipo da nossa habitação rural, apenas singela ou pobre em muitos casos, mas expressiva e bem portuguesa em quasi todos [e] conquanto pareça rude pela aspereza da matéria ou grosseira pela ausência de perfis, é, todavia, saborosa, quasi impecável – diríamos – como reflexo do ambiente em que se acha" (1940: 1).

antes – de “que se não consagrem mais aldeias primitivas e menos higiénicas confundindo estagnação e primitivismo com tradição e portuguesismo” (AA.VV., 1948a: 289).

Todavia, é facto o valiosíssimo (ainda que pungente) retrato que o IHR faz do mundo rural e das condições de vida que este então oferecia à generalidade das suas populações (incluindo alguns pequenos e médios proprietários) que virá – apesar do estudo ter sido “tornado inútil e politicamente inócuo” (Silva, 1989b: 757) e assim, de certa forma, renegado pelo regime – a impregnar as reflexões constantes de dois outros estudos – que a sua inclusão nas respetivas bibliografias confirma – fundamentais para a compreensão da política e obra de *bem-estar rural* e *renovação aldeã* elaborados por arquitetos da JCI, embora editados, um pela Direção-Geral dos Serviços de Urbanização (Lobo & Antunes, 1960), o outro pelo Centro de Estudos de Urbanismo e Habitação Eng.º Duarte Pacheco (Machado, 1965).

No primeiro, que estabelece as premissas fundamentais do que será a obra de *bem-estar rural* e *renovação aldeã*, Vasco Lobo e Alfredo da Mata Antunes reconhecem que, “de uma maneira geral, o nível de conforto e sanidade verificado no sector rural é bastante mau e que o problema existe em todo o país” (Lobo & Antunes, 1960: 21).

No segundo²⁴, José Luís Pinto Machado – incumbido de dirigir a Secção de Bem-Estar Rural (SBER) criada entretanto no âmbito daquele organismo – vai ainda mais longe ao defender que “A função da aldeia não mais deve ser considerada como um local onde habitam, em péssimas condições de salubridade, os vassallos dos senhores feudais de antanho” (1965: 147), pois conforme havia já denunciado uns anos antes, o problema da habitação rural “é gravíssimo, porquanto o trabalhador rural não vive, como disse, propriamente em casas, mas sim em pardieiros ou tugúrios que nem sempre lhes pertencem” (1961: 327)²⁵.

Com efeito, mesmo no interior do regime, ou em setores que lhe eram política e ideologicamente afetos, a dimensão do problema era amplamente reconhecida – ainda que a propaganda tendesse a ocultá-la sob o véu diáfano do idílio rural, que uma das “lições de Salazar” tão bem ilustra, a da pobreza honrada – e motivava o entendimento de que, sem a sua resolução, dificilmente se poderia aspirar a um desenvolvimento agrário capaz de incrementar a produtividade e produção agrícola e gerar rendimentos que permitissem equiparar o assalariado ou pequeno proprietário rural aos assalariados de outros setores de atividade, e em particular ao operariado urbano, evitando que a atração urbana se exercesse sobre aquelas através da eliminação ou redução do diferencial de rendimentos e condições de vida, como já referido.

²⁴ Este segundo documento pode ser considerado um complemento do primeiro – onde o autor, aliás, considera estarem já expostas, “com excepcional rigor e detalhe [as] questões e dúvidas respeitantes à casa rural devidamente esclarecidas e documentadas” (Machado, 1965: 90) –, retomando não só algumas dessas “questões”, mas alargando a reflexão aos domínios da “reorganização agrícola e planeamento agrícola” e do “urbanismo rural/ruralismo”, apoiando-se para o efeito, quer na experiência de *bem-estar rural* e *renovação aldeã* havida desde aquele primeiro estudo, quer, uma vez mais, em diversos exemplos internacionais que refere abundantemente – nomeadamente de França, Holanda, Alemanha, Suíça, Itália, Espanha e Israel, países cujas experiências nesse âmbito haviam motivado a realização de diversos estágios ou visitas de estudo por parte dos técnicos de diversos organismos do Estado. Mais do que isso, são ainda sugeridos, na defesa do planeamento como forma de melhorar a rentabilidade das explorações, os exemplos da “quinta radiosa” e do “centro cooperativo” – ambos com direito a ilustração (*Idem*: 49-51) –, que irão constituir um dos “*trois établissements humains*” propostos por Le Corbusier, o qual surge assim referenciado num contexto, se não de todo inusitado – pois o contexto ideológico da sua proposta parece ter alguns pontos de contacto como o ruralismo corporativista português (cf. Ragot, 2013) –, pelo menos inesperado, dado o momento de revisão crítica que o Movimento Moderno vivia já.

²⁵ Alguns dos estudos da JCI por nós consultados parecem confirmar a existência, defendida por Joaquim da Silva Pinto, de setores ou elementos mais progressistas ou dotados de uma maior consciência cívica e social no seio de alguns dos organismos do Estado – entre os quais refere precisamente a JCI –, acrescentando o mesmo autor “ter vindo a ganhar culto, de 1965 em diante, a denuncia sistemática, em textos oficiais, de deficiências, carências e atrasos, em pleno contraste com o discurso laudatório” (1997: 291-292) mais característico.

Criada a JCI para o efeito – “estudar e solucionar os problemas agrários metropolitanos” (Portugal, 1973: 1) –, é assim no âmbito do trabalho deste organismo que iremos encontrar importantes estudos onde, além do diagnóstico e denuncia do(s) problema(s), se ensaiam propostas concretas para a sua resolução, entre as quais a da *colonização interna*, já referida, e a do *bem-estar rural* ou *renovação aldeã*, em ambos os casos a partir de exemplos e modelos seguidos noutros países europeus, mas também latino-americanos.

Contudo, enquanto a política de *colonização interna* se firma no próprio propósito associado à criação da JCI, já a “obra de bem-estar rural” (Folque, 1960; Leónidas, 1971) irá ser desenvolvida a partir dos princípios e disposições inscritos na Lei de Melhoramentos Agrícolas (Lei n.º 2.017, de 25 de Junho de 1946). Uma lei que, embora elaborada não com o intuito específico de intervir nas condições de habitação, revelar-se-ia suficientemente aberta para permitir o enquadramento financeiro dessas ações²⁶, como viria a suceder de facto mais de uma década após a sua promulgação.

Com efeito, é já dos finais dos anos 1950 que temos notícia – no referido estudo de Lobo e Antunes (1960) – das primeiras ações realizadas nesse âmbito, ainda a título experimental, tendo estas, a par com outras levadas a cabo noutros países que aqueles autores irão referir e citar, servido de exemplo e base para a formulação do conjunto de princípios e recomendações que irão nortear as ações de BER posteriormente desencadeadas de forma mais sistemática.

Assim, nesse documento – cuja análise iremos aqui cruzar, fundamentalmente, com a análise do referido estudo do Arqt.º José Luís Pinto Machado (1965) e do processo relativo à intervenção na aldeia de Prados, em Celorico da Beira, coordenado pelo mesmo autor (1964b), que constitui o único processo completo que encontrámos, no que respeita às ações de BER, e com as observações decorrentes da entrevista que lhe fizemos e das visitas efetuadas a algumas das aldeias beneficiadas:

- (i) apresentam-se como “exemplos de beneficiação de aglomerados rurais” as intervenções entretanto realizadas em Vale do Couço (Mirandela) e Rebordochão (Vila Pouca do Aguiar)²⁷, referindo-se ainda terem sido beneficiadas 420 habitações nos concelhos de Lagoa, Ponta Delgada e Ribeira Grande, na ilha Terceira (Açores), mas sem quantificar ou identificar as aldeias abrangidas;
- (ii) apontam-se experiências de auto e entreajuda levadas a cabo em Porto Rico e Colômbia, e de construção e beneficiação de habitações rurais em Espanha, Bélgica e Itália;
- (iii) enunciam-se aqueles que se considera serem os problemas mais prementes do habitat rural (ressaltando o já referido IHR na bibliografia apensa), criticando a mistificação que era feita do mundo e da vida rurais;
- (iv) e, a partir desses exemplos, fazem-se recomendações e propõem-se soluções, integrando já algumas das questões e preocupações levantadas pelo IARP ou decorrentes do mesmo.

²⁶ De facto, esta lei, regulamentada pelo Decreto n.º 35.994, de 23 de novembro de 1946, destinar-se-ia inicialmente a apoiar a execução de “melhoramentos fundiários de reconhecido interesse económico e social” que tivessem por fim “manter ou aumentar a capacidade produtiva da terra ou facilitar a sua exploração”, incidindo particularmente nas estruturas e infraestruturas diretamente relacionadas com a produção (armazéns, celeiros, silos, nitreiras, canais de rega...), na captação de água, na reconversão, adaptação ou arroteamento de terras, na mecanização e na sementeira, entre outras, sendo que no respeitante às habitações, refere apenas as destinadas “ao pessoal que viva permanente ou eventualmente nas explorações agrícolas” (Lei n.º 2.017, de 25 de junho de 1946, Base I). É somente em 1960, com DL n.º 43.355, de 24 de novembro, que revoga aquele decreto, que virão a ser introduzidas disposições tendentes a alargar o âmbito de aplicação daquela lei e levá-la “mais além”, visando, nomeadamente “facilitar a resolução do problema da habitação de pequenos agricultores e assalariados rurais” (Portugal, 1960).

²⁷ Vale do Couço integra, com Vilaverdinho, Romeu e Jerusalém do Romeu, o conjunto de *Aldeias Transmontanas Melhoradas* por iniciativa do grande proprietário agrícola local Clemente Menéres. Todavia, essas quatro aldeias, embora tenham sido intervencionadas ao abrigo da Lei de Melhoramentos Agrícolas, não constam da lista das que foram intervencionadas no âmbito do BER (cf. Portugal, 1973). Quanto a Rebordochão, a responsabilidade da intervenção é atribuída à DGSU.

Do reconhecimento dos *problemas atuais da pequena habitação rural* à proposta de uma estratégia para os resolver

Dois princípios fundamentais surgem desde logo enunciados na Introdução do estudo de Lobo e Antunes:

- (i) um diz respeito à *recusa da mistificação do que era a vida no campo* que estava subjacente à ideologia bucólico-ruralista do regime, pois consideram que os problemas do mundo rural “não poderão resolver-se sem que primeiro sejam aceites e reconhecidos na sua verdadeira grandeza” (1960: 7), algo que o próprio regime resistia a fazer, como o parece demonstrar a suspensão da publicação do terceiro volume do IHR (cf. Baptista, 1981: 68; e Leal, 2000: 158-159), estudo que, aliás, consta da curta bibliografia do trabalho de Lobo e Antunes;
- (ii) o outro faz ressaltar a da *importância da multi e interdisciplinaridade*, considerando Lobo e Antunes que, não só “os interesses em causa não pactuam com processos auto-suficientes” (1960: 8), com referência a uma eventual intervenção isolada por parte dos arquitetos, como a envergadura do problema obriga a envolver, afirmam, “a sociologia, a economia agrária, o urbanismo rural, a engenharia, a higiene, as arquitecturas civil e paisagista [...] na mais íntima colaboração” (*Idem*: 8, 29).

Curiosamente, a defesa deste segundo princípio irá conduzir a uma crítica ao IARP²⁸, pelo seu “teor unilateral e a inexistência de verdadeiras equipas de trabalho feitas à base de técnicos de formação complementar” (*Idem*: 20), embora não deixe de ser reconhecida – e, de uma ou outra forma, citada, quer em texto, quer em imagens, ainda que não explicitamente – a sua importância entre o pouco que dizem ter sido feito até à data.

No diagnóstico do “problema”, os dois autores prosseguem na crítica às formas arquitetónicas e urbanísticas em que se vinha traduzindo a ideologia ruralista do regime ao referirem-se, quer (i) à “imitação grosseira de modelos colhidos em vilas e cidades, geralmente limitada à fachada e aos elementos acessórios”, quer (ii) ao “pequeno-progresso localizado, nascido de uma demonstração de quantidade, com muitas casas, um jardim rasteiro com estátua ao centro e grades em volta”, assente num “conceito morno de modernidade e um pequeno-culto do antigo”, promovido pelas “forças vivas locais” (*Idem*: 16-17), o que nos remete de imediato para os já referidos modelos de bairros económicos promovidos pelo regime desde meados dos anos 1930 e disseminados um pouco por todo o país.

Se aceitarmos este documento como principal conjunto de princípios orientadores das ações de *bem-estar rural*, teremos pois de pôr de parte a hipótese de as mesmas obedecerem aos modelos sugeridos pela ideologia ruralizante do regime. No entanto, em termos práticos, as ações no terreno não deixam de revelar a preponderância de alguns tiques que se constituirão em imagens de marca – chamemos-lhes assim – que se aproximam do receituário dessa ideologia, como sejam, em particular: (i) o beirado dito ‘à portuguesa’, (ii) os suportes para vasos instalados à ilharga das janelas e (iii) as juntas das alvenarias refechadas e pintadas de branco (figuras 1.119 e 1.120).

Todavia – e pese embora reconhecerem à habitação rural o “abastardamento de toda uma lógica de construção autenticada pelo tempo” (*Idem*: 14) – aqueles dois técnicos da JCI consideram que, apesar do seu “desolador aspecto externo, não podemos ignorar que em regra lhe corresponde uma

²⁸ Convém realçar que o IARP, cujo trabalho de campo decorrerá entre 1955 e 56, ainda não tinha sido publicado, o que só viria a suceder no ano seguinte (1961) ao da publicação deste documento, já sob o título *Arquitectura Popular em Portugal*. No entanto, tanto os resultados dos levantamentos efetuados, quanto as conclusões que era possível extrair dos mesmos eram já certamente do perfeito conhecimento destes dois autores, em particular de Alfredo da Mata Antunes, por força da sua condição de membro da equipa responsável pela Zona 5 / Alentejo – uma das seis zonas em que Inquérito havia sido dividido - para cujo guia de viagem e seleção de elementos terá sido fundamental dado o conhecimento que tinha da região, de onde era aliás originário.

realidade interior com problemas bem mais agudos” (Lobo & Antunes, 1960: 21), razão pela qual, ao submeter os princípios estéticos às condições de habitabilidade – contrariando, uma vez mais, aquela que continuava a ser a tónica dos discursos em defesa da *casa portuguesa* –, enunciam aqui um terceiro e não menos importante princípio, colocando a ênfase já não na questão estética mas na questão social: “é de dentro para fora que terá de processar-se a recuperação da casa rural” (*Idem: Ibid.*), prossequindo depois nas críticas à mistificação do idílio e condição rural e à “ideia romântica que há meio século ainda era hábito fazer-se das condições da vida campestre” (*Idem: 26*).

Sintetizando depois as “linhas gerais do problema” em sete pontos básicos, Lobo e Antunes procedem então à sua ponderação e resolução. Na primeira dessas linhas, é, por um lado, reafirmada a *importância da multi e interdisciplinaridade* e sublinhada a necessidade de um “geral e superior *conhecimento do seu campo de acção*, ou seja *de todo um sistema cultural*”, por parte dos arquitetos, uma vez que a tarefa que lhes compete excede “a recriação de um estilo ou até de uma arte de proporcionar” (*Idem: 31-32*; *italicos nossos*), e, por outro lado, enunciado um outro princípio fundamental: o da *rejeição dos projetos-tipo*, embora admitindo a necessidade de as intervenções responderem a “planificações e estudos de conjunto” (*Idem: 34*).

Figura 1.119
Póvoa de Mosqueiros (Santa Comba Dão)



Figura 1.120
Salgueirais (Celorico da Beira)



A estratégia: da importância atribuída ao *conhecimento do meio* à necessidade enunciada de *regulamentação das construções rurais*

Quanto à solução para os “problemas da pequena habitação rural”, essa teria de fundar-se, segundo Lobo e Antunes, num profundo conhecimento do meio, estando dependente das possibilidades de ação imediata, de realização e de financiamento, e consubstanciando-se em ações específicas culminantes num regulamento que salvaguardasse e enquadrasse as ações subsequentes (*Idem: 35-45*).

No que respeita ao *conhecimento do meio*, na sua diversidade geográfica e cultural e nas condições que oferece ao desenvolvimento socioeconómico, este é considerado essencial e determinante para a adoção das estratégias adequadas a cada caso. No entanto, e a avaliar unicamente pelo processo da aldeia de Prados, nada nos permite concluir que o estudo do meio tenha, de facto, ido tão longe, em termos operativos, quanto seria desejável.

Logo à partida pela ausência de uma verdadeira equipa de trabalho multidisciplinar, limitando-se esta, pelo menos naquele caso em concreto, à participação de assistentes sociais a quem terá cabido a responsabilidade pelos inquéritos familiares e habitacionais – não se podendo aqui incluir a Comissão Local de Melhoramentos (CLM) na medida em que a este órgão, que reunia um representante da JCI e dois representantes da população local, era apenas incumbida a coordenação do processo e acompanhamento da sua execução.

Depois, pela ausência de um estudo mais apurado das características arquitetónicas e urbanísticas, práticas e vivências sociais, costumes e tradições culturais e construtivas locais,

reconhecendo os próprios Lobo e Antunes que, na época, estava ainda “por fazer a história da pequena habitação rural” (1960: 13). Finalmente, por não ser perceptível que a proposta de intervenção configurasse uma resposta específica às idiossincrasias do local, ponderadas as suas características e condicionantes particulares, não repetível ou aplicável a outros locais ou circunstâncias.

O estudo relativo àquela aldeia ter-se-á assim, basicamente, limitado a fazer um levantamento das características físicas de cada habitação – sem estabelecer qualquer espécie de valoração quanto ao seu eventual interesse histórico/artístico e sendo igualmente omissa relativamente a outros edifícios, construções ou elementos com eventual interesse a esse nível, mesmo que simplesmente local ou relativo a práticas locais – bem como das características e condições socioeconómicas de cada família.

Forma de inquérito habitacional (frente). O formulário é dividido em várias secções: 'JUNTA DE COLONIZAÇÃO INTERNA', 'ASPECTOS FAMILIARES', 'ASPECTOS SOCIAIS', 'ESTADO DA HABITAÇÃO', 'EQUIPAMENTO E PROLONGAMENTO DA HABITAÇÃO' e 'REGIME HABITACIONAL'. Cada secção contém perguntas específicas sobre a família, a habitação e o regime de ocupação, com campos para respostas textuais e numéricas.

Forma de inquérito habitacional (verso). Esta parte do formulário foca-se nos aspectos físicos da habitação, incluindo 'ELEMENTOS FOTOGRÁFICOS', 'VALOR DAS OBRAS DE CONSTRUÇÃO REALIZADAS', 'OBRAS DE EQUIPAMENTO REALIZADAS' e 'DESCRIMINAÇÃO DAS OBRAS'. Inclui também uma secção para 'FICHA DE TRABALHO'.

Figuras 1.121 e 1.122
J.L. Pinto Machado, *Aldeia de Prados: Programa de Renovação Rural*, JCI, 1964. Vol. 4 – Inventário do domínio construído, ficha de inquérito habitacional (frente e verso)

Daí que a proposta em si se tenha baseado, exclusivamente, no cruzamento entre o *estado de conservação, salubridade e habitabilidade* dos edifícios e as *necessidades económicas* da família residente, sendo dada atenção preferencial às habitações próprias e atribuído tanto mais apoio financeiro público quanto menores as capacidades económicas da família, traduzindo-se muitas vezes a contribuição desta no fornecimento da mão-de-obra e materiais. O que, mesmo assim, não impedia que houvesse proprietários a recusar o auxílio, como o demonstra o *Relatório da Obra de Bem-Estar de Baião* (Portugal, 1968a), onde se refere que, à proposta de intervenção apresentada a nove proprietários da aldeia de Sernande, apenas dois responderam afirmativamente, pondo dessa forma em causa a viabilidade de toda a intervenção, o que leva o documento a sugerir que se deveria “estabelecer novamente ligação com a Auto-Construção e estudar a maneira de dinamizar uma comunidade para esta realização” (*Idem*: s.p.).

Relativamente à *possibilidade de ação imediata*, Lobo e Antunes citam o estudo de Octávio L. Filgueiras, *Urbanismo – Um Tema Rural* (Filgueiras, 1953)²⁹, para defender a importância de um “Plano Nacional” e do seu complementar “Plano de Produção” como bases essenciais para que “as soluções parciais tenham as raízes e o rigor de que necessitam”, e sublinham a necessidade de “estabelecer uma *ordem de urgência*, tendo em vista não só uma *escala de necessidades* mas também uma determinada *garantia de rendimento* para o capital investido (estudos, planos, assistência técnica, financiamento)” (Lobo & Antunes, 1960: 38). Ou seja, que a beneficiação da habitação teria de ser devidamente acompanhada pela melhoria geral do nível de vida das populações abrangidas, sob pena de, subsistindo o problema de base – deficiente economia de produção, ausência de condições económicas, de fomento agrícola e de industrialização³⁰, etc. –, se

²⁹ Estudo apresentado por aquele autor no seu Concurso para a Obtenção do Diploma de Arquitecto (CODA), na Escola de Belas Artes do Porto, em 1953, e que viria a estar na base do trabalho apresentado – conjuntamente com Fernando Távora e Viana de Lima – ao X CIAM, dedicado ao *Habitat*, realizado em 1956 em Dubrovnik (cf. Lima, Távora & Filgueiras, 1959).

³⁰ A esse respeito, Pinto Machado defende ser “necessário que o programa relativo ao bem-estar das populações rurais, quando aliado à renovação das aldeias, seja identificado pela procura em multiplicar os empregos não dedicados à agricultura, uma vez que as

perder “sem glória o esforço despendido” numa “operação [que resultará assim] imperfeita, de resultados enganadores e duração efémera” (Lobo & Antunes, 1960: 38; itálicos como no original).

Valerá a pena assinalar como esta ideia traduz a consciência de que o sucesso deste tipo de iniciativas ou intervenções não se compadece com voluntarismos de natureza essencialmente cosmética, ainda que bem-intencionados, mas incapazes de dar resposta adequada à problemática que está na origem do êxodo rural – a recusa de uma economia de autossubsistência que perpetuava uma pobreza endémica, a perda de importância económica da atividade agrícola e a inexistência de alternativas (leia-se: rendimentos provenientes de outras atividades), em número e/ou dimensão, suficientes –, impondo um tipo de ação que se enquadra, de alguma forma, no que viria anos, mais tarde, a ser designado como *reabilitação integrada*.

Mas se Lobo e Antunes não deixam de abordar a importância da questão, Machado (1964) irá acentuá-la ainda mais, referindo repetidamente a importância dos *planos de desenvolvimento regional*³¹, contexto no qual retoma a ideia das “aldeias-centro” defendida por Gaston Bardet (1961) – na linha da *Teoria dos Lugares Centrais* de Walter Christaller – ao propor uma intervenção hierarquizada³² que, porém, as lógicas de funcionamento interno do regime – assente no caciquismo, no poder das influências e no favorecimento dos pequenos e grandes interesses, para além de outros considerandos – terão contrariado³³.

Esta hierarquização, também por força da ausência de meios para acudir a todos os aglomerados de igual forma, distinguiria entre aqueles que se revelavam dotados de capacidade para se constituírem em centros de âmbito local – ou seja, “os nós e os pontos de apoio estratégicos da estrutura rural renovada” a que alude Machado (1961: 334) –, reclamando e justificando assim a concentração, no seu espaço urbano, de determinados equipamentos coletivos que serviriam a sua área de influência, de outros, mais pequenos, dispersos e isolados, onde a tendência para o

atividades ternárias proporcionam às zonas em questão um melhor equilíbrio económico”, e que, do mesmo, “terá obrigatoriamente de surgir a descentralização da indústria, tornando-se ela no anjo da guarda da estrutura rural portuguesa” (1961: 150, 334), propondo ainda “o aproveitamento dos recursos naturais, [e] o apoio ao artesanato e o turismo” e que “ao nível das respectivas freguesias se realizem programas de desenvolvimento” (1964c: 2, 13, 14). Desígnios que, como sabemos – e os números do êxodo rural e da emigração que se acentuou precisamente ao longo dos anos 1960 não cessam de nos lembrar –, ficariam largamente por cumprir.

³¹ O planeamento e o ordenamento à escala regional constituíam, aliás, preocupações centrais que cruzavam muitos outros documentos da época. Relativamente ao planeamento, J. Gaspar e J. M. Simões apontam a criação, em 1966, de uma Divisão de Planeamento Regional no quadro do Secretariado Técnico da Presidência do Conselho, afirmando no entanto que “é só com o III Plano de Fomento: 1968-1973 que a abordagem regional recebe um impulso consistente” (2006c: 209). Já no que respeita ao ordenamento, referem aqueles autores que “até princípios da década de 80 o ordenamento do território à escala regional não foi assumido pela administração como uma prática regular”, tendo ficado “pelo meio”, como o demonstram “as tentativas de realização de um antepiano regional do Porto, nos anos 40, e de realização de planos directores das regiões de Lisboa, Porto e Algarve, nos anos 60 (dos quais apenas o do Porto viria a ser aprovado)” (2006a: 279).

³² Lobo e Antunes, a esse respeito, limitam-se a sugerir que “não pode interessar aos organismos – que encaram a resolução deste problema no seu conjunto – a construção ou o melhoramento de habitações isoladas” (1960: 41), rejeitando, dessa forma, a intervenção em zonas de habitação dispersa, embora se possa depreender que essa rejeição se estenda a aglomerados concentrados mas de muito pequena dimensão. Machado, por sua vez, afirmará mais tarde que “No que respeita ao arranjo das aldeias [...] não poderemos actuar em todas elas. Deverão, portanto, seleccionar-se justamente aquelas situadas em pontos chave, transformando-as em aldeias-centros, tomadas como núcleos de influência dentre das que as cercam. Assim, apenas para as aldeias-centro seriam deslocados todos os créditos e todos os esforços para que muito simplesmente se tornassem os nós e os pontos de apoio estratégicos da estrutura rural renovada” (1965: 334), posição que traduz a consciência da impossibilidade de acudir ‘a todos os fogos’ e, consequentemente, da necessidade de se fazerem escolhas (quanto às aldeias a intervir).

³³ O próprio J. L. Pinto Machado (2013) nos reconheceu aí um dos principais fracassos do programa, não tendo as ‘pequenas vitórias’ conquistadas na resistência a essas lógicas sido suficientes para inverter a tendência geral. Por outro lado, o testemunho que recolhemos numa das aldeias visitadas, da boca de um habitante local que integrou, na qualidade de encarregado de obras, a equipa regional da JCI encarregue destas ações (Nunes, 2014), denuncia um processo de seleção que, mesmo não inserido nas referidas lógicas, contraria o rigor e a ponderação que lhe era suposto estar subjacente, na medida em que a escolha de uma das aldeias intervencionadas no sul do país terá decorrido, segundo nos revelou o referido indivíduo, do próprio, no âmbito de uma reunião de trabalho daquela equipa em que foi abordada a questão do alargamento do programa ao sul do país, se ter limitado, com toda a naturalidade, a indicar a aldeia onde habitava.

desaparecimento por força da falta de dimensão crítica, condições de habitabilidade, qualidade urbana e acessibilidade tornavam injustificável esse mesmo investimento.

Quanto à *realização e teor de financiamento*, Lobo e Antunes, reconhecendo a inviabilidade de “uma acção em profundidade, quando baseada exclusivamente em métodos de financiamento” (1960: 40), dado o elevado volume da obra a realizar, defendem, ao invés, “uma colaboração estreita com as populações [...] a que se forneceria, além do apoio técnico, o auxílio económico estritamente indispensável” (*Idem: Ibid.*). Esta colaboração deveria traduzir-se, fundamentalmente, na participação direta dos proprietários na construção ou beneficiação das próprias habitações como um dos princípios enunciados, quer através do “fornecimento das matérias-primas de que eventualmente disponham”, quer de mão-de-obra não especializada, sugerindo-se ainda que “O fabrico no próprio local [...] de alguns materiais de construção deve ser objecto do maior interesse”, fatores de cuja conjugação – que permitiria assim fugir aos circuitos comerciais e industriais – “poderá resultar uma redução nos custos de construção que exceda os 50%” (*Idem: 41*).

De facto, quer o processo da aldeia de Prados que temos vindo a referir – onde os custos relativos aos materiais e à mão-de-obra assim fornecidos são devidamente contabilizados nos mapas de custos respeitantes a cada intervenção e depois deduzidos da contribuição que caberia ao proprietário beneficiado assegurar –, quer a entrevista que fizemos ao Arqt.º José Luís Pinto Machado (2013), bem como conversas que tivemos com habitantes locais que beneficiaram da intervenção, permitem confirmar os referidos termos dessa ‘colaboração’. Contudo, nada nos permite inferir que essa colaboração tenha ido tão longe quanto Fernando Távora e a sua equipa virão a propor ou sugerir, no final dessa década, de forma ainda mais ampla e vinculada, no *Estudo de Renovação Urbana do Barredo* (cf. Távora *et al.*, 1969) ou sequer daquela que terá sido, ou estaria a ser, ensaiada, coetaneamente, nas Habitações Económicas³⁴ (HE).

Importa ainda referir que, por um lado, este princípio da colaboração ou participação das populações a alojar na construção ou renovação das suas habitações, quer através da “entre-ajuda”, quer da “auto-construção”, terá tido no *bem-estar rural* uma muito circunscrita aplicação prática, não havendo dela notícia noutra qualquer iniciativa de promoção pública de habitação, nem mesmo nas colónias agrícolas³⁵, e que o mesmo, por outro lado, não pode deixar de ser enquadrado num contexto mais amplo, como os próprios autores o reconhecem ao remeterem ainda ara as experiências de “entre-ajuda” que haviam sido realizadas em Porto Rico e na Colômbia; experiências que viriam a apenas a ser retomadas, curiosa e significativamente – ainda que de forma circunstancial, e não generalizada –, na experiência do SAAL³⁶ (cf. Portas, 2005a; Bandeirinha, 2007).

Finalmente, no que concerne à *ação específica e regulamentação*, Lobo e Antunes rejeitam uma vez mais “a uniformização de tipos arquitectónicos”, por considerarem ser esta, não só “esteticamente inaceitável”, como, do ponto de vista económico, “dificultar um real aproveitamento

³⁴ Segundo M. Tavares, os projetos das HE pressupunham, “na sua maioria, o contacto com as populações ou os representantes destas, para discussão dos mesmos, o que representa um novo dado a acrescer à metodologia até então adquirida e discutida, acreditando que o processo de participação no projecto se constitui como uma mais-valia para a humanização do habitar” (2013: 35).

³⁵ Isso mesmo parece ser confirmado por Nuno Teotónio Pereira na crítica que faz, a esse respeito, à “experiência nacional, em matéria de promoção habitacional”, no Colóquio de Urbanismo do Funchal, em janeiro de 1969, ao afirmar que aquela “ignora sistematicamente os recursos potenciais das populações a alojar”, ao contrário dos “exemplos mais concludentes” de apoio a estas modalidades que dizia ser possível encontrar em países do norte de África, Médio Oriente e América Latina (1996c: 93-94). Refira-se no entanto que, como o próprio Teotónio Pereira reconhece, a Federação das Caixas de Previdência chegou a enquadrar “uma estrutura de apoio à construção pelo próprio, elaborando projectos e fiscalizando as obras” (1996a: 209), embora não esclareça o alcance efetivo que a medida conseguiu atingir.

³⁶ SAAL – Serviço de Apoio Ambulatório Local, corpo técnico especializado e descentralizado criado em 31 de julho de 1974, no âmbito do Fundo de Fomento da Habitação, por Despacho conjunto dos Ministérios do Equipamento Social e Ambiente e da Administração Interna, tendo em vista “dar apoio às populações que se encontravam alojadas em situações precárias”, nomeadamente “através de suporte projectual e técnico” (Bandeirinha, 2007: 13).

de materiais e técnicas locais” (Lobo & Antunes, 1960: 43). Pelo contrário, são “os exemplos válidos da nossa arquitectura regional” – retomando a ideia anteriormente expressa por F. Távora (1947) n’O *problema da Casa Portuguesa* – que entendem deverem ser valorizados, pois

mostram-nos a habitação acompanhando as variações do meio ambiente e, mais ainda, cumprindo um verdadeiro funcionalismo de base, tal a maneira directa como se inscreve no terreno e dele tira os materiais necessários ao seu crescimento (Lobo & Antunes, 1960: 43)

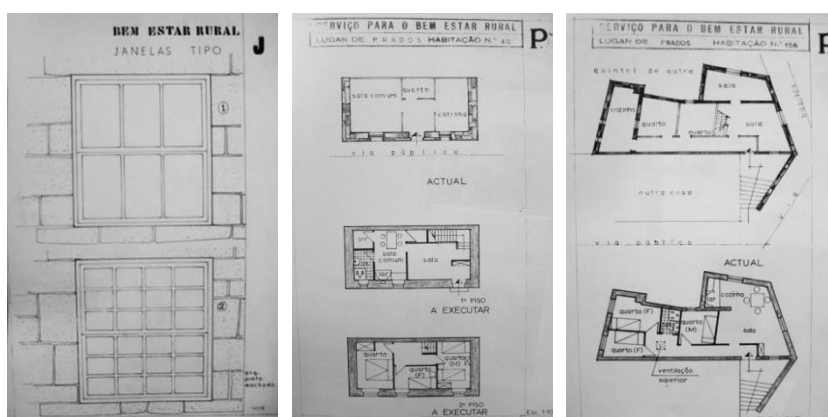
Mas pese embora rejeitarem a uniformização tipológica, Lobo e Antunes não deixam ainda assim de admitir “uma normalização dirigida a elementos construtivos (e não a volumes de construção)” (*Idem*: 43) – sugerindo, a título de exemplo, tramos isolados, portas e janelas, coberturas, equipamento sanitário ou revestimentos³⁷ – e a “um dado tipo de planta *resolvida a partir de condições concretas e locais*”, a ensaiar com recurso a “casas-piloto” ou experimentais como forma de assim determinar *a priori* a “eficiência dos programas e das soluções técnicas” e assegurar o máximo de economia e a melhor resposta às necessidades e objetivos das ações de renovação habitacional (*Idem*: 45 e 98; itálicos como no original), o que reflete preocupações que se aproximam das que ocupavam, coetaneamente, as equipas das HE³⁸.

J.L. Pinto Machado, *Aldeia de Prados...*, 1964. Vol. 5 – Peças Técnicas

Figura 1.123
janelas tipo

Figura 1.124
habitação n.º 40: planta “actual” e
planta “a executar”

Figura 1.125
habitação n.º 156: planta “actual” e
planta “a executar”



Todavia, se no caso da *normalização de elementos construtivos* a aplicação do princípio é perfeitamente observável nas aldeias beneficiadas em diferentes regiões – particularmente, no que respeita às portas e janelas, os elementos que mais facilmente permitem identificar as habitações intervencionadas, o que constitui, porventura, um dos efeitos perversos dessa normalização (e contrário ao preconizado respeito pelas circunstâncias locais e pelas variações do meio envolvente), com os exemplares observados a apresentarem francas semelhanças com os que constam das peças desenhadas que acompanham dois dos documentos que temos estado a citar (Lobo & Antunes, 1960; Machado, 1964b) –, já quanto à *normalização de um tipo de planta*, esta só é

³⁷ A normalização e a standardização de elementos construtivos é uma questão cara ao racionalismo modernista e que, em Portugal, já há muito vinha sendo defendida. São significativas, a esse propósito, as conclusões do I CNA – evento que marca ainda, conforme já referido, o início de um discurso crítico, por parte da classe dos arquitetos, relativamente à política de habitação e à ideologia ruralista subjacente, e a assunção da apologia de uma planificação “em moldes racionais de Urbanização moderna” rejeitando a imposição, tácita ou velada, de uma “feição portuguesa” aos novos edifícios –, onde se defende, “como medida indispensável para a solução do problema da habitação”, a adoção da “normalização de elementos-tipo”, bem como “a criação e o desenvolvimento de indústrias para a sua produção em larga escala” (AA.VV., 1948b: LX, LXII, LXIV).

³⁸ Confira-se, a esse respeito, as experiências que constituíram os bairros de Barcelos, Trancoso, Chamusca e Benavente, ou propostas, no mesmo âmbito, como a de Arnaldo Araújo para Torre de D. Chama (cf. Tavares, 2013). Note-se, porém, que o experimentalismo que possa ter havido nas ações de renovação do habitat empreendidas no âmbito do BER – quer do ponto de vista formal, quer no que concerne às práticas do habitar – nunca terá atingido o mesmo nível que aquela autora reconhece no trabalho das equipas das HE.

dedutível, numa primeira análise, a partir da leitura do processo relativo à aldeia de Prados (Machado, 1964b), o único que conseguimos localizar³⁹.

Efetivamente, do processo relativo a esta aldeia constam as plantas das habitações intervencionadas com a indicação da preexistência e da intervenção realizada, só sendo possível aferir que as alterações visaram garantir, acima de quaisquer outras preocupações, as melhores condições possíveis de salubridade (iluminação e ventilação) e higiene (instalações sanitárias mínimas), bem como a compartimentação mínima tendente a evitar ou reduzir a promiscuidade (separação, por quartos, de pais e filhos e, entre estes, também por sexos) (cf. Machado, 1964b).

No que concerne às “casas-piloto”, estas também nunca terão chegado a ser realizadas, o que não surpreende dados os constrangimentos financeiros com que estas ações tiveram de lidar e que obrigaram, para o bem e para o mal, à adoção de processos expeditos, notoriamente pragmáticos e isentos dos experimentalismos que, porventura, poderiam ter conduzido a soluções de maior riqueza formal, material, funcional ou tipológica.

Por fim, Lobo e Antunes insistem ainda na defesa da definição e implementação de um *regulamento das construções rurais* como medida transitória face à ausência do “Plano Nacional de Urbanização e dos respectivos planos regionais”, que consideram indispensáveis, pois, argumentam aqueles dois autores, a inexistência daqueles planos não deve no entanto impedir que se lance, “sem demora, uma obra de valorização da pequena habitação rural” (1960: 47). Contudo, embora conste do referido processo da aldeia de Prados aquilo que seria um esboço ou proposta de regulamento, este diz respeito especificamente às “orientações a seguir, quanto à execução de uma política de Bem-estar Rural neste aglomerado populacional” (Machado, 1964b: vol. 6, art.º I), não tendo sido possível apurar se alguma vez chegou a ser efetivamente elaborado e aplicado qualquer *regulamento das construções rurais* – nessa ou em qualquer outra aldeia, intervencionada ou não.

Síntese: o que deve ser uma habitação rural

As alterações preconizadas nas habitações objeto de intervenção no âmbito do BER – que as peças constantes do processo da aldeia de Prados bem ilustram – enquadram-se naquilo que Lobo e Antunes entendem dever *ser uma habitação rural*, considerando para tal inevitável – tendo em vista a dotação de condições de habitabilidade “do nível das que já são adoptadas nas habitações urbanas”, ainda que sem “exagerar a semelhança das respectivas soluções” (1960: 51) – a introdução, nas *pequenas habitações rurais*, de

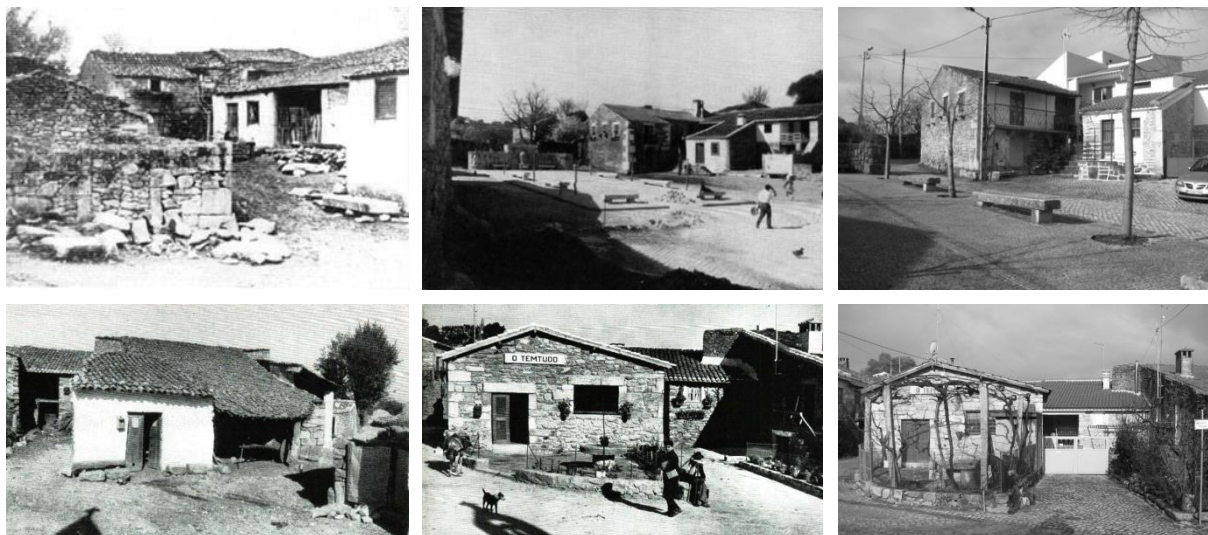
alterações profundas, não só dos espaços, do número de dependências e da gama de equipamento, mas da própria vivência interior da habitação e do teor de fruição conseguido pelos seus habitantes (*Idem: Ibid.*).

Contudo, reconhecendo que essas alterações conduzirão “forçosamente [a] uma renovação formal” do habitat rural, com consequentes reflexos ao nível do conjunto urbano em que este se enquadra, não deixam ainda assim de alertar para a importância da contextualização das construções rurais e da sua “integração no meio ambiente” (*Idem: 52 e 56*).

Esta preocupação com a integração ou enquadramento ambiental – que é comum ao ideário tradicionalista da *casa portuguesa* mas também à corrente modernista que virá a ser designada

³⁹ O próprio Arqt.º Pinto Machado (2013) nos revelou ter desaparecido, “num incêndio”, o arquivo da SBER, e muito embora não tenhamos conseguido confirmar essa informação a partir de outras fontes, foram de facto muitíssimo escassos os documentos relativos a esta temática que conseguimos localizar nos arquivos do Ministério da Agricultura. Residirá, porventura, nesse desaparecimento a justificação para o facto de a literatura que aborda, de alguma forma, este período histórico – quer no âmbito mais genérico da História, quer no âmbito mais específico da Arquitetura e do Urbanismo – ser omissa relativamente às ações de *bem-estar rural*, contrariamente ao que sucede, por exemplo, com a *colonização interna*.

como *regionalismo crítico* – virá a ser reforçada por Pinto Machado ao defender que a habitação rural “no seu conjunto deverá conter uma característica condizente com o meio que a cerca, visto que uma falsa imitação de arquitectura urbana ou elementos afins, não lhe pode convir”, do que deduz “a necessidade de integrar a expressão arquitectónica das construções no seu meio ambiente”, devendo esta expressão, na sua diversidade “realizar um conjunto harmónico com as construções vizinhas e com a Natureza que as circunda [...] ser simples no aspecto [...] e modesta no conjunto.” (1961: 330)



Vila-verdinho: “O largo da vila” (em cima) e “O Temtudo” (em baixo) beneficiados no âmbito do *Bem Estar Rural*

Figuras 1.126 e 1.127: “antes” das obras...

Figuras 1.128 e 1.129: ...“depois” das obras...

Figuras 1.130 e 1.131: ... e em 2013.

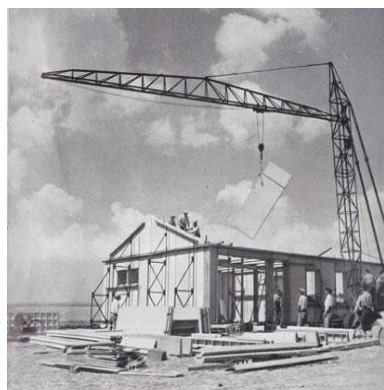


Figura 1.132
Montagem de casa *colonica* prefabricada em Lesina, região de Puglia (Itália)

Embora admitindo ter “sérias reservas a formular aos métodos seguidos [e] sobre os resultados obtidos”, Lobo não se coíbe de lançar à discussão o exemplo de “pré-fabricação ao serviço da habitação” (1963: 4) seguido pela Riforma Fundiaria italiana

Lobo e Antunes, por seu turno, reconhecem o “complexo de razões” a que a conceção da casa deve responder, mas recusam um entendimento desta como “simples lugar onde se dorme, cozinha e come que, até há pouco, enquadrava a problemática do projectista colocado em face de programas mínimos e das chamadas soluções económicas” (1960: 58), revelando assim um distanciamento da *máquina de habitar* consonante com a revisão crítica operada entretanto no seio do Movimento Moderno, revisão que (re)aproximará este movimento do diálogo com a história, da atenção ao contexto e do reconhecimento da vernacularidade.

Por outro lado, ainda nesse mesmo sentido, atribuem à arquitetura o “carácter militante de um exercício social” porquanto diretamente interveniente no contexto das condições de vida humana, evocando a esse propósito, e por isso mesmo, a importância da “contribuição das ciências humanas para uma orgânica da vida no interior e no exterior da célula”, sob pena de nos continuarmos a afastar “dos padrões recomendados e a insistir em esquemas condenados pela experiência” (*Idem*: 59 e 61), indiciando assim sinais de resistência ao quadro ideológico em que se movimentava a arquitetura ‘oficial’ do (ou preconizada pelo) regime.

Em termos concretos, entende-se então que a casa rural “se construirá bem e de maneira racional, que a solução será simples e despida de retórica, [e] que, antes de atingir o supérfluo, garantirá o necessário”, em obediência à “melhor adaptação à construção progressiva⁴⁰, devendo perder-se o mínimo de espaço nos elementos de ligação” (Lobo e Antunes, 1960: 54, 55) – ou seja vestíbulo, corredores e escadas –, princípios consonantes, aliás, e uma vez mais, com aquilo que se vinha discutindo e propondo, coetaneamente, no âmbito das HE.

Mas mais do que isso, acrescentará Machado, a casa rural, reconhecendo-se-lhe um caráter próprio que extravasa o de simples abrigo humano, deverá ser concebida

(quer se trate de a beneficiar, quer se trate de a reconstruir totalmente) não com as exigências funcionais e metodológicas que caracterizam a habitação urbana, mas apenas com a forma e a função que o trabalhador rural dela espera (1961: 85)

e, por isso, “apresentar-se como uma relação forma-função” (*Idem: Ibid.*) atenta, tanto àquelas que são as exigências próprias do habitar, quanto às exigências específicas das atividades agrícolas.

Relativamente aos *materiais, processos e elementos de construção* a adotar, a opção é uma vez mais pragmática, sendo admitida a inevitabilidade da evolução natural, mas consciente do valor e importância que os materiais e processos tradicionais de construção podem ainda assumir. É nesse sentido que se pode entender a defesa que é feita do recurso aos materiais e à mão-de-obra tradicionais existentes em cada local, sem deixar de admitir o uso dos novos materiais e processos construtivos então em voga – mas “desde que respondam a exigências de economia e eficiência” (Lobo e Antunes, 1960: 83), bem como a sugestão de que, no domínio da construção, qualquer “intervenção erudita” – ou seja, de arquiteto, contrariando assim o caráter popular e espontâneo das arquiteturas vernáculas –, a verificar-se, deve exercer-se de forma a “impedir o declínio de técnicas locais e até mesmo valorizar processos de aplicação e o comportamento final dos materiais aplicados” (*Idem: 84-85*).

Em qualquer dos casos, o que se propõe é assim o estabelecimento de um diálogo integrador que é, de resto, próprio da tradição, a qual, longe de se constituir um processo estático, apresenta antes uma dinâmica conducente a uma constante revisão e atualização, ou seja, é ela própria uma condição da mudança (Lenclud, 1987: §49)⁴¹.

De facto, não parece haver dúvida de que as intervenções realizadas terão procurado respeitar esses princípios e esse compromisso, embora se tenham revelado, como hoje bem o sabemos, claramente insuficientes e ineficazes – ainda que por razões que lhes são, ou possam ser, exógenas, não se podendo exigir à arquitetura a solução para problemas que não são da arquitetura – para travar esse declínio.

Note-se, a este respeito, que qualquer um destes três arquitetos, pelo que se conhece da sua obra – em particular a desenvolvida no âmbito da JCI⁴² –, pode ser enquadrado, mesmo que a níveis

⁴⁰ A ideia da construção progressiva ou evolutiva, bem como a normalização de elementos da construção, serão depois retomadas, por Lobo e Antunes, mais à frente, a partir de exemplos propostos no âmbito do Instituto Nacional de Colonización (INC) espanhol e da Riforma fondiaria in Puglia e Lucania italiana, bem como de estudos da própria JCI (Lobo & Antunes, 1960: 66-69 e 71).

⁴¹ Ainda a esse propósito, Gérard Lenclud refere também, e vale a pena sublinhá-lo, que “l'accomplissement d'une tradition n'est jamais la copie identique d'un modèle dont tout dément, au demeurant, qu'il existe”, pelo que, acrescenta – referindo-se em concreto ao caso da arquitetura –, “ce qu'il y aurait de traditionnel dans une maison traditionnelle serait moins son architecture exacte ou les matériaux dont elle est faite que l'idée ayant présidé à sa construction” (1987: §16, 20).

⁴² Destes três arquitetos, apenas de Mata Antunes se conhece monografia, embora muito superficial e reduzida a projetos e obras executadas fora do âmbito do seu trabalho nesse organismo, ou seja, na qualidade de profissional liberal (cf. Arquipelago, 2006). Quanto a Pinto Machado, vale a pena referir que este virá a prosseguir as temáticas subjacentes às intervenções do BER, primeiro nos Açores, já nos anos 1980, nos trabalhos de reconstrução pós-sismo de 1980 (segundo documentos manuscritos consultados no respetivo arquivo pessoal), e depois numa publicação onde apresenta “sugestões para a renovação ou construção” da habitação rural (Machado, 1981).

diferentes, no amplo movimento de renovação emergente no I CNA, em 1948 (cf. AA.VV., 1948a) que, estando na origem do que A. Tostões (1994) designa por “verdes anos” da arquitetura portuguesa, viria, já sob influência do IARP, a retomar uma linguagem de compromisso entre a modernidade e a tradição, mais próxima de valores culturais alicerçados nas pesquisas etnográficas e antropológicas que entretanto se vinham desenvolvendo e menos dos mitos panfletários da *casa portuguesa*.

Por fim, e para além da já referida *normalização de elementos construtivos*, destaque-se:

- (i) a admissão do uso da taipa, não só “pelas vantagens que oferece quanto a economia, simplicidade construtiva e poder isolante”, como também “pelo que o êxito das recentes experiências⁴³ acrescentou às tradicionais [vantagens] deste material” (Lobo & Antunes, 1960: 87-89);
- (ii) a rejeição do recurso a estruturas e pavimentos de madeira nos pisos elevados, por “inconvenientes de combustibilidade”, preterindo-os em favor das lajes de betão, sendo referido o interesse do estudo da abobadilha “no sentido de se ajustar o processo a técnicas mais evoluídas” (*Idem*: 92);
- (iii) bem como a defesa da aplicação do forro, em qualquer tipo de cobertura, para efeitos de isolamento térmico, e do recurso à esteira de tijolo armado, “em razão da sua grande simplicidade e rapidez de execução”, pondo de parte, quer o uso de lajes de betão por estas exigirem, “para um comportamento eficaz, sistemas de impermeabilização e isolamento térmico economicamente inoportunos”, quer o fibrocimento, “dado o seu fraco poder isolante”, quer ainda o colmo, por razões facilmente compreensíveis (*Idem*: 93 e 94).

Em síntese, propunha-se que “o Governo, por intermédio dos organismos directamente interessados”, tomasse a iniciativa,

dirigindo a maior parte do seu esforço ao estudo de programas colectivos, limitando o financiamento à menor cota possível [...] e obtendo dos interessados o máximo investimento de capital e uma colaboração directa nos trabalhos pelo fornecimento de matérias-primas e de mão-de-obra (*Idem*: 47)

assumindo para o efeito a responsabilidade pela formação das correspondentes equipas de estudo, pela organização os estaleiros de trabalho e pela disponibilização do apoio técnico necessário, princípios programáticos que se pode dizer terem sido seguidos nas ações realizadas.

A questão da habitação rural num quadro de *crise de toda uma cultura tradicional*

Vasco Lobo virá a retomar estas preocupações em torno da questão da habitação rural numa série de quatro artigos publicados entre 1961 e 1963 na revista *Arquitectura* (Lobo, 1961a, 1961b, 1962 e 1963), inserindo-as num quadro mais vasto que afirma ser de “crise de toda uma cultura tradicional”. Uma crise para a qual concorriam, segundo aquele autor, diversos fatores, de que destaca

a inexistência de uma rede planificadora nacional e a falta de um regulamento das construções rurais e de técnicos preparados para suceder a uma hierarquia artesanal e para actuar num meio com problemas específicos (1961a: 5)

reconhecendo “não exist[ir] um problema explícito de habitação rural”, mas antes “gravíssimos problemas de ordem muito mais geral [...] com fundas implicações no domínio construído”, e

⁴³ Experiências essas realizadas no LNEC e respeitantes à adição de estabilizantes (nomeadamente, o cimento) à taipa, citando as respetivas conclusões publicadas na revista *Binário*, nº 10 de janeiro de 1959, mas também a outras semelhantes levadas a cabo na Colômbia, embora neste caso com recurso a blocos de terra-cimento prefabricados.

defendendo parecer-lhe ser “a beneficiação [...] a operação adaptável por excelência a uma fase não planificada” (1961a: 6).

Percebe-se que tal beneficiação correspondesse, fundamentalmente, ao cumprimento da “ordem de urgência” que importaria, em sua opinião, estabelecer, na medida em que, reconhece Lobo, “a construção das novas unidades necessárias, a restauração e o reequipamento das existentes [...] em caso nenhum poderia pensar-se em cumpri-los numa só fase de realizações” (*Idem: Ibid.*). No entanto, Lobo não esclarece devidamente de que forma se diferenciaria essa intervenção de “beneficiação” – ou seja, tendente à conservação do edificado preexistente introduzindo apenas as alterações estritamente necessárias ao cumprimento dos níveis mínimos de adequação às novas exigências do habitar – de uma intervenção numa fase “planificada”, deduzindo-se que nesta houvesse lugar a alterações bem mais profundas e com implicações mais significativas no domínio do construído, não só à escala da unidade de habitação, mas também, e sobretudo, à escala do aglomerado ou conjunto edificado.

É essa ideia, aliás, que Lobo deixará de alguma forma explícita no segundo artigo da série, ao admitir que “se há muitas coisas a conservar, a reparar e a melhorar, muitas há que é preciso substituir e esquecer...” (1961b: 21). Porque, afirma ainda, não só assim o determina a “nova paisagem” decorrente das transformações que ocorrerão nas “relações do homem com a terra que trabalha, na forma concreta do *habitat*, [n]a maneira como vai fruí-lo” – transformações essas impostas pela racionalização dos processos de trabalho, e a consequente “desactualizada condição do *habitat* rural”, cada vez mais inadaptado “às transformações de hábitos de vida e ao exercícios de funções recém-adquiridas ou em vias de aquisição por um meio social em plena crise de crescimento” –, como a própria realidade que os “contributos da arquitectura e das formas espontâneas de implantação e fixação” representam “não tem o significado e a força que romanticamente se lhes quer atribuir” (*Idem: 21-22*).

A esse respeito, aliás, Lobo não se inibe mesmo de fazer uma referência, ainda que indireta, ao IARP ao realçar as “dificuldades” criadas pela “surpresa e a euforia que acompanharam a *revelação*”, que este constituiu, “de uma arquitectura popular de notável riqueza e autenticidade” (*Idem: 22*; itálicos como no original). Dificuldades criadas não só ao que designa como “posição crítica responsável” – aquela onde, de resto, as suas palavras claramente se posicionam (embora não o admita), como se posicionariam todos aqueles que desde a segunda metade dos anos 1940 se vinham reaproximando das premissas do Movimento Moderno –, mas,

sobretudo [...] aos que levaram demasiado longe a necessidade de preservar esses valores tradicionais, a maior parte das vezes encarados um tanto *folcloristicamente*... (*Idem: Ibid.*; itálicos como no original).

Dos artigos seguintes da série vale pena destacar, entre as principais razões que afirma terem conduzido à crise da habitação rural: (i) a “extinção de uma tradição de *entreaajuda*”, sistema em que “a **parte** beneficiada e o **todo** competente para realizar esse benefício agiam solidariamente”, (ii) a degradação da qualidade da mão-de-obra, (iii) os custos de construção, (iv) a falta de critério na utilização de novos materiais e (v) a falta de planeamento, apontando ainda como desígnio fundamental a luta (que já então se revelava necessária) contra o *habitat* disperso (1962: 37-38; ênfase como no original).

Por fim, assinala-se ainda a importância atribuída por Lobo à diferenciação entre a habitação rural e a habitação urbana, fazendo notar que, não obstante haver então que aproximar aquela primeira desta segunda em termos de condições de habitabilidade, “não devemos levar longe de mais a semelhança das despectivas soluções, visto que circunstâncias específicas do meio as afastam de maneira sensível”, apontando “as possibilidades de actualização e de construção

progressiva” como princípio de atuação e rejeitando que “da experimentação de processos e formas [pudesse] um novo **estilo rural**” (1962: 39, 40 e 54; ênfase como no original).

Os problemas do mundo rural: da importância do planeamento à reafirmação da necessidade de intervenção imediata nas condições de habitação rural

Num estudo de natureza mais abrangente, mas também menos claro em termos esquemáticos e menos preciso quanto às intervenções a executar no edificado propriamente dito, Pinto Machado (1965) irá retomar, alguns anos depois – e já com o programa de *bem-estar rural* e *renovação aldeã* em plena marcha – alguns dos temas e questões levantados por Lobo e Antunes (1960) relativamente à questão da habitação rural, embora nada acrescentando, em termos de princípios e bases programáticas, ao enunciado por aqueles seus dois colegas.

Com efeito, e a exemplo deles, também Pinto Machado parte da caracterização da situação que então se vivia no mundo rural português e, em particular, das “terríveis e duras” condições de vida das populações rurais – às quais, reconhece, “a cidade, muitas vezes lá de longe, chama, persegue até nos sonhos” –, para a proposta de uma intervenção que, em seu entender, deveria, de forma abrangente (e que poderíamos até dizer *integrada*, embora o conceito não estivesse ainda em voga) abarcar os domínios da reestruturação e reorganização agrárias e do planeamento regional e agrícola (1965: 55-59 e 65-68).



Figura 1.133: Podere Sant'Eugenio (Itália), *casa colonica*, s/d (Ente per la colonizzazione della Maremma, 195-)



Figura 1.134: La Vereda, Sevilha (Espanha), *pueblo de colonización* (Arqt.º José Luis Fernández del Amo, 1963), vista panorâmica



Figura 1.135: El Realengo, Alicante, (Espanha), *pueblo de colonización*, (Arqt.º J. L. Fernández del Amo, 1957)

As políticas seguidas nesse âmbito em Itália, Israel, França, Holanda e Espanha são os exemplos apontados (*Idem*: 68-76), a que o autor acrescenta ainda o que vinha sendo feito em Portugal pela JCI no âmbito da Lei dos Melhoramentos Agrícolas⁴⁴ e que ia desde a colonização até ao acesso à propriedade rústica, passando, naturalmente, pela

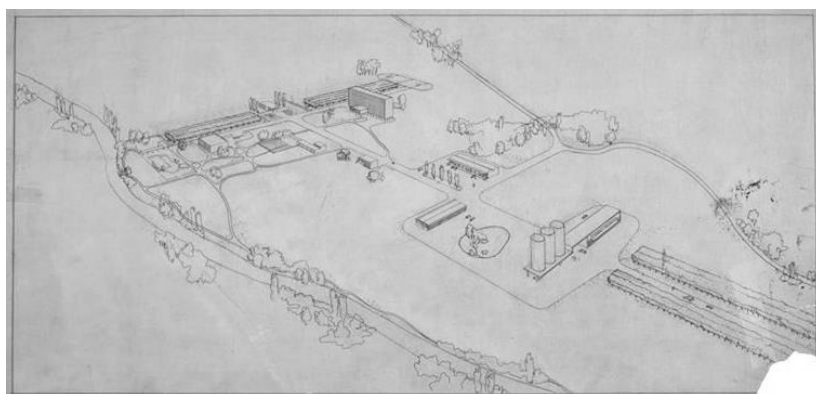
assistência técnica e financeira oferecidas ao agricultor, pelo emparcelamento, pela valorização do ambiente rural, pela política de renovação das aldeias e pela beneficiação ou construção da habitação rural promovidas através do seu Serviço para o Bem-Estar Rural (*Idem*: 75),

para além dos “milhares de estudos empreendidos e a notabilíssima obra assistencial” realizada por diversos organismos oficiais diretamente relacionados com as problemáticas do mundo rural e agrícola (*Idem*: *Ibid.*).

Nesse sentido, Pinto Machado elege a “quinta radiosa” e o “centro cooperativo” (ou “aldeia radiosa”) propostos no início da década de 1930 por Le Corbusier (1934 e 1979; Ragot, 2013) (figuras 1.136 a 1.138) como modelos a seguir no âmbito de um planeamento tendente a promover o

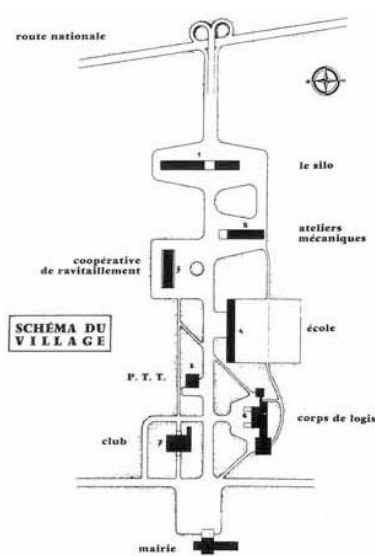
⁴⁴ Lei n.º 2.017, de 25 de junho de 1946.

“progresso económico das populações rurais e mesmo da própria agricultura” (1965: 49-51)⁴⁵. Modelos onde, em seu entender, “o luxo deverá ser banido, mas a higiene e o conforto terão, necessariamente, de ser considerados” (*Idem*: 49), conquanto Pinto Machado não esclareça quão longe deveriam aqueles ser levados, nomeadamente em termos arquitetónicos⁴⁶.



A reorganização agrária, a “aldeia radiosa” e a “quinta radiosa” propostas por Le Corbusier no início da década de 1930

Figura 1.136: Desenho perspetivo da “aldeia radiosa”



Percebe-se, todavia, que esses modelos são respigados apenas na sua componente urbanística, na medida em que esta remete para um tema – o da criação de assentamentos rurais de raiz, obedecendo a uma certa ordem tendente a favorecer as respetivas mecanização, racionalidade e funcionalidade produtivas e operativas – mais facilmente associável ao contexto ideológico em que ocorre a experiência portuguesa da colonização interna, política que o próprio Pinto Machado, de resto, defende no documento (não fosse ele afinal funcionário do organismo por ela responsável) apesar de serem já visíveis, por essa altura, os sinais do falhanço da mesma.



Figura 1.137
Planta esquemática da “aldeia radiosa”

Figura 1.138
Maqueta da “quinta radiosa”

⁴⁵ A defesa que Pinto Machado faz das referidas propostas de Le Corbusier não é, porém, nova ou original. Se não antes e por outros, pelo menos já em 1948 aquelas propostas terão sido publicamente defendidas no nosso país, nomeadamente pela voz do arquiteto Guilherme Matos Veloso na tese que apresenta ao I CNA, ainda que de forma não explícita, muito sumária e pouco elaborada: “Da libertação e mobilização do solo das regiões agrícolas, exploradas segundo os processos da técnica agrícola, reagrupando vários núcleos da população rural, veremos nascer as herdades, as aldeias cooperativas, a herdade-aldeia, conforme as características *geográficas e topográficas* da região.” (1948: 193; *itálicos como no original*).

⁴⁶ Pese embora o que atrás se disse relativamente a algumas das propostas e projetos para as colónias agrícolas, é de facto difícil imaginar a aceitação do modelo arquitetónico proposto por Le Corbusier no âmbito da habitação de promoção pública e no contexto rural português, como era o caso das colónias agrícolas. Um modelo que não resulta de uma pesquisa formal tendente a inventar ou criar um novo tipo de habitação rural, mas antes da adaptação ao contexto rural de um tipo de habitação urbana (cf. Ragot, 2013: §24) – que prefigura, segundo Ragot, as unidades de habitação (urbanas) que o mestre franco-suíço começaria entretanto a definir (*Idem*: §28) – assente (i) na adoção de formas geométricas simples despidas de qualquer forma ou elemento decorativo de cariz revivalista ou regionalista, (ii) no recurso à estrutura metálica, à cobertura plana (ajardinada) e a amplos envidraçados, (iii) no sobrelevar da casa do terreno apoiando-a apenas em elementos estruturais pontuais, e (iv) na imposição, em suma, de uma composição formal, material e construtiva de todo alheia à história e tradição locais. Um modelo perfeitamente alinhado com as teses que *A Carta de Atenas* de 1933 consagrara – numa espécie de “grau zero da memória” em cuja lógica “prevalecia a recusa do existente, dominava a utopia social e urbana [...] sublinhava-se o papel da organização do espaço na conformação da vida” e da sociedade e “idealizava-se a superação de uma das mais velhas dicotomias vivenciais: a oposição entre o mundo urbano e o mundo rural” (Bandeirinha, 2004: 25-26) – e que, na universalidade que procura atingir (cf. Ragot, 2013: §24), se mostra assim radicalmente contrário a qualquer contextualização ou à diferenciação regional e urbano/rural que o contexto político português da época ainda impunha, direta ou indiretamente, e era aceite sem significativas reservas mesmo entre os elementos mais contaminados por ideais de cariz progressista ou ‘modernista’, como os que temos vindo a citar.

A intervenção nos domínios referidos, defende então Pinto Machado, deveria assim traduzir-se num “programa rural” que compreendesse medidas capazes de promover:

- (i) a melhoria das condições de produção animal e vegetal;
- (ii) melhoramentos de ordem fundiária, abrangendo entre outras áreas, a construção rural;
- (iii) o equipamento dos serviços públicos rurais, tanto no domínio infraestrutural, como na “renovação” das aldeias e aglomerados e no realojamento dos “velhos agricultores”;
- (iv) a intervenção nos domínios das águas e florestas;
- (v) o desenvolvimento do ensino e da investigação respeitantes;
- (vi) bem como a adoção de novos métodos de armazenamento e transformação, a modernização e extensão dos equipamentos existentes ou ainda a criação de novos equipamentos locais (1965: 60-61).

Figuras 1.139 e 1.140
Colónia Agrícola de Pegões

As colónias agrícolas constituíram-se, a partir dos anos 1960, em espaços privilegiados de ensaio e promoção de processos de racionalização e mecanização produtiva agrícola



A habitação rural: caracterização genérica e princípios de intervenção

Feito um enquadramento que não só justifica a necessidade de intervenção, como determina que a mesma obedeça a um plano que poderíamos hoje designar como de desenvolvimento integrado, Pinto Machado concentra na habitação rural e na *renovação aldeã* o essencial da sua atenção, dada “a indigente indispensabilidade de se proceder ao franco estabelecimento (ou melhoria) das prementes condições de vida cívica, social e cultural a desenvolver nos pequenos aglomerados”, pois, adverte, sem “uma casa cómoda, higiénica e adaptada à forma de viver que possivelmente adquiriram nos ambientes para onde emigraram”, dificilmente se poderá travar o êxodo rural, quanto mais “estimular [...] o regresso aos campos” (1965: 78-79).

A situação que Pinto Machado descreve – “Construções, arruinadas e inseguras” onde é inexistente a “salubridade e higiene devidas a um razoável nível habitacional”, denunciando “raras janelas, ausência de instalações sanitárias, reduzidíssima cubicagem, falta de esgotos e de abastecimento de água domiciliária”⁴⁷ (*Idem*: 81) – tornava por isso premente a intervenção em aldeias que, embora “cheias de encanto e funcionais no movimento e na expressão”, se mostravam “caóticas quanto a conservação e quanto a composição estrutural”, tendo em conta que “o estilo, a harmonia, a composição, não são sinónimos de solidez, de higiene e de conforto” (*Idem*: *Ibid.*). Construções que o autor, “sem receio de errar” (1964b: Vol. I, p. 7), virá a sugerir, no já referido processo da aldeia de Prados, necessitem na sua quase totalidade de um conjunto de beneficiações que extravasavam largamente a mera operação de cosmética, abrangendo a reorganização funcional dos próprios interiores.

Ou seja, estamos já longe do panegírico de uma ruralidade “pobrete, mas alegrete” (Medina, 1997: 25), totalmente desfasada da realidade, que compunha (ainda) o ramalhete dos discursos e da

⁴⁷ Remetendo para dados estatísticos de 1950, Pinto Machado esclarece que “nas zonas rurais apenas 73% das casas tinham cozinha, que apenas 18,3% dos alojamentos dispunham de cozinha e sanitários; que apenas 15,4% estavam providas de água domiciliária; que 40,8%, apenas, estavam dotadas de esgoto ou fossa; e, finalmente, que apenas, 30,9% possuíam luz eléctrica” (1965: 79), números que não diferem muito dos apurados pelo censo de 1960, que o autor referirá, embora sem os cruzar, mais à frente (*Idem*: 107).

propaganda oficiais, e, pelo contrário, mais próximos do reconhecimento de uma realidade há muito denunciada mas que pouco ou nada se tinha alterado, e de uma proposta de ação devidamente planificada e efetivamente transformadora.



Vila-verdinho, uma aldeia melhorada

Figuras 1.141 e 1.142

"A cozinha do Vergueiro",
antes e depois das intervenções



Figuras 1.143 e 1.144

"A cozinha do João Esteves",
antes e depois das intervenções

De que forma? Em primeiro lugar, tendo em conta que, quer na sua beneficiação, quer na sua construção ou reconstrução, a habitação rural deveria ser concebida,

não com as exigências funcionais e metodológicas que caracterizam a habitação urbana, mas apenas com a forma e a função que o trabalhador rural dela espera (Machado, 1965: 85)

pondo logo de parte o recurso à habitação coletiva no contexto rural por esta "não se amolda[r] à mentalidade e aos hábitos de vida das populações rurais" (*Idem*: 86).

Depois, retomando os princípios defendidos por Lobo e Antunes – em cujo estudo refere estarem já as "questões e dúvidas respeitantes à casa rural devidamente esclarecidas e documentadas", e "com excepcional rigor e detalhe" –, Pinto Machado apela à importância da diversidade regional e local das soluções formais, rejeitando o recurso a "casas tipo" e "casas feitas em série" – pese embora reconhecer ser esta "uma solução técnica economicamente tentadora" (1965: 88-90) – mas admitindo, tal como aqueles seus colegas, a normalização (ou produção em série) de elementos considerados de execução especializada (caixilharias, canalizações, sistemas de isolamento, etc.) como fator de redução de custos (*Idem*: 113).

Em terceiro lugar, defendendo que a "habitação do cultivador deve desenvolver-se num único pavimento"⁴⁸, por razões de natureza funcional, admitindo apenas a solução de dois pavimentos como "aceitável, quando construída na montanha" (Machado, 1965: 89), e rejeitando "uma arquitectura rica e floreada", por ser "intolerável no campo ou na aldeia", entendendo ainda que "os tipos arquitectónicos devem realizar um conjunto harmónico com as construções vizinhas e com a natureza que os circunda" (*Idem*: 92). Ou seja, ao invés uma "aparatosa obra de construção", Pinto Machado defende uma intervenção "naturalmente modesta e compatível com o 'habitat' do homem rural", ou seja, desejavelmente "simples na aparência e ambiental na sua essência" (*Idem*: 95).

Em quarto lugar, e partindo do reconhecimento da importância do papel desempenhado pelas construções produtivas no espaço rural – visível no destaque que assumem nos conjuntos

⁴⁸ Pinto Machado aponta como vantagens da solução de "alojamento resolvido em um só pavimento", o qual deveria "ser utilizado nas pequenas construções até ao número máximo de quatro divisões habitáveis, incluindo três quartos": (i) a "redução de fadiga, por economia de movimentos, da dona da casa"; (ii) a "ausência de caixa de escadas, como partido económico"; e (iii) um "volume mais fácil a limitar, uma vez que, na solução em dois pavimentos, torna-se necessário dividir as várias dependências" (1965: 193).

edificados, quer à escala da unidade familiar, quer à escala do aglomerado, bem como do território – , considera “indispensável cuidar dos anexos agrícolas com a mesma atenção que se dedica à casa, tanto no seu aspecto construtivo, como no seu aspecto funcional” (Machado, 1965: 101).

Ou seja, se no domínio urbanístico as (ou algumas das) propostas do Movimento Moderno – como é particularmente o caso da “aldeia radiosa” de Le Corbusier, conforme tivemos ocasião de verificar – encontram franco acolhimento, já no domínio arquitetónico o distanciamento das propostas de Pinto Machado, e também de Lobo e Antunes, relativamente àquelas, parece ser claro:

- (i) na recusa, quer da transposição funcional e tipológica da habitação urbana para o contexto rural, quer do recurso à habitação coletiva, sublinhando a dicotomia urbano/rural;
- (ii) na rejeição das casas-tipo ou feitas em série, reconhecendo a importância da diferenciação regional das arquiteturas;
- (iii) na importância atribuída à contextualização ou harmonização ambiental, valorizando a integração e a continuidade em detrimento da rutura;
- (iv) e no entendimento, que se poderá considerar mais orgânico, da relação entre as funções habitacionais e produtivas da unidade de habitação rural, opondo à lógica da separação funcional – em que assenta a proposta lecorbusiana de “aldeia radiosa”, análoga à que estrutura de igual modo a “cidade radiosa” – uma lógica de integração, ainda que sujeita a novos e mais exigentes critérios de higiene, salubridade, racionalização funcional e operativa.

A importância do modelo integrado de intervenção volta depois a ser implicitamente reafirmada por Pinto Machado ao defender que as intervenções não devem ser levadas a cabo de forma isolada, mas antes *integrada* num programa que abranja “o ressaneamento e a reorganização das respectivas aldeias”, bem como “todo o conjunto e a todas as actividades inerentes à valorização e revivificação do meio rural”, devendo por isso as ações a desenvolver ser concentradas em “aldeias-centro” sujeitas a uma “cuidadosa” seleção (1965: 94 e 96) (figura 1.146).

Também a exemplo de Lobo e Antunes, Pinto Machado insiste na necessidade de um regulamento próprio para a habitação rural, que não o RGEU – considerando (já naquela época) que este, “além de obsoleto no seu conteúdo, não se a amolda à realização prática da política de fomento da habitação rural” e que do seu título, “restrito e rígido”, se pode inferir dizer respeito unicamente à habitação urbana (*Idem*: 115) –, e chama ainda a atenção para a inexistência de quadros técnicos nas autarquias “rurais” com conhecimentos arquitetónicos e urbanísticos – fator a que atribui a responsabilidade, em grande medida, pelo “rumo infeliz de soluções arquitectónico-urbanísticas que se têm consentido realizar por essas terras fora” (*Idem*: 116) –, revelando ter o Governo já tentado, através do MOP, solucionar o problema mas sem sucesso⁴⁹.

Finalmente, a proposta de Pinto Machado admite ainda uma intervenção faseada, dando naturalmente prioridade às famílias sem quaisquer recursos económicos, e sublinha a importância, quer da colaboração das populações “interessadas” através do “oferecimento de mão-de-obra gratuita e por intermédio da prática do auxílio mútuo”, quer da concessão, por parte Estado, de “vultuosos auxílios financeiros à autoconstrução” e outros apoios e medidas de carácter financeiro e jurídico, apontando como exemplo o tipo de apoios e respetivas condições de acesso em vigor noutros países europeus (*Idem*: 99, 118-121).

Mas onde a proposta de Pinto Machado se destaca da de Lobo e Antunes é na importância concedida ao turismo. Com efeito, reconhecendo o “forte incremento” que a atividade turística

⁴⁹ Como se sabe, a lacuna referida só uma década depois, a partir de 1976, começará a ser efetivamente preenchida com a criação, primeiro, dos Gabinetes de Apoio Técnico e, depois, dos Gabinetes Técnicos Locais (cf. Pinho, 2009: vol. II, 836-837).

vinha conhecendo “em algumas zonas rurais do País” – de que dá como exemplo o caso do Algarve – , Pinto Machado admite que “talvez seja de aconselhar que nessas zonas venham a ser recuperados alguns aglomerados rurais considerados de interesse turístico” ou “estrategicamente localizados”, por forma a equipar as habitações das respetivas populações

com modestas (mas razoáveis) dependências destinadas a receberem eventuais turistas, cuja bolsa lhe não permite alojarem-se em hotéis e pensões, hoje naturalmente dispendiosos (1965: 98, 155)

Dependências que, no mínimo, poderiam comportar “Um quarto airoso e asseado, tendo anexada uma simples, mas higiénica, instalação sanitária” (*Idem*: 155), proporcionando assim às populações locais uma fonte de rendimento suplementar da atividade agrícola.

O propósito – que não pode deixar de ser lido como a enunciação da ideia base, quer, por um lado, dos programas de revitalização de aldeias que virão emergir uma trintena de anos depois, quer, por outro lado, do conceito de turismo rural, que entretanto despontava já noutros países europeus – não terá ido, contudo, muito além desta mera declaração de intenções, pois apesar de ter estado prevista, no âmbito do BER, a intervenção em três aglomerados considerados rurais da região algarvia – Olhos de Água, Tor e Lagoa –, tal não se viria a concretizar.

Note-se que, coetaneamente, Cabeça Padrão e a sua equipa iniciavam o *Estudo de prospecção e defesa da paisagem urbana do Algarve* (Padrão, et al., 1965-1970), estudo com o qual se pretendia determinar medidas de salvaguarda e conservação do património urbano de 47 aglomerados de reconhecido valor, quer do ponto de vista histórico, quer do ponto de vista artístico (relativo este tanto a expressões eruditas, como populares), maioritariamente localizados na faixa litoral daquela região. Mas tal como aquelas ações de *bem-estar rural* previstas não se chegariam a concretizar, também este estudo acabaria por não ter qualquer seguimento, acabando esquecido nos arquivos e desaparecido (ou convenientemente feito desaparecer...) parcialmente (cf. Aguiar et al., 2015: 70-81; Ribeiro et al., 2016: 335-351).

E embora se não conheça também qualquer articulação que possa ter havido, e se a houve, entre aquele estudo e estas ações, é de notar como também Pinto Machado – alinhando, ainda que implicitamente, pelos princípios que estão de igual modo associados ao estudo de Cabeça Padrão – advoga a necessidade de “normas rígidas” que permitam evitar os “vandalismos até agora praticados em parte do património nacional [...] sem qualquer espécie de finalidade, que não o interesse especulativo ou a concessão fundiária” (1965: 185-186).

Urbanismo rural, ruralismo e renovação das aldeias

A questão do planeamento irá merecer um capítulo à parte na proposta de Pinto Machado, assumindo este que “os planos de urbanização de determinadas cidades não devem (nem podem) ignorar a existência das zonas rurais”, devendo assim “o planeamento rural [...] ser considerado como um complemento do planeamento urbano” e “a maioria das aldeias [ter] de submeter-se a planos de ordem urbanístico-económicos” (1965: 123-124, 147).

Para as áreas rurais são apontadas, em consonância com “os novos conceitos sobre urbanismo”, duas soluções distintas – uma de *proteção ou salvaguarda*, a outra de *produtividade ou colonização* –, de que “a defesa do ambiente rural”, o “aproveitamento dos recursos potenciais”, a renovação das aldeias e o turismo constituem alguns dos “meios que podem ser encarados na tentativa de valorização do nosso património rural” no âmbito do que designa como “Plano de Renovação Rural” (*Idem*: 125, 133-139). Os exemplos são uma vez mais repescados no contexto internacional, apontando Pinto Machado alguns aspetos que considera essenciais de intervenções em áreas rurais empreendidas em França, Holanda, Alemanha, Suíça, Itália e Espanha (*Idem*: 139-143).

Essa “renovação” ou “ressaneamento” das aldeias deveria assim inserir-se num programa mais vasto, de “ordem social, higiénica e económica”, que viesse “fornecer-lhes a indispensável força de dinamização e de vitalização que os empurre para o progresso”. Um plano, por isso, integrado e articulado, ou seja, exercido “através de um esforço conjunto de todos os organismos interessados”, e que procurasse “multiplicar os empregos não dedicados à agricultura”, nomeadamente na indústria, que é vista na proposta de Pinto Machado como fator essencial de fixação da população e desenvolvimento económico e social das áreas rurais (1965: 147-150, 187-190).

E se é um facto que essa intenção nunca se terá materializado – quanto mais não seja, a desertificação humana da maior parte das aldeias beneficiadas pelo programa atesta-o –, não é menos verdade que, se não noutras, pelo menos no âmbito da intervenção na aldeia de Prados que temos vindo a referir, chegou a ser efetivamente considerada: numa das peças desenhadas constante do processo, e designada precisamente “plano director” (figura 1.145), esboça-se (é o termo exato) uma proposta de zonamento onde se identifica, para além das áreas edificadas “a renovar”, de “extensão habitacional”, de “núcleos cívicos a criar” e da área agrícola, uma área destina à instalação de indústrias (Machado, 1964b: Vol. 7, Plano Director).



Figura 1.145: J. L. Pinto Machado, *Aldeia de Prados...* 1964: Vol. 7 - Plano Director

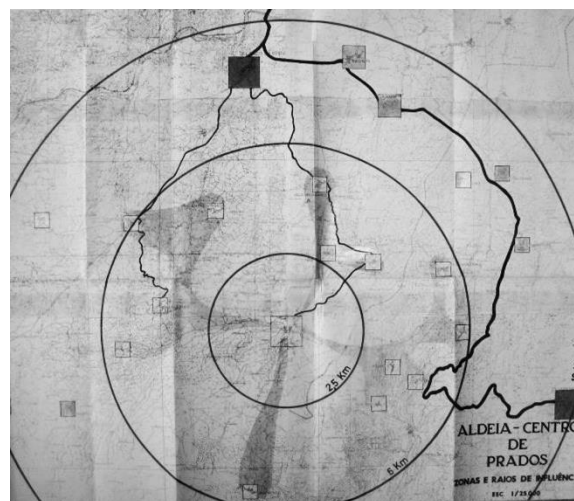


Figura 1.146: J. L. Pinto Machado, *Aldeia de Prados...* 1964: Vol. 8: Aldeia-centro de Prados: zonas e raios de influência

Bem menos voluntarista, sendo ao invés abordada com grande dose de pragmatismo na definição programática do BER, é a questão da viabilidade económica das aldeias a beneficiar. De facto – e fugindo às tentações patrimonialista e conservacionista mais extremadas, que tendem, de forma algo romântica e nostálgica de uma certa ideia de idílio rural, a querer tudo preservar –, Pinto Machado reconhece “que grande número de aldeias não apresenta quaisquer perspectivas de valorização futura”, devendo por isso “aceitar-se como irremediável o facto de que subsistem dezenas de aldeias que não têm qualquer razão de existência” (1965: 151).

Assim, defende ainda, a intervenção deveria focar-se nos aglomerados que possuísem

assinaláveis recursos de desenvolvimento e expansão futuros, particularmente verificados pela sua importância relativa, não somente em relação aos demais aglomerados que o[s] cercam, mas também em razão dos potenciais aproveitáveis (*Idem*: 156)

aglomerados que deveriam ser seleccionados criteriosamente em consonância com um inquérito a realizar “através de prospecção cuidadosa” (*Idem*: *Ibid.*).

No entanto, denotando apenas uma clara subordinação à teoria dos lugares centrais de Walter Christaller e ao conceito de “aldeias-centro” de Gaston Bardet (1961) (figura 1.146), conforme já

referido, Pinto Machado não esclarece a eventual importância (e se alguma) do valor patrimonial de cada aglomerado nessa seleção, não outorgando nenhum dos elementos consultados – omissos relativamente ao valor patrimonial das aldeias beneficiadas ou a beneficiar e às respetivas potencialidades de valorização turística (para além do que já foi referido a esse respeito) – qualquer conclusão que aponte nesse sentido.

Bem estar rural / renovação aldeã, 1960-1974: o balanço possível

O início do programa de *bem-estar rural* data de finais da década de 1950, altura em que a JCI “entendeu dever promover a renovação e o ressaneamento das aldeias, numa primeira fase encaminhados em sistema experimental” (Portugal, 1973: 25). O objetivo dessa política era atuar não somente ao nível da habitação rural – cuja generalizada pobreza e falta de condições minimamente dignas de habitabilidade era há muito reconhecida, como tivemos já ocasião de verificar –, de forma isolada, mas antes “encarar todo o conjunto e todas as actividades inerentes à valorização e à revivificação do meio rural” (*Idem: Ibid.*), indiciando, porventura, os primeiros sinais de uma aproximação ao conceito de reabilitação integrada.

Numa atitude que não se pode deixar de considerar voluntarista, pretendia-se intervir nos aglomerados a beneficiar de forma a

“transforma[-los] em comunidades razoavelmente ordenadas [através] acima de tudo, da renovação das estruturas ora existentes em algumas aldeias deprimidas, mas possuidoras de potencialidades susceptíveis de serem aproveitadas e valorizadas (Leónidas, 1971: 4),

comunidades capazes, uma vez renovadas e reequipadas, de se tornarem “pólos de atracção [das] que [as] rodeiam e centros nevrálgicos de uma estrutura rural transformada” (*Idem: Ibid.*).

Dessa forma, conformava-se (pelo menos teoricamente) aquilo que, como vimos atrás, Pinto Machado designava como “Plano de Renovação Rural” e a que bem podemos hoje atribuir a condição precursora dos referidos planos de revitalização de aldeias promovidos já no último quartel do século XX, já que os paralelismos (mais ao nível dos propósitos enunciados que da execução efetiva) nos parecem por demais evidentes.

O programa de *bem-estar rural e renovação aldeã*, com efeito, não se limitava à beneficiação das habitações, englobando um conjunto mais vasto de ações onde se incluíam

a abertura e correcção de caminhos vicinais, a assistência técnica prestada à construção de habitações e de edifícios de interesse colectivo, à execução de pequenos pontões, à assistência prestada às populações por arquitectos, assistentes sociais e agentes rurais, à elaboração de esquemas de urbanização das aldeias renovadas, etc. (Portugal, 1973: 27)

Uma abrangência de domínios de atuação que determinava assim o necessário esforço conjunto de muitos outros organismos do Estado que não apenas a JCI – entidade a quem incumbia, através da Secção de Bem-Estar Rural criada para o efeito, a promoção das ações e o respetivo desenvolvimento –, nomeadamente: as direcções gerais dos Serviços Eléctricos, dos Serviços Hidráulicos, dos Serviços de Urbanização e da Secretaria Geral da Agricultura e ainda o Instituto de Assistência à Família, o Fundo de Fomento da Habitação, o Instituto Geográfico e Cadastral e a Junta de Ação Social (cf. Portugal, 1962: s.p., 1963: s.p., 1973: 28).

O processo, iniciado de forma experimental⁵⁰ nas aldeias de Vale do Couço (Mirandela) e Rebordochão (Vila Pouca de Aguiar) (Lobo e Antunes, 1960: 123-128 e 133-135) – viria posteriormente a alargar-se, em termos de candidatura, a 94 outros pequenos aglomerados rurais (Machado, 1964b; Portugal, 1973).

⁵⁰ O período experimental ter-se-á terá prolongado até 1968 (Portugal, 1973: 26).

Os quadros constantes do processo da aldeia de Prados (anexo 2, tabela 1.1) – que são também os únicos documentos que encontramos com a indicação da proposta ou intenção de intervenção em aldeias da região do Algarve, mais concretamente: Olhos de Água, Tor e Lagoa⁵¹ –, permitem-nos ter uma panorâmica geral sobre este programa e a sua execução, respetivas intenções, entidades “interessadas” nas, ou promotoras das intervenções a executar, bem como dos custos associados às mesmas, as fases de intervenção e as verbas atribuídas por fase, apresentando no entanto apenas alguns valores respeitantes às poucas aldeias cujas beneficiações se encontravam, à data, em execução (Machado, 1964b: Vol. 9).

Muitas dessas intenções, porém, não passaram disso mesmo, pois quase uma década depois das intervenções em Prados ficamos a saber que o número total de aldeias intervencionadas terá ficado muito aquém, não só das necessidades, como das intenções enunciadas em 1964. Com efeito, um documento de trabalho datado de 1971 (Machado, 1971)⁵² e o já referido relatório produzido em 1973, em que se faz uma “síntese da organização e obra” da JCI até àquela data (Portugal, 1973), permitem-nos não só conhecer o número de aldeias e habitações “melhoradas” e os valores investidos nas mesmas nos anos de 1969 e 1970 (Machado, 1971: 4-6), como a evolução que o programa teve “entre 1968 e fins de 1972” (Portugal, 1973: 26) – ou seja até pouco mais de um ano antes da revolução de abril de 1974 e consequente extinção da JCI ter posto um ponto final no programa –, e aferir o diferencial atrás referido (*vide* mapas 1.4 e 1.5, nas páginas seguintes, e tabelas 1.1 e 1.2, em anexo).

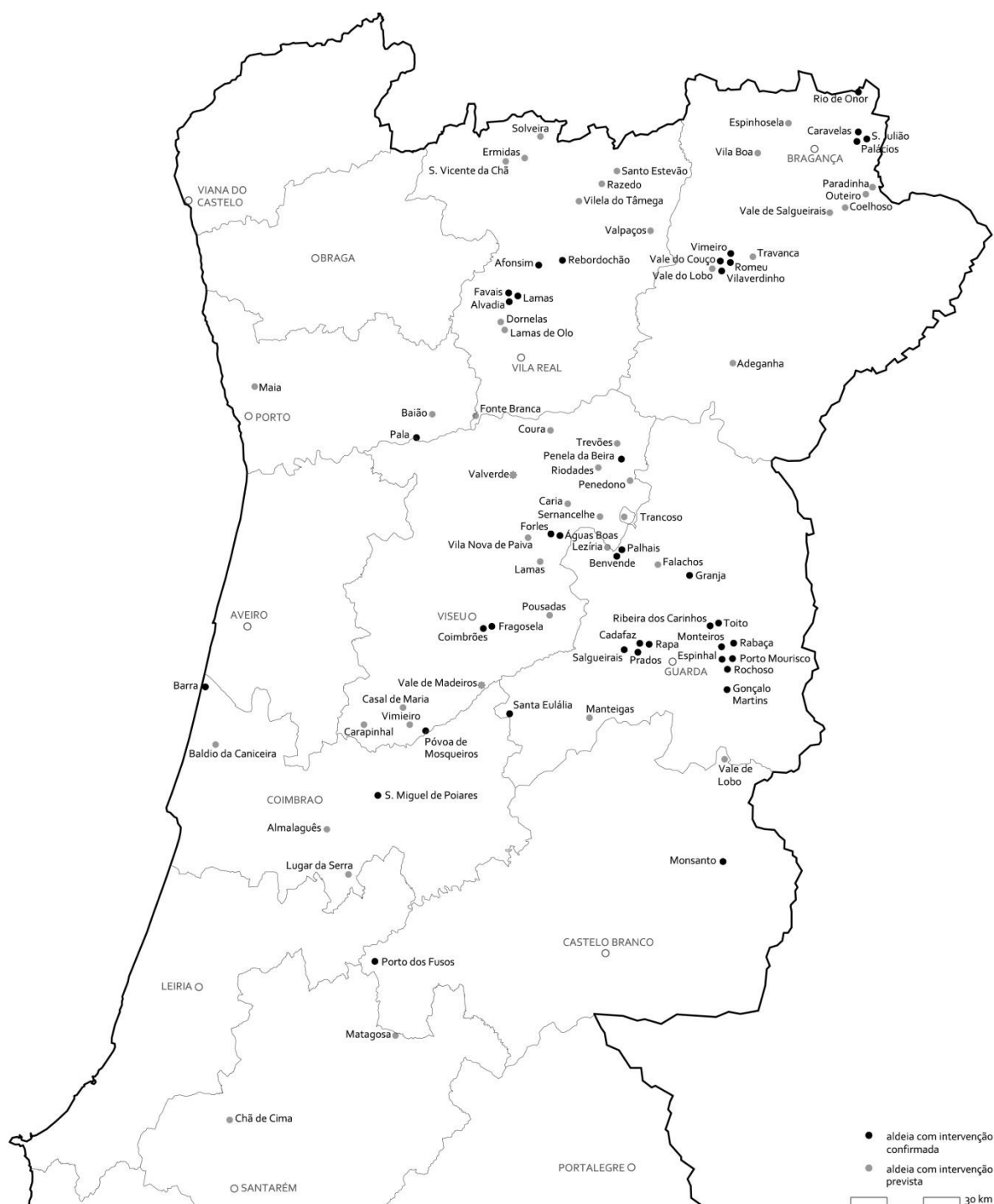
O processo de cada aldeia era coordenado por uma Comissão de Melhoramentos criada para o efeito que agrupava um representante da JCI e dois representantes “eleitos”⁵³ pela população local, e dele constavam (como confirma o processo da aldeia de Prados que temos vindo a referir):

- (i) uma lista dos chefes de família, onde se indicavam as respetivas possibilidades económicas, titularidade da habitação e interesse nas obras a efetuar;
- (ii) uma lista dos chefes de família sócios ou beneficiários da Previdência Social, a fim de aferir eventuais conflitos ou duplicações de apoios;
- (iii) uma relação das fases de atuação a realizar em cada aglomerado, em função das dificuldades económicas de cada agregado familiar;
- (iv) uma lista dos proprietários que mantinham os seus fogos em regime de inquilinato;
- (v) uma estimativa orçamental das obras a realizar;
- (vi) uma memória descritiva dos trabalhos a efetuar;
- (vii) e uma avaliação das necessidades do aglomerado no que respeita a redes de infraestruturas e equipamentos coletivos (Machado, 1965: 170, 171).

⁵¹ Importa referir que Lagoa não é a única sede de concelho constante desta lista, havendo outras oito identificadas: Baião, Maia, Manteigas, Penedono, Sernancelhe, Trancoso, Valpaços e Vila Nova de Paiva. Está, no entanto, por aferir se essa circunstância indicia, de facto, um alargamento do programa a aglomerados de maior dimensão ou se, simplesmente, se trata de uma identificação genérica do concelho que se havia candidatado ao programa sem que tivesse ainda sido feita a seleção das aldeias respeitantes a intervencionar. Note-se que, curiosamente, também o Programa das Aldeias Históricas viria a incluir, numa segunda fase, duas sedes de concelho – Belmonte e Trancoso.

⁵² Documento constante do arquivo pessoal do Arqt.º Pinto Machado.

⁵³ Esta foi, pelo menos, a informação que nos foi prestada pelo Arqt.º Pinto Machado (2013), tendo o mesmo igualmente acrescentado que esta “eleição” dos representantes da população local foi motivo de polémica, por motivos que facilmente se compreendem tendo em conta o contexto político da época, avesso a colocar nas mãos do povo quaisquer arremedos de democraticidade representativa. O princípio, contudo, terá prevalecido, ainda que não se tenha conseguido confirmá-lo nem conhecer os seus reais contornos, não sendo difícil de imaginar – conhecendo-se as lógicas de funcionamento do regime e um contexto social onde imperava o caciquismo e, por vezes, a extrema dependência do grosso das populações relativamente a alguns senhores da terra – que as escolhas estivessem, ainda que de forma tácita ou não explícita, condicionadas à partida.



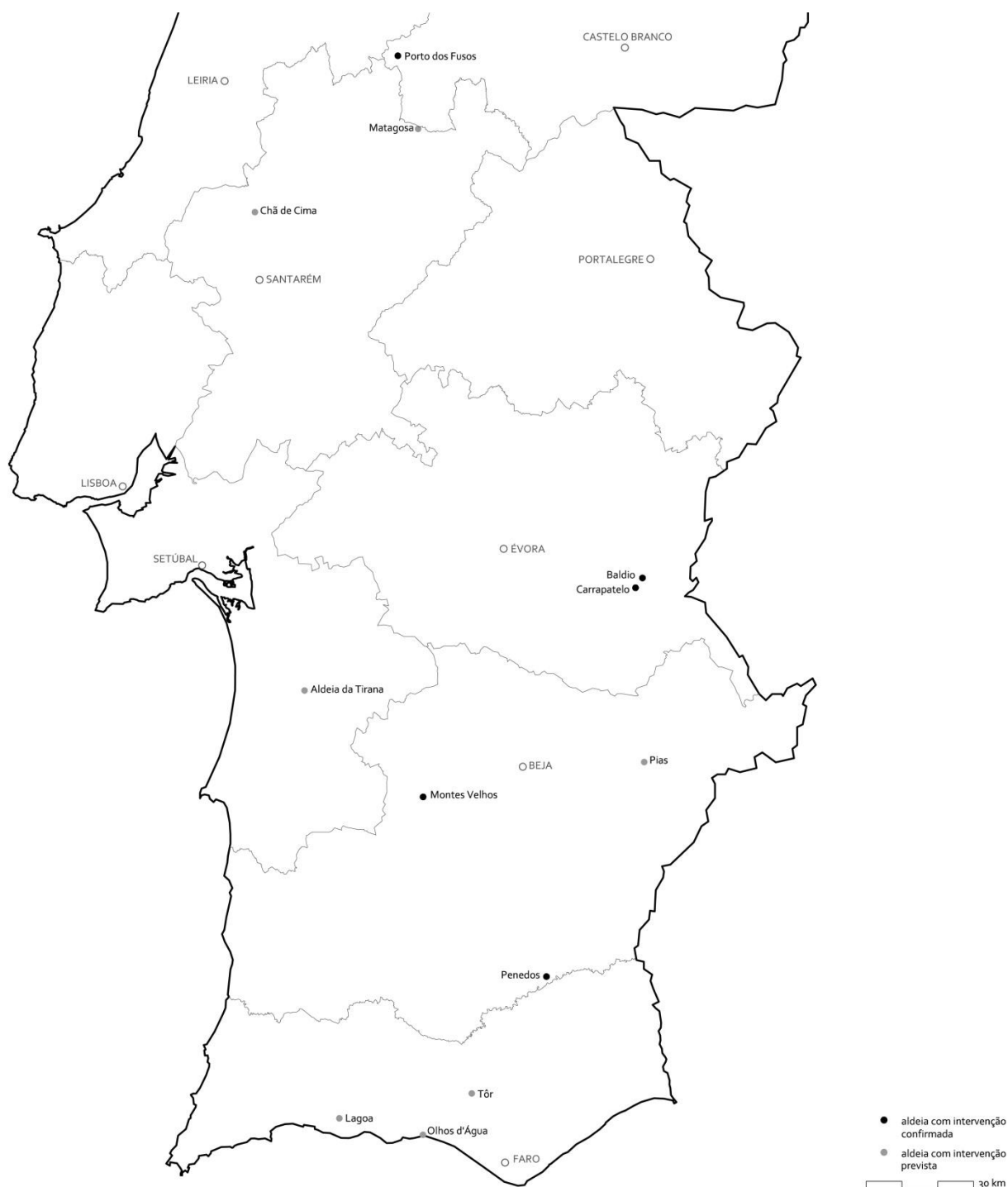
BER: localização das aldeias com intervenção executada e prevista

Mapa 1.4: zona norte ↑

Mapa 1.5: zona sul →

Os elementos e informações que deveriam permitir elaborar os documentos (i) a (iv) eram recolhidos no âmbito dos inquéritos – que constam igualmente do processo – realizados a três níveis: a título individual, ao *agregado familiar* e à respetiva *habitação*; em termos gerais, à *aldeia*. Era em função da análise da informação recolhida neste âmbito que eram posteriormente identificadas as habitações carecidas de beneficiação, e em que grau, bem como feita a seleção e escalonamento das famílias a apoiar em função dos respetivos rendimentos e condições económicas.

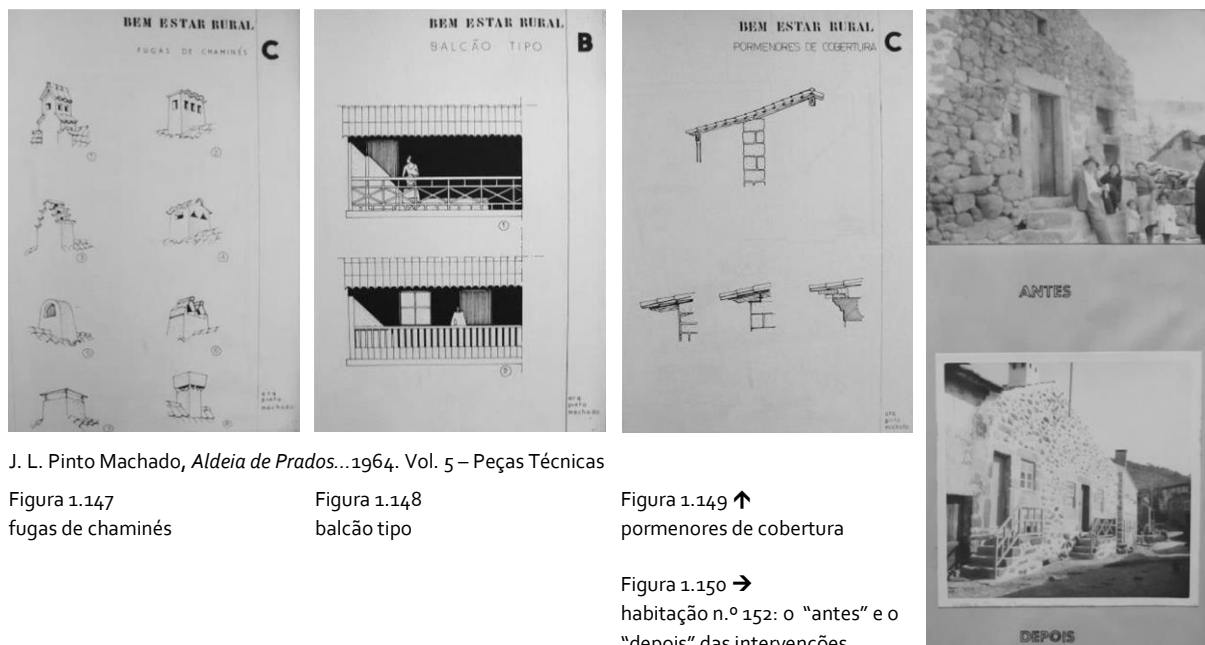
Quanto aos dados respeitantes aos itens (v) a (vii), estes resultavam da informação também recolhida naquele âmbito, constituindo os mesmos a proposta discriminada de intervenção a



executar, quer ao nível de cada habitação individualmente, quer ao nível do aglomerado no seu conjunto. Esta proposta era suportada, essencialmente, pelas peças escritas referidas – (i) *memória descritiva* dos trabalhos a efetuar, (ii) *estimativa orçamental* das obras a realizar e (iii) *caderno de encargos* –, estando o número peças desenhadas reduzido a uma *planta de alterações* por cada piso (identificando a situação existente e a correspondente proposta) e aos *desenhos e pormenores-tipo* de um conjunto de elementos construtivos (figuras 1.123, 1.147 a 1.149) – no caso de Prados: (i) alminhas, (ii) balcões (varandas), (iii) beirados, (iv) asnas, (v) assemblagens, (vi) cozinhas/fogões (lareiras), (vii) chaminés, (viii) fugas de chaminés, (ix) degraus, (x) portas, (xi) janelas, (xii) cruzeiros e (xiii) fontenários (Machado, 1964b: Vol. 5).

As obras, cujos projetos eram da responsabilidade dos respetivos serviços competentes, contavam com um apoio financeiro concedido ao abrigo da Lei dos Melhoramentos Agrícolas e,

através do DL n.º 44.534 e do Decreto n.º 43.661, por meio de empréstimo ou subsídio não reembolsável (Portugal, 1973: 24), devendo os proprietários beneficiados assegurar, tanto quanto possível, o fornecimento de mão-de-obra e/ou materiais.



J. L. Pinto Machado, *Aldeia de Prados...* 1964. Vol. 5 – Peças Técnicas

Figura 1.147
fugas de chaminés

Figura 1.148
balcão tipo

Figura 1.149 ↑
pormenores de cobertura

Figura 1.150 →
habitação n.º 152: o “antes” e o
“depois” das intervenções

No domínio da intervenção no edificado, as obras executadas terão ido muito além, conforme já referido, de uma mera operação de cosmética, abrangendo as seguintes “beneficiações”:

- 1 - reconstrução de coberturas e substituição das telhas, parcial ou totalmente;
- 2 - execução de forro interior [de cobertura];
- 3 - abertura de vãos em portas e janelas;
- 4 - construção de pequenas claraboias de iluminação e ventilação em dependências interiores;
- 5 - arranjo e pintura de caixilharias existentes;
- 6 - construção de chaminés e panos de apanhar fumos;
- 7 - colocação de pedras nos lares;
- 8 - reparação total, ou quase total, dos pavimentos;
- 9 - gateamento ou refechamento de juntas das paredes exteriores, incluindo a caiação de elementos considerados resistentes, tais como os lintéis das portas, as vergas de janelas, as ombreiras, etc.;
- 10 - separação, por sexos, de quartos de cama;
- 11 - ampliação do fogo, sempre que possível, quando a sua área coberta for considerada insuficiente às necessidades familiares (Machado, 1964b: Vol. I, p. 7; Portugal, 1973: 22-23).

O que é hoje ainda possível observar nas aldeias que tivemos oportunidade de visitar (figuras 1.119, 1.120, 1.130, 1.131, 1.154 a 1.160) – onde porém são já poucas as habitações que escaparam a intervenções posteriores –, conjuntamente com as imagens, ilustrativas do antes e depois das obras (figuras 1.117, 1.118, 1.126 a 1.129, 1.141 a 1.144, 1.150 a 1.152), contidas em diversos documentos (Portugal, 1963, 1966 e 1972), parece indiciar uma certa contenção, do ponto de vista estético, bem como algum respeito pelas características do lugar, com o recurso abundante às tradições construtivas e aos materiais locais – dessa forma confirmando, de alguma forma, os propósitos e princípios enunciados. Todavia, a questão que se coloca é a de saber se essa circunstância é efetivamente resultante de uma questão de princípio, da consabida escassez de verbas, ou, simplesmente se inscreve no quadro da imposição de uma imagem folclorizada das arquiteturas regionais tão cara ao regime.



Vila-verdinho, *uma aldeia melhorada*. “A casa do canto”...

Figuras 1.151, 1.152 e 1.153: ...antes e depois das intervenções do BER e em 2013

No entanto, pese embora a nossa investigação parecer apontar⁵⁴, claramente, para as duas primeiras hipóteses, não podemos ainda assim deixar de anotar a recorrência de elementos que remetem mais para essa imagem folclorizada – como sejam, e conforme já referido, (i) o beirado dito ‘à portuguesa’, (ii) os suportes para vasos instalados à ilharga das janelas (figura 1.119) e (iii) as juntas das alvenarias refechadas e pintadas de branco (1.120, 1.154 a 1.156, 1.158, 1.159) –, bem como de uma certa acentuação que é feita dos elementos passíveis de remeter para as características arquitetónicas, formais e/ou materiais, local ou regionalmente diferenciadoras.

Mas se é certo que as ações do BER foram muito além de uma mera operação de cosmética, não deixa de ser curioso que um relatório referente às ações em desenvolvimento no município de Baião venha a reconhecer ser “preciso dar atenção aos proprietários ajudando-os a programar melhoramentos reais, necessários e completos e não apenas simulacro de melhoramentos como alguns pretendem” (Portugal, 1968: s.p.). Pode-se, porém, deduzir e admitir que tal circunstância se devesse mais às carências económicas desses mesmos proprietários – incapazes de suportar quaisquer encargos que lhes fossem exigidos, por mínimos que fossem, pelas obras que seriam de facto necessárias –, do que à natureza das operações preconizadas no âmbito daquele programa.

Note-se ainda que, para além da manifesta insuficiência da obra executada face à real e imensa dimensão das necessidades, o programa terá deixado dois outros propósitos por cumprir:

- (i) por um lado, a já referida seleção mais criteriosa das aldeias a intervencionar, dada a escassez de recursos e tendo em vista concentrar o investimento público nas que se pudessem afirmar como “aldeias-centro” capazes de, a breve prazo, atrair e concentrar em melhores condições a população dispersa por aglomerados menores;
- (ii) por outro, a constituição do que seria um proto-programa das aldeias históricas abrangendo aldeias de diversas regiões do país e tendo em vista a respetiva promoção turística.

Relativamente àquele primeiro propósito, apenas no caso da aldeia de Prados, a que vimos fazendo referência, se confirma a sua concretização, já que essa é única aldeia identificada como aldeia-centro (figura 1.146), deixando assim pressupor que, se não foi previamente selecionada em obediência a esse propósito, foi pelo menos enquadrada no mesmo. De resto, foi o próprio arquiteto Pinto Machado (2013) a reconhecer que seleção das aldeias a intervencionar acabou por não ser tão criteriosa como se pretendia (*vide* nota 33), acabando por sucumbir à maior ou menor capacidade de influência de algum cacique local (padre, dirigente político, empresário ou terratenente).

⁵⁴ É conveniente salientar que, não só a historiografia é omissa relativamente a este programa ou a estas ações – foi apenas a partir de um ou duas referências muito breves e esparsas a umas “aldeias transmontanas melhoradas” (com referência apenas a Vila Verdinho, Jerusalém do Romeu e Vale do Couço), entre elas a notícia relativa à primeira projeção pública, 40 anos depois, de um documentário realizado em 1964 pelo bem conhecido cineasta Manoel de Oliveira, amigo da família Menéres, a propósito das obras em Vila Verdinho, e do opúsculo que dá conta das obras realizadas naquela mesma aldeia, que conseguimos desfiar o novelo que nos conduziu a um conhecimento mais circunstanciado do BER –, como não é objeto deste trabalho proceder ao seu estudo exaustivo. Cremos, porém, que valeria a pena fazê-lo.

Já quanto ao segundo propósito, a sua concretização está bem longe de se poder confirmar, ainda que de modo meramente parcial ou pontual. Com efeito, tendo esse mesmo propósito nos sido revelado por Pinto Machado (2013), o mesmo é, no entanto, omissos nos documentos mais diretamente relacionados com as intervenções realizadas no âmbito do BER a que tivemos acesso, embora seja claramente apontado em duas publicações daquele autor.

Na primeira, já citada, Pinto Machado, admite que “talvez seja de aconselhar que nessas zonas venham a ser recuperados alguns aglomerados rurais considerados de interesse turístico”, nomeando em concreto a região algarvia (1965: 98). Na segunda, reportando-se agora em particular às zonas de montanha, afirma ser “de interesse salientar a positiva contribuição que a política de turismo rural trará para a obtenção de rendimentos do vulto complementares aos auferidos pela actividade agrícola”, acrescentando que

uma aldeia e a respectiva zona envolvente, quando possuidora de potencialidades turísticas, pode, e deve, ser transformada numa aldeia de interesse, se convenientemente equipada e se eficientemente localizada adentro de circuitos turísticos, previamente estabelecidos. (1970: 17)⁵⁵



Figuras 1.154, 1.155, 1.156 e 1.157:
Vale do Couço (Mirandela), Santa Eulália (Seia), Cadafaz (Celorico da Beira), Porto dos Fusos (Sertão)

Figura 1.158, 1.159 e 1.160
Prados (Celorico da Beira), Póvoa de Mosqueiros (Santa Comba Dão), Penedos (Mértola)

Não é no entanto difícil acreditar que a essas aldeias-centro em particular, dado o papel que lhes era atribuído na estruturação do território (cf. Machado, 1961: 334), pudesse ser associada também a atividade turística, na medida que a sua importância era já considerada no âmbito do desenvolvimento regional e local. Veja-se, de resto, como o concurso da aldeia mais portuguesa viria a servir, desde a sua realização e até aos dias de hoje de cartaz turístico e motivo de orgulho a

⁵⁵ A importância da atividade turística nas zonas rurais é, no entanto, ainda mais bem enunciada por José Augusto Varela, em 1968, no âmbito da discussão das “perspectivas do ordenamento rural”, ao reconhecê-la como uma das atividades, a par com a residência secundária, que melhores perspectivas de futuro apresenta e de cujo “grau de possibilidade e expansão” afirma depender o progresso de muitas zonas rurais (1995c: 133-134).

algumas das aldeias intervenientes (*vide* nota 4, secção 1.2.1), e facilmente se percebe como a ideologia ruralista do regime não deixaria certamente de (se) aproveitar (d)a ideia, cruzando a promoção dos valores da ruralidade à propaganda referente às suas ações de fomento e obras públicas.

Seja como for, e não sendo hoje fácil avaliar convenientemente, nem a metodologia, nem as obras realizadas, dado serem já poucas as habitações que escaparam a intervenções posteriores e escassa a documentação disponível ou que chegou até nós, certo é que as mesmas foram muito além de uma mera operação de cosmética, tendo de facto permitido dotar as habitações intervencionadas – embora em número muito escasso face às necessidades, como atrás se referiu – de condições minimamente condignas de habitabilidade.

E ainda que este programa não tenha constituído oportunidade para o estudo mais exaustivo da habitação e do património rurais, também não deixa de ser verdade que o mesmo terá permitido a abertura de um campo de discussão em torno da sua problemática – longe já das questões de estilo, de “portuguesismo”, de “bom gosto” e de encenação folclórica que haviam anteriormente animado a ação, tendencialmente mistificadora da condição rural, do SPN/SNI –, muito embora, pelo esquecimento a que foi votado, pareça ter constituído até à data uma espécie de parente enjeitado da história da reabilitação arquitetónica em Portugal (a qual, de resto, está ainda em grande medida, por fazer), a que nem o desaparecimento do (ou grande parte do) arquivo da JCI servirá (suficientemente) de desculpa.

1.4. A tradição *reinterpretada*: revisões (pós)modernas ou a emergência de uma terceira via

1.4.1. A *novíssima* geração modernista e a (re)descoberta da importância das permanências e constantes da arquitetura portuguesa

Se de um lado se assiste, como vimos, à imposição de uma estética, se não oficial, pelo menos oficiosa¹ de matriz regionalista e historicista – com que se procurava traduzir o caráter nacionalista do regime tipificando apenas certos aspetos formais da arquitetura vernácula, estilizando-os e isolando-os do respetivo contexto numa perspetiva artificialmente unificadora mas apologética da essencialidade rural do caráter português, imposição que vingará ao longo da década de 1940 –, do outro, acabarão por (res)surgir, já no final da mesma década, os apelos à renovação da linguagem arquitetónica e urbanística. Apelos que surgem no I CNA apontando já no sentido de um planeamento executado “em moldes racionais de Urbanização moderna” e em cujos estudos “se encarem objectivamente os princípios expressos na ‘Carta de Atenas’” (AA.VV., 1948b: LX e LXVI), os quais, como sabemos, depreciavam a importância do lugar, do contexto e da tradição.

Efetivamente, o I CNA – evento que decorrerá em paralelo com idêntico conclave que reunirá a classe dos engenheiros e no mesmo âmbito da exposição comemorativa dos “quinze anos de obras públicas” do Estado Novo, distanciando-se porém do habitual tom celebratório e encomiástico do regime – irá assinalar a abertura de uma nova fase na história da arquitetura portuguesa. Uma fase em que não só os arquitetos – particularmente a nova geração então a dar os seus primeiros passos profissionais – tomam nova e diferente consciência da importância do seu papel no plano social, como, demarcando-se de forma clara do compromisso assumido pela anterior geração, (retomam e re)assumem a sua filiação moderna, agora já não apenas no plano meramente estilístico ou vocabular, mas também, e sobretudo, no sentido da sua afirmação no plano metodológico, empreendendo um percurso de revisão crítica do seu quadro disciplinar e profissional que ganhará maturidade já no final da década de 1950 (cf. Portas, 1959a: 13-14).

Da discussão que terá lugar no âmbito daquele evento – subordinada a dois temas centrais de “excepcional importância”: *A Arquitectura no Plano Nacional* e *O Problema Português da Habitação* – ressaltarão, entre outras – e para além do significativo *mea culpa* do (aparentemente) insuspeito (por mais próximo do poder) Cottinelli Telmo, um dos principais representantes da anterior geração, a do “compromisso”, ao reconhecer “a deficiência” de “não termos sabido impor os nossos pontos de vista; a de não termos sabido lutar como devíamos” (1948b: L), – duas conclusões de extraordinária importância e efeito irreversível e duradouro²:

¹ Havendo autores que defendem a existência de uma “arquitetura característica” do Estado Novo, embora dotada de cambiantes diversos aplicáveis a diferentes programas e escalas, acentuando o caráter autoritário e repressivo do regime, como é o caso de N. T. Pereira e J. M. Fernandes (1980), outros, porém, como P. V. Almeida e J. M. Fernandes, preferem usar os termos “hesitação” e “expectativa” e retomar a tese do “compromisso” enunciada por Carlos Ramos (1986: 105-138), para caracterizar a arquitetura portuguesa e, sobretudo, o ambiente que a determinará até ao final da segunda grande guerra, transferindo assim a maior parte do ónus para os arquitetos. É também nesta segunda linha que se parece enquadrar N. Portas ao caracterizar aquela que terá sido a atitude da classe dos arquitetos nessa época como de “cedência” ou mesmo “conversão” (à estética de tendência tradicionalista do Estado Novo), recorrendo no entanto, e em parte, aos alibis do “vazio teórico” e do “isolamento internacional” para a justificar ou ajudar a compreender (2008: 171-194). De qualquer modo, nem Almeida e Fernandes (1986), nem Portas (2008), parecem negar a existência, se não de uma “imposição”, pelo menos de uma “solicitação” predeterminada por parte do regime. Como também parecem inegáveis os condicionalismos que terão sido erguidos na apreciação e aprovação dos projetos por parte das câmaras municipais e outros organismos do estado, como aconteceu em (e a partir de) Lisboa, no Bairro de Alvalade (Palma, 1949: 7-8), ou no Porto, a propósito de um plano de construção de casas de renda económica – embora aqui motivando uma reação veemente por parte de um conjunto alargado de arquitetos da cidade (AA.VV., 1949: 2-3).

² Segundo Pereira e Fernandes, “Só a partir dos finais da década [de 1950] os modelos [arquitectónicos] do Estado Novo vão ser gradualmente abandonados, por manifesto desfazimento técnico-ideológico acentuado e pela força das iniciativas renovadoras”, tendo-se prolongado a sua aplicação para além do momento em que “as condições que tinham favorecido a sua eclosão entraram em

- (i) por um lado, a recusa de um “portuguesismo” postizo imposto através “da imitação de elementos do passado”³ confundindo “estagnação e primitivismo com tradição”, da vulgarização do “errado conceito de que a feição portuguesa dos edifícios se reduz a uma questão de pitoresco”, e da

insinuação de que a sua obra – quando se exprima de maneira diferente da considerada como *portuguesa* – representa alheamento da sua personalidade profissional e, o que é pior ainda, da sua nacionalidade (AA.VV., 1948b: LXIII);

- (ii) por outro lado, a ideia de que a conceção e construção de habitação social não se deveria subordinar exclusivamente ao critério do mais baixo custo, devendo antes adotar não só os princípios da racionalização e normalização construtiva, como, e “ainda que a título experimental, o princípio da construção multifamiliar em altura integrada em planos regionais de urbanização” concebidos “em moldes racionais de Urbanização moderna” (*Idem*: LX e LXIV), porque, como até Cottinelli Telmo acabará por admitir, “A ideia de INOVAR também é legítima” (1948a: 65; maiúsculas como no original).

Mas entre a encenação da tradição, que está subjacente à estética oficial do Estado Novo⁴ e se revelava já tão anacrónica como inconsequente, e a sua recusa – que é também uma recusa em (continuar a) pactuar com um ruralismo encenado, elegendo em seu lugar o Moderno, de uma forma até então inédita, como paradigma (quase) absoluto, que a maioria das teses apresentadas ao referido Congresso de algum modo representa –, e curiosamente, dado o facto dos princípios doutrinadores proclamados na Carta de Atenas poderem ser entendidos como um libelo contra as formas e práticas da arquitetura tradicional (e tê-lo há sido até à década de 1960) –, virá emergir do seio dessa nova geração já muito influenciada pelos ideais modernistas traduzidos nesse manifesto, a defesa de uma “terceira via no sentido de uma evolução da arquitectura moderna com capacidade de identificação com o tradicional”, como explicará F. Távora (*apud* Clementino, 2013: 75)⁵. Uma via (i) de compreensão da importância das constantes e permanências que a arquitetura popular, nas suas várias dimensões, tão bem exprime; (ii) de que resultassem “compostos” e não “misturas” – e muito menos “mixórdias”⁶ (Távora, 1957: 11); e (iii) muito distanciada, em suma, do ideário tradicionalista do Estado Novo e do modelo da *casa portuguesa* e capaz de traduzir já não uma encenação epidérmica da tradição mas antes a sua reinterpretação a partir do respetivo estudo e compreensão profunda.

Mas para que essa identificação se processasse tornava-se pois fundamental conhecer, em profundidade – e não apenas superficialmente, como até então – o seu objeto, algo que, apesar de todas as proclamações em defesa da tradição por parte dos ideólogos do regime, e à parte alguns

crise” apenas graças “a uma prática censória sistemática, que impunha a adopção desses modelos contra a liberdade de concepção.” (Pereira & Fernandes, 1980: 550)

³ É o próprio Cottinelli Telmo um dos primeiros a reconhecer que “Colocado perante o problema do *portuguesismo* da sua obra, o Arquitecto tem buscado *imitações, estilizações* de tudo o que de superficial, exterior, lhe revela o passado; tem procurado criar afinidade de elementos *decorativos* e *apoiar símbolos*, mais nada” (1948a: 62).

⁴ Como se dúvidas houvesse, Salazar encarrega-se de a afastar, nesse mesmo ano de 1948, ao afirmar, a propósito de celebração dos Quinze Anos de Obras Públicas, que “seria lamentável que não legássemos, não digo orgulhosamente *um estilo*, mas *uma maneira* bem portuguesa e bem actual [...] através do imenso volume de obras que realizámos” (*apud* Baptista, 1997: 78).

⁵ De que o caso português, na evolução do pensamento e das práticas arquitetónicas subsequentes à publicação, no início da década de 1960, do livro *Arquitetura Popular em Portugal* (AA.VV., 2004b) – publicação que reúne os resultados do IARP, inquérito realizado na segunda metade da década de 1950 –, pode ser apontado como exemplo; assim como também no Brasil, pois, como refere F. Choay, são os representantes desse país nos CIAM que “estão na origem da conservação da arquitectura vernacular.” (2010: 143)

⁶ A respeito da Casa de Ofir (figuras 1.161 e 1.162), F. Távora afirmar ter procurado que da mesma “resultasse um verdadeiro **composto** e, mais do que isso, um **composto** no qual entrasse em jogo uma infinidade de factores, de valor variável, é certo, mas todos, todos de considerar [...] deixando falar tudo e todos, num magnífico e inesquecível diálogo” e contrariando assim a tendência “infelizmente normal entre nós de realizar misturas de apenas alguns factores” (1957: 11; ênfase como no original).

contributos esparsos e localizados, estava ainda por fazer⁷, constituindo o *Inquérito à Habitação Rural* (Basto & Barros, 1943; Barros, 1948), até à data, o esforço mais consistente e exaustivo (Leal, 2000: 150) nesse sentido, ainda que não especificamente direccionado à caracterização arquitetónica e morfotipológica⁸, traçando porém um quadro negro da realidade, bem diferente e oposto ao quadro bucólico e idílico difundido pela propaganda oficial⁹.

Fernando Távora e Keil do Amaral terão sido, se não os primeiros a percebê-lo, certamente os primeiros a enunciá-lo. O primeiro, embora sustentando ser a Arquitetura Moderna a “única arquitectura que poderemos fazer sinceramente” e denunciado a “mentira arquitectónica” a que a “casa portuguesa” presidiu, reconhecia, porém, que

A casa popular fornecer-nos-á grandes lições quando devidamente estudada, pois ela é a mais funcional e a menos fantasiosa, aquela que está mais de acordo com as novas intenções¹⁰ (Távora, 1947: 6 e 8),

defendendo, por isso, a necessidade de tudo “refazer *começando pelo princípio*”, ou seja, estudando as condições que determinaram a criação e o desenvolvimento das nossas “casas antigas ou populares” e os “modos como os materiais se empregaram e satisfizeram as necessidades do momento” (*Idem*: 9 e 11; itálicos no original).

O segundo, partindo de idênticas premissas, nomeadamente do reconhecimento das “muitas e valiosas lições” que a arquitetura “regional” encerra, e denunciando, de igual modo, a falta que fazia “estudá-las, aprendê-las, porque”, acrescentava por seu turno, “até hoje pouco mais se fez do que cabular [e] copiar, estilizando-o, o aspecto dos edifícios característicos” (Amaral, 1947: 12), engrossava assim o tom da crítica a um modelo cujo esgotamento era já por demais evidente.

Certamente esperando do trabalho um “formulário figurinista que [viesse] a permitir a definição epidérmica da arquitectura ou, pelo menos, das arquitecturas certas para cada província” (Dias *et al.*, 2004: XI), e, dessa forma, legitimar o ideário nacionalista do regime, o ministro das Obras Públicas, Arantes e Oliveira, é levado a apoiar entusiasticamente a iniciativa, em 1955¹¹, mal sabendo que os resultados acabarão por ser contrários ao que seria, nesse sentido, politicamente ‘correto’ ou ‘desejável’.

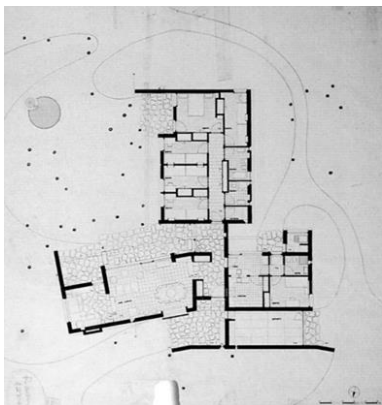
⁷ Efetivamente, os estudos e reflexões mais sistemáticos que virão a ser feitos sobre a habitação e arquitetura populares no âmbito da etnologia e da antropologia (no desenvolvimento das primeiras aproximações realizadas no final do século XIX e inícios do século XX) – particularmente os levados a cabo por Ernesto Veiga de Oliveira e seus colaboradores do CEEP do Porto e, mais tarde, do Museu de Etnologia de Lisboa – ocorrerão paralelamente e em simultâneo com os empreendidos pelo arquitetos dessa “novíssima geração” (Leal, 2000: 145).

⁸ Tratava-se, efetivamente, segundo J. Leal, de “olhar para a habitação rural como um elemento de economia agrária”, estando por isso e fundamentalmente em causa “o apuramento do conjunto de condições materiais, articuladas no espaço físico da habitação, necessárias à reprodução da força de trabalho” (2000: 150-151).

⁹ Um quadro negro que, sugere ainda J. Leal, terá excedido, para pior, as expectativas iniciais dos autores do estudo, não surpreendendo por isso que o mesmo, embora lançado com o propósito de estabelecer um “conhecimento aprofundado da situação da agricultura portuguesa como base para um trabalho de reforma sério e informado”, se venha a revelar um “incómodo” de tal forma sério para o governo que este tenha acabado por determinar não só a “deficiente” distribuição do segundo volume, como a suspensão da edição do terceiro volume (2000: 147, 151, 158-159), então “publicado apenas no âmbito do Instituto Superior de Agronomia e, portanto, com uma circulação muito restrita” (Baptista (1981: 68), e só em 2013 finalmente disponibilizado ao público em geral numa edição da Imprensa Nacional Casa da Moeda.

¹⁰ Este interesse modernista nas arquiteturas tradicionais ou populares encerrava um propósito evidente de autolegitimação, ao assinalar as (supostas) origens vernáculas de alguns dos princípios fundamentais da própria arquitetura moderna. Como assinala D. Upton, “Partly as a result of modernist interest in traditional architecture, it has been customary to treat vernacular buildings as ‘functionalist’ essays in matching man to his environment, or his buildings to his ‘needs’. Because functional forms are inherently the most beautiful, the modernists thought, traditional builders naturally produced handsome structures.” (1981: 69)

¹¹ Seis anos depois de se ter gorado uma primeira tentativa de obtenção de financiamento para o efeito, junto do Instituto para a Alta Cultura (Fernandes *et al.*, 2004: XIII).



A Casa em Ofir (Arqt.º Fernando Távora, 1956-58) é porventura um dos mais notáveis exemplos da terceira via preconizada pelo seu autor
 Figura 1.161: planta
 Figura 1.162: alçado norte (vista exterior)

Na realidade, o que esses jovens arquitetos – nos quais se incluíam não só os próprios Keil do Amaral e Távora, mas também Nuno Teotónio Pereira, bem como os já referidos Octávio Lixa Filgueiras e Arnaldo Araújo¹², entre outros jovens arquitetos – irão de facto constatar e expor, como era seu propósito, será antes uma variedade de situações que não só desmontavam a tese da *casa portuguesa* em que se ancorava a retórica do regime como revelavam a extrema importância da relação do homem com o meio na formulação da(s) arquitetura(s) de cada região¹³ – acabando eles próprios, no regresso, por incorporar os sinais desse vínculo ao lugar e às suas particularidades, próprio da arquitetura popular, na sua própria obra.

Esse documento, ainda hoje uma referência incontornável, embora pudesse ter servido para demonstrar a diversidade formal e tipológica da habitação popular portuguesa e a correspondente ausência de uma 'unidade característica' na arquitetura popular portuguesa, bem como para legitimar "a expressão de uma arquitectura anónima, mas culta, comprometida com o lugar, mas consciente da modernidade, sem ceder ao populismo" (Tormenta, 2003: 65) – confirmando, no terreno, a tese defendida por Távora (1947) em *O Problema da Casa Portuguesa* –, pouco terá servido para impedir a voragem destruidora, já então iniciada mas que se acentuaria ao longo das décadas seguintes, que levaria à substituição das velhas formas da arquitetura popular – formas que embora profundamente enraizadas no seu território constituíam ainda assim o símbolo mais visível e pungente das enormes carências e más condições de vida¹⁴ – por novas formas, muitas delas acriticamente importadas mas prenhes de significados que remetem para uma certa ideia de progresso e bem-estar e servem sobretudo como afirmação de uma nova condição de vida.

Certo é que entre as leituras possíveis desse estudo ficava aberta a via à possibilidade de um equilíbrio de que resultasse uma modernidade desejada e consentânea com o seu tempo e com as novas exigências de conforto e desempenho mas enraizada nas características do lugar e atenta à permanência das formas e das memórias nelas condensadas. Ou seja, a uma arquitetura de síntese

¹² A Keil do Amaral coube não só o papel de grande dinamizador do trabalho como a liderança da equipa responsável pela Zona 3 - Beiras, tendo Távora sido incumbido de liderar a equipa da zona da Zona 1 - Minho, Lixa Filgueiras a equipa da Zona 2 - Trás-os-Montes (de qual faria parte Arnaldo Araújo), e Teotónio Pereira a equipa da Zona 4 - Estremadura.

¹³ Aspeto em que o IARP não deixa, em nosso entender, de se revelar tributário dos princípios defendidos, em 1938, pelo então ainda jovem investigador Orlando Ribeiro relativamente ao *inquérito ao habitat rural* que considerava haver então que fazer, nomeadamente no que se refere quer à abrangência do estudo, que deveria integrar "necessariamente dois aspectos: o morfológico e o genético", respeitando um à "forma como o fenómeno se apresenta" e o outro àquilo que estaria na sua génese, quer à importância de se considerar o estudo da casa, que teria de compreender todas as suas "naturais" dependências produtivas, "inseparável do das povoações" (1938: 5, 6 e 8).

¹⁴ Condições que convém não esquecermos de todo, não embarcando em atitudes de nostalgia romântica com as quais, ainda que involuntária e inconscientemente, se tende a "nega[r] resistentemente [ao campo, à arquitectura popular, ao "outro"] o conforto que reclamamos para a 'cidade' [e para nós próprios]" (Dias, 2000: 11).

entre a evolução necessária e a (re)descoberta da importância das permanências em que à efemeridade dos elementos decorativos se impõe a perenidade das formas com que o homem constrói o seu espaço de habitar em estreita relação com o seu território.

1.4.2. Da importância da Escola do Porto na (re)descoberta do mundo rural e na pesquisa formal em torno da (re)interpretação da tradição arquitetónica

Fernando Távora, no Porto, conjuntamente com Nuno Teotónio Pereira – que ainda nesse mesmo ano de 1947 publica um diagnóstico da situação da arquitetura portuguesa que coincide nos aspetos essenciais com o de Távora (cf. Pereira, 1996b: 4-13) –, em Lisboa, virão a ser, segundo A. Tostões, os únicos autores da geração do Congresso “a procurar o compromisso da história com a vanguarda” (2005: 48).

Será contudo na cidade do Porto, e particularmente no curso de arquitetura da Escola de Belas Artes daquela cidade nortenha, que esse compromisso virá a encontrar terreno fértil para frutificar, em grande medida graças a quatro fatores que se revelarão essenciais. Primeiramente, o ambiente de abertura pedagógica proporcionado por Carlos Ramos (cf. Fernandes, 2010: 89) – em particular após assumir a direção da escola em 1952 – na revisão do conceito de escola no sentido da ideia da

Escola-orientada-para-a-prestação-de-serviços-à-Comunidade, a verdadeira Escola/Oficina dos ‘não génios’, capaz de formar cidadãos-profissionais bem apetrechados para enfrentar os desafios das carências de um país pobríssimo como o nosso” (Filgueiras, 1986: s.p.).

Uma escola cuja pedagogia assentava assim na “prioridade dada ao estudo do problema humano-que-carece-de-arquitetura” (Portas, 1963: 16), encorajando os estudantes a participar em campanhas antropológicas, levantamentos no domínio da arquitetura popular e inquéritos sociais¹⁵, num esforço de superação daquele que Portas diagnosticava, em 1963, como

Um dos males gerais crónicos dos nossos métodos pedagógicos [que era] a fuga ao contacto com o real, seja este o mundo físico ou a sociedade. (*Idem*: 39)

Depois, o papel fundamental que o geógrafo Orlando Ribeiro e o antropólogo Jorge Dias¹⁶ irão desempenhar no desenvolvimento do interesse dos alunos nos domínios da cultura e arquitetura populares, através de *master classes* e trabalho de campo, de natureza ou no quadro curricular (Maia & Cardoso, 2012: 380-381).

Em terceiro lugar, a entrada do próprio Távora no corpo docente da escola, em 1951, como Assistente na disciplina de Arquitetura, pela importância que este vinha atribuindo, desde há muito e ainda estudante, ao estudo da arquitetura e da casa populares e à enunciação de uma nova atitude de projeto que procurasse os seus referentes fundamentais no contexto, na história e na modernidade (Fernandes, 2010: 107). Importância que o levaria, em 1953, a orientar, no âmbito do recém-criado Centro de Estudos de Arquitetura e Urbanismo, um “Inquérito às expressões e técnicas tradicionais portuguesas”, em coordenação com o Centro de Estudos Geográficos da Faculdade de

¹⁵ Inquéritos como os que virão a ser realizados, já nos anos 1960, no âmbito das disciplinas de Arquitectura Analítica 1 e 2, alguns dos quais informarão posteriormente, já no final dessa década, o já referido *Estudo de Renovação Urbana do Barredo*, coordenado por Távora (Filgueiras, 1986: s.p.). O propósito subjacente a estas experiências pedagógicas traduz bem a importância atribuída ao papel social do arquiteto a que atrás fizemos já referência, assim como a ideia, formulada por José Antonio Coderch logo no início da mesma década, de que “No son genios lo que necesitamos ahora”, mas antes de arquitectos que não se distanciem em demasia “de la tierra en la que tienen raíces, y de los hombres que mejor conocen; siempre apoyándose en una base firme de dedicación, de buena voluntad y de honradez.” (2011: 13)

¹⁶ Nomes cujo trabalho no âmbito geográfico, etnográfico e antropológico assume particular importância encontrando-se entre aqueles que, desde os anos 1940, estarão na linha da frente dos estudos, como os desenvolvidos no Centro de Estudos de Etnologia Peninsular, que conduzirão a um conhecimento mais sistematizado da ruralidade, do habitat rural e das tradições construtivas portuguesas.

Letras de Lisboa e com o Centro de Etnologia Peninsular da Faculdade de Ciências do Porto (Moniz, 2011: 309).

Finalmente, o empenho que outros professores mais jovens que entretanto irão chegando – como Octávio Lixa Filgueiras e Arnaldo Araújo, que integram o corpo docente em 1958 –, os quais tendo, ainda como discentes, bebido de todas estas influências, virão depois, já como docentes da escola, a catalisar e dinamizar experiências pedagógicas onde ganham importância os “aspectos culturais das manifestações arquitectónicas, perspectivando a prática disciplinar numa dimensão histórica e humana” (M. Correia Fernandes, 1980, *apud* Fernandes, 2010: 232) e, sobretudo, a necessidade de “conhecer as coisas e os homens, e o mundo, e a vida, e de tudo isso saber tirar uma lição” como condição essencial para o “saber fazer” (Filgueiras, 1985: 16).

Com efeito, iremos encontrar entre 1953 e 1968 mais de uma dúzia de CODAs¹⁷ subordinados à temática rural – alguns deles diretamente relacionados com o próprio IARP, ou por ele e pelas suas conclusões influenciados¹⁸ –, ou que não só estabelecem uma leitura realista, eminentemente social e despida do bucolismo idílico e mistificador de que enfermavam as leituras mais caras aos ideólogos do Estado Novo e da *casa portuguesa*, como propõem soluções estéticas e formais que procuram estabelecer a síntese possível entre a tradição e a inovação, entre a história e a modernidade, a partir de um trabalho de base interdisciplinar¹⁹. Trabalhos entre os quais vale aqui a pena destacar, em particular, entre outros também merecedores de nota²⁰, os de Octávio Lixa Filgueiras (1953), *Urbanismo: um tema rural*²¹ (figura 1.165), e Arnaldo Araújo (1957), *Formas do habitat rural – Norte de Bragança. Contribuição para a estrutura da comunidade* (figuras 1.163 e 1.164).

O primeiro pela importância que, a par da experiência de que o autor virá entretanto a usufruir no âmbito da equipa de trabalho incumbida da Zona II/Trás-os-Montes do IARP, não deixará de ter no desenvolvimento do *Plano de uma Comunidade Rural com cerca de 40 habitações* que virá a ser apresentado²² em 1956, no X CIAM²³, em Dubrovnik, pela representação portuguesa – da qual, além

¹⁷ Concurso para a Obtenção do Diploma de Arquitecto.

¹⁸ O que é natural, dada a estreita relação que se estabelecerá entre a escola e o IARP, traduzida não só na participação de alguns dos seus professores (Fernando Távora) e alunos (Rui Pimentel, António Menéres, Carlos Carvalho Dias e Arnaldo Araújo), como na circunstância das reuniões de trabalho das duas equipas nortenhas do Inquérito, durante a sua realização, terem ocorrido na própria escola (Moniz, 2011: 310).

¹⁹ A interdisciplinaridade será, aliás, outra das características fundamentais que Carlos Ramos irá imprimir à pedagogia da Escola do Porto, processo que tenderá a aproximar o arquiteto de outras ciências humanas e sociais, que não só a história da arte, nomeadamente da geografia, da antropologia, da etnologia e da sociologia.

²⁰ Particularmente os de José Joaquim Dias (1960), *Recuperação de aldeias - Espinhosela, Bragança*; José Alves da Silva (1962), *Alguns aspectos da evolução do habitat na região alentejana*; Sérgio Fernandez (1964), *Recuperação de aldeias - equipamento colectivo. Rio de Onor, Bragança*; José Forjaz (1967), *Complexo cooperativo na Granja do Mourão*; mas também, o de Vasco Lobo (1957), *Uma adega cooperativa para a Colónia Agrícola de Pegões da Junta de Colonização Interna*, embora sugerindo uma linguagem mais estreitamente vinculada ao modernismo racionalista; ou ainda, mas porventura sem a mesma qualidade ou importância, trabalhos como os de Álvaro Bessa (1953), *Construções para uma pequena propriedade agrícola*; Fernando Guimarães (1957), *Um grupo de habitações para a aldeia de Rebordochão*; Rolando Torgo (1961), *Uma habitação rural*; Manuel Sepúlveda (1964), *Uma casa agrícola*; Lévi Horta da Silva (1968), *Aglomerado rural – Covelo do Gerez*. Note-se que a fecundidade reflexiva deste período patenteia-se ainda em outros trabalhos que, embora fugindo à temática rural, se mantinham nos limites da importância atribuída ao “papel social” do arquiteto, como o apresentado por Nuno Portas (1959b) sobre *A habitação social. Proposta para a metodologia da sua Arquitectura*, temática cujo desenvolvimento o autor iria prosseguir, a partir de 1962, no âmbito do trabalho de investigação no LNEC (ver, p. ex., Portas, 2013; Campos, 2011) e em colaborações com Teotónio Pereira no âmbito das HE-FCP, nomeadamente nos conjuntos de Casas de Renda Económica de Vila do Conde (1958-64), Barcelos (1959-62), Caramulo (1959-63) e Olivais Norte e Sul (1959-1968).

²¹ Estudo que constituiria o primeiro trabalho teórico-prático, desenvolvido naquela escola, decorrente da reforma implementada por Carlos Ramos.

²² Atirando mais achas para uma fogueira que se vinha já a acentuar desde o VI CIAM e que traduzia um progressivo afastamento, por parte das novas gerações, da ortodoxia inicial do Movimento Moderno no sentido do entendimento e consideração da importância do lugar, do contexto e da sua história.

²³ Congrès Internationaux d'Architecture Moderne.

de A. Araújo, faziam ainda parte Viana de Lima, Fernando Távora, Carlos Carvalho Dias e o engenheiro Napoleão Amorim. Plano esse onde se

- (i) sublinha a importância fundamental de que se reveste o conhecimento do meio, defendendo

A importância de inquéritos muito intensos [como] princípio que pouco a pouco eliminará os projectos estudados fora das realidades locais (Lima *et al.*, 1959: 24);

- (ii) reafirma a importância do papel social do arquiteto, associando a este uma posição de

homem natural, simples, humilde, que se dedica, aos problemas dos seus semelhantes não para se servir, mas para os servir, criando assim uma obra talvez anónima mas apesar de tudo intensamente vivida (*Idem; Ibid.*)

- (iii) e se apela não só a uma maior interdisciplinaridade mas, sobretudo, a uma maior participação (ativa) dos próprios destinatários da arquitetura e do urbanismo, convocando a

colaboração franca e permanente de todos os homens [e não somente os arquitetos e urbanistas] nas obras de arquitectura e urbanismo, colaboração que lhes dá o direito de dizer a *minha casa*, a *minha aldeia* (*Idem; Ibid.*; itálicos como no original).



Figuras 1.163 e 1.164: Arnaldo Araújo, *Formas do habitat rural – Norte de Bragança*. Contribuição para a estrutura da comunidade. Concurso para a Obtenção do Diploma de Arquitecto, ESBAP, 1957: folhas 2 e 19

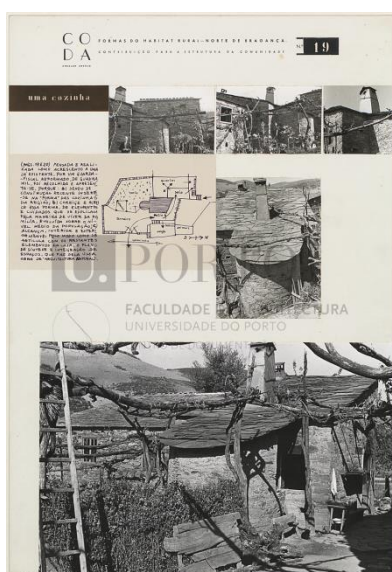


Figura 1.165: Octávio Lixa Filgueiras, *Urbanismo: um tema rural*. Concurso para a Obtenção do Diploma de Arquitecto, ESBAP, 1953: planta de zonamento.

O segundo, porque estará na base da proposta de *Recuperação das Aldeias do concelho de Bragança* (figuras 1.166 e 1.167) – que o seu autor irá apresentar, em 1963, no âmbito da sua colaboração como Arquitecto Regional de Trás-os-Montes nas Habitações Económicas – Federação das Caixas de Previdência (HE-FCP) –, proposta que assume para nós particular importância, nomeadamente no que respeita àquela que se propunha ser a ação experimental de *Recuperação da Aldeia de Espinhosela*, e por duas ordens de razões. Em primeiro lugar porque, defendendo a necessidade de se

estudar medidas especiais, adequadas, por um lado, ao tipo de povoamento e às características sociais da região [... e], por outro, à premente necessidade de se corrigirem defeitos e insuficiências do habitat (Araújo, 1963: 5)

Araújo retoma alguns dos pressupostos e a metodologia associados à "Beneficiação Geral de edificações e construção de sanitários na povoação de Vale do Couço", um das muitas intervenções

de “renovação aldeã” levadas a cabo no âmbito do SBER da JCI (que abordámos já em local próprio), validando-a assim num contexto diferenciado daquele em que a mesma emergira. Uma metodologia que se suporta:

- (i) num estudo do contexto geográfico e territorial, pois a “consideração dos seus [da aldeia] problemas já só pode encontrar respostas na escala da planificação”;
- (ii) num inquérito “familiar”;
- (iii) num levantamento individual das condições e características da habitação e respetivo estado de conservação;
- (iv) e numa proposta de intervenção, também individual, devidamente quantificada em termos de execução de obra e respetivo orçamento, que, por sua vez, motiva ainda mais dois inquéritos: um “de localização” e o outro “técnico”, ambos relativos aos “ofícios da construção civil e do equipamento da habitação”, visando maximizar o recurso, na “justa medida”²⁴, às empresas, mão de obra e materiais locais como forma de minimização de custos (Araújo, 1963: s. p.).

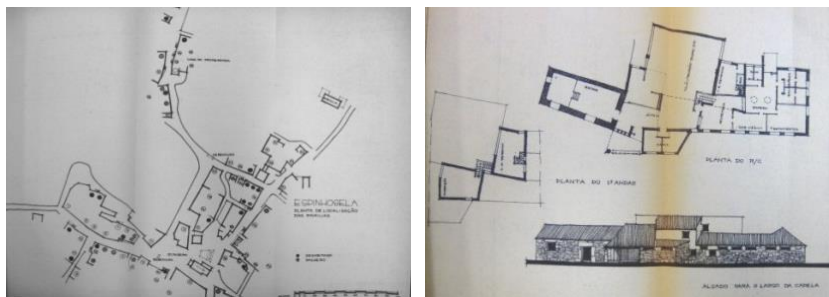
Arnaldo Araújo, *Recuperação das aldeias do concelho de Bragança*

Figura 1.166

“As famílias em Espinhosela”, planta de localização

Figura 1.167

“Para a Casa do Povo de Espinhosela, 1º estudo”, plantas e alçado



Em segundo lugar, pela proposta de criação, para o referido efeito, de um “Grupo Técnico” cuja missão consistia em proceder à “organização do complexo processo, que é necessário para uma clara sistematização e uma boa condução das obras” (*Idem*: 10), antecipando assim, nalguns dos seus aspetos, aquilo que virão a ser os objetivos e a ação, nos domínios da intervenção no património edificado, dos GTL criados nos anos 1980 no âmbito do Programa de Reabilitação Urbana (PRU), alguns dos quais virão a ser chamados a intervir, nas décadas seguintes, nos programas de revitalização de aldeias, ou dos Gabinetes Técnicos de Apoio às Aldeias constituídos no âmbito do Programa de Revitalização das Aldeias do Algarve.

1.4.3. *Novas casas portuguesas*

Entre os arquitetos da nova geração presentes no I CNA contava-se o já referido jovem Nuno Teotónio Pereira que no ano anterior, 1947, ingressara no recém-criado quadro técnico das HE-FCP²⁵, organismo onde virá a desempenhar um papel preponderante na reflexão sobre a problemática da habitação social e na definição dos novos modelos habitacionais. Novos modelos que, todavia, só encontrarão condições para se impor no final da década seguinte, com

²⁴ “Justa medida” essa que, afirma Arnaldo Araújo, “só poderá encontrar-se através de um cuidadoso estudo dos problemas da construção civil nos quadros regionais e nacional”, devendo ser procurada “por sínteses variáveis de factores locais e de factores estranhos, com evidente obrigação e responsabilidade destes na promoção daqueles.” (1963: s. p.)

²⁵ Organismo criado em 1946 com o objetivo de “contribuir para o fomento da habitação, com a aplicação de capitais da Previdência na construção de Casas de Renda Económica” (Tavares, 2013: 24).

a transgressão definitiva do rígido postulado da casa unifamiliar e do bairro segregado concebido como uma espécie de aldeia através da construção da cintura de prédios de 4 pisos em volta de Olivais Sul (Pereira, 1996a: 206).

Essa reflexão traduzir-se-á não só na recusa do modelo ruralizante de habitação social (ou “económica”, como então era designada) – que tenderá assim a ver reduzida a sua aplicação e depreciada a sua importância ideológica – e numa empenhada aproximação aos valores e princípios da modernidade urbanística e arquitetónica, como também, e sobretudo, no ensaio de um novo *compromisso*, firmado agora também em novos, e diferentes, termos e no âmbito de um *diálogo* – agora mais aberto e menos pré-condicionado e preconcebido – entre tradição e modernidade, entre permanência e mudança, entre contexto e alteridade, ou, se quisermos, entre o rural e o urbano.

Um diálogo para o qual contribuirão fortemente três outros fatores essenciais. Em primeiro lugar, o desenvolvimento dos estudos, direcionados ao habitat humano, no âmbito não só da etnologia e da antropologia, mas agora também da sociologia e, sobretudo, da arquitetura, como será o caso do IARP, estudo que se constituirá simultaneamente em registo de informação, marco de referência e fator catalisador de um entendimento da realidade (social e cultural, física e humana) menos fundado em estereótipos e preconceitos²⁶.

Em segundo lugar, as novas práticas pedagógicas, particularmente as que, conforme já referido, virão a ser ensaiadas na Escola do Porto a partir de meados da década de 1950, tendentes a uma maior aproximação à realidade, nas suas diferentes dimensões, à reconsideração do papel e função (social) do arquiteto na sua transformação e à importância concedida ao estudo da arquitetura popular e ao conhecer para saber fazer.

Finalmente, e em particular, uma prática de investigação sistemática nos domínios formais, espaciais e vivenciais, até aí praticamente inexistente e que se acentuará a partir do início da década de 1960, quer com o novo enquadramento técnico que se desenhará a partir da entrada de João Braula Reis nas HE-FCP e o alargamento da respetiva equipa técnica²⁷, quer com a criação, no seio do LNEC, de um núcleo de investigação (Portas, 2013; Campos, 2011) no domínio da habitação (tipo de edificação e organização dos espaços urbano e habitacional) de que fará parte, entre outros, Nuno Portas.

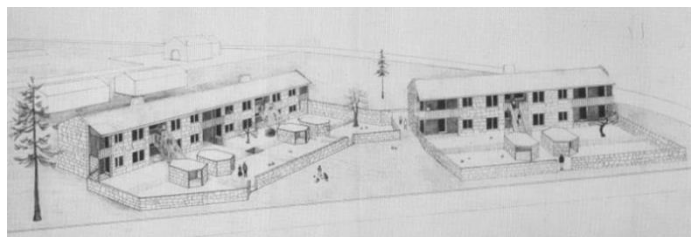
É precisamente desse novo diálogo (teórico), e consubstanciando-o (na prática), que nascerão obras e projetos, ainda no âmbito da habitação social, não já como imagem ou mais um estilo disponível, mas agora como método, como serão os casos dos agrupamentos de *Casas de Renda Económica* de Barcelos e de Trancoso (1958), de Nuno Teotónio Pereira (figuras 1.168 e 1.169); de *Casas Construídas ou Adquiridas Através de Empréstimo* da Chamusca (1960), de Bartolomeu de Costa Cabral e Vasco Croft, de Torre Dona Chama (1963), de Arnaldo Araújo e José Dias, e de Santo Estêvão e Constância (1963), de Victor Figueiredo (figuras 1.170 e 1.71) (Tavares, 2013: 30-37)²⁸; ou

²⁶ Embora correndo o risco de, ao invés de “contribuir decisivamente para a vitalização da nossa arquitectura”, poder “converter-se num garrote jugulador da sua evolução harmoniosa”, como advertia A. Freitas (1959: 37) ainda antes da sua publicação, ou vir a ser adotado, como não raras vezes terá sucedido, como espécie de catálogo de formas, imagens e soluções colocadas à disposição de “uma nova voga, alimentada num certo desencanto pelo movimento moderno, voga de novo eclectismo” caracterizado por uma crescente “propensão ao ‘rústico’” (Portas, 1963: 17).

²⁷ Um alargamento que, como sublinha M. Tavares, não conduzirá à criação de uma “estrutura institucional e burocratizada”, não pondo por isso em causa o “espírito de ateliê” e a “liberdade de acção e de concepção” que Braula Reis procurará imprimir à equipa, a qual, ainda segundo a mesma autora, chegará a integrar, para além de engenheiros, fiscais e outros profissionais, nada menos que vinte arquitetos, conduzindo cada trabalho como “um ‘laboratório’ em escala reduzida, que permite investigações apoiadas na sociologia e em novas metodologias de projecto, propondo outros modos de vida e redesenhando a paisagem urbana.” (2003: 32, 120).

²⁸ Dos projetos referidos, os destinados a Trancoso, Chamusca e Torre Dona Chama não passarão porém do papel.

ainda do *Plano de Recuperação do Habitat Rural do Concelho de Bragança*, proposto por Arnaldo Araújo, na qualidade de “arquitecto regional”²⁹ de Trás-os-Montes, no início da década de 1960.



Em cima: *Casas de Renda Económica*
(Arqt.º N. Teotónio Pereira, 1958)

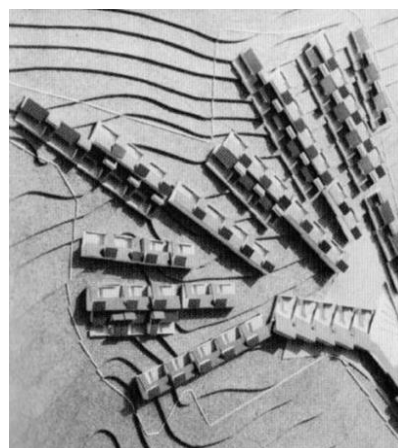
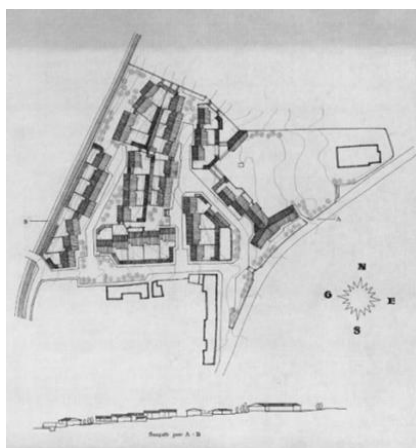
Figura 1.168: Barcelos: perspectiva

Figura 1.169: Trancoso: perspectiva

Em baixo: *Casas Construídas ou Adquiridas Através de Empréstimos*
(Arqt.º Victor Figueiredo, 1963)

Figura 1.170: Bairro de Santo Estêvão
(Benavente): planta de implantação

Figura 1.171: Bairro Caima Pulp C.ª Lda,
Constância: maquete do conjunto



Projetos onde, conquanto se mantenham a pequena escala, a baixa densidade e a habitação unifamiliar como características fundamentais, se assiste porém à transição para um modelo novo e já diferente daquele que fora o da primeira década das *casas económicas*. Trata-se, com efeito, já não de um modelo de *urbanidade rural*, mas antes de *ruralidade urbana*; ou dito de outro modo, supera-se o rural encenado e postiço que mascarava um espaço que embora estendesse fisicamente o urbano recusava a vivência que o caracteriza, substituindo-o, na definição do novo modelo, pela aceitação do contexto e circunstâncias rurais como matéria de projeto mas dotando-o da urbanidade que aquele recusara ou de que se vira, por razões de natureza ideológica, destituído – nas vivências que valorizam, nas novas estruturas físicas que desenham e nos novos modos de habitar que propõem, em quaisquer dos casos ensaiados a partir do conhecimento dos destinatários (Tavares, 2013: 30) –, procurando-se, simultaneamente (e em particular em projetos como os de Santo Estêvão ou Constância), retomar e (re)construir o sentido de comunidade.

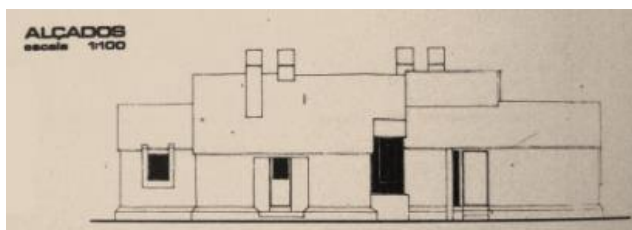
Fora do âmbito da habitação social desenhar-se-ão de igual modo diferentes ensaios de aproximação e síntese entre vanguarda e tradição, entre a modernidade, a história e o lugar³⁰, podendo aqui ser invocados, como exemplos flagrantes e ilustrativos (mas sem quaisquer preocupações de exaustividade), no domínio da habitação unifamiliar: a Casa das Marinhas (Esposende, 1954-57), de Viana de Lima, a casa de Ofir (1957-58), de Fernando Távora, a Quinta de

²⁹ Figura criada no âmbito da reorganização dos serviços técnicos das HE-FCP empreendida por João Braula Reis, através da criação de uma Rede de Arquitectos Regionais, a trabalhar para aquele organismo em regime de avença; rede que viria a compreender nove equipas de trabalho correspondentes a outras tantas zonas, tendo ficado a zona de Trás-os-Montes incumbida à dupla constituída pelos arquitectos Arnaldo Araújo e Augusto Amaral (Tavares, 2013: 32).

³⁰ Ensaios e que resultará, como salienta C. Machado a respeito das escolas primárias desenhadas por Viana de Lima para Bragança (mas podendo de igual modo aplicar-se às restantes obras aqui referidas), “uma arquitectura moderna que não é necessariamente vanguardista, que recolhe, organizando-os, saberes dispersos, industriais e artesanais, antigos e contemporâneos, sedimentados pelo tempo e pelo uso, e, simultaneamente, sempre surpreendentes no modo como, uma e outra vez, nos fazem perceber o movimento inesgotável da arquitectura renovando-se a si mesma, repetindo-se sem se repetir, evocando na resposta ao presente todo o seu passado, aberta às novas técnicas e procedimentos, sem preconceitos mas também sem ilusórias expectativas [...]”. (2011: 131)

Joanamigo (Barca d'Alva, 1959-1962), de Alfredo Matos Ferreira, a Casa Albarraque (Sintra, 1960-61), de Hestnes Ferreira, ou a Vill'Alcina (Caminha, 1970-1973), de Sérgio Fernandez; no domínio dos equipamentos: a Igreja de Águas (Penamacor, 1949-1953), de Nuno Teotónio Pereira, o Mercado de Santa Maria da Feira (1953-1959) e a escola primária do Cedro (Gaia, 1957-1961), de Fernando Távora, o Centro Médico-Social de Negrelos (1955), de Germano de Castro, a Casa de Chá da Boa Nova (Matosinhos, 1958-1963), de Álvaro Siza Vieira, ou as escolas primárias do Toural e das Beatas (Bragança, 1958-1963), de Viana de Lima; ou ainda os novos programas turísticos que se ensaiarão a partir dos anos 1960, como a Aldeia das Açoteias (Albufeira, 1967-197[4]) proposta por Victor Palla e Bento d'Almeida.

Ensaaios que, contestando "um regionalismo *a priori* definido", terão procurado ainda, certamente, se não em todos, pelo menos em muitos daqueles casos, "demonstrar que o mais importante a alcançar seria a invenção do método e não a do objecto-final" (S.A., 1974: 20), como é salientado na revista *Arquitetura* a respeito da proposta apresentada por Francisco da Silva Dias e João José Andrade³¹ ao concurso aberto, em 1970, pela Direção das Instalações para o Ensino Primário para anteprojetos de casas para professores a construir nas zonas rurais do País (figuras 1.172 e 1.173).



Casas para professores (Arqt.º Francisco Silva Dias e João José Andrade [aluno da ESBAL], 1970)

Figura 1.172: Zona A, alçado poente

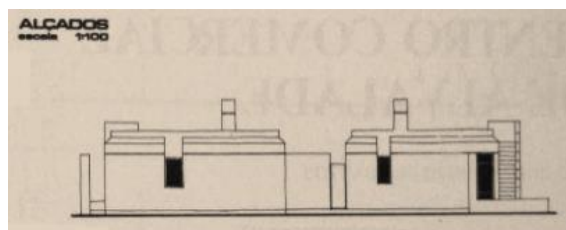


Figura 1.173: Zona E, alçado poente

E é ainda no âmbito dos equipamentos que encontramos outro campo onde mais se fará notar essa renovação da linguagem: o das pousadas, como atrás referimos. Findo o ciclo das pousadas regionais com a abertura de S. Lourenço em março de 1948; findo logo a seguir, em 1949, o consulado de Ferro à frente do SPN/SNI, 'trocando-o' agora pela legação portuguesa em Berna, na Suíça, e deixando o país sem o seu "metteur-en-scène"; finda ainda a "cedência" ou "conversão" dos arquitetos portugueses (ou da sua maioria) às imposições ou solicitações tradicionalistas do regime; eis que as novas pousadas a construir de raiz da nova fase que se abrirá nos anos 1950 inauguram um conceito que, pelo menos na escala e na estética formal e decorativa, se distancia, de forma inequívoca, do conceito anterior, pondo definitivamente de parte não só a escala doméstica como o ruralismo encenado com que se pretendia fazer escola e orientar o turismo e a indústria hoteleira.

Uma nova fase, essa, que se abre em 1954 com a definição, por parte de DGEMN, de uma segunda etapa na construção de pousadas; segunda etapa cujo conceito subjacente privilegiará, contrariamente ao que orientara aquela primeira fase, a liberdade em detrimento do pré-condicionamento, o experimentalismo em detrimento do estereótipo, a integração num território

³¹ Proposta que constitui uma das duas únicas, entre menos de uma dezena de inscritos, que se apresentou no final do concurso, o que contrasta com as várias dezenas que se apresentarão a um concurso realizado quase em simultâneo para a sede de uma companhia de seguros, como sublinha a mesma revista justificando o facto da classe profissional ter "enjeitado" aquele primeiro concurso (o da DIEP) com os "ralos" benefícios e "bastos" riscos que comportava a atuação na "arquitetura de penúria" que o mesmo representava face à convergência de interesses de promotores e autores "na criação das qualidades representativas e espectaculares, portanto vendíveis" (S.A., 1974: 20) – e, logo, financeiramente mais apetecíveis (também) para os arquitetos/autores... – patente no segundo.

em detrimento da ancoragem a um itinerário, uma modernidade contextualizada em detrimento de uma modernidade comprometida (ou ideologicamente condicionada).

Ou seja, um conceito onde a história, a tradição e a ruralidade (ambiente em que algumas das novas pousadas se irão ainda inserir) são contexto mas já não pré-condição, ambiente mas já não pré-conceito, obedecendo a um conjunto de princípios que implicavam agora:

- (i) a “atribuição de um também novo carácter, mais adequado a uma moderna concepção de turismo público”;
- (ii) a “procura de uma integração não passiva [nem mimética] mas activa no ambiente pré-existente” que traduzisse um afastamento do “tacanho e adulterado regionalismo” até então prevalecente e “uma adesão não folclorística mas criativa ao meio”;
- (iii) e “um comum sentido na recusa de um simplismo espacial em favor de uma maior consideração da multiplicidade ou de complexidade”, mas sem perder “o carácter do conforto e da escala humana” (S.A., 1958: 5).

E se bem que das quatro primeiras pousadas então encomendadas e propostas – para Valença do Minho, de João Andresen (figura 1.174), Oliveira do Hospital, de Manuel Tainha (figura 1.175), Vilar Formoso, de Nuno Teotónio Pereira, e Serra da Gardunha, de Francisco Blasco –, apenas duas venham efetivamente a ser construídas (precisamente aquelas duas primeiras), não deixarão todas elas, ainda assim, de constituir, neste âmbito, “os primeiros indícios de uma etapa decisiva na evolução da arquitectura portuguesa” (S.A., 1958: 5). Indícios de um novo tempo, de um tempo que, definitivamente, se abrirá a *novas* (e diferentes) *casas portuguesas*.

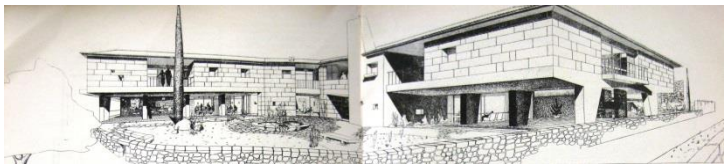


Figura 1.174: Projecto de uma Pousada para Valença do Minho, perspectiva (Arqt.º João Andresen, 1958) ↑

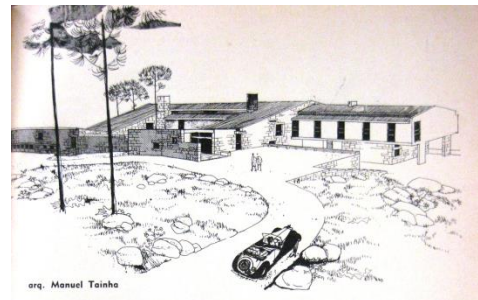


Figura 1.175: Projecto de uma Pousada para Oliveira do Hospital, perspectiva (Arqt.º Manuel Tainha, 1958) →

1.5. A tradição *revisitada*: entre a conservação e o simulacro

1.5.1. As aldeias revisitadas pela democracia (1974-1994): da *dinamização cultural* aos programas de revitalização de aldeias

Com o fim do regime estado-novista encerrar-se-ia também um longo capítulo na história das intervenções em áreas rurais em Portugal. Esgotados há muito o discurso ruralista do regime e a precária experiência da colonização interna, restavam ainda, no estertor do Estado Novo, as ações do BER, por um lado, e os estudos de *prospecção e defesa da paisagem urbana do Algarve* (Padrão *et al.*, 1965-1970), por outro.

O voluntarismo bem-intencionado de ambos, porém, pouco (se alguma coisa) pode (ou conseguiu) fazer para impedir as profundas transformações que o campo e os seus pequenos aglomerados vinham já sofrendo desde a década de 1950; transformações cujo passo largo a transição democrática se revelaria igualmente incapaz de travar¹. E com a extinção da Junta de Colonização Interna ainda antes do final do ano de 1974² e consequente reorganização dos respetivos serviços – que passam a integrar o novel Instituto de Reorganização Agrária – é colocado também um ponto final na experiência do BER iniciada duas décadas antes.

O fim destas ações não significou, porém, que o novo regime democrático emergente tivesse esquecido as áreas rurais. Pelo contrário, importava agora, do ponto de vista dos novos poderes, resgatar o povo das aldeias, constituído pelo pequeno campesinato e pelos assalariados rurais, do conservadorismo atávico a que o regime deposto – ao apelar ao seu mais profundo e básico instinto individualista e à sua desconfiança face a tudo o que fossem ideias progressistas emanadas das zonas urbanas e das elites instruídas, que pusessem em causa a tradição ou recendesse a algum tipo de anticlericalismo – o havia agrilhado.

Aos primeiros – e efervescentes – anos do novo regime democrático corresponderá assim, a esse respeito, uma intensa campanha de *dinamização cultural* e *ação cívica* levada a cabo, fundamentalmente, no norte e centro interior do país³ sob coordenação de uma estrutura especialmente criada no âmbito da 5ª Divisão do Estado-Maior General das Forças Armadas (Almeida, 2007: 47) (figura 1.176). Um campanha cuja importância no processo de valorização do território e do património rurais, por parte, em particular, das elites urbanas, estará ainda por avaliar, sendo que, conquanto não o façamos agora, não podemos ainda assim deixar de colocar a hipótese de esse contacto – que em muitos casos terá sido o primeiro – com uma realidade que até então lhes era (a essas elites) praticamente desconhecida⁴ – se não desprezada, por consequência

¹ Pouco ou nada se conseguiu fazer porque, p. ex. no caso dos estudos do Algarve, que abrangiam alguns aglomerados rurais e outros pequenos (à época) aglomerados costeiros, estes não só não viriam a adquirir a necessária e desejável eficácia, em virtude de as “propostas técnicas aparentadas com vinculação do uso ou ocupação do território ou Política de Solos [que estavam associados ao Plano Regional do Algarve, no qual aqueles estudos se integravam, terem sido] ignoradas pelo Governo” ainda antes do 25 de Abril (Brito, 2009: 191), como acabariam posteriormente e durante anos, remetidas a um oportuno e “forçado (sintomático) esquecimento” (Aguar, *et al.*, 2016: 80), dessa forma permitindo rédea solta aos especulativos processos de transformação urbana e territorial já em curso desde os início dos anos 1960, e para os quais Keil do Amaral já havia advertido antevendo desde logo “nuvens negras sobre o futuro do Algarve” (1961).

² Artigo 23.º do DL n.º 539/74, de 12 de outubro.

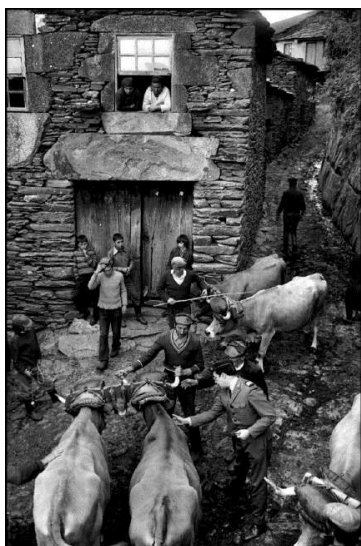
³ Precisamente as regiões onde se concentrava o pequeno campesinato mais conservador e tradicionalista, a que se fez referência em anteriores capítulos, ou seja, aquele que urgia então retirar da alçada ideológica que sustentara o Estado Novo e mais próxima se mantinha ainda dele.

⁴ Almeida designa mesmo como inauguração de um “novo ciclo de *desocultamento* e de descoberta do país” (2007: 118) o conjunto de experiências, ocorridas entre 1974 e 1976, em que se insere esta campanha, no âmbito da qual “o ‘povo’ redefine-se, os intelectuais e artistas ‘descem’ à rua e ‘partem’ à redescoberta da aldeia” (Raposo, 1998, *apud* Almeida, 2007: 196). A esse propósito valerá a pena aqui referir uma entrevista recente da historiadora e socióloga M. F. Mónica em que esta reconhecia que, na sua juventude, ignorava por completo a situação social e económica que se vivia na maior parte do país – ou seja, no território que, qual universo paralelo, se

da sua conotação com a propaganda ruralista do regime – ter ajudado, se não a despertar (como atrás vimos), pelo menos a alargar e consolidar a tomada de consciência dessa importância a dois níveis diferenciados mas complementares:

- (i) por um lado, na perspectiva de uma ação tendencialmente progressista, mas despida agora dos preconceitos associados ao ideário ruralista do Estado Novo e claramente apontada à superação das carências de toda a ordem a que o regime estado-novista se revelara incapaz de dar resposta;
- (ii) por outro lado, numa perspectiva conservacionista, já não de uma ruralidade encenada, mas da ruralidade a que deram forma, ao longo de séculos, as permanências e constantes que caracterizam a (nossa) arquitetura popular e os modos de vida em que esta se inscreve.

De facto, parecem não restar dúvidas que é durante este período – que situamos entre a revolução de abril de 1974 e o lançamento do primeiro programa das aldeias, em 1994 – que ocorrem as primeiras iniciativas, ainda dispersas e não estruturadas, que visavam conciliar aquelas duas perspectivas em propostas concretas de intervenção.



Campanhas de Dinamização Cultural e Acção Cívica do MFA, Operação Beira Alta, Castro Daire, maio de 1975

Figura 1.176: Termas do Carvalhal

No entanto, não só na maior parte dos casos esse esforço de valorização do património não monumental ou não erudito se focará, por agora e essencialmente, em alguns centros históricos mais ou menos emblemáticos – como serão os casos da área da Ribeira-Barredo, no Porto⁵, logo em 1974, Ponte de Lima, em 1979 (Flores, 2003), ou daquele que virá ser o mais exemplar, o de Guimarães, a partir de 1981 (Aguilar, 2000) –, como os poucos que fugirão a esse âmbito – nomeadamente os referentes à aldeia do Piódão, que merecerá destaque, ainda em 1975, na exposição que decorrerá em paralelo ao Congresso Europeu do Património Arquitectónico (Bartlett & Aulsebrook, 1975) e verá o respetivo conjunto urbano ser classificado como Imóvel de Interesse Público em 1978⁶; às primeiras “sugestões” para a recuperação das aldeias serranas da Lousã⁷ (Lousã, 1986 e 1989); ou às propostas resultantes do trabalho dos GTL em algumas das aldeias que virão a integrar o Programa das Aldeias Históricas, ainda na segunda metade dos anos 1980 – se verão, por ora, privados das condições financeiras necessárias para superarem a fase da retórica e encontrarem o caminho para a sua concretização efetiva.

É com efeito nos anos 1980 que se pode situar o início de um certo movimento de redescoberta do campo, ou “renascimento rural”⁸ (Kayser, 1990), e os primeiros ensaios de um retorno que terá na

estendia para lá dos limites ou dos bairros das reduzidas classe média e média alta da cidade de Lisboa, da Linha de Cascais e das principais cidades do país –, caso que, sendo aqui referido como mero exemplo, estará certamente bem longe de ser único.

⁵ Com a criação, em 7 de outubro de 1974, do Comissariado para a Renovação Urbana da Área da Ribeira-Barredo (CRUARB), estrutura cuja atuação se irá basear no *Estudo de Renovação Urbana do Barredo* (Távora, et al., 1969) elaborado em 1969 por um grupo de trabalho multidisciplinar liderado pelo Arqt.º Fernando Távora.

⁶ Decreto n.º 95/78, DR, I Série, n.º 210, de 12 de setembro de 1978.

⁷ “Sugestões” que virão a constituir o embrião do Programa das Aldeias do Xisto, lançado já nos alvares do século XXI, de que falaremos em detalhe na terceira parte deste trabalho.

⁸ B. Kayser assinala, porém, que “Il ne s’agit pas là d’un mouvement sélectif et caractérisé, mais plutôt le résultat d’une somme de décisions individuelles liées à des opportunités, voire des projets.” (2001: 113) Em Portugal, porém, esse “renascimento”, se o houve (não encontramos literatura que sustente tal tese), terá ficado muito aquém daquele que Kayser identifica em França.

revisitação da tradição, através da valorização turística do património arquitetónico rural, um dos seus vetores fundamentais.

O campo, sobretudo para aqueles que nunca o viveram e dele tinham a imagem idílica dos postais ilustrados, deixara de ser aquele lugar agreste, subdesenvolvido, habitado por gente rude e primitiva, que repele mais do que atrai, e passa a lugar mítico a que se aspira – berço e seio da ancestralidade, da pureza (e nobreza, intuída, de caráter), da calma por oposição ao stresse dos centros urbanos, lugar de fuga e recolhimento, de encontro do homem consigo mesmo, de aproximação à natureza⁹, ao autêntico e ao genuíno –, embora tendendo, em muitos casos, a constituir-se em meros *lugares de identidade ficcionada* para consumo urbano.

O campo, a ruralidade e as aldeias – e, por arrasto, tudo o que é considerado tradicional ou recende a ancestralidade, autenticidade, tipicidade e genuinidade¹⁰ – readquirem importância simbólica e entram na moda¹¹. Descobertas inicialmente por uns quantos velhos e/ou novos *hippies* oriundos da Europa Central, que chegam à procura do que resta de um certo ‘oeste (ainda) selvagem’ e decididos a iniciar uma nova vida em contacto mais estreito com a natureza e longe do bulício consumista dos seus ultra desenvolvidos países de origem¹², e uns quantos portugueses de origem urbana à procura de um retiro campestre ocasional (cf. Monteiro, 1985: 244; Dinis & Malta, 2003: 120) – algumas aldeias irão sendo depois (re)ocupadas, já numa segunda fase, por emigrantes regressados, aposentados e jovens neo-rurais¹³ de proveniência urbana: uns simplesmente de regresso “ao campo”, outros à procura da tranquilidade, da paisagem, da fuga ao quotidiano urbano, da ausência de poluição, do contacto com a natureza e do silêncio (Cravidão, 1989: 64) que o campo oferece ou ao campo associam¹⁴, ou nostálgicos de uma certa imagem de ruralidade mais intuída que real, e em qualquer dos casos despida dos seus aspetos mais negativos ou repulsivos; e outros ainda em demanda das, ou de regresso às (suas) supostas raízes.

Mas como também já salientava P. Monteiro nos anos 1980, esta nova população “não é porém, em geral, permanente, nem, provavelmente auto-suficiente, e o núcleo central não ultrapassa a meia dúzia de pessoas” (1985: 245); ideia reforçada, uma década e meia depois, por I. Dinis e M. Malta, os quais, não obstante assinalarem a acentuação, ao longo da década de 1990, dessas tendências “de retomo ‘às raízes’ e/ou ‘ao campo’”, salientam, porém, que as mesmas

⁹ “O rural”, como explica E. Figueiredo, “ganha [por esta altura] um estatuto de natural, porque é um espaço em que a natureza ainda subsiste e é representada como natural.” (2003b: 161)

¹⁰ “A Diferença e a Genuinidade”, salienta G. Joaquim, “são atributos profusamente utilizados para caracterizar o turismo em espaço rural: diferente por não ser urbano e genuíno por não ser possível encontrar idêntico noutro local.” (1993: 898)

¹¹ I. Dinis e M. Malta, a propósito do fenómeno da habitação secundária, e reportando-se ao caso concreto de nove aldeias serranas da Lousã, referem que “De acordo com vários proprietários de casas secundárias, muitos deles são levados a adquirir e a reconstruir uma casa por impulso ou capricho, seguindo a moda.” (2003: 121)

¹² Gente a que Dinis e Malta associam “práticas e valores sociais próximos do naturalismo, pacifismo, ambientalismo e espiritualismo, ou seja um padrão de cultura que se identifica com a cultura *hippie*” (2003: 118), configurando um novo modo de vida que fazendo-se acompanhar, segundo Kayser, de um “discours écologique très idéologique [...] a plus le sens d’un retrait de la société que d’un apport à celle-ci”, pois “le ‘vivre autrement’ collectif est tout une autre chose.” (2001: 114)

¹³ M. J. Escribano e M. Mormont identificam três tipos de neo-rurais que designam como (i) “pragmatic dystopians”, (ii) “refuge utopians” e (iii) “deep-rooted utopians” (2006: 38-44), diferenciando-os: na principal condição que determina o sucesso da sua opção – mobilidade, nos dois primeiros casos, ou pertença (ao local, ou enraizamento), no terceiro –, e na relação que estabelecem com a cidade – de proximidade, de flexibilidade ou de distanciamento, respetivamente –, e com a localidade – residencial, residencial/recreativa ou identitária, respetivamente. Aqueles autores defendem ainda que são os “deep-rooted” (enraizados), aqueles que não só “are relevant in terms of hold back a population recession, but they also become important actors of the socio-economic renewal of the locality”, estando o seu projeto de vida “closely intertwined with the future of the locality and locals’ lives” (*Idem*: 42).

¹⁴ Segundo um inquérito realizado em França nos anos 1990 e citado por Kayser, “84% des Français estiment que ‘la vie à la champagne est plus agréable’ que la vie en ville”, embora continuem a considerar a cidade “synonyme de ‘progrès’, tandis que la champagne évoque le ‘conservatisme’” (2001: 113).

não foram, no entanto, suficientes para que a densidade populacional [desses lugares] atingisse sequer valores próximos dos que se observavam em 1960 e 1970. (2003: 118-119)¹⁵

Na maior parte dos casos, estas aldeias transformar-se-ão assim meros destinos de fim de semana cuja procura inflaciona os preços (até, por vezes, aos limites do absurdo) e torna cada casebre ou ruína e cada pedaço de terra passível de construção um autêntico tesouro – bênção para uns, maldição para aqueles (ou muitos dos) que, honesta e humildemente, lá viviam ou simplesmente pretendiam continuar a viver.

Com efeito, se num primeiro momento as aquisições de casas e terras são feitas a preços ainda muito baixos, refletindo a desvalorização progressiva a que foram sujeitas decorrente da inviabilidade económica da agricultura, da desarticulação do mundo rural e do consequente processo de abandono e desvitalização, rapidamente a tendência se irá inverter assim que a nova procura atrás referida, nomeadamente a protagonizada por uma classe média/média alta de origem urbana, procede à sua revalorização agora já para outros fins (segunda residência, lazer, turismo) e as estratégias especulativas tendem a sobrepor-se às produtivas, como assinalam J. Kappert (2000: 262), a propósito do desenvolvimento do turismo nos espaços rurais do Alto Minho, ou L. Silva (2011: 49), a respeito das intervenções na *aldeia histórica* de Castelo Rodrigo¹⁶.

Este fenómeno especulativo, que alguns autores não hesitam mesmo em designar como “gentrificação rural” (Phillips, 1993; Phillips, 2005; Nates Cruz, 2009; Stockdale, 2010) – estabelecendo um paralelo com um fenómeno sobejamente identificado e discutido no quadro dos processos de renovação e reabilitação urbana desde os anos 1960¹⁷ – não deixará de merecer a atenção das autoridades europeias. Com efeito, logo no final da década de 1980, a Conferência das Autoridades Locais e Regionais da Europa veio a público sugerir aos estados membros que tomassem medidas tendentes a evitar que a procura de acomodação turística e de residência secundária não inflacionasse de tal forma o mercado imobiliário local que este se tornasse inacessível à população residente (Resolution 202..., 1989: 8), e, mais recentemente, é a própria Comissão Europeia que vem alertar de igual modo para a ameaça que a pressão desta nova tendência da procura residencial em áreas rurais representa de fazer “disparar os preços da habitação para níveis que os habitantes locais não podem comportar” (CE, 2007: 59).

¹⁵ Também V. Roussel, analisando idêntico fenómeno da instalação de novas populações em áreas rurais ocorrido em França, conclui que “si de nombreux citadins viennent habiter à la campagne, ils y viennent pour la plupart pour ‘consommer périodiquement du rural’”, assinalando que, contrariamente ao que a ideia do “renascimento rural” poderá sugerir, “Une minorité seulement arriverait avec un projet professionnel” (2000: 56), ou seja, capaz de induzir uma efetiva revitalização socioeconómica local. Importa ainda salientar que o fenómeno da criação de “comunidades rurais intencionais” – comunidades que, segundo L. Meijering, “can be identified by a deliberate attempt to realise a common, alternative way of life outside mainstream society” (2006: 19, 30) e distinguir-se consoante a sua matriz identitária, religiosa, ecológica, comunal ou prática, constituindo um grupo com características específicas no contexto mais vasto que é habitualmente associado ao conceito de “contraurbanização” – não teve em Portugal impacto significativo, contrariamente ao que sucedeu no noroeste europeu e nos EUA, como assinala a mesma autora.

¹⁶ Note-se que este processo já anteriormente havia sido identificado noutros países, como o demonstra J. P. Le Goff que ao descrever e refletir sobre as transformações ocorridas nas comunidades rurais francesas a partir do exemplo da aldeia de Cadenet, refere que “Dans les années 1970 et 1980, on pouvait encore acheter une maison à Cadenet sans être nécessairement fortuné”, notando no entanto que, “En trente ans, les prix ont plus que triplé”, tendo como resultado “que les jeunes issus de famille populaires ne peuvent plus se loger sur place” (2012: 387-388).

¹⁷ O próprio Mark Phillips faz questão de ressaltar, porém, que, no caso dos espaços rurais, não se trata tanto de uma “rural social change in terms of a middle class replacing a working class”, mas, ao invés e “in many instances it is probably more valid to talk in terms of one middleclass fraction replacing another” (1993: 124). Também A. Stockdale assinala que “In-migrants and potential gentrifiers are therefore far from a homogenous group in income terms, and significantly there are notable geographical variations in the degree of possible rural gentrification”, acrescentando que “Equally important the movement of affluent (and potentially gentrifying) migrants into some areas may not necessarily result in a gentrification of the area” (2010: 35). D. P. Smith e D. A. Phillips, por seu turno, propõem a adoção do termo alternativo “greentrification”, por forma a enfatizar “the varying cultural predilections of in-migrant households in the consumption of ‘green’ spaces” (2001: 457).

De qualquer forma, e como salienta também Monteiro, estes fenómenos de ‘retorno ao campo’ “são processos necessariamente novos, e nunca significarão o regresso às formas que foram destruídas”, pois, acrescenta, “nem faria sentido as condições novas trazerem situações velhas”, já que, conclui, “Houve toda uma forma de vida que acabou” (1985: 272)¹⁸. Forma de vida que inclui as próprias esferas de sociabilidade tradicionais e as relações sociais intra e inter-aldeias, mesmo entre aqueles que partilham uma mesma nacionalidade e cultura, como sublinham Dinis e Malta, a respeito ainda das mesmas aldeias da serra da Lousã, assinalando, em abono da tese, uma espécie de segregação existente entre os quatro tipos de habitantes – identificados como *serranos*, *neo-rurais*, *detentores de segunda habitação* e *turistas* – que distinguem nessas aldeias (2003: 123-125).



Figura 1.177
Cerdeira (Lousã), *aldeia do xisto*.

“Vendemos esta casa a quem prometer de a respeitar, reconstruir e estimar... na saúde e na doença... ;)”

Figura 1.178
Trevões (São João da Pesqueira), *aldeia vinhateira*

Figura 1.179
Gondramaz (Miranda do Corvo), *aldeia do xisto*.

Encenam-se vivências, (re)criam-se ambientes, (re)constroem-se patrimónios¹⁹. Mas entre uma ou outra experiência mais radical – seja ela no sentido de uma maior fidelidade possível à tradição formal, material e construtiva local, ou no sentido da assunção de uma modernidade sem peias nem compromissos contextualistas –, e alguns (muito poucos, infelizmente) projetos mais sensíveis à importância da continuidade histórica e da integração ambiental e ao restabelecimento dos elos entre a tradição e a modernidade sem nostalgias passadistas nem vanguardismos exibicionistas, o que vai sobrando, no essencial, é uma grande dose de voluntarismo, ainda que bem-intencionado, e um vasto rol de equívocos.

Equívocos esses à maior parte dos quais se associa, frequentemente, uma perspetiva eminentemente tipicista, mimetista e cosmética (ou fachadista) que tende a confundir o respeito pela história e pelo lugar com a imposição e cristalização de uma imagem caracterizada e constituída pela sobreposição de elementos diversos, dispersos e, embora repescados da tradição, não raras vezes descontextualizados, configurando aquilo que F. Távora chamara já uma “mixórdia” por oposição ao “composto” (1957: 11) que procurará traduzir na sua obra.

¹⁸ A conclusões idênticas havia já chegado I. Lefort, que, ao abordar a questão do “renascimento” do rural (ou de alguns espaços rurais), assinala que “l’évolution contradictoire des espaces ruraux conduit paradoxalement à un seul et même résultat: la disparition des sociétés rurales traditionnelles para implosion ou réduction” (1997: 80), e chegarão também, por exemplo, Le Goff (2012) e P. Dibie (2013) através das descrições que fazem das transformações ocorridas nas suas aldeias, com Le Goff a escolher mesmo como encerramento da sua reflexão, a que chama sintomaticamente “La fin du village”, o reconhecimento, por parte de um dos últimos habitantes ‘originais’ da aldeia, de “Ce que tu vois là, tu ne le verras plus... Nous sommes une espèce en voie de disparition, seulement nous, on ne nous préserve pas!” (2012: 556)

¹⁹ Segundo B. Kayser, reportando-se ao caso francês, “en termes de rénovation et de préservation du patrimoine dans son environnement, [le nouveau rural] représente pour le milieu un apport non négligeable et exemplaire.” (2001: 114). Em Portugal, a recuperação, reconstrução e rentabilização de patrimónios imobiliários, pessoais e familiares, herdados, em áreas rurais tem sido referida como uma principais motivações para a criação de negócios e empreendimentos de turismo rural, por força dos apoios financeiros disponíveis para o efeito (Figueiredo, 2003a: 75; Silva, 2009: 93-97), levando G. Joaquim (1993: 898) a afirmar que “esta actividade está a contribuir de alguma forma para a recomposição das elites locais através da recuperação subsidiada do património familiar”.

Essa será também a década em que, sob o impulso da reforma entretanto operada na Política Agrícola Comum e beneficiando dos fundos de financiamento comunitários disponibilizados para o efeito, se dá início a um processo com que se procurará inverter, ou pelo menos combater, o processo de desruralização então em curso. Um combate travado através de políticas e iniciativas de desenvolvimento local em meio rural que encontram na preservação e valorização dos patrimónios histórico, cultural, natural e paisagístico, na patrimonialização dos recursos locais e no desenvolvimento da indústria turística alguns dos seus vetores fundamentais.

No âmbito dessa estratégia, em que o património cultural (no seu sentido mais lato) desempenha, por toda a Europa, um papel central, o património rural vernáculo, em particular – em que se incluem as paisagens, as arquiteturas, os saber-fazer, os rituais e as tradições orais – adquire, enquanto recurso disponível (e muitas vezes quase único), o estatuto (reificado) de produto e bem de consumo passível de viabilizar a economia dos meios rurais por via da sua valorização turística, sendo colocado ao serviço de (ou servindo de justificação a) novas formas de turismo – agroturismo, turismo rural, turismo de aldeia, turismo de habitação, ecoturismo, enoturismo²⁰...

Só que estas, todavia, e apesar de manifestarem como denominador comum a preocupação com a preservação e salvaguarda desse mesmo património que constitui, na maior parte dos casos, a sua própria razão de ser e existência, acabam no entanto, e muitas das vezes, por assumir formas algo caricaturais, associadas a uma certa imagem de ruralidade mais intuída, ficcionada ou encenada que real, porque “baseada não na ruralidade, como a definimos antes, mas sim na sua recriação para consumo dos urbanos” (Figueiredo, 2003b: 538)²¹.

Este contexto propiciará ainda, embora de forma pontual e não generalizada, o início de um processo de (re)descoberta dos materiais e das técnicas de construção tradicional, cuja reintrodução ou reutilização, com a consequente reinstalação de pequenas indústrias ou manufaturas locais subsidiárias, ainda que a uma escala muito reduzida, virão a ser favorecidas e estimuladas, não só, precisamente, pelas intervenções de reabilitação, particularmente as que ocorrem em áreas rurais, e pelas necessidades próprias decorrentes das intervenções patrimoniais, mas também pela emergência e incremento das preocupações ecológicas que começam então a motivar a exigência de soluções construtivas ambientalmente mais sustentáveis.

O recurso a materiais locais, o uso de mão-de-obra intensiva, a possibilidade de reciclagem e reutilização de materiais, a aplicação de materiais não transformados ou de baixo consumo energético e a não utilização de materiais que exijam transporte de longo curso – premissas intrinsecamente associadas aos materiais e às técnicas de construção tradicional – adquirem assim uma importância redobrada. E redobrada porque esta não se esgota já apenas na questão patrimonial, adquirindo aqueles temas uma efetiva centralidade nos processos de renovação e reabilitação urbana e arquitetónica, com especial ênfase nas intervenções em áreas e aglomerados

²⁰ A primeira regulamentação da atividade turística em espaço rural surge, no nosso país, nos finais da década de 1970 através do Decreto Regulamentar n.º 14/78, ainda sob a designação de “turismo de habitação”, só vindo a ser criada a figura legal de “turismo em espaço rural” em 1986 (Silva, 2009: 49-50).

²¹ Já antes G. Joaquim referira que “Estudos recentes em França [...] revelam uma *artificialização das aldeias*, uma *reinvenção do rural* que passa pela obrigatoriedade da genuinidade, da tipicidade, dando origem a um processo de *reconstrução do local*” (1993: 898; itálicos nossos). Também R. Butler e C. M. Hall (1999: 117) chamaram já a atenção para a importância crescente que vem adquirindo a (re)construção de um rural que corresponda à imagem que os turistas esperam dele, assim satisfazendo a procura e atraindo visitantes e investidores. A consequência é o que poderíamos designar, retomando o conceito proposto por I. Solà-Morales, como “parquetematização” do rural, ou seja, a “Simulación de lugares históricos, de personajes, de monumentos, de ambientes” num contexto em que “Los límites entre la realidad y el simulacro tienden a debilitarse cuando no a producir fenómenos de substitución.” (1998: 60) Ora, se como afirma A. Gama, “o espaço configura-se de acordo com a estrutura social que o domina, que o produz e que dele se apropria” (1992: 166), e conhecendo de antemão as enormes dificuldades e barreiras que se têm oposto a qualquer tentativa de contrariar aquele que é o sentido em que se tem orientado essa (re)construção, podemos-nos questionar sobre a inevitabilidade (ou não?) da sua referida consequência, ou da efetiva possibilidade de a contrariar.

rurais, também, e sobretudo, em virtude da importância concedida ao respetivo contributo para as economias locais – sem esquecer a importância que a valorização dos saberes, tradições, rituais e simbolismos que lhes estão associados pode ter na elevação da autoestima e afirmação da identidade das comunidades locais –; economias cuja manutenção é considerada essencial à preservação das comunidades rurais e consequente sucesso das referidas intervenções.

A criação e o desenvolvimento das experiências dos Gabinetes de Apoio Técnico (GAT)²² e, sobretudo, dos Gabinetes Técnicos Locais (GTL)²³ irá, neste contexto, assumir uma importância fundamental, não só contribuindo para colmatar a ausência de técnicos qualificados na maior parte das autarquias, e em especial nas do interior, como permitindo ensaiar propostas e práticas que (ou algumas das quais) virão mais tarde a ser aplicadas ou desenvolvidas nos planos elaborados e nas intervenções executadas no âmbito dos programas de revitalização de aldeias.

É o caso, por exemplo, das já referidas primeiras “sugestões” para a *Recuperação das Aldeias Serras da Lousã*, propostas pelo GAT daquela vila beirã em 1986, documento que, embora reconhecendo a necessidade de “melhoramentos e adaptações”, apela a que não se “alterem as casas com elementos insólitos, ditos ‘modernos’ que, além de empobrecer e falsear o traço rústico, ferem a paisagem”, encorajando, ao invés, o bom aproveitamento do “que existe e tudo aquilo que possa ser recuperável” e a conservação da “pureza da sua traça popular”, exemplificando, textual ou graficamente – recorrendo a um estilo comum a muitos dos ‘manuais’ ou ‘guias’ de intervenção em centros históricos elaborados coetaneamente (e não só) –, o que se deveria e não deveria fazer e quais os materiais a usar ou evitar (Lousã, 1986: s. p.), de forma a apoiar as intervenções de renovação e reabilitação consideradas necessárias nas aldeias serranas daquele município.

E é também o caso, ainda na Lousã, agora já não apenas de sugestões, mas de um plano destinado a recuperar o património, “em contínua degradação”, que constituem sete Aldeias Serras daquele município (Candal, Casal Novo, Catarredor, Cerdeira, Chiqueiro, Talasnal e Vaqueirinho), evitar as “recuperações erradas”, a ausência de acompanhamento técnico e a utilização indevida, e, assim, propiciar “condições de fixação de pessoas, bem como a criação de interesses, de forma a deslocar periodicamente gente para este local” através do desenvolvimento de “actividades que tenham interesse para a vivificação destes lugares” (Lousã, 1989: vol. I, objectivos) – ou seja, as atividades turísticas, sendo inclusive proposta, para o efeito, a constituição de uma sociedade mista destinada a gerir e explorar turisticamente aqueles aglomerados.

Na verdade, será o turismo a atividade impulsionadora das propostas de revitalização e reabilitação de aldeias lançadas a partir de meados da década de 1990, tendo como base a estratégia associada ao Plano Nacional de Turismo (PNT) 1985-1988, que atribui a esta área de atividade a condição de “factor estratégico” para a eliminação dos desequilíbrios fundamentais da economia portuguesa e para a reanimação possível da atividade económica, reconhecendo a importância do seu contributo, para a melhoria da qualidade de vida da população portuguesa, bem como para a proteção do meio ambiente e para a valorização do património cultural (Portugal, 1985: 143).

²² Estruturas técnicas multidisciplinares – agregando arquitetos, engenheiros e topógrafos, entre outros – criadas em 1976 (mas só formalizadas legalmente em 1979, através do DL n.º 58/79, de 29 de março) com o objetivo de “conceder aos municípios [carentes quer de quadros técnicos qualificados quer de capacidade financeira para os criar a curto prazo], particularmente na área da elaboração de projectos de infra-estruturas e equipamentos municipais, o apoio técnico necessário para a realização dos projectos e o acompanhamento das obras” (Pinho, 2009: vol. II, 837), sendo os respetivos encargos com o pessoal assumidos pela Administração Central através das CCR e cabendo às autarquias envolvidas assegurar as despesas de gestão corrente.

²³ Estruturas técnicas também multidisciplinares que têm a sua origem no Programa de Reabilitação Urbana (PRU) instituído em 1985 pelo Despacho n.º 4/SEHU/85 da Secretaria de Estado da Habitação e Urbanismo, tendo como missão garantir “a elaboração e o acompanhamento dos projectos, direcção de obra, gestão financeira e apoio social adequados à dimensão e características da operação” de reabilitação urbana a que fossem associados (*apud* Pinho, 2009: vol. II, 840).

Com efeito, este documento virá defender uma orientação da intervenção dos poderes públicos nos domínios do setor turístico em função de quatro finalidades: *social, económica, territorial e patrimonial*, visando, neste último caso, “a protecção do meio ambiente e a valorização do património cultural”²⁴ (Portugal, 1985: 144) e propondo para o efeito, entre outras medidas: (i) o fomento do turismo rural, (ii) o incremento do turismo de habitação nas zonas rurais, (iii) a “protecção da arquitectura regional e dos aglomerados urbanos típicos”, (iv) a “preservação dos monumentos e protecção dos espaços envolventes”, bem como (v) o “desenvolvimento do artesanato e apoio ao folclore” (*Idem*: 151-152).

A importância que o PNT 1985-88 atribui à “arquitetura regional”, à “arquitetura rural”, aos “aglomerados urbanos típicos” ou às “aldeias típicas”, fundamenta-se no reconhecimento, por um lado, da inexistência, em Portugal, de “grandes monumentos ou grandes museus que motivem a deslocação expressa ou que constituam a principal motivação de deslocações internacionais significativas” – circunstância que, segundo o documento, nos afastaria assim das principais rotas do turismo cultural mundial – e, por outro, da “especificidade e variedade de algumas manifestações culturais portuguesas” (*Idem*: 17).

Entre essas manifestações, que são consideradas “recursos turísticos fundamentais”, é destacada a *arquitectura rural* como “um importante elemento de valorização turística e, em alguns casos, o único ou mais importante factor de atracção turística regional”, impondo-se por isso, como “tarefa prioritária”, ainda segundo aquele documento, a preservação, protecção e valorização desses pequenos conjuntos urbanos e do património que os constitui, “com benefícios evidentes para as próprias populações locais” (*Idem*: 17, 19).

Nesse sentido, são desde logo apontadas Ucanha, Monsanto, Piódão, Sortelha²⁵ e as “vilas brancas” do Alentejo (*Idem*: 19) como exemplo de “aldeias típicas” que, constituindo “testemunho cultural de inegável interesse turístico” (*Idem*: 210), importava aproveitar tirando partido das “oportunidades decorrentes da adesão do nosso país à Comunidade Europeia” (*Idem*: 127) – nomeadamente as relativas às ajudas financeiras passíveis de serem alocadas ao investimento no desenvolvimento do turismo nas regiões mais desfavorecidas –, ação que pressupunha, ainda segundo aquele documento, que se procedesse a “uma prévia identificação de todas as aldeias existentes que satisfaçam aquela condição em íntima colaboração com o IPPC ou Ministério da Cultura” (*Idem*: 210).

Essa estratégia, contudo, não virá a encontrar as referidas “oportunidades” antes do QCA II 1994-1999, só então se dando início, com a ação-piloto do Programa de Recuperação das Aldeias Históricas, a um processo que terá amplo desenvolvimento já no QCA III 2000-2006 com uma longa série de iniciativas e propostas – embora na maior parte dos casos sem resultados práticos alguns ou significativos – que, beneficiando dos ensinamentos colhidos dessa pioneira experiência, não deixarão de refletir as idiossincrasias e realidades próprias das regiões, áreas de intervenção e aglomerados abrangidos, fazendo finalmente incidir alguma atenção sobre as áreas rurais, as aldeias e o património rural construído que as constitui, procurando congrega vontades no sentido da sua preservação, recuperação, reabilitação e revitalização.

²⁴ Com respeito a esta última finalidade, o preâmbulo do DL n.º 256/86 refere mesmo que “o fomento do turismo rural e o incremento do turismo de habitação nas zonas rurais [...] deverão visar a protecção e valorização do património cultural, de que a arquitectura regional é expressão de grande interesse”, afirmando assim, desde logo, a vocação e orientação eminentemente patrimonialistas do TER.

²⁵ Estes aglomerados virão, de facto, a integrar posteriormente os programas das Aldeias Históricas (Monsanto, Piódão e Sortelha, bem como Idanha-a-Velha, também referida noutro ponto documento, a propósito das regiões de ordenamento turístico) e das Aldeias Vinhateiras (Salzedas e Ucanha).

Este processo de revisitação da arquitetura tradicional, contudo, não se esgotará nos programas promovidos pela administração pública central e local, estendendo-se a diversas iniciativas privadas promovidas por indivíduos ou sociedades empresariais – como serão os casos da Aldeia da Cuada (Lajes das Flores, ilha das Flores, Açores), da Aldeia de Cima (Soure), da Branda da Aveleira (Melgaço) (figura 1.185), da Mata Pequena (Maфра), de Loural (Góis) (figura 1.186), de Pedralva (Vila do Bispo) (figura 1.184), de Pia de Urso (Batalha) (figura 1.183), de Póvoa Dão (Viseu) (figura 1.180), de Póvoa Velha (Seia) (figura 1.181), de S. Gregório (Borba) (figura 1.182) ou da Vilarinha (Aljezur) (figura 1.187)²⁶. No entanto, nestas iniciativas, e ao contrário daquelas, fixar populações e promover o desenvolvimento local integrado não terão sido (ou serão), porventura, os seus principais objetivos, ainda que se possam encontrar, tanto nos discursos como nas práticas, algumas das boas intenções que lhes estão associadas.

Na verdade, compradas ‘à peça’ (casa a casa, ao longo de anos) ou ‘por atacado’, por investidores singulares ou sociedades, reabilitadas, renovadas e/ou reconstruídas com mais ou menos preocupações do ponto de vista da preservação daquilo que constitui, do ponto de vista formal, material e tipológico, a sua identidade urbanística, arquitetónica e patrimonial, estas aldeias virão a conseguir aquilo que as ‘aldeias das açoteias’ nunca chegaram verdadeiramente a conseguir: oferecer a sua irreabilidade como presença real, fornecendo um ‘signo’ capaz de se fazer esquecer como tal (Eco, 1993: 10). Ou seja, não são já mais do que meros parques temáticos que vendem a ideia de um idílio rural celebrando uma ruralidade onde ela já não existe – e, mais do que isso, como de facto nunca existiu²⁷.

E se as iniciativas atrás referidas, pelo menos nalguns casos, terão permitido a emergência de novas leituras e o desenvolvimento de novas abordagens a esse património – ainda que em muitos desses casos tal não se tenha, infelizmente, traduzido em ações concretas, estruturantes e duradouras –, noutros casos (e em particular nos respeitantes às iniciativas privadas) terão dado azo, ainda que involuntariamente, à prevalência da cultura do *pastiche* (vide nota 21) e de um suposto tipicismo construído a partir de clichés e completamente desligado da realidade a que faz referência – de que o “‘conceito inovador’ de ‘rural chique’” (S.A., 2009b) invocado a respeito de mais um empreendimento turístico que glosa os temas da aldeia e ruralidade como *leitmotiv* e fator diferenciador é bem um exemplo paradigmático, para não dizer patético.

²⁶ A estas poderiam ainda acrescentar-se, ainda que meramente no domínio das hipóteses, as aldeias de Barbelote (Monchique), Cuvelo do Monte (Boticas), Pereiro (Marvão) e Picões (Valpaços) – as quais aguardam oportunidade e investidor(es) interessado(s) na respetiva aquisição e valorização (Lusa, 2013; S.A., 2014b; Silva & Meira, 2015; Zacarias, 2011) –, bem como as aldeias identificadas por Gomes e Romero num estudo que visava, precisamente, “localizar situações de acentuada depressão que possam eventualmente ser potenciadas para o desenvolvimento de oferta turística [e] estabelecer simultaneamente um ‘caderno de encargos’ que descreva as condições que melhor potencializam uma aldeia para a realização de um empreendimento turístico” (2008: 8), a saber: Alcaria de Mazes (Lamego), Arrancoeira (Vila de Rei), Aldeia de Ermelo e Branda de Bousgalinhas (Arcos de Valdevez), Cadaval Cimeiro e Cadaval Fundeiro (Miranda do Corvo), Coval / Moinhos do Coval (Mangualde), Fonte de Aldeia e Ífanos (Miranda do Douro), Lugar do Tojal (Vila Verde), Castelo de Ouguela (Campo Maior), Ribeirinha, (Vila Pouca de Aguiar), Soutelo Mourisco (Macedo de Cavaleiros) e Valadares (Monção). Poderíamos ainda incluir aqui as “comunidades rurais intencionais” (Meijering, 2006; tradução livre), já existentes ou em formação, e que embora persigam objetivos bem diferentes – constituindo aquilo que K. Halfacree designa como “radical ruralities” (2007: 131) – contemplam a reabilitação do edificado (recorrendo a materiais, sistemas e técnicas construtivas tradicionais e ‘amigas do ambiente’, energias renováveis e processos ecológicos de tratamento de esgotos) entre as ações a desenvolver: “Awakened Life Project”/Quinta da Mizarela (Benfeita, Arganil), Casa da Ribeira (Tábua), “Dragons Place” (Fiais da Beira, Oliveira do Hospital), “Naturalmente” (Benafim, Loulé), “Permalogica”/Quinta Cabeça do Mato (Tábua), Quinta das Gralhas (São Paio, Gouveia), Quinta do Vale Carvalho (Tondela), Tamera (Monte do Cerro, Odemira), “Tribodar Learning Center” (Nisa), “Vegan Hills” (Budens, Vila do Bispo), ou ainda Cabrum (Viseu) ou Terramada (Castro Marim).

²⁷ Constituindo assim, de alguma forma, aquilo que V. Turner designa como “liminal spaces” – espaços que nem são uma coisa nem outra: “[they] elude or slip through the network of classifications that normally locate states and positions in cultural space [...] they are betwixt and between the positions assigned and arrayed by law, custom, convention, and ceremonial.” (1977) – e M. Lawrence (1997) e L. Meijering (2006), bem como outros autores por estes citados, irão associar, *inter alia*, aos espaços rurais e aos empreendimentos turísticos.

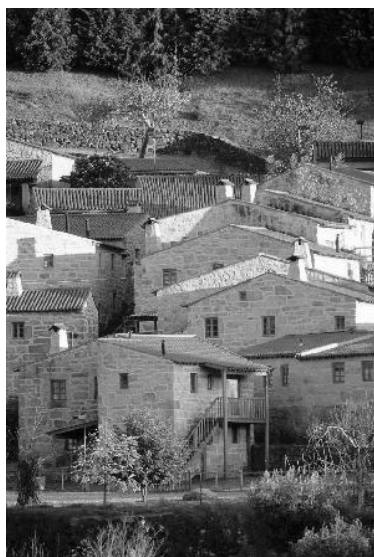


Figura 1.180: Póvoa Dão (Viseu)
Figura 1.181: Branda da Avelreira
(Melgaço)

Figura 1.182: Póvoa Velha (Seia),
Figura 1.183: Pia de Urso (Batalha)
Figura 1.184: Loural (Góis)

Figura 1.185: São Gregório (Borba)
Figura 1.186: Pedralva (Vila do Bispo)
Figura 1.187: Vilarinha (Aljezur)

Uma cultura muitas vezes impulsionada – de forma perversa, pois esse é, quer se queira quer não, um dos seus (d)efeitos – pela leitura acrítica e pouco qualificada dos ‘guias’ ou ‘manuais do construtor’ e outros documentos que se pretende orientadores das práticas de intervenção mas cujas boas intenções e voluntarismo nem sempre se revelam suficientemente ajustados, devidamente compreendidos ou – sejamos justos – capazes de, por si só e à falta de uma política de educação para o património, constituir o suporte teórico-prático que era necessário para assegurar intervenções de maior qualidade e rigor do ponto de vista da conservação patrimonial e do “construir no construído” (Gracia, 2001).

Por fim, importa ainda referir a consagração legal, ocorrida já no final da década de 1990, dos *projetos de intervenção em espaço rural* e dos *planos de pormenor de salvaguarda* (DL nº 389/99, de 22 de setembro)²⁸ como modalidades simplificadas da tipologia genérica de planos de pormenor, assim como a importância que a Lei de Bases do Ordenamento do Território e Urbanismo virá a atribuir à promoção da valorização integrada das diversidades do território nacional, à defesa e valorização do património cultural e natural e à salvaguarda e valorização das potencialidades do espaço rural (cf. Lei nº 48/98, de 11 de agosto, art.º 3º), importância posteriormente reforçada nas orientações associadas ao Programa Nacional de Política de Ordenamento do Território (PNPOT) (Lei nº 58/2007, de 4 de setembro).

²⁸ No primeiro caso, aquela modalidade só viria a ser regulamentada seis anos depois, em 2005, através da Portaria nº 389/2005, de 5 de abril. Já no caso dos PPS – e apesar de novamente consagrados no DL nº 316/2007, de 19 de setembro (art.º 91º-A, n.º 2, a), que veio alterar aquele diploma –, estes não viriam sequer (pelo menos até ao final do período limite considerado para estes estudos) a ser regulamentados, pelo que, por falta de aplicabilidade, a eficácia da (boa) intenção acabou sendo (praticamente) nula.

2. Os programas de revitalização de aldeias em Portugal (1994-2007)

2.1. Da (re)descoberta à (re)afirmação da ruralidade: os programas de revitalização de aldeias

2.1.1. O impulso das políticas e dos apoios comunitários: dos Fundos Estruturais aos Planos Operacionais

Será, por um lado, num quadro de “renovação e ampliação dos objetivos da política agrícola e de desenvolvimento rural – do abastecimento para a multifuncionalidade” (Cordovil, 2004: 39) – política essa que passará a poder abranger, entre outras medidas, a renovação e desenvolvimento de pequenos aglomerados populacionais e a proteção e conservação do património rural, o incentivo das atividades turísticas e artesanais e a proteção do ambiente¹ (*vide* anexo 1, secção A1.5) – que virão a adquirir forma, a partir da iniciativa pioneira da ação-piloto do Programa das Aldeias Históricas (PAH) – lançado ainda na segunda metade dos anos 1990 –, várias propostas e iniciativas que encontrarão na *reabilitação* das aldeias uma das suas ações mais emblemáticas e no desenvolvimento do *turismo* em áreas rurais uma das suas estratégias determinantes².

A promoção e a disseminação destas iniciativas, no entanto, só seriam possíveis no quadro da territorialização das *políticas estruturais* da União Europeia (UE), processo desencadeado na década de 1970 do século XX a partir da tomada de consciência do bloqueio que as disparidades entre as regiões mais ricas e mais pobres³ estavam a gerar na prossecução daquele que era o grande objetivo inicial da CEE: a integração política através da integração económica. Processo de que resultará a criação, em 1975, do FEDER - Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (Pinho, 2009: vol. I, 295), com o objetivo de financiar a ajuda estrutural através de programas de desenvolvimento regional orientados ao apoio às regiões mais desfavorecidas ou menos desenvolvidas.

O conceito genérico de *políticas europeias estruturais* remete para um conjunto de estratégias e objetivos definidos e prosseguidos pela UE tendo em vista responder aos desafios colocados pelos diversos setores da economia, reduzindo, de forma sustentável, as disparidades económicas entre regiões e reforçando o potencial produtivo nas regiões mais desfavorecidas.

Estas políticas virão a ser suportadas por seis instrumentos financeiros: quatro fundos estruturais (FEDER, FSE, FEOGA-O e IFOP⁴) – que correspondem aos programas de financiamento comunitário em que se divide o orçamento da UE e consistem em instrumentos de cofinanciamento a que os Estados-membros se podem candidatar para, conjuntamente com os recursos nacionais públicos e privados e com vista à realização plena da coesão, apoiar os esforços nacionais de desenvolvimento ao longo de períodos plurianuais definidos – a que acrescem o Fundo de Coesão⁵ e o Banco Europeu

¹ Constituinte dessas, precisamente, algumas das prioridades definidas para os programas dos fundos estruturais para o período de programação 2000-2006 (cf. UE, 2004: 7 e 14).

² Segundo S. Silva e P. Carvalho, “é a partir sobretudo do ‘Futuro do Mundo Rural’ (1988) que se torna frequente a associação entre turismo e desenvolvimento rural” (2011: 2). Esta associação que virá a ganhar particular acuidade dois anos depois com apresentação de uma proposta de “ação comunitária para promover o turismo rural” (CEC, 1990) no âmbito daquela que terá sido a primeira iniciativa europeia na área do turismo, o Ano Europeu do Turismo.

³ Processo que ganhará acuidade com a adesão da Grécia, em 1981, e de Portugal e Espanha, em 1986, à então CEE, em virtude da maior amplitude que passarão, a partir de então, a assumir essas disparidades.

⁴ Instrumento Financeiro de Orientação da Pesca – criado em 1994, reúne os instrumentos comunitários para o setor da pesca, aplicando-se às regiões costeiras (<http://www.qca.pt/>).

⁵ Criado em 1993 com o intuito de apoiar os estados menos favorecidos cujo PIB por habitante fosse inferior a 90% da média comunitária, tendo sido seus primeiros destinatários Portugal, Espanha, Grécia e Irlanda (Costa, 2006: 261).

de Investimento (BEI)⁶. Dentre esses instrumentos, e por apoiarem diretamente as ações relacionadas com os programas das aldeias, destacam-se os fundos estruturais, nomeadamente os três primeiros atrás referidos: FEDER, FSE e FEOGA.

No que respeita ao FEDER – fundo orientado às políticas de desenvolvimento regional, com especial atenção às especificidades territoriais –, este, no que se refere às zonas rurais e no período considerado no presente estudo, privilegiará o apoio (i) à criação de infraestruturas destinadas a melhorar as acessibilidades; (ii) à instalação de redes e serviços de telecomunicações nas zonas rurais; (iii) ao desenvolvimento de novas atividades económicas; (iv) ao reforço dos laços entre as zonas urbanas e as zonas rurais; e (v) ao desenvolvimento do turismo e do ordenamento no espaço rural; contribuindo ainda, no que concerne às zonas com desvantagens naturais, para o financiamento de investimentos em prol das atividades económicas ligadas ao património cultural e da utilização sustentável dos recursos locais.

Atuando em função de uma estratégia global, integrada e articulada com os outros dois fundos estruturais atrás referidos – FSE e FEOGA – e com os programas de iniciativa comunitária⁷ INTERREG⁸ e LEADER⁹ – os quais, em articulação com a medida AGRIS¹⁰, irão dar suporte, no terreno, à maior parte das ações de *dinamização do desenvolvimento agrícola e rural* e *valorização do ambiente e do património rural*, muitas das quais paralelas e complementares às previstas nos próprios programas de revitalização de aldeias, senão mesmo deles fazendo parte integrante – o FEDER constituir-se-á, a partir de então, como o principal suporte financeiro da componente material – aquela em se inscrevem o fulcro das ações de preservação, reabilitação e valorização do património rural construído – daquelas iniciativas, as quais tinham na ação combinada entre a valorização e salvaguarda patrimonial e a respetiva dinamização turística um dos seus vetores fundamentais de atuação.

Quanto ao FEOGA¹¹, fundo orientado ao financiamento das políticas agrícolas e de desenvolvimento rural, este fará incidir os seus apoios, entre outras áreas mais diretamente

⁶ Banco criado em 1958 no âmbito do Tratado de Roma.

⁷ Programas propostos pela Comissão Europeia aos Estados-membros e destinados a apoiar ações que contribuíssem para resolver problemas específicos com incidência a nível europeu.

⁸ Cooperação Inter-Regional – programa de iniciativa comunitária criado em 1989, no âmbito do FEDER, com os objetivos de apoiar a implementação de estratégias conjuntas transfronteiriças transnacionais e programas de desenvolvimento e promover o aprofundamento de parcerias entre diferentes níveis da administração com os agentes económico-sociais relevantes, visando o desenvolvimento regional integrado entre regiões fronteiriças vizinhas e uma integração territorial equilibrada em todo o território da Comunidade e com os países candidatos e outros países vizinhos através da cooperação transnacional e da cooperação inter-regional.

⁹ Ligações entre Ações de Desenvolvimento da Economia Rural – suportado financeiramente pelo FEOGA (secção Orientação), este programa de iniciativa comunitária visava incentivar a aplicação de estratégias originais de desenvolvimento nas zonas rurais da Comunidade Europeia; estratégias essas que contemplassem a experimentação de novas formas de *valorização do património natural e cultural*, o reforço do ambiente económico contribuindo para a criação de postos de trabalho, a melhoria da capacidade organizacional das comunidades rurais, a dinamização e a garantia da divulgação de saberes e conhecimentos e a transferência de experiências ao nível europeu, incentivando abordagens integradas concebidas e postas em prática por parcerias que operem à escala local (*vide* anexo 1, secção A1.5, nota 32)

¹⁰ Medida Agricultura e Desenvolvimento Rural dos programas operacionais de âmbito regional aprovados, a nível nacional, no âmbito do QCA III 2000-2006; medida cuja Ação 7 – Valorização do Ambiente e do Património Rural contemplava uma subação destinada a apoiar a “Recuperação e Valorização do Património Natural, da Paisagem e dos Núcleos Populacionais em Meio Rural”, tendo em vista; (i) preservar e valorizar a identidade dos pequenos aglomerados rurais, melhorar a sua atratividade e potenciar o seu desenvolvimento económico e social; (ii) melhorar a qualidade de vida e de bem estar da população rural; (iii) promover o aproveitamento dos recursos naturais e da paisagem para fins económicos, sociais e de lazer; e (iv) promover a requalificação ambiental em áreas de interface com as explorações agrícolas e as agroindústrias num quadro de intervenções de carácter coletivo (<http://www.adril.pt/>).

¹¹ Fundo Europeu de Orientação e Garantia Agrícola – criado em 1972, este instrumento financeiro é constituído por duas secções: a secção Orientação e a secção Garantia. No âmbito da política europeia de coesão económica e social, o FEOGA está vocacionado para a reconversão e adaptação das estruturas agrícolas e desenvolvimento das áreas rurais (<http://www.qca.pt/>), tendo como objetivo orientar e melhorar as condições de produção e comercialização dos produtos agrícolas. Em 1988, com a reforma dos Fundos

relacionadas com a produção agrícola, (i) na diversificação de atividades tendo em vista o desenvolvimento de atividades complementares ou alternativas à agricultura, nomeadamente as relacionadas com o turismo, e (ii) na preservação e promoção da natureza e de uma agricultura sustentável que respeite as exigências ambientais.

Finalmente, o FSE¹² constitui o principal instrumento da política social comunitária, dando assistência financeira às políticas de educação e de formação profissional, tendo em vista a promoção do emprego e a integração no mercado de trabalho.

As estratégias acima referidas – que definiam metas gerais baseadas em valores definidos e nas abordagens e métodos a adotar, contemplando os aspetos relativos ao enquadramento, orientação estratégica, sistematização operacional, programação financeira e estrutura organizativa dos apoios estruturais para o período de programação plurianual correspondente – traduzir-se-iam nos designados Planos de Desenvolvimento Regional (PDR) elaborados por cada Estado-membro. Estes planos, cujas regras de implementação eram depois definidas nos Quadros Comunitários de Apoio (QCA) correspondentes, consistem em contratos celebrados entre cada Estado-membro e a UE no âmbito do esforço de convergência intereuropeu, descrevendo a estratégia e prioridades de ação, os objetivos específicos, a participação dos fundos e restantes recursos financeiros, e definindo as regras de implementação e aplicação dos fundos estruturais e as obrigações a que cada uma das partes ficava subordinada.

Tendo como grande objetivo estruturante assegurar a necessária convergência entre as várias economias que constituíam o espaço europeu comunitário – para que aquelas que se encontravam mais atrasadas, em termos de desenvolvimento económico, se aproximassem o mais rapidamente possível das economias mais desenvolvidas –, os QCAs assumiam-se assim, e no âmbito desse propósito, como documentos de enquadramento das políticas de desenvolvimento regional, definindo os objetivos gerais das mesmas para o período de programação correspondente.

Os cenários mensuráveis destas políticas, bem como os objetivos específicos a atingir, os prazos disponíveis para o efeito e o respetivo plano financeiro, eram devidamente detalhados – com maior grau de pormenor que na estratégia – nos Programas Operacionais (PO) setoriais e regionais e nos projetos e ações concretas que aqueles definiam, identificavam e elencavam através dos designados Planos de Ação que iriam dar corpo à referida estratégia – planos de entre os quais se destacam os relativos aos *programas de revitalização de aldeias*, como teremos ocasião de ver mais adiante.

Desde a sua adesão à então Comunidade Económica Europeia (CEE), Portugal beneficiou – até à data limite considerada neste estudo, 2006 –, de quatro períodos de programação financeira comunitária: um primeiro entre 1986 e 1988, conhecido como Anterior Regulamento¹³; o QCA I, entre 1989 e 1993; o QCA II, entre 1994 e 1999; e o QCA III, entre 2000 e 2006.

No que ao presente estudo diz respeito, e para além de uma breve referência aos aspetos essenciais dos dois anteriores períodos de programação, focar-nos-emos essencialmente nos QCA II e III, aqueles em cujo âmbito, conforme referido, foram lançados os programas que constituem o

Estruturais, passará a considerar explicitamente o “desenvolvimento rural”, determinando, por força do disposto no Regulamento n.º 2052/88, de 24 de junho, a apresentação, pelos Estados Membros, de “Planos de desenvolvimento das zonas rurais” (Varela, 1998: 45). No período de programação 2007-2013 este fundo viria a ser substituído por dois novos fundos entretanto criados para dar resposta mais eficaz às novas circunstâncias e desafios que então se colocavam à PAC e ao desenvolvimento rural: o FEAGA – Fundo Europeu de Garantia Agrícola e o FEADER – Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural.

¹² Fundo Social Europeu – instituído em 1960.

¹³ Anterior Regulamento é a designação dada à fase anterior à reforma operada nos fundos estruturais em 1988, fase no âmbito da qual o PRODR – Programa de Desenvolvimento Regional que Portugal se viu obrigado a elaborar, a fim de garantir as condições para as candidaturas de acesso ao FEDER, não deu ainda origem a um QCA como os que viriam posteriormente a tornar-se regra.

objeto do presente estudo, interessando para o efeito sublinhar os seus três objetivos fundamentais comuns: (i) assegurar o *crescimento da economia e nível de vida* dos portugueses a ritmos superiores aos da média comunitária; (ii) fomentar a *convergência real* (em termos de produto e rendimento) entre a economia portuguesa e a média comunitária; e (iii) fomentar a *coesão económica e social* interna do país, objetivo para o qual iniciativas como as dos programas de revitalização de aldeias constituirão instrumento fundamental.

2.1.2. Anterior Regulamento (1986-1988) e QCA I 1989-1993

Na primeira fase subsequente à adesão de Portugal à CEE,

a contribuição do FEDER para o desenvolvimento regional orientou-se fundamentalmente para o financiamento de projectos públicos de infra-estruturas e estudos (Portugal, 1995b: 10)

por força da ausência, no nosso país, “de um sistema de incentivos financeiros ao sector privado passível de ser co-financiado pelo FEDER” (<http://www.ccdrc.pt>). Esta orientação traduzir-se-ia, segundo J. Gaspar e J. M. Simões, em duas categorias fundamentais de investimentos:

[os] directamente produtivos (tais como actividades industriais, serviços e artesanato) e [os] infra-estruturais de apoio as actividades produtivas (parques industriais, transportes e telecomunicações, energia, infra-estruturas hidráulicas). (2006b: 183)

A aposta na infraestruturação básica de que o país então carecia, distanciando-o significativamente dos estados-membros mais desenvolvidos, irá manter-se no QCA I, mas agora com atribuição de prioridade máxima aos setores dos transportes e telecomunicações a par de uma aposta também expressiva na formação profissional, “De longe, a área de actividade que mais fundos absorveu [25%]” (Portugal, 1995b: 12) durante esse período de programação.

Este quadro, para além traduzir “importantes alterações na forma como as políticas eram implementadas” (Pinho, 2009: vol. I, 296) – como sejam a introdução do *planeamento estratégico de médio prazo* (cinco anos), da *programação multianual* (CEC, 1992: 9) e do *princípio da subsidiariedade e da parceria* e o recurso à *monitorização e avaliação* sistemáticas da aplicação dos Fundos (*Idem*: vol. I, 296) –, incorporará ainda outras preocupações que haviam estado de igual modo na base da reforma dos fundos estruturais operada em 1988, nomeadamente as relacionadas com a necessidade de orientar a repartição (territorial) dos apoios financeiros no sentido da *correção dos principais desequilíbrios regionais* e do *reforço da coesão económica e social* da UE (CE, 1988: § 1 e 2)¹⁴.

Neste contexto, o turismo e a valorização dos patrimónios cultural e natural, de forma conjugada e em consonância com as tendências referidas por J. Ferrão (2000: 48) (*vide* anexo 1, secção A1.5), virão a adquirir particular relevância nos incentivos de base regional, âmbito no qual vale ainda a pena realçar a importância que, de igual modo, assumem os estudos e planos de ordenamento do território (particularmente os PDM) e de renovação/reabilitação urbana, bem como, e sobretudo, o impulso que irá ser dado às ações neste último domínio – no qual os GAT e, em especial, os recém-

¹⁴ Segundo J. Gaspar e J. M. Simões, o PRODESREDI – Programa de Desenvolvimento Económico e Social Regionalmente Diferenciado 1989-1992, propondo uma abordagem integrada que reunia as Grandes Opções do Plano 1989/92, o Plano de Desenvolvimento Regional e os respetivos programas operacionais de âmbito setorial e regional, definia como “principais linhas orientadoras da política de desenvolvimento regional do país para o período 1989-1992 [...] as seguintes: i) promoção de um processo de desenvolvimento económico e social cujos efeitos de progresso e bem-estar se repercutam no território nacional; ii) correcção das disparidades regionais e intra-regionais de condições de vida; iii) melhoria dos níveis de acessibilidade inter e intra-regional; iv) promoção do ordenamento do território e da conservação do ambiente, entendidos como formas privilegiadas de, respeitando o padrão de urbanização do país e reconhecendo a inércia tendencial da rede urbana estabelecida, enquadrar a correcção das deficiências na dotação de serviços, infra-estruturas e equipamentos, proteger a qualidade ambiental e racionalizar as ligações funcionais entre os centros.” (2006b: 184)

criados GTL (*vide* secção 1.5, notas 22 e 23) irão desempenhar um papel crucial¹⁵. Nesta fase, as ações mais significativas promovidas nesse âmbito incidirão essencialmente nos designados centros históricos das áreas urbanas (capitais de distrito, sedes de concelho ou cidades e vilas mais importantes do ponto de vista populacional ou patrimonial) (anexo 2, quadro 2.1), pese embora a importância revelada pelo PIC LEADER nas ações de recuperação/reabilitação em áreas rurais através dos apoios concedidos no âmbito do *turismo no espaço rural* (TER)¹⁶.

2.1.3. QCA II 1994-1999

Embora mantendo um forte apoio à componente infraestrutural (com especial incidência na área dos transportes), em termos de repartição setorial do investimento dos fundos comunitários, e na modernização do tecido produtivo, em termos de áreas de atuação, o QCA II virá contudo a atribuir uma expressão e uma dimensão financeira reforçadas ao desenvolvimento rural e local e à renovação e reabilitação urbana¹⁷ (Portugal, 1995b: 14-16), por um lado, alargando de forma mais sensível, por outro lado, o âmbito de incidência das ações neste último domínio.

Traduzindo uma intenção de “simplificar os processos administrativos associados à gestão dos fundos estruturais” relativamente ao período anterior, bem como de “subordinar à tipologia dos executores” a lógica de construção das novas intervenções (Gaspar & Simões, 2006b: 193), o QCA II contemplaria uma redução no número de programas operacionais em que se decompunha (de 60 para 17) – cada um deles estruturado em duas ou mais Intervenções Operacionais (IO) –, agrupando-se estes nos quatro Eixos Prioritários definidos no PDR e que traduziam os objetivos estratégicos da política de desenvolvimento do país:

- (i) *qualificar os recursos humanos e o emprego* (Eixo 1);
- (ii) *reforçar os fatores de competitividade da economia* (Eixo 2);
- (iii) *promover a qualidade de vida e a coesão social* (Eixo 3) tendo em vista, entre outros objetivos específicos, *melhorar a qualidade do ambiente natural e urbano do nosso país*;
- (iv) e *fortalecer a base económica regional* (Eixo 4), visando, especificamente, *promover o desenvolvimento equilibrado de todo o país através de projetos de incidência regional* (<http://www.qca.pt>).

A aposta nos domínios referidos traduzir-se-á, particularmente, nas IO “Turismo e Património Cultural” e “Comércio e Serviços”, do Programa Modernização do Tecido Económico (Eixo 1) – apoiando, entre outras ações, a execução de obras de beneficiação em 19 monumentos nacionais, a renovação de 20 museus, a construção de 11 novas pousadas de juventude e a implementação de 973 projetos de revitalização de centros históricos em 179 concelhos – e “Ambiente e Renovação Urbana”, do Programa Ambiente e Revitalização Urbana (Eixo 3) – financiando, p. ex., projetos de preservação de áreas protegidas e de proteção da faixa costeira e a criação de praias fluviais (*vide* anexo 2, quadro 2.1).

Será contudo no Programa Promoção do Potencial de Desenvolvimento Regional (PPDR) – o qual, constituindo a primeira linha de atuação do Eixo 4, tinha como objetivo cimeiro promover o potencial de desenvolvimento regional através de, entre outras medidas, o apoio a iniciativas de

¹⁵ Papel, inclusive, de antecipação, nomeadamente no caso das propostas de recuperação de um conjunto de *aldeias serranas* já referidas na secção 1.5.

¹⁶ Os projetos de TER terão representado nada menos que 46% do total de projetos apoiados por este programa e 56 % do investimento executado (Silva, 2009a: 59-61) (*vide* anexo 1, secção A1.5).

¹⁷ De acordo com os dados compilados por Pinho (2009: vol. II, A1/19- A1/25), o número de GTL criados durante este período de programação quase duplicou relativamente ao período anterior.

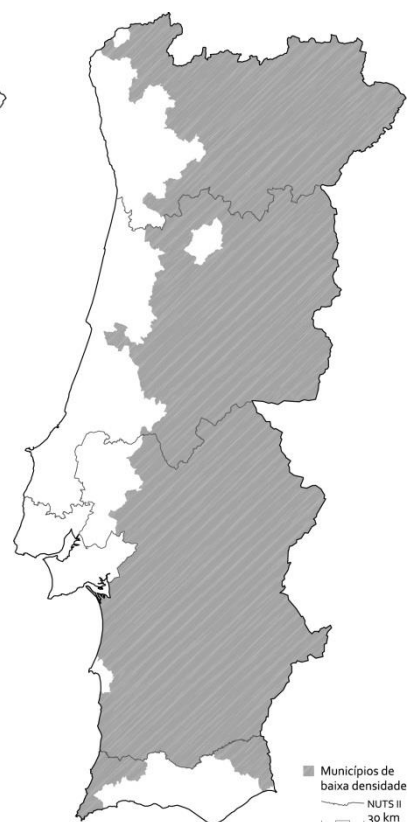
desenvolvimento local e rural tendo em vista a *revitalização do "mundo" rural* (Sub-programa 1) –, bem como em algumas das medidas e ações que viriam ser definidas e executadas no quadro das oito intervenções específicas de âmbito regional¹⁸ que constituíam uma segunda linha de atuação do Eixo 4¹⁹ – e cujo âmbito de aplicação estava limitado a uma determinada área geográfica de nível NUTS 2 (mapa 2.1) correspondente a cada uma das atuais regiões-plano (Norte, Centro, Lisboa e Vale do Tejo, Alentejo e Algarve (mapa 2.2) e às regiões autónomas da Madeira e Açores –, que essa aposta se estenderá, agora de forma mais abrangente, às áreas rurais.



Mapa 2.1
Delimitação das unidades territoriais para fins estatísticos (NUTS) na área do continente português



Mapa 2.2
Áreas de atuação das Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional (CCDR)



Mapa 2.3
Municípios de baixa densidade na área do continente português

Essa extensão far-se-á não só através do alargamento do âmbito territorial das medidas orientadas aos propósitos da recuperação, reabilitação e revitalização urbana e patrimonial, mas – e ao invés de ações mais ou menos avulsas enquadradas ou enquadráveis nas medidas previstas nos diferentes PO –, por via, sobretudo, do lançamento de programas específicos obedecendo a uma

¹⁸ Nomeadamente: (i) PRONORTE - Programa Operacional da Região do Norte; (ii) PROCENTRO - Programa Operacional da Região Centro; (iii) PORLVT - Programa Operacional da Região de Lisboa e Vale do Tejo; (iv) PORA - Programa Operacional Regional do Alentejo; (v) PROA - Programa Operacional Algarve; (vi) PEDRAA II - Programa Específico de Desenvolvimento da Região Autónoma dos Açores; (vii) POPRAAM II - Programa Operacional Plurifundos da Região Autónoma da Madeira; e ainda (viii) o PEDIZA - Programa Específico de Desenvolvimento Integrado da Zona Alentejo, abrangendo especificamente a zona de influência do EFMA – Empreendimento de Fins Múltiplos do Alqueva.

¹⁹ Sendo as outras duas linhas de atuação: uma correspondente às intervenções específicas em cada uma das sete regiões portuguesas (Norte, Centro, Lisboa e Vale do Tejo, Alentejo, Algarve, Açores e Madeira (os programas operacionais, mais o PEDIZA, referidos na nota anterior); e a outra à criação de uma iniciativa de apoio ao investimento municipal, designada Subvenção Global de Apoio ao Investimento Autárquico.

lógica de planeamento integrado, como serão os casos dos programas de *Recuperação das Aldeias Históricas* (PAH) e de *Recuperação de Centros Rurais* e da ação *Aldeias de Interesse Turístico*, no âmbito do PPDR, e do *Projecto Aldeia* e do *Programa de Valorização de Vilas e Aldeias Históricas do Alentejo*, no âmbito do PO do Alentejo.

2.1.4. QCA III 2000-2006

Prosseguindo a estratégia inaugurada no QCA II com o PAH, o QCA III virá a favorecer a multiplicação de iniciativas de natureza e propósitos similares, traduzindo dessa forma quer o significativo destaque atribuído à questão da *interioridade* (Gaspar & Simões, 2006b: 198), quer a importância reforçada que assume, nesse âmbito, a revitalização das áreas rurais social e economicamente deprimidas ou de baixa densidade (mapa 2.3).

Nesse sentido, e segundo Gaspar e Simões, a principal inovação introduzida pelo PDR 2000-2006 no novo QCA “está certamente associada ao papel que é conferido às IO regionais, que [...] comportam alterações muito significativas relativamente às experiências precedentes”, nomeadamente na circunstância de

para além da habitual componente relativa aos apoios de interesse municipal e intermunicipal, passa[re]m também a enquadrar *acções integradas de base territorial e intervenções regionalmente desconcentradas da administração central*” (2006b: 199; *itálicos nossos*).

Como principais vantagens desta solução, aqueles autores destacam a “maior amarração das políticas sectoriais aos desígnios de desenvolvimento de cada região e à configuração de cada IO regional como um programa integrado plurifundos”, bem como o “aumento e valorização da participação dos parceiros sociais e instituições representativas da sociedade civil” na gestão, acompanhamento, avaliação e controlo da execução do plano e respetivo quadro de financiamento (*Idem: Ibid.*).

Confirmando a prioridade atribuída ao desenvolvimento regional nas políticas nacionais e europeias, o Eixo 4 (Promover o desenvolvimento sustentável das regiões e a coesão nacional) do PDR – aquele que estava, precisamente, orientado para as intervenções de carácter regional, agrupando as referidas IO, ou seja, os chamados PO regionais –, virá assim a ser, como assinalam ainda Gaspar e Simões (*Idem: Ibid.*), o mais beneficiado em termos orçamentais (38,8 % do custo total), distribuindo-se esse valor por três *eixos prioritários* de intervenção à escala de cada região:

- i) Eixo 1 – *Investimentos de Interesse Municipal e Intermunicipal*: destinado a acolher e financiar projetos de investimento e ações de desenvolvimento de escala municipal e intermunicipal que concorressem (a) para a qualidade de vida das populações – nomeadamente, através da garantia da satisfação das suas necessidades básicas e da qualificação dos espaços físicos –, (b) para o desenvolvimento sustentável dos territórios, (c) para o reforço e dinamização dos agentes da região (através do apoio logístico às atividades económicas) e (d) para a qualificação dos recursos humanos. Este Eixo enquadrava uma medida de apoio a Ações Específicas de Valorização Territorial no âmbito da qual viriam a ser contratualizados os designados *Pactos para o Desenvolvimento e Programas de Valorização Territorial*²⁰,

²⁰ Quatro pactos, no primeiro caso: (i) *Pacto para o Desenvolvimento da Terra Fria Transmontana*, (ii) *Pacto para o Desenvolvimento do Alto Tâmega* e (iii) *Pacto para o Desenvolvimento do Baixo Tâmega*, na região Norte, e (iv) *Pacto para o Desenvolvimento da Beira Interior Sul*, na região Centro; e mais cinco programas, no segundo caso: (i) *Programa de Valorização das Áreas Rurais* (no âmbito do qual viria a ser lançado o Programa Portas da Terra Quente – Aldeias da Terra Quente), na região Norte, (ii) *Programa de Valorização das Pequenas/Médias Cidades*, na região Centro, (iii) *Programa de Valorização das Pequenas/Médias Cidades* e (iv) *Programa de Valorização de Áreas Urbanas Fragilizadas* (PROQUAL), na região de Lisboa e Vale do Tejo, e (v) *Programa de Valorização das Áreas*

destinados a complementar as Ações Integradas de Base Territorial e, desse modo, permitir a cobertura de todo o interior do país “com instrumentos específicos de apoio ao desenvolvimento” (Portugal, 2002b: 60).

- ii) Eixo 2 – *Ações Integradas de Base Territorial (AIBT)*: abrangendo ações territoriais e/ou tematicamente pertinentes e estratégica e operacionalmente seletivas de apoio ao desenvolvimento regional e local, visava apoiar atuações de base territorial estruturantes e integradas, complementares aos investimentos municipais e setoriais, que incidissem nos subespaços que se debatiam com problemas específicos – como eram o caso das áreas de baixa densidade – mas onde se identificavam oportunidades estratégicas de desenvolvimento e potencialidades insuficientemente exploradas. Estas ações eram ainda justificadas pela necessidade de ultrapassar estrangulamentos específicos e dificuldades de desenvolvimento particularmente acentuadas, de dinamizar aspetos singulares do território ou de compatibilizar exigências ambientais e de ordenamento territorial com impacto nos sistemas urbanos e nas atividades económicas, especialmente ligadas a recursos naturais.
- iii) Eixo 3 – *Investimentos da Administração Central Regionalmente Desconcentrados*: correspondentes a intervenções que embora obedecessem a uma lógica nacional e setorial e às prioridades estratégicas gerais do QCA, se destinassem a ser implementadas numa base regional, ajustadas às especificidades territoriais e enquadradas na estratégia de desenvolvimento da região, envolvendo os setores económicos e sociais regionais através de ações setorialmente desconcentradas, promovendo a articulação e compatibilização, ao nível regional, das atuações desconcentradas a desenvolver pelos diversos setores da Administração Central e a melhoria da coordenação da ação pública ao nível regional.

Para além destes três eixos, comuns a todos os PO regionais, o Programa Operacional da Região Alentejo incluiria ainda, no âmbito do QCA III, um quarto eixo, o PEDIZA II, correspondente a um programa específico de intervenção na área envolvente da albufeira da barragem do Alqueva, mediante, e em particular, a concretização do Empreendimento de Fins Múltiplos do Alqueva (EFMA) que era considerado um vetor fundamental de reestruturação da economia agrícola e de dinamização de setores como a agroindústria e o turismo naquela área.

Será essencialmente no âmbito do Eixo Prioritário 2, correspondendo a uma das medidas com que se pretendia concretizar a estratégia associada às AIBT – e atuando em articulação quer com outras medidas previstas nos restantes três eixos, quer com as ações previstas no âmbito do PIC LEADER²¹ – que virão a ser enquadradas os vários programas de revitalização de aldeias propostos ou lançados durante este período de programação (*vide* anexo 2, quadro 2.2):

Rurais – Castelos do Alentejo (o qual enquadraria algumas das ações previstas no âmbito do programa Aldeias de Castelo e Património), na região do Alentejo (Portugal, 2002b: 61).

²¹ O PIC LEADER, aliás, terá uma importância preponderante neste domínio, uma vez que a renovação/reabilitação do edificado – e, se não na maior parte, numa parte significativa dos casos, a respetiva adaptação para fins turísticos – assumir-se-á como uma das componentes fundamentais das propostas associadas aos Planos de Ação Local desenvolvidos e implementados nesse âmbito pelos Grupos de Ação Local criados, precisamente, com o intuito promover a revitalização e dinamização dos territórios rurais. Esse trabalho, desenvolvido ao longo dos vários períodos de programação financeira comunitária aqui considerados, virá a consubstanciar-se, particularmente, na criação e dinamização das redes *Aldeias de Portugal*, através da ATA – Associação do Turismo de Aldeia, a nível nacional, e do projeto de cooperação transnacional *Villages of Tradition / Aldeias de Tradição*, subscrito inicialmente pela ATA e pela Associazione Italiana Per Lo Sviluppo del Turismo Rurale I Villaggi delle Tradizioni, tendo como observadores os GAL holandeses de Noordwest Friesland/Lawersland, Flevoland e Zuid-West Drenthe e o espanhol de Val do Limia/Galiza. Redes essas que viriam a agrupar e centralizar a promoção e divulgação turística de mais de 83 aldeias de todo o norte do país, no primeiro caso, e de 32 aldeias das regiões portuguesas do Minho e Douro Litoral, 5 da região italiana da Campania e 8 da região espanhola da Galiza, no segundo caso, todas elas beneficiárias de intervenções apoiadas financeiramente pelo PIC LEADER e, pelo menos nos caso das aldeias portuguesas, pela medida Agris.

- (i) na região Norte, os programas das *Aldeias Vinhateiras*, *Aldeias da Terra Quente*, *Aldeias de Quarta Geração*, *Aldeias de Montanha*, *Aldeias de Saudade* (Agris) e *Aldeias Fronteiriças* (INTERREG);
- (ii) na região Centro (e para além das *Aldeias Históricas*, cujo programa conhecerá neste QCA uma segunda fase de desenvolvimento), os programas das *Aldeias do Xisto*, *Contratos de Aldeia*, *Aldeias do Côa* e *Aldeias de Montanha*;
- (iii) na região do Alentejo, os programas *Aldeias e Vilas Históricas do Alentejo*, *Aldeias de Castelo e Património*, *Aldeias de Tradição*, *Aldeias d'Água/Aldeias Ribeirinhas* (PEDIZA), *Aldeias de Mina*, *Aldeias Históricas do Guadiana* e *Projecto Ruralidades* (Agris);
- (iv) na região do Algarve, o programa das *Aldeias do Algarve*.

Procurando atuar de forma integrada, esses programas compreendiam, de uma forma geral, três componentes essenciais cuja execução obedecia à estratégia definida por cada um dos *planos de ação* ou *de intervenção* de aldeia elaborados (em muitos dos casos) para o efeito:

- (i) uma componente *infraestrutural*, na qual se incluíam, nomeadamente, as intervenções de reabilitação urbana (espaço público e edificado), de criação e/ou requalificação de equipamentos públicos, reabilitação do património arquitetónico e acessibilidades;
- (ii) uma componente *imaterial*, que contemplava as ações de promoção, divulgação e comunicação, bem como de eventos associados à animação sociocultural;
- (iii) e uma componente de *empregabilidade*, que estava associada às ações de formação, reciclagem ou atualização de conhecimentos e/ou que promovessem a criação e/ou qualificação do emprego .

2.2. Os programas de revitalização de aldeias em Portugal: quadro síntese

2.2.1. Do Programa das Aldeias Históricas à disseminação de iniciativas

Como tivemos já ocasião de verificar, os programas de revitalização de aldeias lançados ou propostos no âmbito dos QCA II e III (*vide* anexo 2, quadros 2.1, 2.2 e 2.3), embora inovadores em muitos dos seus aspetos, estão longe de constituir ações inéditas no nosso país, quer no que diz respeito ao propósito de melhorar as condições de vida e contribuir para fixação das populações rurais através de processos de renovação ou reabilitação em urbana dos respetivos aglomerados, quer no que se refere à valorização da arquitetura e cultura populares.

Pode-se afirmar, contudo, que a sua génese encontra um enquadramento mais próximo e preciso no PNT 1985-1988 (Portugal, 1985), representando o Programa de Recuperação das Aldeias Históricas (PAH), em particular, “a incidência regional e local de uma estratégia nacional [considerada naquele plano], que visava discriminar positivamente alguns espaços encravados do Interior da Região Centro” (Boura, 2002: 117).

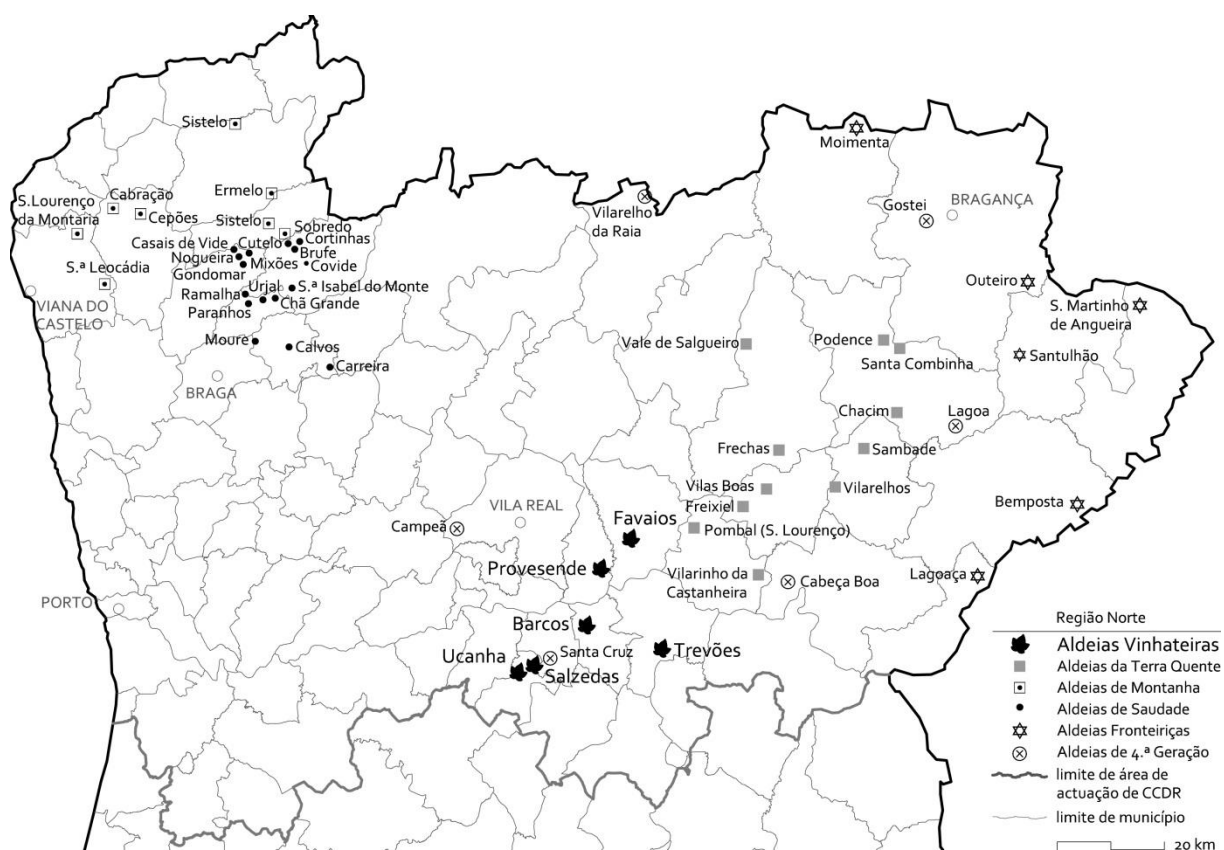
Não obstante a ênfase que aquele plano colocava na importância da recuperação e reabilitação urbana e da revitalização socioeconómica de “aldeias típicas”, visando a sua valorização turística, como uma das principais linhas estratégicas a prosseguir pelas políticas públicas no âmbito do setor do turismo, a mesma não conhecerá, no imediato, efeitos práticos significativos, à parte algumas medidas avulsas e o impulso que, através dos apoios financeiros comunitários (particularmente no âmbito do PIC LEADER), será efetivamente dado ao desenvolvimento do turismo de habitação e ao turismo rural (*vide* anexo A1, secção A1.5), especialmente na região norte do país, e, por essa via, à conservação, recuperação e valorização do património edificado familiar.

De facto, a prioridade concedida à infraestruturação básica do território e à reabilitação urbana dos centros históricos das cidades e vilas mais importantes, que é detetável nos dois primeiros períodos de programação, irá relegar para segundo plano uma eventual aposta na revitalização dos espaços rurais, pese embora os investimentos que virão a ser feitos no âmbito do PIC LEADER no QCA I (quadro que integra, em quase todos os seus PO de incidência regional, medidas que admitiam ou incluíam a “recuperação” e a “reabilitação” urbanas entre a tipologia de intervenções a apoiar).

No entanto, a urgência – quer do ponto vista patrimonial, quer, sobretudo, do ponto de vista social – da intervenção nas áreas antigas de algumas das nossas cidades, e, sobretudo, nos conjuntos urbanos histórica e patrimonialmente mais emblemáticos – como são os casos de Guimarães, Óbidos, Palmela, Setúbal, Castelo de Vide, Marvão, Monforte, Arraiolos, Beja e Évora, só para referir os que se encontram enunciados nos respetivos PO regionais –, terá determinado a orientação fundamentalmente urbana desses apoios, afastando dessa forma a possibilidade de financiamento, nas áreas rurais, de mais do que algumas iniciativas avulsas de reabilitação de estruturas monumentais, edifícios classificados ou de maior valor histórico patrimonial, ou de umas poucas habitações rurais para efeitos de adaptação e reconversão ao TER.

Assinale-se contudo as exceções – ainda que também não obedecendo a um plano integrado – que terão constituído, na região do Alentejo, as ações de criação dos núcleos turísticos de Alter do Chão/Alter Pedroso e Crato/Flor da Rosa¹ – no âmbito das quais se previa “pavimentar as ruas segundo o processo tradicional [e] recuperar 10 casas para turismo rural” na “pequena aldeia com arquitectura de raiz popular” de Alter Pedroso, e a “adaptação de 6 casas para turismo de habitação

¹ Constituinte de duas das nove ações compreendidas na Medida 1 (Valorização e melhoria da atração turística da zona) do Subprograma 1 (Valorização e aproveitamento do potencial turístico) da OI do Norte Alentejano (Alentejo, 1988).



Mapa 2.4: As propostas de programas de revitalização de aldeias em Portugal, região norte

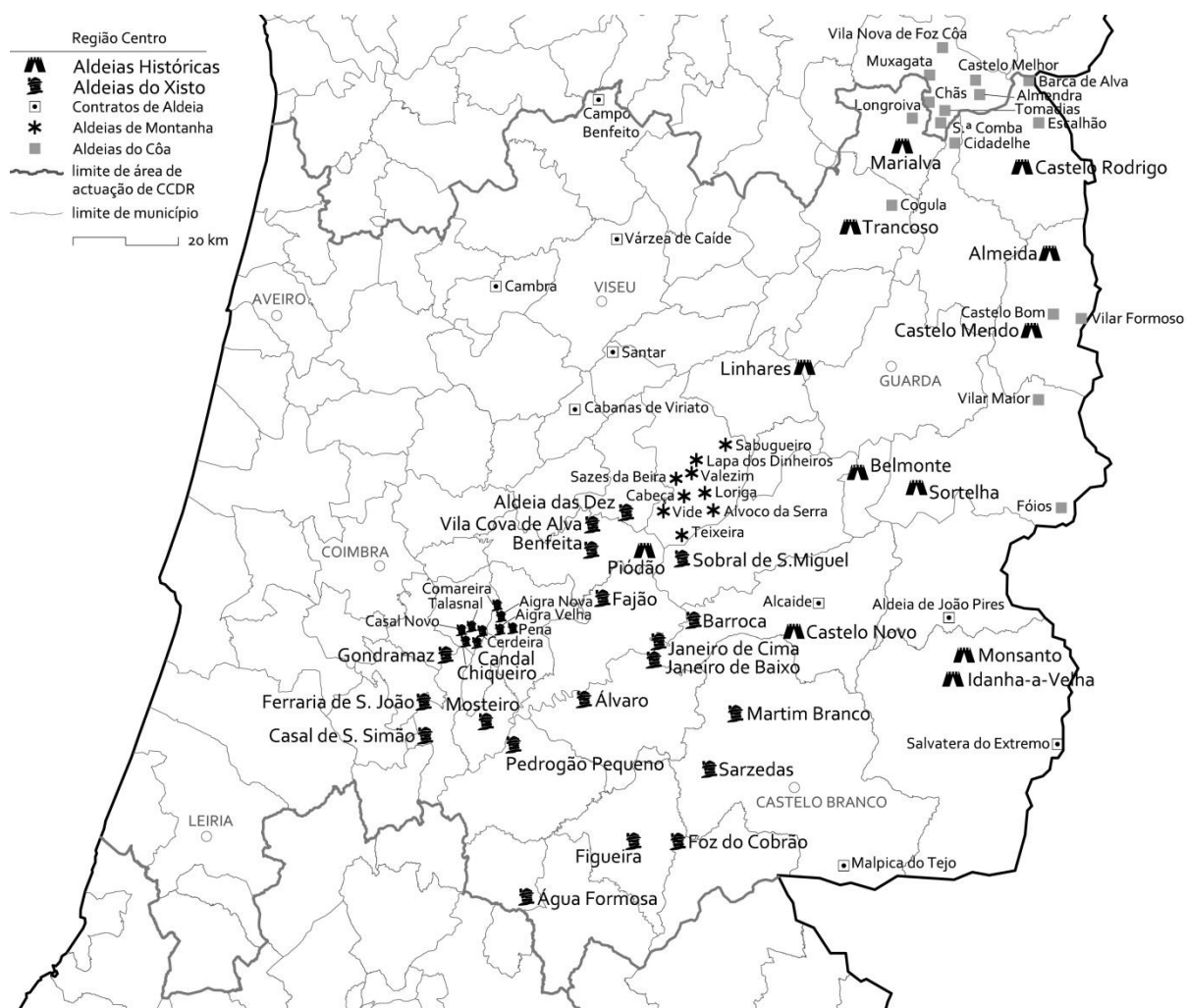
na aldeia da Flor da Rosa” (Alentejo, 1988: 60 e 76) –, e, no Alto Minho, as ações previstas no âmbito do PROAM² em articulação com as ações de “reabilitação de aldeias tradicionais” previstas no Programa de Desenvolvimento das Regiões Fronteiriças de Portugal e Espanha lançado no quadro da iniciativa comunitária INTERREG I (Norte, 1990: 42-43).

Essa linha estratégica – assente, a montante, numa operação de planeamento integrado e, a jusante, na criação de uma rede de animação e dinamização –, só virá a ser retomada, com efeito e de forma clara, no QCA II, traduzindo-se então não só no lançamento daquele que viria constituir o modelo dos programas de revitalização de aldeias – o programa de *Recuperação das Aldeias Históricas* (na região Centro) (mapa 2.5) –, mas também de iniciativas como o programa de *Recuperação de Centros Rurais* (em todas as regiões do continente) e a ação *Aldeias de Interesse Turístico* (na região do Alentejo), ainda no âmbito do PPDR, e, já âmbito PO do Alentejo, o *Programa de Valorização de Vilas e Aldeias Históricas do Alentejo* e o *Projecto Aldeia* (mapa 2.6).

QCA II / PPDR - Programa de Promoção do Potencial de Desenvolvimento Regional

Primeira linha de atuação do Eixo 4 do QCA II, o PPDR tinha como objetivo cimeiro promover o potencial de desenvolvimento regional e da dimensão local dos mercados internos contribuindo para a redução das assimetrias regionais, nomeadamente através: (i) do apoio a iniciativas de desenvolvimento local e rural, tendo em vista a revitalização do “mundo” rural (Subprograma 1); (ii) da criação de incentivos regionais, tendo em vista o reforço da base empresarial das regiões do interior e dos serviços de proximidade baseados em micro e pequenas empresas (Subprograma 2); e (iii) de ações específicas de reequilíbrio, tendo em vista corrigir as condições estruturais de desenvolvimento regional (Subprograma 3) (Portugal, 2002a).

² Programa Operacional Regional do Alto Minho.



Mapa 2.5: As propostas de programas de revitalização de aldeias em Portugal, região centro

Das quatro medidas que viriam a ser implementadas no âmbito daquele primeiro subprograma, visando dar cumprimento a esse objetivo, cabe realçar, em particular, as medidas 2 (Ações de Desenvolvimento Económico em Núcleos Rurais) e 3 (Ações de Desenvolvimento Rural). A primeira tinha como objetivo específico

atrair, fixar e melhorar as condições de vida das populações em meio rural, adaptando os pequenos núcleos populacionais às exigências mínimas da vida moderna [em termos de] condições de habitabilidade e funcionalidade [...] beneficiando os seus elementos patrimoniais tradicionais, no sentido de potenciar novas actividades complementares [de natureza turística] a uma actividade agrícola reformulada (Portugal, 2002a: 25)

e viria a ser concretizada através da ação de **Recuperação de Centros Rurais**; ação essa que era suposto atuar a quatro níveis diferenciados mas complementares:

- (i) na *intervenção nos núcleos populacionais*,
apoio projectos globais (conjunto da aldeia), parciais (núcleos de interesse dentro da aldeia) ou pontuais (elementos isolados de valor ou interesse para utilização comunitária) (*Idem: Ibid.*);
- (ii) na *melhoria das condições de rentabilidade das explorações agrícolas*;



Mapa 2.6: As propostas de programas de revitalização de aldeias em Portugal, região sul

(iii) na melhoria do bem estar dos agricultores,

envolvendo apoios à melhoria das condições de habitabilidade dentro das explorações agrícolas, do *embelezamento das construções rústicas e do espaço envolvente das habitações* e dos assentos da lavoura dentro das explorações, *segundo critérios arquitectonicamente harmoniosos e integrados na traça regional*" (Portugal, 2002a: 26; *itálicos nossos*);

(iv) e na *exploração ordenada dos recursos naturais*³.

A concretização desta medida implicava, para o efeito, a preparação e implementação de um Plano Global de Intervenção (PGI), em cada um dos centros rurais selecionados, através de protocolos celebrados com Associações de Desenvolvimento Local (ADL) ou outras entidades para tal vocacionadas, compreendendo o mesmo três componentes fundamentais de ação:

- (i) uma correspondente à *execução de infraestruturas públicas*;
- (ii) outra associada ao *apoio a projetos produtivos de agentes económicos privados*;
- (iii) e uma terceira destinada a apoiar *ações de dinamização e promoção do respetivo centro rural* (Portugal, 2002a: 26).

A segunda das medidas referidas tinha como objetivo específico

a valorização das características patrimoniais e dos elementos de interesse histórico-cultural específicos das aldeias e lugares turísticos, no sentido de melhorar os padrões de vida e modernizar os seus serviços de apoio económico e social, permitindo uma maior capacidade de fixar a população, atrair o turismo, incentivar novas actividades complementares da agricultura e reactivar profissões em decadência (*Idem*: 27; *itálicos nossos*),

e enquadrava não só a execução de ações e intervenções nos Centros Rurais complementares às previstas na Medida 2 e previamente definidas nos referidos PGI, como, de forma particular, o lançamento do **Programa de Recuperação das Aldeias Históricas** (PAH).

No primeiro caso, tratava-se de enquadrar ações de infraestruturação básica e animação das atividades produtivas tendentes a criar

condições de sustentação do bem-estar socioeconómico de pequenos núcleos rurais, dotando-os de infra-estruturas ligadas às actividades económicas, capazes de induzirem o aparecimento de outras actividades assentes na valorização do mercado e do património local, que contribuíssem para promover e desenvolver a base económica produtiva e que conduzissem simultaneamente à criação de emprego e à reanimação do tecido social (Portugal, 2002a: 28).

O segundo consistia no desenvolvimento e implementação de ação-piloto de apoio a *projetos integrados de recuperação* de um conjunto inicial de dez “aldeias turísticas” (*Idem*: 17); ação que viria a constituir dessa forma o mote fundador e exemplo a ter em conta – em todos os seus aspetos, considerando o seu carácter experimental – no desenho dos programas de recuperação e revitalização de aldeias subseqüentes.

Ainda no âmbito do PPDR, e enquadrada na Ação de Valorização do Norte Alentejano (AVNA) – uma das quatro ações que compunham a Medida 1 (Ações piloto de valorização do potencial endógeno) do Subprograma 3 (Ações específicas de reequilíbrio) –, viria a ser promovida – a par de outras intervenções em “centros rurais” previstas no âmbito dessas ações – a iniciativa **Aldeias de Interesse Turístico**, abrangendo as aldeias de Alter Pedroso (Alter do Chão), Flor da Rosa (Crato), Brotas (Mora) e Alegrete (Portalegre) (Monteiro *et al.*, 1996) (mapa 2.6).

Contudo, o investimento aplicado nesta Medida pouco efeito terá tido (se algum) na reabilitação do edificado, já que, em termos globais, foi orientado fundamentalmente para a “construção/remodelação de infra-estruturas turísticas e ações de divulgação e promoção” (68%), bem como para a “construção/remodelação de infra-estruturas rodoviárias” (12%) (Portugal, 2002a:

³ Em termos de execução física, cerca de 34% do investimento (13,128 milhões de euros) foi aplicado na rubrica Infraestruturas turísticas, culturais e/ou recreativas, correspondendo 37% desse valor a intervenções de reabilitação urbana, e 11% (4,247 milhões de euros) na rubrica Agricultura, onde se incluíam de igual modo intervenções de renovação urbana (envolvendo a beneficiação de acessibilidades e infraestruturas coletivas) e recuperação de edifícios (em ordem a melhorar a qualidade vida dos agricultores) (Portugal, 2002a: 126-139).

178), através de ações promovidas pelas autarquias respeitantes e executadas ao abrigo de um plano apresentado pelas ADL atuantes no território em questão.

Efetivamente, embora o desenvolvimento económico promovido através da valorização turística dos aglomerados abrangidos fosse apontado como o objetivo central da AVNA, a dificuldade em encontrar promotores, projetos e iniciativas privadas passíveis de contribuir para dinamização da economia local terá ditado o relativo insucesso da mesma e o consequente 'refúgio' da intervenção física/material na infraestruturização básica e na criação e reabilitação de equipamentos culturais e edifícios de valor patrimonial histórico/monumental, não se tendo registado quaisquer intervenções em imóveis privados (recuperação/reabilitação de fachadas e coberturas, p. ex.), nem especial preocupação na valorização e preservação da arquitetura tradicional⁴.



Figura 2.1
Alter Pedroso (Alter do Chão),
aldeias de interesse turístico, aldeias
e vilas históricas do Alentejo



Figura 2.2
Alegrete (Portalegre), aldeias de
interesse turístico, aldeias e vilas
históricas do Alentejo



Figura 2.3
Castelo de Vide, aldeias de castelo e património, aldeias e vilas
históricas do Alentejo

QCA II / PORA - Programa Operacional Regional do Alentejo 1994-1999

Seria ainda na região do Alentejo que, a par desta iniciativa mas já no âmbito do respetivo PO regional (o PORA - Programa Operacional Regional do Alentejo 1994-1999) –, seriam lançadas as outras duas únicas propostas de recuperação e revitalização de aldeias emergentes no QCA II e de alguma forma tributárias, em termos conceptuais, da estratégia e metodologia associadas ao PAH: o **Projecto Aldeia (PA)** e o **Programa de Valorização de Vilas e Aldeias Históricas do Alentejo**⁵ (PRVAHA) (mapa 2.6). Contudo, estas duas ambiciosas iniciativas, com que se pretendia associar posteriormente, já no QCA III, um conjunto de programas temáticos de âmbito similar ao daquele programa lançado na região Centro, não teriam muito melhor sorte que a iniciativa atrás referida, não tendo, em grande medida, sequer saído do papel e da fase de diagnóstico/proposta.

Abrangendo todo a região do Alentejo, a primeira daquelas iniciativas contemplou uma primeira seleção de 35 aldeias ou localidades com população inferior a 2000 habitantes, que não constituíssem sedes de concelho e apresentassem suficiente potencial de revitalização e dinamização socioeconómica, de acordo com os levantamentos e diagnósticos realizados pelas associações de desenvolvimento local envolvidas no processo, pressupondo, numa segunda fase, a respetiva divisão, de acordo com as características de cada aldeia, em quatro subprogramas

⁴ Segundo nos referiu o Dr. Bento Rosado (2009), gestor do QCA II na CCRA, acrescentando ainda que a iniciativa não tinha qualquer relação com o PAH, estando mais associada ao programa dos "centros rurais", ou seja, ao apoio à economia rural local.

⁵ Também designado Programa de Revitalização de Aldeias, Vilas Históricas e Sítios Arqueológicos.

temáticos: (i) **Aldeias de Castelo e Património**, (ii) **Aldeias d'Água**, (iii) **Aldeias de Tradição** e (iv) **Aldeias de Mina** (Alentejo, 2001) (mapa 2.6).



Figuras 2.4, 2.5 e 2.6: Amieira do Tejo (Nisa), Belver (Gavião), *aldeias de castelo e património, aldeias e vilas históricas do Alentejo*; Juromenha (Alandroal), *aldeias e vilas históricas do alentejo, aldeias ribeirinhas*

Figuras 2.7, 2.8, 2.9 e 2.10: Monsaraz (Reguengos de Monsaraz), *aldeias e vilas históricas do alentejo, aldeias ribeirinhas*; Capelins (Alandroal), Monte do Trigo (Portel), Aldeia da Luz (Mourão), *aldeias ribeirinhas*

Quanto ao PRVAHA, este começa por identificar, numa primeira fase, 20 “aldeias, vilas históricas e sítios arqueológicos” passíveis de virem a ser objeto de revitalização, contemplando, numa segunda fase, e ainda no âmbito do PORA 1994-1999, a elaboração dos respetivos planos de ação e dinamização.

Em qualquer dos casos, porém, e apesar de tanto o PA⁶ – ainda que associado apenas à componente de “dinamização e informação no âmbito do desenvolvimento local” (Rosado, 2009) –, quanto o PRVAHA terem sido inicialmente considerados na estrutura do PORAlentejo 2000-2006⁷, nenhuma daquelas propostas chegaria a ser efetivamente desenvolvida como programa integrado nem a “encontrar condições” (*Idem*) para poder ser considerada de facto, e enquanto tal, nos programas de financiamento regionais.

Consequentemente, não foram executadas no respetivo âmbito se não algumas intervenções pontuais e avulsas, ou seja, não agregadas ou subordinadas a um plano ou programa integrado e de

⁶ Medida 7 (Ações Específicas de Valorização Territorial) do Eixo 1 (Apoio a investimentos de interesse municipal e intermunicipal) do PORA (Alentejo, 2000b: 54).

⁷ Programa que incluía a “revitalização de aldeias/vilas históricas” entre as ações consideradas estruturantes e a partir das quais se pretendia que o desenvolvimento da região se consolidasse, identificando, em mapa anexo, um conjunto mais alargado de “aldeias, vilas ou sítios” do que o anteriormente referido (Alentejo, 2000a: 41 e 213). A iniciativa surge ainda identificada na Medida 4 (Melhoria da articulação funcional do sistema urbano e rural) do Eixo 1 (Apoio a investimentos de interesse municipal e intermunicipal), a qual incluía, entre a tipologia de projetos a apoiar, os “projectos de recuperação, reabilitação e protecção do património histórico e cultural incluídos na acção de ‘Revitalização de aldeias e vilas históricas do Alentejo’ ou que decorram da implementação desta acção ou de Planos Integrados de Aldeia” (Alentejo, 2000b: 39).

âmbito territorial alargado, nem apoiadas no contexto de um programa temático específico⁸ – à exceção, em alguns dos seus aspetos, das Aldeias d'Água e, de forma ainda mais mitigada, das Aldeias de Castelo e Património (ACP): no primeiro caso, a ideia viria a ser retomada no programa das Aldeias Ribeirinhas; no segundo, o único que evoluiria para a intervenção física, através do enquadramento no PORAlentejo 2000-2006⁹ das intervenções realizadas nos aglomerados que deveriam ter sido abrangidos pelo programa das ACP, particularmente as

- (i) de “conservação, recuperação e valorização” dos castelos de Amieira do Tejo (Nisa), Belver (Gavião), Évoramonte (Estremoz), Mértola, Terena (Alandroal) e Viana do Alentejo, e “requalificação do edificado e ordenamento paisagístico” de Castelo de Vide, todas promovidas pelo IPPAR, em parceria com a CCDDR Alentejo, autarquias locais e associações de desenvolvimento local (Alentejo, 2007: s.p., 2010b: 103),
- (ii) e de requalificação de espaços públicos e reabilitação da envolvente externa do edificado privado¹⁰ desses aglomerados, promovidas pelas autarquias respetivas.

A única das referidas propostas temáticas a evoluir, de facto, para um programa integrado terá sido, conforme referido, a das Aldeias d'Água¹¹, ideia que virá a ser retomada pela GestAlqueva¹² em 2001, no âmbito do PEAQUA¹³ – mas agora já sob a nova designação de **Aldeias Ribeirinhas** e abrangendo um conjunto de 18 aldeias (duas delas em território espanhol) localizadas na vizinhança ou proximidade imediata do plano de água da barragem do Alqueva (ver mapa 2.6) –, com base na estratégia associada ao desenvolvimento turístico preconizada no PROZEA¹⁴, documento que atribuía ao designado *Eixo 'da Água'* a condição de um dos mais fortes “temas” da atividade turística da sub-região,

⁸ O Dr. Bento Rosado (2009) dá como exemplo de intervenções avulsas as empreendidas nas minas de S. Domingos e do Lousal, tratando-se, no primeiro caso, de uma intervenção da responsabilidade da CM de Mértola, que elaborou para o efeito um PP, e, no segundo caso, de uma intervenção da responsabilidade da(s) entidade(s) privada(s) proprietária(s) do núcleo edificado, que decidiram proceder à realização de um projeto de recuperação e adaptação do mesmo para fins turísticos, não tendo as intervenções executadas nesse contexto sido apoiadas no quadro de um programa específico – que em ambos os casos deveria ter sido o das *Aldeias de Mina* –, mas no âmbito das medidas do PO regional em que essas ações eram enquadráveis.

⁹ Nomeadamente, no Programa de Valorização Territorial Áreas Rurais – Castelos do Alentejo, no âmbito da Medida 4 (Melhoria da articulação funcional do sistema urbano e rural) do Eixo 1 (Apoio a investimentos de interesse municipal e intermunicipal), e na Medida 9 (Recuperação do Património Histórico e Cultural) do Eixo III (Intervenções da Administração Central Regionalmente Desconcentradas) (Alentejo, 2000a; Portugal, 2002b: 61).

¹⁰ Ações, no entanto, de carácter muito pontual e executadas ao abrigo do URBCOM (Alentejo, 2007: s.p.).

¹¹ De facto, a ideia das *Aldeias Históricas do Guadiana* – englobando Alandroal, Barrancos, Juromenha, Monsaraz, Moura, Mourão, Portel, Safara, Santo Aleixo da Restauração e Terena (mapa 2.6) – é também retomada, preconizando a estratégia do plano a “salvaguarda e valorização integrada destes aglomerados [...] como factor de promoção, quer da qualidade de vida da população residente, quer do interesse cultural e turístico da sub-região”, através de ações – que se afirma no documento terem sido já preconizadas – como (i) a realização de Planos de Pormenor de Salvaguarda e Reabilitação dos núcleos históricos dos centros urbanos; (ii) a implementação de programas de apoio ao comércio tradicional (PROCOM), com intervenções específicas nos espaços urbanos de suporte; (iii) a reabilitação de espaços públicos e de lazer, de suporte a equipamentos complementares; e (iv) a reabilitação de imóveis, quer de características habitacionais, quer equipamentos, e serviços públicos, nomeadamente os singulares ou inseridos em tecidos urbanos homogéneos e de valor patrimonial (Tecninvest & FBO, 2001: 61). No entanto, também neste caso, o programa não terá ido além da eventual execução de algumas ações avulsas, ainda que previstas nos respetivos planos de ação.

¹² Sociedade de aproveitamento das potencialidades das albufeiras de Alqueva e de Pedrógão, S. A., empresa de capitais públicos resultante da parceria entre a EDIA - Empresa de Desenvolvimento e Infraestruturas do Alqueva, S.A., e os sete municípios abrangidos pelo regolfo – Alandroal, Moura, Mourão, Vidigueira, Portel, Serpa e Reguengos de Monsaraz – e à qual é cometida a gestão do programa AQUA, programa de suporte e incentivo financeiro às intervenções nas “aldeias de água”, criado em novembro de 2002 no âmbito do Ministério das Cidades, Ordenamento do Território e Ambiente (MCOTA).

¹³ Plano Estratégico de Qualificação Urbana e Ambiental das Aldeias Ribeirinhas das Albufeiras de Alqueva e Pedrógão (Parque Expo, 2003).

¹⁴ Plano Regional de Ordenamento da Zona Envolvente do Alqueva, aprovado pelo Resolução do Conselho de Ministros nº 70/2002, de 9 de abril.

entendido numa perspectiva de criação de equipamentos e pólos de atratividade pontuais, ou seja, não extensíveis a toda a área marginal mas assentes nos aglomerados existentes (Tecninvest & FBO, 2001: 45),

entre os quais se destacavam as designadas “aldeias de água”.

Para estas aldeias – consideradas detentoras “de elevado potencial em termos de aproveitamento turístico a explorar” e capazes de estruturar uma base económica para esse setor que potenciase as transformações decorrentes da criação das albufeiras do Alqueva e Pedrógão – o referido plano perspetivava, nesse sentido, a “implantação/criação de equipamentos de apoio ao turismo, relacionados nomeadamente com o recreio e desportos náuticos, lazer, restauração e alojamento”, a complementar, nas aldeias consideradas “particularmente estruturantes em termos de modelo de desenvolvimento turístico”, com a definição de áreas de localização preferencial de “empreendimentos turísticos estruturantes” (Tecninvest & FBO, 2001: 46), reservando-lhes ainda um papel primordial na atração, acolhimento e enquadramento das atividades relacionadas com o referido aproveitamento – papel ao qual, uma vez mais, é também associada a valorização das identidades locais.

Para corporizar a referida estratégia no que respeita à intervenção urbana, o respetivo programa de execução determinava a elaboração, por parte dos municípios e com caráter prioritário¹⁵, de planos de pormenor e/ou urbanização para as “aldeias de água”; planos que se deveriam sujeitar aos usos e ao regime de gestão do plano de água e dos solos que constituíam a respetiva zona de proteção estabelecidos pelo POAAP¹⁶ (plano elaborado concomitantemente e em articulação com aquele) para as áreas em que os dois planos se sobrepunham e nos termos da legislação específica aplicável.

Será no entanto o PEAQUA, plano estratégico de caráter instrumental elaborado pela ParqueExpo, que virá concretizar o estabelecimento de estratégias de transformação e adaptação do tecido físico e do tecido socioeconómico às novas condições e a definição e execução de planos de atuação e programas de ação específicos, devidamente escalonados no tempo, dimensionados e direcionados em termos das fontes de financiamento e dos agentes a mobilizar procurando “dar coerência e estruturar espacialmente” as intervenções previstas para cada uma daquelas povoações e tendo em vista a operacionalização das medidas previstas quer no PROZEA quer no POAAP.

Aquele plano – que virá a encontrar enquadramento no Eixo 4 do QCA II no Programa Específico de Desenvolvimento Integrado da Zona de Alqueva (PEDIZA II), constituindo uma das primeiras iniciativas promovidas pela GestAlqueva – visava, entre outros objetivos, promover a “qualificação” das referidas aldeias e a melhoria do respetivo ambiente urbano, contemplando nesse sentido a execução de trabalhos de requalificação de espaços públicos e reabilitação de fachadas e coberturas do edificado privado através do projeto *Aldeia Branca e Florida* de forma a *criar condições para o desenvolvimento do turismo de aldeia*, quer através da adaptação de casas devolutas à função turística¹⁷, quer por via da criação de equipamentos de suporte, dinamização e apoio às atividades turísticas. Propósito para o qual convergiam ainda dois outros objetivos, considerados determinantes para o sucesso da estratégia:

¹⁵ Tendo a respetiva coordenação técnica, a fim de garantir um adequado equilíbrio e coerência entre os diferentes planos, e salvaguardadas as necessárias especificidades e particularidades de cada área de intervenção, ficado a cargo da GestAlqueva.

¹⁶ Plano de Ordenamento das Albufeiras de Alqueva e Pedrógão, cujo regulamento foi aprovado pela Resolução do Conselho de Ministros nº 94/2006, de 4 de agosto.

¹⁷ Propósito para o qual terá chegado a ser feito um levantamento das casas que se encontravam nessa situação, segundo informações prestadas pelo Dr. Bento Rosado (2009), embora até meados de 2009 a intenção não tivesse ido mais além do que isso.

- (i) a *reconversão da economia agrícola local*, visando a sua adaptação aos novos mercados de produtos agrícolas de qualidade e o abastecimento à economia do turismo;
- (ii) e a criação de *fundos de investimento imobiliário*, de forma a garantir uma intervenção financeiramente sustentável no património na perspetiva do desenvolvimento do Turismo de Aldeia.

Contudo, até à primeira metade de 2009¹⁸, o projeto ou iniciativa **Aldeia Branca e Florida**, não viria a ter, na sua globalidade, a o seguimento desejado, à parte algumas intervenções de requalificação de arruamentos, espaços públicos e infraestruturas básicas (águas e esgotos). Com efeito, no que respeita à intervenção em fachadas e coberturas, aquele não iria além de algumas simulações demonstrativas que, todavia, se terão revelado incapazes de gerar – pelo menos até àquela data – quaisquer consequências práticas significativas, em grande medida devido à fraca adesão e dinâmica reveladas, quer pelos municípios envolvidos, quer pelas próprias populações e agentes locais¹⁹, dando assim a ideia de que o envolvimento e a mobilização das comunidades ribeirinhas que o Plano considerava fundamentais terão ficado aquém do que era expectável e seria desejável.

De igual modo, também o *Plano de Acção para as Aldeias Ribeirinhas* (GestAlqueva, 2007) que consubstanciava a estratégia associada ao PEAQUA, se viria a revelar omissa no que respeita à efetiva salvaguarda e valorização do património edificado vernáculo – à parte as intenções genéricas mais comuns, e na ausência, quer de equipas técnicas, quer de decisores conscientes da importância da sua salvaguarda e suficientemente comprometidos com a mesma²⁰ –, pese embora enunciar, entre os seus objetivos específicos, “a recuperação, conservação e aproveitamento das características tradicionais das Aldeias, nomeadamente ao nível do património construído” (*Idem*: 62)²¹. As ações realizadas nesse âmbito ficar-se-iam assim pelas (geralmente) mais consensuais – e processualmente mais expeditas e menos problemáticas – intervenções de requalificação do espaço público e infraestruturas básicas.

Um breve périplo pelas aldeias integrantes do programa, realizado em maio de 2009, foi, aliás, o quanto baste para se perceber o quão longe estava o ambiente urbano das mesmas – à exceção de Monsaraz – de se constituir como suficientemente, se não característico, pelo menos diferenciador para poder cumprir, nesse particular aspeto, os desígnios do programa, já que a utilização do recurso património como fator de valorização turística aparentava estar já, por essa altura, se não comprometida, pelo menos muito pouco potenciada.

Ora, não obstante o problema não ser exclusivo das AR, este acaba, em nosso entender, por assumir nestas uma evidência ainda mais acentuada, uma vez que a própria seleção dos núcleos rurais decorreu mais, e essencialmente, da respetiva proximidade ao plano de água das barragens

¹⁸ A referida entrevista ao Dr. Bento Rosado foi efetuada em maio desse ano. Por motivos que se prendem com o limite temporal definido para este trabalho e com o facto de esta iniciativa não constituir um dos seus casos de estudo, não cuidamos de atualizar estas informações com eventuais desenvolvimentos subsequentes.

¹⁹ De acordo, uma vez mais, com as informações que nos foram prestadas pelo Dr. Bento Rosado (2009), “definiu-se como projecto, criou-se a ideia, definiu-se inclusivamente o modelo, a forma de participação [...], mas depois, quando contactamos as câmaras municipais para ir para o terreno, nunca obtivemos uma resposta.”

²⁰ Essa é, pelo menos, a leitura que fazemos do processo; leitura decorrente, não só, mas em boa medida, das informações que nos foram prestadas pelo Dr. Bento Rosado (2009).

²¹ Sendo os outros objetivos do referido plano: (i) “a adaptação das Aldeias, pelo melhoramento, recuperação e modernização das infra-estruturas existentes de acordo com as novas oportunidades oriundas da criação do Grande Lago, mas preservando a cultura local”; (ii) “a valorização dos aspectos tradicionais económicos, culturais e históricos no sentido da especialização de cada Aldeia numa determinada temática”; (iii) “a valorização dos factores dinamizadores da Aldeia – criação de Aldeias temáticas que se complementam entre si”; e (iv) “a contribuição para a criação e qualificação do destino ‘Terras do Grande Lago – Alqueva’” (GestAlqueva, 2007: 62).

do Alqueva e Pedrógão – e daí a própria designação de aldeias ribeirinhas –, do que das suas características intrínsecas particulares e do respetivo valor patrimonial, urbanístico e arquitetónico (vernáculo), o qual se revela bastante desigual, pelo que se exigiria, porventura, um trabalho mais apurado e focalizado, bem como uma liderança mais comprometida com os objetivos da salvaguarda do património rural e vernáculo construído na perspetiva da sua valorização e promoção turística, bem como a consciência de que a valorização de algumas dessas aldeias teria (terá) de assentar noutras premissas que não essas. Ou seja, não tanto no passado que têm para descobrir, mas no futuro que podem oferecer.

Ainda assim, e não obstante nenhuma destas propostas lançadas na região alentejana ter efetivamente vingado, beneficiado do mesmo tipo e volume de intervenções e investimentos que caracterizaram os programas da AH, AX ou AV, e se constituído, no final do processo, como produto/marca turística, tal não impediu que 14 das aldeias²² contempladas nas mesmas viessem a ser integradas na rede transnacional Genuineland²³.

Mas para além destas houve ainda muitas outras iniciativas que, também animadas pelo impulso fundador do PAH, viriam a ser propostas no âmbito dos programas operacionais de incidência regional que estruturavam o QCA III (mapas 2.4 a 2.6), se bem que, de igual modo, algumas delas nem tenham conseguido sequer sair do papel. E não o conseguiram, a julgar pelos testemunhos recolhidos, por três motivos fundamentais:

- (i) porque o volume de apoios financeiros disponíveis se revelaria insuficiente para permitir a integração de todas essas iniciativas nos programas de financiamento em vigor;
- (ii) ou porque ao voluntarismo que presidiu ao lançamento dessas mesmas iniciativas se terá sobreposto a falta de dinâmica e, porque não dizê-lo, de interesse das próprias (ou algumas das) autarquias e comunidades locais envolvidas;
- (iii) ou ainda, e simplesmente, por ausência de massa crítica suficiente (e suficientemente empenhada), ao nível local, para agarrar a oportunidade e lutar por ela.

Por outro lado, e muito por força das características próprias de cada conjunto de aldeias ou núcleos rurais selecionados – como também dos critérios que presidiram a algumas escolhas, relevando estes não raras vezes mais de questões de natureza política, traduzida na necessidade de assegurar alguma equidade entre municípios, a fim de que todos pudessem beneficiar dos apoios previstos para esse efeito –, nenhuma dessas propostas subsequentes viria a adquirir, reconheça-se – à parte as Aldeias do Xisto –, visibilidade e importância próximas daquelas de que o PAH beneficiaria – programa que não só reunia um conjunto de aglomerados bastante homogêneo e de grande valor patrimonial, como viria a permitir, graças ao maior esforço financeiro que o suportou bem como à sua condição seminal, intervenções que se revelariam, de alguma forma, modelares, como teremos ocasião de verificar.

Mas se umas propostas nem chegaram sequer a sair do papel, de outras não terão resultado mais que algumas ações desconexas, parcelares e isoladas; ações a que terão faltado, quer a visão integradora – em termos de áreas e setores de atuação –, quer a capacidade agregadora – de vontades, iniciativas e dinâmicas. Servem, porém – todas elas –, para ilustrar a diversidade de intenções e a sua abrangência territorial à escala nacional, demonstrando, por um lado, a efetiva necessidade de opções claras, ao nível da política de ordenamento do território, quanto às ações a

²² A saber: Alegrete, Escoural, Evoramonte, Flor da Rosa, Hortinhas, Igreja Nova, Juromenha, Pias, Porto da Espada, Santa Susana, São Cristóvão, São Gregório, Telheiro e Terena.

²³ European network of village tourism (Rede europeia de turismo de aldeia) – projeto suportado financeiramente pelo INTERREG. Para além das referidas aldeias alentejanas, a rede agrupa ainda uma aldeia da região romena de Arad, dez aldeias da região finlandesa da Lapónia, uma aldeia da região polaca de Lomza e três aldeias da região italiana do Trentino.

desenvolver – e, mais importante ainda, de decidir se esse desenvolvimento se justifica – no sentido da correção das assimetrias e do reforço da integração e coesão nacionais, e legitimando, por outro, a crítica ao excesso de voluntarismo e ausência de critérios claros e suficientemente fundamentados na escolha e seleção das aldeias ou núcleos rurais e territórios a integrar nos respetivos programas.

De Norte a Sul, floresceram pois as propostas de intervenção revitalizadora em espaço rural com o propósito de impulsionar e apoiar os agentes locais na promoção e valorização das potencialidades dos respetivos territórios. Um propósito animado, essencialmente, pela fé nos efeitos de alavancagem de novas dinâmicas que são atribuídos ao investimento público em áreas sujeitas a processos de desvitalização socioeconómica e desertificação demográfica, por um lado, mas também, por outro lado, pelos benefícios potenciais que, nesse sentido, se reconhecem:

- (i) à *diversificação* das economias locais, considerada essencial à assegurar de rendimentos complementares aos provenientes da atividade agrícola, a qual se revela incapaz de, por si só, se afirmar competitivamente;
- (ii) ao *turismo*, visto hoje, não só como única atividade passível de assegurar essa diversificação e garantir a viabilidade económicas de muitas comunidades locais, mas também como fator potenciador de novas dinâmicas socioeconómicas;
- (iii) e à afirmação da *identidade cultural*, a qual, neste contexto, assume a condição, reificada, de recurso (por vezes único) passível de ser explorado.

QCA III / Região Norte

Começando pela região Norte, na sub-região do Minho e por iniciativa da ATAHCA – Associação de Desenvolvimento das Terras do Alto Homem, Cávado e Ave, o programa das **Aldeias de Saudade** promoveu uma série de intervenções, cofinanciadas pelo PIC LEADER, num conjunto de aldeias dos municípios de Amares, Póvoa de Lanhoso, Terras do Bouro e Vila Verde (mapa 2.4), que incluíram a recuperação e adaptação do edificado tradicional ao conceito de turismo rural e/ou turismo de aldeia – objetivo que, de resto, se encontra associado a boa parte das ações promovidas pelas ADL em núcleos rurais, quer no âmbito daquele programa, quer da Medida AGRIS, confirmando a centralidade e importância fundamental que a valorização patrimonial assume nos processos de promoção das componentes de turismo e lazer como fatores de desenvolvimento local.

Na mesma sub-região, o **Projecto Valmont – Desenvolver as Aldeias de Montanha** foi lançado com o propósito de promover ações no âmbito do ordenamento do território, da recuperação do património, do apoio à atividade económica, do desenvolvimento de atividades e formas de organização inovadoras, bem como à promoção e divulgação das ações a desenvolver; ações enquadradas financeiramente no PO Ambiente e no PO Norte²⁴, envolvendo um pequeno conjunto de aldeias dos municípios de Arcos de Valdevez, Ponte da Barca, Ponte de Lima e Viana do Castelo (mapa 2.4).

Esta iniciativa contemplava a elaboração, para cada aldeia, de um plano urbanístico destinado a “contribuir para a preservação do carácter das aldeias sem constranger a resposta às necessidades de novas estruturas [e] para o equipamento ordenado dos lugares” (S.A., 2003a: 27), bem como de

um plano agro-silvo-pastoril em ordem a criar condições de ‘sustentação da vida da aldeia’ olhando para todo o território da envolvente ‘como se de uma exploração agrícola se tratasse’ (Gomes, 2004: s.p.).

²⁴ Medida 4 (Valorização e Promoção Regional e Local) do Eixo Prioritário 1 (Apoio a investimentos de interesse municipal e intermunicipal) e Ação 7 (Valorização do Ambiente e do Património Rural) da Medida AGRIS (Norte, 2000a).

prevendo não só a requalificação de espaços públicos e infraestruturas básicas e a criação de equipamentos socioculturais, como também a “*recuperação de fachadas e telhados das casas particulares*” e ainda “a *criação de uma rede de aldeias intervencionadas* que virão a ser ‘turisticamente promovidas em conjunto’” (Gomes, 2004: s.p.; *itálicos nossos.*).

Na sub-região de Trás-os-Montes e Alto Douro identificamos nada menos que quatro iniciativas do género – **Aldeias Vinhateiras**, que abordaremos em espaço próprio, Aldeias da Terra Quente, Aldeias Fronteiriças e Aldeias de Quarta Geração de Trás-os-Montes e Alto Douro²⁵ – das quais, porém, apenas as três primeiras viriam a encontrar enquadramento nos programas de financiamento em vigor, nomeadamente no PO regional (Aldeias Vinhateiras e Aldeias da Terra Quente) e no INTERREG II (Aldeias Fronteiriças).

Promovido pela Associação para o Desenvolvimento da Terra Quente (DESTEQUE) no âmbito do *Pacto Territorial “Portas da Terra Quente Transmontana”*²⁶ – pacto que consubstanciava uma parceria entre Associação de Municípios da Terra Quente Transmontana, a CCRN, a Região de Turismo do Nordeste Transmontano e a Delegação Regional da Cultura do Norte –, o programa das **Aldeias da Terras Quente** (PATQ) abrangeu um conjunto de onze aldeias²⁷ “com valor específico/singularidade (património, recursos endógenos, actividades locais)” (Cristóvão, 2005: 89) dos municípios de Alfândega da Fé, Carrazeda de Ansiães, Macedo de Cavaleiros, Mirandela e Vila Flor (mapa 2.4).

Assumindo como objetivos essenciais

dinamizar o tecido social e económico, valorizar os núcleos rurais como forma de potenciar a actividade turística, promover a imagem dos produtos de qualidade e estimular as actividades agrárias como vector da sustentabilidade ambiental e socioeconómica da sub-região (Norte, 2010a: 158)

este programa promoveu uma série de ações subordinadas a uma estratégia que privilegiava, entre outros aspetos, “a realização de investimentos integrados, materiais e imateriais, definidos de forma concertada [e] a dinamização de efeitos de rede” (Cristóvão, 2005: 89), e estruturadas em quatro “eixos fundamentais de intervenção”:

(i) Qualificação urbana e paisagística (no sistema urbano e no património histórico); (ii) Equipamentos (criação/valorização de equipamentos e estruturas de animação/lazer); (iii) Projectos Estruturantes (valorização dos recursos emblemáticos de cada núcleo que reforçam a imagem local); (iv) Dinamização (promoção e divulgação do programa). (Norte, 2010a: 158).

A avaliação que é feita, em 2005, à execução deste programa revela, porém, que “a estratégia de privilegiar 11 núcleos rurais [...] a par da natureza dos investimentos, conduziu a uma relativa dispersão de projectos” (Cristóvão, 2005: 93), o que não terá obstado a que o programa, ainda assim, e segundo o mesmo documento, tivesse contribuído para, entre outros aspetos salientados:

²⁵ Em 2004, dois jornais regionais, o *Diário de Trás-os-Montes* e o *Espigueiro*, davam conta de que o PAQG estava “parado há cerca de um ano” por falta de verbas e promotores (Garcia, 2004: s.p.; S.A., 2004a: s.p.), com aquele que era o presidente da FATA à data da apresentação do projeto a reconhecer ser “muito difícil” concretizar as iniciativas e projetos anunciados por força da “contenção económica do país” e falta de “fontes de financiamento específicas” – ou seja, enquadramento no PO regional –, realçando no entanto que o trabalho já feito poderia perfeitamente ser aproveitado no QCA seguinte (S.A., 2004c: s.p.), ideia que era corroborada pelo presidente então em exercício daquela mesma entidade (Garcia, 2004: s.p.).

²⁶ Projeto B.9 da Medida 1 (Douro: Competitividade, Coesão e Qualificação Territorial) do Eixo 2 (Ações integradas de base territorial) – que contemplava a “criação de uma rede de aldeias e valorização do património rural”, bem como a “recuperação de edifícios de valor patrimonial” –, e Programa de Valorização das Áreas Rurais da Medida 6 (Ações Específicas de Valorização Territorial) do Eixo 1 (Apoio ao investimento de interesse municipal e intermunicipal) – em cuja tipologia de ações se incluía a criação de “rotas regionais” e a “recuperação e rentabilização do património construído, de aldeias típicas e históricas” – do PO Norte (Norte, 2000a: 40 e 45; Portugal, 2002b: 61). Note-se ainda, a este propósito, que o Eixo 1 contemplava uma medida destinada a apoiar a “qualificação de aldeias emblemáticas e centros rurais” (Medida 3 – Qualificação territorial) (Norte, 2000a: 37).

²⁷ Embora inicialmente tenham sido anunciadas 19 (S.A., 2001a: s.p.; S.A., 2001b: s.p.), apenas 11 viriam de facto a constar do referido Pacto (S.A., 2004d: s.p.).

(1) reforçar a identidade local, pela qualificação do património cultural; (2) melhorar a qualidade de vida e a autoestima da população, pela qualificação e consolidação urbanística e paisagística e a valorização de espaços de lazer, convívio e cultura; (3) gerar dinâmicas económicas [...]; e (4) lançar bases para o uso em rede dos espaços culturais e de lazer beneficiados nos cinco concelhos, favorecendo a lógica do trabalho em parceria e a perspectiva de acção integrada do Pacto. (Cristóvão, 2005: 93)

Figura 2.11
Cabração (Ponte de Lima),
aldeias de montanha



Figura 2.12
Frechas (Vila Flor),
aldeias da terra quente



Figura 2.13
Freixiel (Mirandela),
aldeias da terra quente



Figura 2.14
Bemposta (Vimioso),
aldeias fronteiriças



No que respeita às **Aldeias Fronteiriças** (PAF), o respetivo programa – promovido pela Associação de Municípios da Terra Fria Transmontana em parceria com a Fundação Rei Afonso Henriques e integrado na cooperação transfronteiriça inerente à iniciativa comunitária INTERREG II –, abrangia seis aldeias dos municípios de Bragança, Freixo de Espada à Cinta, Miranda do Douro, Mogadouro, Vimioso e Vinhais (mapa 2.4) e intervenções similares, a promover pelo Governo Regional de Castilla y León, do outro lado da fronteira.

Partindo da ideia – a que já aqui fizemos referência – de que “as aldeias estão de novo na moda” (Spidouro, 2001a: d), este programa enunciava como principal objetivo

induzir a recuperação e revitalização de um pequeno mas significativo grupo de aldeias na envolvência da fronteira com Espanha, que sejam casos demonstrativos de capacidade do mundo rural (*Idem*: a)

pretendendo ainda, entre outros propósitos:

- d) preservar e valorizar tradições patrimónios, manifestações e práticas culturais características da região;
- e) contribuir para o melhoramento das condições de vida da aldeia, de forma a atrair pessoas a estes núcleos rurais [...];
- f) criar seis casos demonstrativos de como podem ser feitas intervenções em aldeias numa perspectiva de desenvolvimento rural integrado (Spidouro, 2001a: b),

“casos” cujo funcionamento posterior em rede era considerado “condição indispensável para a afirmação e o sucesso” do projeto (*Idem*: j).

A seleção das aldeias, do lado português, assentou na identificação de um primeiro grupo alargado de 39 aglomerados rurais, depois reduzido a 16 e, finalmente, a apenas seis (Spidouro, 2001a: b, k), tendo como critérios subjacentes:

- (i) a *localização geográfica*, privilegiando “a proximidade física com o ‘lado de lá’”;
- (ii) a *natureza histórica e a dimensão atual das relações de vizinhança*, tendo subjacente a “firme intenção de articular as intervenções lusas com intervenções similares no lado espanhol”;

- (iii) a existência de um *património construído* e de uma *estrutura urbanística de valor indiscutível e relativamente bem conservada*”, considerando-se não aconselhável, de todo, “promover intervenções em aldeias bastante descaracterizadas e onde a reabilitação do património edificado esteja comprometida à partida”;
- (iv) e a existência de “*massa crítica [...], capacidade de iniciativa e de recursos naturais, patrimoniais, e produtivos*” (Spidouro, 2001a: g-h; 2001b: 189-191).

Finalmente, entre as ações a executar no âmbito deste programa, destacavam-se a “reabilitação do património construído e a requalificação dos espaços e infra-estruturas públicas”, mas numa perspetiva em que “mais do que reabilitar as estruturas do passado, o que se pretende é encontrar novas soluções para resolver os problemas actuais e futuros” (Spidouro, 2001a: i-j). Porém, do elenco dos projetos não constam – descontados os projetos de instalação de “Quartos de Aldeia” e “Alojamento de Aldeia” e de recuperação de moinhos, p. ex. – quaisquer intervenções no edificado privado (*Idem*: 35-40), nomeadamente as de recuperação de fachadas e coberturas – muito embora, em 2001, o então presidente da Câmara de Bragança tenha afirmado ao jornal *Público* que “Através deste programa vamos apostar na requalificação de largos e praças, na recuperação de fachadas [...]” (*apud* Fragoso, 2001: s.p.)..

Finalmente, e ainda nesta sub-região nortenha, o programa das **Aldeias de Quarta Geração** (PAQG) – iniciativa promovida pela FATA – Federação dos Agricultores de Trás-os-Montes e Alto Douro e desenvolvida pela mesma entidade que desenvolvera o PAF, a Spidouro – abrangia um conjunto de aldeias dos municípios de Armamar, Bragança, Chaves, Macedo de Cavaleiros, Torre de Moncorvo e Vila Real (mapa 2.4), partilhando com o anterior, de uma forma geral, os objetivos essenciais e eixos de intervenção, bem como o processo de seleção das aldeias. Seleção essa que passou, numa primeira fase, por uma identificação prévia de doze aldeias, “segundo critérios antecipadamente definidos pelas entidades intervenientes no projecto (promotor, comissão de acompanhamento e equipa técnica)” (Spidouro, 2002g: 3), das quais apenas seis viriam a ser, numa segunda fase, hierarquizadas segundo um “tópico monográfico”²⁸, sendo selecionadas em função das garantias “que nos parecem oferecer [...] para implementar os Planos de Dinamização locais” (*Idem*: 161), do ponto de vista:

- (i) dos “recursos e potencialidades agrícolas”;
- (ii) das “infra-estruturas e equipamentos de apoio às actividades agrícolas e rede comercial”;
- (iii) das “infra-estruturas e equipamentos de apoio às actividades sociais, culturais e de lazer”;
- (iv) das “dinâmicas locais”;
- (v) e de “outros recursos relevantes”, como sejam os “patrimoniais arquitectónicos” e os “culturais/turísticos” (Spidouro, 2002g: 163).

Os referidos planos, porém, não obstante enunciarem o “património arquitectónico construído” como “um dos factores essenciais nos processos de dinamização dos núcleos rurais”, não integram, em nenhum dos cinco eixos estratégicos definidos, qualquer ação concreta ou princípio de atuação nesse âmbito, nem sequer – também a exemplo do PATQ – quaisquer intervenções no edificado privado. E mesmo no que se refere aos eixos de “valorização das actividades complementares” (onde cabe a criação de unidades turísticas de “alojamento de aldeia” e um espaço de restauração) e “reabilitação urbana e requalificação de infra-estruturas agrícolas” (que inclui a reabilitação de arruamentos e a melhoria de caminhos rurais), não se vislumbram quaisquer sinais indicadores de

²⁸ A saber: (i) Cabeça Boa (Torre de Moncorvo): *A Ruralidade, o Rio e a Gastronomia*; (ii) Campeã (Vila Real): *Produtos da Terra e Natureza*; (iii) Gostei (Bragança): *Pecuária, História e Lazer*; (iv) Lagoa (Macedo de Cavaleiros): *O Azeite, Genuinidade e Tradição*; (v) Santa Cruz (Armamar): *Fruta com tradição: A Maça*; e (vi) Vilarelho da Raia (Chaves): *Os Produtos Hortícolas e a Água* (Spidouro, 2002g: 3).

uma intenção de indução de princípios de atuação ou definição de ações concretas no âmbito da valorização, preservação ou recuperação do património rural construído, apresentando-se a estratégia orientada, essencialmente, à reestruturação e valorização das atividades agrícolas – particularmente daquelas que justificam e fundamentam, em cada aldeia, o respetivo “tópico monográfico” (cf. Spidouro, 2002f).

QCA III / Região Centro

Na região Centro, para além do PAH, que virá a beneficiar, no QCA III, de uma segunda fase de ação e do seu alargamento a mais dois aglomerados, Belmonte e Trancoso, e do **Programa das Aldeias do Xisto**²⁹ (mapa 2.5), programas de que falaremos mais em detalhe nas secções seguintes, virão ainda a ser considerados os programas Contratos de Aldeia, Centros Rurais, Aldeias do Côa, Aldeias de Montanha e Aldeias Digitais.

No caso dos **Contratos de Aldeia**³⁰ (CdA) (mapa 2.5), tratava-se um programa complementar ao PAH e com o qual se pretendia

colmatar a ausência de intervenções específicas de valorização e desenvolvimento nos espaços mais marginais da Beira Interior Sul, Cova da Beira e Dão Lafões (Boura, 2002: 125).

O programa abrangia aldeias que, embora não apresentassem a monumentalidade ou o valor patrimonial das AH, se entendia merecerem ser valorizadas e apoiadas de forma específica, uma vez que se lhe reconheciam condições particulares para a diversificação das atividades em meio rural e para funcionarem como complemento de visita daquelas, pois não só mantinham

vivas as suas características mais tradicionais, tanto no que respeita à estrutura urbana, à arquitectura rural e ao património colectivo das comunidades locais, aliadas a dinâmicas associativas, existentes, no âmbito cultural, social e económico (*Idem: Ibid.*),

como algumas atividades culturais consideradas “interessantes” (*Idem: Ibid.*).

Contratos de aldeia

Figura 2.15
Aldeia de João Pires (Penamacor)

Figura 2.16
Campo Benfeito (Castro Daire)



A exemplo de programas como o PAH, os apoios financeiros associadas aos CdA, beneficiando de idêntico enquadramento entre outras das ações previstas no respetivo PO regional, contemplavam o apoio a projetos e ações, “previamente identificados em Plano de Acção”, relacionados com a:

- requalificação das redes de infra-estruturas básicas;
- melhoria da acessibilidade às aldeias [...];
- renovação de espaços públicos [...], recuperação do património rural de carácter colectivo [...] e de edifícios de traça tradicional refuncionalizando-os ao serviço da comunidade local e à procura turística;
- [e] valorização e informação da aldeia, como sinalização, animação e promoção de produtos locais. (Centro, 2000: 66).

²⁹ Medida 6 (AIBT do Pinhal Interior) do Eixo 2 (Ações integradas de base territorial) do PO Centro (Centro, 2001: 86-92).

³⁰ Medida 3 (Ações inovadoras de dinamização das aldeias) do Eixo 2 (AIBTs) do PO Centro (Centro, 2001: 65-67).

Neste âmbito, e em termos globais, terão sido executados 25 projetos, evidenciando os mesmos “uma concentração de investimento na revitalização urbana e cultura”, com a primeira a absorver 72,5% e a segunda 19,6% (Centro, 2010a: 170 e 173), incluindo, pelo menos, uma intervenção de “arranjo de fachadas e coberturas descaracterizadas” (Centro, 2010b: 64).

Quanto ao programa dos **Centros Rurais**³¹ (PRCR) (mapa 2.5), também este virá a conhecer nova aposta neste terceiro QCA visando “dar continuidade e aprofundar a experiência” (Centro, 2001: 68) iniciada no período de programação anterior, embora sem adquirir a dimensão urbanística ou carácter estruturado – bem como, pelo menos nalguns casos, o montante dos apoios financeiros – do PAH e programas correlacionados, dado o seu carácter territorial e não ancorado.

Contemplando a intervenção em “quinze espaços definidos por agregação de freguesias contíguas” que se destacavam ou diferenciavam

pela qualidade dos seus produtos, certificados ou com imagem de qualidade, pela diversidade da sua paisagem e pelo potencial de mobilização dos agentes de desenvolvimento local (população, associações de desenvolvimento e autarquias) (Boura, 2002: 124-125),

este programa destinava-se a apoiar, entre outros, projetos e ações – também “previamente identificados em Plano de Acção” – ligados à:

- melhoria da rede de infraestruturas básicas e qualificação do espaço público;
- recuperação de pequenos equipamentos (estábulo, palheiros, moinhos), adaptando-os às necessidades actuais da população;
- recuperação da envolvente paisagística criando condições de utilização (miradouros, parques de merendas) e preservando a qualidade dos espaços naturais (Centro, 2001: 69).

Ao todo, terão sido executados 69 projetos neste âmbito, com preponderância para os “ligados à valorização e dignificação da paisagem rural e dos espaços públicos dos pequenos aglomerados”, tendo a “revitalização urbana” absorvido 40,8% do investimento executado nesta ação (Centro, 2010a: 169-172).

No que respeita ao programa das **Aldeias do Côa**³² (PAC) (mapa 2.3), este abrangia um conjunto de aglomerados rurais selecionados de acordo com dois critérios fundamentais – inserção no perímetro do Parque Arqueológico do Côa e condição de “portas de entrada” no território da intervenção (*Idem*: 90) –, tendo associado o objetivo de

valorizar os aglomerados rurais dotando-os de infra-estruturas, ainda em falta, recuperando o seu património e promovendo actividades tradicionais em articulação com a promoção turística da área (Centro, 2001: 74).

De entre as suas quatro linhas de ação, cabe destacar a concernente à “reabilitação dos aglomerados e recuperação do património”, a qual contemplava o apoio a projetos que concorressem

para a valorização da imagem dos aglomerados rurais, seu património e práticas culturais, através de iniciativas de recuperação urbanística, e implementação de equipamentos nas Aldeias do Côa (*Idem*: 76).

Estes projetos contemplavam, em particular:

- [a] recuperação e arranjo dos espaços público através da valorização de praças, largos, arruamentos, incluindo enterramento de infraestruturas e instalação de mobiliário urbano;
- [a] valorização de edifícios públicos, monumentos, castelos e panos de muralha;
- [e a] beneficiação de fachadas e coberturas em imóveis habitacionais. (*Idem*: *Ibid.*)

³¹ Medida 3 (Ações inovadoras de dinamização das aldeias) do Eixo 2 (AIBTs) do PO Centro (Centro, 2001: 65-66 e 68-69).

³² Medida 4 (Ação Integrada “Turismo e Património no Vale do Côa”) do Eixo 2 (AIBTs) do PO Centro (Centro, 2001: 73-78).

Tendo-se revelado “dominante” no número de projetos apresentados (33), o que é demonstrativo da “forte incidência das intervenções [...] destinadas à valorização da imagem dos aglomerados e do seu património”, esta linha ação viria a absorver 19,3% do investimento total executado no âmbito da respetiva Medida (Centro, 2010a: 182; 2010b: 65-67).

Finalmente, as intervenções respeitantes ao programa das **Aldeias de Montanha** (PAM) (mapa 2.5) integravam a Ação integrada de desenvolvimento da Serra da Estrela³³ – uma das restantes AIBTs que estruturavam o Eixo 2 do PO Centro –, a qual contemplava, entre outras linhas de ação:

- [a] Qualificação e Valorização ambiental paisagística;
- [a] Recuperação do povoamento rural e qualificação dos aglomerados tradicionais;
- [e] Acções de ordenamento e planeamento (Centro, 2001: 80)

no âmbito das quais, se consideravam, como exemplos de ações a apoiar, entre outras:

- acções integradas de recuperação e qualificação das aldeias, em particular as “Aldeias de Montanha”, tendo por base planos de intervenção abrangendo as infra-estruturas, a acessibilidade interna, a recuperação do património construído, o melhoramento de fachadas, etc.;
- a conservação e recuperação de casas com características arquitectónicas regionais e sua reutilização, nomeadamente para fins turísticos;
- a recuperação e adaptação de edifícios de carácter monumental e/ou traça tradicional para funções de serviço às comunidades locais ou de apoio a actividades tradicionais/artesanais e ao turismo;
- a recuperação de património de carácter colectivo de relevância para salvaguarda das tradições locais (fontanários, moinhos de água e de vento, fornos comunitários, antigas instalações industriais de transformação do barro, de metais, têxteis-lã, etc.);
- a recuperação de sítios e monumentos em espaço rural (castros, monumentos megalíticos, vias romanas, canadas para transumância do gado, etc.) para poderem ser visitados, bem como arranjo e protecção dos espaços envolventes;
- acções de melhoria das acessibilidades e infra-estruturas (em particular das ambientais) dos núcleos populacionais isolados. [...]
- elaboração de planos de recuperação e salvaguarda de aldeias com interesse patrimonial (Centro, 2001: 80-81, 83).

O relatório final de execução do PO Centro contabiliza, neste âmbito, a realização de 27 “arranjos urbanísticos” e 11 “recuperações de edifícios”, realçando o facto de terem sido “significativamente ultrapassadas as metas dos indicadores ‘Recuperação de edifícios’ (550%) [...] e ‘Valorização de zonas de recreio/Zonas degradadas do ponto de vista ambiental recuperadas’ (450%)” (Centro, 2010a: 88). Num caso, “por se ter fomentado a alternativa de recuperação em vez da construção de raiz”; no outro, “por se ter reconhecido como fundamental acabar com as nódoas ambientais tanto na malha urbana como as da paisagem rural que ainda persistiam” (*Idem*: 94). A “recuperação de edifícios”, contudo, abrangeu apenas a intervenção em equipamentos de uso público ou edifícios destinados a esse fim, bem como a adaptação de habitações a estabelecimentos de turismo em espaço rural (cf. Centro, 2010b: 67-68), não havendo registo de quaisquer outras intervenções no edificado privado.

A ideia da constituição de uma rede de Aldeias de Montanha seria posteriormente retomada, já no período de programação subsequente, pela Câmara Municipal de Seia, a qual, propondo-se, nesse sentido, intervir diretamente na definição e implementação de instrumentos de ordenamento e planos de animação, de comunicação e *marketing*, de *branding* e de sinalética, bem como na criação de um “centro dinamizador” da rede (Seia, 2011: s.p.), viria então a promover a criação, para o efeito, da ADIRAM – Associação de Desenvolvimento da Rede de Aldeias de Montanha (Pelicano, 2013b: s.p.).

³³ Medida 5 (AIBT da Serra da Estrela) do Eixo 2 (AIBTs) do PO Centro (Centro, 2001: 79-86).

Quanto ao programa das **Aldeias Digitais**, que constituía também uma das linhas de ação previstas no âmbito das Ações inovadoras de dinamização de aldeias do PO Centro³⁴, o seu objetivo era simplesmente o de

implementar quatro casos-piloto [...] de acesso e utilização de tecnologias de informação e telecomunicações em meio rural, aldeias [a fim de] alargar o acesso e utilização daquelas tecnologias a algumas áreas mais periféricas, da região, com vista [...] à valorização e promoção dos recursos locais (patrimoniais e ambientais) (Centro, 2001: 69-70)

não contemplando por isso quaisquer intervenções de natureza urbanística – à parte as eventualmente necessárias ao cumprimento desses objetivos, nomeadamente as respeitantes à “criação de espaços de acesso aos recursos multimédia” (Centro, 2000: s.p.). Contudo, o relatório de execução do PO não explicita as eventuais ações ou projetos executados neste âmbito ou ao abrigo desta linha de ação.

QCA III / Região Algarve

Finalmente, e mais a sul, também a região do Algarve viria a conhecer uma iniciativa semelhante, o **Programa de Revitalização das Aldeias do Algarve**, de que falaremos também em detalhe em espaço próprio.

2.2.2. Programa de Recuperação das Aldeias Históricas de Portugal

Lançado em 1994 no âmbito do QCA II 1994-1999 (*vide* anexo 2, quadros 2.1 e 2.3), o *Programa de Recuperação das Aldeias Históricas de Portugal* – que doravante designaremos como PAH, ou simplesmente AH – representa

a incidência regional e local de uma estratégia nacional, promovida pelo próprio Ministério do Planeamento, que visava discriminar positivamente alguns espaços encravados do Interior da Região Centro (Boura, 2002: 117);

uma estratégia que, conforme já referido, havia sido já considerada uma década antes no Plano Nacional de Turismo 1985/88.

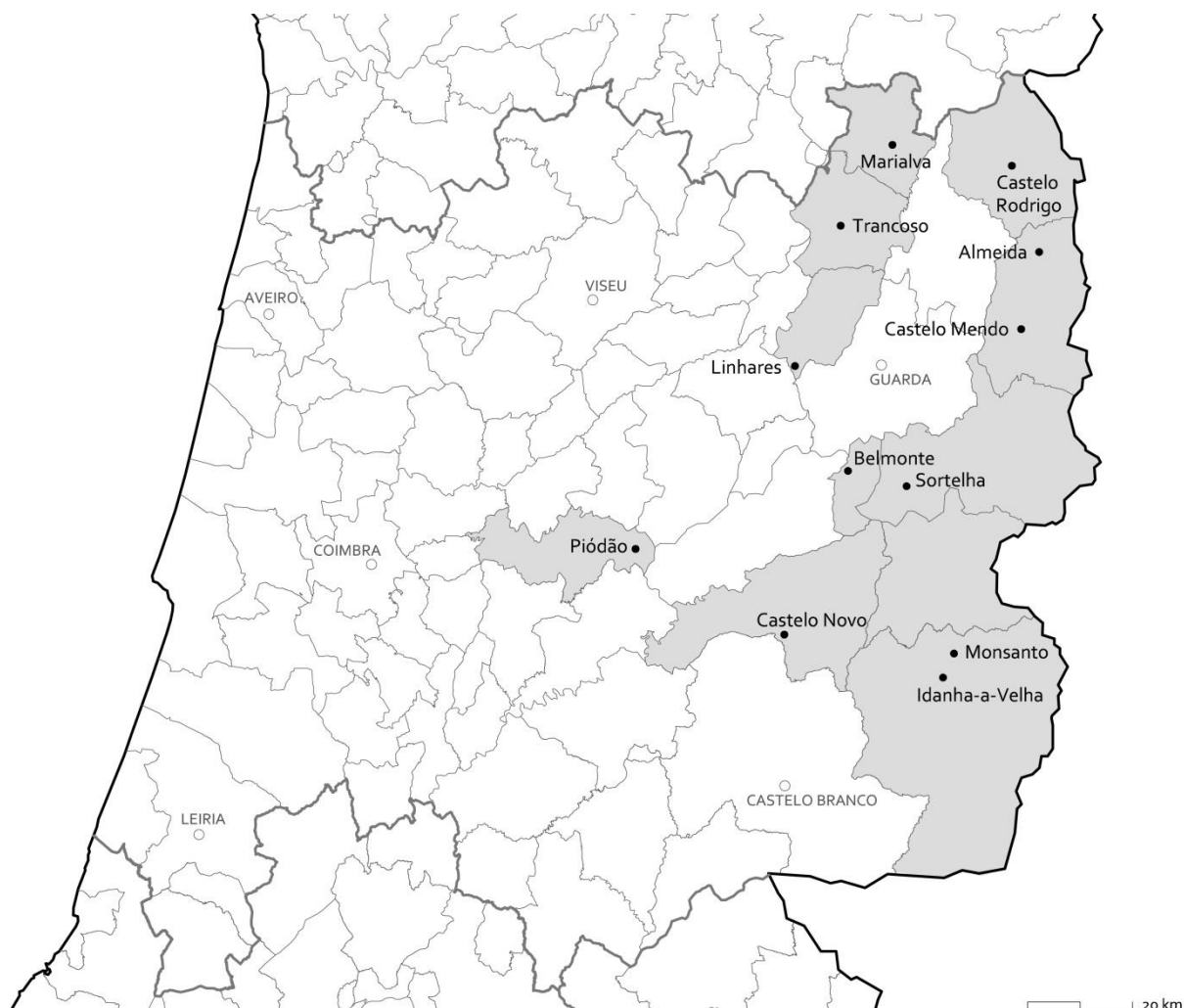
Definida como uma “ação-piloto de apoio a projectos integrados de recuperação de um pequeno conjunto de aldeias turísticas”³⁵ (Portugal, 1994a: 17), a iniciativa de *recuperação das aldeias turísticas* a partir da qual será desenhado e desenvolvido o PAH assumia assim, *ab initio*, um carácter experimental, seminal e demonstrativo, surgindo, nesta fase inicial, como uma das linhas de ação com que se pretendia concretizar os objetivos associados à Medida 4 (Ações de desenvolvimento económico em áreas rurais), do Subprograma 1 (Desenvolvimento rural e local), do PPDR³⁶ (Portugal, 1994a: 17-18), um dos programas operacionais que estruturava aquele QCA. Objetivos esses que passavam pela

³⁴ Medida 3 (Ações inovadoras de dinamização das aldeias) do Eixo 2 (AIBTs) do PO Centro (Centro, 2001: 65-67).

³⁵ Ação a que o documento referido associa, “numa primeira fase”, apenas as aldeias de Linhares, Idanha-a-Velha, Marialva, Piódão e Castelo Rodrigo (Portugal, 1994a: 17), vindo no entanto este grupo, com o subsequente desenho do programa, a alargar-se a dez aldeias. Segundo nos referiu a Dr.ª Isabel Boura (2009), inicialmente apenas se previa considerar uma aldeia por município, o que excluía desde logo a aldeia de Monsanto, mas o simbolismo associado a esta aldeia terá ditado o contrário. Já no caso do Piódão, terão sido motivos de natureza “política” (Boura, 2009) a ditar a inclusão de uma aldeia cujas características não se ajustavam, quer em termos geográficos, quer históricos, quer ainda patrimoniais, aos critérios de seleção respeitantes às AH, justificando-se mais, daquele ponto de vista, a sua inclusão na rede das AX.

³⁶ Contudo, no desenvolvimento subsequente do PPDR, o PAH viria a ser enquadrado na Medida 3 (Ações de desenvolvimento rural) do referido subprograma, conjuntamente com a componente FEDER do programa Centros Rurais (cf. Portugal, 2002a: 121-125).

valorização das características patrimoniais e dos elementos de interesse histórico-cultural específicos das aldeias e lugares turísticos, no sentido de melhorar os padrões de vida e modernizar os seus serviços de apoio económico e social, permitindo uma maior capacidade de fixar a população, atrair o turismo, incentivar novas atividades complementares da agricultura e reativar profissões em decadência”. (Portugal, 1994a: 17)



Mapa 2.7: Aldeias Históricas

Embora resultando assim – e ainda –, de um processo que se pode classificar como *top-down* (descendente)³⁷, ao PAH estava associada, não obstante, a consciência da necessidade da adoção de abordagens alternativas aos modelos de desenvolvimento até aí seguidos (*vide* anexo A1, secção A1.5). Abordagens que, por sua vez, atribuíam uma maior ênfase às dimensões humana, local e cultural dos processos económicos, através da valorização integrada e integradora dos recursos humanos, culturais e naturais endógenos (e em particular do património edificado) – a cujo carácter de diferenciação se reconhecia a capacidade de alavancar dinâmicas de desenvolvimento local,

³⁷ Contrariamente aos PO de incidência regional, o PPDR era um programa de âmbito nacional a cuja Unidade de Gestão Nacional competia a aprovação das candidaturas, submetidas nesse âmbito, aos apoios financeiros disponíveis de acordo com os pareceres técnicos emitidos, em função da análise dos respetivos processos, pela Unidade de Gestão Regional (UGR), a qual era presidida, no caso do PAH, pela CCRC e integrava representantes da Secretaria de Estado do Turismo, IPPAR, Direção-Geral do Património do Estado, DGEMN e das autarquias envolvidas no programa (Despacho Normativo 2/95: § 9). O PAH difere, assim, quer na sua génese, quer na respetiva gestão, dos programas e iniciativas de natureza semelhante que viriam a ser propostos no âmbito dos PO regionais, na medida em que estes não só viriam a ser promovidos diretamente pelas CCR em estreita articulação com os municípios envolvidos, ou seja, num processo mais próximo do modelo *bottom-up* (ascendente), como a aprovação dos projetos e candidaturas era feita, não a nível nacional, mas a nível regional.

potenciando o surgimento de novas atividades (particularmente as ligadas ao turismo cultural) e a diversificação económica – e do envolvimento direto (participação) dos atores e agentes locais em todas as fases do processo.

Sendo a valorização do património edificado o propósito fundamental associado à ação – com a qual se visava “dar resposta de forma integrada aos problemas que afligem o mundo rural, no sentido de recuperar, revitalizar e regenerar espaços ricos em património, cultura e tradição”, procurando dessa forma reforçar o potencial de desenvolvimento das aldeias objeto de intervenção no sentido de as transformar em “pólos de atracção turística suficientemente dinâmicos que permitam a criação duma nova base económica” (Mota, 1995: s.p.) –, a seleção das aldeias assentava num conjunto de critérios que, para além de valorizar:

- [a] Existência de património arquitectónico, arqueológico ou ambiental classificado³⁸;
- [a] Unidade formal do tecido urbano e construído”;
- [o] Interesse histórico-cultural;
- [a possibilidade de] Integração em circuitos turístico-culturais temáticos;
- [o] Índice de desertificação;
- [e a] Carência de infra-estruturas turísticas; (Portugal, 1994i: 2)

considerava ainda a importância do “potencial de atracção” desse mesmo património, pelo seu “simbolismo histórico ou interesse monumental” (Portugal, 1994a: 17), bem como a existência de Planos de Pormenor de Salvaguarda (PPS) aprovados, em elaboração ou em processo de candidatura e de uma dinâmica socioeconómica e demográfica suscetível de ser potenciada ou alavancada pelos apoios financeiros associados ao programa, partindo, segundo Reis

da identificação de um conjunto dos melhores exemplos simbólicos daquilo que são as nossas mais profundas e remotas raízes aldeãs (1999: s.p.)

Por outro lado, o carácter *integrado* e *integrador* do programa, em que assentava boa parte da sua natureza inovadora³⁹ (Boura, 2002: 119), estabelecia-se na conjugação articulada de um conjunto de ações e intervenções, de natureza material e imaterial, que deveriam abranger domínios tão diversos como os:

- (i) das “infra-estruturas sociais, culturais ou de apoio à instalação de actividades económicas, em particular o turismo e o pequeno comércio”;
- (ii) da “conservação e recuperação do património construído, incluindo projectos integrados que contemplem a recuperação e adaptação para fins turísticos e a respectiva promoção, comercialização e inserção nos circuitos turísticos⁴⁰” (Portugal, 1994a: 17);

³⁸ Importa referir que, à data do início do programa, três destas aldeias tinham já o respetivo conjunto urbano classificado como Imóvel de Interesse Público: a *Povoação de Piódão* (Decreto n.º 95/78, I Série, de 12 de setembro), a *Aldeia Velha de Monsanto* (Decreto n.º 28/82, de 26 de fevereiro) e a *Aldeia de Castelo Mendo* (Decreto n.º 29/84, de 25 de junho). Ainda durante a primeira fase do programa, também o *Conjunto arquitectónico e arqueológico de Idanha-a-Velha* viria a ser classificado (Decreto n.º 67/97, de 32 de dezembro). Mais recentemente, a *Antiga Vila de Linhares da Beira* juntar-se-ia a esta lista (Portaria n.º 279/2013, de 13 de maio), encontrando-se a *Aldeia de Castelo Novo* em vias de classificação com Despacho de Abertura (Anúncio n.º 289/2014, de 5 de dezembro).

³⁹ Segundo o relatório final de execução do PO regional relativo ao QCA III, “As dimensões inovadoras preconizadas para as AIBTs, concretizaram-se, nesta Medida, tanto na concepção do modelo como na metodologia de actuação, uma vez que: (i) se elegeu a valorização do(s) património(s) e a divulgação cultural como vector fundamental da estratégia de desenvolvimento – **vertente histórica e cultural**; (ii) se envolveu na definição e desenvolvimento das acções, um número alargado de parceiros (população, associações de desenvolvimento local, autarquias e administração central/regional) e sectores (Cultura, Turismo, desenvolvimento regional) – **vertente participativa**; (iii) se utilizou uma metodologia que implicou a elaboração, prévia, dos Planos de Intervenção que explicitaram as prioridades, os domínios de intervenção, a complementaridade das acções e os projectos a desenvolver, num quadro financeiro predefinido, por forma a dar coerência ao conjunto das intervenções, o que assegurou a sua **natureza integrada**.” (Centro, 2010a: 411; ênfase como no original).

⁴⁰ Promoção de que, nesta fase, a “Carta de Lazer das Aldeias Históricas” (Graça & Espírito Santo, 2000) será uma dos resultados mais significativos ou de maior “visibilidade”, como é realçado pelo relatório final do PPDR (cf. Portugal, 2002a: 125 e 191-193).

- (iii) da “requalificação urbanística”;
- (iv) da “animação económica, cultural e social”;
- (v) da “maximização de sinergias entre as Aldeias”, através do estímulo às parcerias e ao funcionamento em rede (Boura, 2002: 119);
- (vi) da dinamização e apoio às atividades económicas e à criação de emprego⁴¹;
- (vii) e do *branding*⁴².

Esse carácter subordinava-se, porém, a um princípio fundamental: o de que o desenvolvimento de uma estratégia assente na valorização turística do recurso património não devia “apenas transformar estas Aldeias em locais *visitáveis* mas, também, fazer delas lugares *habitáveis*”, usando esse mesmo património para “activar meios de vida e capacidades de fixação” e procurando mostrar que “há lugar no nosso país para uma política activa de ‘urbanismo rural’” (Reis, 1999: s.p.; itálicos no original).

Abrangendo, numa primeira fase (após o respetivo desenho), dez “aldeias”⁴³ pertencentes a oito municípios (*vide* nota 35) da Beira Interior – Almeida e Castelo Mendo (Almeida), Castelo Novo (Fundão), Castelo Rodrigo (Figueira de Castelo Rodrigo), Idanha-a-Velha e Monsanto (Idanha-a-Nova), Linhares (Celorico da Beira), Marialva (Meda), Piódão (Arganil) e Sortelha (Sabugal) (mapa 2.7, figuras 2.17 a 2.26) –, o programa contemplava, para cada um dos aglomerados, a prévia elaboração e consensualização de um *plano de aldeia*⁴⁴ que compreendia três fases fundamentais:

- (i) um *levantamento e caracterização* (histórico-cultural, urbanística, socioeconómica e patrimonial) da área de intervenção;
- (ii) uma *análise e diagnóstico* de situação; e
- (iii) um programa ou *proposta de intervenção*;

A proposta de intervenção, por sua vez, definia um conjunto de ações e projetos devidamente articulados, programados e dotados de forte complementaridade entre si, inscritos em três domínios essenciais:

- (i) a *intervenção pública*, traduzida em ações de reabilitação do património edificado, criação de equipamentos, requalificação de espaços públicos e melhoria de acessibilidades, sinalização e infraestruturas, promovidas quer pelas autarquias quer pelo IPPAR e/ou pela DGEMN;
- (ii) a *cooperação com as populações e organismos locais*, abrangendo o apoio técnico e financeiro a ações, conjugadas entre autarquias e proprietários privados, de intervenção de beneficiação, recuperação, consolidação e correção de dissonâncias em fachadas e coberturas de imóveis habitacionais privados;
- (iii) e o *apoio a atividades económicas locais*, compreendendo ações de recuperação de imóveis para fins turísticos, a criação e instalação de estabelecimentos de restauração, de ateliês de artesanato ou unidades de produção alimentar tradicional, uma intervenção especial do

⁴¹ Os domínios referidos em (iv), (v) e (vi), porém, só viriam a conhecer concretização efetiva (ou significativa) numa segunda fase, já no período de programação subsequente, uma vez que, como reconhece Reis, “O PAH começou por ser um conjunto de planos de intervenção materiais (realização de obras públicas)”, a que, posteriormente, se tornou fundamental “juntar-lhe duas novas dimensões: a animação socioeconómica [...] e a promoção turística” (1999: s.p.), vindo esta, em particular, a tornar-se oportuna apenas quando aquelas ações materiais atingiram uma fase avançada de concretização.

⁴² *Branding* que se consubstanciará na criação da marca “Aldeias Históricas de Portugal”, com a qual a rede passará a ser designada e identificada.

⁴³ De facto, Almeida, Castelo Novo, Monsanto e Marialva são consideradas vilas. Aliás, à exceção do Piódão, todas estas aldeias foram vilas sedes de concelho desde a época medieval até às reformas administrativas oitocentistas, apenas se mantendo atualmente Almeida como tal.

⁴⁴ Para além dos já referidos PPS, os quais constituiriam mesmo, nalguns casos, as bases estratégicas e programáticas dos planos de aldeia. No caso da aldeia do Piódão, p. ex., o respetivo GTL, que funcionou entre 1985 e 1988, produziu um “plano trienal” que contemplava já a intervenção, devidamente detalhada e quantificada, no edificado privado (Monteiro, s.d.).

PROCOM (em Almeida), bem como um projeto de expansão urbana para 30 fogos privados (em Idanha-a-Velha) que pudessem ser capazes de dar sustentabilidade à intervenção e induzir efeitos benéficos na autoestima das comunidades locais e na respetiva identificação e empatia com a iniciativa (Portugal, 1995a: s.p.),

conjugando quatro tipos de atuações:

- (i) intervenções da responsabilidade dos *serviços da administração central*;
- (ii) intervenções da responsabilidade das *autarquias respeitantes às aldeias selecionadas*;
- (iii) intervenções dinamizadas e promovidas por *associações de desenvolvimento local*; e
- (iv) intervenções promovidas por *promotores privados*. (Despacho Normativo 2/95: § 1);

Atuações cujo objetivo era “produzir um impacto de natureza estrutural e durável na região” através do investimento em:

- Infraestruturas: rede viária, abastecimento e tratamento de água, rede e tratamento de esgotos, rede e distribuição de gás, rede elétrica e enterramento, instalação e enterramento de cabo de televisão;
- Edifícios públicos: recuperação;
- Recuperação exterior de habitações;
- Monumentos: recuperação;
- Recuperação, adaptação e equipamento de imóveis para fins turísticos;
- Instalação de pousadas;
- Dinamização do tecido socioeconómico;
- Estudos e projetos técnicos;
- Promoção e dinamização turísticas;
- Dinamização de associações locais (Portugal, 1994i: 1).

Aprovado o respetivo *Regulamento da Intervenção* em janeiro de 1995⁴⁵, as dez AH viriam a ser declaradas, ainda nesse ano e por despacho da Secretaria de Estado do Turismo, “áreas de interesse turístico para efeitos da declaração de interesse para o turismo de unidades de alojamento particular” – unidades que, por via do mesmo diploma, adquirem então a designação de “casas de aldeia” (Despacho n.º 80/95, de 19 de setembro)⁴⁶ – e, no ano seguinte, “áreas críticas de recuperação e reconversão urbanística” (Decreto nº 23/96, de 12 de agosto).

Neste último caso, a decisão revestia-se de particular importância e acuidade, na medida que vinha conceder às autarquias locais envolvidas no programa – e ao abrigo do disposto no DL n.º 794/76 de 5 de novembro – a possibilidade de recurso às prerrogativas previstas na lei para as situações que justificassem uma intervenção mais expedita dos poderes públicos e uma flexibilidade (ou liberdade) de ação acrescida no que toca às possibilidades e rapidez de intervenção, e dessa forma ultrapassar alguns dos constrangimentos que habitualmente caracterizam estes processos.

Numa segunda fase do programa⁴⁷, viria não só a ser decidido acrescentar mais dois núcleos urbanos à rede (Belmonte e Trancoso), com o objetivo “dar escala” e potenciar uma maior dinâmica à rede já constituída⁴⁸ – dadas a dimensão e dinâmica urbana, demográfica socioeconómica

⁴⁵ Por despacho da Presidência do Conselho de Ministros e ministérios das Finanças, do Planeamento e da Administração do Território, das Obras Públicas, Transportes e Comunicações e do Comércio e Turismo (Despacho Normativo n.º 2/95: 140-142).

⁴⁶ Assinale-se que o conceito associado à designação “casa de aldeia”, que surge assim inicialmente atribuído a um tipo de alojamento ou oferta turística disponível especificamente nas AH, viria depois a generalizar-se e alargar-se a todo o país através de uma nova designação – “casa de campo” – instituída pelo DL n.º 169/97, de 4 de julho (*vide* anexo A1, secção A1.5, nota 84).

⁴⁷ Já no âmbito do QCA III, que veio garantir, em termos gerais, a continuidade do programa com o objetivo de consolidar e aprofundar a metodologia e as ações desenvolvidas no QCA anterior, agora ao abrigo da medida específica relativa às Ações Inovadoras de Dinamização das Aldeias (Medida 3) do Eixo Prioritário 2 (AIBTs) do PO Centro (Centro, 2000: 88-90 e 2001: 65-73).

⁴⁸ Nomeadamente, ao possibilitar (i) “o reforço territorial da Rede de Aldeias Históricas proporcionando um limiar ideal de espaçamento entre os nós (aglomerados) por forma a facilitar a articulação e coerência à rede”, bem como (ii) “o acréscimo no padrão de qualidade, instalado, ao nível do referencial simbólico, da densidade patrimonial, histórica e cultural de todo o circuito”, e ainda (iii) “o reforço do

decorrentes da sua condição de vilas sede de concelho –, como ainda (reconhecida quer fora entretanto a lacuna decorrente da aposta prioritária na componente física ou infraestrutural do programa na sua primeira fase) dar agora mais ênfase à componente imaterial, ou seja, à respetiva animação, promoção e divulgação.



Figuras 2.17, 2.18, 2.19 e 2.20: Monsanto, Castelo Mendo, Castelo Rodrigo, Marialva (Casas do Côro - TER)

Figuras 2.21, 2.22 e 2.23: Sortelha (posto de turismo), Castelo Novo (espaço público), Linhares (Hotel Inatel Linhares)

Figuras 2.24, 2.25 e 2.26: Idanha-a-Velha (Porta Norte), Belmonte (Museu dos Descobrimentos), Trancoso

Esta componente contemplaria assim iniciativas de animação sociocultural, ações globais de valorização da rede *Aldeias Históricas* e iniciativas de promoção e divulgação turística e cultural complementares à componente física do programa (e essenciais ao sucesso da mesma); componente cuja importância, como veremos, outros programas terão assumido logo desde o seu início, ou seja, em concomitância com as intervenções de natureza física – por força, em grande medida, haverá que reconhecê-lo, quer da aprendizagem que a ação pioneira do PAH necessariamente constituiu, quer da necessidade sentida, relativamente às aldeias correspondentes a esses programas, de relevar e enfatizar outros aspetos que não o histórico-monumental, a qual, *per se*, garantia desde logo uma vantagem comparativa, em termos de visibilidade e atratividade, às

desempenho funcional dos nós da rede proporcionando a todo o conjunto maior capacidade de prestação de serviços qualificados no sector turístico.” (Boura, 2004: s.p.)

AH –, e potenciar, o mais rapidamente possível, os efeitos decorrentes das intervenções físicas nos respetivos espaços urbanos.

De facto, e apesar da importância atribuída à criação, dinamização e promoção da marca e rede *Aldeias Históricas* ter sido associada aos propósitos do programa, desde a sua origem, a implementação de uma estratégia de animação e promoção sociocultural e turística permanente, continuada e coerente – de que viria a resultar, p. ex., a construção de novo sítio eletrónico⁴⁹ –, somente nesta segunda fase foi verdadeiramente assumida. Não obstante, é de assinalar, relativamente ao fluxo de visitantes nas AH, a tendência positiva da procura, quer por parte de visitantes nacionais, quer estrangeiros⁵⁰, facto que pode indiciar estar a ser cumprido um dos objetivos associados a estas ações.

Nesse contexto, e com vista a assegurar a promoção e o desenvolvimento turístico da Rede “Aldeias Históricas de Portugal”, as autarquias envolvidas no programa viriam a criar, já no final do QCA III, em 2007, uma entidade de direito privado e sem fins lucrativos, a ADTAHP - Associação de Desenvolvimento Turístico Aldeias Históricas de Portugal, com a incumbência de:

- Gerir e promover a Marca “Aldeias Históricas de Portugal”;
- Qualificar o produto turístico das aldeias históricas, através da definição de uma estratégia concertada de atuação e promoção, e do desenvolvimento de produtos turísticos;
- Apoiar o desenvolvimento de uma política de incentivos aos investidores que desejem investir na região e concertá-la com as instituições públicas e privadas que possam estar envolvidas;
- Promover iniciativas de animação cultural e divulgação do património das Aldeias;
- Contribuir para a melhoria da qualidade de vida local e para a diversificação e dinamização da atividade económica, nomeadamente na área do turismo e promover ações de qualificação e divulgação do património cultural, bem como a qualificação dos recursos humanos e outras (<http://provere.aldeiashistoricasdeportugal.com/sobre-n%C3%B3s/quem-somos/apresentacao/>).

2.2.3. Programa das Aldeias do Xisto

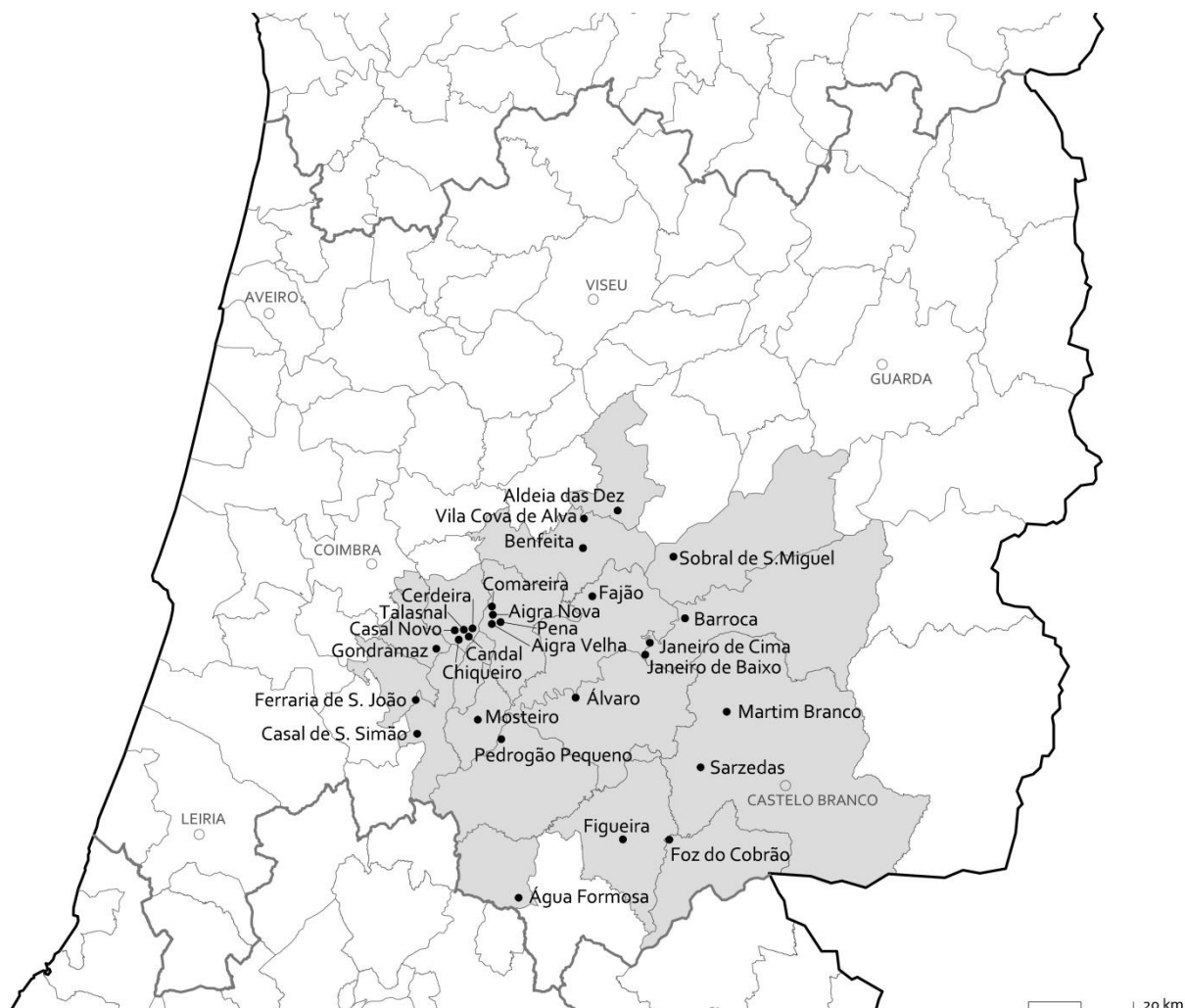
Se a temática associada às AH impunha, *ab initio*, critérios de seleção que enfatizavam a importância dos valores patrimoniais de carácter monumental de cada núcleo urbano, limitando o leque de escolha mas também facilitando a possibilidade de geração de consensos relativamente aos propósitos de salvaguarda, os programas subsequentes viriam a adotar outros critérios e ancorar-se a outros valores, tendo feito emergir, primordial e fundamentalmente, o tema do património rural e todo o conjunto de usos, saberes e tradições que lhe estão associados.

É o caso do *Programa das Aldeias do Xisto* (que doravante designaremos simplesmente como PAX ou AX), iniciativa que surge no início da primeira década do século XXI como projeto-âncora da AIBT do Pinhal Interior⁵¹ do PO Centro (*vide* anexo 2, quadros 2.1 e 2.3), mas que – contrariamente ao que sucedera com o PAH, no anterior período de programação, e, já neste período, com os programas das Aldeias Vinhateiras e das Aldeias do Algarve, e à parte a referência genérica às “aldeias serranas” – não consta do desenho inicial do mesmo.

⁴⁹ O atual sítio eletrónico é, aliás, um bom exemplo, pois o original, criado no âmbito de uma parceria com o Inatel (de que resultou também a já referida *Carta de Lazer*), rapidamente caiu na obsolescência e esquecimento, particularmente por falta de manutenção e atualização regulares – um dos problemas destes programas, diga-se de passagem, já que o financiamento das ações (salvo muito raras exceções, se algumas) se esgota no projeto e respetiva implementação ou execução da obra, não assegurando a sua continuidade e necessária manutenção –, só beneficiando de novo(s) impulso(s) em fases subsequentes.

⁵⁰ Efetivamente, a comparação entre os resultados relativos a 2003 (Boura, 2002: 122) e 2008 (ficheiro excel fornecido pela própria Dr.ª Isabel Boura) revela uma variação do número de visitantes que, embora apresente resultados díspares aldeia a aldeia, é, em termos globais, significativamente positiva: aumento global de 23,9%, representado o aumento do número de visitantes estrangeiros 86,2% e o de visitantes nacionais 9,9%.

⁵¹ Medida 6 do Eixo Prioritário 2 (AIBTs) do PO Centro (Centro, 2000: 95 e 2001: 86-90).



Mapa 2.8: Aldeias do Xisto

Efetivamente, aquela medida, embora determinando cinco linhas de ação fundamentais, como sejam:

- [1] Reforço e requalificação da capacidade de alojamento turístico
- [2] Apoio à animação turística
- [3] Promoção turística do território
- [4] Infraestruturas e equipamentos de promoção das potencialidades
- [5] Acessibilidades locais e transversais (centro, 2001b: 88-89),

enquadrando na quarta dessas medidas os propósitos de:

- estabelecer uma *rede de percursos activos* [...];
- requalificar ou estabelecer novas *praias fluviais* [...];
- requalificar um conjunto de *aldeias serranas* (recuperação de coberturas e fachadas, requalificação de espaços sociais, instalação de mobiliário urbano, recuperação de pavimentos de ruas e calçadas, infraestruturação com redes básicas) que sustente uma rede de sítios de interesse turístico; e
- estabelecer uma *iniciativa museológica* constituída por iniciativas temáticas ou desenvolvidas em conjuntos ou em elementos isolados (do restauro de património classificado à recuperação/reconversão de construções de apoio à actividade agrícola), dispersos pelo território e preservados *in situ* (Centro, 2001b: 89-90; *itálicos nossos*);

não determinava a execução de qualquer programa ou plano integrado. Contudo, estabelecia desde logo as três componentes fundamentais do que viria a ser o PAX: as *aldeias* (que dariam origem à Rede das Aldeias do Xisto) e as *praias fluviais* (que viriam a constituir a Rede das Praias Fluviais)

como pontos de ancoragem, e os *percursos* (de que resultaria posteriormente a Rede de Caminhos do Xisto) como elementos de ligação.

Esse programa só virá, efetivamente, a ser idealizado e desenvolvido ao longo dos primeiros anos de execução do QCA III, entre 2000 e 2002, pela equipa de gestão do PO em conjunto com os municípios da região, resultando de um esforço tendente a reunir, articular e dar coerência, quer ao trabalho que vinha já sendo desenvolvido desde os anos 1980, de forma dispersa e desarticulada, pelos diversos GTL da região, quer à ideia das praias fluviais, que vinha também já sendo discutida nos meios mais ligados ao ambiente, procurando ainda fazer convergir os diferentes interesses e vontades manifestados pelo conjunto de municípios que viriam a aderir à iniciativa.

Com efeito, o propósito enunciado no PO Centro, de recuperar ou requalificar as “aldeias serranas” do Pinhal Interior, não era novo, também não contendo ainda associado, na sua globalidade e em todas as suas vertentes, o conceito de intervenção de desenvolvimento integrado que virá a estruturar o PAX. A ideia que lhe está na origem remonta, se não antes, pelo menos a meados dos anos 1980 e aos estudos e esforços que vinham desde então a ser desenvolvidos tendo em vista intervir nas aldeias que estruturam o território da serra da Lousã, o qual, conforme já referido (vide secção 1.5), registava já nessa época sinais evidentes de uma tendência crescente na procura de habitação – fundamentalmente, por parte de indivíduos oriundos da Europa Central e portugueses de origem urbana (Dinis e Malta, 2003: 120) – a que estavam associadas, fundamentalmente, opções de carácter ecológico ou naturalista, no primeiro caso, e de “aproveitamento esporádico dos lugares” (Monteiro (1985: 244) – ou seja, residência secundária –, no segundo; traduzindo-se, em ambos os casos, em processos de transformação não só sociológica mas também física (arquitetónica e urbana)⁵² desses mesmos lugares.

Terão sido esses processos de transformação, bem como, e sobretudo, a vontade de contrariar a tendência de desvitalização socioeconómica e desertificação demográfica, a motivar o desenvolvimento – no âmbito do GAT e do GTL da Lousã⁵³ – de propostas de ação que tinham subjacentes propósitos como os de, não só orientar as intervenções a realizar pelos proprietários na “habitação rústica” das “aldeias serranas”⁵⁴ – embora “não pretende[ndo] obrigar ninguém a fazer isto ou aquilo, mas apenas aconselhar para que vivam melhor, não adulterando as nossas – vossas – aldeias” (Lousã, 1986: s.p.) – ou de “recuperar um património, que se encontra em contínua degradação”⁵⁵, mas também, e fundamentalmente, de “desenvolver paralelamente condições de fixação de pessoas, bem como a criação de interesses”, ou seja, fatores de atratividade turística, “de forma a deslocar periodicamente gente para este local”, particularmente através da criação de condições para o desenvolvimento das atividades turísticas, cinegéticas, florestais e agropastoris e o aproveitamento e valorização dos recursos e produtos locais (Lousã, 1989: s.p.).

Esses esforços irão prosseguir, já nos anos 1990 – de igual modo e em certa medida antecipando ou preparando o caminho para aquilo que virá a ser o PAX – através da criação de mais um conjunto

⁵² Ainda que, no caso da transformação física, essa não decorresse exclusivamente da ação dos novos residentes, muitos dos quais, aliás, terão revelado, de um modo geral (aqui como noutras regiões, aliás), uma maior propensão conservativa e um maior interesse e respeito pelas tradições locais que os próprios residentes locais ou emigrantes regressados, os quais, pelo contrário, tendiam a depreciar os materiais e modelos arquitetónicos tradicionais – dadas as suas conotações com condições de privação económica – e a enfatizar a conquista de uma melhor condição socioeconómica através do recurso a outros, geralmente exógenos ou alheios às tradições locais e de origem mais recente, mas conotados com a ideia de progresso e modernidade.

⁵³ GTL dedicado ao centro histórico daquela vila e às aldeias serranas do respetivo município, tendo iniciado atividade em 02-09-1985 por um período de três anos.

⁵⁴ Nomeadamente: Casal Novo, Catarredor, Cerdeira, Chiqueiro, Silveira, Talasnal e Vaqueirinho, todas elas pertencentes ao município da Lousã. Dessas, apenas Casal Novo, Cerdeira, Chiqueiro e Talasnal virão posteriormente a integrar o PAX.

⁵⁵ Abrangendo as aldeias de Candal (que virá também a integrar o PAX), Casal Novo, Catarredor, Cerdeira, Chiqueiro, Talasnal e Vaqueirinho.

de GTL⁵⁶ cujas propostas – entre as muitas que vinham já sendo desenvolvidas no âmbito de outros GTL aprovados para a região Centro na mesma época, embora nem todas venham a integrar ou a ser abrangidas, obviamente, pelo PAX – virão, precisamente, a encontrar acolhimento e enquadramento financeiro na programação do QCA III⁵⁷, particularmente na medida atrás referida, através da criação do PAX.

Este programa, que tinha “[n]a recuperação das tradições, [n]a valorização do património arquitectónico construído, [n]a dinamização das artes e ofícios tradicionais e [n]a defesa e preservação da paisagem envolvente” (*Sobre o projeto...*, s.d.) os seus vetores fundamentais, assumir-se-á então como projeto-âncora da AIBT do Pinhal Interior; projeto com o qual se procurava “assegurar a valorização dos recursos fundamentais da zona, valorizando e potenciando os recursos florestais, hídricos e turísticos e desencravando a área” (Centro, 2001: 88), visando, como objetivos fundamentais

melhorar a qualidade de vida das populações das aldeias, elevando os seus níveis de auto-estima, qualificando o seu tecido social e agregando-as num processo participativo de desenvolvimento [a fim de que essas aldeias se] transforma[ssem] em pólos de atracção turística suficientemente dinâmicos ao ponto de terem estimulado a criação de uma nova base económica de captação de visitantes e de investimento privado (*Sobre o projeto...*, s.d.)

A estratégia que virá a ser delineada nesse sentido tenderá, em detrimento da estrita valorização patrimonial – mas sem abdicar da mesma, nem depreciar a sua importância –, a orientar-se essencialmente à valorização da componente social (Carvalho, 2013), assumindo a qualificação dos recursos humanos e agentes económicos e a comunicação e animação sociocultural e turística, nesse contexto, um papel fundamental ainda que paralelo à intervenção infraestrutural⁵⁸ – no que terá sido uma das principais lições aprendidas da experiência piloto do PAH.

Dessa primeira fase de desenvolvimento do programa – que decorre nos dois primeiros anos de execução do QCA III –, sairá um conjunto inicial de princípios e linhas orientadoras que enquadrarão as candidaturas a submeter pelas câmaras municipais da sub-região do Pinhal Interior. Entre esses princípios, destaca-se, por motivos óbvios, a intenção do estabelecimento de uma rede de aldeias cujo denominador comum fosse “o xisto à vista enquanto elemento construtivo, quer seja em paramentos de fachadas, em coberturas, em pavimentos ou noutras partes construtivas”, tendo como base o reconhecimento da importância daquele material geológico como “elemento identificador (logo unificador) do território” (S.A., 2003b: 2). Uma intenção com a qual se pretendia:

- preservar a identidade serrana;
- recuperar o património arquitectónico;
- estimular a auto-estima das populações;
- motivar a fixação da população;

⁵⁶ Nomeadamente, o GTL do *Núcleo Histórico de Góis e aldeia do Corterredor* (com candidatura aprovada em 1992 e actividade iniciada em 01-03-1994, por um período de 3 anos) e o GTL de *Reabilitação urbana do conjunto de seis aldeias serranas: Pena, Ribeira Cimeira, Comareira, Aigra Nova, Aigra Velha e Povonais* (1997, 01-07-1998, 2 anos), ambos de iniciativa da CM Góis; depois, já no final da década de 1990 – e também ainda antes da entrada em vigor do novo período de programação –, o GTL de *Recuperação e reabilitação dos núcleos históricos da vila de Arganil e das aldeias de Benfeita, de Pardieiros, de Sarzedo e de Secarias* (1999, 15-04-2000, 2 anos), por iniciativa da CM de Arganil; e o GTL de *Requalificação do núcleo histórico da aldeia de Fajão* em 1999, 01-02-2000, 2 anos), por iniciativa da CM de Pampilhosa da Serra (Pinho, 2009: vol. II, A1-21).

⁵⁷ Como nos foi referido pelo Arqt.º Vítor Ferreira (2013), técnico dos quadros da CCDR Centro que foi coordenador dos GTL daquela região e acompanhou de perto o PAX na sua fase inicial até à aprovação dos respetivos planos de ação, a ideia deste programa terá nascido do encontro entre a disponibilidade de apoios financeiros assegurada pelo Eixo 2 do QCA III e a existência de projetos carentes de oportunidades de execução (leia-se, financiamento).

⁵⁸ Esta importância concedida, desde o início do programa, à comunicação, ou seja, à componente imaterial do programa, terá levado a que “as aldeias do xisto tive[ssem] durante muito tempo - muito tempo! - mais imagem que conteúdo”, correndo assim um enorme risco, embora calculado, já que, na falta de um conteúdo global (ainda em construção) que suportasse essa comunicação, se procurou tirar partido daquilo que se designou como “situações emblemáticas” (Carvalho, 2013).

- potenciar a sua valia pela integração na rede de percursos;
- [e] simultaneamente promover o desenvolvimento das economias locais e a qualidade de vida dos seus habitantes. (Centro, 2002c: 1)

A candidatura das aldeias à rede pressupunha, contudo, a prévia elaboração de um Plano de Aldeia para cada uma delas, devendo a coerência entre os diversos planos ser assegurada por um plano estratégico de conjunto, propósito que se viria a consubstanciar no Plano Global de Desenvolvimento Sustentado das Aldeias do Xisto (PGDSAX)⁵⁹.

A metodologia inicialmente proposta previa duas formas de intervenção diversas e distintas, quer nos objetivos, quer na temporalidade e no desenvolvimento programático, mas dotadas de forte complementaridade: o *Programa das Aldeias do Xisto* e, integrando aquele, a *Rede de Aldeias do Xisto*. A primeira e essencial distinção seria estabelecida logo à partida, no âmbito da gestão do programa (Carvalho, 2013; Ferreira, 2013), na nomenclatura adotada, nomeadamente através do recurso, no primeiro caso, a uma contração de preposição e artigo definido – “do xisto” –, enunciando um conceito mais abrangente que admitia a intervenção em aldeias cuja importância socioeconómica havia retirado àquele material a preponderância na definição da imagem urbana da aldeia⁶⁰ ou cujas tradições construtivas não assentavam exclusiva ou primordialmente na utilização daquele material, e, no segundo caso, de uma preposição simples – “de xisto” –, condicionando assim a adesão às aldeias que, para além de se integrarem na área de intervenção da AIBT do Pinhal Interior e se localizarem em áreas onde o xisto fosse predominante na composição geológica dos solos, apresentassem uma imagem global que estivesse ainda determinada pela presença preponderante daquela pedra à vista nas alvenarias (Ferreira, 2002b: 4).

O conceito mais amplo, “Aldeias do Xisto”, virá porém a prevalecer, vindo a ser igualmente adotado também como designação da rede, uma vez que esta não só acabaria por integrar aldeias com identidades muito distintas – incluindo algumas onde o xisto à vista estava (já) bem longe de ser elemento preponderante da respetiva imagem urbana (como são os casos de Álvaro, Benfeita ou Pedrógão Pequeno, entre outros, porventura menos evidentes mas de igual modo significativos) – como tenderá a privilegiar a dimensão *territorial* (o território *do* xisto, ou onde o xisto é característico e predominante, mas não único – critério inclusivo) em detrimento da dimensão *temática* (o xisto enquanto material construtivo e elemento identitário unificador – critério exclusivo)⁶¹.

No final de 2002, conforme referido, ficariam fixados os princípios e linhas orientadoras do programa e da rede, bem como os “critérios imperativos de admissão”, determinando-se em consonância que, “para salvaguarda do património edificado”, as autarquias deveriam:

⁵⁹ Consistindo este plano num projeto global de identidade, comunicação e animação, baseado numa rede de parcerias, institucionais e privadas, com todos os agentes do território, e de que os pacotes turísticos integrados que juntam ofertas e serviços de diferentes parceiros, para além dos eventos calendarizados e do contacto com as comunidades locais e as suas tradições e cultura, são um dos resultados mais visíveis. A gestão do PGDSAX seria incumbida inicialmente a uma associação de desenvolvimento local, a Pinus Verde, transitando posteriormente para um novo organismo criado especificamente para o efeito, a ADXTUR - Agência para o Desenvolvimento Turístico das Aldeias do Xisto, e instalada numa das aldeias do programa, a Barroca.

⁶⁰ A presença ou ausência de revestimentos parietais, bem como de cantarias em granito (ou outros materiais geológicos de origem exógena) nos emolduramentos dos vãos ou noutros elementos construtivos das habitações das aldeias da região está diretamente associada às condições económicas da família proprietária, podendo por isso aferir-se a maior ou menor ‘riqueza’ de uma aldeia pelo maior ou menor número de habitações cujos paramentos se apresentem ainda desprovidos daquele revestimento, ou seja, com a pedra (o xisto) à vista. Daí que a designação “do xisto”, contrariamente à designação “de xisto”, remeta para situações em que a aldeia, embora se localize na área geológica em que aquele material é preponderante, não se caracteriza já pela abundância de habitações que apresentam as alvenarias de xisto à vista.

⁶¹ Ideia sublinhada pelo Eng.º Armando de Carvalho (2013) que a justificou com a necessidade de assegurar um alto nível de integração, englobando e articulando no mesmo processo de desenvolvimento os diversos aspetos e potencialidades do território, salientando o facto de se ter procurado refletir na seleção das aldeias essa “lógica territorial”, o que levou a que a adesão ou candidatura de algumas aldeias, não tendo sido solicitada pelos respetivos municípios, tenha sido suscitada pela própria gestão do programa tendo em vista garantir uma cobertura coerente e eficaz desse mesmo território dotando-o dos nós e ligações que se julgou necessários.

- definir o perímetro de intervenção (por aldeia), de acordo com o disposto no n.º 4 do artigo 3.º do D.L. 73/73 (obrigatoriedade de projectos executados por arquitectos);
- elaborar Regulamento Municipal, no qual sejam claramente definidas a tipologia de obras permitidas; tipo, cor e qualidade de materiais; e formas correctas de execução (n.º 4 do Art.º 3.º do D.L. 177/2001) [devendo ainda] ser prevista a obrigatoriedade de parecer da CCDR em todos os processos de licenciamento pedidos para a aldeia [bem como o aquele regulamento obter] apreciação favorável do Grupo de Trabalho das Aldeias de Xisto;
- assumir o compromisso de, em sede de revisão do PDM, incluir o Regulamento Municipal no Regulamento do PDM. (Ferreira, 2002b: 3);

e os critérios-base de selecção das aldeias, a saber:

- Existência de património arquitectónico de cariz popular em quantidade e qualidade;
- Grande parte dos seus edifícios apresent[ar]em xisto à vista;
- Unidade formal do tecido urbano;
- Clara integração na paisagem;
- Existência de percursos turísticos que permitam a sua ligação em rede;
- Possibilidade de implantação de infraestruturas turísticas;
- Uniformização do mobiliário urbano e sinalética;
- [e] Capacidade técnica e financeira para recuperação total dos aglomerados. (*Idem*: 3-4).

Note-se como estes critérios – não incidindo o programa em aglomerados urbanos dotados de relevante património histórico-monumental (salvo raras exceções), contrariamente às AH – assentaram assim (e para além dos óbvios, se bem que nunca inteiramente assumidos, critérios de natureza político-administrativa) na qualidade e relevância do património de cariz popular e na relativa unidade formal do conjunto urbano e respetivo enquadramento paisagístico e natural. Procurava-se desse modo “afirmar uma identidade” (S.A., 2003b) assente num conjunto de características – reconhecidas ou determinadas – passíveis de conferir “singularidade e unidade” à rede (Ferreira, 2002b: 2); unidade essa que deveria ser conseguida:

- pela uniformização de opções de desenho urbano e sinalética;
- pelo rigor das formas, das cores e dos materiais [a utilizar];
- pela utilização do xisto como material predominante nas edificações;
- [pela existência ou o recurso a] tipologias idênticas de edificações;
- [e] pela identificação dos aglomerados como conjuntos de elementos verdadeiramente integrados e integradores da paisagem. (Ferreira, 2002b: 2)

E pese embora a dinâmica socioeconómica (ou capacidade de a gerar e potenciar) revelada pela aldeia constituísse, de igual modo, um critério de selecção relevante (embora não assumido no referido documento⁶²), este, contudo, não viria a adquirir no PAX a mesma importância que lhe foi dada noutros programas similares, como o demonstra o simples facto de as referidas linhas orientadoras admitirem a adesão à rede de “aglomerados abandonados reocupados por novos habitantes” (Felicio, 2009)⁶³, pois considerava-se que

A presença humana nas aldeias propostas poderá não ser fundamental desde que da proposta ressalte claramente a opção de iniciativas conducentes ao retorno e fixação de população ou então na proposta final da Rede se conclua que determinada aldeia é uma peça fundamental para o fecho da malha, ainda que com pouca população residente. (Ferreira, 2002b: 10).

Finalmente, era ainda admitida “a inclusão de uma ou mais aldeias de dimensão e desenvolvimento razoável” que se constituísse[em] ou pudesse[m] constituir em “polo[s] dinamizador[es] e de apoio às aldeias da Rede, enquanto estas, por si só, não tiverem capacidade de resposta às solicitações que se prevê venham a ter.” (*Idem: Ibid.*) Inclusão que, inicialmente, se

⁶² A importância desse critério foi-nos salientada pelo Dr. Joaquim Felício (2009), técnico superior da CCDR Centro, a quem foi incumbida, na sua segunda fase, a gestão do programa.

⁶³ A esse respeito, o Eng.º Armando Carvalho (2013) realçou ainda inexistência, não só nas aldeias em si, mas também no território a que estas pertencem, quer de alguma dinâmica significativa, quer de atores locais capazes de potenciar o investimento previsto.

admitia que ocorresse apenas no Programa, que não na Rede, tendo porém acabado por prevalecer, em detrimento dessa ideia, um princípio de natureza mais inclusiva que, embora possa prejudicar a unidade de conjunto da rede, lhe confere (ou aparenta conferir) maior escala e lhe potencia mais a dinâmica.

Quanto às ações a realizar, o documento determinava ainda que estas deveriam contemplar fundamentalmente,

a recuperação do edificado, a requalificação dos espaços públicos e a melhoria das condições de acesso e qualidade de vida, enquadradas num plano global de desenvolvimento que deverá passar necessariamente pelo seu aproveitamento turístico (Ferreira, 2002b: 4),

constituindo as prioridades para que deveriam ser orientado o financiamento previsto para as AX:

o património edificado, a criação de pequenas infraestruturas de apoio turístico, a reabilitação de espaços públicos, a recuperação de acessibilidades e outras infraestruturas (*Idem: Ibid.*),

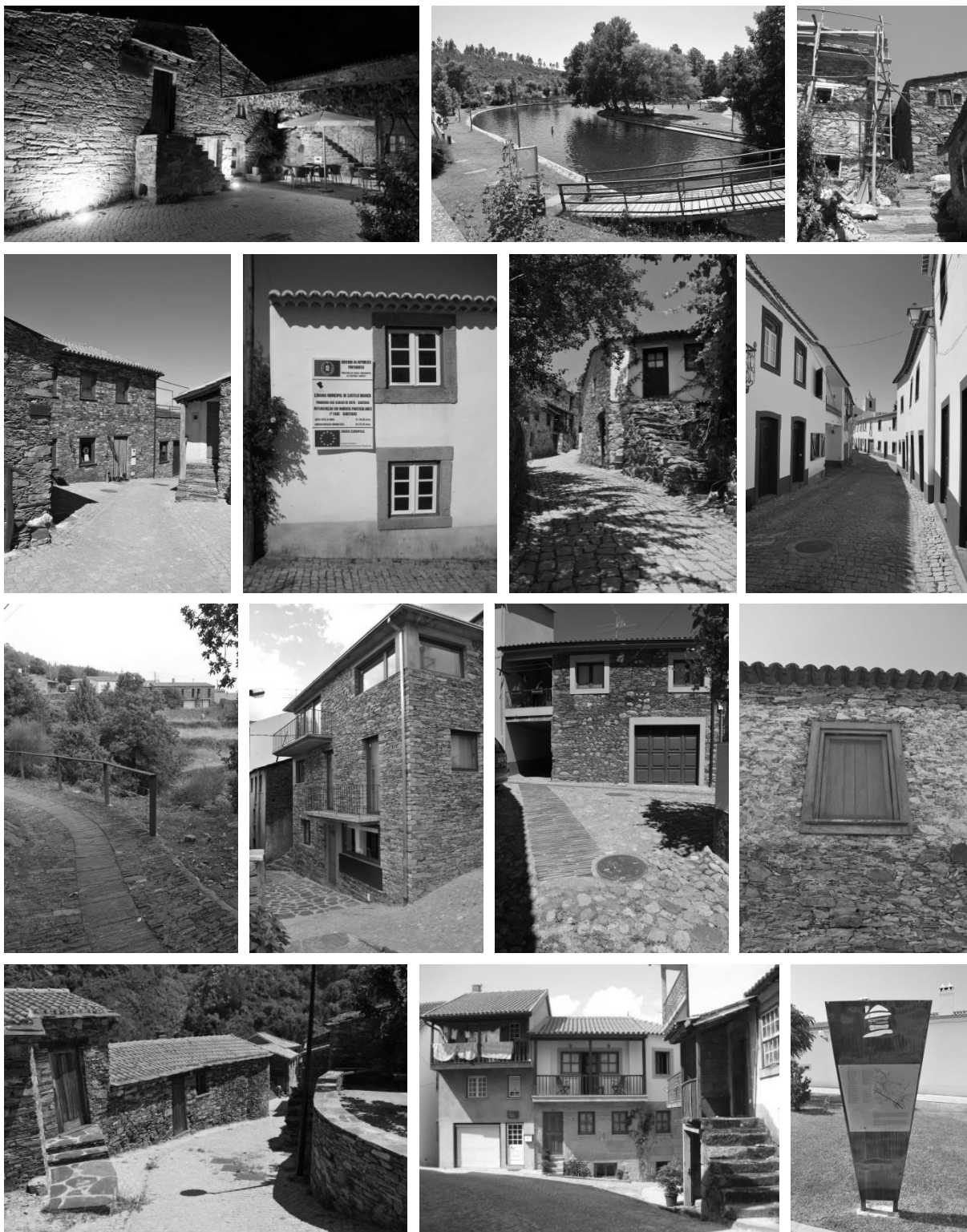
incluindo a instalação ou requalificação de infraestruturas básicas (saneamento, água, eletricidade e telecomunicações), a requalificação dos espaços públicos, a criação e reabilitação de equipamentos públicos, bem como a reabilitação de imóveis privados (fachadas e coberturas).

O programa viria a abranger grupo inicial de 12 aldeias de 13 municípios, total ou parcialmente integrados nas NUTS de nível 3 correspondentes ao Pinhal Interior (Norte e Sul), que se foi alargando, primeiramente, ainda durante o QCA III, até às 23 (de um total de 17 municípios) – Benfeita (Arganil), Martim Branco e Sarzedas (Castelo Branco), Casal de São Simão (Figueiró dos Vinhos), Barroca e Janeiro de Cima (Fundão), Aigra Nova, Aigra Velha, Comareira e Pena (Góis), Candal, Casal Novo, Cerdeira, Chiqueiro e Talasnal (Lousã), Gondramaz (Miranda do Corvo), Álvaro (Oleiros), Fajão e Janeiro de Baixo (Pampilhosa da Serra), Ferraria de São João (Penela), Figueira (Proença-a-Nova), Pedrógão Pequeno (Sertão), Água Formosa (Vila de Rei) e Foz do Cobreão (Vila Velha de Ródão) –, e depois, já durante o período de programação subsequente, às atuais 27 – com a inclusão de Vila Cova de Alva (Arganil), Sobral de São Miguel (Covilhã), Aldeia das Dez (Oliveira do Hospital) e Mosteiro (Pedrógão Grande)⁶⁴ (mapa 2.8, figuras 2.27 a 2.40) –, contemplando a execução de um conjunto de ações materiais e imateriais devidamente enquadradas nos respetivos Planos de Aldeia.

Entre essas ações, assumiriam particular destaque, não só (e a exemplo dos restantes programas similares) as relativas à “recuperação física” das aldeias (compreendendo a intervenção em fachadas e coberturas do edificado privado) – as quais absorveriam a maior parte do investimento executado no âmbito do programa – e à criação de uma *marca de identidade* comum associada a uma temática específica (marca “Aldeias do Xisto”) e respetiva *rede de animação*, promoção e dinamização (“Rede Aldeias do Xisto”), mas também (no que se distinguiria desses mesmos programas): a criação de um *selo de certificação/recomendação* (sujeito a regras estritas e aceites por todos os parceiros associados), abrangendo, quer o património edificado, quer os produtos, serviços e animação com aquela marca, nomeadamente a gastronomia (através da Carta Gastronómica das AX) e as unidades de produção artesanal e agrícola local e respetivos produtos, e, finalmente, de uma Rede de *Lojas das Aldeias do Xisto*⁶⁵ onde muitos daqueles produtos viriam a ser (ou são) disponibilizados.

⁶⁴ Para além das referidas, tivemos ainda acesso a mais quatro candidaturas (planos de aldeia) de aldeias que, contudo, não veriam aprovada a sua adesão à rede: Catarredor e Vaqueirinho, pertencentes ao município da Lousã, e Oliveiras e Pedreira, do município de Proença-a-Nova. O número de adesões, porém, terá sido limitado a fim de evitar a sobrecarga (Felicio, 2009).

⁶⁵ Inicialmente pretendia-se que a “Loja de Aldeia” constituísse um espaço que agregasse as funções de mercearia para abastecimento da população local e de posto de turismo e atendimento, acolhimento e venda de artesanato e outros produtos locais aos visitantes, acabando aquela primeira função, porém, por não se revelar exequível. A primeira loja (embora não exclusiva das AX) surgirá em Lisboa, como posto avançado de promoção daquele território, tendo sido posteriormente apresentadas mais 10 candidaturas, sendo



Figuras 2.27, 2.28, 2.29: Figueira (Loja da Aldeia), Mosteiro (praia fluvial), Cerdeira

Figuras 2.30, 2.31, 2.32, 2.33: Aigra Nova, Sarzedas, Casal de São Simão, Álvaro

Figuras 2.34, 2.35, 2.36, 2.37: Gondramaz (percurso pedestre), Sobral de São Miguel, Janeiro de Cima, Comareira

Figuras 2.38, 2.39, 2.40: Pena, Aldeia das Dez, Pedrógão Pequeno (sinalética das AX)

o investimento público mas a gestão privada. Todos os produtos à venda obedecem a critérios muito estritos e sujeitos à certificação com a marca "Aldeias do Xisto", sendo todas as lojas idênticas e vendendo, grosso modo, os mesmos produtos (Felício, 2009).

2.2.4. Programa das Aldeias Vinhateiras

Lançado no início de 2001 com o intuito

de reforçar o projecto de candidatura do Alto Douro Vinhateiro a Património Mundial⁶⁶ [...] por permitir, com o envolvimento dos cidadãos locais, desenvolver um conjunto de projectos de *correções de intrusões* e de *recuperação urbana e paisagística* das Aldeias seleccionadas (Norte, 2010a: 159; itálicos nossos),

o *Programa das Aldeias Vinhateiras* (PAV) corresponde a uma das ações previstas no âmbito da AIBT do Douro – uma das seis medidas que estruturavam o Eixo 2 do PO Norte 2000-2006⁶⁷ (*vide* anexo 2, quadros 2.1 e 2.3), nomeadamente a respeitante à “criação de uma rede de aldeias e valorização do património rural” (Norte, 2000a: 45) – e inscreve-se na mesma linhagem dos programas já referidos, dos quais, salvo no que respeita às especificidades próprias de cada território e das características intrínsecas de cada núcleo rural, pouco difere nos objetivos, componentes de intervenção ou mesmo metodologias de abordagem.

Tendo em vista a “criação de uma dinâmica de regeneração e valorização das aldeias do Douro Vinhateiro”⁶⁸ – desiderato que se pretendia perseguir através, nomeadamente:

- (i) da *fixação das suas populações*, favorecendo a melhoria das respetivas condições de vida;
- (ii) da *revitalização, promoção e dinamização socioeconómica* dessas mesmas aldeias, criando condições para a sua atratividade turística;
- (iii) e da *divulgação do potencial turístico* do Douro, na vertentes natural, cultural e vinhateira (Norte, 2002: s.p.);

o programa envolveria o esforço conjugado da CCDR Norte e de cinco municípios da região vinhateira do Douro, bem como do IPPAR e da associação privada de promoção turística ADETURN⁶⁹, abrangendo seis aldeias de cinco municípios da região do Douro Vinhateiro – Favaios (Alijó), Provesende (Sabrosa), Barcos (Tabuaço), Salzedas e Ucanha (Tarouca), e, já numa segunda fase, a partir de 2005, Trevões (São João da Pesqueira) (mapa 2.9, figuras 2.41 a 2.46) –, tirando partido do facto das mesmas terem planos de pormenor já aprovados⁷⁰, ou em fase elaboração, bem como algumas obras em curso ou prontas a arrancar⁷¹.

⁶⁶ Classificação que viria de facto a ser atribuída pela UNESCO em 14 de dezembro desse mesmo ano.

⁶⁷ Medida 1 - Douro: Competitividade, Coesão e Qualificação Territorial (FEDER), da qual viria a constituir o Projeto B.10 (Norte, 2000a: 44-45 e 2010: 159-162).

⁶⁸ <http://www.aldeiasvinhateiras.pt/> (página web já não disponível).

⁶⁹ A ADETURN Turismo Norte de Portugal é uma associação de carácter privado, sem fins lucrativos, oficialmente certificada pelo Instituto de Turismo de Portugal e pela Confederação do Turismo Português como Agência Regional de Promoção Turística do Porto e Norte de Portugal, que desenvolve a sua ação com base em parcerias estabelecidas com entidades públicas e privadas com representatividade no setor do Turismo, tendo em vista promover o Porto e Norte de Portugal como um destino de turismo, desenvolver os seus produtos turísticos e apoiar os profissionais deste setor.

⁷⁰ Todavia, todos técnicos dos serviços daqueles municípios por nós contactados negaram a existência de PP aprovados (Correia, 2014; Magalhães, 2014; Marques, 2014; Pimenta, 2014; Silva, 2014), incluindo as AV do município de Tarouca, as únicas que constam da lista de candidaturas aprovadas no âmbito do PRAUD: em 1999, com o GTL de *Requalificação dos aglomerados de Salzedas e Ucanha*, ativo entre 2001 e 2003; e em 2003, com o GTL de *Recuperação dos aglomerados de Várzea da Serra e Salzedas*, que funcionou entre 2003 e 2005 (Pinho, 2009: vol. II, A1-20). Com efeito, os dois técnicos da Divisão de Gestão Urbanística e Ambiente daquele município com quem tivemos oportunidade de falar ambos nos referiram que aqueles dois GTL foram desmantelados sem que tivessem sido feitos ou concluídos os PP de que haviam sido incumbidos (Correia, 2014; Pimenta, 2014). Já relativamente a Provesende, foi-nos confirmado pelos serviços técnicos do município de Sabrosa que, de facto, chegou a ser elaborado um PP, por um gabinete privado, mas o mesmo, porém, não chegou a ser aprovado (Marques, 2014), vindo no entanto a respetiva proposta a ser parcialmente executada, no âmbito do PAV, com o apoio técnico do GTL de *Requalificação Urbana de Celeirós do Douro e de S. Cristóvão do Douro* que aquela autarquia entretanto criara em 2007, já com as obras em curso (Sabrosa, 2008: 18-20).

⁷¹ Razões que ajudarão a justificar a rapidez com que a componente física ou infraestrutural do programa foi executada, segundo as informações que nos foram transmitidas pelo Arqt.º Filinto Girão (2014), técnico da CCDRN.



Mapa 2.9: Aldeias Vinhateiras

A seleção das aldeias que viriam integrar o programa far-se-ia, a partir de um conjunto mais alargado de candidaturas, em função de um conjunto de critérios de seleção em que a preponderância concedida à componente histórico-patrimonial e a (aparente?) depreciação da componente social ou socioeconómica – nomeadamente, a existência de uma dinâmica local potenciadora do investimento a aplicar – parecem evidenciar-se. Esses critérios abrangiam, para além da pertença à área do Douro Vinhateiro (não obstante a inclusão de Ucanha e Salzedas, que se situam já, ainda que ligeiramente, para lá dos limites administrativos daquela área):

- (i) existência de um carácter patrimonial marcante ou de um corpo patrimonial de relevância;
- (ii) existência de edifícios de significativa valia arquitectónica e cultural que sejam recuperáveis para instalação de alojamentos, restauração ou animação;
- (iii) a existência de 'história' e 'histórias' na vida do Douro;
- (iv) a possibilidade de recuperação dos seus espaços comunitários e dos seus valores patrimoniais e a não degradação das Aldeias, em termos arquitectónicos e de enquadramento paisagístico;
- (v) a inserção num enquadramento vinhateiro e paisagístico de relevo;
- (vi) o registo de actividade ou, sendo fácil, a recuperação de instalações ligadas à vinificação;
- (vii) a acessibilidade e integração nos circuitos a organizar. (Norte, 2010a: 159-160)

Globalmente, as seis AV viriam a ser alvo de um conjunto de ações e intervenções que, não se distinguindo particularmente das executadas no âmbito dos restantes programas que temos vindo a analisar, compreendiam de igual modo três componentes fundamentais:

- (i) *infraestrutural* – componente fundamental e que constituía, por assim dizer, o motor do programa, contemplando intervenções quer no domínio público – como sejam a requalificação de espaços públicos (pavimentação, dotação e/ou remodelação de infraestruturas básicas de água, saneamento, eletricidade e telecomunicações, colocação de mobiliário urbano), a reabilitação de equipamentos e serviços públicos (particularmente dos edifícios sede das Juntas de Freguesia), e a melhoria de acessibilidades – quer no

domínio privado – de que a reabilitação/recuperação de fachadas e coberturas de edifícios particulares confinantes com a zona pública constitui a ação mais preponderante e emblemática;

- (ii) *imaterial* – destina a valorizar e rentabilizar o esforço financeiro aplicado naquele primeira componente e que se traduziria na candidatura “Aldeias Vinhateiras do Douro - Promoção e Comunicação para a Sustentabilidade”, com a qual se pretendia desenvolver, conjugar e articular esforços no sentido da revitalização socioeconómica das Aldeias e do reforço da respetiva promoção turística enquanto aglomerados inseridos numa região de excecional valor patrimonial, cultural e ambiental. No âmbito desta candidatura viriam a ser criadas a marca “Aldeias Vinhateiras”⁷² e respetiva imagem gráfica, bem como uma página *web* e uma *newsletter*, e promovido e realizado o “Festival das Aldeias Vinhateiras”⁷³, projeto que terá constituído, se não a única (Girão, 2014), pelo menos a mais importante iniciativa tendente ao cumprimento daquele que era um dos principais propósitos inscritos na AIBT: a criação de uma “rede de aldeias”⁷⁴;
- (iii) *empregabilidade* – assente na candidatura “Programa Aldeias Vivas”⁷⁵ e destinada a promover a iniciativa local, a desenvolver novas competências profissionais e sociais e a incentivar articulações interinstitucionais no espaço do Douro.

Das condições então julgadas necessárias à operacionalização do Programa ressaltam, porém, dois aspetos essenciais. Por um lado, o modo como foi determinada a repartição do investimento a aplicar em cada aldeia, tendo esta sido calculada em função de três parâmetros de ponderação: o número de habitantes (20%), a área de intervenção (40%) e o valor patrimonial (40%), de que resultou um valor de dotação orçamental de investimento previsto por aldeia desigual mas independente da maior ou menor capacidade de iniciativa de cada autarquia – por forma a evitar que uma autarquia mais dinâmica ou cujos projetos se encontrassem já numa fase mais avançada absorvesse o investimento global disponível antes que outras apresentassem as suas candidaturas, pondo em causa a intervenção nas respetivas aldeias –, variando aquele entre os 16% atribuídos a Barcos e os 29% atribuídos a Favaio (Norte, 2010a: 160).

Por outro lado, a importância atribuída à implementação de um Plano de Dinamização Turística, o qual, tendo por base a criação e comercialização de um novo produto turístico, cuja marca é, precisamente, “Aldeias Vinhateiras do Douro”, apresentava como objetivos centrais:

- (i) Valorizar, organizar e ampliar a actual oferta de atractivos turísticos;
- (ii) Conceber e implementar um plano de promoção turística;

⁷² Reconhecida como marca registada em 2007.

⁷³ Festival de periodicidade anual que tem vindo a decorrer desde 2007 e com o qual se procura congrega um conjunto de eventos e manifestações culturais de cariz abrangente, ainda que essencialmente popular, a decorrer em fins de semana sucessivos em cada uma das seis AV e obedecendo a uma estratégia orientada à oferta de um pacote de iniciativas efetivamente diversas e distintas, decorrentes das características e tradições de cada uma das aldeias. Iniciativas essas dotadas de forte complementaridade e agregadas a um objetivo comum – não resultando por isso apenas de um mero somatório de ações localizadas e desarticuladas entre si – em que a animação sociocultural assumia um papel fundamental através da valorização e promoção turística das diversas manifestações de tradições culturais locais associadas às vivências e práticas quotidianas de natureza religiosa, simbólica e produtiva das aldeias e do respetivo território de influência.

⁷⁴ A extinção da Turismo do Douro, entidade que tinha sido inicialmente incumbida da gestão e dinamização da rede a criar e a posterior ausência de uma alternativa terão inviabilizado o cumprimento desse propósito (Girão, 2014). Não será também difícil, contudo, detetar na falta de envolvimento e participação das comunidades locais e dos seus principais atores – sentido em que, p. ex., apontam as conclusões de A. Cristóvão *et al.* (2010b: 527), M. R. Graça (2010: 76-77) e Medeiros (2010: 91) –, na ausência de vontade política ou suficiente empenho por parte das autarquias envolvidas – ideia que se infere da conclusão a que chegam A. Cristóvão *et al.* (2005: 123) ao afirmarem que, “Como alguns reconhecem, projetos como as Aldeias Vinhateiras só avançaram pela persistência desta equipa [de gestão da AIBT-Douro]” – bem como da falta de coordenação e articulação entre as entidades envolvidas, mais algumas das razões, entre muitas outras (cf. Cristóvão *et al.*, 2003: 10), que poderão ajudar a justificar esse (aparente) insucesso.

⁷⁵ Aprovada no âmbito da Medida 5 - AIBT - Empregabilidade (FSE), do Eixo 2 - AIBT do PO Norte (Norte, 2010a: 48)

- (iii) Melhorar e modernizar a infra-estrutura turística;
- (iv) Desenvolver os serviços turísticos;
- (v) Promover o envolvimento e estimular a hospitalidade turística. (Azevedo, 2010).

A exemplo do que sucederia com os restantes programas aqui analisados, também no PAV a designada componente infraestrutural se esgotaria na primeira fase de implementação do programa, decorrida no âmbito do QCA III. No período de programação subsequente, apenas seriam atribuídos apoios financeiros à designada componente imaterial – ainda que, mesmo assim, não garantindo a continuidade do programa na sua globalidade, nomeadamente quanto à necessidade de, concluída que estava aquela primeira fase de intervenção, se avançar numa segunda fase para o desenvolvimento e execução de um programa coerente e sistemático de animação, dinamização e promoção da rede (a exemplo do que sucedeu nas AH e nas AX), nem tampouco da referida página *web*⁷⁶, um dos instrumentos fundamentais de promoção da imagem de marca e do respetivo “produto”, perdendo-se assim, por falta de ‘alimentação’, a dinâmica inicialmente induzida.



Figura 2.41, 2.42 e 2.43: Trevões, Ucanha, Salzedas (Bairro do Quelho / Antigo Burgo de Salzedas)

Figura 2.44, 2.45 e 2.46: Provesende, Barcos, Favaio (Núcleo Museológico Pão e Vinho)

Contudo, com a constituição, por um lado, da Wine Villages Associação de Desenvolvimento da Rede de Aldeias Vinhateiras do Douro⁷⁷ – resultado

⁷⁶ A qual já não se encontra disponível *online* desde, pelo menos, 2012.

⁷⁷ Importa referir, a esse respeito, porém, que pese embora esta entidade ter sido criada com o intuito de “conduzir os destinos da organização, promoção e desenvolvimento do património material e imaterial da rede das aldeias vinhateiras” (S.A., 2013b: s.p.), não se consegue vislumbrar na *web* (constituindo esta, atualmente, uma ferramenta fundamental e imprescindível para esse efeito) – e mais de três anos decorridos – quaisquer outras atividades nesse sentido, para além da edição, nesse mesmo ano, de um *Guia Turístico da Rede das Aldeias Vinhateiras*. É de supor, no entanto, que o lançamento de mais ações nesse âmbito esteja dependente – a julgar por declarações do presidente da Câmara de Tabuaço ao *Jornal de Notícias* – da aprovação de “uma candidatura em curso no valor de 1,2 milhões de euros” que visa, precisamente, “dinamizar o investimento físico que foi feito nas aldeias” (Pinto, 2016: s.p.).

de um esforço coletivo desenvolvido, ao longo de um ano, entre a entidade regional de turismo do Douro, as Juntas de Freguesia das aldeias classificadas e seus Municípios, algumas coletividades locais, que defendem os interesses da região e alguns privados que, pretendendo dar sequência ao Projeto das Aldeias Vinhateiras, procuram criar uma plataforma de gestão e dinamização do território (S.A., 2013a: s.p.)

–, e, por outro, a proposta de criação, no âmbito da Associação de Municípios Portugueses do Vinho (AMPV), de uma “rede nacional de aldeias vinhateiras” (Lusa, 2016a: s.p.), juntando àquelas seis aldeias do Douro outras mais de todos os municípios representados naquela associação (incluindo as regiões autónomas dos Açores e da Madeira) que se queiram candidatar, espera-se agora que a iniciativa ganhe um novo impulso.

2.2.5. Programa de Revitalização das Aldeias do Algarve

Idealizado também na esteira do que fora ou vinha sendo o PAH, o Programa de Revitalização das Aldeias do Algarve (PAA) – último dos quatro programas de revitalização de aldeias que abordaremos neste trabalho – foi lançado em 2001 no âmbito da Ação integrada de revitalização de áreas de baixa densidade⁷⁸, uma das quatro medidas que estruturavam o Eixo 2 do PROAlgarve 2000-2006 (*vide* anexo 2, quadros 2.1 e 2.3).

Eixo esse que, tendo em conta aqueles que eram os propósitos específicos de uma das grandes prioridades estratégias regionais definidas naquele PO – “assegurar a integração territorial e a coesão social”, ou seja, dar coerência a um território fragmentado por lógicas desconexas, desestruturado e profundamente desequilibrado procurando aproximar os níveis de desenvolvimento intrarregional e (re)construir relações económicas de duplo sentido entre o litoral e o interior através de uma “lógica de integração [que] apela à fixação de recursos humanos e de iniciativa” (Algarve, 2000: 37-38) –, assumia como objetivos fundamentais:

- organizar o território promovendo actuações de planeamento integrado;
- melhorar a qualidade de vida da população residente e visitante;
- dotar a Região de equipamentos estruturantes que promovam a competitividade do complexo de actividades em torno do turismo e do lazer;
- estruturar, renovar e desenvolver o sistema urbano, qualificando as zonas urbano-turísticas;
- valorizar e promover os espaços rurais e de baixa densidade;
- reforçar a integração económica e social;
- dinamizar os serviços de proximidade e apostar nas tecnologias de informação;
- valorizar e proteger os espaços naturais e a orla costeira;
- [e] qualifica[r] os recursos humanos nas áreas convergentes com a integração territorial e a coesão social. (*Idem*: 55).

Estando “orientada para zonas economicamente mais débeis com fortes características de ruralidade e dificuldade de fixação de actividades e de recursos humanos qualificados”, a medida abrangia assim cerca de 2/3 do território da região, englobando as áreas – consideradas de baixa densidade (ABD) – correspondentes aos subsistemas Costa Vicentina, Barrocal/Serra e Guadiana. Áreas essas que, apesar da predominância de uma forte ruralidade em declínio – com atividades maioritariamente ligadas à terra, fracos rendimentos, forte emigração e baixos níveis de emprego e de qualificação –, preserva[va]m ainda, porém, – graças porventura à baixa densidade populacional, ao isolamento a que tem estado votadas, e, sobretudo, à ausência da pressão urbano-turística que, desde os anos 1950, se vem exercendo sobre as zonas costeiras do litoral, e contrariamente a estas –, boa parte do seu património natural e construído, o que as tornava assim detentoras de uma riqueza cuja exploração a estratégia do PO regional se propunha encetar, adotando como propósito

⁷⁸ Medida 1 do Eixo 2 - AIBT do PROAlgarve (Algarve, 2000: 53-57).

essencial “promover a utilização sustentável dos recursos naturais e do património edificado, cultural e etnográfico” (Algarve, 2000: 53).



Mapa 2.10: Aldeias do Algarve

Para esse propósito deveria concorrer, em particular – ainda de acordo com a referida estratégia, e constituindo essa a ideia base subjacente ao PAA – “a promoção e valorização de um conjunto de centros populacionais tradicionais”, numa lógica de intervenção assente, a exemplo dos restantes programas analisados, num conjunto consistente e articulado de ações

de requalificação urbana, de apoio a uma rede de infra-estruturas de base e equipamentos públicos bem como de equipamentos estruturantes que utilizem também as condições naturais como factor de atractividade (Algarve, 2000: 53).

Com efeito, no desenvolvimento do PO regional, o modelo de intervenção para as ABD virá a contemplar a prévia definição de um Plano Estratégico para essas mesmas áreas (Freitas, 2002a). Plano esse que, subordinando-se aos três pressupostos básicos de enquadramento no Eixo 2:

1. [Executar] **ações integradas**, onde se assegurem a convergência e a coerência às iniciativas públicas e privadas a apoiar [...] apela[ndo] a um trabalho de concertação e coordenação entre os parceiros regionais e a um nível aprofundado de concertação nas suas intervenções.
2. [Apostar] por isso, na **valorização das especificidades de cada território e/ou local** [...] pressupo[ndo] um encontro criativo entre a lógica da competitividade territorial das zonas de baixa densidade e a lógica da integração de dinâmicas de atividade entre o Litoral e o Interior.
3. [Encarar as intervenções] como **ações de qualificação do binómio recursos/território**, numa perspetiva essencialmente de competitividade territorial [...] com cariz de complementaridade em relação a outros instrumentos de apoio ao investimento (*Idem*: 26; ênfase como no original)

tinha a respetiva operacionalidade assegurada por um Plano Global de Intervenção estruturado por três programas – Prolocal⁷⁹, Prestígio⁸⁰ e Sofia⁸¹ – e onze medidas específicas. Entre estas, assumiria papel preponderante e emblemático, precisamente, a relativa à *Iniciativa de Revitalização das Aldeias do Algarve* (Prolocal, Medida 1); iniciativa com a qual, em última análise, se pretendia contrapor ao tradicional binómio ‘sol e praia’ – que garantiu ao litoral um desenvolvimento urbano e socioeconómico bastante superior à média da região – um produto coerente capaz de articular o património cultural e os recursos naturais, atuando de forma integrando com as restantes medidas inscritas naqueles três programas, relativas, nomeadamente:

- (i) à implementação de *redes temáticas* (medida 2) nos domínios do *património cultural* (histórico, rural construído, artes e ofícios tradicionais e polos museológicos e sítios de

⁷⁹ Programa Prolocal - intervenção integrada para o desenvolvimento e diversificação económica no interior do Algarve (Freitas, 2002a: 28-39).

⁸⁰ Programa Prestígio - projetos estruturantes de valorização do interior do Algarve (Freitas, 2002a: 40-48).

⁸¹ Programa Sofia - redes de inovação e conhecimento (Freitas, 2002a: 49-52).

interesse), do *património natural* e do *apoio ao desenvolvimento do mundo rural algarvio* (através, p. ex., da criação de centros de apoio ao desenvolvimento rural, articulando as redes temáticas do Património Cultural e do Património Natural); redes para as quais se considerava essencial adotar lógicas de conjunto e complementaridade, garantindo a necessária articulação e coerência, e em que assumiam particular importância a promoção de *itinerários de visita*, a criação de uma *rede de microempresas* e a definição de uma *estratégia comercial e promocional*, associadas a um *programa de animação*;

- (ii) à aposta na *renovação urbana* (medida 3);
- (iii) à *valorização do potencial endógeno* (medida 4) – mediante o apoio a *projetos-piloto* no campo da investigação;
- (iv) à *promoção do mundo rural* (medida 5) – particularmente, através da elaboração de um *plano de marketing* suscetível de *conjugar* a elaboração e difusão de um *roteiro das vilas e aldeias do mundo rural algarvio*, a organização e promoção de *percursos de visita e rotas temáticas ou especializadas* e a edição de *publicações* de divulgação;
- (v) ao *apoio à comercialização de produtos locais* (medida 6) – na perspetiva da valorização do potencial endógeno local;
- (vi) à criação de projetos estruturantes – como sejam o *Centro Oceanográfico de Sagres* (medida 7) e o *Bioparque da Serra de Monchique* (medida 8);
- (vii) à dinamização de um programa de *animação do Algarve rural* (medida 9) – como forma de desenvolver o potencial de atratividade turística de velhos costumes, tradições e rituais festivos ou simbólicos ligados à cultura popular local, devendo fazer incidir um dos seus eixos temáticos, precisamente, nas aldeias objeto da intervenção de revitalização;
- (viii) e à criação de *centros de conhecimento* (medida 10) e promoção de *planos de formação* orientados nomeadamente para a *animação sociolocal*, *iniciativa empresarial local* de pequena escala e criação e gestão de *serviços de proximidade* (medida 11) – porque se considerava que o desenvolvimento local não se faz sem a necessária qualificação dos seus recursos humanos (Freitas, 2002a: 33-52).

Integrada, como se disse, no Programa Prolocal, do qual constituía a Medida 1, a *Iniciativa de Revitalização das Aldeias do Algarve* (ou PAA, como a temos vindo a designar) virá assim a ser lançada com o propósito de “operacionalizar uma política activa de qualificação do ‘urbanismo rural’” (*Idem*: 30; ênfase como no original) mediante a execução de “conjuntos consistentes e articulados de acções” que permitissem conjugar os três domínios de ação considerados fundamentais –, nomeadamente: (i) a recuperação e revitalização das aldeias, (ii) a dinamização económica e (iii) a concretização de infraestruturas essenciais (*Idem: Ibid.*) – numa lógica de

complementaridade entre os espaços, de *integração das dinâmicas* de actividade entre o litoral e o interior, e de promoção da *integração social e económica* das populações que vivem nos meios rurais (*Idem*: 9; itálicos nossos),

propondo para o efeito um modelo de intervenção⁸² capaz de

identifi[car] uma clara coerência entre objectivos, projectos e acções [...] assegurar a integração das acções sectoriais e mobilizar os recursos e os actores para a construção de um trabalho em rede. (*Idem*: 30).

Reconhecendo o papel da aldeia enquanto “polo gerador de dinâmica do território e da paisagem rural” (*Idem: Ibid.*), essas ações subordinavam-se, por sua vez, a quatro grandes objetivos:

⁸² Modelo esse cujo enquadramento institucional, segundo J. Guerreiro, se traduzia “numa parceria estabelecida entre as associações de desenvolvimento local, a agência de desenvolvimento regional, as Direções Regionais de Agricultura e de Economia, Câmaras Municipais e a Comissão de Coordenação. A este consórcio associa-se a Universidade do Algarve em domínios relacionados com a avaliação e o acompanhamento.” (2003: 526)

- (i) "*recuperar o património construído e salvaguardar os valores paisagísticos*" – através, p. ex., da utilização sustentável dos recursos naturais e do equilíbrio do mundo rural, valorizando as artes e ofícios tradicionais bem como o património arquitetónico, cultural e histórico, e apostando na qualificação urbanística dos aglomerados urbanos;
- (ii) "*promover a dinamização socioeconómica*" – atraindo investimentos e gerando riqueza e valor acrescentado em atividades tradicionais e promovendo a incorporação de inovação na exploração dos recursos;
- (iii) "*fixar e atrair população*" – mediante uma dotação territorialmente equilibrada de equipamentos e serviços e a melhoria da qualidade de vida das populações residentes;
- (iv) e "*criar uma imagem e um programa de animação para as Aldeias do Algarve*" – valorizando os espaços rurais e áreas mais sensíveis e criando condições para a sua equilibrada promoção turística (Algarve, 2000: 39; Freitas, 2002a: 31; itálicos nossos).

Para tal e nessa perspetiva, eram propostos quatro eixos fundamentais de intervenção:

- (i) "*renovação urbana*" – compreendendo os processos de intervenção no edificado e espaço público, mobiliário urbano, sinalética, etc.;
- (ii) "*criação de equipamentos*" coletivos e de lazer, de cariz social, desportivo, cultural e ambiental – através da recuperação, ampliação ou construção de edificado considerando a importância do *reforço das funções dos centros*;
- (iii) "*apoio às actividades económicas*" – criando, reabilitando ou apoiando a infraestruturação de equipamentos e espaços para o desenvolvimento das atividades económicas locais;
- (iv) e "*animação socioeconómica*" – potenciando os efeitos de festivais, feiras, exposições e outras atividades, de preferência orientadas para a promoção de atividades e produtos específicos e tradicionais locais, de forma a afirmar a economia e identidade locais (Freitas, 2002a: 31; itálicos nossos).

Importa salientar que a questão do *reforço das funções dos centros* não é despreciable, na medida que a maior parte dos núcleos rurais selecionados, nomeadamente os localizados na serra algarvia, constituem pequenos centros socioeconómicos de âmbito local, agregando e oferecendo um conjunto de serviços e funções que são vitais para a sobrevivência dos pequenos núcleos familiares ou multifamiliares que gravitam na sua órbita de influência próxima e deles dependem; serviços e funções sem os quais os processos de desertificação demográfica seriam ainda mais acentuados.

E é precisamente tendo em mente a importância da ação sobre aglomerados urbanos que, tendo de alguma forma esse estatuto, apresentassem dinâmicas passíveis de ser potenciadas ou intensificadas – ou, por outras palavras, tecidos urbanos ainda vivos, do ponto de vista socioeconómico, constituindo ou sendo capazes de se constituir em polos difusores da dinâmica a implantar – que a seleção que virá a ser feita das onze aldeias não foi assim determinada unicamente, nem fundamentalmente, pelo valor patrimonial do seu conjunto edificado⁸³, mas antes por um leque de critérios onde a *capacidade de dinamização socioeconómica* assumia papel preponderante, a saber:

⁸³ De resto, pode-se dizer que estas aldeias, se não todas, na sua maior parte, e embora preservando a sua estrutura urbana, há muito haviam perdido grande parte do seu património urbano de carácter vernáculo e/ou popular, em consequência das transformações que foram ocorrendo desde os anos 1950 com a importação de modelos, elementos e materiais construtivos exógenos, contando, é certo, com a inexistência, durante muito tempo, de quaisquer instrumentos de ordenamento e salvaguarda (ou, pelo menos, dotados de eficácia legal) – tendo-se revelado inconsequente a mais importante, se não única, iniciativa nesse âmbito, protagonizada pela equipa liderada pelo Arqt.º Cabeça Padrão no âmbito da DGSU, na segunda metade dos anos 1960, por força do "esquecimento" a que seria votada (Aguilar *et al.*, 2015 e Ribeiro *et al.*, 2016) –, mas também mais recentemente, há que reconhecer-lo, com a 'colaboração passiva' dos instrumentos atualmente em vigor (nomeadamente os PDM), os quais preconizam ou autorizam, tipos, parâmetros e índices de intervenção não compagináveis, quer com as características e valores específicos das arquiteturas em presença, quer, de uma forma mais lata, com os propósitos associados à conservação e salvaguarda patrimonial.

- **Estrutura urbana** – Compreende o espaço não edificado e o espaço edificado.
- **Estrutura rural** – Compreende os valores da paisagem envolvente e de preenchimento da aldeia.
- **Valores patrimoniais** – O maior valor patrimonial é o conjunto edificado e a interacção entre as estruturas presentes, com destaque para alguns valores de referência de utilização pública – igrejas, castelos, museus, casarios tradicionais, património arqueológico.
- **Estrutura social** – Compreende as interacções e transformações sociais, os processos de envelhecimento e rejuvenescimento, relações de vizinhança, estruturas comunitárias e processos de mobilidade;
- **Dinamização socioeconómica** – A dinamização económica tem reflexos óbvios na manutenção da estrutura social, contribuindo para o seu reforço e diversidade. Privilegiam-se opções que catalisem inventivos em atividades tradicionais ou outras que possam gerar emprego.
- **Existência de comércio** – O valor e capacidade do comércio baseada na relação de vizinhança, permite aglutinar concretamente a estrutura nuclear da aldeia, tornando-se um dos vectores mais importantes na sua revitalização. (Freitas, 2002a: 31-32; ênfase como no original)

na medida em que se considerava não dever a intervenção

criar ilusões ou cenários mais ou menos virtuais, mas sim, induzir energias capazes de provocar a perturbação necessária para garantir a qualidade de vida das populações, para incorporar modernidade nas suas dinâmicas e para preservar os valores que levaram a considerá-la como 'aldeia com vida'⁸⁴ (Idem: 31)



Figuras 2.47, 2.48 e 2.49: Caldas de Monchique, Odeleite (miradouro do Rossio), Cachopo

Figuras 2.50, 2.51 e 2.52: Querença, Cacela Velha (igreja matriz), Paderne (igreja matriz)

Da análise efetuada ao território à luz da conjugação dos critérios enunciados (e não descurando óbvios significados político-administrativos na forma distributiva como a seleção se virá a apresentar) resultou uma primeira seleção de onze aldeias de outros tantos municípios – Paderne (Albufeira), Vaqueiros (Alcoutim), Carrapateira (Aljezur), Odeleite (Castro Marim), Estoi (Faro),

⁸⁴ No que constitui uma diferença significativa face à preponderância atribuída ao valor histórico e patrimonial na seleção quer das AH, quer das AX, e em particular nestas últimas, relativamente às quais se admitia, inclusive, conforme foi referido (vide secção 2.2.3), não ser a presença humana um fator ou critério fundamental.

Querença (Loulé), Caldas de Monchique (Monchique), S. Marcos da Serra (Silves), Cachopo (Tavira), Budens (Vila do Bispo) e Cacela Velha (Vila Real de Santo António) –, contemplando ainda alguns dos PI intervenções em outras aldeias situadas na área de influência daquelas – nomeadamente, Alcaria Queimada (Vaqueiros), Bordeira e Vilarinha (Carrapateira), Figueira, Salema e Vale de Boi (Budens), e Fábrica, Manta Rota e Santa Rita (Cacela Velha) (mapa 2.10, figuras 2.47 a 2.52). Quanto à aprovação dos projetos/candidaturas respeitantes, e contrariamente ao que sucedeu nos outros programas atrás referidos, foi privilegiado um *critério competitivo*, ou seja, em que essa aprovação era feita por ordem de submissão até se esgotarem as verbas afetas ao programa ou às medidas que enquadravam financeiramente essas candidaturas.

Importa ainda referir que esta seleção deveria corresponder a uma primeira fase do Programa e gerar efeitos demonstrativos que permitissem a sua extensão, no período de programação subsequente, a outras cinco aldeias (*Idem*: 32), o que, no entanto, não viria a suceder por força da redução dos fundos comunitários atribuídos à região no âmbito do QREN 2007-2014, redução decorrente do facto da região do Algarve ter entretanto deixado de estar coberta pelo Objetivo Convergência (antigo Objetivo 1) (Correia & Pires, 2006: 5).

2.3. Os programas de revitalização de aldeias em Portugal: análise crítica

2.3.1. Do programa ao plano

Aldeias Históricas

A consideração da importância da existência de Planos de Pormenor de Salvaguarda (PPS) aprovados, em elaboração ou em processo de candidatura nos critérios de seleção das aldeias adotados no âmbito do PAH estabelece logo à partida uma diferença fundamental entre este programa e os restantes três programas considerados no presente trabalho.

Efetivamente, a circunstância de a região Centro – e em particular os aglomerados que virão a integrar o PAH – se terem posicionado na linha da frente deste processo, assumindo assim a condição de ação-piloto em detrimento de outras eventuais candidaturas que possam ou pudessem ter surgido noutras regiões, terá decorrido não só do mais facilmente reconhecível valor intrínseco (histórico e artístico) desses mesmos aglomerados, mas também do facto, relevante desse ponto de vista, de, naquela data, terem já sido, ou estarem a ser objeto de um amplo trabalho de base – no domínio do levantamento, caracterização e diagnóstico de situação, mas também no das propostas de intervenção, algumas das quais só encontrarão finalmente no programa os meios financeiros para a sua concretização. Um trabalho desenvolvido, muito em particular, por parte de alguns dos muitos GTL criados naquela região, nomeadamente os que tinham como área e objeto de intervenção esses mesmos aglomerados (*vide* anexo 2, quadro 2.4).

Contudo, apesar de não terem resultado da ação desses GTL tantos planos de ordenamento (PP, PPS ou PPRU) aprovados quantos os que seria de supor (e os PDM dos respetivos municípios determinavam¹) – pois à data do lançamento do programa apenas Linhares e Trancoso tinham plano aprovado, nomeadamente um PPRU (Portaria n.º 52/93, de 13 de Janeiro), no primeiro caso, e um PPS do centro histórico (Portaria n.º 578/93, de 5 de junho)², no segundo –, o trabalho desenvolvido nesse âmbito irá ainda assim informar os *planos de ação* que virão a ser exigidos aos municípios envolvidos como requisito de candidatura aos apoios financeiros associados ao programa.

Planos de ação esses que, tendo como propósito definir a estratégia de intervenção a seguir em cada aldeia e identificar as ações a executar no âmbito do programa, deveriam obedecer a um conjunto básico de “instruções normativas” previamente definidas, no âmbito da CCR, pela gestão do programa, e estruturadas por cinco tópicos ou capítulos fundamentais:

- (i) uma *introdução*,
- (ii) a identificação de um *objetivo estratégico*,
- (iii) a definição de um *plano de intervenção* e respetiva *calendarização*,
- (iv) a definição de propostas de *recuperação patrimonial*,
- (v) e o desenho de uma estratégia de *desenvolvimento socioeconómico* (Mil-Homens, 1994: s.p.)

A eficácia desses planos, por sua vez, deveria ser assegurada, em termos de execução das intervenções no edificado, pela aprovação de regulamentação específica, por um lado, e pelo

¹ Como são os casos de Almeida e Castelo Mendo (art.º 37º do PDM de Almeida), Castelo Novo (art.º 50º do PDM do Fundão), Castelo Rodrigo (art.º 58º do PDM de Figueira de Castelo Rodrigo), Idanha-a-Velha e Monsanto (art.º 57º do PDM de Idanha-a-Nova), e Marialva (art.º 48º do PDM de Meda), assim como Belmonte (art.º 56º do PDM de Belmonte), que só viria a aderir à rede numa segunda fase. No caso de Castelo Novo, não obstante a ação desenvolvido pelo respetivo GTL entre 1996 e 1998, seria a um gabinete privado (Reis de Figueiredo - Arquitectos da Beira, Lda.) que a CM do Fundão incumbiria a elaboração de um PPS (designado, na proposta desse mesmo gabinete, como *plano de salvaguarda e revitalização*).

² Note-se que Trancoso apenas viria a ser integrada na rede das AH numa segunda fase, a partir de 2001, o que, nesse aspeto, deixa Linhares isolada, de facto, entre o grupo inicial de dez aldeias que constituiu a rede inicial das AH.

recurso às prerrogativas legais previstas no DL n.º 794/76, de 5 de novembro, por outro. No primeiro caso, a regulamentação aprovada através do Despacho Normativo n.º 2/95, de 11 de janeiro, determinava ou identificava, entre outros aspetos:

- a) os *beneficiários das ações* a executar:
 - Serviços da administração central;
 - Autarquias respeitantes às aldeias selecionadas;
 - Associações de desenvolvimento local;
 - Promotores privados. (n.º 2)
- b) os *tipos de ações* a apoiar:
 - Infra-estruturas públicas;
 - Recuperação do património edificado;
 - Projectos de iniciativa privada;
 - Dinamização socioeconómica e promoção. (n.º 3)
- c) as *despesas elegíveis* a considerar para o efeito:
 - Estudos e consultadoria;
 - Projectos técnicos necessários aos investimentos a executar;
 - Rede viária de acesso e dentro da cada localidade;
 - Abastecimento e tratamento de água;
 - Rede de esgotos e respetivo tratamento;
 - Rede de recolha e tratamento de resíduos sólidos;
 - Distribuição de gás;
 - Rede telefónica e respetivo enterramento;
 - Rede eléctrica e respetivo enterramento;
 - Instalação de cabo de televisão e respetivo enterramento;
 - Instalação de pousadas;
 - Recuperação de edifícios públicos;
 - Recuperação de monumentos classificados;
 - Sinalização turística;
 - Recuperação, adaptação e equipamento de imóveis para fins turísticos;
 - Recuperação exterior de habitações;
 - Criação e valorização de zonas de lazer, de zonas envolventes de aldeias, bem como de espaços públicos aí existentes;
 - Promoção e dinamização turísticas;
 - Aquisição e recuperação de casas por parte das autarquias locais, desde que se destinem à dinamização do tecido socioeconómico;
 - Dinamização do tecido socioeconómico, incluindo despesas associadas às associações de desenvolvimento local. (n.º 5)
- d) e os *critérios de seleção dos projetos de iniciativa privada* a apoiar – entre os quais se destaca o primeiro, respeitante à “prioridade elevada” que esses projetos apresentassem no contexto do plano em virtude de
 - Valorizarem o potencial de atração do património edificado;
 - Contribuírem para a instalação de atividades económicas baseadas nas potencialidades endógenas do núcleo;
 - Contribuírem para a implementação de projetos integrados na área do turismo e da cultura; (n.º 6.2);

No segundo caso – que se assume como a particularidade porventura mais importante e significativa do PAH relativamente aos outros programas –, a declaração das aldeias selecionadas como *áreas críticas de recuperação e reconversão urbanística*³, através do Decreto nº 23/96, de 12 de

³ Figura legal criada no âmbito do DL n.º 794/76, de 5 de novembro, diploma que determina poderem ser declaradas “áreas críticas de recuperação e reconversão urbanística aquelas em que a falta ou insuficiência de infra-estruturas urbanísticas, de equipamento social, de áreas livres e espaços verdes, ou as deficiências dos edifícios existentes, no que se refere a condições de solidez, segurança ou salubridade, atinjam uma gravidade tal que só a intervenção da Administração, através de providências expeditas, permita obviar,

agosto, ao dotar a administração pública de mecanismos como a *declaração de utilidade pública da expropriação urgente* e a *tomada de posse administrativa* de quaisquer imóveis situados na área assim delimitada para efeitos de ocupação temporária de terrenos, demolição ou realização de obras de beneficiação e reparação de edifícios, virá assim permitir às autarquias envolvidas no programa uma intervenção mais expedita e uma flexibilidade (ou liberdade) de ação acrescida no que toca às possibilidades e rapidez de intervenção⁴.

Nesta primeira fase, todos os planos de ação virão a ser desenvolvidos pelas próprias autarquias, tendo a respetiva síntese – estruturada, relativamente a cada aldeia, em cinco capítulos: (i) *localização*, (ii) *quadro histórico*, (iii) *património natural e construído*, (iv) *ambiente socioeconómico* e (v) *programa de intervenção* – sido posteriormente publicada num pequeno livro editado pela CCRC (Centro, 1999).

Todavia, considerando que o carácter integrado e integrador dos programas de revitalização de aldeias compreende, de uma forma geral, a conjugação e articulação de *três componentes fundamentais de intervenção*:

- (i) uma componente *infraestrutural*, na qual se incluíam, nomeadamente, as intervenções de reabilitação urbana (espaço público e edificado), de criação e/ou requalificação de equipamentos públicos, reabilitação do património arquitetónico e acessibilidades;
- (ii) uma componente *imaterial*, que contemplava as ações de promoção, divulgação e comunicação, bem como os eventos associados à animação sociocultural;
- (iii) e uma componente de *empregabilidade*, a que estão associadas às ações de formação, reciclagem ou atualização de conhecimentos e/ou que promovessem a criação e/ou qualificação do emprego,

tanto esta publicação como os planos de ação originais são omissos relativamente a quaisquer outras ações para além das que respeitam estritamente àquela primeira componente, ou seja, não contemplavam outras ações que não as respeitantes às intervenções no património edificado, no espaço público e nas infraestruturas.

Diferentemente, no caso das duas ‘aldeias’ – Belmonte e Trancoso – que virão a ser acrescentadas à rede numa segunda fase, os respetivos planos de ação virão a ser elaborados externamente por gabinetes privados contratados para o efeito⁵.

No caso de Belmonte, o respetivo plano (figura 2.54) virá apresentar uma estrutura tripartida clássica simplificada composta por uma *caracterização*, um *diagnóstico* e uma *estratégia* (ou proposta de intervenção), propondo apenas quatro ações temáticas de natureza infraestrutural,

eficazmente, aos inconvenientes e perigos inerentes às mencionadas situações” (art.º 41º). Como “efeito directo e imediato”, ainda segundo o mesmo diploma, a delimitação de uma *área crítica de recuperação e reconversão urbanística* implicava (a) “a declaração de utilidade pública da expropriação urgente, com autorização de investidura na posse administrativa”, bem como (b) “a faculdade de a Administração tomar posse administrativa de quaisquer imóveis situados na área, como meio destinado: (i) à ocupação temporária de terrenos, com vista à instalação transitória de infra-estruturas ou equipamento social ou à realização de outros trabalhos necessários; (iii) à demolição de edifícios que revista carácter urgente [...]; [e] (iii) à realização de obras de beneficiação ou reparação de edifícios que, por idênticas carências, revistam também carácter urgente, em virtude de os prédios não oferecerem condições de habitabilidade.” (art.º 42º)

⁴ Importa a esse respeito salientar o facto de o prazo de vigência e execução dos programas de financiamento não se compadecer, quer com a morosidade inerente às ações de reabilitação urbana e intervenção patrimonial, quer com a morosidade procedimental que a obtenção das necessárias concordâncias e autorizações por parte dos proprietários, por si só, acarreta – mas que a circunstância de muitos deles não só não residirem localmente, como, em muitos casos, se encontrarem em parte incerta ou de difícil localização acrescenta ainda mais dificuldades –, bem como a necessidade de assegurar um nível significativo de execução das ações materiais previstas no programa, tornavam exigível uma maior capacidade de intervenção por parte das autarquias e serviços da administração pública envolvidos no processo, atenuando os constrangimentos habitualmente decorrentes da propriedade privada dos imóveis.

⁵ Nomeadamente, os gabinetes Reis de Figueiredo - Arquitectos da Beira, Lda., no caso de Belmonte, e G.B.M.M. Arquitectos Associados Lda., no caso de Trancoso.

cada uma das quais contemplando, porém, segundo a respetiva descrição (Reis de Figueiredo, 2003: s.p.), diversas intervenções passíveis de serem individualizadas ou faseadas (tabela 2.1 e quadro 2.6).

Quanto de plano de Trancoso (figura 2.53), este, ainda que retomando, esquematicamente, aquela estrutura e apesar de “não pretende[r] ser uma descrição exaustiva dos problemas da vila, nem dar soluções concretas para os que se apresentam” (Byrne, 2004: s.p.), vai um pouco mais longe no desenvolvimento da abordagem, quer no que respeita à análise (ou diagnóstico), quer no que respeita à estratégia e proposta de intervenção. Esta proposta, por sua vez, não só enuncia um leque mais abrangente e discriminado de ações, mas também apresenta, para cada uma delas, a correspondente *ficha de ação/projeto* que, entre outros elementos, descreve sinteticamente a intervenção específica que se propõe vir a ser executada.

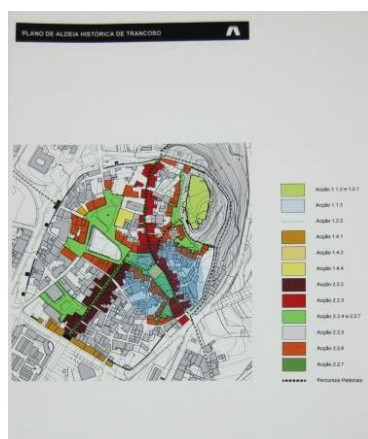


Figura 2.53
Plano de Aldeia Histórica de Trancoso,
planta síntese de ações

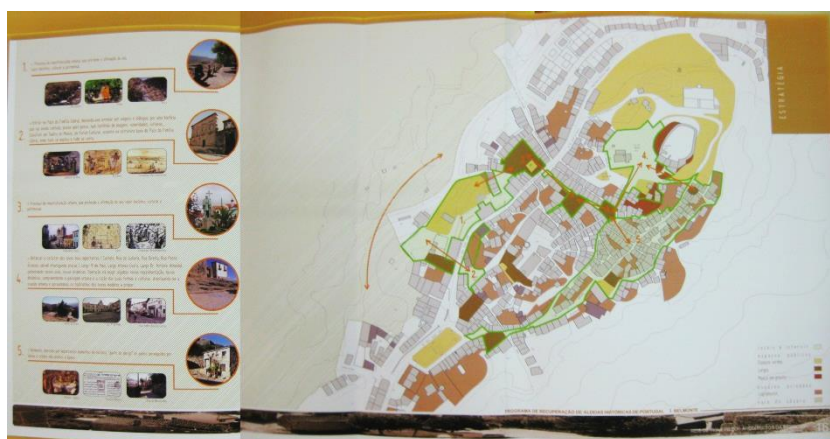


Figura 2.54
Belmonte – Plano de Aldeia, estratégia

A proposta global adquire, neste segundo caso, também um caráter mais estruturado e integrado. Primeiramente, através da definição de três medidas ditas “estruturantes” e respetiva decomposição em ações que, segundo o documento, “se articulam entre si” (Byrne, 2004: s.p.), associando a cada uma delas um de três *graus de prioridade*. Depois, ao associar às duas medidas de caráter *infraestrutural*, uma terceira que, visando introduzir “dinâmicas de actuação, promovendo as actividades tradicionais da região através da criação de incentivos, apoios e formação adequados” (*Idem: Ibid.*), se enquadra no âmbito das outras duas componentes – *imaterial* e *empregabilidade* – que estruturam, de uma forma geral, os programas de revitalização de aldeias (quadro 2.6).

No contexto geral do PAH, adquire ainda particular relevância a constituição de um grupo de trabalho – o *Grupo Técnico das Aldeias Históricas* (GTAH), reunindo representantes das diversas entidades cujo parecer era obrigatório, nomeadamente, a própria CCRC, o IPPAR e a DGEMN – visando assegurar a definição dos princípios e soluções técnicas mais adequadas e garantir a necessária coerência global à diversidade das intervenções previstas, bem como agilizar e tornar mais célere o processo de apreciação e aprovação das candidaturas e dos projetos técnicos – nomeadamente, e em particular, através da emissão de pareceres conjuntos, evitando assim quaisquer discrepâncias de interpretação ou apreciação que pudessem ocorrer a esse nível.

Assinale-se, no entanto, que embora o programa enuncie entre os seus objetivos a fixação das populações dos aglomerados e territórios abrangidos, nenhum dos planos contempla, porém, quaisquer medidas que antecipem, quer a eventual ocorrência de processos de gentrificação⁶, quer

⁶ Conforme referido noutra local (*vide* secção 1.5, nota 17), a gentrificação é um fenómeno também já identificado em espaços e núcleos rurais, correspondendo a um processo de incremento dos preços do imobiliário habitacional, pressionados pela procura

(neste segundo caso à exceção do plano de Idanha-a-Velha⁷) a eventual necessidade ou importância da expansão dos aglomerados⁸, revelando assim uma tendência para isolar os núcleos mais antigos do seu contexto urbano numa perspetiva que tende a cristalizar um passado criteriosamente selecionado em função de determinados objetivos (turísticos e económicos), ou seja, *a contrario sensu* do que Giovannoni defendia já no início do século XX (*vide* anexo A1.2).

Ou seja, estes planos limitam-se assim a considerar nas respetivas propostas apenas a conservação e a salvaguarda das estruturas urbanas e do edificado existentes – seja através da sua recuperação, seja mediante a sua reconstrução ou reabilitação –, remetendo – ainda que tacita ou implicitamente – para posterior regulamentação urbanística territorial e espacialmente específica quaisquer medidas de ordenamento e/ou planeamento de uma eventual expansão urbana. Uma regulamentação cuja importância fundamental nestes processos reside no papel que a mesma pode assumir na reafirmação dos princípios e da estratégia seguida no que respeita à intervenção patrimonial, por um lado, bem como, fundamentalmente, na implementação de mecanismos que assegurem a continuidade da observância desse mesmos princípios, quer no tempo – ou seja, para lá dos limites temporais de execução do programa e dos próprios planos –, quer no espaço – de forma a abranger intervenções não previstas naqueles planos, ocorram estas durante ou após a referida execução.

Aldeias do Xisto

Conforme já referido, a candidatura de uma aldeia à rede das AX pressupunha a prévia elaboração de um *plano de aldeia*⁹, instrumento que se pretendia “impulsionador de dinâmicas

decorrente da valorização turística desses espaços, que tende a tornar aquele inacessível à maior parte dos residentes locais, que se vêm assim ultrapassados por famílias de origem urbana, com ou sem raízes locais (e alguns mesmo estrangeiros), e maior capacidade económica que adquirem as habitações para fins essencialmente turísticos ou segunda residência. A especulação imobiliária foi, aliás, um dos aspetos negativos decorrentes do PAH que nos foram salientados, quer pelo Arqt.º José Afonso (2013), ex-diretor da secção regional de Castelo Branco do IPPAR e que, nessa qualidade, esteve envolvido naquele programa, quer pela Arqt.ª Cláudia Quelhas (2013, 2014), do departamento de urbanismo da CM do Sabugal. A esse respeito, a Arqt.ª Cláudia Quelhas (2014) referiu-nos ainda que o espaço intramuros de Sortelha possuía apenas, na data da segunda entrevista, apenas dois habitantes, tendo a maior parte das habitações sido adquiridas por não residentes, de grande poder económico, que ou não vendem ou pedem preços exorbitantes e fora do alcance da população local, com a agravante de uma parte considerável dessas mesmas habitações se encontrar na posse de uma mesma entidade privada – circunstância que, em nosso entender, recoloca na ordem do dia, de uma forma ou de outra, a questão da ‘parquetematização’ ou transformação destes espaços urbanos em meros *resorts* turísticos como um dos potenciais efeitos perversos (quando não devidamente acautelados) deste tipo de programas. Ainda nesse sentido, a mesma técnica, embora reconhecendo os benefícios do programa no que respeita à conservação do património edificado – admitindo mesmo que Sortelha, sem a intervenção do mesmo, “estaria pior” –, não deixou, ainda assim, de criticar a (na sua opinião) reduzida importância atribuída pelo programa às dimensões social e económica da intervenção, na medida em que são estas que suportam o território (Quelhas, 2014).

⁷ De facto, a única exceção que detetámos corresponde à proposta do Atelier 15 (arquitetos Alexandre Alves Costa, Sérgio Fernandez e José Luís Gomes) para Idanha-a-Velha, através do *Plano Pormenor para a zona envolvente da Capela do Espírito Santo e zona de expansão a norte*. Neste, com efeito, é preconizada – para além da salvaguarda dos elementos patrimoniais existentes na área do plano – a construção, no exterior do núcleo amuralhado, de novos equipamentos, áreas de estacionamento e, sobretudo, 30 novos fogos, recorrendo “ao conhecimento histórico dos processos de desenvolvimento mais generalizados na cidade portuguesa quando rompe o recinto amuralhado medieval” (*apud* Silva, 2010: 190). Todavia, no que diz respeito aos novos fogos, a proposta não foi, até à data, concretizada (figuras 2.68 a 2.70).

⁸ Esta questão assume particular acuidade, como nos referiu a Arqt.ª Cláudia Quelhas (2013, 2014), no caso da aldeia de Sortelha – dada a circunstância do seu conjunto edificado se estender, para além do núcleo amuralhado de origem medieval que foi objeto da intervenção do PAH, num arrabalde que foi crescendo ao longo de épocas mais recentes –, tendo aquela técnica questionando criticamente a circunstância de os planos das AH, e o de Sortelha em particular, serem omissos relativamente às áreas ‘não históricas’ ou de expansão mais recente.

⁹ Segundo nos foi referido pelo Eng.º Armando Carvalho (2013) – técnico responsável pela gestão do PAX e pela coordenação da AIBT do Pinhal Interior numa primeira fase da respetiva implementação –, o ‘plano de aldeia’ era um instrumento de planeamento que estava a ser trabalhado no seio da equipa técnica do GTL dos núcleos históricos da vila de Arganil e das aldeias de Benfeita, Pardieiros, Sarzedo e Secarias – sob a coordenação do Arqt.º Carlos Santos, que havia já antes coordenado o GTL das aldeias serranas do município de Góis, entre as quais Aigra Nova, Aigra Velha, Comareira e Pena –, e que contemplava “um diálogo muito forte com as pessoas das aldeias”, tendo sido a partir daí adotado pelo programa como documento estruturador da estratégia da intervenção.

tendo por missão encontrar respostas para os problemas do Ordenamento” e compatibilizar as “grandes operações estruturantes” a realizar no âmbito dos três vértices (ou eixos) fundamentais – acessibilidades, património e ambiente (Marques & Ferreira, 2002: 1-2) – do triângulo virtuoso em que se pretendia constituir o programa e em cujo ponto fulcral deviam estar as pessoas e a sua qualidade de vida (Ferreira, 2002b: 5; S.A., 2003b: 3).

O conjunto resultante destes planos, por sua vez, deveria ver assegurada a necessária e imprescindível coerência – uma coerência que, porém, não deveria pôr a causa a diversidade de contextos e a pluralidade das opções – por um “plano estratégico de conjunto [...] que evite a competição e encontre a complementaridade”¹⁰ entre os diferentes aglomerados e as ações a desenvolver em cada um deles, tendo em vista “materializar um Modelo de Desenvolvimento” (Marques & Ferreira, 2002: 2). Modelo esse cuja operacionalidade se entendia dever depender, por sua vez, da respetiva capacidade em:

- a) Reforçar medidas tendentes ao equilíbrio social e ambiental [...];
- b) Promover a valorização dos recursos endógenos e a consequente criação de emprego, nomeadamente nas áreas do artesanato e do turismo;
- c) Consolidar as áreas do tecido urbano com diferentes graus de consolidação, que carecem de soluções urbanísticas adequadas e intervenções de qualificação do espaço público e de revitalização das áreas e eixos centrais;
- d) Criar em cada aldeia um ou vários pontos de referência e interesse turístico – devidamente enquadrado na Rede das Aldeias do Xisto –, tais como: unidades de turismo no espaço rural; postos de informação turística; turismo cinegético; turismo de natureza e paisagem; centros de educação ambiental; pontos de encontro de saberes e sabores tradicionais; oficinas de artesanato, etc.;
- e) Reavaliar os mecanismos de regulação e ocupação e otimizar um Plano de Mobilidade intermunicipal que permita a interação das diversas peças que formam um “puzzle” ainda disperso e que falta montar para que a Rede de Aldeias do Xisto possa ser reconhecida. (*Idem: Ibid.*)

Sendo certo que alguns desses planos irão aproveitar ou resultar do trabalho desenvolvido pelos diversos GTL ativos no território, como tivemos também já ocasião de referir, a maior parte, contudo, virá a ser realizada pelos próprios serviços técnicos das respectivas autarquias, tendo havido ainda dois planos elaborados por um GAT (o da Sertã¹¹) e cinco por dois gabinetes privados contratados para o efeito (vide anexo 2, quadros 2.4 e 2.5)¹², constituindo, em qualquer dos casos, e como se impunha, equipas multidisciplinares.

De uma forma geral, pode-se dizer que estes *planos de aldeia* seguem uma metodologia idêntica à dos *planos de ação* elaborados para o PAH – não constituindo nenhum deles, importa referi-lo, figura legal, mas sim documentos que, pese embora respeitarem, nas suas linhas gerais, a mesma metodologia dos PPS ou PP, assumem uma natureza mais simplificada, ágil e expedita e de cariz essencialmente estratégico e eminentemente prático e operativo, ultrapassando os constrangimentos decorrentes da grande morosidade que aqueles, dados os requisitos legais a que estão sujeitos, habitualmente compreendem –, apresentando de igual modo a estrutura tripartida clássica constituída por:

- (i) um *levantamento e estudo de caracterização* da área de intervenção (histórico, urbano, patrimonial, socioeconómico, demográfico, infraestrutural), da respetiva dinâmica

¹⁰ Propósito que se viria a consubstanciar no já referido (*vide* secção 2.2, nota 59) Plano Global de Desenvolvimento Sustentado das Aldeias do Xisto (PGDSAX).

¹¹ Gabinete de Apoio Técnico aos municípios de Oleiros, Proença-a-Nova, Sertã e Vila de Rei.

¹² Nomeadamente, Santos Pinheiro - Arquitectos Associados Lda. e DHV Tecnopor Consultores Técnicos, Lda., a quem a CM da Lousã viria encomendar os PA das aldeias do Candal e Cerdeira (bem como de Catarredor e Vaqueirinho, aldeias que, contudo, não viriam a ser integradas na rede), no primeiro caso, e de Casal Novo, Chiqueiro e Talasnal, no segundo. Assinale-se ainda a situação híbrida que terá constituído a equipa a quem foi incumbido o plano de aldeia de Janeiro de Cima, a qual terá sido contratada inicialmente pela ADL – a Pinus Verde (que mais tarde daria lugar à Adxistur) – responsável pela dinamização da rede das AX.

socioeconómica, bem como, nalguns casos, dos atores locais e potenciais parceiros (figura 2.55);

- (ii) um *diagnóstico de situação*, assinalado, de forma mais ou menos detalhada, as principais ameaças, oportunidades, fragilidades e potencialidades que essa área ou aglomerado revelava ou sobre ela impendiam; e
- (iii) uma *proposta síntese de intervenção*, indicando as ações a executar, os custos estimados de cada ação, o respetivo cronograma de execução e as fontes de financiamento disponíveis ou a recorrer para o efeito, nomeadamente os fundos comunitários associados e outros programas de apoio financeiro (figura 2.56).

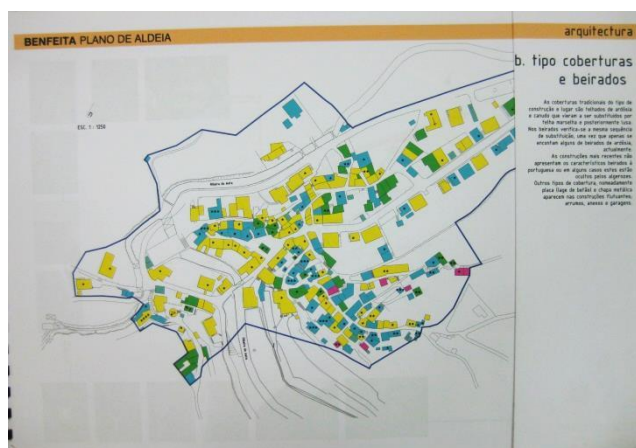


Figura 2.55
Benfeita: Plano de Aldeia, estado de conservação do edifício, planta b - tipo de coberturas e beirados



Figura 2.56
Aldeia do Xisto – Barroca [Plano de Aldeia], planta síntese

Da maior diversidade de tipos de entidades a quem foi incumbida a elaboração destes planos resultará também uma maior diversidade de abordagens – quer do ponto de vista formal, quer do ponto de vista do conteúdo –, revelando alguns dos planos não só uma caracterização mais ‘fina’ e abrangente da área de intervenção, em termos dos domínios analisados, como, sobretudo, um nível de detalhe das ações propostas bastante assinalável e consolidado, permitindo inclusive, nalguns casos, associar às ações propostas os correspondentes mapas de trabalhos e pormenores construtivos – constituindo assim exemplo do caráter prático e operativo que atrás fizemos referência –, enquanto outros se limitam a enunciar, de forma genérica, um conjunto de meras intenções programáticas¹³.

Dessa diversidade, ainda assim – e sendo notória, como seria expectável, uma maior coerência e homogeneidade em termos de estratégia e propostas de intervenção para o conjunto de aldeias cujos planos foram atribuídos à mesma entidade –, ressaltam as preocupações comuns com a preservação e recuperação dos elementos, materiais e técnicas construtivas características do património rural construído da área de intervenção, procurando responder assim aos principais critérios de seleção das aldeias (*vide* secção 2.2.3 e quadro 2.6).

Alguns destes planos – nomeadamente os de Álvaro, Barroca, Foz do Cobreão, Martim Branco, Pedrógão Pequeno e Sarzedas – virão posteriormente a passar por um processo de “avaliação, actualização e operatividade” (Calado & Paulo, 2006: 21) no âmbito de um projeto de investigação aplicada desenvolvido na FAUTL¹⁴ através de uma parceria entre Universidade de Lisboa, a CCDRC

¹³ Essa diversidade aparente esconde, porém, uma significativa troca de informações e experiências (se não entre todas, pelo menos entre muitas das equipas), fomentada em grande medida pela gestão do programa, conforme nos foi referido pela Arqt.^a Ana Cunha (2013), que integrou a equipa técnica dos GTL da Lousã e Arganil e coordenou o GTL das Aldeias Tradicionais do Fundão.

¹⁴ No âmbito do Laboratório de Valorização do Património daquela faculdade.

e os municípios respeitantes, que se traduziu não só na “aplicação de princípios e orientações estratégicas [e] requalificação do processo” (Calado & Paulo, 2006: 21), mas também na apresentação de algumas propostas a crescer, atualizar ou desenvolver as previstas naqueles documentos.

Também a exemplo do sucedido no PAH se procurará, no PAX, recorrer a dispositivos ou instrumentos legais e regulamentares passíveis de assegurar a eficácia da estratégia associada aos planos de aldeia, os quais, aliás – e para efeitos de “salvaguarda do património edificado” – viriam a ser considerados “critérios imperativos de admissão”, nomeadamente:

- definir o perímetro de intervenção (por aldeia) e, de acordo com o disposto no n.º 4 do artigo 3.º do D.L. 73/73 (obrigatoriedade de projetos executados por arquitetos);
- elaborar Regulamento Municipal, no qual sejam claramente definidas a tipologia de obras permitidas; tipo, cor e qualidade dos materiais; e formas corretas de execução (n.º 4 do art.º 3.º do D.L. 177/2001). Deverá também, ser prevista a obrigatoriedade de parecer da CCDR em todos os processos de licenciamento pedidos para a aldeia. Este regulamento deverá ter apreciação favorável do Grupo de Trabalho das Aldeias de Xisto;
- assumir o compromisso de, em sede de revisão do PDM, incluir o Regulamento Municipal no Regulamento do PDM. (Ferreira, 2002b: 3).

Porém, a criação do referido Grupo de Trabalho das Aldeias de Xisto, grupo técnico cuja missão era fazer o acompanhamento deliberativo das intervenções nas aldeias em questão – assumindo, de certa forma, o papel de que o IPPAR, por força dos valores patrimoniais em presença, estava investido nas AH e retomando a ideia e parte dos propósitos que estavam associados ao GTAH –, acabaria por se ficar, não obstante a sua importância, pelo domínio das intenções. Esta circunstância, ainda assim, não terá, em nosso entender, posto em causa a garantia de um mínimo de coerência entre as intervenções realizadas nas diversas aldeias (porventura, graças ao trabalho desenvolvido pela gestão do programa na coordenação e articulação das mesmas).

Aspeto onde o PAX se terá destacado do PAH terá sido o do envolvimento e participação das populações e atores locais. Com efeito, denunciando um desenvolvimento mais ‘verticalizado’, consonante com a circunstância de representar, conforme referido, a incidência regional de uma estratégia de âmbito nacional promovida pelo próprio Ministério do Planeamento, ou seja, *top-down* (descendente), ao PAH terá falhado, quer no desenho do programa, quer na definição da estratégia associada a cada plano, a dimensão social e participativa (Boura, 2009).

Contrariamente, o PAX não só emerge em maior proximidade (e a partir) da sua realidade social e territorial, ou seja, *bottom-up* (ascendente), como – e essa, de resto, terá sido outras das importantes lições aprendidas da experiência do PAH, que, como tivemos já ocasião de referir, constituiu o modelo experimental a partir do qual seriam desenhados e desenvolvidos os restantes programas das aldeias, entre os quais o PAX –, a respetiva gestão virá a promover uma estratégia mais orientada à valorização da componente social e consequentemente, um maior envolvimento e *participação* por parte das populações e atores locais no desenho do programa e da sua estratégia, de forma a fazê-los reconhecerem-se no mesmo – na medida em que é esse reconhecimento que determina, em grande medida, o sucesso de um programa deste género¹⁵.

¹⁵ A importância não só da *participação* das populações e atores locais e da definição de um modelo participativo, ascendente, que envolvesse uns e outros no desenho do programa e respetiva estratégia logo desde a sua génese, mas também de um trabalho de grande *proximidade* (determinante, em particular, nas intervenções no edificado privado) – partindo do princípio de que as aldeias, mais do que o seu espaço físico e o seu património edificado, são as pessoas que as habitam –, foram aspetos particularmente sublinhados pelo Eng.º Armando Carvalho (2013), que nos referiu ainda que essa questão da participação e do envolvimento das populações nas decisões e opções de intervenção estava já intimamente associada ao conceito de *plano de aldeia*, tal como vinha sendo trabalhado ou desenvolvido, conforme já referido, no seio da equipa técnica do GTL de Arganil e Benfeita. A questão da participação foi-nos também salientada, quer pela Arqt.ª Ana Cunha (2013), quer pelo Dr. Joaquim Felício (2009), tratando-se, segundo este, de *valorizar as pessoas em detrimento das pedras*.

Aldeias Vinhateiras

O caso do PAV apresenta algumas semelhanças com o do PAH, na medida em que o mesmo não determinava a elaboração de quaisquer planos de intervenção nas aldeias, quer como condição prévia de candidatura, quer como documentos de síntese da estratégia de intervenção a adotar em cada uma delas após a respetiva seleção¹⁶.

Contudo, ao contrário do que sucedia com as AH, cuja maioria havia já sido objeto de atuação de um GTL na década anterior à implementação do respetivo programa – estando por isso já dotadas de instrumentos de planeamento que, mesmo não estando ainda aprovados, constituiriam as bases da estratégia de intervenção que viria a ser seguida no âmbito do programa –, no caso das AV, apenas três – Ucanha e Salzedas, através de um GTL, e Provesende, através de um gabinete privado – viriam a ser objeto de uma ação desse género, já no decurso do próprio programa (quadros 2.4 e 2.5).

Todavia, os PP elaborados nesse âmbito, ou não terão chegado a ser aprovados, ou, como naqueles dois primeiros casos, terão sequer sido concluídos¹⁷. Ainda assim, e no caso específico de Provesende, parte da proposta de intervenção constante do respetivo PP viria de facto a ser executada no âmbito do programa (Marques, 2014).

A única exceção a esta ausência de instrumentos de planeamento das ações a executar nas AV terá sido a da aldeia de Trevões, já que a sua adesão mais tardia ao programa terá ditado, porventura, a necessidade de elaborar um documento de candidatura que, nesse único caso, assumiria, ainda que informal ou tacitamente, a condição de plano de intervenção.

Estamos por isso em crer que, na falta de um documento que enquadrasse a estratégia de intervenção em cada aldeia – nalguns casos, como os respeitantes às intervenções em fachadas e coberturas nas aldeias de Ucanha e Salzedas, nem sequer chegou a ser elaborado um projeto de conjunto propriamente dito, mas tão só “uma ficha/mapa de trabalhos a executar caso a caso”, sendo o respetivo acompanhamento técnico assegurado pelo já mencionado GTL criado para o efeito (Pimenta, 2014) –, o PAV se terá constituído apenas numa espécie de ‘guarda-chuva’ sobre o qual cada autarquia poderia ‘abrigar’ os projetos que, respeitando determinados princípios e a

¹⁶ Importa referir a respeito do PAV que, contrariamente ao que sucedeu nos casos do PAH e do PAX – relativamente aos quais podemos falar com alguns dos técnicos que, então ao serviço da CCDRC, estiveram de alguma forma diretamente ligados ao desenvolvimento e implementação desses programas – todos os esforços que fizemos, junto da CCDRN, no sentido de obter informação relevante sobre este programa resultaram infrutíferos, não nos tendo sido possível obter informação relevante ou mais concreta sobre o processo – ainda que, em certo momento, tivéssemos beneficiado da preciosa ajuda do Dr. José Nogueira, responsável pelo Centro de Documentação da CCDRN, quer na pesquisa da documentação respeitante ao programa, quer na identificação naquele organismo dos técnicos que nos pudessem falar da experiência do PAV. Efetivamente, todos os técnicos com quem viemos depois a ter oportunidade de contactar alegaram desconhecimento ou conhecimento insuficiente do PAV, remetendo-nos para aqueles que eram, à época, os seus superiores hierárquicos e, conseqüentemente, terão estado mais diretamente ligados à gestão do programa e/ou do Eixo 2 do PO Norte em que aquele se enquadrava. Contudo, nenhum desses técnicos para quem fomos remetidos se encontrava já ao serviço daquela entidade, não tendo também nenhum daqueles que contactámos sabido dizer-nos o seu atual paradeiro ou dar-nos o respetivo contacto. As informações mais relevantes sobre o processo foram assim obtidas a partir dos técnicos das autarquias envolvidas no programa.

¹⁷ De acordo com as informações que nos foram prestadas, relativamente às aldeias de Ucanha e Salzedas, pelo Eng.º Américo Correia (2014) e pelo Eng.º Paulo Pimenta (2014), técnicos da Divisão de Gestão Urbanística e Ambiente da CM de Tarouca, e, relativamente a Provesende, pela Arqt.ª Mónica Marques (2014), da Divisão de Ordenamento e Obras Municipais da CM de Sabrosa. O Eng.º Américo Correia (2014), tendo-nos referido que os GTL de Ucanha e Salzedas tinham como missão elaborar um PP para cada uma daquelas aldeias e prestar apoio técnico às intervenções a executar no âmbito do PAV mas acabariam desmantelados sem terem concluído aqueles planos, acrescentou que “quase todas” as autarquias envolvidas no programa tinham criado um GTL para o mesmo efeito, muito embora só tenhamos conseguido confirmar o caso de Provesende. Ainda a este respeito, valerá a pena retomar aqui uma das conclusões a que Ana Pinho chega ao analisar a experiência dos GTL, nomeadamente a que concerne à “falta de ligação entre a realização destes planos e a implementação dos mesmos, nomeadamente a execução de intervenções concretas no terreno.” (2009: vol. II, 957-958)

estratégia global associada ao programa, considerasse pertinentes para a sua(s) aldeia(s) e entendesse por bem candidatar aos apoios financeiros disponíveis.

Um aspeto que, ainda assim, importa destacar é o da intervenção do IGESPAR. Com efeito, muito por força do Plano Intermunicipal de Ordenamento Territorial do Alto Douro Vinhateiro (PIOTADV)¹⁸, aquele organismo da tutela patrimonial terá sido chamado a apreciar os projetos elaborados, no âmbito do PAV, para as seis aldeias constantes deste programa¹⁹, ainda que, à exceção das intervenções que ocorressem dentro das ZEP dos imóveis classificados²⁰, esse parecer não assumisse carácter vinculativo²¹ e se tenha destinado apenas a fazer subordinar as intervenções nas áreas confinantes à daquele plano a uma estratégia de gestão da paisagem e do património construído afim ou subsidiária da definida no âmbito do PIOTADV.

Aldeias do Algarve

Finalmente, no caso dos planos elaborados no âmbito do PAA, estes apresentam três particularidades fundamentais relativamente aos anteriormente referidos. Uma primeira diz respeito às equipas incumbidas da sua elaboração; a segunda, ao nível da dimensão integradora e territorial com que aqueles se apresentam; a terceira, à ambição que os mesmos revelam.

Com efeito, no que toca à primeira daquelas três particularidades, e contrariamente ao que sucede nos restantes casos atrás analisados, a elaboração dos planos de aldeia – que aqui adotam a designação de *planos de intervenção* (PI) – respeitantes às AA irá ser entregue a equipas multidisciplinares²² especialmente criadas para o efeito “em função do perfil de cada aldeia e da tipologia dos projectos” (Brito, Santos & Costa, 2001: 5)²³ – uma por cada plano/aldeia, agregando técnicos indicados pela CCR Algarve, pela autarquia correspondente e a contratar junto da ADL atuante no território em questão²⁴ (quadro 2.4) –, fazendo-se assim realçar a importância do estabelecimento de uma relação de proximidade com as populações locais na perspetiva da promoção de um processo tão participativo quanto possível.

Constituindo uma segunda fase da metodologia de intervenção preconizada pela CCR Algarve – subsequente à seleção das aldeias, consensualizada “com os parceiros e com as Câmaras Municipais”, e ao levantamento “junto dos Municípios das ideias e projetos que tinham para as referidas aldeias” (Brito, Santos & Costa, 2001: 4) –, aos PI cabia “dar coerência, eficácia e celeridade à elaboração dos projectos de intervenção nas aldeias” (Freitas, 2002a: 31), pretendendo-se que esses mesmos projetos correspondessem às suas “necessidades concretas”, obedecessem a um “cronograma preciso” e pudessem beneficiar de uma “execução célere” (Brito, Santos & Costa, 2001: 4).

¹⁸ Aprovado através da Resolução do Conselho de Ministros nº 150/2003, de 22 de setembro, na sequência da inscrição do Alto Douro Vinhateiro na Lista do Património Mundial, efetivada em 2001.

¹⁹ De acordo com a informação que nos foi prestada pelo Eng.º Luís Silva (2014), da Divisão de Obras e Serviços Urbanos da CM S. João da Pesqueira, a respeito das intervenções em Trevões.

²⁰ Efetivamente, nenhuma das seis AV integra a área classificada pela UNESCO como Património Mundial, não estando por isso abrangidas pelo PIOTADV.

²¹ Conforme fez questão de realçar o Eng.º Paulo Pimenta (2014), a propósito das intervenções em Ucanha e Salzedas.

²² Reunindo, não necessariamente na mesma equipa, técnicos das áreas da arqueologia, arquitetura, arquitetura paisagista, biologia, economia, engenharia civil, engenharia zootécnica, etnografia, geografia, gestão, planeamento regional, técnicas do desenvolvimento, entre outras.

²³ O caso de Caldas de Monchique constituiu a única exceção, tendo o respetivo plano sido encomendado a um gabinete privado, a GITAP - Gabinete de Estudos e Projectos S.A.

²⁴ Registando-se o facto de que alguns dos técnicos indicados pela CCDR e pelas ADL terem integrado mais do que uma equipa.

Para tal, estes planos deveriam obedecer a um esquema base previamente definido pela CCR (Algarve, 2001c: s.p.) que determinava que cada um deles contemplasse na sua estrutura:

- (i) um *enquadramento* da aldeia – do ponto de vista institucional, histórico e geográfico;
- (ii) a respetiva *caracterização* – população, estrutura etária, atividades económicas, equipamentos e serviços e infraestruturas e património;
- (iii) uma *avaliação da dinâmica socioeconómica* – questão que, como vimos atrás, assumia particular relevância nos critérios de seleção das aldeias;
- (iv) um *diagnóstico da estrutura urbana* – sistema aldeia/paisagem, morfologia do núcleo urbano e dinâmica das estruturas de utilização coletiva (figuras 2.57 e 2.58);
- (v) uma *síntese das carências e potencialidades* – análise SWOT e definição de um tema mobilizador “relacionado com a sua história ou com a especialização produtiva da área geográfica onde se insere” (Guerreiro, 2003: 526);
- (vi) uma *estrutura da intervenção* – estratégia e objetivos operacionais, medidas e ações, cronograma de investimento e plano de financiamento;
- (vii) um *plano de dinamização socioeconómica* – principais atividades, iniciativas institucionais e parcerias, projetos privados a apoiar e programa de animação da aldeia²⁵ – que “considera um perímetro de intervenção correspondente a toda a Freguesia refletindo a importância do alargamento dos processos de inter-relação dos setores económicos” (Costa, 2003: 32);
- (viii) e uma *avaliação dos impactos*.

No que respeita ao segundo aspeto diferenciador referido, o mesmo está já contemplado naquele esquema base, concretamente na proposta do *plano de dinamização socioeconómica*. Com efeito, este plano vinha assim alargar o âmbito de ação de cada PI às componentes *imaterial* e *empregabilidade* – nomeadamente, neste segundo caso, no âmbito da qualificação dos recursos humanos, através de ações de formação profissional –, ambas omissas, como tivemos já ocasião de verificar, nos planos de aldeia correspondentes aos três programas já referidos.



Figuras 2.57
Plano de Intervenção de Vaqueiros, planta síntese diagnóstico

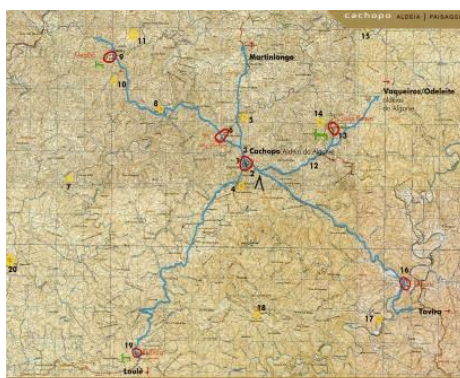


Figura 2.58
Plano de Intervenção de Cachopo, aldeia / paisagem

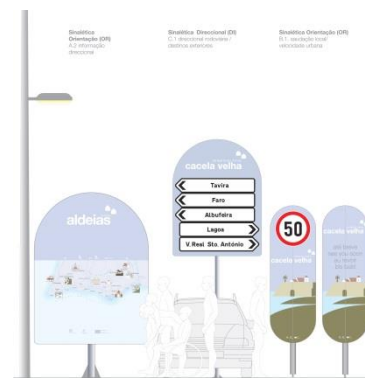


Figura 2.59
Sinalética Aldeias do Algarve, Dossiê Cacela Velha, projeto de execução, p. A7-04 (excerto)

Dessa forma, procurava-se que cada PI traduzisse uma estratégia de ação local integrada, articulada e coerente capaz de refletir as características e necessidades específicas de cada aldeia, sem prejuízo da importância atribuída à promoção de outras ações comuns – como, entre outras, as respeitantes à criação de uma “imagem estável para o produto ‘Aldeias do Algarve’”, ao desenho do

²⁵ Programa esse cujas iniciativas deveriam, segundo a metodologia preconizada, ser “preferencialmente baseadas na temática forte que decorra das próprias características [de cada] núcleo urbano e que permita promover a sua especificidade e afirmar a sua personalidade.” (Brito, Santos & Costa, 2001: 5)

mobiliário urbano, relativamente ao qual se preconizava dever “procurar dar coerência ao produto (no encontro da imagem)”, e à sinalética²⁶ (figura 2.59), no sentido de “criar um sistema de informação e comunicação coerente” (Freitas, 2002a: 32) – que, mesmo não contempladas em cada um dos planos, configurassem uma estratégia global nos domínios da dinamização socioeconómica e animação sociocultural, como de resto a estratégia associada a este tipo de programas pressupõe.

Contudo, não se pode deixar de assinalar o facto de o referido levantamento das “ideias e projectos” para cada uma das aldeias ter antecedido o próprio plano e, em particular, o respetivo diagnóstico de situação da aldeia, indiciando, de alguma forma, uma inversão do que seria a ‘ordem natural’ de um processo desta natureza. De facto, ao proceder-se previamente ao levantamento dessas “ideias e projectos”, remetendo para segunda fase a elaboração dos planos de intervenção, dá-se a ideia – mesmo que não tenha sido essa a intenção – de que estes serviriam mais como forma de validação de algo que estava já *a priori* decidido ou consensualizado com o respetivo município (o conjunto de projetos e ações, elegíveis para financiamento, a executar em cada aldeia²⁷), e não como um processo que visava, a partir de uma leitura crítica e de um diagnóstico de cada situação concreta, apontar uma terapêutica específica adequada. Pode-se, todavia, argumentar, não sem alguma razão, que mais do que novos diagnósticos e novas ideias, o que era realmente necessário era passar à ação as ideias resultantes de diagnósticos anteriormente produzidos, dando-lhes a coerência necessária, ao nível local, e enquadrando-os numa estratégia global, ao nível regional²⁸.

Relativamente ao terceiro aspeto diferenciador, este, relacionando-se diretamente com o grau de integração e dimensão territorial que cada plano assume, revela-se não só na quantidade de projetos e ações que cada plano e proposta de intervenção enuncia e no custo global que lhes está associado (*vide* tabela 2.2, e comparem-se os valores respeitantes a cada programa), mas também no facto de – contrariamente ao que sucedeu nos outros três programas analisados – se estar perante uma “sobreposição de vários perímetros de intervenção em função dos distintos âmbitos de proposta e centralizados naquele que constitui tradicionalmente o espaço-centro desta estrutura, a aldeia” (Costa, 2003: 31), a que se associava o “propósito de intervenção, não apenas no espaço do núcleo edificado propriamente dito, como também nos territórios de influência das aldeias” (*Idem: Ibid.*), decorrente de uma abordagem estratégica assente “em actuações de base territorial que se pretendiam aglutinadoras de dinâmicas integradas e estruturantes” (Coelho, 2010: 158).

Daí que estes PI tenham abrangido intervenções em outros aglomerados – de menor dimensão mas com valor patrimonial – próximos de uma das aldeias do programa²⁹; aglomerados que

²⁶ Importa referir a este respeito que, apesar de aberto um concurso para o efeito e pago pela CCDDR o respetivo projeto de execução à equipa vencedora, através do recurso ao financiamento comunitário previsto no PAA, a Sinalética Aldeias do Algarve (figura 2.59), à parte uma ou outra situação avulsa, não chegaria a ser implementada, de forma generalizada, em nenhuma das aldeias constantes do programa.

²⁷ De facto, no documento que define a “metodologia de intervenção” do PAA, admite-se mesmo como “evidente que existem já um conjunto de projetos equacionados, nomeadamente pelos Municípios que, dentro das regras definidas pelo programa, deverão ser enquadrados nos Planos de Intervenção e avançar o mais depressa possível.” (Brito, Santos & Costa, 2001: 5) Não se pode deixar de notar como esta asserção parece validar a referência que Ana Pinho faz à “tendência” revelada por “muitos Estados-membros” da EU “para basear as estratégias nas categorias elegíveis para financiamento em vez de nos problemas, nos recursos e nas oportunidades das áreas.” (2009: vol. I, 383)

²⁸ Em abono da verdade, não se poderá dizer que estes planos tenham acrescentado nada de significativo ao conhecimento que já se possuía da realidade destas aldeias, muito embora se tenha de reconhecer a relevância que a caracterização do tecido urbano de cada aldeia teve, em particular, na definição das propostas de intervenção respeitantes, não se podendo assim, eventualmente, medir a sua importância a esse nível mas fundamentalmente a nível da coerência da estratégia definida para cada uma delas e da estratégia global para o seu conjunto, algo que porventura ainda não tinha sido feito. No fundo, e retomando as já citadas palavras do Dr. Joaquim Felício (2009) a propósito do PAX, tratou-se de estabelecer o encontro entre a disponibilidade de financiamento assegurada pelos fundos comunitários de apoio e a existência de projetos carentes de oportunidades de execução.

²⁹ Nomeadamente: Figueira, Salema e Vale do Boi, com intervenções previstas no âmbito do PI de Budens; Fábrica, Manta Rota e Santa Rita, com intervenções previstas no âmbito do PI de Cacela Velha; de Bordeira e Vilarinha, com intervenções previstas no âmbito do PI de Carrapateira; e Alcaria Queimada, com intervenções previstas no âmbito do PI de Vaqueiros. Às intervenções previstas nesses

integram a estrutura de valorização do património cultural e material (Costa, 2003: 32) do PI da respetiva aldeia – que poderíamos chamar a aldeia 'bandeira', considerando como tais as 11 enunciadas no programa – e/ou, em conjunto com essa aldeia, configuram “polos estruturantes ao nível da intervenção, na relação com o território” ou “uma espécie de extensão” territorial da mesma (Freitas, 2002b: 14 e 67), contemplando ainda intervenções na paisagem através de um conjunto significativo de ações associadas às áreas agrícolas na envolvente das aldeias e à arquitetura da produção dispersa no território (*vide* figura 2.58).

Importa referir, contudo, que não só estes planos não se veriam dotados de qualquer eficácia do ponto de vista legal, em termos de ordenamento territorial ou gestão urbanística – embora se tenha de reconhecer que esse não era, de facto, o seu propósito –, nem as suas propostas de qualquer carácter vinculativo, como o programa também não viria a conseguir³⁰ transpor para um regulamento de edificação específico (para cada aldeia) os princípios e regras de intervenção definidos em sede e em função do programa, cerceando assim a possibilidade de serem salvaguardadas as intervenções realizadas no âmbito do mesmo e, em obras futuras, a continuidade da observância desses mesmos princípios.

Outro aspeto onde o programa acabaria por falhar – e também distanciar-se relativamente àqueles outros três programas – foi no nível de execução das ações previstas face ao preconizado nos planos (tabelas 2.1. a 2.4), não obstante o plano estratégico sugerir que “A intervenção não deve criar ilusões ou cenários mais ou menos virtuais” (Freitas, 2002a: 31).

Esse facto e o diferencial entre ações previstas nos programas e as que foram efetivamente executadas são particularmente notórios no que concerne às ações mais emblemáticas – sobretudo do ponto de vista da transformação da imagem urbana – deste tipo de programas, como sejam as respeitantes à intervenção em fachadas e coberturas. Quanto às razões para tal, estas poderão se encontradas, porventura, se não na excessiva (?) ambição dos PI³¹ e/ou no baixo nível de dinâmica, iniciativa e competências das autarquias envolvidas no programa³², pelo menos no reduzido nível de “prioridade atribuída pelos responsáveis autárquicos a estas pequenas obras de impacto público mais limitado” (Coelho, 2010: XI) em face dos constrangimentos financeiros dos respetivos municípios.

núcleos poderiam ainda acrescentar-se outras intervenções pontuais, como as preconizadas, por exemplo, pelo PI de Odeleite para o monte das Furnazinhas e miradouros das Terras da Ordem e da Murteira, ou a consideração da localização no monte de Bentos do parque de campismo previsto no PI de Vaqueiros.

³⁰ Porventura, mais por manifesta falta de empenho e vontade política por parte das autarquias, ainda que se possa de igual modo assinalar a falta de articulação e coordenação entre os serviços técnicos das mesmas e as duas equipas de projeto criadas no âmbito do programa, os GTAA – Gabinetes Técnicos de Apoio às Aldeias. Essa desarticulação patenteia-se no facto de apenas muito raramente estes terem sido chamados a dar parecer sobre quaisquer obras em imóveis localizados na área de intervenção dos planos de aldeia que, entretanto, tenham sido submetidas à apreciação daqueles serviços para os efeitos de autorização ou licenciamento previstos na legislação em vigor, pondo assim em causa quaisquer propostas de intervenção que tivessem sido ou estivessem a ser equacionadas por aqueles gabinetes para aquele imóvel no âmbito, em particular, das intervenções em fachadas e coberturas.

³¹ Como o próprio estudo de avaliação realizado após o encerramento do QCA –, embora fazendo uma avaliação global positiva do programa e, em geral, da estratégia adotada pela região para as ABD – não deixa de reconhecer ao referir que “os Planos de Intervenção geraram expectativas sobre projectos que não se vieram a realizar.” (Sousa, 2009: 162)

³² Na análise que faz às razões que terão ditado a não absorção da totalidade da dotação financeira atribuída ao Eixo 2 - Ações Integradas de Base Territorial, o relatório final de execução do PO regional reconhece que “Relativamente às Áreas de Baixa Densidade, onde as competências são escassas e o nível de iniciativas é baixo, a montagem de projectos, a preparação e adjudicação de concursos revelou-se naturalmente sempre mais difícil.” (Coelho, 2010: X) O documento, reportando-se – embora não explicitamente – ao caso do Barlavento, aponta como exemplo as intervenções de requalificação urbana, assinalando que “embora a filosofia de intervenção definida para as Aldeias do Algarve apontasse para a requalificação harmoniosa dos conjuntos arquitectónicos, esses objectivos nem sempre foram cumpridos por algumas das propostas inicialmente apresentadas”, determinando assim uma “necessária intervenção dos Gabinetes Técnicos de Apoio às Aldeias, com as inerentes demoras no arranque das obras.” (*Idem: Ibid.*)

Efetivamente, essas ações, ao contrário do sucedido nos outros programas analisados, ficariam muito aquém do previsto – e não por falta de projetos realizados, como veremos –, quando o sucesso destes programas impõe que a componente infraestrutural a que aquelas dizem respeito seja executada, na sua globalidade ou de uma forma significativa, numa primeira fase do programa, de forma que – se não em concomitância, pelo menos em fases subsequentes – os seus efeitos ou resultados, em termos de imagem urbana dos aglomerados, pudessem ser turisticamente valorizados e potenciados através dos planos dinamização socioeconómica e de animação sociocultural complementares que constituem a componente imaterial destes mesmos programas. Isto para já não falar da importância que a gestão de expectativas e a continuidade das políticas pode ter na confiança dos próprios atores e agentes económicos locais e na sua, decorrente, maior ou menor disponibilidade para investir.

De resto, também esta componente imaterial acabaria por se esgotar, salvo raras exceções, no período de programação financeira comunitária em que o programa foi lançado (QCA III), não tendo sido assegurada, nem a sua continuidade e desenvolvimento, nem o propósito de criação da rede (e marca) “Aldeias do Algarve”³³. Propósito que estava, como vimos, associado ao programa e constituía condição fundamental para que a dinâmica induzida pudesse ser potenciada, tivesse efeitos multiplicadores e garantisse visibilidade contínua e efetiva ao produto – como, aliás, bem o demonstram os casos das AH e AX³⁴.

No que respeita à *participação*, a importância que lhe virá a ser concedida pelo PAA manifesta-se não só, e conforme atrás referido, no papel atribuído às ADL no estabelecimento de pontes com as populações locais – através, em particular, da convocação do seu contributo na caracterização de cada aldeia e na identificação das suas carências, necessidades, expectativas, anseios, bem como dos seus eventuais projetos, ideias e iniciativas –, mas também, numa fase subsequente e já correspondente à concretização das ações no terreno, na criação das Comissões de Acompanhamento Local (CAL), configurando um processo que, p. ex., na estratégia associada ao PI de Cacula Velha, se considerava mesmo dever ser “ininterrupto” (Garcia, 2002: s.p.).

Com efeito, as CAL adquirem, neste contexto, particular relevância – por constituírem uma outra particularidade deste programa que também não detetámos nos outros programas referidos –, estando associado à sua criação o propósito de promover, em cada aldeia, um fórum de discussão que reunisse os representantes institucionais e associativos (entre outros) da respetiva aldeia e representantes da ADL, da autarquia e do GTAA respeitantes, tendo em vista acompanhar o desenvolvimento e implementação do plano de aldeia e das respetivas ações e projetos. Todavia, e

³³ Revelando-se, ao contrário do QCA III, particularmente limitado no que respeita ao financiamento disponível para as ações de renovação urbana, a forma como o QREN 2007-2013 foi desenhado e a falta de interesse das próprias autarquias terão inviabilizado assim a prossecução da estratégia de intervenção nas ABD da região algarvia iniciada em 2001 e a conclusão ou execução significativa daquelas ações em consonância com o que estava previsto nos PI. E mesmo em relação à criação e promoção da rede e respetiva marca, também não houve continuidade do QCA III para o QREN. Assinale-se ainda que, apesar do PO regional respeitante ao atual período de programação – Portugal 2020 (2014-2020) – contemplar um acréscimo substantivo de financiamento disponível para a renovação urbana, face ao anterior período de programação, e de a gestão do programa ter desenvolvido esforços no sentido de incentivar as autarquias a retomarem, de alguma forma, a estratégia associada ao PAA (considerando as aldeias como recurso endógeno e assim justificando o investimento público necessário para potenciar e alavancar o investimento privado), não havia, em junho de 2016 – segundo as informações que obtivemos nessa data da gestão do PO (Neto, 2016) – quaisquer sinais de que tal venha a suceder – embora ressalvando-se que não só o investimento público se encontrava ainda, àquela data, em negociação, como não tinham sido também ainda definidas quaisquer ações concretas. Pode-se, por isso, dizer com alguma segurança que, contrariamente ao que sucedeu com o PAH e o PAX, o PAA ‘morreu’ com o QCA III, pelo que, não tendo sido completados os seus pressupostos, dificilmente se poderá dizer que cumpriu, ou não, os seus objetivos, nomeadamente, em termos de adequação da terapêutica enunciada ao quadro patológico diagnosticado. E mesmo que o programa fosse agora retomado, a questão que se coloca é a de saber que nível de envolvimento e compromisso se pode esperar das populações e dos agentes económicos nestas circunstâncias, sabendo-se a importância de que se reveste a criação de um clima de confiança, estabilidade e continuidade nas políticas públicas.

³⁴ Mais no caso das AX do que no caso das AH, já que estas, por força dos valores patrimoniais classificados que apresentam, e sem prejuízo do trabalho que tem sido feito na sua promoção e animação, possuem *a priori* um capital de atratividade intrínseco maior.

não obstante a bondade da ideia – que deveria permitir dessa forma uma intervenção direta das populações locais no respetivo processo, fazendo ouvir a sua voz na tomada de decisões –, apenas no caso da aldeia de Cachopo tal comissão chegou, de facto, a ser constituída e teve oportunidade de sujeitar ao escrutínio local o desenvolvimento daquele processo, gorando-se, assim – no caso das restantes aldeias – não só uma boa oportunidade de promover o processo participativo, como de gerar uma maior empatia entre o programa, o plano e as populações locais e um maior reconhecimento, da parte destas, nos objetivos e nas ações previstas naqueles.

Mas onde, porventura, o PAA se distingue mais significativamente dos seus congéneres aqui analisados é na criação de duas equipas técnicas pluridisciplinares³⁵ locais – os Gabinetes Técnicos de Apoio às Aldeias (GTAA), como assim se irão designar, ficando um incumbido das aldeias do Barlavento (Budens, Caldas de Monchique, Carrapateira, Estoi, Paderne, Querença e S. Marcos da Serra) e o outro das aldeias do Sotavento (Cacela-Velha, Cachopo, Odeleite e Vaqueiros) – destinadas a dar suporte técnico às ações previstas nos planos, através, nomeadamente, da elaboração dos respetivos projetos técnicos. Com efeito, resultando de uma ação conjugada entre a CCR Algarve e as autarquias envolvidas no programa, os GTAA, embora semelhantes – quer na génese, quer nas respetivas atribuições (apoio do Estado, através das CCR, à criação de Gabinetes Técnicos criados junto das autarquias para elaboração de estudos, projetos e planos, e demais atos necessários e preparatórios da operação de recuperação), bem com na composição das respetivas equipas técnicas –, foram criados à margem do enquadramento legal que esteve na origem dos GTL³⁶ – o que se traduziria assim num processo de tramitação (candidatura e aprovação) bem mais expedito –, e, contrariamente à esmagadora maioria destes, ver-se-iam incumbidos de um campo de ação territorialmente mais alargado, abrangendo mais do que um aglomerado.

2.3.2. Do plano ao projeto e à execução

Conforme já referido, os programas de revitalização de aldeias contemplam, de uma forma geral, três componentes ou âmbitos essenciais de atuação (*vide* pág. 211): (i) *infraestrutural*, (ii) *imaterial* e (iii) *empregabilidade*. Estas componentes de atuação, por sua vez, abrangem outros tantos domínios fundamentais de intervenção, como sejam:

- (i) a *intervenção pública*, traduzida em ações de reabilitação do património edificado, de criação de equipamentos, de requalificação de espaços públicos e melhoria de acessibilidades, sinalização e infraestruturas, promovidas quer pelas autarquias respeitantes, quer por organismos dependentes da administração central (como o IPPAR/IGESPAR e a DGEMN);
- (ii) a *cooperação com as populações e organismos locais*, abrangendo o apoio técnico e financeiro às ações conjugadas entre as autarquias e os proprietários privados, nomeadamente aquelas que concernem às intervenções nas fachadas e coberturas;
- (iii) e o *apoio a atividades económicas locais*, englobando, p. ex., ações de recuperação e adaptação de imóveis para fins turísticos, bem como a criação e instalação de estabelecimentos de restauração, de ateliês de artesanato ou de unidades de produção alimentar tradicional, entre outras.

O número de intervenções promovidas pelo IPPAR/IGESPAR é particularmente notório no caso das AH, decorrendo da maior abundância de património classificado, cuja tutela incumbe àquela

³⁵ Cada uma das referidas equipas integrava três arquitetos, dois arquitetos paisagistas, um engenheiro técnico civil, um engenheiro técnico eletrotécnico, um medidor-orçamentista. A acrescentar a estes, o GTAA Sotavento integrava ainda um *designer*.

³⁶ Nomeadamente, os despachos da Secretaria de Estado da Administração Local e do Ordenamento do Território nº 1/88, de 05 de janeiro, relativo à criação do PRAUD, e nº 23/90, de 06 de novembro, relativo à consolidação das regras de atribuição de financiamento e de acompanhamento dos projetos no âmbito daquele programa.

entidade. O PAV regista apenas uma intervenção promovida por aquela entidade, concretamente a respeitante ao Mosteiro de Salzedas (figura 2.60 e tabela 2.3), e o PAA duas, as relativas à recuperação da igreja e do castelo da aldeia de Paderne (figuras 2.52, 2.62, 2.121, 2.123 e tabela 2.3). Quanto ao PAX, nenhuma das intervenções executadas no âmbito do período de programação financeira comunitária considerado neste trabalho identifica a referida entidade como sua promotora (*vide* tabela 2.3). No caso da DGEMN, a intervenção desta entidade terá ocorrido no quadro da colaboração técnica com o IPPAR/IGESPAR e com os municípios envolvidos, como indiciam os planos de ação do PAH e como sucedeu, de facto, no caso do PAA, na intervenção no castelo de Paderne (*Idem*).



Figura 2.60
Salzedas (AV), Mosteiro de Santa Maria de Salzedas



Figura 2.61
Idanha-a-Velha (AH), Lagar de Varas



Figura 2.62
Paderne (AA), Castelo de Paderne

Relativamente à componente infraestrutural, aquela que mais nos interessa aqui abordar, as ações nela contempladas podem-se ainda agrupar em mais cinco tipologias fundamentais (que abordaremos mais adiante de forma autónoma):

- (i) a *reabilitação urbana*, compreendendo a *intervenção no edificado* (fachadas e coberturas), o *ordenamento e requalificação do espaço público* e o enterramento das infraestruturas aéreas;
- (ii) a *reabilitação e valorização do património histórico e cultural*;
- (iii) a *criação e qualificação de estruturas e equipamentos de utilização coletiva*;
- (iv) a *articulação do núcleo edificado com a envolvente paisagística*;
- (v) o *apoio à iniciativa de promotores privados*;
- (vi) as *acessibilidades e outras infraestruturas*.

Note-se, todavia, que estas tipologias não são necessariamente coincidentes com as ações identificadas na tabela 2.3, na medida em que muitos dos projetos – particularmente os englobados naquela primeira tipologia – foram decompostos, por questões operativas e para efeitos de candidatura aos fundos associados, nas suas diversas componentes, dando assim origem a mais do que uma candidatura/ação executada por exemplo: uma(s) relativa(s) à intervenção nas fachadas e coberturas, outra correspondente à intervenção no espaço público e uma terceira respeitante às infraestruturas.

Esta situação é particularmente notória nas intervenções em fachadas e coberturas previstas no PAX, correspondendo a uma estratégia assumida – pelo menos por alguns municípios, em estreita

articulação com a gestão do programa – que visava, através da *divisão em lotes* das intervenções e executar (Cunha, 2013) – ao abrigo do disposto no regime jurídico das empreitadas de obras públicas então em vigor³⁷, sendo esses lotes definidos em função de “lógicas de intervenção” coerentes a fim de não incorrer no *fracionamento de despesa* (o qual constituía infração suscetível de punição sancionatória ao abrigo do mesmo regime jurídico)³⁸ –, assegurar a possibilidade de recurso a procedimentos concursais (nomeadamente o *curso por negociação* ou o *ajuste direto*) que permitissem às autarquias adjudicar as obras, tanto quanto possível, a empresas locais (do território) e, sobretudo, dotadas de recursos humanos com conhecimento das características e particularidades da arquitetura e dos métodos, técnicas e materiais construtivos tradicionais da região bem como, e não menos importante, experiência de trabalho nesse âmbito específico.

A importância conferida ao recurso a mão-de-obra especializada nesse domínio específico levou ainda, no âmbito do PAX, à implementação de um programa – designado “Património do xisto” – através de um projeto internacional levado a cabo em parceria com o município norueguês de Røros³⁹ com recurso ao sistema de incentivos financeiros EEA Grants⁴⁰. Esse programa esse viria a possibilitar intervenções específicas nos domínios das técnicas tradicionais de construção em oitenta fogos de quatro das AX e a realização de *workshops* com formação *in situ* cuja frequência se constituiria depois como condição *sine qua non* para que os artesãos assim habilitados ou certificados – nomeadamente, pedreiros e carpinteiros – pudessem posteriormente concorrer às obras de reabilitação a realizar no âmbito daquele mesmo programa⁴¹ (e não apenas nas aldeias que integravam o PAX). Vale ainda a pena assinalar, no mesmo contexto, as intervenções relativas à criação das Lojas da Aldeia, as quais serviram também de ação de formação de pedreiros no âmbito da construção em xisto.

No que respeita à autoria dos projetos que integram qualquer uma daquelas tipologias, não é possível afirmar um padrão comum (à exceção dos projetos respeitantes às ações de iniciativa privada, onde, de um modo geral, a autoria é também privada⁴²), distribuindo-se os mesmos pelos serviços técnicos das respetivas autarquias, GTL e gabinetes privados – destacando-se, neste último domínio, as intervenções emblemáticas e, de alguma forma, exemplares, propostas para Idanha-a-Velha pela equipa coordenada por Alexandre Alves Costa, Sérgio Fernandez e José Luís Gomes (Atelier 15) e para Castelo Rodrigo pela dupla João Rapagão e César Fernandes. Neste contexto, adquirem ainda particular relevância, pela sua singularidade, a criação dos GTAA no âmbito do PAA.

As intervenções em Idanha-a-Velha e Castelo Rodrigo constituem, efetivamente, dois casos singulares de grande relevância, na medida em que se afastam da lógica do desdobramento da

³⁷ DL n.º 59/99, de 2 de março, com as alterações que lhe foram introduzidas através da Lei n.º 163/99, de 14 de setembro, do DL n.º 159/2000, de 27 de julho, da Lei n.º 13/2002, de 19 de fevereiro e do DL n.º 245/2003, de 07 de outubro.

³⁸ Esta divisão traduzir-se-ia, de igual modo e consequentemente, num significativo fracionamento das candidaturas aos apoios financeiros comunitários – com tudo o que isso significou em termos burocráticos e administrativos –, como facilmente se constata ao comparar o número de ações/candidaturas aprovadas no âmbito do PAX e do PAV (*vide* anexo 2, tabela 2.3), as quais, neste último caso, são muito mais genéricas e terão mesmo abrangido não só todas as componentes de intervenção que estão associadas aos projetos de intervenção de conjunto e reabilitação urbana (fachadas e coberturas, espaço público e infraestruturas), como, eventualmente, algumas relativas à criação e qualificação de estruturas e equipamentos de utilização coletiva.

³⁹ Antiga cidade norueguesa, sede de município com o mesmo nome, pertencente ao condado de Sør-Trøndelag, cuja característica arquitetura em madeira lhe valeu a inclusão, em 1980, na lista de Património Mundial da UNESCO.

⁴⁰ Conjunto de contributos financeiros da Islândia, Liechtenstein e Noruega destinados à redução das disparidades sociais e económicas na Europa e atribuídos no âmbito do acordo de parceria que permite àqueles três membros da EFTA participarem no mercado único europeu mesmo sem integrarem a UE.

⁴¹ A certificação prévia dos empreiteiros como requisito de candidatura às obras a executar era uma das ideias inicialmente associadas à estratégia do PAX, não se tendo a mesma, todavia, concretizado (Felício, 2009).

⁴² A única exceção que conseguimos identificar diz respeito ao *Projecto de reconversão de edifício tradicional em pastelaria com fabrico próprio*, elaborado pelo GTAA Sotavento no âmbito do PAA (Ribeiro, 2008a: 212-213).

estratégia de intervenção num determinado aglomerado urbano em projetos parcelares desenvolvidos de forma autónoma por diferentes equipas de projeto – ainda que subordinadas a um plano de conjunto – e, ao serem adjudicadas a uma única equipa projetista, procuram ver assegurada a coerência, a articulação e o compromisso ao nível do desenho urbano e da salvaguarda dos elementos patrimoniais que este tipo de intervenções exige.

Essa ideia – de assegurar a coerência às diversas intervenções parcelares, articulando-as e subordinando-as ao mesmo conjunto de princípios – parece-nos, aliás, clara na forma como ambas as equipas justificam ou fundamentam o respetivo trabalho: enquanto Alves Costa refere a “consideração da interdependência de vertentes aparentemente tão contraditórias como o novo e o velho ou o geral e o particular” como fundamento da metodologia adotada pela sua equipa na intervenção em Idanha-a-Velha (Atelier 15, 2002: 165), João Rapagão, reportando-se à sua intervenção em Castelo Rodrigo, remete o critério de intervenção para “a ideia de recuperação e produção de um património constituído por muitos monumentos pequenos alinhados pelas ruas estreitas” (2002b: s.p.).

No que respeita aos GTAA, a sua relevância não é menos significativa, sobretudo por constituírem, como referido, casos singulares no contexto destes programas, em virtude de terem sido criados especificamente para operarem, não à escala de uma única aldeia, mas de um conjunto territorialmente alargado de aldeias. Apoiados institucional e financeiramente pelas autarquias respeitantes e pela CCDR Algarve através do um contrato-programa de colaboração técnica e financeira celebrado entre aquelas entidades⁴³, os GTAA deveriam constituir

estruturas ligeiras, flexíveis e adequadas para elaborarem projectos de recuperação de edifícios, para identificarem os pequenos projectos de investimentos de âmbito local e de iniciativa privada, para encontrarem e mobilizarem competências complementares necessárias a algumas das suas intervenções [e capazes de] no seu percurso, contribuí[rem] para a formação dos seus próprios técnicos, integrando o conhecimento das dinâmicas locais, das culturas territoriais das comunidades e do quadro institucional em que se têm de mover. (Guerreiro, 2003: 527)

Em número de dois – um para as aldeias do Barlavento, o outro para as do Sotavento, conforme referido – os GTAA veriam a sua ação adstrita – embora gozando de relativa autonomia funcional –, aos GAT de Faro⁴⁴ e Tavira, respetivamente, correspondendo às mesmas áreas geográficas de intervenção destes. A ideia era que essa “proximidade da Administração” lhes permitisse absorver os “procedimentos e conhecimentos proporcionados pela experiência daquelas estruturas”, mas sem prejuízo da “autonomia, flexibilidade, dinamismo e mobilização de recursos humanos” (*Idem: Ibid.*) julgadas necessárias à prossecução dos objetivos para que haviam sido criados, particularmente a elaboração dos projetos técnicos correspondentes às ações previstas nos PI.

Neste contexto, a ação dos dois gabinetes exercer-se-ia, essencialmente, em quatro planos fundamentais distintos:

- (i) num primeiro momento, correspondente ainda à fase de elaboração dos PI – e particularmente no caso do GTAA Sotavento –, na participação no desenvolvimento dos estudos de caracterização das aldeias e áreas de intervenção do programa (embora a missão que lhes tinha sido confiada originalmente não contemplasse essa tarefa), permitindo-lhes

⁴³ Contrato que referia, no respetivo preâmbulo, que “a natureza e o volume dos projectos identificados implicam para a sua concretização uma equipa técnica pluridisciplinar, afecta a tempo inteiro, nas especialidades de arquitectura, arquitectura paisagista, engenharia (civil, electrotécnica) e medição/orçamentação”, reconhecendo a insuficiência, por parte dos municípios envolvidos, de técnicos “que possam corresponder ao acréscimo de serviços e acompanhar eficaz e integralmente esta actividade de carácter excepcional.” (*Contrato-programa...*, 2001: 1)

⁴⁴ Na sua primeira fase de funcionamento, o GTAA Barlavento seria, aliás, colocado em Silves, nas instalações do antigo GAT de Silves, o qual, desde a sua extinção, constituía uma mera extensão do GAT de Faro.

assim uma primeira abordagem ao território de ação e ao conhecimento das respetivas problemáticas;

- (ii) num segundo momento, e conforme já referido, na elaboração dos projetos técnicos correspondentes às ações previstas nos PI (âmbito no qual o GTAA Sotavento também se destacaria com um considerável volume de projetos realizados⁴⁵), procurando estabelecer a articulação entre as várias escalas de planeamento, de projeto e de acompanhamento das várias intervenções e definir um conjunto de princípios e metodologias de intervenção transversais e comuns às diversas aldeias e áreas de intervenção, por forma a assegurar um mínimo de coerência às intervenções a executar;
- (iii) num terceiro momento, no apoio à “implementação e acompanhamento dos respectivos processos junto dos gabinetes das Câmaras Municipais e gabinetes da especialidade” – especialmente no caso do GTAA Barlavento, dado que seu modelo de atuação, por falta de interesse das autarquias respeitantes, “não atribuía prioridade à concepção de projectos” (Coelho, 2010: 160);
- (iv) e finalmente – particularmente no caso do GTAA Sotavento – na intensificação de uma prática de investigação no âmbito específico da arquitetura popular e dos materiais e técnicas de construção tradicional⁴⁶ e de divulgação dos seus resultados paralela à (e ao serviço da) prática de projeto (figuras 2.63 e 2.64), bem como aos passos dados no sentido de assegurar, eficazmente, a continuidade desse processo para além dos limites temporais do programa⁴⁷, o que, não obstante extravasar aqueles que eram os seus limites de originais de ação, se considerou essencial para a formulação de propostas adequadas à escala e contexto dessas aldeias e às características próprias e específicas dos elementos patrimoniais que estas comportam.

Contudo, a distribuição desigual das aldeias pelos GTAA – quer em termos quantitativos, quer em termos da área geográfica, decorrendo logo do facto do próprio GAT de Faro, tendo absorvido as competências do entretanto extinto GAT de Silves, abranger uma área bem maior que a do GAT de Tavira, correspondendo a cerca de 2/3 da área total da região algarvia – bem como a relação e a dinâmica existentes entre cada um dos GAT e os municípios do agrupamento respetivo – as quais

⁴⁵ Volume que se traduz num total de 46 projetos elaborados, dois quais 34 foram entregues às respetivas autarquias em fase de projeto de execução, embora destes apenas 19 destes tenham chegado à fase de obra (Ribeiro, 2008a; Ribeiro & Costa, 2014a: 294). Quanto às obras, uma delas, correspondente à *Casa da Aldeia e Jardim de Cachopo* (Ribeiro, 2008a: 166-173), não chegaria a ser concluída por falência do respetivo empreiteiro, não tendo a obra sido retomada; e outras duas, as respeitantes à *Reabilitação da Igreja de Cacela* (*Idem*: 130-133; Ribeiro *et al.*, 2010: 34-35) (figura 2.51) e à *Reabilitação da Casa do Pároco de Cacela* (Ribeiro, 2008a: 124-129), apenas seriam iniciadas e concluídas já depois de encerrado o programa, ou seja, recorrendo já a outras fontes de financiamento.

⁴⁶ Como o atestam os seus resultados mais visíveis: as publicações *Património Rural Construído do Baixo Guadiana* (AA.VV., 2004c) – que embora fora do âmbito específico do gabinete, e numa fase de transição entre as suas duas fases de ação, foi realizada pela maior parte dos elementos que constituíam a respetiva equipa técnica e se baseou em parte do trabalho que esta vinha já desenvolvendo no âmbito do PAA – e *Materiais, Sistemas e Técnicas de Construção Tradicional. Contributo para o estudo da arquitectura vernácula da região oriental da serra do Caldeirão* (Ribeiro, 2008b) (figura 2.64), e o DVD *Construções em Xisto* (GTAA Sotavento, 2007). O trabalho desenvolvido nesse âmbito pelo GTAA Sotavento norteou-se pela ideia de que uma política de conservação “no âmbito de uma política de ordenamento do território, só é possível se existir um inventário dos bens a manter” (*Apelo de Granada...*, 1977) e de que a salvaguarda da memória coletiva depende igualmente do “desenvolvimento de instrumentos de pesquisa e identificação” (Recomendação Nº R 89..., 1989) do património, sendo nesse sentido os trabalhos acima referidos – bem como aquela que constitui a síntese de todos os trabalhos desenvolvidos pelo GTAA Sotavento (Ribeiro, 2008a) – entendidos não só como um objetivo em si mesmo, correspondendo a uma ação efetivamente inscrita e prevista nos próprios PI (ainda que como *Manual de Construção*), mas sobretudo como consubstanciação da prática de pesquisa, investigação e levantamento, essencial para a compreensão do território de ação, que acompanhou o desenvolvimento da prática projetual daquele gabinete ao longo do seu período de existência.

⁴⁷ A insuficiência de estudos sobre o território de ação – em particular nos domínios da arquitetura vernácula e das tipologias, sistemas e técnicas construtivas tradicionais –, aliada a um certo desencanto com a forma como o próprio programa estava a ser implementado por algumas autarquias, tendeu a permitir que esta prática de investigação adquirisse “uma importância decisiva na prática do gabinete, conformando simultaneamente as últimas ações desenvolvidas” (Ribeiro & Costa, 2014a: 294); prática que foi, aliás, a única vertente que sobreviveu ao encerramento do programa, em 2007, já que teve continuidade, agora a título individual e no âmbito académico (em mestrados e doutoramentos), por parte alguns dos técnicos que integraram o referido gabinete.

seriam herdadas, em grande medida, por cada um dos GTAA –, a par da referida diferença na prioridade atribuída, por cada um dos gabinetes, à conceção de projetos, viria porém a constituir fonte geradora de disparidades nas respetivas dinâmicas de funcionamento, formas de abordagem e desenvolvimento das respetivas experiências e, consequentemente, nos próprios resultados obtidos⁴⁸.



Figura 2.63: *Materiais e técnicas de construção tradicional: conhecer para agir*, oficina de taipa, adobe, alvenarias de xisto e coberturas colmadas (GTAA Sotavento, 2007)

Figura 2.64: *Materiais, Sistemas e Técnicas de Construção Tradicional. Contributo para o estudo da arquitectura vernácula da região oriental da serra do Caldeirão*, publicação (GTAA Sotavento, 2008)

Figura 2.65: *Da natureza nascem as casas*, ação lúdico-didática com crianças do ensino básico (MITR, 2006)

Figura 2.66: *Semana do Património em Paderne - aperfeiçoamento em técnicas de construção tradicional*, oficina de taipa, adobe e fingidos (MITR, 2006)

De qualquer forma – e no caso particular do GTAA Sotavento –, será nessa prática investigativa que se irá alicerçar a definição de um conjunto de princípios de coerência transversais a todos os projetos que o gabinete viria a elaborar e que se cruzavam num propósito essencial: contribuir para recuperação do uso e aplicação dos materiais e técnicas de construção tradicional características do seu território de ação, no âmbito mais abrangente da promoção, conservação e valorização do património vernáculo, considerando ainda que a importância concedida aos velhos saber-fazer não se esgotava na sua dimensão meramente técnica mas abrangia, de igual modo, uma dimensão social não negligenciável, na medida em que a sua valorização contribui reconhecidamente para a elevação da autoestima das populações locais e, por arrasto, para a dinamização e desenvolvimento do potencial endógeno a que estão associados.

Esse propósito procurou o GTAA Sotavento cumprir, por um lado, através da incorporação desses materiais e técnicas nos projetos e respetivas obras – quer em contexto de conservação, reabilitação ou recuperação, quer em contexto de construção nova – e, por outro, afirmando a intenção de indução de efeitos demonstrativos. Qualquer um dos projetos elaborados pelo gabinete continha assim indicações resultantes da referida prática investigativa, tendo-se procurado ainda, na medida do que a lei permitia, incorporar nas obras realizadas artesãos locais suficientemente experientes nas artes de construção tradicionais – o que acabaria por suceder no caso específico da

⁴⁸ Com efeito, não se pode deixar de referir que enquanto a ação do GTAA Sotavento viu a sua ação estender-se – nos mesmos moldes e com os mesmos objetivos inicialmente previstos e com uma equipa sensivelmente idêntica em termos de valências técnicas – por duas fases, de um primeiro período de três anos (2001-2003) para um segundo período equivalente (2004-2006), tendo ainda beneficiado, a título excecional, de um prolongamento por mais um ano (até final de 2007), já o GTAA Barlavento – e sem que se possa ou deva assacar responsabilidades, pelo menos exclusivas ou fundamentais, à ação da sua equipa técnica – ver-se-ia reduzido, da primeira para a segunda fase, em termos de equipa, a uma expressão mínima (apenas dois arquitetos), e, em termos de ação, à mera apreciação e acompanhamento de candidaturas e projetos em curso, acabando por ser encerrado no final de 2006.

aldeia de Cachopo, resultando numa importante aprendizagem para a própria equipa técnica do gabinete –, bem como na promoção de ações de divulgação e formação⁴⁹ nesses domínios.

Esta prática de investigação não se cingiria, contudo, apenas ao GTAA Sotavento, encontrando idêntico acolhimento, embora em circunstâncias diferentes, na área do Barlavento. Efetivamente, e não obstante o GTAA Barlavento propriamente dito não ter encontrado condições para imprimir uma dinâmica semelhante ao desenvolvimento do seu trabalho – em grande medida, por falta de interesse das próprias autarquias respeitantes (Valverde, 2016)⁵⁰ – seria fruto da experiência ocorrida durante a sua primeira fase de funcionamento (entre 2001 e 2003) que viria a surgir um projeto – promovido pela CM de Albufeira e também apoiado pelo PAA – que colocava a investigação e a divulgação das questões relacionadas com a intervenção patrimonial no centro da sua ação. Trata-se do projeto Metodologias de Intervenção e Técnicas de Reabilitação (MITR), com a qual se visava, por um lado, dar resposta(s) ao “desconhecimento dos técnicos sobre o nosso património, quer ao nível das tipologias de construção, quer dos sistemas e técnicas de construção tradicional e dos materiais” (Valverde & Santos, 2005: 27)⁵¹, e, por outro lado,

colmatar a falta de sustentação teórica e prática há muito por todos sentida, nomeadamente ao nível de quem projecta intervenções no património, regula, fiscaliza, constrói, usa e visita (*Idem*: 28)

como de resto a própria experiência de ambos gabinetes havia já evidenciado e confirmado.

Centrando a sua ação na aldeia de Paderne (AA) – por força do trabalho de sensibilização feito pelo GTAA Barlavento, na primeira fase do programa, junto da autarquia, da junta de freguesia e dos próprios residentes, e aproveitando a circunstância daquele conjunto urbano constituir “exemplo único, no contexto regional, de variedade e conservação de sistemas e técnicas construtivas tradicionais” –, a ação do MITR traduzir-se-ia “num conjunto de ações dirigidas para a revitalização, valorização e preservação do património urbanístico e arquitectónico do Algarve” (Valverde & Santos, 2005: 28-29), nomeadamente uma ação lúdica-pedagógica com crianças do ensino básico e uma oficina de técnicas de construção tradicional (figuras 2.65 e 2.66), que deveriam ter culminado na edição de um *Guia de formação em técnicas de reabilitação* e duas publicações, uma referente a *Técnicas de reabilitação de fachadas: marmoreados* e a outra a *Metodologias de intervenção*.

Mas se quanto a esta prática de investigação não se pode afirmar que a mesma tenha sido um atributo comum aos quatro programas aqui analisados – embora se possa admitir que, na maior parte dos casos, nomeadamente dos programas das AH, AX e AV, já houvesse, à data do início programa, muito trabalho desenvolvido nesse âmbito, conforme referido –, já no que diz respeito ao recurso aos materiais, sistemas e técnicas construtivas tradicionais e à sua reintrodução no contexto das intervenções realizadas no âmbito aqui analisado, esse constituiu, com efeito, um dos princípios

⁴⁹ De que as publicações e o DVD referidos na nota 46 são alguns dos resultados visíveis, sendo outros o seminário e o *workshop* organizados sob o tema genérico “Materiais e Técnicas de Construção Tradicional” (figura 2.63).

⁵⁰ Note-se que, apesar de estar dotado de uma equipa técnica de dimensão e especialidades similares, ao GTAA Barlavento foram incumbidas praticamente o dobro das aldeias (sete, contra as quatro do Sotavento) e do território (2/3 da região do Algarve), o que, *per se* e logo à partida, constituía uma condicionante que, face à celeridade que o processo implicava, inviabilizava a possibilidade do referido gabinete poder ‘acudir’, do mesmo modo, a todas as aldeias de que estava incumbido, tendo acabado por concentrar apenas em algumas delas (particularmente, Paderne) o seu foco de ação em termos de elaboração dos projetos correspondentes, enquanto outras ficavam sob a alçada das respetivas autarquias (Querença, Estoi) ou de gabinetes privados (Caldas de Monchique).

⁵¹ Para além desse “desconhecimento”, as mesmas autoras – antecipando de alguma forma algumas das razões que justificarão o relativo insucesso do PAA – apontam ainda o “recurso a metodologias de análise distintas e circunstanciais, comprometendo não só uma estratégia comum, como o futuro desenvolvimento e articulação entre projectos”, decorrente da “celeridade que o processo implicava, [d]a especificidade de cada um dos aglomerados urbanos seleccionados e [d]a falta de articulação entre as diversas equipas de trabalho”. (Valverde & Santos, 2005: 27).

comuns adotados, de forma generalizada, nos planos e projetos respeitantes a qualquer um dos programas em análise⁵².

Todavia, o respeito por este princípio não deixará ainda assim de admitir, por exemplo e entre outras medidas e materiais, o recurso a aditivos industriais nas argamassas de cal visando melhorar o desempenho das mesmas, a aplicação de soluções hidrófugas nas alvenarias de pedra, ou, sobretudo, a integração de materiais de isolamento de fabrico industrial nos sistemas de cobertura como medida tendente a melhorar o isolamento térmico dos edifícios e respeitar, nesse aspeto, a legislação e regulamentação aplicável em vigor – o que, pelo menos em abstrato, nos parece perfeitamente consonante com o princípio, postulado por L. Mumford, de dar “a melhor resposta possível às exigências da vida atual e à necessidade do homem se sentir em casa no seu ambiente”, sem deixar de refletir as “condições culturais atuais da região” (1941: 30; tradução livre).

(a) Projetos de reabilitação urbana

Os projetos de *reabilitação urbana* constituem o grosso das ações executadas no âmbito dos quatro programas analisados, representando cerca de 2/5 (40,7%) do investimento total realizado nesse âmbito, circunstância que traduz assim aquele que era um dos principais propósitos destes programas. No que respeita a cada um dos programas, o PAH regista o maior valor absoluto de investimento neste âmbito – com o mesmo a distribuir-se, como já tivemos ocasião de referir, por dois períodos de programação sucessivos –, tendo o PAV registado a maior percentagem relativa de investimento nesta categoria face ao investimento total do programa: 89,9% – embora tal não signifique, necessariamente, a ausência de investimento noutros domínios⁵³ – e o PAA o valor mais baixo: 28,4%, embora seguido de muito perto pelo PAH (*vide* tabelas 2.4 e 2.5).

Este tipo de projetos – cuja estratégia implícita corresponde em muitos casos a um intervenção faseada e decorre fundamentalmente da leitura e compreensão da estrutura urbana e do conjunto edificado assim como da dinâmica de utilização do espaço público de cada aldeia – comporta, em geral, a ação conjugada – que é enaltecida no plano de Martim Branco (AX) como sendo assim potenciadora da “coesão, leitura geral e uniforme de um espaço intervencionado”, ao contrário do que resultaria de intervenções “isoladas e descontinuadas no tempo” (Candeias, 2004: 37) – de três domínios principais de intervenção:

- (i) a *reabilitação de edificado privado*, compreendendo a intervenção na envolvente externa do edificado (fachadas e coberturas) e os trabalhos inerentes ao enterramento e ocultação das infraestruturas aéreas (eletricidade e telecomunicações) e respetivos dispositivos técnicos (contadores, caixas de visita e de derivação, etc.) (figuras 2.72 a 2.87);
- (ii) o *ordenamento e requalificação do espaço público*, englobando, para além dos trabalhos inerentes ao enterramento das referidas infraestruturas, a intervenção nos pavimentos, no mobiliário urbano e, eventualmente, nas restantes infraestruturas básicas (drenagem de águas pluviais, esgotos e distribuição domiciliária de água) (figuras 2.88 a 2.107);

⁵² Ainda que por vezes não se tenha conseguido fugir a algum romantismo na defesa desse princípio, como no caso mais flagrante do plano da aldeia de Benfeita (AX) onde, a fim de enaltecer as vantagens do uso da cal, se recorre a uma citação de Raul Lino em que este refere que “o caiado dá às superfícies uma certa palpação de vida, dá-lhes uma auréola de fresquidão na ardência do estio, suspende e alivia em cintilações a luz esmagadora do sol de agosto, aumenta a transparência nas projecções de sombra... [...]” (Santos, 2002b: s.p.), enfatizando-se dessa forma o respetivo valor pictórico e decorativo em detrimento da importância, que o documento omite, que o uso desse material apresenta, p. ex., em termos higrotérmicos.

⁵³ Importa salientar que o relatório de execução do PO regional correspondente assinala apenas uma ou duas ações genéricas para cada AV, conforme se pode constatar na tabela 2.3 (anexo 2), não permitindo a leitura desses elementos determinar a abrangência dessas mesmas ações, ou seja, se as mesmas não contemplam outro tipo de ações que não apenas as relativas à intervenção em fachadas e coberturas, espaço público e enterramento de infraestruturas.

- (iii) o *enterramento das infraestruturas aéreas* de eletricidade e telecomunicações, contemplando a integração de novos elementos de iluminação pública (figuras 2.108 a 2.114).

I. A reabilitação de edificado privado

Constituindo umas das ações mais emblemáticas destes programas, a reabilitação ou recuperação da envolvente externa do edificado privado (fachadas e coberturas) terá sido, sem dúvida, a ação que maior preponderância teve na transformação da imagem das aldeias intervencionadas (particularmente naquelas que foram alvo deste tipo de intervenções); uma imagem que, à data do lançamento de cada programa correspondente, se encontrava profundamente afetada por décadas de abandono, pela degradação física decorrente da ausência de manutenção regular e por intervenções pouco qualificadas (não só do ponto de vista formal do termo, mas sobretudo do ponto de vista da continuidade das tradições construtivas locais, estando esta continuidade também posta em causa ou profundamente afetada pelo êxodo populacional e pela introdução de novos modelos formais, novos materiais e novos processo construtivos).

De uma forma geral, a metodologia associada a este tipo de intervenções comporta a identificação e caracterização do edificado através de fichas de individuais, as quais estabelecem entre os seus principais critérios de aferição: (i) o *número de pisos*; (ii) os *usos e funções* associadas; (iii) o tipo e a cor dos *revestimentos* parietais; (iv) o tipo e os materiais utilizados em *coberturas e beirados*; (v) o *estado de conservação* (que, nos planos mais estruturados e desenvolvidos, abrange não só a envolvente externa do edificado, mas também as respetivas condições de habitabilidade); (vi) as *alterações ou transformações* volumétricas, formais, materiais e cromáticas⁵⁴ a que o edifício tenha sido sujeito, particularmente em épocas mais recentes (procurando-se, para esse efeito, identificar a data ou época da construção e das eventuais alterações subsequentes); e (vii) o *nível de dissonância* ambiental que o edifício ou os seus elementos componentes representa face ao conjunto e/ou às características padrão das arquiteturas locais. Por vezes, como nos planos de Martim Branco e Sarzedas (AX) e das aldeias do Sotavento algarvio (AA), assinalam-se os *pormenores notáveis* que cada aglomerado apresenta ou revela na sua estrutura urbana e respetivo edificado, os quais poderão, em consonância, determinar medidas de intervenção ou salvaguarda específicas apropriadas.

É, fundamentalmente, em função daqueles dois últimos parâmetros ou variáveis – estado de conservação e qualidade do edificado – que as propostas de intervenção são definidas. A primeira situa as condições físicas e estruturais do edifício numa escala composta, de uma forma generalizada, por quatro níveis: (i) *bom*, (ii) *razoável*, (iii) *mau* e (iv) *ruína*. Nalguns casos, como os dos planos de Martim Branco (Candeias *et al.*, 2004) e Sarzedas (Grancho *et al.*, 2002), é acrescentado, entre o bom e o razoável, um nível *médio*.

A segunda classifica o “valor arquitetónico” de cada imóvel e a dissonância que as referidas alterações representam segundo a sua intensidade (profunda, média e ligeira) e o seu caráter (reversível ou irreversível), segundo critérios como os definidos, p. ex., para as aldeias do Sotavento algarvio (AA): (i) *com interesse*, (ii) *com valor de conjunto*, (iii) *dissonante reversível*, (iv) *dissonante de reversibilidade complexa* e (v) *dissonante irreversível* (Costa, 2001: 3); para Álvaro (AX): (i) *patrimonial*, (ii) *de qualidade*, (iii) *de acompanhamento*, (iv) *dissonante total*, (v) *dissonante parcial* e (vi) *sem interesse* (Oleiros, 2002); ou para Gondramaz (AX): (i) *arquitetónico*, (ii) *histórico*, (iii) *popular/tradicional* e (iv) *sem valor* (Pereira, 2003).

No caso particular (e único, no contexto em análise) das AV, chegar-se-á inclusive a definir uma folha de cálculo relativa aos custos máximos de referência, determinando-se o valor máximo do

⁵⁴ Os planos de Martim Branco e Sarzedas contemplam, inclusive, uma carta de cores dos edifícios.

financiamento elegível por edifício⁵⁵ em função de três parâmetros caracterizadores, validados pelo IPPAR ao abrigo de uma parceria estabelecida entre a CCRN e aquele organismo (Azevedo, 2010: s.p.): (i) o *valor histórico/arquitetónico*, (ii) o *estado de conservação/grau de intervenção no edifício* e (iii) a *antiguidade da construção*.

Contudo, a grande subjetividade que estes critérios comportam evidencia-se, quer na ausência, generalizada, de definições claras e uniformes dos respetivos conceitos – de forma a evitar que cada plano ou projeto pareça ‘falar’ uma linguagem própria e exclusiva –, quer, por vezes, na utilização de categorias cuja operatividade é, no mínimo, muito questionável – como, p. ex., o “valor estético” que é enunciado nos planos das AX de Casal de S. Simão (Costa *et al.*, s.d.) e Gondramaz (Pereira, 2003) surgindo – de uma forma que não nos pode deixar de fazer lembrar a velha questão do “bom gosto” tão glosada nos tempos do Estado Novo, particularmente durante os anos de ouro do SPN/SNI (*vide* secção 1.2) – decomposto em duas ou três subcategorias: bom, razoável e mau.

Assim, e de uma forma geral, as propostas de intervenção no edificado privado adotam a *correção de dissonâncias* como princípio subjacente, explícito ou implícito, traduzindo-se o mesmo na identificação e subsequente proposta de remoção e/ou correção de quaisquer elementos de origem exógena considerados não consonantes⁵⁶ com as características formais, tipológicas, materiais e cromáticas das arquiteturas locais – podendo abranger, como na proposta para o Fajão (AX), “a rectificação de alinhamentos com conseguinte definição de volumetrias” (Pina, 2002: s.p.) – e subsequente “reposição da imagem aproximada à morfotipologia do modelo construtivo tradicional local”, como é afirmado nos planos das AX do Casal Novo, Chiqueiro e Talasnal (DHV Tecnopor, 2002a: 16, 2002b: 15 e 2002c: 18).

Esta questão da imagem é, por exemplo, bem sublinhada no plano da AX de Martim Branco, no qual se defende uma intervenção em “praticamente todos” os imóveis particulares – não obstante se reconhecer o facto de muitos deles se encontrarem devolutos – tendo em vista “atender em primeiro lugar ao resultado final da imagem de conjunto que se pretende obter”: a de uma “arquitetura tradicional relativamente homogénea” (Candeias *et al.*, 2004: 38). Esta ideia traduz uma certa tendência cristalizadora da imagem urbana, comum aos diferentes programas aqui analisados, que aparenta negar o carácter dinâmico e evolutivo próprio das arquiteturas que aqueles afirmam pretender salvaguardar – uma atitude que, além do mais, nos remete de novo para uma das velhas questões do restauro estilístico: a da negação da história e dos seus efeitos (bons ou maus, quem estará em melhor posição para o julgar?)

Contudo, não se vislumbra em nenhum dos planos um levantamento, inventário ou identificação clara, precisa, exaustiva e territorialmente abrangente dessas mesmas características, considerando que as fichas de caracterização individual do edificado que, de uma maneira geral, acompanham estes processos, não só estão longe de esgotar as possibilidades investigativas nesse domínio⁵⁷

⁵⁵ Cujo montante terá sido fixado em 12.500 € (Azevedo, 2010: s.p.).

⁵⁶ Ainda que com “desenhos a imitar o antigo”, como é referido nos planos das AX de Aigra Nova, Aigra Velha, Comareira, Pena (Santos, 2002a: s.p.). Um dos elementos mais caracteristicamente considerados “dissonantes”, na globalidade dos planos, diz respeito às caixilharias, nomeadamente as de alumínio, sendo a respetiva substituição por madeira considerada também na globalidade das propostas. Todavia, não deixa de ser curioso que os técnicos de Røros que participaram no já referido programa “Património do xisto”, no âmbito do projeto internacional levado a cabo pelo PAX em parceria com aquele município norueguês, não considerassem aquele material como “dissonante” (Cunha, 2013), o que traduz, necessariamente, um entendimento diferente do que é fundamental preservar, sobretudo quando se trata de um património que se pretende vivo, vivido e habitado, com tudo o que isso implica – quer gostemos ou não, sobretudo aqueles que não têm de viver permanentemente em determinadas condições – em termos de adequação às atuais exigências de conforto (e também, porque não assumi-lo, estéticas).

⁵⁷ Conforme tivemos já ocasião de o referir noutra local (cf. Ribeiro, Aguiar & Costa, 2012), a história da arquitetura portuguesa, apesar dos progressos esparsos que vem sendo feitos nos últimos decénios, continua carente da transposição para uma segunda escala, mais exaustiva e sistemática, do registo de tudo quanto IARP apenas enuncia ou infere mas, em grande medida, deixa escapar – uma escala correspondente aos “inventários científicos pormenorizados” que o Conselho da Europa recomenda que se façam

como apenas abrangem, e de forma exclusiva, a área de intervenção do plano, correspondendo esta, em todos os casos, aos limites urbanos da aldeia respeitante (e ignorando as questões da paisagem e relação entre esta e o conjunto edificado).

A diferenciação, por via escalar, do tipo e profundidade da intervenção no edificado aparece enunciada em muitos dos planos. Nos planos das aldeias de Aigra Nova, Aigra Velha, Comareira, Pena, Benfeita e Barroca (AX) são definidos três *graus de recuperação*: (i) *profunda*, (ii) *média* e (iii) *ligeira*. Contudo, apenas o plano daquela última aldeia esclarece devidamente que estes graus são determinados em função do estado de conservação de cada edifício, estando assim associados, respetivamente, a edifícios que se apresentem em mau estado ou mesmo em ruína, no primeiro caso, em estado razoável, no segundo, e em bom ou razoável estado de conservação, no terceiro.

Por sua vez, o plano de Gondramaz (AX), enuncia quatro graus diferenciados de intervenção – (i) *reconstrução*, (ii) *profundo*, (iii) *médio* e (iv) *fraco* – mas associa aos três primeiros outro elemento relevante, do ponto de vista operativo, que é o respetivo nível de prioridade, o qual, no primeiro caso, se determina como: (i) *urgente* (prazo de um ano), no primeiro caso; (ii) a *médio prazo* (dois anos), no segundo; e (iii) o *longo prazo* (3/4 anos), no terceiro caso. Embora aquele plano também não o esclareça, supõe-se que estes prazos de intervenção são balizados no seu limite máximo pelos 6 anos de vigência do período de programação financeira comunitária a que o plano está associado.

A importância do estabelecimento de “critérios de prioridade de intervenção” é também considerada nos planos de Pedrógão Pequeno (AX) e das aldeias do Sotavento algarvio (AA). No primeiro caso, é referido que esses critérios deverão ser definidos em função das características socioeconómicas do agregado familiar (dando prioridade às famílias mais carenciadas), das características de utilização do edifício (permanente ou ocasional, priorizando aquela), bem como de aspetos específicos da construção, como o “grau de inadequação das alterações ao modelo tradicional” e o respetivo estado de conservação (Hipólito *et al.*, 2002b: 75).

Já no segundo caso, as fichas do edificado elaboradas nesse âmbito acrescentam mais um àqueles três níveis – *muito urgente* –, esclarecendo-se na memória descritiva do correspondente projeto que

a determinação da prioridade de intervenção resulta do cruzamento destas duas vertentes – a qualidade do edificado e o seu estado de conservação – assentando em dois níveis de intervenção complementares. A um primeiro nível corresponderá uma intervenção mais profunda, que acudirá às situações de degradação mais ou menos acentuadas, que, ao travar ou prevenir os processos de degradação, garantirá a sobrevivência do património existente [...]. A um segundo nível, corresponde uma intervenção menos profunda, traduzida em acções de recuperação de revestimentos, caixilharias e outros elementos compositivos de fachada. (Costa, 2001: 4)

Em qualquer dos casos – e em correspondência com um princípio que é comum a todos os programas, de forma explícita ou implícita –, estas intervenções tinham como propósito subjacente induzir efeitos demonstrativos, nas populações locais, que permitissem estender, no espaço (território) e no tempo (ou seja, para lá do período de programação financeira correspondente), o tipo de intervenções preconizadas e a lógica que lhes está associada.

Todavia, não obstante a importância reconhecida às intervenções no edificado privado – não só na melhoria das condições de vida das populações, mas, sobretudo, na melhoria da imagem urbana

(Recomendação..., 2004: 219). Os próprios autores do IARP terão sido, aliás, os primeiros a reconhecer e defender (cf. Dias, 2004: XII e Villas Boas, 2011) a necessidade de outros estudos que viessem complementar, dessa forma mais exaustiva e sistemática, as pistas que aquele veio abrir. De uma forma geral, essa terá sido uma falha dos programas analisados, pois pese embora esse não fazer parte – ainda que compreensivelmente, dada a temporalidade associada aos mesmos – dos seus principais objetivos, constituíam, ainda assim, uma excelente oportunidade para o desenvolvimento de estudos mais incisivos – por exemplo, tipológicos, como os que o Arqt.º José Afonso (2013) entende que deveriam ter sido feitos no âmbito do PAH.

dos respetivos aglomerados –, alguns planos circunscrevem o respetivo âmbito de ação, ou somente a determinadas áreas, ou até mesmo apenas a determinados imóveis. É esse não só o caso de Foz do Cobre (AX), cujo plano indica terem aquelas intervenções sido consideradas apenas

alguns casos em que se verifica existir impacto negativo provocado por materiais desenquadrados e/ou ausência de tratamento de alçados, junto das entradas da povoação, pelo aspecto visual que induzem num primeiro contacto com a povoação (Pereira *et al.*, 2002: 54),

sendo evocado como justificação para a concentração dessas ações apenas nas entradas da aldeia o facto de se considerar “importante conseguir uma boa impressão, para quem chega à aldeia” (*Idem: Ibid.*); mas também de Janeiro de Baixo (AX), cujo plano propõe intervenções em apenas 3 edifícios (Pina, 2004), embora, contrariamente àquele, sem esclarecer as razões para uma ação tão limitada.

Contudo, ainda a esse respeito, o plano de Foz do Cobre vai ainda mais longe ao argumentar ser “mais correta”, relativamente a essas intervenções, “uma acção na área da sensibilização e educação, do apoio técnico ao proprietário [...] e da fiscalização e acompanhamento das obras” (Pereira *et al.*, 2002: 54), introduzindo uma questão pertinente a que nem sempre o voluntarismo (ainda que bem intencionado, obviamente) que caracteriza este tipo de programas dá a devida atenção: a de que, porventura na maior parte dos casos, mais do que uma intervenção pesada mas ocasional (ou seja, sem continuidade), importaria sobretudo implantar no terreno um sistema que permitisse desenvolver e realizar pequenas ações de proximidade, permanentes e quotidianas.

Ainda no que respeita à opção pela não generalização da intervenção em imóveis particulares a toda a área urbana do aglomerado, aquele plano fundamenta-a na circunstância de o resultado de intervenções similares anteriormente promovidas naquela aldeia se ter revelado “insatisfatório, na medida em que não conseguiu um efectivo envolvimento da população, na perspectiva de mais investimento privado”, não tendo essas mesmas intervenções permitido obter “a médio e longo prazo, os resultados desejados, já que, após alguns anos, se começou a verificar a descaracterização de algumas” das edificações intervencionadas (Pereira *et al.*, 2002: 54) – o que traz a tereira uma outra questão, não menos pertinente, que tem a ver com o nível de envolvimento e, sobretudo, de apropriação das populações locais dos princípios subjacentes a este tipo de intervenções (bem como dos modos como as mesmas operam), os quais, sendo baixos, resultarão, mais cedo ou mais tarde, na reversão ou descaracterização dessas mesmas intervenções.

Mas apesar da limitação imposta ou proposta nesses planos, a concessão, a cada município, dos apoios financeiros para as intervenções de iniciativa pública na(s) respetiva(s) aldeia(s) estava condicionada, no âmbito do PAX, à apresentação dos projetos de intervenção no edificado privado (fachadas e coberturas). Uma medida que tinha como objetivo evitar que esta componente fundamental da estratégia global viesse a ser relegada para segundo plano por alguma(s) das autarquias, por força das dificuldades e problemas que esse mesmo tipo de intervenção coloca, pondo em risco o sucesso do programa (Carvalho, 2013). Nesse contexto, não eram pois aceitáveis situações que resultassem apenas na requalificação dos espaços públicos e das infraestruturas mas “as casas continua[sssem] todas em ruínas.” (*Idem*)

Do mesmo modo, é ainda de salientar que o plano de Trancoso (AH) não contempla uma intervenção generalizada – à escala do aglomerado – no edificado privado (recuperação de fachadas e coberturas), concentrando a mesma no edificado confinante com os eixos (arruamentos) e nós (largos e praças) considerados fundamentais à promoção – no respetivo centro histórico, correspondente ao núcleo urbano intramuros daquela vila – de

um contínuo espacial com pontos de paragem essenciais, um conjunto coerente onde os valores da mobilidades pedonal são tidos como essenciais à fruição dos espaços e de todos os elementos significativos (Byrne, 2004: s.p.).

Outro aspeto onde este plano se distingue dos demais, e que importa realçar, diz respeito à importância atribuída à investigação nos domínios patrimoniais, não só elegendo a “inventariação do património histórico, artístico, arquitectónico e arqueológico” como um das suas ações estruturantes (*vide* anexo 2, tabela 2.1) – muito embora não preveja que a mesma ocorra no âmbito dos apoios financeiros associados ao PAH –, mas também apelando a que não seja deixado “ao acaso o registo, o mais rigoroso possível, das situações existentes e que se alteram, a fim de não perder a informação da história dos sítios” (*Idem*: s.p.). Circunstância que, à parte algumas ações avulsas (como a relativa à “elaboração de um manual de construção tradicional” prevista nos vários PI do PAA), só encontra paralelo no plano de Cacela Velha (AA) (*vide* anexo 2, tabela 2.1).

Um dos princípios que, também de forma explícita ou implícita, está associado a estes programas e à generalidade das propostas correspondentes é, conforme já referido, o princípio demonstrativo, ou seja, fazer das ações e intervenções realizadas exemplos que pudessem ser seguidos pelas populações locais em intervenções futuras ou outras não previstas naqueles programas.

No caso das AA, e em particular nas intervenções preconizadas pelo GTAA Sotavento nas aldeias de que foi incumbido, procurou-se, no respeito por este princípio, privilegiar “as intervenções de valorização dos imóveis enquadrados em conjuntos de interesse em detrimento da sua valorização isolada” (Costa, 2003: 3), bem como daqueles que conservavam as suas características vernáculas ou, apesar de alterados, se integravam ainda volumétrica e morfologicamente no conjunto em que se inseriam não apresentando dissonâncias dificilmente reversíveis, dando ainda prioridade “aos edifícios que apresentassem uma relação mais favorável entre a preservação” dessas mesmas características “e o respectivo estado de conservação” (Ribeiro & Costa, 2014a: 295).

O princípio assim estabelecido traduzia, também neste caso, a renúncia à intervenção generalizada à escala do aglomerado que havia sido, ou era, apanágio da generalidade dos restantes programas (mas não de todos, como vimos)⁵⁸. Renúncia que, neste caso particular, decorria do reconhecimento de que as transformações a que as aldeias constantes do PAA⁵⁹ haviam sido sujeitas tornavam uma intervenção dessa natureza (global) particularmente difícil e custosa, fundamentalmente porque os casos que representavam maior dissonância ambiental estavam maioritariamente associados a volumetrias excessivas – por comparação, obviamente, com o padrão volumétrico que as arquiteturas da região tradicionalmente apresentavam –, tornando dessa forma a sua eventual ‘correção’ assaz problemática.

No entanto, como tivemos também já ocasião de o referir algures, dada

a circunstância de, na maior parte dos casos, os edifícios de maior valor arquitetónico serem também os mais necessitados de obras no seu interior e, simultaneamente, aqueles cujos proprietários menos interesse ou capacidade financeira tinham para as fazer (Ribeiro & Costa, 2014a: 295),

a componente respeitante à intervenção no edificado privado “acabou por ser inviabilizada, ou seriamente comprometida” (Ribeiro & Costa, 2014a: 295) naquela que acabaria por se constituir uma das três únicas ações do género executadas no âmbito do PAA⁶⁰, revelando-se a mesma

⁵⁸ Para o que terá contribuído, grandemente, estamos em crer, o facto de, também na generalidade dos casos, o maior problema que afetava a imagem urbana dessas aldeias não decorrer, necessariamente, das transformações ocorridas, mas antes do estado de degradação que o respetivo conjunto edificado apresentava, mantendo cada uma das aldeias, de uma maneira geral e do ponto de vista volumétrico, a respetiva unidade de conjunto.

⁵⁹ À exceção, apesar de tudo, de Cacela Velha, cujo estatuto de Núcleo Histórico classificado como Imóvel de Interesse Público, obtido em 1996 (com a respetiva ZEP homologada desde 15/01/87), a terá poupado a transformações mais profundas – embora algumas daquelas a que foi sujeita não deixem, ainda assim, de ser significativas.

⁶⁰ Das outras duas, uma correspondeu à intervenção no largo da Igreja de Querença, uma das aldeias do Barlavento (tendo porém o respetivo projeto sido elaborado, não pelo GTAA Barlavento, mas antes por um gabinete técnico especialmente criado pela CM de Loulé para desenvolver as ações previstas no PAA para aquela aldeia); e a outra ocorreu nas Caldas de Monchique, embora neste caso particular beneficiando da circunstância favorável de praticamente todos os edifícios (direta ou indiretamente ligados à atividade

incapaz de induzir uma ação transformadora, no sentido preconizado, quer pela estratégia que estava associada ao programa, quer pelo próprio projeto.

Importa ainda referir que os processos correspondentes a este tipo de intervenções comportavam a aceitação – por parte dos proprietários dos imóveis para os quais fosse preconizada qualquer tipo de intervenção – dos termos e condições dessa mesma intervenção, comprometendo-se aqueles a não alterar a fachada do seu prédio, nem realizar nela quaisquer obras, após a referida intervenção, sem prévia autorização da autarquia respeitante e, em caso de venda do imóvel, a transmitir este encargo ao adquirente – como assim determina o protocolo relativo às intervenções nos imóveis particulares na AA de Cachopo (*Protocolo...*, 2003: 2) –, abrangendo as mesmas, exclusivamente – por força da própria regulamentação associada ao financiamento comunitário, e conforme já referido –, a envolvente externa do edificado.

Ora, se esta condicionante acabará, no caso particular das AA, conforme atrás referido, por inviabilizar as intervenções que, do ponto de vista da salvaguarda do património vernáculo, porventura mais interessava realizar, por outro, não deixará de se traduzir, em muitos casos, num certo *fachadismo* ou efeito meramente cosmético que, nos casos mais extremos (mas apesar de tudo, estamos em crê-lo, raros) conduzirá a resultados verdadeiramente perversos (*vide* figuras 2.67 e 2.68).



Figuras 2.67 e 2.68: Provesende (AV) e Almeida (AH): fachadas devidamente recuperadas escondendo um interior em ruína...

Ainda assim, a intervenção no interior dos imóveis – que teria de ser sempre suportada financeiramente pelo proprietário sem qualquer apoio por parte do programa respeitante (por força dos constrangimentos associados aos instrumentos de financiamento comunitário que suportavam estes programas) –, não sendo, em nenhum dos programas analisados, condição *sine qua non* para a intervenção nas fachadas e coberturas, era ainda assim estimulada, tendo-se procurando (também em qualquer um dos programas) que os proprietários tirassem partido da presença das empresas de

termal) pertencerem a uma mesma entidade privada (tendo também o respetivo projeto sido elaborado por um gabinete privado). Quanto aos projetos desenvolvidos pelo GTAA Sotavento para as quatro aldeias de que estava incumbido, é de salientar que dos 19 projetos entregues em fase de projeto de execução às autarquias respeitantes, sete dizem respeito a projetos que se enquadram na tipologia de *intervenções de conjunto e reabilitação urbana*, cobrindo os principais espaços urbanos daquelas quatro aldeias (cf. Ribeiro, 2008b: 19-87), o que dá uma ideia do desfasamento entre as expectativas criadas pelo programa e as ações efetivamente executadas. Desfasamento para o qual terão contribuído, como também já tivemos ocasião de referir noutra local (Ribeiro & Costa, 2014a: 294), a maior prioridade conferida pelas autarquias ao investimento em áreas com maior capacidade reivindicativa – nomeadamente, na faixa litoral onde se concentra a esmagadora maioria da população –, a ausência ou dificuldade de enquadramento nos instrumentos de financiamento disponíveis de muitos dos projetos ou iniciativas de promotores privados, bem como o encerramento prematuro do programa, no que concerne à sua componente infraestrutural (particularmente a reabilitação urbana) e ainda, a outro nível, o não prosseguimento de um programa consistente de promoção e animação.

construção no local aproveitando as sinergias daí resultantes (que se traduziriam na redução de custos com estaleiro, p. ex., entre outras).

No entanto, na maior parte dos casos de imóveis que acabariam por não ser intervencionados no seu interior (em qualquer um dos quatro programas analisados), terá sido a reduzida capacidade económica dos respetivos proprietários o principal fator inviabilizador desse aproveitamento, evidenciado assim uma das grandes limitações destes programas – se não mesmo a maior, tendo em conta a situação socioeconómica de muitas das famílias residentes nestas aldeias.

Por outro lado, esta tipologia de intervenções terá sido a que mais resistências (por parte das populações locais) e mais conflitos (entre a gestão do programa, equipas técnicas responsáveis pelos respetivos projetos e serviços técnicos municipais, de um lado, e os residentes, por outro), terá gerado, na exata medida em que veio interferir direta – e, no entender de muitos residentes, ilegítimamente – no domínio da esfera privada e das práticas, necessidades e representações individuais associadas ao habitar. Intervenções que vieram assim, em muitos casos, pôr em causa transformações que materializavam as aspirações e esforços desenvolvidos ao longo de anos pelos residentes destas aldeias no sentido de, não só melhorar as condições de habitabilidade das suas casas (e que, em muitos dos casos em que ocorreu a intervenção promovida e apoiada pelo programa respeitante, estas não só não foram melhoradas, como terão piorado – quer porque a ênfase colocada na questão da imagem do aglomerado poderá não se ter traduzido na escolha das soluções técnicas e dos materiais mais eficazes ou da qualidade mais adequada, quer porque a execução dos trabalhos terá ficado aquém do que seria exigível não tendo sido), como de traduzir, ao nível da imagem formal e material das mesmas, a melhoria das respetivas condições socioeconómicas e o que entendem ser a melhor resposta às necessidades do presente⁶¹.

Note-se, ainda a respeito das intervenções no edificado privado – e reportando-nos apenas à experiência concreta do GTAA Sotavento, embora o mesmo se possa dizer da experiência do GTAA Barlavento –, que, como tivemos já ocasião de o referir noutro lugar (cf. Ribeiro & Costa, 2014a: 295), é também nesse âmbito que mais se fazem sentir os efeitos da ausência, *ex-ante*, de um instrumento de ordenamento operativo (PP ou PPS, carácter ou função para a qual os PI não haviam sido desenhados) ou, no mínimo, um simples regulamento específico (como viria a suceder em muitas das aldeias respeitantes aos outros programas aqui analisados), que vinculasse, de forma eficaz, a gestão urbanística corrente aos propósitos do PAA, regulando e enquadrando quaisquer intervenções urbanísticas a desenvolver (quer as inscritas nos PI, quer outras de iniciativa privada ou pública), bem como de uma estratégia consistente de envolvimento do Gabinete nessa gestão, *ex-durante*, permitindo-lhe um papel mais ativo e interveniente na avaliação da adequação das obras submetidas a licenciamento aos referidos propósitos. Uma ausência que só não se fará mais notada

⁶¹ Tendo como base um estudo antropológico realizado em 2009 na AH de Castelo Rodrigo, Silva afirma que, embora “Nowadays, almost all residents feel proud to live in a classified village, which is ‘clean, pretty and restored’ [...] Yet they resist this official appropriation of their living spaces, particularly their own homes, and adamantly criticise the rhetoric of historical conservation when it runs counter to their interests”, assinalando o facto de a arquitetura se ter tornado assim “a major arena for social conflict in which different types of power relations are played out: the public authorities which initiated the heritage-making process; the experts who intend to shape the conduct of individuals; the building companies; the legal owners and users of houses; and the tourist entrepreneurs” (2011: 40, 50; cf. também Silva & Leal, 2015: 116-117). Acrescenta ainda o mesmo autor que “the second life of houses as exhibits of themselves [...] actually suffocates the first life [...] as dynamic social habitats” (Silva, 2011b: 50) e “sufoca” por duas ordens de razões fundamentais: “First, it freezes buildings in time, whereas previously they had been constantly changing. [...] Second, and principally, it hinders the social reproduction of the village population because it has raised the price of houses – and other buildings – to the extent that local people can no longer afford to buy houses and the younger ones move away to other areas” (*Idem: Ibid.*). Consequentemente, ter-se-á gerado entre a população residente, não só a ideia de que não beneficiara “significantly from heritage-making, and do not feel compensated by the corresponding constraints”, como também algum ressentimento pelo facto de o seu espaço ter sido apropriado “by wealthy outsiders looking for tourism businesses and second homes, and they have to move away because of high house prices and restrictive disciplinary measures.” (*Idem: 51*).

porque o próprio PAA acabará por sucumbir sem que se cumprisse minimamente aquela que era uma das componentes fundamentais da sua estratégia: a intervenção no edificado privado.

Assinale-se ainda a “filosofia” enunciada pela proposta de intervenção na aldeia de Martim Branco (AX) de “programar um conjunto de pequenas acções, de valor pecuniário eventualmente baixo, [...] realizadas com uma programação adequada e num curto espaço de tempo” (Candeias, 2004: 37), denunciando uma certa intenção minimalista e mais preocupada com a exequibilidade prática das ações propostas que, sendo caso singular (pelo menos de forma tão explícita) no contexto destes programas, não nos parece, no entanto, devidamente explorada e desenvolvida nas propostas que estruturam o respetivo plano.

Por razões diferentes, assinale-se de igual modo as preocupações expressas nos planos das aldeias do Candal e Cerdeira (AX) com as alterações das edificações existentes que pudessem vir a ser realizadas ou intentadas em função das novas exigências habitacionais. Com efeito, considerando ser preferível, em detrimento de novas construções,

a ampliação dos edifícios existentes por meio de operações simples de fusão com outras edificadas (contíguas ou não) e por meio de acréscimos controlados de área de construção (Pinheiro, 2002a: 4 e 2002b: 4),

definindo para esse efeito, “como primeira medida no estabelecimento dos critérios reguladores do desenvolvimento/ampliação dos edifícios”, a área mínima que se entende ser “aconselhada para a definição de uma unidade fogo” (*Idem: Ibid.*), estes dois planos – a par do plano de Idanha-a-Velha (AH)⁶² (figuras 2.69 a 2.71) – contemplam as únicas propostas concretas que dizem, de algum modo, respeito à expansão dos aglomerados objeto de intervenção no âmbito do programas analisados.



Figuras 2.69, 2.70 e 2.71: Idanha-a-Velha, plano de expansão: maqueta, planta geral e plantas e alçados de setor de casas em banda

Vale também a pena assinalar a incapacidade revelada, se não pelo programa, pelo menos pela interpretação e execução que lhe foi dada localmente – como sucedeu no caso particular de Almeida

⁶² Plano que contemplava a construção de 30 novos fogos. Os seus autores, A. A. Costa, S. Fernandez e J. L. Gomes consideravam, a esse respeito, que “O estímulo principal para uma intervenção em Idanha-a-Velha foi e continua a ser a possibilidade de a concretizar através de um programa que sintetiza dois factores indissociáveis: o desenvolvimento e a preservação e valorização patrimonial” (Atelier 15, 2002: 164). O primeiro corresponderia à proposta de expansão urbana fora de muralhas, “que deve ser, exemplar e assumidamente, contemporânea”, implicando “uma paralela e interligada intervenção no seu interior que garanta uma continuidade formal na aplicação de critérios coordenados” (*Idem*: 166); o segundo, traduzir-se-ia numa abordagem integradora à problemática da intervenção na aldeia, reconhecendo-a, não apenas na soma das suas partes, mas antes na sua totalidade, como um conjunto monumental e como tal tratada em termos de projeto através da definição de um conjunto de regras, princípios e opções formais e metodológicas comuns às diversas intervenções parcelares, “busca[ndo] sempre uma coerência geral, por forma a não transformar a intervenção numa manta de retalhos ou num mostruário de exibicionismo pessoais” (Costa *et al.*, 1995: 3)

(AH)⁶³ – de acudir à salvaguarda e conservação de elementos que, à parte algumas exceções meritórias, têm sido sistemática ou tendencialmente desvalorizados nas intervenções no património urbano não classificado ou não monumental⁶⁴, como é o caso dos *fingidos*, técnica que ainda subsiste no revestimento e acabamento parietal de alguns (já poucos) edifícios daquele aglomerado urbano.

Finalmente importa ainda referir que, em termos de organização do processo – e apontando o caso dos projetos do GTAA-Sotavento como a situação clássica –, cada *ficha do edificado* corresponde a um único imóvel e engloba duas componentes fundamentais: (i) o *levantamento* das características volumétricas, formais, tipológicas, materiais e cromáticas do referido imóvel – particularmente no que respeita à(s) respetiva(s) fachada(s) confinante(s) com a via pública –, bem como do respetivo estado de conservação e eventuais dissonâncias ou patologias; e (ii) uma *proposta síntese de intervenção*, definindo as ações a promover – nomeadamente: a *manter*, a *recuperar*, a *alterar* ou a *demolir* –, relativamente a cada elemento construtivo e compositivo de fachada e aos respetivos revestimentos parietais, vãos, sistemas e revestimentos de cobertura e outros eventuais elementos, com a indicação dos materiais e cores a utilizar, bem como as quantidades correspondentes e respetivos custos.

Cada uma destas fichas de caracterização do edificado remetia depois, em cada um daqueles parâmetros de intervenção, para (iii) um conjunto de *pormenores tipo* (resultantes, pelo menos no caso do GTAA-Sotavento, da recolha e levantamento de materiais e técnicas construtivas tradicionais da área de intervenção) organizados em fichas de pormenores que compreendiam todas as soluções preconizadas relativamente aos revestimentos, caixilharias, sistemas de cobertura e respetivos beirados, chaminés, etc., bem como para os necessários (iv) *mapa de trabalhos* e (v) *orçamento*, onde aquelas ações eram devidamente discriminadas e quantificadas de forma mais exaustiva e pormenorizada.

Cada ficha do edificado assim preenchida e acompanhada pelas fichas de pormenores associados constituía o documento base para a negociação das intervenções propostas com o proprietário do imóvel correspondente, firmando-se a respetiva aprovação através do referido protocolo.

⁶³ Como constatámos *in loco* e nos foi posteriormente confirmado por um técnico daquela autarquia (Marujo, 2014).

⁶⁴ Entre o elementos “a corrigir” considerados no Estudo de Prospecção e Defesa da Paisagem Urbana do Algarve “proposta pioneira integrando os princípios da salvaguarda do património urbano nos instrumentos de planeamento e ordenamento do território” desenvolvido na segunda metade dos anos 1960, avultam, precisamente os *fingidos* associados aos revestimentos de fachadas, não obstante a sua importância ter já sido revelada por estudos anteriores (Aguar, Ribeiro & Costa, 2015: 74 e 78), traduzindo a ideia de que a ‘verdade dos materiais’ se deve sempre sobrepor ao fingimento e à simulação e “uma moral que condena a ocultação, mesmo quando esta é, também, protecção” (Aguar, 2002: 26). Ainda a esse respeito, José Aguar assinala o desaparecimento, ainda muito recente – constatado ao longo de duas décadas de deambulações suas pelas “pequenas cidades e vilas de fronteira” – de muitos desses revestimentos e acabamentos, substituídos que foram sendo, muitos das vezes em resultado “da actuação de dezenas de GTL’s”, por “um ascético branco” ou pela “moda da pedra à vista” (2002: 25). Como exemplo, Aguar refere, precisamente, o caso de Almeida, onde “Numa semana deparava [...] com um magnífico *trompe l’œil*, no mês seguinte registava o seu desaparecimento (construtivamente ‘desnecessário’) em operações ditas de ‘conservação’ e financiadas pelo Estado” (*Idem*: 27), denunciando ainda, em termos gerais, não só o facto de “Em algumas dessas terras, o antes e o depois da ‘reabilitação’, [ter sido], em demasiados locais, o antes e o depois de perdas irremediáveis” (*Idem*: 25), como de “a maior parte dos projectos que continua a desenvolver-se nos nossos núcleos históricos [prever] a remoção pura e simples de antigos revestimentos, substituindo-os por materiais desenvolvidos para a construção nova” (*Idem*: 27). Todavia, apesar dos esforços que, desde então, reconhecidamente vêm sendo desenvolvidos nesse âmbito, não nos parece claro que esse panorama se tenha alterado significativamente, pois somos testemunhas não só da insuficiência da formação académica nesses domínios, como também das dificuldades (entre outras: a imperiosa necessidade de ‘fazer obra’ rapidamente, por força dos prazos dos instrumentos de financiamento associados e dos calendários eleitorais; a rarefação de empresas e operários devidamente qualificados e experientes nesse tipo de obras e os constrangimentos que se colocam à sua contratação para efeitos de obra pública; a incompreensão de alguns decisores políticos...) que se colocam na prática e no terreno à implementação de procedimentos que permitam salvaguardar e conservar devidamente elementos como os atrás referidos.

II. O ordenamento e requalificação do espaço público

Esta subtipologia diz particularmente respeito às intervenções (i) nos pavimentos (incluindo nas mesmas os trabalhos inerentes ao enterramento das infraestruturas de eletricidade e telecomunicações e à drenagem das águas pluviais e podendo ainda abranger, de igual modo e sempre que necessário, as redes de águas e esgotos), (ii) no mobiliário urbano (abrangendo a sinalética bem como a substituição ou integração de equipamentos e dispositivos de iluminação pública) e, eventualmente, (iii) no ajardinamento e arborização.

De uma forma geral, as propostas associadas a este tipo de intervenções tendem a promover a estruturação do espaço público urbano, disciplinando e hierarquizando a circulação e estacionamento automóvel – procurando-se, muitas das vezes, “colmata[r] esta necessidade fora do aglomerado urbano” (Cunha, 2002b: s.p.) – e a utilização dos espaços públicos.

Tendo como premissas “reforça[r] o carácter dos eixos mais importantes [...], potenciando novos usos, novas dinâmicas” (Figueiredo, 2004: s.p.), promover “a desaceleração dos fluxos de trânsito” automóvel (Byrne, 2004: s.p.) e privilegiar a utilização pedonal dos espaços (c.f., p. ex., Ribeiro, 2008a: 19) – com base na ideia de que, nestes aglomerados, esta constitui, tradicionalmente, e ainda hoje, o tipo de utilização preferencial e mais adequada ao perfil e escala dos respetivos arruamentos e espaços livres –, essa estruturação estabelece-se frequentemente, e sobretudo, através do recurso a diferentes materiais e desenhos de pavimento, associando, na generalidade desses casos, os tipos de pavimentação tradicionais (nomeadamente, as calçadas executadas com os materiais localmente disponíveis, sejam eles o granito, o xisto ou o basalto) aos espaços de utilização e fruição pedonal exclusiva ou preferencial (como propõe, p. ex., Pinheiro, 2002c: 6 e 2002d: 6).

Porém, o reconhecimento dos incómodos que alguns destes tipos de pavimentações tradicionais causam ao utilizador pedonal conduz por vezes à consideração de soluções híbridas, como a proposta, p. ex. (mas não só), para as aldeias da Barroca e Janeiro de Cima (AX), onde aos arruamentos pavimentados com calçada irregular (de pedra rolada, muito comum naquela sub-região, inclusive nas alvenarias) é acrescentada uma faixa central em cubos ou lajes de granito (Cunha, 2002a: s.p. e 2002b: s.p.) (figuras 2.90 a 2.93, 2.96 e 2.99).

Nota-se, de igual modo, uma preocupação comum em não impor soluções demasiado formalistas e estranhas ao lugar (ou de conotação demasiado ‘urbana’), ainda que adotando, não raramente, desenhos que assumem a sua contemporaneidade e recorrendo a mobiliário urbano que foge aos temas mais ‘tradicionalizantes’, procurando assim adequar os espaços intervencionados a novas vivências, funções e usos.

São também evidentes, em muitos casos, soluções minimalistas que aparentam buscar inspiração ou fundamento em elementos, desenhos ou situações preexistentes, como sucedeu particularmente nos projetos desenvolvidos pelo GTAA-Sotavento. Com efeito, as propostas feitas por este gabinete para as quatro aldeias do sotavento algarvio (AA) encontram-se suportadas na leitura e compreensão da estrutura urbana e da dinâmica de utilização do espaço exterior resultantes da investigação – não só à escala da aldeia objeto de intervenção mas também do respetivo território (Ribeiro, 2008a: 19) – que foi acompanhando a sua prática projetual, integrando nesta prática, e nas obras correspondentes, uma série de elementos e informações recolhidas no âmbito dessa investigação e que viriam a constituir parte da base documental a partir da qual seria desenvolvido o inventário de materiais, sistemas técnicos de construção tradicional (Ribeiro, 2008b) com que o gabinete encerraria a sua atividade.



Intervenções no edificado privado (fachadas e coberturas)

Figuras 2.72, 2.73, 2.74 e 2.75: Castelo Rodrigo (AH), Marialva (AH), Idanha-a-Velha (AH), Castelo Novo (AH)

Figuras 2.76, 2.77, 2.78 e 2.79: Vila Cova de Alva (AX), (a) 2006 e 2009, Vila Cova de Alva (AX), (b) 2006 e 2009

Figuras 2.80, 2.81, 2.82 e 2.83: Barroca (AX), Janeiro de Cima (AX), Ferraria de São João (AX), Gondramaz (AX)

Figuras 2.84, 2.85, 2.86 e 2.87: Trevões (AV), Ucanha (AV), Salzedas (AV), Cachopo (AA)



Intervenções no espaço público

Figuras 2.88, 2.89, 2.90 e 2.91: Castelo Novo (AH), Castelo Mendo (AH), Castelo Rodrigo (AH), Trancoso (AH)

Figuras 2.92, 2.93 e 2.94: Sarzedas (AX), Gondramaz (AX), Comareira (AX)

Figuras 2.95, 2.96, 2.97 e 2.98: Álvaro (AX), Janeiro de Cima (AX), Martim Branco (AX), Ferraria de São João (AX)

Figuras 2.99 e 2.100: Sobral de São Miguel (AX), Querença (AA)



Intervenções no espaço público

Figuras 2.101, 2.102, 2.103 e 2.104

Barcos (AV), Provesende (AV), Cachopo (AA), Caldas de Monchique (AA)

Figuras 2.105, 2.106 e 2.107: Ucanha (AV), Aigra Velha (AX), Odeleite (AA)

Dessa leitura resultará igualmente uma aposta clara, em particular, na utilização dos materiais e das técnicas tradicionais de construção – aposta que é, aliás, transversal, se não a todas, pela menos à maior parte das propostas desenvolvidas no âmbito dos quatro programas das aldeias aqui analisados –, quer como fator de integração, quer como fator de valorização dos principais espaços de encontro e estadia, bem como do património construído que estrutura esses espaços, de forma a potenciar o seu efeito polarizador e as respetivas vivências específicas (Ribeiro, 2008a: 19; Oleiros, 2002: s.p.), associando-se, nesse sentido, a utilização dos materiais tradicionais precisamente aos espaços de maior significado no desenho e desenvolvimento da estrutura urbana bem como de maior importância social e vivencial.

III. O enterramento das infraestruturas aéreas

O terceiro domínio de intervenção considerado no âmbito dos projetos de intervenção de conjunto e reabilitação urbana é o correspondente ao enterramento das infraestruturas aéreas de eletricidade e telecomunicações (telefone e tv), englobando, para além da distribuição domiciliária das mesmas, a própria iluminação pública.

Constituindo uma das ações preponderantes na renovação da imagem urbana dos aglomerados intervencionados – graças, fundamentalmente, à remoção generalizada das cablagens suspensas ou apostas às fachadas e das antenas –, esta componente fundamental das intervenções de conjunto e reabilitação urbana não conseguiria, ainda assim, ganhar nestas aldeias, de forma absoluta, a batalha que desde há anos se vem travando entre a salvaguarda da imagem urbana e do seu património e regulamentações técnicas que – feitas mais à medida dos interesses particulares das empresas distribuidoras de eletricidade e telecomunicações (mas também das de água e gás) do que do interesse público patrimonial – impõe um conjunto de regras e dispositivos que não admitem grande margem de flexibilidade e adaptabilidade a situações específicas, como são as respeitantes às áreas urbanas antigas ou conjuntos urbanos com valor patrimonial.

Como tivemos ocasião de testemunhar durante o desenvolvimento do projeto e obra relativa à *intervenção de conjunto na rua 1.º de maio e largo da Igreja*, em Cachopo (AA) (Ribeiro *et al*, 2008a: 34-39) – intervenção que, conforme já referido, foi uma das duas únicas ações deste género (e ainda assim, espacialmente bastante limitadas, abrangendo uma área muito reduzida do respetivo aglomerado urbano) que foram executadas no âmbito do PAA –, a remoção das infraestruturas áreas (ou seja, das torçadas e cabos de eletricidade e telecomunicações suspensos e/ou apostos às fachadas dos edifícios formando, por vezes, autênticos estendais urbanos, bem como dos postes e postaletes que os suportavam e das antenas de tv) é um processo relativamente pacífico que, *per se*, não se reveste de especial complexidade, tratando-se apenas de uma questão de fazer passar por via subterrânea, com os custos associados, aquilo que, habitualmente, passa(va) por via aérea.

O problema está no interface entre o exterior e o interior de cada edifício, entre o domínio público e o privado, o qual determina, ao abrigo da regulamentação técnica em vigor, a colocação de uma série de dispositivos e equipamentos (armários de seccionamento e distribuição, contadores, caixas de derivação, etc.) que, para além de constituírem elementos altamente intrusivos na materialidade dos edifícios – pelo esventramento das alvenarias a que obrigam para a sua colocação nas fachadas, incluindo neste caso os roços para a passagem dos cabos e canalizações (figura 2.114) –, vem perturbar de forma sensível a imagem de um conjunto urbano, em termos gerais, e de cada edifício em particular, sendo o caso tanto mais grave, face à quantidade e dimensão que esses elementos assumem, quanto mais antigo o edifício e/ou menor a respetiva área de fachada (figuras 2.111 e 2.113) e, no caso dos arruamentos – relativamente aos quais os referidos armários constituem também, e sobretudo, obstáculo físico (figura 2.112) –, menor a dimensão do seu perfil transversal.



Enterramento e ocultação das infraestruturas de eletricidade e telecomunicações

Figuras 2.108, 2.109 e 2.110: Idanha-a-Velha (AH), Castelo Rodrigo (AH), Sortelha (AH)

Figuras 2.111, 2.112, 2.113 e 2.114: Água Formosa (AX), Barcos (AV), Pena (AX), Cachopo (AA)

Nos programas das aldeias em análise foram testadas diversas soluções sem que, em alguns dos casos, se tivesse conseguido evitar discussões longas e penosas (e por vezes também acesas, como sucedeu no âmbito do projeto e correspondente obra atrás referidos, mas também, pelas informações que recolhemos, em algumas das intervenções executadas no âmbito do PAH, particularmente em Idanha-a-Velha) entre as equipas de projeto e os técnicos das empresas em questão, revelando-se estes (mas, sobretudo, as respetivas empresas), frequentemente e de uma forma geral, incapazes de 'pensar fora da caixa' e pouco sensíveis (também por falta de formação, haverá que o reconhecer) aos valores em presença e à importância de, em consonância, se procurarem conjuntamente soluções alternativas para a localização, colocação e, tanto quanto possível, ocultação das referidas caixas, contadores e armários.

Ainda assim, soluções como as que foram adotadas em Idanha-a-Velha, Castelo Rodrigo ou Sortelha (AH) representam um esforço relevante no sentido da integração destes elementos no desenho global da intervenção urbana de forma que não conflituem com a imagem urbana dos respetivos aglomerados e com os valores patrimoniais em presença, embora adotando estratégias diferenciadas. Nos dois primeiros casos, não abdicando de uma certa contemporaneidade formal e material, estabelecendo uma diferenciação clara face ao que é antigo e assumindo que são elementos estranhos ao lugar mas passíveis de integração pela via do desenho – e, sobretudo no caso de Idanha-a-Velha, procurando evitar ou reduzir ao mínimo o referido esventramento (figuras 2.108 e 2.109). No terceiro caso, optando pela sua camuflagem mimética, ou seja, referenciando as características (formais, tipológicas, materiais e cromáticas) do seu sistema de ocultação às dos cerramentos tradicionais (ou assim considerados) dos vãos (figura 2.110).

(b) Projetos de reabilitação e valorização do património histórico e cultural

No que respeita aos projetos de *reabilitação e valorização do património histórico e cultural* (figuras 2.115 a 2.125), estes representam, no cômputo geral, 14,8% do investimento total realizado nos quatro programas. Em termos parcelares, o PAH apresenta o maior valor relativo investido nesta tipologia de projetos, representando esse valor quase um quarto (24,6%) do valor total de investimento realizado no âmbito do programa. Pelo contrário, o investimento realizado no PAX no âmbito deste tipo de ações representa um valor relativo bastante baixo (4,1%) face ao investimento total realizado no programa (*vide* anexo 2, tabela 2.5), refletindo assim uma mais reduzida presença de património histórico-monumental no conjunto das suas mais de duas dezenas de aldeias, comparativamente, p. ex., às AH.

Esta tipologia de ações corresponde ao objetivo – que é estruturante na estratégia associada a cada programa – de estabelecer uma rede de valorização do território de que a reabilitação e a salvaguarda do património cultural e a preservação das características particulares da paisagem cultural do respetivo território ou área de intervenção constituíssem o motor na perspetiva da criação de condições para a sua promoção e utilização turística.

Estando o valor patrimonial dos bens culturais que foram objeto de intervenção neste âmbito associado, quer à respetiva antiguidade histórica e simbolismo cultural e identitário, quer às suas características tipológicas e construtivas específicas, esta tipologia abrange, por isso, um largo espetro de estruturas construídas que vai do património monumental classificado (como aconteceu sobretudo nas AH, com intervenções em arquitetura civil, militar e religiosa) ao património rural e às arquiteturas produtivas (como foi o caso, mais evidente, das AX, de onde se destacam intervenções em estruturas como moinhos, fornos, currais e fontes, entre outros).

O reforço e a preservação de pontos ou núcleos de interesse nas aldeias visando a criação de rotas e itinerários culturais – quer à escala do respetivo espaço urbano e envolvente próxima, quer à

escala do território que constituía a área de intervenção do programa e no âmbito da qual aqueles assumiam a condição de nós de estruturação e articulação da rede – constituem os principais propósitos destas ações, subordinando-se as propostas que lhes estão associadas, de uma forma geral, aos princípios de intervenção definidos nos principais documentos internacionais de referência no âmbito da conservação e salvaguarda patrimonial.

Entre esses princípios destacam-se o recurso a processos, técnicas e materiais construtivos adequados aos valores patrimoniais em presença e, em especial, à sua materialidade, ao respeito pelos valores de antiguidade e autenticidade, mas também a importância conferida à distinção entre o que é antigo e o que é novo – sendo, de uma forma geral, rejeitado o mimetismo e assumida a contemporaneidade da intervenção em tudo o que ela possa ter (formal e materialmente) de novo – e à integração desses edifícios e construções no ambiente físico da sociedade atual através da sua renovação e adaptação a novos usos e funções e/ou às necessidades da vida contemporânea⁶⁵.

Nesse sentido, intervenções como as operadas em Idanha-a-Velha (AH), particularmente as respeitantes à Sé Catedral⁶⁶ (figura 2.115), à Igreja Matriz (figura 2.116) e ao Lagar de Varas (figuras 2.61 e 2.117), assumem papel de relevo na forma como traduzem a ideia, defendida por A. Alves Costa⁶⁷, de que “recuperação e criação”, enquanto ferramentas da “arte de construir a transformação”, “serão complemento e não especialidades passíveis de tratamentos autónomos”, procurando manter “vivo e presente o passado visitável”, mas sem “exclui[r] a importância simbólica e mítica do monumento silencioso, cuja vitalidade será sempre um exercício de imaginação retrospectiva” (2002: 128).

Com efeito, procurando fundamentar uma metodologia de intervenção “na consideração da interdependência de vertentes aparentemente tão contraditórias como o novo e o velho ou o geral e o particular” (Atelier 15, 2002: 165), o Atelier 15 renuncia, no projeto de *Restauro e reutilização da Basílica* (Sé Catedral) daquela aldeia, a “materializar uma leitura científica, o que significaria tomar um partido sempre redutor”, propondo-se antes “facultar uma aproximação às questões fundamentais da espacialidade do monumento, entendido como matéria de estudo em aberto” (*Idem*: 172) e recriar, através do restauro dos elementos subsistentes e da escolha de materiais e cores e das opções de iluminação, o “espírito original” (*Idem*: 173) do templo. Procurava-se assim “criar condições favoráveis ao usufruto do monumento – quer como local de visita, quer como base de instalação para eventos diversos.” (*Idem*: 172).

Já no *Restauro da Igreja Matriz*, a mesma equipa de projeto, adotando diferente estratégia, intenta, por um lado, repor algumas das características originais daquele templo, anulando intervenções posteriores que consideravam terem desvirtuado e desqualificado “gravosamente” o respetivo espaço e, por outro, “marcar a contemporaneidade da nova intervenção” (2002: 173-174).

⁶⁵ Este último aspeto é também destacado pelo relatório final de execução do PO Centro entre as “boas práticas e projectos relevantes” realizados no âmbito das *ações inovadoras de dinamização das aldeias*, ao afirmar-se que as ações de recuperação executadas assentaram “numa filosofia de valorização de monumentos e conjuntos edificados, tendo em conta a sua integração no quotidiano das Aldeias e respondendo aos desafios da vida contemporânea, evitando o tratamento meramente museológico e assim respondendo à Recomendação da Unesco de 1975”, tendo-se assim valorizado “para **refuncionalizar**, introduzindo contemporaneidade ao património ou aos conjuntos arquitectónicos, revitalizando o seu interesse e projectando o seu valor simbólico.” (Centro, 2010a: 413; ênfase como no original).

⁶⁶ Esta obra, conjuntamente com a “Recuperação do Solar dos Cabrais para o Centro Interpretativo À Descoberta do Novo Mundo”, em Belmonte, é considerada, no referido relatório final de execução, “referencial de boas práticas” (Centro, 2010a: 414) no que respeita à dimensão patrimonial do programa.

⁶⁷ Os arquitetos Alexandre Alves Costa, Sérgio Fernandez e José Luís Gomes (Atelier 15) assinam a autoria daqueles projetos, bem como do documento que o estrutura, o *Projecto de Recuperação Patrimonial e Valorização de Idanha-a-Velha*, e que terá constituído, neste contexto, o respetivo *plano de aldeia*.



Figuras 2.115, 2.116 e 2.117: Idanha-a Velha (AH): Sé Catedral, Igreja Matriz, Lagar de Varas

Figuras 2.118, 2.119 e 2.120: Almeida (AH): Casamata; Belmonte (AH): Castelo; Benfiteira (AX): Torre da Paz

Figuras 2.121 e 2.122: Paderne (AA): Castelo; Castelo Rodrigo (AH): Palácio Marquês de Castelo Rodrigo

Figuras 2.123, 2.124 e 2.125: Paderne (AA): Igreja Matriz; Vaqueiros (AA): Igreja Matriz; Cachopo (AA): Moinho Branco

O diálogo entre o novo e o velho voltam a estabelecer-se, entre outras intervenções realizadas por aquela equipa em Idanha-a-Velha, no *Restauro do Lagar de Varas e Reutilização do seu Logradouro para Arquivo e Musealização de Epígrafes*. Com efeito, a importância simbólica e representativa da produção de azeite na região e da arqueologia industrial revelada por aquela estrutura irão motivar um “restauro integral e rigoroso [...] refazendo o irrecuperável, sem nenhum alindamento e no respeito total pelo seu valor documental”, mas sem desdenhar o “uso parcimonioso de tecnologias modernas para a consolidação ou reconstrução do existente” e dotando o espaço destinado a arquivo e musealização de epígrafes da contemporaneidade que a sua condição (de construção nova) e funções (museológicas) exigem ou aconselham, tratando-o como “um elemento claramente exterior, em forma e materiais, como se de um objecto se tratasse e que pudesse, um dia, vir a ser colocado noutro lugar.” (Atelier 15, 2002: 177-179).

Noutro âmbito, e embora diferentemente, também a intervenção de *Recuperação do castelo de Paderne* (AA) (figuras 2.64 e 2.121) se revela exemplar na forma como interpreta os princípios atrás referidos. Neste caso, procedendo à necessária consolidação da muralha almóada (que conforma aquela estrutura histórica e tem na taipa militar o seu único processo construtivo) sem cedências à tentativa reconstrutiva nem à mimetização e recorrendo a dois processos complementares de restauro: o método tradicional, no qual a cofragem da taipa é composta por duas faces ou taipais verticais; e um método inovador (determinado pelas condições em que a ruína se encontrava, nomeadamente nas zonas em que apenas uma das superfícies do módulo da taipa apresentava patologia), em que a cofragem é composta por um único taipal, requerendo o recurso à projeção da taipa por meios mecânicos e o uso de micropregagens metálicas com o intuito de assegurar a conveniente adesão da nova taipa à taipa existente (Magalhães, 2008: 41; Quitério, 2010: 71).

De entre as muitas obras executadas neste âmbito (respeitando maioritariamente a intervenções em estruturas de arquitetura militar e religiosa), merece ainda destaque a obra de *Recuperação do moinho branco de Cachopo* (AA) (Ribeiro, 2008a: 134-141) (figura 2.125). Com efeito, esta obra (como outras ações similares também previstas no âmbito do PAA mas que não chegaram a ser executadas) representava o desafio colocado pela importância conferida ao restauro de espaços, estruturas ou elementos exemplares de sistemas, atividades e funções produtivas muito precisas (como o são todas as que cabem no conceito de património rural) mas caídas em obsolescência por força do desenvolvimento e, sobretudo, abandono da atividade agrícola que estruturava estes territórios e lhes dava sentido, trazendo à discussão a problemática dos ‘museus-vivos’ na prossecução dos objetivos associados a estes programas (Ribeiro & Costa, 2014a: 296).

Representando uma intervenção nos domínios da arquitetura popular e do património rural construído, esta obra constituiu assim um esforço de reconstituição etnográfica, tão aproximada quanto possível, quer de uma tipologia formal e funcional, quer de um processo construtivo (incluindo a execução, quer da engrenagem, quer da outrora tradicional cobertura cónica de palha de centeio), tendo por base, para além da literatura respeitante existente no âmbito da etnografia, a leitura e interpretação crítica dos levantamentos efetuados às ruínas existentes na zona oriental da serra do Caldeirão e os testemunhos recolhidos junto de antigos moleiros que operaram nessa mesma região (Ribeiro, 2008a: 135-141 e 2008b: 148-163, 206-207 e 218-223).

Vale a pena ainda referir que foi no contexto desta tipologia de projetos que ocorreu o pedido de colaboração e apoio técnico feito à DGEMN pela CCR Algarve, no sentido de apoiar os GTAA na “preparação dos projectos de especialidades no quadro da preparação dos projectos de execução [e] no acompanhamento das obras” a realizar em equipamentos religiosos, a fim de “garantir a qualidade desejável nas intervenções” face à ausência, naqueles dois gabinetes, de “técnicos especialistas em recuperação de património religioso” (Guerreiro, 2002: 4). Essa colaboração viria a

efetivar-se, em particular, nos projetos de reabilitação dos edifícios da Igreja Matriz de Vaqueiros (Ribeiro, 2008a: 150-153) (figura 2.124) e da Igreja Matriz de Cacela (*Idem*: 130-133, Ribeiro *et al.*, 2010: 34-35) (figura 2.52), ambos da responsabilidade do GTAA Sotavento, não tendo porém chegado a efetivar-se no caso do GTAA Barlavento (Valverde, 2016).

(c) Projetos de criação e qualificação de estruturas e equipamentos de utilização coletiva

Quanto aos projetos de *criação e qualificação de estruturas e equipamentos de utilização coletiva* (figuras 2.126 a 2.136), esta tipologia de ações representa 17,2% do investimento global realizado nos quatro programas, com maior peso relativo no PAH – onde, no entanto, duas ações apenas⁶⁸ absorveram cerca de 4/5 do investimento executado neste âmbito –, enquanto o PAV não regista quaisquer ações deste tipo. No PAX, quase metades das ações (10 de um total de 23) que consideramos nesta tipologia respeitam à criação da Lojas da Aldeia⁶⁹ (*vide* anexo 2, tabela 2.5).

As ações realizadas nesse âmbito situam a sua importância ao nível da dinamização sociocultural e do apoio ao desenvolvimento das atividades económicas, surgindo muitas das vezes associadas à criação de conjuntos multifuncionais. Apesar da variedade programática correspondente, estas ações comportam, frequentemente, a articulação de dois propósitos de intervenção distintos, como sejam: a reabilitação de edifícios preexistentes e, na maior dos casos, com valor patrimonial, por um lado; e a sua ampliação ou eventual construção de novos edifícios, decorrentes das novas exigências funcionais determinadas pelo programa que lhes é associado, por outro.

Em várias das obras correspondentes a esta tipologia é assim possível detetar idênticos

sina[is] do fluir do tempo, sem recusar a transformação e a contemporaneidade legíveis nos novos usos, nos novos materiais, nas novas concepções de património (Atelier 15, 2002: 181),

como bem o demonstram, entre outras, as intervenções relativas aos postos de turismo e acolhimento de visitantes das AH de Castelo Rodrigo (Arqt.º João Rapagão) (figura 2.127) e Marialva (Arqt.º Carlos Amaral) (figura 2.126), e, nas AA, ao Centro de Informação e Investigação do Património de Cacela, à Casa da Aldeia e Jardim de Cachopo⁷⁰ e ao Edifício Polivalente de Vaqueiros (GTAA Sotavento) (figura 2.135) (cf. Ribeiro, 2008a: 156-161, 166-173 e 176-181).

De uma forma geral, qualquer uma destas ações terá assim constituído uma oportunidade, quer para a reabilitação do uso das técnicas e dos materiais de construção tradicional, no caso das intervenções em edifícios preexistentes, quer para o ensaio de novas linguagens e gramáticas arquitetónicas, quando se impôs a necessidade de ampliações ou novas construções. Neste último caso, são ainda particularmente notórios os esforços tendentes a sustentar um diálogo integrador entre o novo construído e o construído preexistente (mais evidente, sobretudo, na materialidade adotada), mas rejeitando quaisquer processos ou intenções miméticas ou reconstruções visando reproduzir aquele que se supunha ser o “verdadeiro estilo” ou o estilo original da preexistência.

⁶⁸ A recuperação e adaptação do Solar Corte Real e Casa Brandão Melo a unidade hoteleira do Inatel, em Linhares; e a recuperação do Solar dos Cabrais para instalação do Centro Interpretativo “À Descoberta do Novo Mundo”, em Belmonte (*vide* anexo 2, tabela 2.3).

⁶⁹ Admitimos que a inclusão das Lojas da Aldeia nesta tipologia não seja pacífica, já que não se pode dizer que aquelas correspondam de forma exata ao conceito de equipamento coletivo. No entanto, tratando-se de um investimento público – ainda que as lojas se destinem a ser concessionadas a privados – e de um conceito que não se esgota na sua vertente comercial – relativa, nomeadamente, à venda de produtos locais com a chancela Aldeias do Xisto –, e dado que abrange igualmente as funções de posto de turismo e acolhimento de visitantes e, em determinadas circunstâncias, também de centro de convívio, julgamos que se justifica a sua associação a esta tipologia.

⁷⁰ A obra correspondente, que contemplava uma componente de recuperação e reconstrução e uma componente de construção nova, viria, todavia, a ser interrompida por falência do empreiteiro e nunca mais retomada. Uma outra obra enquadrada nesta tipologia, a relativa ao Núcleo Museológico de Odeleite, viria de igual modo a ser interrompida por idênticos motivos, tendo no entanto sido possível proceder posteriormente à sua conclusão, embora já para além do período de programação considerado neste estudo.



Figuras 2.126, 2.127 e 2.128: postos de turismo de Marialva (AH), Castelo Rodrigo (AH) e Sortelha (AH)

Figuras 2.129 e 2.130: Ferraria de São João (AX), centro de BTT; Belmonte (AH), Museu dos Descobrimentos

Figuras 2.131 e 2.132: Martim Branco (AX), Casa das Artes e Ofícios; Barroca (AX), Casa Grande / sede da ADXTUR

Figuras 2.133, 2.134 e 2.135: Odeleite (AA), Núcleo Museológico A Casa de Odeleite; Carrapateira (AA), Museu do Mar e da Terra; Vaqueiros (AA), Edifício Polivalente

Pelo contrário, e como é evidente em qualquer das ações atrás referidas, os novos elementos espaciais e funcionais determinados pelas novas exigências de uso tendem a “expressar a linguagem da arquitectura actual”, conforme determina a Carta de Cracóvia (§ 4), embora de forma que se

pode de algum modo considerar tão “discreta e silenciosa” quanto possível⁷¹ e assumindo os pressupostos de que a história dos aglomerados humanos representa uma “sucessão temporal de modernidades sobrepostas” e de que “é precisamente no anonimato que radica a verdadeira grandeza de certas arquitecturas” (Gracia, 2001: 5), não só urbanas, mas também rurais.

(d) Projetos de articulação do núcleo edificado com a envolvente paisagística

Uma quarta tipologia de ações identificada nos programas analisados diz respeito a projetos cujas propostas refletem a importância da valorização da envolvente paisagística dos núcleos edificados objeto de intervenção e da relação destes com os espaços de interesse na sua proximidade, tendo como propósitos fundamentais cerzir os tecidos que as transformações ocorridas nestes núcleos romperam, por um lado, e reforçar e preservar os núcleos de interesse na aldeia integrando-os nos itinerários culturais a criar no seu espaço e área de intervenção, por outro (figuras 2.136 a 2.138). Sendo, porém, em número muito reduzido as ações realizadas neste âmbito, a soma dos respetivos valores de investimento representam 2,3% do valor global de investimento executado nos quatro programas, mas com um único projeto, o *Bio-Parque de Monchique* (AA), a absorver mais de metade daquele valor (*vide* anexo 2, tabela 2.5).

Obedecendo aos mesmos princípios associados à componente de requalificação do espaço público dos projetos de reabilitação urbana, pode-se afirmar que a intenção subjacente a este tipo de intervenções era a de privilegiar a manutenção das estruturas construídas existentes em detrimento da nova construção, tendo sempre como princípios orientadores de atuação o recurso aos materiais e técnicas construtivas tradicionais e a assunção do caráter rural das áreas de intervenção e das estruturas construídas preexistentes que as mesmas compreendiam.

No caso particular das intervenções da responsabilidade do GTAA Sotavento, o respeito por esses princípios traduzir-se-ia na recusa da integração generalizada ou excessiva de elementos de conotação urbana (incluindo a iluminação pública, ao assumir-se uma utilização exclusivamente diurna da generalidade dos espaços intervencionados neste âmbito particular) e na opção pelo recurso, em termos de mobiliário urbano, à utilização de elementos preexistentes (como muros que pudessem funcionar como bancos, retomando a ideia do *poial*, elemento tão presente e importante nas arquiteturas da região algarvia, sobretudo nas da serra) e pela redução, ao mínimo admissível, da integração de novos elementos (constituindo as papeleiras, p. ex., a exceção).



Figura 2.136: Cachopo (AA), azinhaga de acesso às construções de planta circular



Figura 2.137: Cachopo (AA), azinhaga de acesso ao poço



Figura 2.138: Gondramaz (AX), Gondramaz Acessível (percurso pedestre)

⁷¹ Como afirma o mesmo autor, “El riesgo de cualquier intervención actual en ámbitos *construidos por la historia* no radica en su condición contemporánea, sino en la propia entraña de una sesgada concepción de lo moderno en arquitectura que, a imagen y semejanza del arte de vanguardia, ha venido poniendo el acento en su radical egotismo.” (Gracia, 2001: 62-63).

Precisamente duas destas obras, a de *Requalificação do acesso ao poço* e a de *Requalificação da azinhaga de acesso às construções de planta circular* (Ribeiro, 2008a: 192-199) (figuras 2.136 e 2.137), ambas executadas em Cachopo (AA), viriam ainda a adquirir uma importância particular no contexto do programa. Entre outras razões, devido ao facto de se terem constituído em preciosos laboratórios e escolas de aprendizagem das técnicas relacionadas com as construções em xisto, graças à integração nas equipas de trabalho responsáveis pela sua execução de três experientes artesãos, velhos mestres nas artes locais da construção tradicional cuja prolecta idade não os impediu de, não só contribuir grandemente para a boa execução dos trabalhos incluídos naquelas obras (bem como nas obras do Moinho Branco e da Casa da Aldeia, na mesma aldeia, graças às diligências efetuadas nesse sentido pelo GTAA Sotavento e à disponibilidade manifestada pelas empresas adjudicatárias das mesmas), como de permitir, quer aos técnicos do GTAA, quer às empresas envolvidas, essa importante aprendizagem.

Relativamente às AX, vale ainda a pena referir o projeto *Gondramaz Acessível* (figura 2.137) que possibilitou a criação de um percurso pedestre que percorre a área envolvente daquela *aldeia do xisto* e o respetivo núcleo urbano e em cuja conceção foi tida em atenção a importância de garantir o máximo de acessibilidade e a sua utilização por qualquer indivíduo independentemente das suas eventuais limitações e incapacidades (motoras, auditivas, visuais ou compreensivas), através da utilização de diferentes materiais e texturas na respetiva pavimentação.

(e) Projetos da iniciativa de promotores privados

As ações de *apoio à iniciativa de promotores privados* (figuras 2.139 a 2.145) correspondem aos objetivos (subjacentes à estratégia preconizada por todos os programas) de desenvolvimento, dinamização e diversificação das atividades económicas e turísticas, promovendo, por um lado, a revitalização das atividades tradicionais e a diversificação da base produtiva através da valorização da produção artesanal e dos produtos com especificidade regional e a revitalização do comércio tradicional, bem como, por outro lado, a criação de estruturas de suporte às atividades de turismo cultural em espaço rural⁷². Contudo, pelo menos no que respeita à componente FEDER destes programas, estas ações traduzir-se-iam, maioritariamente, em projetos de criação de alojamentos de turismo em espaço rural (26 das 33 ações identificadas) (figuras 2.139 a 2.143), havendo apenas duas ações correspondente a *comércio de artesanato* e uma outra à *comercialização de plantas aromáticas, medicinais e condimentares e outros produtos tradicionais*, e as restantes concernentes à instalação de restaurantes. As ações identificadas neste âmbito⁷³ distribuem-se apenas pelos programas das AH e AX, representando no seu conjunto 3,2% do investimento global realizado no âmbito dos quatro programas analisados (*vide* anexo 2, tabela 2.5).

⁷² O relatório final de execução do PO Centro enquadra as boas práticas relativas a projetos apoiados no âmbito da Medida 3 - Ações inovadoras de dinamização das aldeias, a que corresponde o PAH, em três dimensões: a patrimonial, a social e a económica, considerando esta última "o corolário da afirmação das vertentes anteriores, por ter promovido um empreendedorismo inovador e sustentável, de base local, e por ter estimulado a iniciativa privada a assumir-se como parceira, dos poderes públicos, no alavancar de dinâmicas locais de desenvolvimento social e económico e, respeitando a autenticidade e simbolismo dos lugares e a matriz cultural das populações". Entre esses bons exemplos, destaca (i) "as **unidades de Turismo em Espaço Rural** que disponibilizam alojamento de qualidade a segmentos turísticos exigentes, em Castelo Rodrigo (2), Marialva (3), Trancoso (1), Linhares (1) e Castelo Novo (1), onde o conforto e modernidade, dos interiores, coabita com a força da arquitectura tradicional"; (ii) "as **lojas de artesanato** (Castelo Novo) e de produtos locais de excelência (Castelo Rodrigo) que introduzem urbanidade e exploram nichos de mercado que promovem, no exterior, os produtos e a identidade das Aldeias"; e (iii) "as **micro-empresas de animação turística** (em Castelo Novo e Monsanto), que muito têm contribuído para a divulgação da Rede das Aldeias Históricas, bem como de todo o território entre Douro e Tejo, ao longo da linha de fronteira." (Centro, 2010a: 413, 417-8; ênfase como no original)

⁷³ Importa referir, a esse respeito, que as ações aqui analisadas correspondem exclusivamente à componente FEDER dos apoios comunitários, que é aquela que acolhe as ações estruturantes dos programas das aldeias, não se tendo esgotado, apenas nesse âmbito, os apoios concedidos a iniciativas, nomeadamente as promotores privados, que, de algum modo, se enquadravam nos propósitos daqueles programas ou para os quais concorriam direta ou indiretamente.



Figuras 2.139, 2.140 e 2.141

Marialva (AH): Casas do Côro (TER); Sortelha (AH): Casas do Campanário (TER); Gondramaz (AX): Pátio do Xisto (TER / restaurante)

Figuras 2.142, 2.143, 2.144 e 2.145

Álvaro (AX): Casa dos Hospitalários (TER); Janeiro de Cima (AX): Casa de Janeiro (TER); Odeleite (AA): projeto de reconversão de edifício tradicional em pastelaria com fabrico próprio [estudo prévio]: alçado principal do edifício existente e planta de alterações



De um modo geral, trata-se de intervenções de adaptação de antigas habitações a unidades de alojamento turístico, do tipo que, inicialmente definido em 1995 como *casas de aldeia* – no âmbito da declaração das AH como “áreas de interesse turístico” (Despacho nº 80/95: §1) –, viria posteriormente a generalizar-se como *casas de campo* (DL n.º 169/97, de 4 de Julho)⁷⁴.

Segundo aquele primeiro diploma referido, poderiam adotar a designação de *casas da aldeia* quaisquer

alojamentos particulares de apoio ao turismo que sejam constituídos por casas autónomas já construídas (moradias) e se situem em aldeias históricas (Despacho nº 80/95: §2),

sob condição de, entre outros requisitos (nomeadamente os definidos no Decreto Regulamentar 8/89, de 21 de março), “respeitar as características próprias da região em que se inserem, obedecer à arquitectura local e à decoração tradicional” (Despacho nº 80/95: art.º 2º), ou, como virá a determinar o DL n.º 169/97, “pela sua traça, materiais de construção e demais características, integrar-se na arquitectura e ambiente rústico próprios da zona e local onde se situam.” (art.º 10º, n.º 2)⁷⁵

⁷⁴ Todas as candidaturas aprovadas no QCA II, à exceção de uma, adotam a designação de *casa de aldeia*, correspondendo a iniciativas promovidas no âmbito das AH. Já as candidaturas aprovadas no QCA III, quer as concernentes às AH, quer às respeitantes às AX, adotam já a nova designação de *casa de campo*.

⁷⁵ Note-se como, em qualquer dos dois casos, o conceito assim definido não deixa de apresentar evidente similitude com o conceito proposto nos anos 1930 no âmbito do I Congresso da União Nacional, sugerindo a criação de uma modalidade de unidades hoteleiras,

A obediência a estes requisitos traduzir-se-ia, na generalidade dos casos, em operações de reconstituição e/ou mimetismo das características arquitetónicas locais ou regionais que, à parte a necessária intervenção nos respetivos interiores, não diferem particularmente das executadas no âmbito das intervenções em fachadas e coberturas, seguindo aliás os mesmos princípios. Adquire por isso particular relevância, neste contexto, o projeto das *Casas do Côro* (Arqt.º Pedro Brígida) (figuras 2.20 e 2.139), em Marialva (AH), pela forma com reinterpreta o conceito e aparenta, a exemplo de Eduardo Souto Moura em Santa Maria do Bouro, “servir-se das pedras disponíveis para construir um novo edifício” e aceitar o “pitoresco” resultante como “uma fatalidade que acontece e não [como] a vontade de um programa” (Trigueiros, 1994: 138-140), assumindo sem tibiezas uma contemporaneidade formal cujo protagonismo (que a contenção volumétrica e a escolha dos materiais não conseguem dissimular), está ainda assim longe de se poder considerar exacerbado.

Vale a pena também referir aquele que terá constituído o único projeto desta tipologia cuja autoria não foi entregue a um gabinete privado, o *Projecto de reconversão de edifício tradicional em pastelaria com fabrico próprio* (figuras 2.144 e 2.145), elaborado pelo GTAA Sotavento (Ribeiro, 2008a: 212-213). Com efeito, a intervenção desta equipa técnica num tipo de ação para a qual não estava inicialmente vocacionada prendeu-se, fundamentalmente, e uma vez mais, com a importância concedida à indução de efeitos demonstrativos, associando dois propósitos diversos mas que, à luz da estratégia que estava associada a esta tipologia de ações, se consideravam complementares: “a valorização e revitalização da produção artesanais [...] e a reabilitação de um imóvel com relevante valor patrimonial, relativo à arquitectura popular.” (Ribeiro, 2008a: 211)

O projeto, embora não tenha ido além da fase de estudo prévio⁷⁶, constituiu ainda assim uma oportunidade para o gabinete ensaiar uma intervenção num bom exemplar da arquitetura popular da zona serrana da região algarvia, tendo a proposta compreendido alterações decorrentes “da correcção de disfuncionalidades construtivas, da reconversão funcional e da adaptação a novas necessidades e exigências regulamentares” (*Idem*: 213), embora procurando manter (física ou legivelmente) os elementos fundamentais que caracterizavam a preexistência.

(f) Projetos de acessibilidades e outras infraestruturas

Representando 11,5% do investimento total executado nos quatro programas, esta tipologia de ações diz respeito à construção ou beneficiação de acessibilidades rodoviárias e outras infraestruturas que, por se situarem fora do perímetro urbano das aldeias intervencionadas (ou da respetiva área de intervenção), entendemos não associar aos projetos de reabilitação urbana.

Importa apenas assinalar, a este respeito, que o valor referido é significativamente inflacionado pelo investimento executado num único projeto, correspondente à *Construção da via de interligação IC1-S. Marcos da Serra à rede viária envolvente - EN267 Alferce*, previsto e executado no âmbito do PI de São Marcos da Serra (AA), o qual, só à sua conta, corresponde a 3/4 (mas concretamente, 75,6%) do valor do investimento executado na totalidade deste tipo de ações (*vide* anexo 2, tabela 2.5).

(g) Estudos e planos

Uma última categoria de ações diz respeito aos *estudos e planos* apoiados pelos programas, representando no seu conjunto 2,4% do valor global do investimento executado. No âmbito destas

de pequena escala, que “tanto na construção como na instalação” deveriam obedecer aos “estilos e costumes da região” (Duarte Ferreira *apud* Brito, 2003b: 653), e que viria a estar não só na origem das *pousadas regionais*, como também (e sobretudo) dos *casalinhos* do SPN/SNI, conforme já referido (*vide* secção 1.2.5).

⁷⁶ O promotor, em virtude de dificuldades encontradas no processo de registo do imóvel, acabaria por desistir da iniciativa.

ações merecem especial destaque, por razões óbvias, a criação, no âmbito do PAA, dos dois Gabinetes Técnicos de Apoio às Aldeias, os quais representaram um investimento correspondente a 5% do total de investimento executado no quadro daquele programa (*vide* anexo 2, tabela 2.5), bem como a ação *Metodologias de Intervenção e Técnicas de Reabilitação*, promovida pela CM de Albufeira e centrada na aldeia de Paderne.

Esta ação, surgida na sequência da experiência ocorrida durante a primeira fase dos GTAA (e em particular, do GTAA Barlavento), visava “colmatar a falta de sustentação teórica e prática” há muito sentida por todos aqueles que intervêm no património, que a própria experiência daqueles gabinetes confirmara, tendo-se traduzindo “num conjunto de ações dirigidas para a revitalização, valorização e preservação do património urbanístico e arquitectónico do Algarve” (Valverde & Santos, 2005: 26-29), como tivemos já ocasião de referir.

No caso das AH, destacam-se os planos de *Pormenor e Salvaguarda* e de *Salvaguarda e Revitalização* de Castelo Novo, e o *Plano de Salvaguarda e Valorização* de Monsanto, assim como os estudos históricos e arqueológicos realizados em Idanha-a-Velha e Marialva.

Ações imateriais (promoção, divulgação, comunicação e animação)

Para além da componente *infraestrutural*, estes quatro programas, conforme já referido, compreendiam ainda uma componente dita *imaterial* que contemplava o apoio a ações de promoção, divulgação e comunicação, bem como os eventos associados à animação sociocultural (figuras 2.146 a 2.153).



Figura 2.146, 2.147, 2.148 e 2.149
Aldeias Históricas, Aldeias Vinhateiras, Aldeias do Xisto, Aldeias do Algarve: logótipos

Figura 2.150, 2.151, 2.152 e 2.153
Carta de Lazer das Aldeias Históricas, capa do vol. 6; Festival das Aldeias Vinhateiras, cartaz da edição 2013; Celebração do Entrudo Tradicional – Agra Nova, cartaz da edição 2011; Festa da Gastronomia e das Receitas Típicas das Aldeias do Algarve, capa da publicação resultante

No conjunto dos quatro programas analisados, o valor do investimento executado neste tipo de ações representou 8,0% do investimento global, registando o PAH o valor máximo, quer em termos absolutos, quer relativos – 9,3% do investimento executado no âmbito do programa, cerca de metade do valor investido pelo conjunto dos quatro programas neste tipo de ações –, enquanto o PAV regista os valores mais baixos – apenas 2,3% do investimento executado no âmbito do

programa. Note-se ainda que o PAA, apesar de registar valores de investimento nesta área superiores aos do PAX (mais do dobro), ficou muito aquém deste em termos de reconhecimento e visibilidade do produto (*vide* anexo 2, tabela 2.5).

A criação da imagem de identidade de cada uma das redes e dos respetivos sítios eletrónicos (particularmente, as das AH, AX e AV⁷⁷, uma vez que o PAA falhou em qualquer um daqueles aspetos), as *Cartas de Lazer das Aldeias Históricas* (figura 2.150) – oito volumes publicados em 2000 pelo Inatel em parceria com o *Diário de Notícias* (Graça & Espírito Santo, 2000) e respetivo sítio eletrónico (ainda ativo, apesar de desatualizado⁷⁸) –, bem como o festival das Aldeias Vinhateiras (figura 2.151), ou ainda, no caso particular das AA, o *Concurso de Presépios nas Aldeias do Algarve* (promovido nos natais de 2003 a 2005, dando origem a edições em livro e dvd) e a *Festa da Gastronomia e das Receitas Típicas das Aldeias do Algarve* (Algarve, 2005a) (figura 2.153), constituem bons exemplos, entre muitos outros, deste tipo de ações.

⁷⁷ Sítios eletrónicos esses que foram entretanto profundamente reformulados e melhorados, em termos de imagem e de conteúdos, nos dois primeiros casos – <http://www.aldeiashistoricasdeportugal.com/> e <http://aldeiasdoxisto.pt/> (acesso em maio 2016) –, e já desativado no caso das AV, o que, num caso e no outro, é bem revelador da importância que representa para estes processos a continuidade das políticas ao arrefio dos períodos de programação e dos ciclos eleitorais.

⁷⁸ <http://www.cartadolazer.inatel.pt/> (acesso em maio 2016).

2.4. Outras experiências internacionais de intervenção em áreas rurais

2.4.1. Introdução

No âmbito internacional as experiências de intervenção em áreas rurais são diversificadas, dependendo das circunstâncias e condições sociais, culturais, económicas e políticas de cada país e refletindo, no que respeita à preponderância assumida pela conservação, salvaguarda e reabilitação patrimoniais nesse contexto, a própria evolução histórica, à respetiva escala nacional (ou a sua transposição para esta escala) das teorias e práticas patrimoniais e a importância que cada país e respetiva sociedade lhe vão, ao longo dos tempos atribuindo.

Porque mais do que nos focarmos num único caso, ainda que porventura modelar, nos parece mais útil procurar identificar e discutir os aspetos mais interessantes ou significativos de diferentes abordagens, mesmo que incorrendo no risco de dispersão, simplificação ou superficialidade da análise, procurámos fazer uma resenha necessariamente breve de algumas experiências cuja seleção, importa reconhecê-lo, decorreu mais da facilidade de acesso a informação relevante sobre as mesmas do que da respetiva singularidade ou mérito intrínseco.

Contudo, consideramos que todas elas representam, no seu conjunto, exemplos de aplicação de alguns princípios que nos parecem fundamentais, entre os quais destacamos:

- (i) a *importância concedida à salvaguarda e conservação patrimonial*, por um lado, e à correspondente valorização económico-turística, por outro, procurando conciliar os respetivos objetivos num projeto de desenvolvimento desenhado à medida de cada território, como eixo fundamental de ação;
- (ii) a *abordagem holística* das problemáticas;
- (iii) a *integração e territorialização* das políticas e dos programas;
- (iv) a *preponderância atribuída aos processos participativo e ascendente (bottom up)*;
- (v) o empenho colocado no *estabelecimento de parcerias* e na *criação de um clima de cooperação* entre os atores envolvidos e/ou atuantes no território em questão;
- (vi) ou ainda, a *aceitação da inovação e da transformação*, integrando-as nos desígnios do projeto (ainda que devidamente enquadradas e matizadas) em detrimento da fixação ou cristalização nostálgica do passado (ou de um passado selecionado).

2.4.2. *Dorferneuerung* / *Dorfentwicklung*: a renovação e o desenvolvimento das aldeias na Europa central

Com efeito, as áreas rurais, por força das profundas transformações a que estiveram sujeitas ao longo do século XX, particularmente após a segunda guerra mundial, têm merecido – em especial por parte dos governos dos países mais desenvolvidos do hemisfério norte e em particular da Europa comunitária –, lugar de destaque nas políticas públicas nacionais de desenvolvimento local e rural desde o início da década de 1970, de que o programa de iniciativa comunitária LEADER é, aliás, bom exemplo, como tivemos já ocasião de referir.

Neste contexto, têm sido promovidos, à escala nacional, programas que enfatizam a importância do trinómio património-reabilitação-turismo como estratégia de revitalização, desalavancagem e desenvolvimento de áreas rurais deprimidas ou afetadas pelos processos de desvitalização socioeconómica, como sucede na Alemanha¹ (Bayern, 2009; Hessen, 2001 e s.d.; Niedersachsen,

¹ E também na Áustria, que promove um programa em tudo similar (cf. Tirol, 2012), e noutros países da Europa Central, reunindo-se atualmente essas diversas experiências – através dos respetivos governos nacionais e regionais, ONGs e especialistas – numa

s.d.; Thuringen, s.d.), onde adotam as designações de *Dorferneuerung* e *Dorfentwicklung*, dando continuidade a uma política que vem sendo prosseguido desde os anos 1950 (Magel, s.d.) ainda que hoje em moldes substancialmente diversos².

Traduzindo estas designações a ideia de “renovação e desenvolvimento das aldeias³”, os atuais programas a que dizem respeito, promovidos regionalmente ao nível de cada *Länder* (estado federal), consistem, basicamente, na implementação de um conjunto de ações e medidas de ordenamento, planeamento e desenvolvimento de aglomerados rurais destinadas a suprir as deficiências e carências de vária ordem que estes apresentem, tendo em vista melhorar as condições de vida das respetivas populações e promover o seu desenvolvimento socioeconómico. Estes programas têm vindo, no último período de programação financeira comunitária (2007-2014), a beneficiar de apoio financeiro comunitário ao abrigo do art.º 53b, ii, do Regulamento (CE) 1898/2005⁴ – de cujo Eixo 4, aliás, constituem uma prioridade (Bröckling & Werring, 2010).

Tendo como objetivos gerais:

- i) melhorar as condições locais para o desenvolvimento da agricultura melhorada;
- ii) aprofundar a consciência da importância da cultura local, do habitat tradicional, dos serviços locais e da cooperação regional;
- iii) reforçar o potencial económico, ecológico, social e cultural das zonas rurais;
- iv) promover o desenvolvimento interno das aldeias e o uso sustentável da terra,
- v) preservar o carácter único dos aglomerados rurais e da paisagem cultural;
- vi) e contribuir para a proteção do ambiente e para a adaptação às alterações climáticas (Bayern, 2009);

estes programas virão a adotar como um dos seus princípios e condicionantes fundamentais, a salvaguarda e conservação das características urbanas e arquitetónicas que constituem e conformam uma das facetas mais visíveis da identidade cultural das aldeias a beneficiar.

Desse forma, as ações a desenvolver nesse âmbito têm vindo a privilegiar a reabilitação e adaptação do edificado existente – nomeadamente no que se refere a edifícios e construções tornadas obsoletas, disfuncionais ou incapazes de responder eficazmente às novas necessidades por força, quer de novos hábitos de vida, quer de transformações ocorridas nas atividades associadas à agricultura, silvicultura e pecuária – a novos requisitos funcionais e a novos usos, bem como uma mais adequada e atenta integração na paisagem (urbana e natural) das novas construções.

Quanto aos referidos apoios financeiros, estes abrangem uma vasta diversidade de ações e medidas elegíveis no âmbito da cultura e do recreio, da ação social, das infraestruturas e dos transportes, da estrutura e da paisagem urbanas e da imagem arquitetónica, do comércio, artesanato e serviços, da agricultura e do uso do solo. Entre essas ações, incluem-se:

associação europeia, a Europäische ARGE Landentwicklung und Dorferneuerung (Associação Europeia para o Desenvolvimento Rural e Renovação das Aldeias). Estas ações, correspondendo ao âmbito de atuação do PIC LEADER, encontram de resto paralelo também no nosso país, estando na base da criação da rede das Aldeias de Portugal.

² Refletindo, por um lado, a transição de um modelo “funcionalista” de desenvolvimento para o modelo “territorialista” que se virá a afirmar a partir dos anos 1980 com a reforma da PAC, e, por outro, a crescente importância atribuída ao património, de uma forma geral, e aos patrimónios natural e rural em particular, e à necessidade de conciliar os objetivos da renovação do edificado e da salvaguarda e conservação patrimonial, que, por seu lado, essoura transição do conceito de “renovação (urbana)” para o conceito de “reabilitação (urbana)” bem traduz (*vide* anexo 1, secções A1.2 e A1.5).

³ Ainda que de forma menos literal, poderá porventura traduzir-se o termo *Dorfentwicklung* como revitalização de aldeias, uma vez que, no essencial, é disso que se trata.

⁴ Regulamento do Conselho da União Europeia de 20 de setembro de 2005, relativo ao apoio ao desenvolvimento rural através do FEADER (Europa, 2005).

- i) a requalificação dos espaços públicos e a melhoria das condições de circulação, automóvel e pedonal, no espaço urbano;
- ii) a defesa contra riscos de inundação e a semi-renaturalização das bacias hidrográficas locais;
- iii) a criação de espaços livres de uso público;
- iv) a preservação das características da paisagem e imagem urbana dos aglomerados, bem como da sua diversidade;
- v) a salvaguarda e conservação de edifícios e outros elementos construídos com valor patrimonial;
- vi) a construção, reabilitação ou ampliação de equipamentos públicos;
- vii) a reconversão e reutilização de antigos edifícios e construções de apoio às atividades agrícolas e silvícolas (património rural construído);
- viii) o apoio à agricultura e ao artesanato de pequena escala;
- ix) a criação, manutenção e requalificação de serviços públicos básicos;
- x) a promoção da acessibilidade a serviços e equipamentos públicos (Lastrup, s.d.; ver também Bayern, s.d.; Gries et al., 2009; e Dresden, s.d.).

Uma das exigências fundamentais do programa determina, porém, que as ações a implementar terão de estar enquadradas num plano que deverá adotar uma abordagem holística que vise dar resposta de forma integrada aos problemas económicos, sociais e ambientais da aldeia em questão. Exigência que é ainda acompanhada de uma outra não menos importante: de que o respetivo processo de discussão, definição e desenho não ocorra “de fora para dentro” nem “de cima para baixo”, mas, ao invés, envolva uma ampla e intensa participação ativa – “e não apenas participação”, como é enfatizado pelo governo do estado de Hessen relativamente ao respetivo programa regional (Hessen, 2001: s.p.; tradução livre) – da população residente e atores locais, quer na identificação das carências e problemas, quer na definição e desenvolvimento de ideias, soluções e respostas específicas para a sua situação concreta, já que uma das ideias-chave do programa é, mais do que impor receitas ou soluções, ajudar as populações locais a *ajudarem-se a si próprias*.

Contando para tal com o apoio técnico do respetivo departamento regional responsável pelo desenvolvimento rural e de outros parceiros institucionais e individuais públicos, privados e independentes, a primeira fase do processo, correspondente à elaboração do plano, realizada sob coordenação de um gestor de projeto nomeado para o efeito, conclui-se com a aprovação do mesmo pelas autoridades regionais competentes e a assinatura de um contrato-programa que assegura o financiamento das ações previstas por um período mínimo de sete anos.

Recentemente, Magel *et al.* (2010), a partir de um estudo que fazem de um conjunto de dez dessas experiências realizadas no estado da Baviera, e perspetivando já os desafios que se colocavam a estes programas no atual período de financiamento comunitário, apontavam aqueles que consideram ser os fatores de sucesso destes programas, mas também os seus principais obstáculos, fazendo ainda uma análise SWOT dos mesmos.

Entre os fatores de sucesso apontados, destacamos: (i) a criação de redes, (ii) a abordagem integrada e holística, (iii) o desenvolvimento do processo participativo e da transparência administrativa, (iv) a garantia de continuidade e orientação, a longo prazo, dos programas, (v) o reajustamento da posse e uso do solo, (vi) a possibilidade de recurso a diferentes fontes de financiamento, (vii) a cooperação técnica com outras autoridades, (viii) a composição interdisciplinar das estruturas de acompanhamento, (ix) o apoio e a gestão ativa por parte das autoridades municipais, (x) a monitorização contínua do processo e os contributos aportados pelo planeador, bem como, no que respeita à relação entre os atores envolvidos: (xi) o empenho e a dinâmica dos atores chave e a aceitação de responsabilidades por parte dos cidadãos, (xii) a determinação, a

paciência, a perseverança e as competências sociais reveladas por esses mesmos atores, (xiii) a criação de um clima de confiança, (xiv) a garantia de continuidade dos atores chave no processo e a durabilidade do envolvimento da população no mesmo, (xv) os conhecimentos e a formação técnica dos atores e a sua flexibilidade e capacidade de abertura a novos desafios, e ainda (xvi) a transparência e a neutralidade de todo o processo (Magel *et al.*, 2010: 379).

Quanto aos obstáculos, emergem, no que respeita ao processo em si: (i) o desconhecimento e a falta de aceitação ou de envolvimento por parte das populações abrangidas, (ii) a falta de coordenação entre os atores envolvidos, (iii) os elevados custos que o programa acarreta para a comunidade, (iv) a existência de fronteiras administrativas que impedem ou dificultam a procura de soluções territorialmente mais abrangentes, e (v) as dificuldades de financiamento das ações previstas, sendo ainda de assinalar, no que concerne à relação entre os atores: (vi) a falta de prontidão no investimento financeiro, (vii) o desinteresse, o desconhecimento e a fraca motivação da parte das populações, (viii) os problemas interpessoais, (ix) a ausência de competências sociais e comunicacionais, e (x) a ocorrência de disputas pessoais e político-institucionais (Magel *et al.*, 2010: 379).

Relativamente à análise SWOT destes programas, valerá a pena destacar, de entre as fraquezas e riscos apontados por aqueles autores: no primeiro caso, (i) a insuficiente abordagem a alguns tópicos cuja importância é relevada (como sejam as relações económicas, a arquitetura social e a ecologia) e (ii) a frustração das equipas técnicas envolvidas no processo (excessivamente pressionadas para a obtenção de resultados mas dotadas de reduzida margem de manobra para poderem atuar com a flexibilidade e a celeridade necessárias); no segundo caso, (iii) os cortes nos recursos humanos (conduzindo a estrangulamentos no desenvolvimento dos processos e ao declínio da capacidade de inovação), (iv) a inconstância e contínua redução dos apoios financeiros, bem como alguma deriva por parte dos municípios na implementação das ações, (v) a falta de pessoal qualificado nos domínios técnicos emergentes, (vi) os limites impostos à ação pela ausência de uma cultura de cooperação e coordenação interministerial, interinstitucional e intersetorial, (vii) a excessiva dependência do sucesso dos programas de fatores intrínsecos aos atores (dificultando assim o seu controlo), (viii) as dificuldades que se colocam ao reajustamento da posse e uso do solo (pondo em causa a implementação e o sucesso de algumas medidas), bem como (ix) a crescente complexidade das problemáticas (exigindo novos métodos e competências) (Magel *et al.*, 2010: 380-381).

Para fazer face a esses desafios, os mesmos autores sugerem por isso a necessidade de se repensar estes programas de renovação de aldeias no sentido de: (i) abarcarem novas ideias (através do alargamento dos tópicos abordados), (ii) reforçarem a dimensão integrada e holística que os caracteriza, (iii) desenvolverem abordagens que considerem as diferentes escalas espaciais e as relações funcionais entre elas, (iv) valorizarem o capital social e promoverem a responsabilidade comunitária e a cooperação, (v) promoverem a inovação nos seus vários domínios de atuação, (vi) assegurarem a continuidade dos processos de gestão, (vii) investirem na capacitação e formação contínua de todos os atores envolvidos, (viii) beneficiarem da possibilidade de reajustamento da posse e uso do solo, e (ix) reconhecerem a importância fundamental do tempo no desenvolvimento e implementação dos respetivos processos (adotando o longo prazo como âmbito temporal dos mesmos) (Magel *et al.*, 2010: 381-386).

Ainda que correspondendo, estruturalmente, às intervenções executadas no âmbito do PIC LEADER, estes programas, aparentam, porém – em termos de âmbito espacial de intervenção e a julgar pela análise que fizemos das diretrizes básicas de alguns deles –, estar mais próximos dos processos de reabilitação urbana clássicos, cuja área de intervenção corresponde a um contexto

espacial muito preciso e localizado, do que dos processos de desenvolvimento rural e local atualmente em voga, cuja abordagem é mais territorializada e espacialmente abrangente.

Por outro lado, ao conceder à participação ativa das populações locais um papel preponderante e condicionante no sucesso de um plano de renovação ou desenvolvimento de aldeia, tornando exigível, consequentemente, a existência de um limiar mínimo de massa crítica (ou seja, de densidade demográfica, social e, também, institucional local⁵) capaz, não só de despoletar o processo, como, sobretudo, de o conduzir e implementar eficazmente, estes programas distanciam-se da possibilidade de serem aplicáveis a áreas que ultrapassaram já um determinado nível de desvitalização socioeconómica e demográfica⁶, ainda que este aspeto possa ser facilmente entendido como sinal de recusa de voluntarismos dirigistas que, embora prenhes de boas intenções, se têm revelado frequente e tendencialmente inconsequentes.

2.4.3. *Heritage Areas*, parques patrimoniais e ecomuseus (nos EUA e na Europa)

Se o exemplo das ações atrás referidas se aproxima dos processos de reabilitação urbana clássicos, bem diferente é o caso dos parques patrimoniais e territoriais. Tendo surgido no início da década de 1970, tanto na Europa, como nos Estados Unidos⁷, quase em simultâneo (Martins, 2011: 24), os parques patrimoniais constituem um fenómeno cujo conceito se tem vindo a afirmar, particularmente, desde os anos 1980 (Eugster, 2003: 56), naquele país norte-americano⁸, em especial depois da designação, pelo respetivo Congresso, da primeira National Heritage Area (NHA): o Illinois and Michigan Canal National Heritage Corridor, em 1984 (Vincent & Comay, 2014: 3).

Traduzindo um novo conceito de salvaguarda e conservação patrimonial – em que, ao invés de elementos isolados e desarticulados (edifícios, conjuntos, sítios, paisagens ou espaços naturais), o que se procura preservar é todo um ecossistema cultural e natural, vertebrando um território a partir da definição de um eixo patrimonial (Martins, 2011: 3) –, o conceito de parque patrimonial – ou *área patrimonial* (*heritage area*), como é designado nos EUA –, constitui uma resposta à necessidade de (re)conciliação entre os imperativos da conservação patrimonial e do desenvolvimento económico⁹, rejeitando a ideia de parque como espaço apartado, inabitado, onde apenas a natureza e a conservação têm lugar (Bray, 1994: 3-4).

⁵ Enquanto no estado de Hessen o programa local só abrange aglomerados com uma população máxima de 2.000 hab., embora admitindo que possam ser aceites candidaturas de aglomerados com uma população entre os 2.000 e os 6.000 hab. desde que não abrangidas por um programa de desenvolvimento urbano (Hessen, 2009), já no estado da Renânia do Norte-Vestfália, o limite máximo é de 10.000 hab. (Bröckling & Werring, 2010). Em qualquer dos casos, esse limite demográfico representa uma escala bem diferente – refletindo, de resto, as diferenças que o conceito de “aldeia” apresenta, do ponto de vista demográfico, de país para país – daquela a que correspondem a esmagadora maioria das aldeias que têm sido intervencionadas no nosso país, quer no âmbito dos programas de revitalização de aldeias, quer no âmbito dos planos de ação local promovidos no âmbito do PIC LEADER.

⁶ Como é o caso, entre nós, de algumas das AX, sobretudo, mas também de algumas das AH.

⁷ Sabaté situa em 1972, nos EUA, o surgimento do “precedente mais significativo” do conceito com a proposta de criação do Parque Cultural do Carvão, e em 1983, também naquele país, a origem da designação com a iniciativa de estabelecimento de *heritage parks* por parte do estado de Massachussets (2004: 11).

⁸ Em 2014, o número de parques patrimoniais nos EUA ascendia já a 49 (Vincent & Comay, 2014: 1). Quanto à Europa, Martins contabilizava 25 no início da presente década – maioritariamente distribuídos por Alemanha (7), Espanha (6) e Reino Unido (5) –, fazendo notar, relativamente a Portugal, que muito embora o nosso país disponha “de três paisagens culturais inscritas na lista de Património Mundial da Humanidade da UNESCO – Sintra, Vinhas dos Açores e Alto Douro Vinhateiro – nenhuma delas está a ser gerida com recurso a um instrumento integrado e operativo, como seria o caso de um parque patrimonial.” (2011: 27-29)

⁹ Cf. a título de exemplo, a Lei dos Parques Culturais de Aragão (Aragon, 1997).

Privilegiando uma abordagem holística, integrada e ascendente (*bottom-up*)¹⁰ aos problemas de um determinado território (Bray, 1994: 4), os parques patrimoniais não correspondem, por outro lado, nem a uma imagem acabada ou fixa desse mesmo território ou paisagem, nem à sua renaturalização (Martins, 2011: 3 e 15), mas a um espaço antrópico, vivo, dinâmico e que, embora celebrando e revalorizando o passado ou uma determinada situação ambiental que o seu património cultural e natural evoca, não rejeita a inovação e a transformação, reconhecendo-as antes como constituintes indissociáveis do *continuum* histórico¹¹.

Dito de outro modo, o património é assumido como meio, como recurso, como eixo ou “princípio estruturador” (Eugster, 1994: 51) em torno do qual o território é repensado nos seus objetivos de desenvolvimento¹² (Martins, 2011: 25), e não como fim em si mesmo, não constituindo por isso a preservação o seu objetivo fundamental, mas antes a gestão ativa dos seus recursos tendo em vista a promoção da identidade e o desenvolvimento económico locais (Berghdal, 2005: 71; González, 2014: 225).

Os parques patrimoniais designam assim territórios aos quais é reconhecido o esforço de proteção, valorização e promoção dos recursos naturais, culturais, históricos e recreativos que configuram uma determinada paisagem característica, distinguindo-se fundamentalmente pela ênfase que é colocada na interação historicamente estabelecida entre uma população e o seu meio ambiente; população cujo envolvimento ativo no projeto e respetivo desenvolvimento, aliás, é considerada fundamental (Daly, 2003: 2).

O estabelecimento de um parque patrimonial exige, por isso, em primeiro lugar e acima de tudo, a existência de uma paisagem cujos atributos naturais, culturais, históricos e cénicos sejam distintivos e característicos e que, quando relacionados ou articulados, configurem uma *narrativa* coerente capaz de contar uma história singular (EUA, 2012), refletindo a identidade do território, e suportar a consciência coletiva da necessidade de proteger e valorizar aquilo que empresta a cada lugar a sua singularidade (Daly, 2003: 2), compreendendo quatro “passos críticos”:

- (i) a elaboração de um *estudo de viabilidade/adequabilidade*;
- (ii) o envolvimento e a *participação* da população local no referido estudo;
- (iii) a demonstração de *apoio generalizado*, por parte dos residentes, à criação e estabelecimento do parque;
- (iv) e o *compromisso*, para com o mesmo, da parte da administração central e local, do tecido empresarial e das organizações sem fins lucrativos locais (Vincent & Comay (2014: 4).

¹⁰ Nos EUA – e contrariamente ao que sucede com as terras abrangidas pelos parques que constituem o National Park System (NPS) daquele país, cuja posse, gestão e financiamento incumbe ao governo federal –, as terras abrangidas pelas NHA, de uma forma geral, são propriedade do respetivo estado, de indivíduos ou entidades privadas ou da combinação de ambos. Sendo o processo que conduz ao estabelecimento de uma NHA despoletado de baixo para cima, ou seja, através do esforço combinado das populações e instituições públicas e privadas locais, já que é a estas a quem a criação de uma NHA mais interessa pelo reconhecido potencial efeito de alavanca que a mesma pode proporcionar à economia local, também a respetiva gestão é assegurada por entidades ou parcerias locais, sendo as fontes de financiamento mais variadas. Contudo, embora beneficiem de apoio técnico e financeiro do NPS, as NHA não fazem parte do mesmo, tendo passado a integrar, desde 2014, uma nova entidade supra-estadual criada para o efeito, o National Heritage Areas System (Vincent & Comay, 2014: 3-4 e 11). A questão do caráter ascendente (*bottom-up*) do processo de criação e estabelecimento de uma área ou parque patrimonial é ainda enfatizada por Sabaté como uma das “quatro lições” que se podem extrair das experiências conhecidas de parques patrimoniais, afirmando que “Las mejores iniciativas se caracterizan por crecer *desde abajo hacia arriba*.” (2004: 27; itálicos nossos)

¹¹ A este respeito, Berghdal, abordando o caso do ecomuseu sueco de Bergslagen, refere que o objetivo deste “no es sólo el de preservar la historia de una región productora de hierro. Se trata de contribuir a un desarrollo económico positivo de la misma, objetivo poco usual para un museo, lo cual significa que está *proyectándose más hacia el futuro de la región, que hacia su pasado*.” (2005: 71; itálicos nossos).

¹² Copping e Martin definem parques patrimoniais como “large-scale living landscapes where community leaders and residents have come together around a common vision of their shared heritage”. (*apud* González & Vázquez, 2014)

A declaração de um território, ainda no caso norte-americano, como NHA contempla ainda, por outro lado, a designação de uma *entidade gestora* a quem incumbirá, para além da coordenação do trabalho dos parceiros envolvidos, o desenvolvimento e implementação de um plano de gestão. Plano esse que, embora variando de caso para caso, deverá compreender, de uma forma geral:

- (i) a identificação de recursos e temas;
- (ii) a definição e implementação de políticas e estratégias de salvaguarda e conservação, uso e educação pública;
- (iii) a descrição das necessidades de conservação e restauro de elementos e sítios;
- (iv) a discussão de oportunidades para o desenvolvimento de atividades recreativas;
- (v) o esboço de objetivos e possibilidades de financiamento;
- (vi) e a definição dos papéis e responsabilidades dos parceiros envolvidos (Vincent & Comay, 2014: 4).

Sublinhando alguns destes aspetos, Sabaté, a partir da análise que faz de uma centena de experiências europeias e norte-americanas, extrai *quatro lições fundamentais* que importa reter:

- (i) a imprescindibilidade de “*contar bem uma história*”, acrescentando que “elaborar o projecto de parque patrimonial equivale a construir o guião de um filme”¹³;
- (ii) a imprescindibilidade de “*documentar essa história de maneira rigorosa*”, considerando para tal os próprios residentes, “pelos seus conhecimentos, memórias, história e entusiasmo”, como recursos culturais fundamentais e, de resto, a “verdadeira e última razão” que motiva uma iniciativa do género e também os principais interessados em valorizar o seu património, sublinhando que “os melhores projectos analisados são largamente participativos”;
- (iii) a importância de “*definir uma estrutura física clara*”, assinalando que na generalidade das experiências por si analisadas é possível reconhecer um conjunto de elementos comuns “equiparáveis aos cinco elementos constitutivos da sintaxe proposta por Kevin Lynch em *A Imagem da Cidade*” (cf. Lynch, 1990: 46-90), como sejam: (1) a área global e as subáreas que constituem o âmbito da intervenção – regiões (*districts*); (2) os recursos patrimoniais e serviços disponíveis no âmbito da intervenção – marcos ou pontos de referência territoriais (*landmarks*); (3) as portas de acesso, os centros de interpretação e os museus existentes ou criados no âmbito da intervenção – nós ou interfaces (*nodes*); (4) os percursos que estruturam no território os elementos anteriormente enunciados – itinerários ou rotas (*paths*); e (5) os limites visuais e administrativos que conformam e confinam o território ou âmbito da intervenção – fronteiras (*edges*);
- (iv) e, finalmente, a circunstância de a maior parte das experiências bem sucedidas se caracterizarem por “*surgir da base, dos actores locais*”, ou seja, num processo ascendente (*bottom up*), o que facilita o reconhecimento e a consciência, por parte da comunidade local, de que aquele é um projeto *seu*, desenhado à medida das *suas* necessidades e expectativas, e representa o *seu* futuro¹⁴ (Sabaté, 2004: 23-27; tradução livre e itálicos nossos).

A conservação, a reabilitação, o restauro e a renovação do património edificado assumem, neste contexto, um papel fundamental, como realça Daly (2003: 2). Com efeito, como assinala também Sabaté (2004: 27-28), ainda a respeito das experiências que analisa, *evitar a deterioração futura dos recursos* (patrimoniais) deve constituir a primeira etapa a considerar no desenvolvimento e

¹³ Bustamante e Ponce (2004: 20) assinalam que, dos 47 parques patrimoniais (25 norte-americanos e 22 europeus) que analisam, 15 deles, ou seja, quase um terço, constituem *elementos lineares* (rios, canais ou estradas e caminhos históricos), o que, no entender de González e Vázquez (2014: 36), configura uma clara tendência decorrente da circunstância de esse tipo de elementos permitir montar um guião e contar uma história com maior facilidade.

¹⁴ Daly refere mesmo que “The most successful heritage areas, on the other hand, are much more than tourist destinations. They are the expression of the people who live, work and shape the land.” (2003: 5)

implementação de um processo desta natureza, pelo que se exige um esforço de intervenção que considere não só a manutenção estrita desses recursos e a sua salvaguarda (particularmente do ponto de vista legal), como ainda a sua reutilização (para fins eventualmente distintos dos originais, no caso de edifícios ou outras estruturas edificadas), interpretação e vinculação ao guião da história que se pretende contar.

Mas para que esses objetivos se concretizem, acrescenta Sabaté, importa ainda, numa segunda etapa, *sensibilizar a opinião e a consciência públicas*, não só através da informação e divulgação, mas também, e fundamentalmente, da educação; depois, num terceiro momento, *projetar e gerir uma imagem coerente e memorável*, clara e facilmente reconhecível, que facilite a perceção do produto em questão, para o que a criação de uma marca e respetivo logótipo desempenham papel determinante; e, por fim, *desenvolver uma infraestrutura de informação territorial* que assegure o indispensável suporte, no terreno, à história que se pretende contar e estruture a respetiva narrativa.

Na Europa, as áreas patrimoniais encontram paralelo, segundo Martins (2011: 25), no desenvolvimento dos designados *ecomuseus*, conceito que – inserindo-se na linhagem das primeiras experiências surgidas, ainda na segunda metade do século XIX, na Escandinávia, com os museus ao ar livre (*open air museums*)¹⁵ – traduz, de igual modo, o derrube das barreiras clássicas da museologia e a emergência do “museu integrado, destinado a oferecer à comunidade uma visão integral do seu ambiente natural e cultural” (S.A., 2012b: 115).

Um derrube que ocorre tanto do ponto de vista físico – ao trocar a clausura do museu pelo espaço livre do território –, quanto do ponto de vista metodológico – ao saltar da confinada coleção de peças ou artefactos para a abrangência dos recursos culturais e naturais presentes nesse mesmo território – e inclui a própria comunidade de pertença, como assinalámos já que esta passa assim a assumir um papel determinante e preponderante no processo,

procur[ando] reanimar e atualizar a ideia do museu integral [ou integrado] ao serviço do desenvolvimento, enfocando seu potencial de comunicação, como instrumento de diálogo entre diferentes forças sociais e a parceria com as comunidades. (Santos, 2012: 9).

A criação e desenvolvimento de um parque patrimonial não se faz, contudo, sem riscos. O maior deles, porventura, será aquilo que Solà-Morales designa como “efeito Parque Temático” e que consiste na “substituição da realidade pelas suas imagens”, processo em que, segundo aquele autor,

o modo de ver os monumentos e os lugares tende a dissolver-se num imaginário não controlável, nem pela autoridade da ciência e pelo conhecimento especializado, nem pelo poder regulador da instituição museu. (1998: 60; tradução livre)

Com efeito, como adverte Daly – chamando a atenção para o facto de a importância económica que as *heritage areas* representam nos EUA¹⁶ motivar os parques temáticos e casinos a criar os seus próprios “sítios históricos” por forma a tirarem também benefício dessa importância –, o “desejo de ‘cavalgar a onda’ conduz frequentemente à inautenticidade histórica ou à ‘mercantilização’ do património”, traduzidas na “redução do património ao seu menor denominador comum por forma a atrair um público, pagante, o mais alargado possível”. (2003: 4-5; tradução livre)

¹⁵ Linhagem de que fazem ainda parte, segundo González e Vázquez (2014: 36): (i) a tradição italiana, no domínio da gestão de áreas protegidas, de não conceber os parques como espaços fechados ou santuários de vida selvagem; (ii) o conceito de “parques regionais” criado em França nos anos 1960; ou ainda (iii) a emergência da arqueologia industrial, também nos anos 1960, que, aliás, irá impulsionar uma boa parte dos parques patrimoniais, os quais, precisamente, encontram no relevante passado industrial dos seus territórios o respetivo tema e marca identitária.

¹⁶ Referindo, nomeadamente, que “Studies have documented that visiting historic and cultural sites is the second most popular activity for domestic travelers (behind shopping) and accounts for 15% of the tourism industry. People interested in historic and cultural activities also spend more, do more and stay longer than other types of U.S. travelers.” (Daly, 2003: 4)

Ainda que eventualmente maior, este não é, contudo, o único risco. Como salienta o mesmo autor, os riscos de congestionamento e sobrecarga destas áreas (por falta de infraestruturas de acomodação apropriadas), e de destruição dos recursos que asseguram a respetiva atratividade (por falta de medidas de salvaguarda adequadas), com a conseqüente insatisfação por parte dos visitantes, tornam necessário distinguir com clareza

as áreas patrimoniais que promovem uma abordagem territorial integrada à preservação dos recursos e ao desenvolvimento económico daquelas que se limitam a usar o património como marca para atrair turistas. (Daly, 2003: 5)

Ou seja, entre os projetos que colocam, de forma integrada, os interesses globais da comunidade no centro da ação e os que se limitam a prosseguir, de forma puramente economicista, aut centrada e desligada da realidade cultural e socioeconómica que os cerca, os objetivos dos seus acionistas ou promotores. Se quisermos ainda, entre aquilo que configura, de facto, o conceito de *parque patrimonial* e aquilo que constitui a essência dos designados *parques temáticos*, de que a *Disneyland* constitui epítome e modelo.

2.4.4. *Pays d'art et d'histoire* / *Pôles d'économie du patrimoine*: marcas identitárias de uma política francesa de divulgação do património e educação para a sua preservação

As políticas de conservação e salvaguarda patrimonial têm também uma já longa tradição em França. Nascidas formalmente com a revolução de 1789 (*vide* anexo 1, secção A1.2), essas políticas virão a ganhar um especial impulso, no que à conservação e salvaguarda de conjuntos urbanos (e já não apenas de elementos ou edifícios ou isolados) diz respeito, com a designada Lei Malraux de 1962; lei através da qual virão a ser instituídos os “secteurs sauvegardés”, os “plan de sauvegarde” e os “périmètres de restauration immobilière” como instrumentos alternativos à renovação urbana, com o intuito de salvar setores urbanos e incentivar o restauro de áreas antigas ameaçadas de degradação ou demolição (Ribeiro *et al.*, 2016: 340).

A consciência de que, por si só, as ações de intervenção física não seriam suficientes para assegurar a proteção do património, conduzirá, porém, no seguimento da referida lei, à definição de políticas complementares de educação, sensibilização, animação e valorização económica desse património. Essas políticas traduzir-se-ão, em particular, na criação dos “parc naturels régionaux” (PNR), bem como das convenções “villes d’art” (VA), “villes d’art et d’histoire” (VAH), “pays d’art et d’histoire” (PdAH), “pôles d’économie du patrimoine” (PEP), “pôles d’excellence rural” (PER), “communes du patrimoine rural” (CPR), ou ainda “les plus beaux villages de France” (PBVF) e “petites cités de caractère” (PCC).

Em qualquer dos casos, trata-se de experiências que, procurando potenciar os efeitos (positivos) das políticas de salvaguarda e conservação patrimonial que vêm sendo seguidas naquele país, associam dois propósitos fundamentais: (i) por um lado, conciliar os objetivos da conservação e do desenvolvimento atribuindo ao património, quer o cultural (material e imaterial), quer o natural, a condição de recurso ou matéria-prima suscetível de ser transformada em produto ou bem de consumo através da sua valorização turística e, por essa via, fator de desenvolvimento económico para a respetiva comunidade, promovendo a apropriação dos lugares com valor patrimonial como lugares de vida, de uso corrente e partilhado por todos, em detrimento da sua museificação e transformação em espaços mortos e/ou apenas apropriáveis pelas elites sociais (Viard, 2001: 15); (ii) por outro lado, superar as dificuldades do isolamento e da dispersão incentivando a congregação dos esforços de promoção e divulgação através da criação e atribuição de uma marca identitária.

Pôles d'excellence rural

Começando por aquelas últimas quatro políticas ou iniciativas, a relativa aos PER, lançada em 2005,

constitui uma das respostas do governo [francês] ao relançamento da actividade económica nos territórios rurais em articulação com outras acções já em execução (<http://poles-excellence-rurale.datar.gouv.fr/>; tradução livre),

tendo a primeira geração de *polos* criados nesse âmbito – consagrando 379 projetos – assentado em quatro temáticas de enquadramento: (i) promoção das riquezas naturais, culturais e turísticas, (ii) valorização e gestão dos biorrecursos, (iii) oferta de serviços e de acolhimento a novas populações e (iv) excelência dos produtos agrícolas, industriais, artesanais e dos serviços disponibilizados.

Já a segunda geração dos PER viria a ter como temas (i) o desenvolvimento das atividades económicas e a valorização dos recursos dos territórios rurais, (ii) a facilitação da vida quotidiana das populações rurais e (iii) a organização e animação dos territórios a fim de assegurar a complementaridade dos espaços, visando impulsionar a capacidade económica dos territórios rurais (através, nomeadamente, da valorização do património, dos saber-fazer e das especializações artesanais) e responder às necessidades das populações locais no domínio dos serviços públicos. Entre os seus critérios de seleção contavam-se a importância, qualidade e carácter inovador das parcerias, a qualidade da ancoragem territorial do projeto bem como da sua coerência interna e externa e a sua articulação com outras iniciativas e programas. Lançada no final de 2009, esta segunda geração de PER consagrou mais 263 projetos.

Communes du patrimoine rural

No que respeita às CPR, trata-se de uma associação criada em 1987 pelos municípios da região da Bretanha visando (i) *salvaguardar e valorizar* o património, sensibilizando as populações locais para a sua importância económica, (ii) *promover o desenvolvimento local*, favorecendo a instalação de quaisquer novas atividades suscetíveis de assegurar o desenvolvimento económico, turístico e cultural da respetiva comunidade, e (iii) *informar* o público e *dinamizar* esse mesmo património, através da criação de circuitos de interpretação, da realização de visitas guiadas e programas de animação.

A adesão à rede e a obtenção da respetiva marca pressupõem, para além da dimensão rural do respetivo município (menos de 2000 habitantes aglomerados e de 3.500 habitantes no total), a existência de um património arquitetónico e paisagístico de qualidade em quantidade suficiente de acordo com os critérios definidos na respetiva Carta de Qualidade, e asseguram o acesso, quer ao município, quer aos proprietários privados, a ajudas financeiras destinadas à valorização e reabilitação patrimoniais. Em 2001, estas ajudas podiam ir até aos 30% (sem IVA) nas obras públicas e 20% nas obras particulares, abrangendo operações de recuperação de fachadas, o enterramento das redes elétrica e de telecomunicações e a reabilitação do chamado pequeno património público (moinhos, estábulos, fontes, cruzeiros, muros, etc.) (França, 2001: 177). A rede agrupa atualmente 34 municípios daquela referida região.

Les plus beaux villages de France

Relativamente às PBVF, a ideia tem a sua origem no início da década de 1980, tendo a associação que agrupa os aglomerados assim classificados como objetivos: (i) federar os municípios que, satisfazendo os critérios definidos na sua carta de qualidade, sejam total ou parcialmente classificados como tal; (ii) constituir um espaço de partilha de experiências, de reflexão e de

investigação destinadas a assegurar a preservação, a promoção e o desenvolvimento cultural económico e social das aldeias classificadas; (iii) dar a conhecer à opinião pública nacional e internacional, através de todas as ações de promoção e comunicação possíveis, uma das mais importantes riquezas arquitetónicas e turísticas de França; e (iv) suscitar o apoio das instâncias europeias, nacionais e regionais aos municípios assim classificados tendo em vista a preservação, animação e valorização do património construído e natural (Les plus beaux villages de France, estatutos, art.º 2; tradução livre).

Dimensão rural (ou seja, população aglomerada não superior a 2.000 hab.), existência de dois sítios ou monumentos classificados ou em vias de classificação e demonstração da adesão coletiva ao projeto de candidatura, constituem os critérios base de classificação, a que acrescem ainda outros 27 critérios, a avaliar *in situ*, que contemplam a avaliação, quer da importância e valorização do património da aldeia candidata, quer da qualidade do seu património arquitetónico, urbanístico e ambiental, quer da pertinência das ações executadas pelo respetivo município em prol da valorização do respetivo território (instrumentos de gestão urbanística, controlo dos fluxos de visitantes, arranjos estéticos, etc.). A rede, cuja ambição manifesta é evitar, quer a museificação, quer a 'parquetematização' destes aglomerados e conciliar o passado com o futuro, conta atualmente com 153 aldeias.

Petites cités de caractère

Quanto às PCC, o respetivo conceito nasce ainda na segunda metade dos anos 1960, mas só em 1975, com a criação da primeira rede, na região da Bretanha, se procederá à consagração efetiva como tal dos primeiros aglomerados. Atualmente são já quatro as redes regionais e cinco as departamentais existentes, agrupando um total de 33 pequenas cidades classificadas como *de caractère*. Os critérios de seleção determinam que o núcleo urbano candidato (seja ele uma pequena cidade, vila ou aldeia) não deve possuir mais de 6.000 habitantes, deve estar sujeita a um instrumento de salvaguarda – classificação como monumento histórico, *Zone de Protection du Patrimoine Architectural, Urbain et Paysager* (ZPPAUP), *Aire de mise en Valeur de l'Architecture et du Patrimoine* (AVAP) ou *Plan de Sauvegarde et de Mise en Valeur* –, deve constituir um conjunto edificado suficientemente denso e ostentar um património arquitetónico de qualidade e homogeneidade, deve exercer ou ter exercido funções urbanas centrais e possuir uma concentração de edificado que ateste uma atividade presente ou passada dotada de forte identidade, bem como beneficiar de um programa plurianual de reabilitação e valorização patrimonial.

Parc naturels régionaux

No caso dos PNR, estes – traduzindo de certa forma a passagem de "estratégia centralizada de conservação a uma estratégia descentralizada de mobilização"¹⁷, e de uma lógica de despesa a uma lógica de investimento" (Rallet, 2001: 57; tradução livre) –, surgem, na segunda metade dos anos 1960, com o propósito de instituir uma nova modalidade de ordenamento do território que, constituindo uma alternativa ao conservacionismo estrito dos parques nacionais (os quais por sua vez englobavam áreas não habitadas cujo estatuto de 'santuário da natureza' se pretendia preservar de forma integral) procurava conciliar a proteção dos patrimónios cultural e natural da sua área de

¹⁷ Com efeito, a criação de um PNR implica uma iniciativa e forte vontade política locais, que se traduz na própria estrutura gestonária, de natureza "alargada", que poderá englobar, para além dos representantes dos municípios abrangidos pela área do parque e das regiões ou departamentos a que estes pertencem, também representantes de outros organismos públicos, bem como de entidades e organismos associativos socioprofissionais locais.

intervenção com o desenvolvimento económico das respetivas populações residentes, estando na origem dos ecomuseus em França.

No que diz respeito à proteção do património cultural, a sua importância far-se-á sentir, entre outros aspetos, através do trabalho desenvolvido pelos seus “services d'assistance architecturale” na defesa da arquitetura popular e na sensibilização dos atores locais para a importância da sua preservação, na promoção do uso das técnicas e dos materiais de construção tradicional, bem como na manutenção dos ofícios e atividades com eles relacionadas, nomeadamente através de ações de formação técnico-profissional. Chevalier dá como exemplo a ação empreendida pelo PNR du Marais du Cotentin et du Bessin no relançamento da construção em terra crua através de duas vias complementares: a da sensibilização e formação dos artesãos, por um lado, e a do apoio financeiro (até 25% do montante da obra) aos proprietários, tendo a mesma gerado, apenas na área do parque, a criação de cinco empregos diretos, segundo aquele autor (2001: 54).

Villes et pays d'art et d'histoire

Na mesma época, as convenções VA virão a incorporar a importância, primeiramente, da *animação* e *valorização* patrimoniais como complemento às medidas e dispositivos de proteção e salvaguarda instituídas pela Lei Malraux (preconizando, nesse sentido, a organização e promoção, em período estival, de visitas turísticas de qualidade, guiadas por profissionais credenciados pelo ministério tutelar do setor cultural, a conjuntos urbanos antigos), e num segundo momento, da *sensibilização* e da *educação*, como formas de assegurar a apropriação do património por via do seu (re)conhecimento. Esta evolução traduzir-se-á, já na segunda metade dos anos 1980, na substituição da designação “villes d'art” (VA) por “villes d'art et d'histoire” (VAH), acompanhada do registo oficial da respetiva marca bem como de um caderno de encargos mais exigente, e na criação de uma nova convenção, os “pays d'art et d'histoire”, os quais, saltando as fronteiras do núcleo urbano confinado a que aquelas primeiras convenções diziam respeito, vieram estender ao território e à paisagem o respetivo âmbito de intervenção.

A essa evolução associar-se-á ainda o alargamento dos critérios de elegibilidade e admissão, refletindo, por um lado, a própria evolução do conceito de património no sentido de uma maior abrangência e ecumenismo – da consideração, inicial, apenas do património construído de carácter monumental e histórico, à integração, numa segunda fase, dos conjuntos urbanos e, finalmente, dos patrimónios rural, industrial, paisagístico e imaterial, considerando, neste último caso, os saber-fazer, as tradições e as memórias das comunidades locais –, e, por outro lado, a importância de acrescer ao critério da “qualidade do património” (o único considerado numa primeira fase), os critérios da “vontade política da coletividade territorial” e – no que concerne especificamente aos PdAH – o da necessária “inserção [da respetiva proposta] numa visão global de um projeto cultural” à escala do território ou área de intervenção (França, 2001: 29; tradução livre).

Esta abordagem territorialmente mais abrangente à questão da salvaguarda patrimonial, que os PdAH contemplam, vinha assim, segundo Portier (2001: 121), superar as políticas, até então seguidas em França, que tratavam apenas de promover os sítios ou monumentos de excecional valor e grande reputação nacional e internacional; elementos que, segundo o mesmo autor, embora dotados de forte atratividade, não só obliteravam frequentemente outras riquezas patrimoniais locais, como não se mostravam capazes de, por si só, reter de forma mais prolongada os visitantes ou levá-los a descobrir o território onde aqueles elementos se inserem.

Sensibilizar a população local, iniciar os mais jovens dos domínios do património, da arquitetura e do urbanismo, promover um turismo de qualidade e instituir uma política de comunicação em torno da temática patrimonial, constituem os quatro objetivos fundamentais das convenções VAH e

PdAH. Estas, porém, mais do que a simples animação isolada de um monumento ou conjunto urbano antigo, visam promover uma política de valorização integrada envolvendo num mesmo compromisso todo um território compósito (Pujas, 2001: 23), preconizando ainda, no respetivo caderno de encargos, a criação/instalação de um espaço que se constitua, simultaneamente, centro de interpretação do património e do território que constitui cada VAH ou PdAH e base de partida para a descoberta do mesmo.

O conceito PdAH pode, aliás, sintetizar-se em três palavras-chave:

- (i) a construção de uma *história* – que constitui a narrativa singular, tão coerente quanto possível e dotada de continuidade e homogeneidade, que articula a relação da comunidade humana com o respetivo território através, nomeadamente, do seu património cultural e da sua História;
- (ii) a definição de um *percurso* – que deve estruturar os diversos elementos que constituem esse património e a respetiva exploração e leitura, obedecendo a uma lógica espacial e podendo ser considerado museográfico ainda que não confinado a um espaço museu;
- (iii) e a criação de um *centro de interpretação* – que, não se confundindo com a ideia de museu, deverá antes constituir a porta de acesso à leitura e compreensão do território e do seu património, introduzindo e iniciando o visitante, de forma didática, nos aspetos artístico e histórico desse mesmo património, e exibindo ainda uma síntese dos elementos essenciais que o constituem (Carrier, 2001: 71-75). Não obstante, Guindet (2009: 21) assinalava, em 2009, serem poucos os PdAH que, àquela data, tinham já criado o respetivo “centre d’interprétation de l’architecture et du patrimoine”.

No âmbito da respetiva gestão, o conceito de PdAH compreende ainda a criação do cargo de “animateur de l’architecture et du patrimoine” – a quem compete sobretudo a criação e animação do projeto cultural e patrimonial do respetivo território, podendo ainda, contudo, em função das características e circunstâncias próprias de cada caso concreto, abranger a gestão corrente da própria estrutura associativa gestionária do PdAH, o acompanhamento dos projetos de intervenção no património, a pesquisa e investigação, entre outros (Guindet, 2009: 16) –, de um serviço educativo e da contratação de guias-conferencistas, sujeitos a formação específica.

Para além das ações no âmbito da sensibilização, educação, promoção e divulgação, bem como das visitas guiadas, contam-se ainda entre os exemplos de ações realizadas no âmbito dos PdAH, a realização de concursos sobre o património rural, o cofinanciamento de ações de reabilitação de edifícios tradicionais, a elaboração de cartas de paisagem e a promoção da reabilitação de fachadas através de operações do tipo “façades et couleurs” (fachadas e cores) (França, 2001: 125-142).

A adesão a estas convenções é, de um modo geral, ou precedida ou acompanhada de outras ações que, essas sim, se destinam a promover e apoiar as intervenções físicas no edificado (através de obras de manutenção, renovação, reabilitação, beneficiação ou promoção da qualidade arquitetónica), nomeadamente, como assinala Guindet (2009: 6), a declaração de um conjunto urbano como *Zone de Protection du Patrimoine Architectural, Urbain et Paysager* (ZPPAUP)¹⁸ ou, mais

¹⁸ Criadas pela Lei de 7 de janeiro de 1983, no âmbito do processo de descentralização das competências do estado francês, com o objetivo de “proporcionar às autoridades locais um papel activo na gestão e valorização do seu património, e complementar os instrumentos já existentes, de forma a permitir uma aplicação mais ampla e flexível”, as ZPPAUP não só viram permitir “uma personalização da abordagem a cada monumento histórico” – nomeadamente através da definição de perímetros de salvaguarda melhor adaptados a cada contexto urbano do que a regra geral francesa dos 500 metros –, como eram suscetíveis de ser aplicadas “a todo o tipo de lugares – construídos ou naturais, grandes ou pequenos –, desde que a área [fosse] dotada de uma identidade patrimonial” (Pinho, 2009: vol. I, 171), servindo assim tanto à salvaguarda e conservação de áreas antigas ou centros históricos como de espaços rurais. A constituição de uma ZPPAUP pressupunha a elaboração de um documento, concertado entre o estado central e o município ou municípios abrangidos pela mesma, composto por um relatório de apresentação, um documento gráfico identificando

recentemente, *Aire de mise en valeur de l'architecture et du patrimoine* (AVAP)¹⁹, o lançamento de um *Plan de Sauvegarde et de Mise en valeur*, de uma *Opération Programmée d'Amélioration de l'Habitat* (OPAH)²⁰ ou de uma *Opération Village*²¹. No início de 2015, mais de metade (56,45%) dos PdAH possuía uma ZPPAUP, cerca de um quarto (24,19%) possuía um “secteur sauvegardé” ou uma AVAP, e um terço (33,87%) estava dotado de uma carta de paisagem, sendo o “urbanismo patrimonial” o objetivo principal de 56% dos PdAH (França, 2015: 3; cf. também Guindet, 2009:13).

Os 67 “pays d’art et d’histoire” que integram atualmente a rede de VPAH²² apresentam, segundo o relatório da DATAR²³ (França, 2001) que temos vindo a citar, uma grande diversidade, quer (i) do ponto de vista da sua própria natureza e origem – a existência de uma entidade histórica, a sua coerência patrimonial ou temática, a consistência dos respetivos projetos territoriais, uma forte vontade política decorrente de inventário territorial, ou o caráter dos seus eventos –, quer (ii) do ponto de vista dos signatários da convenção – uma cidade centro, um conjunto de municípios associados, um sindicato, uma associação ou uma fundação –, (iii) da respetiva estrutura de gestão, (iv) da configuração da própria região – existência ou não de um núcleo urbano âncora, região rural ou território periurbano, área do território mais ou menos importante, preponderância ou não de um sítio particular –, ou ainda (v) dos parceiros envolvidos e dos meios financeiros disponíveis (França, 2001: 31; cf. também Guindet, 2009: 9, e França, 2015: 2).

Pôles d'économie du patrimoine

Sem se distanciar particularmente do conceito dos PdAH – salvo, porventura, na maior ênfase semântica na “economia” (ou desenvolvimento) em detrimento da “arte” e da “história” (ou se quisermos, do património e da conservação) que a própria designação denuncia –, os PEP podem ser

e definindo a delimitação da zona e um regulamento constituído por prescrições e recomendações relativas à arquitetura e à paisagem.

¹⁹ Em 2011, as ZPPAUP foram substituídas – no âmbito da Lei Grenelle II de 12 de julho de 2010 – pelas *Aires de mise en valeur de l'architecture et du patrimoine* (AVAP), as quais, embora mantendo os princípios fundamentais daquelas, procuram estabelecer uma maior aproximação entre os objetivos da conservação e do desenvolvimento sustentável, bem como uma maior concertação com as populações locais.

²⁰ Lançadas em 1977 no âmbito de uma “nova política em prol da reabilitação” lançada pelo estado francês na segunda metade da década de 1970, as OPAH visavam “promover uma abordagem global à escala do bairro” (Pinho, 2009: vol. I, 100), podendo “abranjer vastas áreas urbanas com vista à beneficiação e à melhoria das condições do habitat, nomeadamente mediante intervenções de reabilitação das habitações, criação/recuperação de espaços verdes, sistema de redes, espaços públicos, estruturas viárias e equipamentos locais”, e permitindo aos proprietários dos imóveis abrangidos pela operação beneficiar de ajudas financeiras que poderiam ir até aos 40% do custo total da intervenção (Paiva *et al.*, 2006: 28-29).

²¹ Iniciativa destinada a promover a revitalização de pequenas comunidades rurais com valor patrimonial cuja tipologia de ações se assemelha às empreendidas no âmbito dos programas de revitalização de aldeias promovidos no nosso país, quer na sua componente material – englobando, nomeadamente, a realização de obras de conservação, reabilitação ou beneficiação de edifícios e equipamentos e de imóveis públicos e privados (intervindo, nomeadamente, nas respetivas fachadas), procurando repor os elementos, materiais e cores que caracterizavam outrora a arquitetura local, de requalificação de espaços públicos e de enterramento ou camuflagem das infraestruturas elétricas e de telecomunicações –, quer na sua componente imaterial – contemplando de igual modo ações de animação, dinamização e divulgação do património local (cf. Bourseguin, 1988: 40-42).

²² A rede, considerando não só o espaço metropolitano francês como também os territórios ultramarinos sob sua jurisdição, agrupa atualmente um total de 184 “villes et pays d’art et d’histoire” (67 PdAH e 117 VAH). Oferecendo uma larga variedade de tipologias e identidades, o que, embora torne difícil identificar um território tipo (Guindet, 2009: 12), permite ainda assim estabelecer uma distinção básica entre PdAH *rurais* – abrangendo territórios escassamente habitados e urbanizados e estruturados por uma multitude de pequenos municípios rurais –, PdAH *mistos* – organizados em torno de um polo urbano mas englobando também áreas rurais –, e PdAH *urbanos* – que compreendem uma aglomeração urbana densamente povoada e urbanizada –, concentrando-se no entanto a maior parte dos mesmos em áreas rurais (*Idem*: 3). A mesma autora assinala ainda a circunstância de 8 PdAH resultarem da extensão de uma VAH (*Idem*: 5).

²³ Délégation interministérielle à l'aménagement du territoire et à l'attractivité régionale – entidade governamental francesa criada em 1963 com a missão de preparar, impulsionar e coordenar as políticas de ordenamento do território promovidas pelo estado francês. Dependente diretamente do primeiro-ministro, esta entidade desenvolve atualmente a sua ação sob a alçada do Ministère de l'égalité des territoires et du logement.

entendidos como uma alternativa e também como um complemento daqueles, sendo, aliás, vários os casos de territórios que se constituíram tanto em PdAH como em PEP²⁴. Esta coincidência espacial, aliás, abrange de igual modo outros instrumentos ou dispositivos, como é o caso dos PNR e dos PER, havendo casos em que um mesmo território integra simultaneamente, por exemplo, um PdAH, um PEP e um PER (Guindet, 2009: 15), traduzindo-se essa coincidência no estabelecimento de parcerias e complementaridades (nos domínios científico, cultural e patrimonial) mutuamente benéficas.

Com efeito, e muito embora possam constituir caso exemplar – como é evidente na própria designação adotada – pela ênfase que colocam na dimensão eminentemente económica do património e na sua capacidade de criação de emprego (direto e indireto) e riqueza para as comunidades locais (Rallet, 2001: 57-58) – particularmente as menos competitivas do ponto de vista industrial ou agroindustrial –, os PEP não traduzem, necessariamente, uma depreciação dos objetivos patrimoniais em favor dos económicos.

Tendo surgido naquele país na década de 1990 associado à emergência do conceito de desenvolvimento local (de que se virão a constituir assim um dos principais instrumentos) e no âmbito do processo de descentralização do estado francês (de que são um dos efeitos visíveis na medida em que concedem à iniciativa local um papel preponderante), o conceito de PEP nasce da necessidade de criar

um modo de estruturar um modelo de desenvolvimento sustentável assente na valorização dos recursos patrimoniais, sem que daí resulte a transformação do território num museu ou parque de diversões, [capaz de agregar os atores locais] em torno de uma visão contemporânea do património, virada para o futuro e não circunscrita por discursos marcados pela nostalgia e pelo passadismo. (França, 2001: 33; tradução livre).

A ideia subjacente é que o PEP se assuma como um “projeto territorial” de iniciativa local e carácter socialmente agregador que, tendo por base os recursos patrimoniais em presença num determinado território caracterizado por forte coesão geográfica, económica, cultural e social (Portier, 2001: 119), seja capaz de “constituir uma temática forte e original suscetível de agregar o conjunto de iniciativas e projetos”²⁵ parcelares que se apresentem ou emirjam no seu âmbito, configurando “um verdadeiro projeto de desenvolvimento local integrado” (França, 2001: 34; tradução livre), um quadro contratual e um lugar de intermediação e inovação capaz de “agregar as energias locais, públicas e privadas, ao serviço de um projeto coletivo” e de um propósito ou objetivo comum, que é o desenvolvimento económico e a melhoria do quadro de vida das suas comunidades habitantes, consagrando novos modelos de gestão participativa (Portier, 2001: 120; tradução livre).

Quanto às ações desenvolvidas neste âmbito, estas, conforme já referido, não se distanciam notoriamente das empreendidas no âmbito dos PdAH, englobando – para além de ações de promoção, animação e divulgação turística, de coordenação da programação cultural, criação e animação de centros interpretativos e percursos de descoberta, ou de apoio ao melhoramento dos serviços turísticos e à produção e comercialização de produtos locais – ainda outras ações que visem assegurar a coordenação, animação e a conservação do património, bem como a revitalização das áreas rurais, a elaboração de dossiês de reabilitação, a valorização dos saber-fazer locais, a definição de políticas de paisagem, bem como, e de igual modo, a implementação de programas ou

²⁴ Pois como é referido a respeito do PEP e PdAH de Vallée de la Têt, “notre démarche prenait deux directions complémentaires: le développement local avec la démarche économique des PEP, et la médiation culturelle avec la convention ‘pays d’art et d’histoire’ (PdAH)” (França, 2001: 97).

²⁵ Sendo essas temáticas bastante diversificadas, abrangendo não só, como nota Guindet (2009: 7), o património histórico-monumental, como também os patrimónios industrial, vernáculo, militar, contemporâneo, mineiro, paisagístico, agropastoril, desportivo, termal, marítimo, agroalimentar, natural, etnológico ou artístico, bem como os saber-fazer e as memórias da guerra ou da reconstrução, entre outros.

operações como a das “façades et couleurs” (fachadas e cores) (França, 2001: 143-168), contando para tal, entre outros, com o apoio financeiro do PIC Leader em algumas das suas acções.

Em qualquer destes dois últimos casos abordados (PdAH e PEP), um aspeto a que é atribuída importância fundamental é o do conhecimento do objeto em causa – território e respetivos recursos patrimoniais –, considerando Rautenberg que

os projetos mais bem conseguidos, mais pertinentes e menos rotineiros são de uma forma geral aqueles em que o binómio investigador/chefe de projecto funciona melhor (2001: 19)

colocando assim a ênfase, por um lado, na importância fulcral que assumem, no processo de criação de um PdAH ou PEP, tanto o levantamento e o inventário patrimoniais, como a investigação nesse âmbito, como refere Guindet (2009: 6), e, por outro lado, na sensibilização da população local para o seu património.

Também em ambos os casos, as semelhanças com as *heritage areas* norte-americanas, quer no que concerne ao conceito, quer no que respeita à sua implementação e gestão e às ações nele compreendidas, nos parecem por demais evidentes.

2.4.5. *RehabiMed*, uma proposta metodológica para a reabilitação da arquitetura tradicional da bacia do Mediterrâneo

Lançada em 1995 no âmbito da Declaração de Barcelona²⁶, a Parceria EuroMed, também conhecida por Processo de Barcelona, veio abrir um novo quadro de cooperação entre a Europa e os seus vizinhos a Sul, reconhecendo às componentes social e cultural, nas suas várias dimensões, uma importância fundamental no processo de estabelecimento de um quadro de compreensão e entendimento mútuos, assumindo-as por isso como duas das suas vertentes essenciais.

Beneficiando do suporte financeiro do Programa Meda²⁷, aquela parceria virá a promover, a partir de 1998, um programa destinado a reforçar o diálogo intercultural entre os seus estados-membros através da preservação das respetivas heranças culturais, o EuroMed Heritage, que ao longo das suas quatro fases – EuroMed Heritage I (1998 e 2004), II (2002 e 2007), III (2004 e 2008) e IV (2008-2012)²⁸ – irá apoiar dezenas de projetos promovidos no âmbito de parcerias entre especialistas em conservação e instituições ligadas ao estudo, salvaguarda e conservação patrimoniais.

De entre os projetos levados a cabo ao abrigo daquele programa, contam-se o Corpus²⁹ e o Corpus Levant³⁰, ambos lançados ainda naquela primeira fase e coordenados pelo Ministério da

²⁶ Declaração resultante da Conferência Euro-mediterrânica, que juntou os Ministros dos Negócios Estrangeiros dos Estados-membros da UE e de doze países do sul do Mediterrâneo – Argélia, Chipre, Egito, Israel, Jordânia, Líbano, Malta, Marrocos, Síria, Tunísia, Turquia e Autoridade Palestiniana –, tendo como objetivo essencial “tornar o Mediterrâneo um espaço comum de paz, estabilidade e prosperidade graças ao reforço do diálogo político e de segurança, bem como da cooperação económica, financeira, social e cultural.” (Declaração de Barcelona, 1995: preâmbulo).

²⁷ Instrumento de financiamento promovido e gerido pelo Gabinete de Cooperação EuroAid da CE e destinado a “pôr em prática as medidas de cooperação destinadas a ajudar os países terceiros mediterrânicos a procederem à reforma das estruturas económicas e sociais, assim como a atenuar os efeitos do desenvolvimento económico no plano social e ambiental.” (UE, 1996: preâmbulo).

²⁸ Ao longo das suas quatro fases os objetivos do programa foram-se alargando, desde a realização de inventários do património e a promoção e desenvolvimento do intercâmbio entre museus e instituições culturais (fase I), passando pelo incremento das capacidades dos respetivos estados-membros na gestão e desenvolvimento do seu património cultural, com especial enfoque na sua componente imaterial (fases II e III), até à facilitação da apropriação, pelas populações locais, do seu próprio legado cultural nacional e regional através da promoção do acesso à educação e conhecimento para e do património no âmbito mais geral do reconhecimento do papel catalisador da cultura, no sentido lato e abrangente do termo, da compreensão e entendimento mútuos entre os povos da região mediterrânica (fase IV), contando para tal, nesta última fase, com o apoio financeiro de um novo instrumento: o *European Neighbourhood Policy* (ENP).

²⁹ Inventory of vernacular buildings throughout the Mediterranean.

Cultura da Tunísia, e o RehabiMed³¹, lançado já na terceira fase e envolvendo, sob coordenação do Col·legi d'Aparelladors i Arquitectes Tècnics de Barcelona, seis países da bacia mediterrânica: Chipre, Egito, Espanha, França, Marrocos e Tunísia.

O primeiro daqueles três projetos consistiu basicamente na realização e publicação, sob o título *Traditional Mediterranean Architecture* (AA.VV., 2002), de um inventário da arquitetura popular e das técnicas tradicionais de construção usadas na bacia do Mediterrâneo, tendo abrangido países como a Argélia, Chipre, Egito, Espanha, França, Grécia, Israel, Jordânia, Marrocos, Palestina, Portugal³², Tunísia e a Turquia. O segundo projeto alargaria o inventário ao Líbano e à Síria, dando origem a mais dois livros – *Architecture Traditionnelle Libanaise* (AA.VV., 2004a) e *Traditional Architecture in Syria: a Mediterranean Dwelling* (AA.VV., 2004d) –, para além de exposições itinerantes e respetivos catálogos respeitantes a cada uma destas temáticas.

Por sua vez, o Projecto RehabiMed, cujo prazo de execução decorreu entre Abril de 2004 e Agosto de 2007, tinha como objetivo principal “reforçar a atividade de reabilitação e conservação da arquitetura tradicional mediterrânica como fator de desenvolvimento (social, económico e ambiental) sustentável” (Casanovas, 2007: s.p.; tradução livre), procurando dessa forma superar a histórica dicotomia que opõe a importância da salvaguarda e conservação patrimonial à necessidade de melhoria das condições de vida das comunidades residentes e conciliar ambos os seus objetivos.

Do trabalho desenvolvido no âmbito deste projeto resultaram um conjunto de publicações de grande utilidade³³ (tanto para decisores, como para técnicos e investigadores ou para qualquer simples interessado na matéria) onde se incluem a descrição de diversas ações-piloto de reabilitação consideradas exemplares (quer ao nível do espaço público, quer do edificado) levadas a cabo em diversos países da bacia mediterrânica e aquela que constitui, porventura, a ferramenta operativa mais importante desenvolvida no âmbito do projeto: o *Método RehabiMed para a Reabilitação da Arquitetura Tradicional do Mediterrâneo*. Na sua versão final, este viria ser publicado em dois volumes: um dedicado às intervenções de carácter urbano e territorial – *I. Rehabilitation Town & Territory* (Casanovas, 2007a) –, o outro às intervenções em edifícios – *II. Rehabilitation Buildings* (Casanovas, 2007b), sendo precisamente aquele primeiro o que aqui mais nos interessa abordar.

Com efeito, o *Método RehabiMed para a Reabilitação da Arquitetura Tradicional do Mediterrâneo* constituindo um dos resultados daquela que era a primeira das três linhas que estruturavam as ações desenvolvidas no âmbito do Projeto RehabiMed – o *desenvolvimento de ferramentas, estratégias e metodologias para a reabilitação*³⁴ –, tinha associado um objetivo prático muito preciso: proporcionar um conjunto de ferramentas operativas para a análise, avaliação, proposta e execução de intervenções de reabilitação que permitam o desenvolvimento e implementação de um “Plano de Ação de Reabilitação” e facilitem a promoção, planificação e gestão das intervenções no património vernacular no seu contexto espacial/territorial, seja ele urbano ou rural.

Para esse efeito, o Projeto RehabiMed começa por esclarecer o âmbito do conceito de *arquitetura tradicional*, associando-o a uma “arquitetura corrente, viva porque habitada, essencialmente civil e

³⁰ Architecture traditionnelle mode d'emploi.

³¹ Rehabilitation of Traditional Mediterranean Architecture.

³² Do nosso país constam 19 entradas: Casa na Murtosa, Casa Gandaresa, Casa com alpendre integrado, Casa na costa ou cabana, Casa no Pego, Casa de tufa, Casa Saloia, Casa Foreira ao sul do Tejo, Casa de dois módulos agregados, Casa urbana de dois pisos em banda, Casa urbana em banda de piso único, Monte, Casa serrenha, Casa do Barrocal, Casa com açoteia, Casa urbana com açoteia, Casa de Estorno, Safurda ou Chafurdão e Choça.

³³ Todas elas disponíveis em linha no sítio eletrónico do projeto: <http://www.rehabimed.net/>

³⁴ A posterior *difusão das ferramentas desenvolvidas em ações de divulgação e formação técnica* bem como a necessária e fundamental *experimentação e demonstração das possibilidades e efeitos de uma boa política de reabilitação, mediante a aplicação prática em operações piloto*, constituíam as duas outras linhas de ação (Casanovas, 2007a: s.p.; tradução livre).

doméstica e de construção pré-industrial” que engloba, quer o *habitat rural* (considerado, na sua reconhecida diversidade e heterogeneidade tipológica, “fundamental para a humanização e estruturação do território”), quer a *cidade* (enquanto “clara expressão da vida em comunidade e da otimização de recursos e relações humanas, incorporando todos os valores das arquiteturas mais modestas”), associando à *arquitetura rural* o desempenho de um “papel relevante como elemento estruturador da paisagem em que as construções, as culturas e a natureza se encontram em perfeito equilíbrio” (Casanovas, 2007a: 9; tradução livre).

Reconhecendo os riscos e ameaças que impendem sobre este rico e vasto património (como sejam, entre outros: a industrialização de processos construtivos, a homogeneização cultural, a negação do seu valor funcional, social e estético, a desertificação humana, a pressão imobiliária e a sobredensificação, a terciarização, as renovações urbanas demasiado ‘pesadas’, a gentrificação, etc.), o Projeto RehabiMed considera que a reabilitação da arquitetura tradicional se deve enquadrar num processo de revitalização e regeneração territorial entendido como intervenção tanto sobre a envolvente física como sobre a população que aquela acolhe e sobre o conjunto de atividades culturais, sociais e económicas que definem o ambiente social (Casanovas, 2007a: 11, 17; tradução livre). Processo esse, que se considera ainda ser de transformação, lento e programado, e englobando um amplo espectro de ações subordinadas a um objetivo fundamental: recuperar ou atualizar uma função perdida ou condenada (a habitação, por exemplo), mas garantindo o necessário equilíbrio entre os aspetos técnicos, a preservação dos valores patrimoniais e os critérios de equidade social, de eficiência económica e de preservação do meio ambiente (*Idem*: 13).

Partindo do conceito de *conservação integrada* postulado pela Declaração de Amesterdão, o aquele Projeto propõe-se assim impulsionar uma nova metodologia que:

- (i) considere a importância da *integração* do espaço tradicional num contexto territorial mais amplo e a *globalidade* do enfoque multisetorial, em termos económicos, sociais e ambientais;
- (ii) seja suportada por uma *vontade concertadora* e reivindicativa de um consenso de ação entre os diversos agentes;
- (iii) demonstre suficiente *flexibilidade* para ir dando as repostas necessárias a realidades em constante mutação;
- (iv) e, essencialmente, seja *não dogmática*, abdicando da procura de soluções únicas em favor de soluções adaptáveis às condições e à especificidade de cada contexto local (*Idem*: 18).

Dirigido a todos os atores implicados no processo de reabilitação/revitalização – em particular aos decisores públicos, a quem cabe, de uma forma geral, a responsabilidade pelo desencadeamento do processo e pela respetiva promoção, e aos técnicos, a quem compete no terreno coordenar e gerir a sua aplicação –, este método apresenta *três objetivos* fundamentais:

- i) *ordenar e sistematizar as etapas do processo de reabilitação*;
- ii) *identificar as ferramentas e instrumentos a considerar*;
- iii) e *definir os critérios* que permitam refletir sobre os problemas e as estratégias a estabelecer a fim de garantir o sucesso do processo (*Idem*: 17).

A garantia do cumprimento desses objetivos e do sucesso do processo assenta, por sua vez, na observância de *cinco princípios* básicos:

- i) o princípio da *integração*, que passa pelo entendimento do espaço tradicional, da cidade histórica e do território rural, não como elementos isolados, mas como constituintes articulados de um território mais vasto;

- ii) o princípio da *globalidade*, que implica considerar a importância de dar um enfoque multissetorial ao processo em termos económicos, sociais e ambientais – e não só em termos técnicos ou urbanísticos –, definindo assim uma estratégia que concilie os objetivos associados à valorização do património coletivo com os respeitantes à melhoria da qualidade de vida das populações;
- iii) o princípio da *concertação*, que pressupõe a construção de um novo marco de governabilidade em que os diversos atores envolvidos no processo de reabilitação sejam capazes de conjugar os seus esforços na procura de um consenso de ação, o qual constitui a única garantia de sustentabilidade do processo;
- iv) o princípio da *flexibilidade*, que, assumindo a longa duração que caracteriza este tipo de processos de reabilitação, reconhece a necessidade de avaliar a ação de forma contínua e admite a possibilidade de, em qualquer momento, e por força das circunstâncias, se ter de proceder a uma reorientação da estratégia;
- v) e o princípio da *adaptabilidade*, o qual determina que sejam apenas sejam definidas balizas que facilitem a gestão do processo, sem pretender encontrar receitas ou soluções generalizáveis, mas antes considerando que a estratégia a definir e as ações a desencadear devem estar condicionadas pelas especificidades de cada contexto (Casanovas, 2007a: 18).

Finalmente, a implementação do referido processo é estruturada por *cinco fases* fundamentais: (a) *orientação*, (b) *diagnóstico*, (c) *estratégia*, (d) *ação* e (e) *monitorização*, as quais, por sua vez, se decompõem em oito etapas ou *momentos chave* do processo: (1) *vontade política*, (2) *decisões preliminares*, (3) *análise do território*, (4) *diagnóstico integrado*, (5) *reflexão estratégica*, (6) *plano de ação*, (7) *implementação do plano* e (8) *avaliação contínua* (*Idem*: 18-19).

(1) Orientação

Como é normal neste tipo de processos, o seu desencadeamento é determinado pela existência de uma *vontade política* de atuação, a qual se constitui na primeira etapa do processo. Essa vontade tanto pode ser motivada pela *perceção das problemáticas* que afetam a área de intervenção, como pela necessidade de dar resposta a eventuais pressões da sociedade civil ou acompanhar iniciativas do setor privado. *Consciente da necessidade de ação*, a iniciativa pública deve orientar a intervenção no sentido da adaptação da estrutura e do uso do habitat tradicional às necessidades da vida contemporânea, ou seja, promover a sua redefinição como contexto que facilite ou admita as respostas necessárias às atuais exigências funcionais ao invés de as impedir ou obstaculizar. Por outras palavras, a iniciativa pública deve ter presente que a salvaguarda, conservação e valorização da arquitetura e do habitat tradicionais não se podem constituir no único *objetivo e justificação política da intervenção*, devendo, pelo contrário, ser guiada pela necessidade de melhorar a qualidade de vida das comunidades alvo e do território que as suporta, intervindo de forma integrada ao nível social, urbanístico, económico, ambiental e patrimonial e procurando conciliar os objetivos da conservação com os do desenvolvimento (*Idem*: 20-21).

Assumida a vontade política de intervir, impõe-se a necessidade de tomar um conjunto de *decisões preliminares* (etapa 2) necessárias à organização e gestão do processo, como sejam:

- i) *delimitar a área de intervenção*, não esquecendo a importância de ter em linha de conta as relações com os espaços limítrofes;
- ii) *definir o marco de governabilidade e participação*, identificando as regras, formais e informais, e os mecanismos através dos quais os cidadãos e grupos sociais envolvidos (poderes públicos, equipa técnica, agentes sociais, residentes e utentes) podem e devem articular os seus interesses, exercer os seus direitos e obrigações e mediar os seus conflitos;

- iii) e, finalmente, *definir a natureza e o alcance da intervenção* ou das ações a implementar (Casanovas, 2007a: 22-24).

(2) Diagnóstico

Qualquer tomada de decisão quanto à estratégia de intervenção a adotar deve ser suportada por um *diagnóstico da situação*, para o qual se impõe proceder previamente à *análise do território* (etapa 3) ou área de intervenção, trabalho cuja planificação e concretização (através da definição de um programa de estudos de caracterização multissetoriais, feito um primeiro reconhecimento do enquadramento e condicionantes legais vigentes) irá incumbir à equipa técnica designada para o efeito (*Idem*: 25-26). Esse programa de estudos, embora estruturalmente dependente da tipologia de intervenção ou da natureza das ações a empreender, deverá contemplar, de uma forma geral, de acordo com este método, as vertentes ou abordagens:

- (i) *urbanística e arquitetónica* – abrangendo o contexto territorial, a integração e continuidade dos tecidos, a estrutura e usos do território, as tipologias edificatórias e residenciais, os problemas urbanísticos e estados de conservação, os valores patrimoniais, construtivos e formais, a mobilidade e as acessibilidades;
- (ii) *socioeconómica* – abrangendo a integração e polaridade territorial, a demografia, a sociologia/valores sociais, a antropologia/valores culturais, a psicologia/valores vitais, os parâmetros económicos, as dinâmicas imobiliárias e a organização territorial e administrativa;
- (iii) *histórico-geográfica* – abrangendo o contexto histórico territorial, a evolução histórica, as condições de evolução estrutural e a arqueologia;
- (iv) *e biofísica* – abrangendo o meio físico, a paisagem natural, os parâmetros ambientais e os riscos naturais (*Idem*: 26-31).

Complementarmente à análise do território, o método realça ainda a importância de se proceder à identificação *das necessidades e expectativas dos residentes e utentes* e incorporar na mesma os contributos que estes queiram e entendam dever aportar ao processo, o que pressupõe a abertura de espaços e canais de diálogo e participação (consultas, debates, reuniões, etc.) que envolvam a equipa técnica, os agentes sociais e as comunidades locais (*Idem*: 32).

Concluída a análise, o *diagnóstico integrado* (etapa 4) constitui o documento que deverá enunciar as potencialidades, disfunções, oportunidades e ameaças identificadas que impendem sobre a área de intervenção, estruturando-se, não em função de aspetos setoriais (economia, demografia, sociologia...), mas dos elementos que estruturam o território (espaço construído, espaço livre, infraestruturas, ambiente social...), refletindo dessa forma o caráter integrado que deve assumir, e fazendo-se acompanhar das peças gráficas e cartográficas que facilitem a leitura e compreensão das problemáticas em causa bem como o desenvolvimento da reflexão estratégica e das propostas que a consubstanciarão. Sujeito depois à apreciação da sociedade civil e obtido o necessário *consenso social* quanto ao âmbito geral da intervenção, o documento deverá então merecer, da parte dos decisores públicos competentes, o correspondente *aval político* (*Idem*: *Ibid.*).

(3) Estratégia

Identificados, a partir do diagnóstico integrado, os pontos críticos do âmbito de atuação, caberá então definir os cenários-objetivo da ação (ou seja, os cenários finais, resultantes da intervenção, que se pretende para área em questão) que possam ser política, social e economicamente assumidos, bem como um conjunto de ações cuja viabilidade terá de ser previa e devidamente ponderada (*Idem*: 33).

Efetuando-se no âmbito da *reflexão estratégica* (etapa 5), a definição desses cenários deve procurar conciliar o cumprimento das *premissas estratégicas* (articulação de longo e curto prazo, subsidiariedade de escalas, global e local, e sinergias entre interesses públicos e privados) com a satisfação dos *objetivos prioritários da reabilitação sustentável* (melhoria da qualidade de vida dos residentes, valorização do património cultural e natural, promoção da coesão social, revitalização e dinamização económica, eficiência ambiental), devendo o *cenário-objetivo* a eleger consistir naquele que, em função da *avaliação dos diversos cenários de atuação* (para qual deverão ser chamados, uma vez mais, todos os atores envolvidos no processo), apresente maior grau de coerência e durabilidade, implique o menor custo económico e concite a mais abrangente aceitação social (Casanovas, 2007a: 34-36).

Eleito o cenário-objetivo a prosseguir, estabelece-se então um *plano de ação* (etapa 6) que:

- (i) sintetize as orientações estratégicas;
- (ii) descreva e quantifique o conjunto de ações e projetos a executar e as políticas setoriais (sociais, ambientais e económicas) a implementar;
- (iii) identifique os instrumentos e medidas legais ou administrativas a adotar (legislação, normas e regulamentos específicos e setoriais, instrumentos de planeamento urbanístico, guias e manuais de construção e reabilitação);
- (iv) estabeleça o respetivo enquadramento operativo (promotores das ações a implementar, recursos e modelos de financiamento públicos e privados, estratégias de formação, comunicação, sensibilização e divulgação no âmbito da reabilitação, mecanismos de participação);
- (v) e defina o cronograma bem como o faseamento das ações a executar, tendo em vista o cumprimento dos objetivos traçados (*Idem*: 37-42).

Depois de sujeito à apreciação das comunidades locais e dos atores envolvidos, enriquecido com os respetivos contributos e devidamente consensualizado, o plano de ação deverá então estar em condições de ser avaliado no seu conteúdo, coerência e viabilidade, e, consequentemente, aprovado pelos decisores políticos a quem incumbirá a respetiva implementação (*Idem*: 42).

(4) Ação

A fase de ação corresponde à *implementação do plano* (etapa 7), fase em que são finalmente levadas a cabo todas as ações e projetos específicos de carácter urbanístico e arquitetónico (projetos de reabilitação ou de novas construções, projetos de requalificação urbana e de espaços públicos) neles previstos, assim como desenvolvidas e aplicadas as políticas e medidas setoriais complementares de âmbito social, económico ou ambiental consideradas pertinentes para a concretização dos objetivos traçados, e promovidas as imprescindíveis campanhas de educação e sensibilização das comunidades locais para a importância da salvaguarda, conservação e valorização do património, cultura e identidade locais e para o incremento do sentimento de pertença e autoestima (*Idem*: 43-46).

(5) Monitorização

Por fim, o método considera ainda a importância de se instituir um mecanismo de acompanhamento ou monitorização e *avaliação contínua* (etapa 8) das ações. Uma avaliação que se deverá iniciar em paralelo com a implementação do próprio plano por forma a permitir a deteção e identificação de eventuais alterações sociais ou económicas que obriguem a uma reorientação da estratégia e à reconsideração, quer dos objetivos traçados, quer das ações previstas, não se devendo esgotar com a conclusão dessas ações, mas antes prosseguir após o encerramento das mesmas por

forma a permitir avaliar o grau de satisfação das comunidades beneficiadas ou de cumprimento dos objetivos definidos. Para esse efeito, o método considera pertinente a criação de um observatório de acompanhamento ou monitorização e avaliação da implementação do plano (Casanovas, 2007a: 47-48).

4. Síntese conclusiva

A ruralidade e tudo quanto esta engloba suscita, desde há muito, sentimentos contraditórios, ambivalentes, entre as populações urbanas ou urbanizadas. Sentimentos de amor mas também de (quase) ódio. De atração mas também de repulsa. De interesse mas também de desdém. Porque o campo carrega consigo conotações de “paz, inocência e virtudes simples”, mas, simultaneamente, também de “atraso, ignorância, limitação” (Williams, 1990: 11). Muitos são os que o gostam de visitar, por períodos mais ou menos longos, mas poucos (muito poucos) os que se dispõem a vivê-lo de facto, com tudo o que isso implica (nomeadamente, em termos de afastamento do que a cidade tem (também de bom – seja lá o que isso for ou signifique para cada um) para oferecer.

Ciclicamente, ora um, ora o outro, estes dois sentimentos vão-se alternando na preponderância dos discursos e das práticas, consoante os tempos convidam ao sonho e à esperança (ou seja, à demanda da cidade, que é também sinónimo de liberdade, de emancipação pessoal) ou à insegurança e à nostalgia (e, assim, ao regresso às origens, ao aconchego materno, a essa espécie de útero, à procura do paraíso perdido, de uma época dourada, que, em qualquer dos casos, o campo representa ou parece ainda representar para muitos de nós, os desiludidos com o rumo que a vida urbana lhes vai impondo).

Hoje, porém, a ruralidade adquire uma redobrada importância e parece assumir um lugar cada vez mais destacado no âmbito do “culto patrimonial” (Choay, 2006: 182). Talvez porque a nostalgia se tenha tornado uma espécie de doença da modernidade; doença que, aliás, terá atingido já a condição epidémica (e pandémica), sendo alimentada não só por uma imanente desconfiança no futuro mas também pelo sentimento de perda que as grandes transformações sempre acarretam (cf. Lowenthal, 1988: 4-11) e pela velocidade cada vez mais vertiginosa com que nos vamos distanciando daquele que era o nosso passado mais próximo (cf. Halbwachs, 1990: 79-80). Talvez porque o seu eminente desaparecimento (pelo menos tal como a concebíamos) nos compele a integrá-la no processo de alargamento tipológico do conceito de património. Ou talvez ainda, quiçá, por simples “má consciência” (Eco, 1993: 38), resultante desse desaparecimento a que a sujeitamos.

Seja como for, certo é que propostas como as que viriam a estar associadas aos programas de revitalização e reabilitação de aldeias que foram promovidos, em Portugal, a partir de meados dos anos 1990 e da experiência do Programa das Aldeias Históricas, tenderão a procurar restabelecer os laços com uma parte do nosso passado – laços perdidos ou rompidos durante as décadas de fuga em massa das populações rurais em direção às europas de onde nos acenavam promessas de um bem estar que nunca por cá conheceram ou esperavam jamais conhecer –; a procurar (re)compor, (re)construir e (re)ativar patrimónios que, em muitos dos casos e de uma forma geral, têm sido historicamente depreciados, esquecidos e abandonados; a procurar também colocar em prática aquilo que alguém designou como “uma política activa de ‘urbanismo rural’” (Reis, 1999: s.p).

Mas *rural* porquê? Em que é que o adjetivo ajuda a definir ou esclarecer um tipo de *urbanismo*, ou, de forma ainda mais específica, uma metodologia de intervenção de reabilitação particular? Motivadas por esta questão central, outras questões se nos levantam concatenando aquelas que se tornariam as ideias fundamentais do presente trabalho. Primeiramente, perceber em que consiste efetivamente o *rural*, a ruralidade e que circunstâncias concretas determinam a classificação de um determinado contexto territorial e socioespacial como tal; saber como evoluíram os conceitos e práticas patrimoniais, quer de uma forma geral, quer no que concerne especificamente às expressões vernáculas desse mesmo património (expressões onde se enquadram a vasta maioria dos elementos a que hoje atribuímos valor patrimonial existentes nas designadas áreas rurais), e

como chegamos a esta espécie de bulimia patrimonial que nos leva a querer conservar até o (aparentemente) mais irrisório, tanto a nível a internacional, como nacional, procurando descortinar na experiência portuguesa os pontos de contacto e estabelecer as devidas correspondências com esse contexto mais vasto; e, finalmente, compreender a importância que o *turismo* tem vindo a assumir na revitalização e dinamização das áreas rurais, particularmente as mais desfavorecidas, porquê e de que forma(s), questionando o impacto real que o mesmo tem tido nesse âmbito.

Interessava-nos depois também perceber em que é se traduziu concretamente, em linhas gerais, essa valorização da ruralidade (e do património vernáculo), não só nos discursos, mas sobretudo mas práticas e intervenções que sobre as áreas rurais se foram fazendo e nas áreas rurais e pelas áreas rurais se foram executando no nosso país desde o início do século XX, focando com especial atenção e maior detalhe a experiência recente dos programas de revitalização de aldeias implementados ou propostos desde meados dos anos 1990. Finalmente, importava ainda, a respeito dessas experiências, situá-las contextualmente através da identificação, no panorama internacional, de exemplos de programas, ações, intervenções executadas, em execução ou propostas para idêntico contexto territorial ou socioespacial, as áreas rurais, a fim de poder determinar aqueles que poderão de alguma forma constituir os princípios fundamentais a ter em conta numa intervenção de reabilitação e revitalização de áreas rurais.

Rural: uma realidade heterogénea

No que concerne àquela primeira questão, constatámos, antes de mais, que o rural designa uma realidade que só existe e é perceptível enquanto tal por referência a uma outra que se lhe opõe: o urbano. Que rural designa uma realidade que tem vindo a evoluir de uma forma que não só torna cada vez menos perceptível esse contraste como tende a fazer dissolver as fronteiras que outrora se estabeleciam entre esses dois polos, não só em termos físicos – com a progressiva disseminação do “tecido urbano” (Lefebvre, 2003: 3; tradução livre) –, mas sobretudo no que toca às práticas sociais que ajudavam a definir e estabelecer esse mesmo contraste.

Com efeito, se os diferentes níveis de densidade demográfica e do tecido construído facilitam ainda uma distinção clara entre campo e cidade, já em termos do tipo de sociedade que ambas representam essa diferenciação é hoje, se não impossível, cada mais difícil de identificar, pelo menos nos países ocidentais mais desenvolvidos, dado que os respetivos hábitos, costumes, rituais, práticas e comportamentos pouco ou nada se distinguem. Ou seja, hoje, e cada vez mais, “A oposição não é tanto entre vida urbana e rural, cada uma comportando modalidades bem diversas, mas entre [as] inúmeras formas de vida urbana” (Lévi-Strauss, 1987: 290) que se vão manifestando e entretecendo nesta espécie de “cidade continuada” (Domingues, 2011: 40) em que se transformou boa parte daquilo que outrora classificávamos como espaço rural. A “sociedade urbana” que Melvin Webber (2004) e Henri Lefebvre (2001) anteviam no final dos anos 1960 é assim já uma realidade.

Para além do mais, o rural é hoje uma entidade (cultura) cada vez mais dissociada daquela que era a sua principal atividade (economia) definidora – a agricultura – e daquele que era o seu espaço vital. É, por isso, cada vez menos agrícola e mais turístico, dominado por lógicas que não são já, como outrora, as da exploração da terra e dos seus recursos, mas sim as da exploração da sua imagem e dos seus significados. Um rural, por isso, menos de produção que de conservação; menos utilitário que estético; menos de trabalho que de lazer; menos vivido que visitado¹. Um rural cada vez mais híbrido, que se constitui num mosaico de “paisagens transgênicas que acumulam traços de variegada origem e os re-misturam [sic] em combinações inusitadas” (Domingues, 2011: 39),

¹ Como observa Álvaro Domingues (citando Miguel Carvalho), “Hoje, no dizer de muitos, as aldeias estão condenadas a ser o recreio das pessoas da cidade” (2011: 146).

diverso, multifacetado, heterogêneo e multifuncional. Um rural constituído assim por muitos *rurais*, cada um deles exigindo, por isso, não receitas genéricas nem pronto-a-vestir, mas antes abordagens e respostas também elas distintas, específicas e alfaaiadas por medida (e sem perder a medida de quem lá ainda vive²). Do que resulta outra constatação: a de que qualquer intervenção em áreas que se classifiquem como *rurais* terá de passar, necessária e previamente, por uma identificação precisa do rural concreto em que se pretende intervir, e em saber de que *rural* falamos (e para que rural falamos, se é que há ainda algum para o qual e com o qual falar...), quando falamos do rural.

Verificámos também que este é um rural que, tendo perdido em grande parte a sua função produtiva, se encontra cada vez mais patrimonializado e mercantilizado (e como tal, e para tal, devidamente manufaturado). Um rural, por isso, sujeito a um processo crescente de: (i) *encenação* (por forma a fazê-lo corresponder à ideia que se tem dele e assim favorecer a respetiva contemplação); (ii) *animação* (promovendo o seu acesso através de intermediários, nomeadamente a miríade de atividades de recreio e lazer que se oferecem hoje ao turista em espaço rural como complemento à tradicional estadia); (iii) *modernização* (através da aplicação de implantes regeneradores, de que alguns projetos executados no âmbito dos programas das aldeias são bom exemplo); (iv) *rentabilização* (através do incentivo à multifuncionalidade, transformando aquilo que eram espaços essencialmente agrícolas numa espécie de hipermercado de produtos e atividades 'típicas'); e (v) *facilitação de acesso* (abrindo, ainda que a maior das vezes de forma ficcionada, as portas da intimidade familiar ao visitante ocasional feito *turista rural*, de forma a permitir a sua distribuição pelo maior número possível de *consumidores*) (cf. Choay, 2006: 188-191).

Património: sob o signo de Noé

Essa patrimonialização do rural decorre, em grande medida, da sua condição representativa de um certo passado desaparecido ou em via acelerada de desaparecimento. Contudo, e não tenhamos ilusões a esse respeito, o passado é sempre uma construção do presente – se não no seu estado bruto (porque esse, obviamente, já não o podemos alterar), pelo menos nos sentidos e significados que lhe atribuímos, nas interpretações que dele fazemos e nas narrativas que a partir dele construímos em função do presente que vivemos e do futuro que desenhamos –, tendo-se tornado mesmo, essa construção, “uma actividade essencial dos Estados modernos, talvez a componente mais segura da sua *política do espectáculo*”, como explica M. Guillaume (2003: 140; *itálicos nossos*).

Por um lado, porque o conceito de património, como também tivemos ocasião de verificar, tenderá a englobar um conjunto crescente de elementos (materiais e imateriais) que, até muito recentemente, eram considerados *menores* por referência às artes ditas *maiores*. Por outro lado, porque o “*desenvolvimento da sociedade do lazer e do seu correlativo, o turismo cultural*” tenderá a alargar o “usufruto dos valores intelectuais e artísticos” (*Idem*: 184; *itálicos como no original*) a uma cada vez mais vasta audiência e, concomitantemente, a reaproximar largos estratos sociais do seu próprio passado – um passado que, em determinado momento essa mesma audiência (ou pelo menos os estratos que mais viveram a ruralidade na pele e o que ela verdadeiramente significava em termos de condições materiais de vida³) tinha rejeitado ou começado a rejeitar em prol de uma ideia (perversa) de progresso que exigia a rutura (com o passado) como ponto de partida (para o futuro).

² Por mais forte que seja a necessidade de formatar hoje o rural em função, fundamentalmente, das necessidades e dos interesses urbanos (visitantes ou residentes ocasionais), ou seja de quem faz do rural um espaço de lazer (o turismo assim o exige), não se pode perder de vista, nem subalternizar, as necessidades e os interesses de quem faz do rural um espaço de vida (residentes permanentes).

³ Ao contrário do que pretendiam fazer crer, com a ideia da “nobre pobreza” do povo português, os ideólogos do Estado Novo (mas também, ainda hoje, alguns arautos ou nostálgicos de um certo idílio rural que pouco tem a ver com a realidade concreta), “a pobreza nunca é nobre, é pobre”, como faz questão de sublinhar Álvaro Domingues (2011: 18). Com efeito, é sempre muito mais simples exaltar aquilo que nunca se viveu, sobretudo quando aquilo que se exalta estava bem longe de ser o idílio ou o paraíso perdido que

Património rural: entre a conservação e (o risco d)a banalização

No entanto, como pudemos também constatar, foi longo o caminho que conduziu as sociedades humanas ocidentais (aquelas onde há mais tempo se vem acentuando o contraste entre o campo e a cidade) ao reconhecimento do valor patrimonial dos elementos (que vão da arquitetura às tradições orais), que conformam e configuram aquilo que designamos como ruralidade e ajudam a estabelecer e definir esse mesmo contraste. Do valor atribuído apenas a objetos singulares, antiguidades ou monumentos, ao reconhecimento da importância dos conjuntos e sítios; dos edifícios, objetos e artefactos (património material) ao conhecimento, às tradições, aos saber-fazer que lhes está na origem e lhes dá vida e sentido (património imaterial); das ruínas de um passado distante e historicamente circunscrito à consideração de (quase) toda a produção contemporânea de forma cronológica, tipológica e ecumenicamente alargada (cf. Choay, 2006: 183-184); do valor histórico (ou histórico-artístico) ao valor económico.

Um caminho ao longo do qual, em vez de um projeto transformador, temos vindo, segundo M. Lacroix, a construir um projeto conservador, vivendo hoje assim “num período que se encontra sob o signo de Noé” em que o nosso comportamento parece tender a “obedece[r] a uma ética de salvaguarda e já não uma ética de progresso”, significando isso que “a maior preocupação já não será mudar o mundo mas sim salvá-lo” (1999: 8, 10, 199). O conceito de património vê-se assim investido da condição de ‘arca’ com que tudo procuramos resgatar do ‘dilúvio’ que constitui a “maré de não-civilização” a que associamos essa “vertiginosa fuga para a frente” que caracteriza o nosso tempo presente (*Idem*: 14) – ainda que sob pena de, à custa de tanto a carregar, podermos estar a conduzi-la ao afundamento por excesso de peso, ou, por outras palavras, ao tudo querer salvar, incorrer no risco de banalização⁴ e perda da noção da própria razão de ser da salvaguarda⁵...

Esse risco coloca-nos perante uma das questões mais pertinentes a que a salvaguarda e a conservação patrimoniais têm de dar resposta: a da necessidade de fazer *escolhas*; uma necessidade decorrente da impossibilidade prática (mas também conceptual) de tudo salvar, por mais dolorosas que essas escolhas possam ser e nos custe – por “remorso nostálgico”, (Eco, 1993: 12), “frenesim enciclopédico” (Lacroix, 1999: 189), ou outra qualquer razão – deixar alguma coisa para trás. O que, no caso, do património rural assume particular acuidade, na medida em que estando o

alguns querem acreditar (ou fazer acreditar) que era. Como dirá Lowenthal, “nostalgia is memory with the pain removed” (1988: 8), querendo com isso significar que o passado só se nos torna memorável (e reconciliável) quando dele expurgamos (ou relativizamos) tudo quanto nos possa evocar a dor ou sofrimento.

⁴ Uma banalização consonante com o ‘vazio’ a que se refere G. Lipovetsky, e tendencialmente conducente à “indiferença pós-moderna, indiferença por excesso, não por defeito, por hiper-solicitação, não por privação”; uma indiferença que aquele autor considera “pura na medida em que todos os gostos, todos os comportamentos, podem coabitar sem se excluírem, tudo pode ser escolhido conforme o gosto, tanto o mais operatório como o mais esotérico, tanto o novo como o antigo, a vida simples e ecológica e a vida ultrassofisticada, num tempo desvitalizado sem referências estáveis, sem coordenadas principais (1989: 38-39). Lipovetsky salienta ainda, por outro lado, que a “salvaguarda do passado” em que se alicerça a “política do património” decorre, hoje, mais da “personalização do presente [...] de uma humanização dos objectos e monumentos antigos” que caracteriza a sociedade pós-moderna, “nada apaixonada pelo futuro histórico, acabrunhada com a ideia de destruições irreversíveis”, do que propriamente do “efeito de nostalgia” (1989: 26) a que habitualmente tem sido associada e que atrás se fez referência. Note-se, por outro lado, como a ideia da ‘indiferença por excesso’ entronca com essoutra ideia expressa por D. Harvey de que “excessive information [...] is one of the best inducements to forgetting” (1992: 350).

⁵ M. Lacroix não deixa ainda assim de alertar para o facto de que, não só “uma salvaguarda hipertrofiada comprometeria o próprio desenvolvimento”, como a mesma “não dispens[a] a mudança” (1999: 190) – “change is na inescapable tradition”, diz mesmo David Lowenthal (1988: 70) –, razão pela qual se impõe discutir e questionar a legitimidade de uma salvaguarda que não reconheça a imprescindibilidade da adoção de critérios de seleção nem se afaste da “tentação totalizante” (Lacroix, 1999: 191, 202), devendo nesse sentido ter-se presente que, como nos adverte Urry, não só “The question is not whether we should or should not preserve the past, but what kind of past we have chosen to preserve”, como reconhecer que “The protection of the past conceals the destruction of the present.” (2002: 99)

mesmo estreitamente vinculado (em termos formais e tipológicos) às funções para que foi concebido (produção agrossilvopastoril), ter-se-á que, salvaguardados os elementos porventura mais significativos ou significantes, aceitar a inevitabilidade do seu desaparecimento ou transformação, seja por simples obsolescência (decorrente do desaparecimento dessas funções) ou por inadequação às novas exigências e ao novo quadro de vida (por força da transformação dessas mesmas funções⁶), consumando devidamente o respetivo luto – e não terá sido sempre assim?

Obviamente, porque só preservamos ou conservamos aquilo a que damos *valor*, é por isso natural que os conceitos e práticas associados à conservação do património estejam eles próprios ancorados a valores que se foram alterando, e alargando, ao longo dos tempos. Este processo de assimilação, em que nenhum vestígio da atividade humana, por mais atual e irrisório que seja, escapa já à sua inclusão no conceito de património e às correlativas políticas de salvaguarda, tende a adquirir o caráter de uma espécie de bulimia conservativa⁷. Uma bulimia decorrente, em boa medida, – mas não só – do distanciamento que se vai acentuando entre as sociedades e os indivíduos e os seus utensílios e modos de vida⁸ (por força da cada vez maior rapidez com vão hoje ocorrem as transformações sociais, económicas e produtivas, por vezes radicais⁹) e do sentimento de perda que tal necessariamente acarreta¹⁰. Uma bulimia que, no que à questão da expansão cronológica do conceito de património diz respeito, se traduz numa espécie de amalgamento do passado e do presente numa mesma entidade temporal sem definição nem limites precisos¹¹ – um “névoa espaço-temporal em que os séculos se confundem” (Eco, 1993: 13) –, gerando um “‘eclipse da distância’ entre a obra e o espectador” que tende, porventura, a “engendra[r] uma existência puramente atual” (Lipovetsky, 1989: 57, 91).

⁶ A simples impossibilidade de reprodução das condições sociais, técnicas, económicas e produtivas que enquadravam a conceção e o desenvolvimento das tradições formais, tipológicas e construtivas, condições sem as quais estas tradições, quando reproduzidas, só se podem prestar unicamente a um papel meramente ficcional e cenográfico (cf. Mumford, 1941: 14) – valorizando o ‘tipicismo’ arquitetónico, ou seja, o *produto* (ou a parte dele que mais convém às estratégias de mercado e às lógicas do marketing) em detrimento do *processo* e as *formas* em detrimento dos *conteúdos* e *condições* (sociais, cuja ausência de *glamour* as torna hoje pouco recomendáveis ao muito sensível e suscetível *olhar turístico*) que as determinavam – devia ser suficiente para nos fazer pensar naquilo que pretendemos verdadeiramente quando nos propomos proceder à conservação patrimonial: conservar o quê, porquê, para quê e para quem?

⁷ Como afirma Michel Lacroix, “Queremos e podemos salvar praticamente tudo. A memória ávida pretende reter tudo, como se, através de uma reacção contra a mudança excessiva, o homem fosse arrastado por um frenesim enciclopédico” (1999: 189).

⁸ Para Maurice Halbwachs, “a necessidade de escrever a história de um período, de uma sociedade, e mesmo de uma pessoa desperta somente quando eles já estão muito distantes no passado [...] Quando a memória de uma sequência de acontecimentos não tem mais por suporte um grupo, aquele mesmo em que esteve engajada ou que dela suportou as consequências [...] então o único meio de salvar tais lembranças, é fixá-las por escrito em uma narrativa seguida [...]” (1990: 79-80), o mesmo se podendo, em nosso entender, aplicar ao património, uma vez que os próprios elementos que o constituem são testemunhos da história das sociedades humanas.

⁹ Françoise Choay defende, precisamente, que “esta necessidade imperiosa de uma imagem de si forte e consistente”, cuja construção o processo de acumulação patrimonial traduz, “pode ser interpretado como um refúgio das sociedades contemporâneas face a transformações de que não dominam nem a profundidade, nem a aceleração e que parecem pôr em causa a sua própria identidade” (2006: 212). Já Michel Lacroix afirma mesmo, a esse respeito, que, não correspondendo já o mito de Prometeu – que constitui “condensado de filosofia do progresso” – às aspirações do homem contemporâneo, “a defesa do património *stricto sensu* e a defesa do ambiente natural são, a este respeito, apenas a parte imediatamente visível de uma mobilização mais ampla a favor das instituições, da economia, dos empregos, das cidades, do laço social, dos valores, da família, da identidade, da educação, da língua, dos costumes...”, num quadro em que “a conservação do património e o proteccionismo social pareceram juntar-se numa mesma frente de combate, cujo objectivo é conter as mutações em curso” (1999: 7, 9, 199).

¹⁰ Sentimento de perda que, como acrescenta ainda Lacroix, nos impele a “impedir a sua degradação, corrigir os seus defeitos e consertar os estragos que o frenesim da modernidade provocou neles” (1999: 202). Ou seja, indo ao encontro da sugestão, que Jean Baudrillard faz, de que, em relação à cultura, estará a acontecer o mesmo que em relação à natureza: “nunca se exaltou tanto [...] como depois de estar já destruída por todos os lados” (2003: 106)...

¹¹ David Harvey atribui à pós-modernidade, época que se desenha a partir do início dos anos 1970, características de “Volatility and ephemerality”, as quais “make it hard to maintain any firm sense of continuity. Past experience gets compressed into some overwhelming present.” (1992: 291).

Não só, dizíamos, porque a essa bulimia não será, de todo, igualmente alheio “o esforço para inculcar nostalgia” (Appadurai, 2004: 108); uma nostalgia que, tendo-se começado a manifestar como doença, assume hoje a condição *epidémica* (Urry, 2002: 95)¹², e tendo superado os limites temporais e espaciais a que estava outrora confinada, abrange já todo o passado – como reconhece David Lowenthal (1988: 6) –, constituindo hoje

uma característica essencial das modernas técnicas de mercado [cuja] formas de publicidade para as massas ensinam os consumidores a ter saudades de coisas que nunca perderam (Appadurai, 2004: 108),

como bem ilustra o facto “singular”, para o qual Umberto Eco nos chama a atenção na sua *viagem na hiper-realidade*, de que

nas grandes lojas de discos, no sector chamado ‘Nostalgia’, estejam ao lado das secções ‘Anos Quarenta’ e ‘Anos Cinquenta’, também as secções ‘Anos Sessenta’ e ‘Anos Setenta’” (1993: 12)

E não será, de certa forma, este “remorso nostálgico”, se não mesmo “má consciência” (Eco, 1993: 12, 38) pelas transformações e destruições operadas e sua constante aceleração, que leva as sociedades modernas, no campo da salvaguarda do património, a embarcar nesta espiral cumulativa – voraz, quase bulímica, de facto, ou até mesmo incontinente – da qual, muitas das vezes, está já ausente qualquer sentido crítico ou reflexivo¹³, e que se aproxima, por vezes, de uma espécie de moderno *wunderkammer*¹⁴ onde se opera a ‘compressão espaço-tempo’ a que se refere D. Harvey (1992)?

É pois com essa espécie de ‘arca de Noé’ patrimonial, onde se “reúne o mais significativo e o mais irrisório, os locais de culto e os locais da indústria, os testemunhos de um passado secular e os de um passado recente”, que o círculo parece finalmente encerrar-se, e que, de tão fiel, a imagem refletida nesse “vasto espelho” em que, segundo F. Choay (2006: 212), se constitui hoje o património histórico – e no âmbito do qual se tende a substituir a “observação e o tratamento selectivo” pela “autocontemplação passiva”, de natureza tendencial e perigosamente narcísica (Lipovetsky, 1989; Lacroix, 1989) –, ameaça substituir-se à própria realidade. Daí que aquela autora nos advirta para o perigo da reificação do património, contrapondo inversamente a necessidade da sua “reapropriação”, por forma a podermos, “*hic et nunc*, dar continuidade ao trabalho das gerações precedentes” (Choay, 2002: s.p.; tradução livre).

Ora, esta questão da “reapropriação” do património adquire particular acuidade no que respeita ao património rural e à arquitetura vernácula, na medida em que as iniciativas de intervenção nas áreas rurais – de que os *programas de revitalização de aldeias*, tema que está no âmago da presente investigação, constituem, no nosso país, o exemplo mais eloquente – parecem traduzir, no que à valorização daquele tipo de património diz respeito, um esforço, ainda que bem-intencionado, de fixar uma determinada “memória coletiva” quando o grupo (ou grupos) que dela “guardavam a lembrança desapareceram” (Halbwachs, 1990: 84), tornando por isso questionável a sua própria legitimidade.

Considerados *menores* (e quando sequer o eram), os elementos que configuram aquele tipo de património foram de facto, e até muito recentemente (a consagração do património vernáculo

¹² Recorrendo às teses de Sigmund Freud, também podemos ver nesta nostalgia exacerbada um sintoma de dificuldade em consumir o luto ou superar a perda de uma pessoa, objeto ou entidade amada (2010: 127-129), que, no caso em apreço, corresponde a tudo quanto simboliza, configura ou corporiza uma determinada expressão ou manifestação cultural já desaparecida ou em vias de transformação ou desaparecimento.

¹³ Poder-se-á aqui aplicar-se a proposição que Baudrillard (2003: 107) faz a respeito do computador: “Não se trata, portanto, de tempo de reflexão, mas de tempo de reacção”.

¹⁴ Antepassados renascentistas dos modernos museus (nome que por vezes também adotavam), os *wunderkammern*, ou *gabinets de curiosidades*, constituíam coleções enciclopédicas de objetos de tipo e proveniência diversa – história natural, geologia, etnografia, arqueologia, religião, pintura, escultura, etc. – mas onde a realidade se misturava, por vezes, com a ficção.

ocorrerá apenas no final do séc. XX, em 1999, com a aprovação e publicação da Carta do Património Construído Vernáculo), remetidos a uma condição de subalternidade (se não mesmo de invisibilidade) face às artes ditas *maiores* que lhes negava qualquer estatuto passível de idêntica salvaguarda ou conservação à que se outorgava àquelas arquiteturas e artes, também ditas eruditas.

Sendo comum dizer-se que a história é escrita pelos vencedores (e pelas classes dirigentes), tal como, sabemos-lo bem, são estes que determinam as modas, os cânones, os modelos, etc., constata-se, efetivamente, que a historiografia da arte e da arquitetura tende, mesmo até aos dias de hoje, a valorizar fundamentalmente as construções monumentais e/ou eruditas saídas do génio individual de um punhado de grandes artistas que se destacam do comum dos mortais, estabelecendo-as e institucionalizando-as como modelos de beleza, harmonia e bom gosto, e a postergar tudo aquilo que resulta do génio e ação coletivos de um conjunto ou comunidade de indivíduos anónimos ligados por uma herança comum. Anonimato que é, precisamente, como refere F. de Gracia, “onde radica a verdadeira grandeza de certas arquiteturas urbanas” (2001: 5; tradução livre) e, sobretudo, rurais. Mas quem aceita hoje trabalhar no anonimato – de forma “discreta e silenciosa” (*Idem: Ibid.*), que é o que exigem as intervenções nas preexistências, tanto mais quanto maior for o valor que lhes reconheçamos – quando a “enviesada concepção do moderno em arquitectura” que hoje prepondera e domina um espaço mediático cada vez mais cacofónico e dissonante (a angústia do silêncio parece ser outra das doenças modernas...) vem colocando o acento tónico no seu próprio “egoísmo radical”¹⁵? (*Idem: 63; tradução livre*)

Muito lentamente, foi pois assim que o património vernáculo foi adquirindo importância crescente à medida que a globalização avançava e, com ela, progredia, por um lado, a necessidade de contrapor aos processos de homogeneização cultural a afirmação das identidades e culturas locais – uma necessidade a que se associará, de forma nem sempre virtuosa, mas ainda assim necessária¹⁶ por um lado, a emergência de novas formas de turismo (turismo rural, turismo cultural, ecoturismo, enoturismo, entre muitos outros ismos ditados pelas modas e pela imperiosa necessidade contemporânea de tudo refazer e renomear continuamente para que aquilo que, em muitos casos, já é velho, pareça sempre novo e diferente¹⁷... –, e se alargava, por outro, a consciência da importância de que se revestem, do ponto de vista da *sustentabilidade* (outro conceito que está hoje muito na moda discursiva, que na prática nem sempre se percebe bem em que é se traduz efetivamente), as técnicas e os materiais tradicionais (e sobretudo locais) de construção.

Preservamos ou conservamos tudo aquilo a que damos valor e porque lhe damos valor, dependendo esse valor (qualquer que ele seja, e, como vimos, pode ser de variada natureza: histórico, artístico, simbólico, social, económico, etc.) do estágio de evolução da sociedade ou comunidade que o atribui e das circunstâncias políticas, económicas, sociais e culturais de cada época, tendo-se encontrado na atribuição de um suporte jurídico e regulamentar ao conjunto de valores assim definidos (e consensualizados) a melhor forma de assegurar os necessários

¹⁵ Sendo esse egoísmo, aliás, e não a sua “condición contemporânea”, como refere ainda o mesmo autor, o grande “riesgo de cualquier intervención actual en ámbitos *construidos por la historia*” (Gracia, 2001: 62-63), pois há que ter a consciência, como também refere José Aguiar, que “Uma intervenção de salvaguarda será sempre uma intervenção de transformação” (2002: 510).

¹⁶ Como dirá De Poel, “o turismo não pode salvar a vida rural, esta, por outro lado, também não pode ser salva sem o turismo” (*apud* Ribeiro, 2003: 203; tradução livre).

¹⁷ Como diria um dos personagens do romance de Giuseppe Tomasi di Lampedusa, *Il Gattopardo*, “Se queremos que tudo fique como está, é preciso que mude tudo” (2007: 25). Talvez hoje não seja bem assim, pois vivemos a era da efemeridade e da volatilidade (cf. Harvey, 1992: 291): a avidez da novidade – ou “angustiante neofilia”, como lhe chama Francisco de Gracia (2001: 12; tradução livre) – e a rapidez com que hoje tudo cai na obsolescência são muito maiores do que alguma vez o foram, como se o medo do nosso próprio presente, ou o horror do vazio que o mesmo aparenta representar, nos compelsse a viver em permanente sobressalto, entre o consumo bulímico do passado (que a expansão do campo patrimonial bem ilustra) a que nos agarramos como tábuas de salvação, por um lado, e uma constante fuga para a frente ‘nadando’ sem tino nem direção certa em busca de uma qualquer ilha paradisíaca, uma qualquer “next big thing”, por outro.

mecanismos de salvaguarda. Mas essa condição, embora necessária – porque sem a mesma qualquer ação de salvaguarda estaria então totalmente entregue ao arbítrio e à previsível inutilidade – será sempre insuficiente – pois não há estatuto jurídico que, por si só, salve o que quer que seja do abandono sem que se traduza ou seja acompanhado de uma prática reiterada (ainda que, como vimos, seletiva) de manutenção, conservação, restauro ou reabilitação, consoante o caso.

O exemplo português é, a esse respeito, particularmente expressivo. Tendo acompanhado ao longo dos tempos, como também verificámos, a evolução, quer dos conceitos, quer das práticas patrimoniais e conservativas – vertendo-as, de forma mais ou menos imediata, para o correspondente ordenamento preceitual, regulamentar ou jurídico nacional –, tem falhado, porém, sistemática e historicamente, na adoção e implementação de uma prática reiterada, consistente, sistemática, articulada, vivendo de impulsos e iniciativas esparsas, aparentemente ditadas mais por imperativos de ordem conjuntural (como sejam os decorrentes da disponibilidade de financiamento), que por uma efetiva política nacional de salvaguarda e conservação patrimoniais, ideia que nem exemplos como os dos programas das aldeias parecem conseguir contrariar.

Esta circunstância tenderá a traduzir-se numa inversão da lógica que deveria estar subjacente a este tipo de intervenções: o que determina os programas e as ações neles contempladas parece não serem já os problemas, as necessidades, as expectativas, as oportunidades e/ou as potencialidades do elemento, espaço ou território que se pretende valorizar, revitalizar e/ou reabilitar, mas sim as condições de elegibilidade impostas pelas fontes ou oportunidades de financiamento (no caso em apreço, os fundos comunitários) entretanto abertas ou disponibilizadas. E daí que, encerrado o período de programação financeira em que muitas dessas iniciativas emergiram, as mesmas (muitas delas) desapareçam quase sem deixar rasto ou (outras) se arrastem sem aparente convicção, como se fosse sentida a necessidade de fazer qualquer coisa pelas aldeias, pelo mundo rural, mas sem que se saiba muito bem porquê, para quê, nem para quem se há de fazê-lo¹⁸.

E eis que, quando não se sabe mais o que fazer pelo mundo rural, por esse mundo rural frágil e em declínio – particularmente aquele mais afastado das periferias das grandes e médias cidades e dos centros de decisão mais importantes e/ou que, por se ter revelado (estruturalmente) incapaz de acompanhar, em termos de produtividade, a passada larga imposta pelos desígnios produtivistas da política agrícola comum que viria a ser implementada no segundo pós-guerra, acabou votado ao abandono e à comisseração, e que hoje designamos por *áreas desfavorecidas* e/ou de *baixa densidade* – se recorre a essa espécie de ‘bala de prata’ chamada turismo, *turismo no espaço rural* (cf. Balabanian, 1999: 255). ‘Bala de prata’ porque única a que se reconhece a capacidade de ‘matar’ lobisomens, bruxas e toda a caterva de outros monstros que as (na ausência de) leis do mercado (se) vão libertando da sua caixa de Pandora económica e assombrando essas áreas rurais mais sensíveis... De tal forma que este, o turismo no espaço rural, se virá mesmo a tornar, como também pudemos verificar, no mais importante dos instrumentos colocados ao serviço dos processos de desenvolvimento económico local que virão a ser promovidos a partir da tomada de consciência da falência do modelo produtivista e consequente reforma da política agrícola comum, nos anos 1990.

¹⁸ A questão parece-nos muito simples: que aldeias e mundo rural – ou dito de outra forma, que interior – pretendemos efetivamente salvar, quando, pela esquerda (cada um interpretará como quiser) se injetam “dez milhões em dez aldeias” (slogan utilizado aquando do lançamento do PAH; entretanto, como vimos, já foram investidos muitos mais milhões em também muitas mais aldeias) em obras de reabilitação e recuperação urbana, mas ao mesmo tempo, ultrapassando essa boa intenção a toda a velocidade pela direita (cada um interpretará também como quiser, sendo certo que as fronteiras são hoje cada vez menos evidentes...) se encerram escolas, centros de saúde, hospitais, tribunais e outros serviços básicos, deixando uns (os poucos habitantes que restam) entregues, praticamente, à sua sorte e outros (os que intencionavam lá investir e/ou se instalar permanentemente) a pensar duas (ou mais) vezes se valerá mesmo a pena fazê-lo.

Património, turismo e reabilitação assumir-se-ão então, assim, como os vértices de uma espécie de triângulo virtuoso com que se procura, hoje, quebrar o círculo vicioso da baixa densidade territorial. Mas a grande questão que subsiste – e para a qual, como também constatámos, se está ainda longe de dar uma resposta cabal – é a de saber se o turismo é a solução ou apenas uma entre muitas outras – entre as quais a menos importante não será, certamente, a manutenção, nos territórios em causa, de limiares mínimos de exploração e produção agrossilvopastoril, ainda que as mesmas, em muitos locais, tenham de ser enquadradas no processo de transformação do camponês/agricultor numa espécie de “guardião da paisagem” cuja função já não será só produzir alimentos para o mercado, mas também fornecer bens e serviços públicos, pagos pela comunidade, cuidando do ambiente, da paisagem e da qualidade do território (cf. Magnaghi, 2005: 134).

Com efeito, aquilo que se constata da literatura existente é que apesar de se reconhecer a importância dos benefícios aportados pelo turismo – entre os quais se tem necessariamente de destacar o efeito que o interesse e a preocupação manifestados pelos visitantes relativamente ao património visitado podem ter no valor que a respetiva comunidade local residente atribua ao mesmo, sobretudo aquele que essas comunidades tendem a depreciar, incentivando assim a sua conservação e salvaguarda –, o mesmo também comporta riscos e custos que poderão ser muito elevados e por mesmo em causa a integridade e o valor dos próprios recursos. Riscos para os quais já alertava, como vimos, a Carta do Turismo Cultural de 1976, e um dos quais decorre da tendência para a diferenciação e acaba, muitas das vezes, por resultar naquilo que, precisamente, se pretendia evitar: a reprodução dos modelos emulados e a consequente banalização e saturação da oferta; o que leva a que não possamos deixar de retomar a questão que E. Figueiredo – na esteira de Hopkins (1999: 154) – que é a de saber “*quantas mais aldeias típicas conseguimos suportar?*” (Figueiredo, 2003a: 77; *itálicos como no original*).

Outra questão que se coloca é a do impacto real do turismo (particularmente do turismo no espaço rural) no desenvolvimento ou reativação económica das áreas rurais mais desfavorecidas; questão relativamente à qual se não vislumbrou consenso mas se constatou o facto de os números que se conhecem apontarem no sentido de um impacto positivo inegável, é certo, mas, porém, muito residual e desigualmente distribuído, raramente (ou pouco significativamente) beneficiando aqueles que era suposto serem os principais beneficiários das políticas correspondentes.

Efetivamente, e ao contrário do que alguns autores afirmam que terá acontecido noutros países europeus, constata-se, da leitura da bibliografia existente sobre a matéria, que em Portugal terão sido as elites locais as mais beneficiadas com os apoios que têm sido canalizados para o desenvolvimento do turismo no espaço rural, tendo-se traduzido esse apoios num importante estímulo à manutenção, recuperação e rentabilização de um património edificado (numa fase inicial, constituído essencialmente por velhos solares, casas apalaçadas e quintas senhoriais) que, de outro modo, dificilmente o seria, bem como à fixação ou manutenção, por parte das famílias proprietárias, de laços com os seus territórios de origem, mas pouco tendo beneficiado as camadas sociais (assalariados, pequenos proprietários) mais desfavorecidas ou prejudicadas pelas transformações ocorridas no mundo rural.

Argumentar-se-á que um empreendimento dessa natureza é um potenciador da criação de emprego (direto e indireto) e dinamização da economia local (através da aquisição de produtos e serviços locais), mas o que os números também parecem indicar é que os empreendimentos de turismo no espaço rural são, não só quantitativamente pouco exigentes em termos de mão-de-obra (em muitos casos é a própria família proprietária e pouco mais; não chegando sequer esse ‘pouco mais’, muitas vezes, a adquirir estatuto de emprego permanente), como, não raras vezes, autossuficientes. Seja como for, o turismo, sendo umas das áreas de atividade que, globalmente,

vem registando maiores taxas de crescimento, é hoje, também no espaço rural, uma realidade inescapável e insofismável. Realidade a que, contudo, haverá que dar o melhor enquadramento, não negando nem subestimando a sua importância, mas também não lhe atribuindo as virtudes salvíficas que não tem.

Entre ficção e re(rur)alidade: a persistência do idílio rural

Outro dos riscos inerentes ao turismo é a tendência que este tem para transformar os lugares que toca em espaços de “autenticidade encenada” (MacCannell *apud* Urry, (2002: 9) por via da necessidade (?), no que respeita especificamente ao mundo rural, de (re)construir um rural higienizado e formatado em grande medida em função das expectativas do seu mercado potencial (cf. Silva, 2009a: 86), esmagadoramente urbano. Um mercado que tem, ainda, no ‘idílio’ rural e nos pretensos ‘tipicismos’ que lhe estão associados o seu referente fundamental. E nesse como noutros aspetos – salvaguardando não só as devidas distâncias ideológicas, mas sobretudo o caráter pioneiro e inovador que se terá, necessária, justa e seguramente de reconhecer a outros tantos aspetos – os programas de revitalização das aldeias que motivam o presente trabalho estão longe de ser absolutamente inéditos nosso país (como também pudemos, neste caso particular, mais do que constatar, relevar pela primeira vez ao trazer à discussão a experiência do *bem estar rural* e *renovação aldeã* levada a cabo ainda durante o período do Estado Novo).

De facto, se o idílio rural é um dado histórico inegável, com origens já remotas e geografias diversas, o interesse pelas artes e cultura populares que virá a despontar, também em Portugal, na segunda metade de Oitocentos (correspondendo a uma fase que designamos como tradição *desejada*, na medida em que aquela é assumida como desígnio ideológico) irá traduzir-se, a partir da terceira década do século subsequente (e numa fase em que, agora, essa tradição tenderá a ser *encenada* e colocada ao serviço dos mecanismos de enunciação e inculcação ideológica então postos em prática), num conjunto de iniciativas tendentes à salvaguarda, valorização e promoção de uma certa ideia de ruralidade e dos elementos que a constituem ou definem.

Um dessas iniciativas, seguramente a mais emblemática e de efeitos mais duradouros, foi o concurso da Aldeia mais Portuguesa de Portugal, cuja edição única ocorre, no já distante ano de 1938, num contexto em que, como nunca antes tinha ocorrido nem depois voltaria a ocorrer, a dimensão simbólica da ruralidade e da aldeia ocupava lugar central na ideologia do Estado. Nela encontramos já, a exemplo do que virá a suceder no âmbito dos programas de revitalização de aldeias – embora com propósitos claramente distintos –, aquilo que P. Pina designa como “ênfatisação de recursos de cariz ‘popular’” para fins turísticos (1988: 151), estratégia perfeitamente enquadrada naqueles que eram dois dos propósitos fundamentais que haviam motivado a criação da entidade que lhe estava por trás, o SPN/SNI: “tornar o País conhecido dos estrangeiros; [e] tornar o País mais conhecido dos portugueses.” (S.A., 1938: 3). Uma ênfatisação que, todavia, não só tenderia a ‘domesticar’ e inventar muitas das tradições que se propunha defender e preservar, como não iria além da valorização epidérmica, cosmética e essencialmente cenográfica das arquiteturas em presença – tendo subjacente a ideia de que a rua e o espaço público, de uma forma geral, constituíam o “teatro dos pobres” cujo arranjo se destinava a “*montar a peça a ser representada* [...] diante dos turistas estrangeiros”, ocultando tudo aquilo que lhe pudesse desagradar sob uma “*fachada* impecável de bom gosto” (Ferro, 1949: 66 e 1943b: 23; *itálicos nossos*) –, na medida em que incidirá exclusivamente sobre a imagem dessas mesmas aldeias e do envelope construtivo do respetivo edificado, ou seja, sobre o contentor, mas não sobre os conteúdos sociais das mesmas.

A questão da renovação da imagem que se pretendia projetar do país, e em particular das suas aldeias e espaços rurais, viria a ser retomada logo a seguir no programa de obras públicas lançado no

âmbito das Comemorações Centenárias de 1940. De facto, um dos objetivos então enunciados concernia à resolução dos problemas respeitantes, fundamentalmente, e entre outros, aos locais “mais apetecidos e apetecíveis, pelo interesse artístico, da paisagem ou de quaisquer características regionais” (Portugal, 1939c: 5), o que se traduziria, entre outras, na proposta de “sobreintensificação” dos melhoramentos rurais (S.A., 1940a: ix), com o intuito de dotar as áreas rurais de algumas das infraestruturas essenciais que, aliás, vinham já sendo reclamadas. No entanto, mais uma vez, o efeito cosmético prevalecerá...

Esse efeito, no entanto, irá revelar-se duradouro. Tão duradouro que, como verificámos oportunamente, não só voltaremos a encontrá-lo nas intervenções do *bem-estar rural* e *renovação aldeã*, entre duas a quatro três décadas depois (ainda que nestas intervenções esse efeito seja secundarizado pela profundidade que as mesmas virão a abranger), como em várias das iniciativas realizadas no âmbito dos programas de revitalização de aldeias, naquela que constituía a mais emblemática das ações que aqueles programas compreendiam: a recuperação de fachadas e coberturas (intervenção que, aliás, também teria sido já reclamada no âmbito das obras e iniciativas a realizar respeitantes às referidas comemorações centenárias de 1940). Ora, o que caracteriza fundamentalmente as intervenções de recuperação de fachadas e coberturas é o seu carácter eminentemente cosmético e cenográfico, por mais que o desígnio demonstrativo e catalisador de que se investem possa ser invocado em sua defesa; desígnio que, aliás, e de igual modo, se poderá associar (e estava associado, como o demonstra a “campanha do bom gosto” então empreendida) àquelas iniciativas da propaganda estado-novista.

Mas para além dessas ações, não é difícil encontrar outras, dentro e fora do âmbito dos referidos programas, destinadas a promover o “embelezamento” ou “arranjo” estético de espaços urbanos, ruas e fachadas: desde os concursos ou festas de “aldeias floridas” à promoção da pintura ou caiação de fachadas, pode-se observar de tudo um pouco, e não muito ou particularmente diferente do que o SPN/SNI procurou fazer de forma claramente propagandística e dissociada dos problemas que urgia de facto resolver. A importância conferida à *renovação da imagem* das aldeias, um objetivo explicitamente assumido em muitos dos planos de intervenção elaborados no âmbito dos programas de revitalização das aldeias, que o facto de as intervenções realizadas ter incidido apenas nas fachadas e coberturas (embora por razões alheias aos programas) atesta, constitui, porventura, por isso, outra das lacunas ou críticas que se poderá também hoje apontar a esses programas – ainda que em muitos casos essa crítica possa ser injusta, como aliás foi oportunamente referido.

Ainda relativamente ao concurso da “aldeia mais portuguesa”, a única voz crítica que se conseguirá fazer ouvir (ou a que terá sido permitido fazer-se ouvir...) irá confrontar-nos ainda com uma questão cuja atualidade é também e ainda hoje evidente: o que é que devemos efetivamente valorizar nessas aldeias e que tipo de aldeias em concreto queremos realmente valorizar. Mas se os termos dessa questão se colocavam então, entre saber se deveria ser escolhida uma “aldeia suja e rude [...] só porque tem umas pedras de há muitos séculos”, ou “a aldeia mais limpa, [...] mais culta, [...] mais benfazeja, [...] mais produtiva” (Dias Júnior, 1946: 31, 44), hoje, diferentemente, caberá questionarmo-nos sobre a pertinência de um investimento que, muitas das vezes, servirá unicamente para ‘ligar à máquina’ (leia-se financiamento comunitário) aldeias que, por mais significativa que seja a integridade e o valor do seu património edificado se encontram objetivamente ‘mortas’ do ponto de vista socioeconómico (tendo desaparecido ou se tornado inviáveis as razões que motivaram e sustentaram a sua existência durante um certo período histórico). Aldeias que só é possível manter (aparentemente) vivas de forma artificial e já apenas como meros cenários de uma ruralidade ficcionada e (re)construída à medida das imagens idílicas que dela persistem (sobretudo na mente de quem nunca viveu verdadeiramente essa ruralidade ou dela apenas retém os seus aspetos mais bucólicos).

Dito de outro modo, a seleção das aldeias a beneficiar é, porventura, a questão mais sensível que se coloca no âmbito de um programa ou política de revitalização/recuperação de aldeias. Questão que exige, por isso, que se defina com rigor o âmbito preciso onde se pretende intervir e quais razões que motivam essa intervenção, determinando muito bem o quê, porquê, para quê e para quem revitalizar, baseado num conhecimento profundo do meio em que pretende atuar, na adoção de critérios de seleção claros e objetivos (em consonância com a consciência de que não se pode atender a tudo nem a todos) e numa análise rigorosa de toda informação disponível.

Finalmente, os termos em que foi lançado e realizado o referido concurso confrontam-nos com uma outra questão, não menos pertinente, e que também ainda hoje não se encontra suficientemente resolvida: a da importância do conhecimento do meio, o que, neste caso, significaria a existência de estudos consistentes e sistemáticos (nomeadamente, nos domínios da arquitetura, da antropologia, da etnografia) que dessem suporte consistente e fundamentado às escolhas que, necessariamente, haverá que fazer.

Da investigação e conhecimento do meio como pontos (necessários) de partida à ausência de uma política efetiva de salvaguarda do património e da arquitetura rurais

Na verdade, continuamos ainda hoje, particularmente no domínio das formas e das tipologias arquitetónicas, muito dependentes (reféns?) de um trabalho que, não obstante os vastos méritos já suficientemente relevados pela historiografia concernente – falamos, como é óbvio, do *Inquérito à Arquitectura Regional Portuguesa* (AA.VV., 2004b) –, deixou ainda muitas lacunas e campos em aberto que os estudos posteriores estão ainda longe de ter preenchido de forma satisfatória. De tal forma, que – quer pela ausência de uma leitura crítica dos seus resultados e conclusões, quer pela insuficiência de estudos que estabelecessem a necessária transposição de escalas, da escala nacional e regional, para a escala local (cf. Ribeiro, Aguiar & Costa, 2012) – tem levado a que substitua aquilo que deveriam ser estudos mais focados e detalhados (para os quais, terá de se reconhecer, os programas de revitalização de aldeias de que temos vindo a falar não deram grande espaço, se algum) por algo que deveria ser entendido como ponto de partida e nunca de chegada, e, de caminho, se incorra nalgumas generalizações apressadas ou destituídas do fundamento que só inventários e levantamentos mais sistemáticos poderiam ajudar a fornecer.

A estas questões, que esgotam qualquer esforço de comparação que se possa fazer entre os discursos e as práticas que caracterizam essas iniciativas e o período a que correspondem e os recentes programas de revitalização de aldeias – esforço que não deixa de comportar alguma injustiça, com claro prejuízo para estes, dada a dissemelhança dos respetivos propósitos e do contexto ideológico em que ambas as iniciativas são lançadas –, virão a ser acrescentadas algumas mais, cuja atualidade não se perdeu ainda, por uma outra iniciativa que, essa sim, se poderá considerar precursora dos referidos programas. Trata-se do programa de *bem-estar rural e renovação aldeã* empreendido pela JCI no início dos anos 1960 com o objetivo de melhorar as condições de habitabilidade das habitações rurais através de uma intervenção de matriz renovadora que permitiu a beneficiação de mais de cerca de um milhar e meio de habitações em pouco mais de 40 aldeias do interior do país.

Contudo, este programa – lançado já num contexto, iniciado nos “verdes anos” 1950 (Tostões, 1994), em que se multiplicam os sinais de reinterpretação da tradição à luz dos princípios modernos – não só se distanciará daquelas duas iniciativas atrás referidas, como se diferencia dos recentes programas de revitalização de aldeias na incidência das respetivas intervenções no edificado; incidência que no seu caso foi mais profunda e incisiva abrangendo não apenas a epiderme das

habitações beneficiadas, tendo em vista simplesmente melhorar a imagem externa das mesmas, mas, sobretudo, as respetivas condições de habitabilidade, como tivemos ocasião de verificar.

Constituindo essa a dissemelhança mais significativa entre o *bem estar rural/renovação aldeã* e os programas de revitalização de aldeias (embora persistindo, ao nível da conformação da imagem do edificado, nalguns dos mesmos lugares comuns que são observáveis naquilo que ficou conhecido como “português suave”), quanto ao resto, pode-se dizer que aquele programa antecipava algumas das questões fundamentais que virão a ser equacionadas no âmbito destes, quer a nível do programa, que a nível da metodologia de intervenção.

No primeiro caso, através, nomeadamente:

- (i) do reconhecimento da importância que assume o *conhecimento do meio*, em todas as suas dimensões, sobre o qual se pretende intervir como ponto de partida (necessário) para uma ação que se pretende transformadora mas que não abdica dos valores da história, do contexto e das suas constantes e permanências;
- (ii) da importância concedida, na *seleção das aldeias*, ao critério respeitante à *existência de dinâmicas socioeconómicas* locais passíveis de rentabilizar o investimento e torná-lo reprodutivo – determinando a escolha de aldeias detentoras, não só de algumas potencialidades patrimoniais, de carácter cultural ou natural, significativas do ponto de vista da promoção turística, mas sobretudo alguma vitalidade que pudesse ser potenciada ou alavancada, e apresentassem alguma centralidade face aos aglomerados próximos e ao respetivo contexto territorial;
- (iii) do carácter tendencialmente *integrador* do programa – determinando uma intervenção que não se cingisse unicamente à renovação do edificado, à requalificação do espaço público e à criação de infraestruturas, mas promovesse de igual a instalação de equipamentos públicos bem como “todas as actividades inerentes à valorização e à revivificação do meio rural” (Portugal, 1973: 25);
- (iv) e da enunciação que faz da importância do papel que as *atividades turísticas* poderiam ter no desenvolvimento ou “revivificação” dessas mesmas aldeias – propondo a recuperação de habitações rurais para esse efeito, em termos que antecipam o que hoje designamos como turismo rural ou de habitação, como forma de proporcionar às populações locais uma fonte de receita suplementar.

No caso da metodologia de intervenção, as semelhanças parecem-nos também evidentes, particularmente:

- (i) na realização de um *inquérito prévio*, abrangendo a caracterização do edificado e das condições socioeconómicas da respetiva família proprietária;
- (ii) na definição, em sede de proposta, dos *critérios gerais e específicos de intervenção*, realçando-se, no primeiro caso, a importância atribuída ao respeito pelas arquiteturas locais e, no segundo, à pormenorização de elementos-tipo;
- (iii) e na determinação de *escalas de necessidade* e *níveis de prioridade de intervenção* em função do estado de conservação e salubridade de cada imóvel e das condições económicas da respetiva família proprietária.

Contudo, nem todas estas questões (como outras cuja intencionalidade terá sido de igual modo enunciada ou associada aos propósitos do programa) terão sido observadas nas intervenções realizadas no âmbito do *bem estar rural/renovação aldeã* – ou por razões de natureza política, ou simplesmente por insuficiência de verbas (cujas natureza política subjacente nunca poderá ser descartada...) –, particularmente em relação àqueles três primeiros aspetos referidos, ou seja:

- (i) o (re)conhecimento do meio e das invariantes das arquiteturas populares terá ficado aquém do que seria desejável, acabando por, dada a insuficiência de estudos mais completos ou aprofundados (para os quais, haverá que o reconhecer, o programa não estava desenhado ou dotado dos meios necessários para tal), se quedar por alguns lugares comuns mais consonantes com a estética ruralizante (ainda prevalecente) do regime;
- (ii) na seleção das aldeias terão prevalecido outros critérios (nomeadamente os concernentes à dimensão do peso de influência das elites locais) que não os referidos;
- (iii) o carácter integrador do programa terá ficado por cumprir, não se tendo identificado outras ações eventualmente realizadas (para além das que respeitam à beneficiação do edificado e das infraestruturas) que concorressem de forma efetiva e conjugada para a revitalização socioeconómica das aldeias beneficiadas e respetivos territórios;
- (iv) também no que se refere à promoção das atividades turísticas, nada nos permite confirmar a execução de qualquer ação concreta nesse sentido (para além das intenções manifestadas pelo responsável pela equipa que colocou o programa em marcha).

Se é certo que, como pudemos constatar, Portugal acompanha, de um modo geral, a evolução dos conceitos e práticas patrimoniais e os desenvolvimentos que se vão produzindo a nível internacional nesse domínio, inclusive no que se refere à arte e cultura populares – cuja valorização veio a ter, como vimos, especial preponderância no Estado Novo, particularmente na sua fase inicial (a exemplo do que, aliás, sucedeu coetaneamente noutros países, incluindo aqueles mais distanciados politicamente do nosso), através da sua estreita vinculação ao ideário ruralista/tradicionista do regime –, esse acompanhamento nunca se terá traduzido, ao nível prático, numa política de conservação e salvaguarda idêntica à que se pode associar a outros países europeus (p. ex., Itália, França, Inglaterra).

Com efeito, essa valorização, ainda que tendo suscitado importantes desenvolvimentos no campo da etnografia, nunca se traduziu na salvaguarda efetiva, consistente e sistemática das nossas tradições e do nosso património cultural, particularmente o rural ou vernáculo. Ao invés, deu azo a uma (re)construção e (re)encenação das mesmas, que deviam assim apresentar-se aos olhos do público devidamente higienizadas e expurgadas das componentes mais subversivas ou dissonantes relativamente aos termos precisos em que se definia e estabelecia aquele ideário.

Sem dispor de dispositivos de salvaguarda adequados que efetivassem uma retórica que nunca passou disso mesmo, e sujeito aos abandono e às transformações decorrentes do êxodo rural que se intensifica a partir dos anos 1960, o desaparecimento, não só desse património material, mas dos saber-fazer, das técnicas e tradições construtivas, etc., que asseguravam a continuidade e conservação do mesmo (configurando parte do que hoje designamos como património imaterial) irá tornar-se inexorável e, em bastos casos, irremediável.

Programas de revitalização de aldeias em Portugal: síntese conclusiva

Deposto o regime, será necessário esperar ainda mais duas décadas – período durante o qual não deixarão de ser promovidas algumas iniciativas, ainda esparsas, e desenvolvido algum trabalho de levantamento e reconhecimento, particularmente no âmbito da ação de alguns GTL – para, finalmente, graças aos apoios financeiros de que o nosso país passará a dispor com a adesão à Comunidade Europeia, se reunirem as condições (financeiras) necessárias (ainda que não suficientes) para que se pudesse colocar em prática uma política de desenvolvimento regional e os correspondentes programas de intervenção de revitalização/reabilitação em áreas rurais.

Todavia, ainda que as intervenções efetivamente executadas tenham ficado aquém das muitas expectativas criadas, os seus resultados – naturalmente mais significativos na reabilitação física dos

aglomerados e territórios abrangidos, uma vez que a respetiva revitalização socioeconómica é um processo cujos resultados só a longo prazo será possível avaliar convenientemente – parecem autorizar um otimismo moderado, como o atestam, não só os números tendencialmente crescentes que se conhecem da procura turística, como alguns prémios entretanto arrecadados¹⁹.

Inovadores em muitos dos seus aspetos – particularmente na “mobilização de bens culturais enquanto elementos importantes das estratégias de desenvolvimento de territórios com dificuldades estruturais” (Boura, 2002: 116), mas também no carácter participativo e integrado que procuraram adotar –, os quatro programas analisados, porém, não só estão longe, como verificámos, de constituir ações inéditas no nosso país, como irão aproveitar muito do trabalho que vinha sendo realizado a diversos níveis (em termos gerais, no desenvolvimento de metodologias de intervenção, e ao nível regional, no levantamento, inventariação e valorização patrimonial e na definição de propostas específicas de intervenção), beneficiando ainda da importância que as novas políticas de desenvolvimento regional irão conceder à valorização dos territórios rurais e respetivos recursos patrimoniais canalizando e/ou reforçando os apoios financeiros específicos para o efeito.

Por outro lado, embora similares nos seus objetivos gerais, apresentam também algumas diferenças vincadas – fundamentalmente: (i) no número de aldeias selecionadas e na dimensão e características (urbanísticas, arquitetónicas, paisagísticas, socioeconómicas) das mesmas; (ii) na dimensão territorial que o respetivo programa adota; (iii) nos critérios de seleção das aldeias; (iv) na importância relativa de cada tipologia de intervenções; (v) nos instrumentos ou dispositivos de planeamento complementares adotados; (vi) na sua implementação e, consequentemente, (vii) nos resultados da mesma – refletindo de alguma forma o respetivo contexto territorial, socioeconómico, histórico, patrimonial, etc.

De uma forma geral, os sinais evidentes de modernidade e transformação – decorrentes, por um lado, dos atuais hábitos, práticas e exigências urbanas e habitacionais, por um lado, e, por outro, das novas funções (particularmente as ligadas às atividades turísticas) que se vão impondo – convivem, quer com um notório esforço de recuperação (e atualização) das (ou algumas das) tradições construtivas locais, quer com a persistência do idílio rural e de algumas características estereotipadas do que se entende dever ser a arquitetura tradicional da respetiva região e a tendência cristalizadora da imagem de cada aldeia num determinado período do seu passado; um passo que é assim criteriosamente selecionado e devidamente higienizado em função das expectativas da sua procura potencial.

Se ao nível da reabilitação física dos aglomerados intervencionados ao abrigo destes quatro programas o resultado deve ser considerado globalmente positivo (não só na preservação das características arquitetónicas e urbanas e na beneficiação imagem dos mesmos, mas também na melhoria das condições de uso dos seus espaços públicos e na criação de equipamentos, traduzindo-se no incremento global da sua atratividade), não se pode contudo deixar de notar que, salvo raras exceções, estes aglomerados passam (ou estão condenadas a passar) por um processo de transformação em meros destinos de lazer ocasional, revelando-se incapazes (por força do declínio daquela que era a sua principais atividade económica, a agro-silvo-pastorícia, por um lado, e das características próprias desse mesmo lazer, por outro) de sustentar uma comunidade populacional fixa minimamente significativa e viável. Uma incapacidade que, em muitos dos casos, põe a nu, também dessa forma, mais do que razões endógenas, a ausência de uma política efetiva e eficaz (ou insuficiência das políticas que têm sido implementadas) de ordenamento territorial e descentralização económica e administrativa.

¹⁹ Nomeadamente o de “Melhor Viagem de Descoberta” atribuído às Aldeias de Xisto pela revista alemã de viagens GeoSaison, resultante do programa do operador turístico alemão Wikinger Reisen (<http://fotoxisto.aldeiasdoxisto.pt/detalhenoticia/6/5/29/1407>).

Porém, para aqueles que eram os objetivos deste trabalho, importava saber se, a partir destas experiências, seria possível definir (e faria sentido fazê-lo) uma metodologia específica de intervenção de revitalização e reabilitação em áreas rurais e que conceitos, princípios, práticas e ações concretas lhe deveriam estar associados. Ora, pese embora o *levantamento sistemático* das intervenções em áreas rurais realizadas no nosso país, que considerámos fundamental fazer-se a fim de enquadrar historicamente os programas em análise, se ter revelado uma tarefa de execução mais difícil do que inicialmente prevíamos (dada não só a abrangência territorial do desígnio, mas, sobretudo, a dificuldade em aceder à informação julgada necessária, por um lado, e a importância que entendemos dever conceder a um análise mais aprofundada à experiência do *bem-estar rural/renovação aldeã* cujo estudo está, surpreendentemente, por fazer), pondo em causa o cumprimento de parte dos objetivos centrais destes trabalho, a resposta resultante das observações e análises efetuadas é, ainda assim, afirmativa.

Com efeito, a informação que foi possível recolher constitui, em nosso entender, uma base suficientemente sólida que nos permitiu não só discutir, a montante, as razões que favoreceram a proposta e implementação destes programas, as estratégias definidas e efetivamente mobilizadas no âmbito dos mesmos, o respetivo enquadramento teórico, a evolução histórica dos processos de intervenção em áreas rurais e, a jusante, os problemas, dificuldades e contradições com que estes programas e iniciativas se enfrentaram, a respetiva concretização efetiva (ao nível das propostas de intervenção e da execução das ações preconizadas) e a materialização da aplicação dos princípios e práticas de conservação e reabilitação, como estabelecer uma *análise crítica* desses mesmos programas, autorizando ainda a definição de um conjunto de princípios fundamentais que deve informar e sustentar uma intervenção de revitalização/reabilitação em áreas rurais.

Em aberto fica, porém, a possibilidade de desenvolvimentos futuros, no sentido de completar essa informação e aprofundar o respetivo estudo e de alargar o escopo da análise, quer no que respeita às intervenções realizadas durante o período do Estado Novo – com referência à colonização interna e ao *bem estar rural/renovação aldeã*, que, sobretudo no domínio da arquitetura e em particular neste segundo caso, está largamente por fazer –, quer no que respeita aos próprios programas das aldeias aqui analisados, quer ainda relativamente a outras eventuais propostas de intervenção em aglomerados rurais que, durante as duas primeiras décadas do regime democrático, antecederam estes programas.

Em jeito de conclusão, e antes de elencarmos os princípios que, a partir da análise efetuada e em nosso entender, devem constituir a base de sustentação e fundamentação do desenho de uma metodologia de intervenção em áreas e aglomerados rurais, importa referir que o balanço que se pode fazer das experiências dos programas de revitalização de aldeias implementados e executados em Portugal é global e claramente positivo, autorizando dessa forma a defesa do respetivo reforço e continuidade, sem prejuízo, obviamente, das afinações, correções e/ou desenvolvimentos que haverá, necessariamente, que fazer, nomeadamente aqueles que decorrem da análise crítica efetuada e a enunciação dos referidos princípios de alguma forma traduz.

4. Contributos para a definição de uma metodologia de intervenção de revitalização/reabilitação em áreas rurais

4.1. Princípios fundamentais a observar no desenho e implementação de um processo de intervenção de revitalização/reabilitação em áreas rurais

4.1.1. Enquadramento introdutório

A partir da análise, feita nos capítulos precedentes, das experiências de intervenção em áreas rurais ocorridas em Portugal, e considerando aqueles que foram os aspetos mais positivos dessas mesmas experiências, bem como das experiências internacionais a que recorreremos como referencial, importa agora refletir, de forma prospetiva, sobre aqueles que entendemos serem os princípios fundamentais que devem informar uma metodologia de intervenção de revitalização/reabilitação em áreas rurais, a saber: (1) *desígnio político e compromisso*, (2) *globalidade*, (3) *concertação, articulação e consenso* (4) *integração*, (5) *participação*, (6) *flexibilidade e adaptabilidade*, (7) *investigação e educação*, (8) *proximidade*, e (9) *elasticidade e continuidade*.

Antes porém, valerá a pena fazer algumas considerações prévias: uma, relacionada com o âmbito de aplicação destes princípios; a outra, com o nível de abrangência do(s) processo(s) de salvaguarda e conservação patrimonial. Relativamente à primeira questão, importa referir – sendo essa uma das principais conclusões do presente estudo – que os princípios ora enunciados não podem ser entendidos, quer individualmente, quer no seu conjunto, nem como específicos e muito menos como exclusivos das *áreas rurais* (qualquer que seja o modo como definimos, quantitativa e qualitativamente, este conceito, o qual, como tivemos ocasião de verificar, está não só longe de ser uniforme, como enquadra realidades bastante heterogéneas). Ou seja, mais do que o princípio, ou conjunto de princípios em si, o que estará aqui em causa, em cada contexto territorial, cultural, social e económico concreto (seja ele rural ou urbano), é a *importância* que deve ser concedida a cada um desses princípios e a *intensidade* com que os mesmos devem ser aplicados no quadro das políticas e medidas a adotar face à problemática manifestada no referido contexto.

Quanto à segunda questão, esta coloca-nos perante a necessidade de, previamente à definição concreta de qualquer processo ou proposta de intervenção, reconhecermos a impossibilidade prática de tudo conservar – como alguns discursos tendem a defender ou a replicação (por vezes acrítica) dos exemplos bem sucedidos deixa (sub)entender –, e a consequente inevitabilidade que constitui o desaparecimento (e/ou transformação) de muitas paisagens, aglomerados, construções, práticas e rituais. Do que decorre a importância, fundamental, de se proceder a uma seleção criteriosa daquilo que deve ser preservado, agindo e atuando em conformidade, de forma criteriosa e, eventualmente, parcimoniosa (pois à conta de tudo quer conservar corre-se o sério risco de acabar por nada conservar, ou por os meios se revelarem escassos para o volume das intenções ou por este se revelar excessivamente denso para permitir gerar os consensos necessários).

A esse respeito, a história dos assentamentos humanos ensina-nos que não só nada é eterno, como a perenidade da ocupação de um território depende de um conjunto de fatores que o simples voluntarismo intervencionista, *per se*, é incapaz de contrariar. No caso específico aqui tratado, o povoamento das áreas do interior português sempre se revelou uma tarefa difícil que só ocasionalmente, por relativamente curtos períodos (considerando o tempo longo da história) e em função de um conjunto de circunstâncias muito precisas gerou resultados positivos (senão do ponto de vista socioeconómico, pelo menos demográfico), sendo que a concentração de população na

faixa litoral é uma tendência histórica cujas origens são já muito anteriores à da própria nacionalidade (cf., p. ex., Mattoso *et al.* 2011).

Efetivamente, os valores quantitativos de ocupação humana que se chegaram a registar nos referidos territórios até meados do século passado, com um grande número de povoações e municípios a apresentar saldos demográficos positivos e um significativo volume de população residente, só muito dificilmente se repetirão. E mesmo admitindo que tal possa vir a acontecer, também não se vislumbra que suceda nos tempos mais próximos, a menos que a agricultura recobre a importância económica que teve outrora¹ e, sobretudo, volte a exigir a intensidade de mão-de-obra que a caracterizava, ou então seja substituída por qualquer outra atividade que seja capaz de atrair e fixar um número significativo de famílias e indivíduos (e não o reduzidíssimo número pelo qual o turismo rural é responsável, apesar de toda a importância salvífica que lhe é conferida, mas que, como tivemos já ocasião de verificar, está longe de poder ser confirmada, pelo menos na dimensão que lhe tem sido atribuída).

Fazer, previamente, o luto desse mundo rural inevitavelmente desaparecido ou condenado a desaparecer constitui assim condição prévia fundamental para que se possa “avançar para outros imaginários e vivências que não incluam o morto” (Domingues, 2011: 64) – não necessariamente no sentido atrás referido –, ainda que a esse mesmo “morto” se possa (e deva) consagrar espaços mnemónicos – ou, como os designa Nora (1997), *lugares de memória* – cujo valor simbólico ou demonstrativo de uma determinada cultura, época histórica, atividade ou modo de vida, recomende a sua conservação e cristalização museológica integral, não como regra sem significado, mas como exceção significativa.

Ainda assim, apesar dos diagnósticos sombrios sobre a crise do mundo rural, há quem defenda a ideia de que, de uma forma ou de outra, *o futuro está no campo* (Farinelli, 2009). Um futuro só possível, porém, através da realocização das trocas e da redescoberta dos circuitos comerciais curtos (produzir, transformar e comercializar localmente), da renovação da paisagem produtiva, do reassumir, por parte do camponês, da sua tradicional condição pluriativa, policultora e autossuficiente, do retorno a uma certa simplicidade existencial e da readoção de hábitos de frugalidade e austeridade em termos de consumos materiais, embora sem que isso signifique (como também não deixa de advertir ou reconhecer o autor referido) prescindir de um mínimo de qualidade de vida (ou seja, de todas as comodidades modernas, nomeadamente aquelas que asseguram o conforto do habitar, as inovações tecnológicas, etc.), e retornar às deploráveis condições de existência que outrora caracterizavam as áreas rurais².

¹ O que não se afigura fácil, tendo em conta que, como referem Mattoso *et al.*, “No interior do país, as áreas favoráveis à agricultura são mais raras” e, apesar da existência de algumas bolsas de significativa fertilidade, “a proporção de terras com pouco rendimento é muito superior.” (2011: 34)

² Esta ideia do retorno a um certo essencialismo e simplicidade de vida – que é já detetável na *Utopia* de Thomas More (cf. Stenholm, 2014: 91) – inscreve-se, segundo Farinelli (2009: 163), no contexto da emergência dos conceitos de (i) *decrescimento* – teorizado, nos anos 1970, pelo matemático e economista de origem romena Nicholas Georgescu-Roegen e depois desenvolvido por Bernard Charbonneau, François Partant e Serge Latouche –, (ii) *pós-desenvolvimento* – que Latouche desenvolverá a partir das ideias de Partant e Georgescu-Roegen –, (iii) *convivialidade* – proposto por Ivan Illich –, e (iv) *simplicidade voluntária* – que encontra em Serge Mongeau o seu mais recente teorizador. Opondo-se ao conceito de *crescimento* que está associado às teorias económicas clássicas e rejeitando a ideia de *desenvolvimento sustentável* – por, no entender de Rognon (2009: 4), esta “se présente[r] ainsi comme un oxymoron [...] y décélérer un concept schizophrénique, puisqu’il prétend régler les problèmes d’ordre environnemental par ce qui en est à l’origine, à savoir une croissance économique continue” –, o conceito de *decrescimento* assenta, ao invés, na ideia de que “Redécouvrir la vraie richesse dans l’épanouissement de relations sociales conviviales dans un monde sain peut se réaliser avec sérénité dans la frugalité, la sobriété voire une certaine austérité dans la consommation matérielle” (Latouche, s.d.: s.p.). Uma sobriedade que, todavia, não implica necessariamente “un immobilisme conservateur” (*Idem* : *Ibid.*), nem “une réduction du niveau de vie, ni une conversion de masse vers l’extra-mondanité, mais bien plutôt une conception différente du niveau de vie lui-même.” (Kate Soper, *apud* Latouche, s.d.: s.p.; ver também <http://www.decroissance.org/>). Este conceito deu origem, inclusive, em França, a um partido político, criado em 2006, o PPLD - Parti pour la décroissance (adotando o caracol como símbolo) – partido cuja expressão eleitoral é,

Com efeito, casos como o de Auvergne, região de montanha situada no Maciço Central francês, recentemente apontado como exemplo numa reportagem do jornal *Público*, parecem autorizar essa ideia (cf. Pereira, 2015). Todavia, como também esse caso parece bem evidenciar, a sua concretização e sucesso efetivos terão de passar necessariamente pela assunção de um sólido compromisso (e investimento) por parte das autoridades locais – a uma escala que terá de ser necessariamente relevante, ou seja, ultrapassar, como sucede no caso em apreço, as fronteiras de um único município – na criação de estruturas e condições de atração, acolhimento, informação, orientação e acompanhamento de novos residentes, investindo fortemente na tarefa de “fazer deles agentes de desenvolvimento local” (*Idem*: 7) e dinamização do território.

Ainda assim, e mesmo considerando o sucesso de casos como o referido, isso não significa que todas as áreas e aglomerados rurais sejam passíveis de recuperação e revitalização³. A inevitável *seleção* que é necessário fazer dos aglomerados ou espaços a revitalizar e reabilitar, tendo em conta o reconhecimento da impossibilidade de acudir a todos, impõe, efetivamente, que se proceda previamente a um diagnóstico claro e rigoroso da situação; diagnóstico no âmbito do qual seja convenientemente avaliada a efetiva capacidade desses territórios de colocar em prática um processo de planeamento tendente à sua revitalização e as ações nele contempladas ou previstas.

Esta avaliação, por seu turno, deve ter em consideração as dificuldades e desafios que as circunstâncias próprias de cada território representam para o desenvolvimento e implementação daquele processo, em particular: a baixa densidade organizativa e institucional e a ausência ou rarefação (revelados por grande parte dos territórios rurais, particularmente os do interior) de parceiros disponíveis, informados ou dotados de dinâmica e capacidade de iniciativa suficientes para, não só apoiar o desenho e planeamento das ações a executar, como aproveitar o efeito catalítico do investimento público. Circunstâncias que, nos casos mais extremos, podem determinar a admissão da inviabilidade de qualquer intervenção com base no reconhecimento do facto de que o

contudo, ainda insignificante (inferior a 1%) –, e parece também estar contido ou influenciar, ainda que implícita ou lateralmente, a ideia e os princípios subjacentes ao designado movimento Slow. Este, por sua vez, abrangendo vertentes tão diversas como, *inter alia*, o Slow Fashion, o Slow Aging, o Slow Schools, o Slow Travel, o Slow Cities, o Slow Food e, inclusive, o Slow Sex (Honoré, 2009: 275), advoga uma desaceleração do ritmo da nossa vida quotidiana – “Finding the *tempo giusto*”, que é o título que Carl Honoré (2009: 275; itálicos como original) dá ao capítulo de encerramento do seu livro *In Praise of Slowness*, espécie de bíblia daquele movimento. Em defesa desse princípio, Honoré explica que não se trata de promover uma estilo de vida vivido “at a snail’s pace”, nem de arrastar “the whole planet back to some preindustrial utopia”, mas antes, “a middle path, a recipe for marrying *la dolce vita* with the dynamism of the information age. **The secret is balance:** instead of doing everything faster, do everything at the right speed. Sometimes fast. Sometimes slow. Sometimes somewhere in between”, tendo subjacente a ideia de que “There is no one-size-fits-all formula for slowing down, no universal guide to the right speed. Each person, act, moment has its own *eigenzeit*.” (*Idem*: 15, 275; itálicos como no original e ênfase nossa).

³ Não vale a pena, a esse respeito e no caso português, termos ilusões: as áreas do interior do nosso país, e particularmente as de fronteira, revelam uma tendência histórica difícil de contrariar que, embora registre períodos de crescimento e saldos positivos – resultantes mais de fatores exógenos (políticas de povoamento, arroteamentos, p. ex.) que endógenos (atratividade própria do território decorrente das suas condições naturais), aponta no sentido do despovoamento, da rarefação e da acentuação das baixas densidades demográficas. A vasta maioria dos pequenos aglomerados que estruturavam grande parte desse território devia a sua existência a uma economia de autossubsistência em que eram recorrentes a escassez e a fome (decorrentes em grande medida de condições estruturais específicas, como a escassez de solos com aptidão agrícola e o regime de propriedade, que, em ambos os casos e muitas vezes conjugadamente, não favoreciam a obtenção de rendimentos que garantissem condições de vida adequadas), circunstâncias para as quais a emigração maciça registada no segundo pós-guerra se revelará como única saída. E a tendência não parece dar sinais de abrandar: como o demonstra uma reportagem recente do *Jornal de Notícias* (citada pelo site Greensavers) realizada a partir dos resultados dos Censos 2011, existiam então no nosso país “677 aldeias e lugares, em zonas de montanha – 700 metros ou mais de altitude – que tinham 50 ou menos habitantes em 2011, e por isso correm o risco de desaparecer”, sendo que dessas aldeias, 314 tinham menos de 26 habitantes e 79 apenas entre um e 10 habitantes (S.A., 2016: s.p.). Importa, por isso, considerar o papel fundamental que assumem os recursos, existentes e potenciais, no índice de atratividade de cada território, pois como referem Naldi *et al.*, “There is a large literature that emphasizes the role of amenities as an important factor influencing the growth potential for rural regions, in terms of attracting highly educated individuals, firms, and economic activity in general” (2015: 97), revelando-se essas amenidades “particularly important for attracting and retaining a creative class, that is, workers specialized in creative tasks.” (Naldi *et al.*, 2015: 97; cf. em Covas, 1999: 19-23, a definição, características e categorias de *amenidades rurais*).

território em questão poder já se encontrar, se não em 'morte cerebral', pelo condenado a um estado 'vegetativo' só possível de manter de forma artificial.

De forma conclusiva, importa pois sublinhar que o conjunto de princípios que aqui se enuncia deve ser entendido não como modelo de atuação, no sentido em que se preste(m) a ser replicado(s) indiferentemente, mas antes como matriz cujas variáveis são função das circunstâncias (sociais, económicas, demográficas, históricas, geográficas, urbanísticas, arquitetónicas, etc.) próprias de cada território. Nesse sentido, tanto o referido *diagnóstico* da situação, como o *tempo* subsequentemente concedido à implementação da eventual proposta de atuação adquirem uma importância determinante, uma vez que será em função da leitura e análise do contexto e dessas circunstâncias que terá de ser desenhado o modelo ou proposta de intervenção respeitante, podendo assim essas mesmas circunstâncias determinar ou exigir, relativamente à aplicação de cada um desses referidos princípios, quer diferentes níveis de importância individual, quer diferentes modos de conjugação entre cada um deles, bem como prazos de atuação diferenciados.

4.1.2. Princípios fundamentais a observar

(1) **Desígnio político e compromisso**

A manifestação de um forte **desígnio político** de atuação por parte das autoridades públicas locais, que se terá de fazer acompanhar de um **compromisso** firme para com os objetivos a perseguir e a política e os programas a ativar e implementar, é o primeiro princípio a considerar no desenho e implementação de um processo de intervenção de revitalização/reabilitação em áreas rurais. Constituindo estas as condições fundamentais sem as quais só muito dificilmente (e pontualmente) se poderá falar em processos de revitalização/reabilitação de áreas rurais⁴, as mesmas devem decorrer de uma perceção clara (de natureza empírica ou científica) das problemáticas a atender e emergir no espaço de discussão e gestão da *res publica* (i.e., não necessariamente no seio da administração pública democraticamente eleita, mas dependendo do reconhecimento, por parte desta, da pertinência e oportunidade de intervenção).

Ainda que as políticas europeias e nacionais de desenvolvimento regional e local (e em particular os programas das aldeias) traduzam já uma parte fundamental desse desígnio ou vontade, o mesmo revelar-se-á – da leitura que fazemos às experiências que foram analisadas nos capítulos precedentes – ineficaz sem que seja previamente definida, a montante, uma política pública nesse sentido, procurando ou adequando os instrumentos (financeiros e outros) a essa política e evitando que a mesma dependa exclusivamente desses instrumentos ou seja determinada por eles, e sem que se manifeste uma forte adesão e um empenho militante por parte das autarquias locais (como bem o demonstram as muitas propostas de programas de revitalização de aldeias que não chegaram a vingar por força, em grande medida, da ausência de uma dinâmica capaz de se traduzir em ações concretas por parte das autarquias respeitantes).

⁴ No caso português, aliás, não se vislumbra qualquer caso de revitalização/reabilitação de aglomerado rural que tenha sido empreendido apenas por iniciativa privada. Os casos que se conhecem – e tivemos já ocasião de referir – traduziram-se na transformação dos espaços urbanos em causa em meros aldeamentos turísticos sem efeitos visíveis (ou significativos) nas economias locais e sem quaisquer preocupações em matéria de fixação de população residente – a não ser a estritamente necessária, geralmente em número muito reduzido, à gestão e manutenção do empreendimento. Num âmbito diferente poderiam, eventualmente, ser invocados exemplos como os das *comunidades intencionais* de Tamera (Odemira), Terramada (Castro Marim) ou Cabrum (Viseu) (Lusa, 2013), mas parece-nos estar por aferir se estes – como outros, nomeadamente os respeitantes às designadas *ecoaldeias* – não serão exemplos demasiado autocentrados num certo eco- e socio-utopismo, muitas vezes de natureza espiritualista *new age* ou outra, e tendencialmente (auto)desconectados da realidade que os cerca – porque propondo, em muitos casos, modelos de vida antagónicos ou buscando a 'pureza' de relação com o meio que entendem ter sido perdida nas sociedades modernas, com as quais intentam romper e das quais se procuram de facto afastar.

Mas embora necessária, esta está longe de ser uma condição suficiente⁵, revelando-se o mais das vezes contraproducente o voluntarismo com que se procura transpor e replicar os exemplos bem-sucedidos como se de uma receita se tratasse, indiferentemente do contexto em que a mesma é aplicada ou executada. O desígnio político de atuação deverá ser, por isso, temperado com uma hábil e sensata gestão das expectativas, evitando a criação de cenários alvo irrealistas e insuficientemente justificados ou suportados por dados analíticos que autorizem as previsões correspondentes.

Por outro lado, importa ainda considerar que, sendo o risco uma condição inerente do investimento e da iniciativa privada, a incerteza quanto ao contexto (legal, regulamentar, fiscal, económico-financeiro, social, etc.) em que a mesma opera⁶, quando acima de determinado limiar, pode constituir um fator condicionador das estratégias e planos de investimento de qualquer agente económico, existente ou potencial. Por isso, é também fundamental criar um clima de confiança que favoreça o investimento privado – pois saber com o que se conta em termos de investimento público, de apoios financeiros, de regime fiscal, de serviços públicos e infraestruturas disponíveis, etc., constitui um fator determinante para que uma decisão de investimento possa ser ponderada e programada⁷ –, tarefa tanto mais difícil e demorada quanto menor for a densidade demográfica e institucional de um território.

Finalmente, e tendo como ponto de partida as ideias sugeridas por Jenkins *et al.* (1999: 57), importará que o desígnio político de atuação permita:

- (i) *estabelecer um claro entendimento dos problemas socioeconómicos, ambientais e políticos das áreas rurais em questão, o que implica um investimento, o mais rigoroso possível, no conhecimento do meio onde se pretende ou se entende dever atuar (através de princípios como os da investigação, globalidade e integração);*

⁵ Efetivamente – e conquanto a doutrina político-económica que atualmente domina, de forma quase hegemónica, o espaço de discussão pública venha exacerbando as virtudes da iniciativa privada e do *laissez-faire* (virtudes cuja demonstração é mais retórica que factual), por contraponto ao que considera os vícios do investimento público e da regulação (tendencialmente diabolizados) e do decorrente peso (que consideram) excessivo do Estado na vida dos cidadãos e empresas – a importância do investimento público não nos parece que tenha perdido qualquer atualidade. Como as evidências históricas demonstram, não há uma única economia moderna, desenvolvida ou em desenvolvimento, que não beneficie ou tenha beneficiado em algum dos seus momentos históricos mais determinantes (ainda que tenha sido apenas na sua fase de arranque e como fator catalisador da iniciativa privada) de um forte investimento público e de uma forte presença do Estado na economia (o recente documentário de Ilan Ziv, *Capitalism*, parece-nos, aliás, embora necessariamente sintético, suficientemente esclarecedor a esse respeito). O próprio Silicon Valley, exemplo tantas vezes invocado das excelências da iniciativa privada e da genialidade individual de alguns empresários ou *empreendedores* (como hoje sói dizer-se) privados quando libertos dos constrangimentos da regulação pública, não é bem aquilo que parece. Bom exemplo de como o mito se sobrepõe à realidade, os seus pés de barro não resistem a questões tão simples como a de saber quem financiou e construiu toda a infraestrutura (incluindo a própria internet) que permitiu a posterior instalação e o florescimento dessa ‘iniciativa’ privada, ou de que tipo de incentivos, ações ou medidas promovidas pela administração pública (apoios financeiros, benefícios fiscais, transferências de tecnologia desenvolvida e/ou financiada pelo setor público, experiências inovadoras nos sistemas públicos de educação, etc.) beneficia[ra]m as empresas para se instalarem nesse local (cf., p. ex., Winner, 2006). Para não ir mais longe, bastaria aliás atentar, no nosso país, como aqueles que mais insistem na importância da diminuição do peso do estado na economia, são exatamente os mesmos que, no dia seguinte, reclamam do estado todo o tipo de apoios e incentivos financeiros e, sempre que possível, de regimes de exceção e protecionismo que lhes assegurem rendimentos que em mercado livre (no tal mercado livre que tanto celebram e exaltam) não se revelam capazes de alcançar, ou o mercado livre, por si só, não é suficiente para lhes assegurar.

⁶ Veiga assinala que a conclusão se tira, “na perspectiva a partir de baixo, do local/rural, é a de que falta à acção do estado, às suas principais políticas, visão estratégica de médio e longo prazo”, acrescentado ainda que “As mudanças sucessivas nessas políticas, que nem a negociação de Quadros Comunitários de Apoio a médio prazo tem conseguido evitar, conduzem a visões imediatas ou de prazos curtos junto dos actores económicos e sociais”, apresentando-se assim “Os horizontes temporais das políticas públicas (curto, médio prazo) para estas áreas [...] claramente desajustados das estratégias definidas pelas organizações locais para atingir objectivos de desenvolvimento (médio, longo prazo).” (2005: 250-251)

⁷ Como fazem questão de assinalar Naldi *et al.*, “policies aiming at attracting urban-core entrepreneurs and businesses are unlikely to be successful unless they are combined with improvements in the physical and social infrastructure to provide an economic milieu that is valued by entrepreneurs”, o que requer, ainda segundo os mesmos autores, “special attention to encouraging *collaboration* and *networking*, especially in terms of R&D, as well as enhanced connectivity and mobility.” (2015: 95; *itálicos nossos*).

- (ii) *identificar e definir as políticas e programas exequíveis* correspondentes e adequados ao contexto em apreço, não se deixando iludir pelo sucesso de alguns programas ou ações específicas sem avaliar convenientemente as condições em que as mesmas ocorreram ou foram implementadas (cuidando para tal de atender ao princípios da *flexibilidade/adaptabilidade*), evitando o recurso a receitas que, servindo para todos os casos, não servem verdadeiramente para caso algum, e procurando alargar o mais possível as fontes de financiamento;
- (iii) *eleger lideranças capazes*, dotadas da determinação, da paciência, da perseverança e das competências sociais necessárias à congregação dos esforços individuais numa ação conjugada (através de um forte investimento na aplicação dos princípios da *concertação, participação e proximidade*) e ao êxito das políticas e programas em causa, considerando a importância vital de que se revestem: (1) o bom conhecimento do meio onde se irá atuar, dos agentes (individuais e institucionais) ativos nesse meio e das problemáticas que os mesmos enfrentam ou entre eles se estabelecem; (2) a criação de um clima de confiança entre as partes; e (3) a garantia de estabilidade e continuidade dessas mesmas lideranças (ou dos seus atores-chave);
- (iv) *criar um contexto institucional favorável* à formulação e implementação dessas mesmas políticas, cuidando: (1) de garantir o *compromisso*, o apoio e a gestão ativa por parte das autoridades municipais; (2) de estabelecer de formas e processos de cooperação e articulação (recorrendo ao princípio da *concertação*) entre todos os atores e autoridades envolvidas e a formação técnica desses mesmos atores; (3) de atender à necessidade crucial de se fazer dotar de um capital humano tecnicamente qualificado (equipa técnica), em quantidade apropriada aos desígnios em causa, suficientemente empenhado, motivado, aberto a novos desafios e atuando num quadro de grande *proximidade* com o seu contexto de ação e respetiva problemática; (4) de envolver de forma o mais abrangente e representativa possível as comunidades locais em toda a sua complexidade social, cultural e económica (através do recurso aos mecanismos de *participação* mas também, eventualmente, quer a novas formas de democracia participativa, quer a uma efetiva descentralização político-administrativa) de forma a assegurar o máximo apoio social à definição, desenvolvimento e implementação dessas mesmas políticas ou programas; bem como (5) de assegurar a *transparência*, a *neutralidade* e a *boa governança* de todo o processo.

(2) Globalidade

Estabelecido esse desígnio e firmado o correspondente compromisso, afigura-se depois, como segunda condição fundamental, que essa política e a ação subjacente adquiram uma abrangência **global**, contrariando assim a tendência de setorialização e fragmentação que, apesar dos avanços no sentido de uma maior integração das políticas, ainda resiste (por inércia ou entropia; por falta de articulação entre os diferentes organismos e entidades, públicas e privadas, e entre as diferentes escalas de atuação; por inexistência de hábitos e cultura de cooperação interinstitucional e intersetorial; por desconfiança e resistência mútua entre partidários da conservação e do desenvolvimento; ou por quaisquer outras razões, entre elas a maior ou menor visibilidade de cada ação e os maiores ou menores dividendos políticos decorrentes). Uma tendência que determina, frequentemente, que a reabilitação do construído (que constitui não só a componente de um processo de revitalização que, porventura, menos e menores dificuldades representa, mas também a mais visível e que garante maior visibilidade política aos seus promotores, nomeadamente os autárquicos, e, por isso, a que também pode e tende a ser mais rapidamente resolvida, como, aliás, os programas anteriormente analisados o demonstram cabalmente) se faça sem que seja

assegurada a execução das restantes medidas ou ações complementares noutros domínios (sociais, económicos, culturais) que não os estritamente urbanísticos, arquitetónicos ou construtivos.

Com efeito, e como também o demonstram os exemplos de parques patrimoniais, ecomuseus ou museus territoriais que referimos, uma política de conservação não pode ser dissociada de uma política de desenvolvimento, pois esta, quando bem conduzida, constitui a melhor forma de assegurar a eficácia daquela⁸. Reabilitar e/ou revitalizar o tecido socioeconómico, implica, necessariamente intervir de forma global e holística, definindo assim como objeto da intervenção, não só o edificado, mas também a paisagem, a economia, a educação, a cultura, a saúde, os transportes e acessibilidades, etc., e assegurando a execução, se de não todas as ações previstas nos vários domínios, pelo menos de um conjunto coerente e necessariamente integrado (ou seja, não concentrado num único domínio) que garanta o cumprimento de alguns objetivos mínimos (ainda que esta se afigure uma tarefa particularmente difícil, complexa e de resultado incerto para a qual a disponibilidade de financiamento, por maior que seja, estará muito longe de constituir garantia suficiente de sucesso).

Uma decisão dessa natureza implicará assim, necessariamente, um *diagnóstico* claro e rigoroso, que defina com objetividade as áreas onde será fundamental intervir e com que prioridade, uma *vontade* e um *compromisso* políticos (para com as intenções e propostas que venham a ser julgadas necessárias) firmes e duradouros, conforme atrás referido, e, tanto quanto possível, imunes ou resistentes aos ciclos eleitorais, um *envolvimento* e uma *participação* o mais amplos possível do tecido social e económico local e um grande esforço de *cooperação* e *concertação* entre todos os atores presentes no território.

Entre os domínios a considerar, a oferta e prestação de serviços públicos básicos em espaço rural é, de facto, uma questão crucial que nenhum programa ou iniciativa de intervenção em áreas rurais deverá deixar de considerar na sua estratégia. Seja pela via tradicional (serviço prestado através de estrutura ou equipamento de uso coletivo de natureza fixa – centro de saúde, escola, junta de freguesia, etc. –, obrigando à deslocação do utente e dessa forma colocando em discussão, também, a questão dos transportes públicos e acessibilidades⁹), seja por outras vias que têm já vindo a ser, ainda que pontualmente, ensaiadas (p. ex., o mesmo serviço prestado em estrutura ou equipamento de uso coletivo de natureza móvel, em que é o serviço que se desloca ao encontro e em função das necessidades dos utentes, ou ainda, e sempre que possível, através dos novos meios de comunicação à distância¹⁰, trazendo agora à colação a questão das redes de telecomunicações e

⁸ O exemplo dos sistemas de paisagem, nomeadamente os que foram moldados ao longo de séculos através das atividades agroflorestais, e das construções que os estruturam é paradigmático: a sua conservação só é possível num quadro de uso continuado (embora, salvo as raras exceções que os desígnios da educação para o património aconselhem, recusando a cristalização museológica de práticas), sem o qual a renaturalização e consequente perda dos valores culturais que lhe estão associados se tornam inexoráveis. Valerá a pena, a este respeito, repescar a referência que F. Choay faz ao modo como Patrick Geddes entende e valoriza o passado e o património que o representa, associando a ideia de conservação a um processo de continuidade (através da reinterpretação e da transformação) e não de repetição ao afirmar que “hoje é um desenvolvimento e uma transformação do passado, não a sua repetição” (1992: 39).

⁹ A ausência de transportes públicos acentua as dificuldades de acesso aos serviços públicos básicos por parte das populações rurais cada vez mais envelhecidas e que, senão na sua grande maioria, pelo menos em número significativo, não têm no automóvel o seu meio de deslocação preferencial.

¹⁰ A telemedicina é, porventura, na atualidade, o exemplo mais claro destes novos modos de que se reveste a prestação de serviços básicos, mas poder-se-ia ainda invocar a importância que representou outrora a telescola – e bem poderia hoje representar, pelo menos em certas circunstâncias – para muitas pequenas comunidades. A desmaterialização dos processos administrativos que se vem operando paulatinamente desde há alguns anos (que o governo eleito em 2015 mostrou intenções de alargar e acelerar) constitui outro importante contributo para aproximar comunidades mais isoladas dos centros de decisão, embora a infoexclusão ainda represente ou possa representar um óbice intransponível para a maior parte das comunidades e utentes das áreas rurais, nomeadamente aquelas onde o índice de envelhecimento populacional é mais acentuado e a iliteracia predomina a todos os níveis. Ou seja, a intervenção em áreas rurais passará também, e necessariamente, pela inovação, neste como noutros aspetos, mas sem nunca esquecer que esta jamais poderá ‘deixar para trás’ aqueles que se revelem já incapazes de lhe acompanhar a passada.

respetiva cobertura territorial), não nos parece imaginável uma comunidade rural viável sem que sejam assegurados limiares mínimos de oferta e prestação de serviços públicos básicos, particularmente no domínio da saúde e educação¹¹, e em condições de fácil acesso. Efetivamente, de pouco valerá executar, a jusante, uma ação de reabilitação do edificado exemplar, do ponto de vista arquitetónico, construtivo e patrimonial, se, concomitantemente e a montante, a intervenção global e as políticas públicas não forem capazes de assegurar a manutenção dos limiares mínimos de serviços indispensáveis à manutenção e fixação dos residentes que ainda permanecem no território em questão ou à atração de novos residentes.

Diríamos pois – retomando o velho aforismo atribuído a Abel Salazar¹² – que o plano ou programa de reabilitação que apenas saiba do edificado, nem do edificado sabe, exigindo-se hoje que o mesmo contemple uma estratégia integrada e multissetorial capaz de estabelecer os desejáveis equilíbrio e (re)conciliação entre os desígnios e imperativos da conservação patrimonial¹³, do ordenamento do território e do desenvolvimento socioeconómico¹⁴. Um equilíbrio que, por sua vez, se terá, necessariamente, de firmar na recusa:

- (i) quer da existência de espaços apartados nos seus objetivos (conservação vs. desenvolvimento), não cuidando de considerar ou prever a eventual necessidade de expansão do aglomerado em questão¹⁵, e formatados na sua imagem (cristalização vs. transformação), reconhecendo a tradição não como cópia fiel de modelos do passado, mas

¹¹ Segundo, C. Cavaco, a sustentação de atividades como “O artesanato, o turismo em espaço rural e outras actividades não agrícolas, inclusive os lares para a Terceira Idade, que se difundem no meio rural e ajudam a diversificar as oportunidades de trabalho e de ganhos” passa, entre outros fatores, “também pela oferta de serviços, sobretudo de serviços públicos, com marcada função social, além de apoio as actividades económicas (serviços de proximidade).” (1999, 145-146) Pois, efetivamente, como refere Nave, “A cidadania e as expectativas de qualidade de vida numa sociedade avançada como a nossa não prescindem de acesso fácil ou facilitado a um conjunto de infra-estruturas, equipamentos e serviços [...] cujo grau de especialização é incompatível com uma localização rural de grande dispersão geográfica.” (2003: 146) Numa edição do periódico *Pessoas e Lugares*, editado e publicado pela Federação Portuguesa de Associações de Desenvolvimento Local, dedicado à questão dos “serviços básicos para a população rural”, Lopes refere, em editorial, que “A redefinição dos serviços em meio rural não pode circunscrever-se a uma simples equação matemática com objectivos meramente economicistas de redução de custos” (2012: 2) – como, aliás, vem sendo feito desde há alguns anos a esta parte, resultando no encerramento de escolas, hospitais, tribunais, etc. e, consequentemente, num acréscimo de isolamento de muitas pequenas comunidades –, pois, como assinala Santos, mais à frente, “Quanto menos respostas sociais, quanto menos respostas de proximidade, mais acelerado será o processo de desumanização e mais difícil será manter ou atrair pessoas para esse território.” (2012: 19) No já referido caso de Auvergne, uma “nova habitante”, citada pela referida reportagem do jornal *Público*, reconhecia que “Quando decides mudar, tens de saber o que há. Aqui, há centro de saúde, escola, comércio. E ajuda para trabalhar” (*apud* Pereira, 2015: 9), aludindo à importância que representa, particularmente para os novos residentes (muitos deles originários de áreas urbanas bem servidas a esse nível) a existência e qualidade dos serviços públicos básicos de proximidade.

¹² “O Médico que apenas sabe Medicina nem Medicina sabe.” Embora atribuída a Abel Salazar e por este usada como “postura emblemática”, a autoria do aforismo será do médico e filósofo espanhol José de Letamendi (1828-1897), que terá escrito, em 1894, “Del médico que no sabe más que Medicina, ten por cierto que ni Medicina sabe” (*apud* Gonçalves, 2010: 52).

¹³ Equilíbrio que, importa sublinhar, está longe de ser um desígnio utópico ou romântico, pois como faz questão de assinalar José Aguiar, “verifica[-se] que, por toda a Europa, um número significativo de experiências particularmente rigorosas de conservação urbana (como muitas das ‘conservation areas’ britânicas, *secteurs sauvegardés* franceses, ou em alguns dos planos de restauro urbano italianos) também demonstram que a aplicação de uma ‘boa norma’ de restauro não é de todo incompatível com novas noções de ‘desenvolvimento’, nem significam a propagada musealização pura e simples da realidade existente.” (2002: 506-507)

¹⁴ A este respeito, importa aqui recuperar os cinco desígnios fundamentais, referidos em momento oportuno, que o “modelo rural europeu” proposto pelo European Citizens’ Panel incorpora – “(i) the conservation of natural resources and the environment; (ii) the conservation of cultural heritage, both living and historic, as found in architecture, gastronomy and local products, cultures and traditions, etc.; (iii) economic dynamism based on projects adapted to local needs and the intrinsic potential of each area; (iv) inhabited and freely accessible rural areas, which have numerous functions, from production to nature discovery and leisure; (v) services offered to the rural population: transport, health, education, administrative services, etc.” – considerando o papel triplíce que as áreas rurais europeias desempenham como (i) “places for living and for activities, (ii) natural areas to be protected, (iii) areas in touch with current dynamics and notably with urban territories.” (ECP, 2008: 4)

¹⁵ A talhe de foice, note-se como o referido caso exemplar de Idanha-a-Velha – cujo plano de aldeia contemplou, como tivemos ocasião de assinalar, uma área de expansão que, sendo “exemplar e assumidamente, contemporânea” (Atelier 15, 2002: 164) – não deixa ainda assim de apelar “ao conhecimento histórico dos processos de desenvolvimento mais generalizados na cidade portuguesa quando rompe o recinto amuralhado medieval” (*apud* Silva, 2010: 190).

antes como um processo dinâmico sujeito a constante revisão e atualização, ou seja, como sendo, ela própria, uma condição da mudança¹⁶.

- (ii) quer de processos de desenvolvimento e expansão urbana que, como é notório na generalidade dos instrumentos de ordenamento em vigor, e em particular os PDM, tende a propor para os pequenos aglomerados rurais o mesmo de tipo de 'receitas' e soluções (particularmente as concernentes à expansão física do aglomerado e do habitat) habitualmente aplicadas em espaços urbanos de maiores dimensões e a bem diferentes problemáticas, tratando como se fosse idêntico aquilo que é, objetivamente, diferente, e desconsiderando ou depreciando as circunstâncias particulares que, ao longo da história, foram condicionando e conformando o processo de expansão e transformação específico de cada aglomerado e território.

(3) Concertação, articulação e consenso

Em terceiro lugar, a conservação integrada do património rural construído e da paisagem cultural remete, especialmente no atual contexto político-económico, para a premência de uma ***ação concertada, articulada e consensualizada*** entre parceiros públicos e privados; ação que poderá encontrar um espaço privilegiado nos programas de revitalização de aldeias em áreas de baixa densidade, tendo em vista a atribuição de um caráter multifuncional às áreas rurais de reconhecido valor patrimonial.

A importância da *concertação* manifesta-se, fundamentalmente, a dois níveis. Desde logo na definição dos princípios, objetivos e propostas fundamentais de um eventual programa e respetiva estruturação, com a participação direta das autarquias (enquanto principais promotores públicos), das comunidades locais (enquanto seus destinatários diretos) e dos demais agentes económicos (enquanto parceiros privilegiados e potenciais investidores). Depois, abrangendo a fase de implementação do mesmo, através do envolvimento *articulado* dessas mesmas comunidades e dos atores e agentes sociais e económicos no desenvolvimento das ações previstas e respetivas tomadas de decisão (assegurando o seu apoio generalizado), bem como de pequenas empresas ou artesãos locais depositários da herança coletiva que constituem os saberes nos domínios das técnicas e materiais de construção tradicionais nas obras correspondentes.

Contudo, neste contexto, haverá que atentar com especial cuidado aos desafios que constituem: (i) a baixa densidade demográfica mas também, e sobretudo, social, organizativa e institucional de grande parte dos territórios considerados, particularmente os do interior; (ii) a fraca articulação institucional que os mesmos revelam; (iii) a ausência de hábitos e cultura de cooperação e coordenação entre agentes económicos e instituições que neles se manifesta; e (iv) o elevado centralismo estatal e a tendência para a setorialização das políticas que ainda subsistem.

O êxito da ação dependerá, assim, e em grande medida, não só da capacidade (por parte, em particular, dos atores-líder do processo, dado o seu papel-chave, enfatizando assim a importância, já referida, da *liderança* e da criação de um *clima de confiança* entre todos os atores e instituições envolvidos) de (e no empenho colocado na) superação das dificuldades que estes desafios representam, mas também da importância do papel que for atribuído ao estabelecimento

¹⁶ Gérard Lenclud define *tradição* como sendo, não um "produit du passé, une oeuvre d'un autre âge que les contemporains recevraient passivement mais, selon les termes de Pouillon, un 'point de vue' que les hommes du présent développent sur ce qui les a précédés, une interprétation du passé conduite en fonction de critères rigoureusement contemporains", acrescentando que, por um lado, "Dans cette acception, elle n'est pas (ou pas nécessairement) ce qui a toujours été, elle est ce qu'on la fait être" e, por outro, que ela é, em si mesma, "une condition du changement." (1987: §31 e §49)

de *redes* e outros mecanismos de colaboração e partilha intra- e inter-regionais de conhecimentos, nomeadamente ao nível institucional (municípios, associações, agentes económicos, etc.)

A adoção do princípio da *concertação* poderá ainda passar pela instituição de novos mecanismos de democracia participativa e tomada de decisões mais inclusivos e que promovam novas formas de autogoverno. Mecanismos esses que, associando-se, de modo complementar, ao tradicional sistema de representatividade democrática, mas alargando o respetivo escopo, permitam abranger e integrar o maior número possível de parceiros e atores sociais e económicos no *processo participativo* e decisório e na produção social do território – particularmente aqueles cuja capacidade de influência é, ou se tem revelado, mais fraca por força do seu menor ‘peso’ social ou económico, e, consequentemente, a sua voz habitualmente menos ouvida –, por forma a permitir que os cenários traçados (bem como a estratégia para os atingir) possam ser, de facto, socialmente partilhados, como sugere a *Carta do Novo Município* (cf. Magnaghi *et alli*, 2005).

(4) Integração

Um quarto princípio a observar – em estreita articulação e interdependência com o princípio da globalidade – concerne à importância que hoje assume a *integração* das políticas e das ações, particularmente no que respeita à conservação patrimonial. Inscrita no quadro de redefinição sistemática a que o conceito de património vem sendo sujeito (com particular ênfase a partir do início da segunda metade do século passado) e que conduziu ao alargamento do seu âmbito conceptual a um vasto conjunto de expressões materiais e imateriais entre as quais se contam o património vernáculo construído e a paisagem cultural, por um lado, bem como da importância crescente que vem sendo atribuída à utilização do património para fins socialmente úteis (The Venice Charter, 1964: art.º 5) e à sua “integração no quadro de vida dos cidadãos” (Pinho, 2009: vol. I, 65) – importância expressa, respetivamente, na Carta de Veneza de 1964 e na Carta Europeia do Património Arquitetónico de 1975 –, por outro, a questão da integração (ou da *conservação integrada*, se preferirmos), de uma forma geral, e, no caso particular da arquitetura rural, do incentivo à *multifuncionalidade*, têm vindo a assumir um papel central no debate em torno da salvaguarda do patrimonial.

Estas questões adquirem especial relevância no âmbito das intervenções em apreço, reconhecendo a transformação como condição intrínseca da paisagem¹⁷ (e também da arquitetura) e considerando a crise das economias tradicionais em espaço rural (que assentavam fundamentalmente nas atividades agrícolas e correlacionadas) ou as características específicas das construções rurais, cujo carácter intrinsecamente produtivo (ou seja, formal e tipologicamente determinado, em grande medida, pelas funções e atividades a que se destinavam) favorece a sua rápida obsolescência face às alterações do contexto (socioeconómico e produtivo) em que se inserem e ao consequente desaparecimento ou profunda transformação das atividades que lhes determinavam as formas e tipologias.

A pequena escala associada a este património na relação com a paisagem cultural remete assim para a importância de que se reveste, neste contexto, a adoção de abordagens que, para além de integradas, deverão ainda ser, simultânea e coordenadamente:

- (i) *multiescalares* – considerando a articulação territorial e funcional de diferentes escalas espaciais (espaço rural / espaço urbano; aldeia / cidade; município / região) e a superação da

¹⁷ Como refere Domingues, temos de saber reconhecer e assumir que “Não há paisagens [nem arquiteturas] para sempre”, pois “A paisagem é o registo de uma sociedade que muda” (2011: 15). Magnaghi, retomando uma ideia expressa por Giuseppe Dematteis, defende que “only reinterpreting through active transformation can preserve identifying features.” (2005: 60)

- dicotomia rural/urbano¹⁸, com a eventual, e consequente, adoção de ideias como a da “paisagem global” (Telles, 2003 e 2013) ou da “bio-região” (Ferrão, 2000; Magnaghi, 2005);
- (ii) *reticulares*¹⁹ – tendo em conta a articulação, territorial e funcional, de diversos eixos e núcleos (nós) de diferentes valências, e privilegiando a conservação e salvaguarda do património rural em articulação com projetos “agro-culturais”²⁰ viáveis (de que o turismo não poderá ser de todo dissociado, ainda que, em alguns casos, possa não ser, ou não deva sequer ser determinante) enquanto uma das componentes fundamentais da gestão da paisagem (considerando a importância crucial da integração dos desígnios associados à conservação patrimonial no quadro de vida das comunidades locais²¹);
 - (iii) *multissetoriais* – reconhecendo a importância da adoção de um enfoque global, holístico e centrado no princípio (inscrito na Carta de Veneza) de que a conservação patrimonial é favorecida pela procura de funções úteis à sociedade atual²²;
 - (iv) e *ascendentes (bottom-up)* – levando em linha de conta a importância de assegurar uma ampla participação e refletir primordialmente as necessidades, expectativas e especificidades das populações locais abrangidas ou beneficiárias, e cuidando de conciliar os imperativos da conservação e do desenvolvimento através do esforço combinado de todos os atores envolvidos (populações locais, instituições públicas e privadas, agentes económicos, etc.).

¹⁸ Refletindo sobre o conceito de “crescimento inteligente” (*smart growth*) adotado pela estratégia Europa 2020 proposta no quadro da programação financeira da União Europeia, Naldi *et al.* defendem que “the only alternative for smart specialization that exists for most peripheral regions is to focus on building specialized links to urban supply and demand” (2015: 95), enfatizando assim a necessidade de enquadrar o desenvolvimento local numa perspectiva territorialmente mais alargada e integrada.

¹⁹ Magnaghi (2005), reatualizando a utopia revolucionária proto-oitocentista de Philippe Buonarroti – “[...] in the absence of large cities, the country would gradually be covered by villages, built in the healthiest and most convenient places and arranged in such a way that communications could easily be provided by roads and many canals, which in the general interest would be open in all directions.” (*apud* Magnaghi, 2005: 124) –, bem como o conceito de *garden-city* proposto entre os finais daquele século e os alvares do séc. XX por Ebenezer Howard, e apoiando-se na “place utopia” proposta por Kevin Lynch (1981: 293-294), que cita abundantemente, propõe a transição do atual sistema urbano metropolitano (*metropolitan city*), que considera a negação da ideia de cidade, para o que designa como “cidade de aldeias” (*city of villages*) ou *ecopolis*. Com este conceito, aquele autor traduz a ideia de uma sociedade/território composta por um conjunto de núcleos populacionais de dimensão muito limitada (pequenas cidades, aldeias ou bairros) agrupados em rede, cooperando entre si e constituindo uma *bio-região*, sendo os respetivos espaços intersticiais ocupados por cinturas verdes e corredores bióticos articulando um sistema de parques urbanos, periurbanos e regionais (parques agrícolas, ribeirinhos e naturais). Noutro registo, Covas e Covas sugerem a transição do *território-zona* para o *território-rede*, defendendo a tese de que “os espaços particulares de produção e conservação podem assumir uma dupla faceta ou condição, isto é, podem tornar-se espaços comuns de produção e conservação por via da cooperação territorial e, ao mesmo tempo, espaços públicos de consumo e recreação por via do acesso e da visitação”, sendo para tal necessário superar a “acumulação desordenada de territórios particulares, privados e públicos” através de ações que visem “fomentar a associação virtuosa desses territórios particulares”, considerando o “factor associativo”, condição *sine qua non* para levar a bom termo” esse desígnio (2014: 19, 21 e 25). Em suma, pode-se ainda assinalar, na esteira de Corboz, que “questo territorio non è più costituito principalmente da distese e da ostacoli, ma da flussi, assi, nodi” (1985: 27); fluxos e nós que importa, pois, articular.

²⁰ No sentido que Covas e Covas atribuem ao conceito, ao discutirem a diferença entre desenvolvimento *agrário* e desenvolvimento *rural*: “O desenvolvimento rural faz-se com ‘agro-cultura’, isto é, os produtos vendem os recursos e os territórios, tanto quanto os territórios comunicam por via dos seus produtos e recursos; todos se reproduzem, afinal, no acto de venda mas, para além de ser um acto comercial é, também, um acto cultural cujo fundamento radica nos princípios da agricultura multifuncional e na produção de externalidades positivas, isto é, na ‘produção de bens contextuais favoráveis’”, acrescentando ainda que “Este equilíbrio a três é, aliás, o segredo dos territórios agro-rurais: *produzir* agricultura, *diversificar* a ruralidade, *conservar* a natureza e o ambiente.” (2014: 131-132; itálicos nossos)

²¹ Importará, a esse respeito, conforme já foi, de alguma forma, aqui referido, superar a nostalgia, o saudosismo, o bucolismo e a ideia de paraíso perdido de que enfermam ainda muitos dos discursos (e práticas) em torno da ruralidade, e evitar de igual modo “tanto a apatia como o delírio e a mistificação” que estão associados ao “trauma da perda de um mundo rural mitificado”, tratando antes, e consequentemente, de “encarar a realidade e a extensão da ausência, organizar os rituais de perda, separação ou ruptura, e avançar para outros imaginários e vivências que não incluam o morto.” (Domingues, 2011: 15, 62-64).

²² Como defende Brito, “devemos convidar-nos, a todos nós, a exercitarmos um outro olhar e situarmo-nos num patamar de implicação em que cada um é sujeito e parte dessas coisas do património que pretende propor, valorar e usar como *meio de comunicação e de construção de projectos*, mais do que objectos de cristalização de memórias.” (2003: 273; itálicos nossos)

(5) Participação

Não basta, porém, que os poderes públicos manifestem uma vontade política de atuação e estabeleçam um compromisso firme nesse sentido, como não basta igualmente que as políticas, programas e ações a implementar adquiram um enfoque global e uma dimensão integrada e contemplem um esforço de concertação: sem o envolvimento e a **participação**, ativa e atuante, por parte dos destinatários dessas mesmas políticas, programas ou ações e todos os atores envolvidos nas mesmas, o mais certo é que estas acabem por falhar o essencial: a alavancagem do respetivo território ou área de intervenção.

O tema da participação, colocado na ordem do dia a partir de meados dos anos 1960 no quadro da discussão em torno da emergência e importância do conceito de conservação integrada, adquire assim especial acuidade, particularmente neste contexto, constituindo fatores fundamentais de sucesso a adesão e o apoio generalizados, por parte das comunidades locais, aos desígnios de um qualquer programa de revitalização/reabilitação.

A ausência de hábitos e cultura de cidadania suficientes nos territórios em apreço (onde a baixa densidade se faz sentir, de igual modo, ao nível social, educativo e da formação cívica²³) e as tendências centralistas (e, não raras vezes, paternalistas) que se manifestam ainda ao nível dos organismos da administração pública, não devem, como sucede amiúde, servir de desculpa para a inobservância deste princípio, constituindo, ao invés, um dos seus grandes desafios.

Com efeito, o sucesso de qualquer intervenção nos territórios aqui considerados exige um esforço acrescido no sentido de, por um lado, promover a valorização do seu capital social, a responsabilidade comunitária e a cooperação, e, por outro, identificar, definir e ativar instrumentos e mecanismos operativos de participação pública. Estes, contudo, não se podem, de igual modo, esgotar no cumprimento da mera formalidade que tem constituído, com alguma frequência, a auscultação²⁴ das populações beneficiárias das intervenções, ocorrendo esta, geralmente, apenas nas fases de inquérito/caracterização (contexto onde se espera que as necessidades e expectativas manifestadas pelas populações inquiridas e destinatárias se conformem às, ou confirmem as ideias preconcebidas²⁵ que os decisores políticos e técnicos têm sobre elas) e apresentação/discussão pública das propostas de intervenção (que alguma arrogância técnica que, por vezes, se manifesta, tende a considerar inquestionáveis), e em qualquer dos casos, também não raras vezes, através de mecanismos formais que tendem a acentuar a exclusão da larga franja mais envelhecida e menos escolarizada e esclarecida dessas mesmas populações.

²³ Importa lembrar que estamos a falar de áreas onde predomina a baixa escolaridade e se registam ainda valores elevados de analfabetismo.

²⁴ Auscultar é *ouvir a opinião de*, assumindo o sujeito auscultado uma atitude ou comportamento eminentemente passivo; participar (na qualidade de verbo intransitivo) significa *ter ou tomar parte*, implicando um comportamento ativo por parte do sujeito participante. A este respeito, podemos aqui retomar a crítica que Magnaghi faz ao modo como a participação é hoje entendida ou em que a mesma se traduz efetivamente: "In the age of the radical separation between the dwellers (atrophied as residents only) and producers-consumers (with houses in dormitory zones, the urban space as a speedway, and the territory as a leisure park), participation was mainly the expression of *demands* (for housing, pedestrian precincts, efficient waste deposits, nurseries and schools, green areas, buses and environmental quality) subordinate to the dominant metropolitan model. When participation was production, it was in piecemeal forms (planting trees, do-it-yourself repairs of courtyards, or abandoned buildings, gardens, farms, etc.) without actually becoming the social production of the territory." (2005: 67; itálicos no original) Procurando superar essa perspectiva redutora da participação, aquele autor afirma assim ser já tempo "to move on from a host of participatory experiences – based on consultation, co-ordination and pacts for specific themes with few actors, often for predetermined projects – to 'constituent' institutes of participation with real decision-making powers in which to discuss future projects of places, socially shared by many actors, who collaborate by linking up economic, cultural, social and technical energies." (*Idem*: 167).

²⁵ Segundo Ana Pinho, "A realização de processos de consulta sobre decisões pré-estabelecidas, como um mero pró-forma, é também considerada como um dos obstáculos principais à participação." (2009: vol. I, 739)

Ao voluntarismo centralista, verticalizado, confinado a um grupo social e tecnicamente restrito, e tendencialmente paternalista que se propõe trabalhar *para* a comunidade, é necessário, pois, opor espaços de discussão pública horizontal, alargados e amplamente participados. Espaços onde decisores políticos e equipas técnicas trabalhem não *para*, mas antes *com* a comunidade. Espaços capazes de acolher, considerar e integrar (*ab initio*, adotando para tal abordagens ascendentes, e ao longo de todas as fases do processo, i.e., não apenas nas fases de inquérito e discussão pública, conforme referido, mas abrangendo também, p. ex., a análise e interpretação da informação recolhida) os contributos efetivos das comunidades e atores locais, quer, previamente ao início do processo (na definição dos programas e planos de intervenção e das suas regras e intencionalidades), quer, ao longo do mesmo (na avaliação contínua da respetiva implementação e execução), cuidando de assegurar a mais ampla participação e um apoio o mais generalizado possível por parte das comunidades destinatárias ou beneficiárias. Espaços, ainda, onde se possa resgatar e promover essa ideia da participação que se traduz num envolvimento direto e ativo das comunidades locais *na produção social do território*, do seu território.

Nem que para tal seja necessário (que o é, nos territórios considerados, se não em todos, na maior parte dos mesmos) um trabalho prévio e contínuo: (i) de sensibilização e formação comunitária; (ii) de investimento na capacitação e formação contínua de todos os atores envolvidos; (iii) de criação e desenvolvimento de estruturas democráticas e representativas intermédias, que complementem e alarguem o escopo das já existentes (conforme já referido a respeito do princípio da concertação), favorecendo, estimulando e acolhendo essa participação bem como a aproximação entre os decisores e representantes políticos, as equipas e estruturas técnicas e as populações destinatárias; e que, de alguma forma, (iv) promova a superação da *consciência de classe* pela *consciência de lugar* (Magnaghi, 2005: 79).

Trabalho esse que traz à discussão outra questão fundamental: a da importância de que se reveste o fator *tempo*, i.e., dos prazos de execução que são geralmente associados a estes programas e planos (os quais não se compadecem com a urgência, de natureza essencialmente política, que, cada vez mais, lhes é exigida), na sedimentação de todo o processo e na criação de um contexto favorável à apropriação do programa por parte da comunidade destinatária (de forma a reconhecê-lo assim como o *seu* projeto, desenhado à medida das *suas* necessidades e expectativas e representativo do *seu* futuro), e à definição, desenvolvimento e execução das propostas que lhe estão associadas.

(6) Flexibilidade (formal) e adaptabilidade

Por isso, a **flexibilidade** e a **adaptabilidade** (em termos formais), a diferentes circunstâncias e contextos, adquirem particular relevância no contexto da aplicação dos princípios atrás referidos (*globalidade, integração, concertação e participação*), na medida em que permitem uma adequação sistemática da estratégia do programa, quer ao contexto socioeconómico específico em que o mesmo opera (*globalidade, integração*), quer às decisões e ações que é possível consensualizar com os parceiros, atores e agentes locais envolvidos (*concertação*), quer ainda às necessidades e contributos expressos pelas populações locais (*participação*).

Constituindo assim um fator mais a considerar no desenho de um programa de intervenção em áreas rurais, o princípio da flexibilidade e adaptabilidade deverá assentar:

- (i) no reconhecimento da importância fundamental que o tempo assume no desenvolvimento e implementação dos processos de reabilitação, sugerindo assim, e em consonância, a adoção do *longo prazo* como âmbito temporal dos mesmos;

- (ii) na assunção da necessidade, determinada pela longa duração desses processos, de implementação de mecanismos de *avaliação contínua da ação*;
- (iii) na admissão da possibilidade de *reorientação da estratégia* em qualquer instante a fim de fazer face a novos (e diferentes) desafios (decorrentes, quer dos resultados dessa avaliação, quer de alterações do contexto social e económico) que possam ocorrer durante a implementação do mesmo; e
- (iv) na consideração da importância de que se reveste, neste contexto, a definição de quadros de ação mais amplos que facilitem a *gestão da reabilitação*, condicionando assim a respetiva estratégia e as ações correspondentes às especificidades de cada contexto territorial, sem incorrer na pretensão de encontrar receitas ou soluções-tipo generalizáveis.

(7) Investigação e educação

O desígnio de um processo integrado de reabilitação e revitalização em áreas rurais deverá ainda, e de igual modo, conferir um papel fundamental à componente de *investigação* e conhecimento do meio²⁶, a qual, no que concerne à dimensão patrimonial, deverá compreender necessariamente:

- (i) a *inventariação sistemática*, o *estudo abrangente* e a *valoração seletiva* das diversas expressões do património no contexto das estratégias e objetivos do programa;
- (ii) a *delimitação de diferentes categorias de conservação e reabilitação* do património, em consonância com o valor que lhe é atribuído, a importância simbólica de que se reveste e o estado de conservação com que apresenta, num quadro de dinamização da economia local e de incentivo à multifuncionalidade assentes no aproveitamento dos recursos endógenos e na assunção do património como eixo estruturador do desenvolvimento do território²⁷;
- (iii) a *reconstituição dos processos construtivos tradicionais*, compreendendo as condições necessárias à execução de obras de conservação em conformidade com os princípios de intervenção adotados ou prescritos pelos principais documentos internacionais de referência e em articulação com outros recursos técnicos.

Todavia, o interesse e a importância da investigação não se podem esgotar nos contributos que a mesma poderá aportar à definição das propostas nos domínios físico e infraestrutural do processo (intervensões no edificado, no espaço público, na paisagem), devendo ainda servir de base para a implementação de uma política de *educação* que promova e divulgue os valores em presença, tornando-os compreensíveis pelas comunidades locais de forma que estas se (re)apropriem do seu passado e se tornem no seu principal agente e fator de salvaguarda – ainda que se possa argumentar, e com alguma razão, que tal desiderato não cabe num programa desta natureza

²⁶ No sentido em que, como refere Brito (refletindo em torno da ideia de museu e referindo-se aos “quatro planos diferenciados” em que considera poderem agrupar-se as “manifestações definidoras de um universo rural”, a saber: (i) a paisagem, (ii) as arquiteturas, (iii) os saber-fazer e (iv) os usos da palavra, as artes performativas e os rituais), o que é de “extrema importância reter é que, para todos eles, é o conhecimento sobre eles produzido em contexto de investigação o factor decisivo da sua preservação. Não se trata apenas de um conhecimento prévio para depois proteger, mas é o conhecimento em si mesmo, sólido, documentado, crítico, que, com as formas de divulgação que deverá ter, se torna no próprio cerne da protecção.” (2003: 269-273) Vale ainda a pena retomar a ideia, enunciada por Corboz, de uma “concezione che considera il territorio non più come un campo operativo pressoché astratto, ma come il risultato di una lunghissima e lentissima stratificazione [di tracce e di letture passate, assomiglia[ndo] a un palinsesto] che occorre conoscere per potere intervenire.” (1985: 27)

²⁷ Magnaghi *et al.* propõem, no âmbito da *Carta do Novo Município*, a adoção de uma definição extensiva e abrangente do conceito de património, “identifying the *territory with peoples and places*, and including its environment, landscape, urban features, knowledge, cultures and crafts in its unique character as a living entity with a past and a future” (2005: 178; *italicos nossos*). Considerando ser a valorização desse mesmo património “pursued by bringing together a place’s memory and long-term resources with forward-looking energies”, aquele documento atribui ao mundo rural, nesse âmbito, um papel central, na medida em que os novos agricultores “no longer only produce food for the market, but also public goods and services, paid by the municipium, and are involved in caring for the environment, landscape and urban quality” (*Idem: Ibid.*), assumindo-se assim como “guardiões” ou “jardineiros da paisagem” e responsáveis quer pela sua construção e fixação, quer pela salvaguarda e reprodução das tradições culturais que lhe estão associadas.

dizendo mais respeito à política nacional de educação (que, como sabemos, tem sido largamente omissa neste aspeto²⁸).

Como alguns dos casos analisados sugerem, a investigação e a educação (que terão sempre de ocorrer no duplo sentido, i.e., não se exercendo apenas dos técnicos sobre os territórios e populações beneficiárias do programa, mas também no sentido oposto, valorizando assim os saberes e conhecimentos de que essas populações são depositárias) podem ainda constituir fatores propiciadores – e mais do que isso: necessários (embora não suficientes, como é óbvio), de acordo com a nossa própria experiência – da aproximação (que é absolutamente fundamental) entre o programa e respetiva equipa técnica e os seus destinatários (as populações locais), âmbito no qual a sua importância terá de ser, por isso e igualmente, considerada na promoção dos princípios da *concertação*, *participação* e, sobretudo, *proximidade*.

(8) Proximidade

Com efeito, a importância da constituição de uma equipa afeta ao programa na **proximidade** da área objeto de intervenção – proximidade que não pode ser, não deve ser, apenas física, mas envolver também a capacidade de ouvir (e ser ouvido), de saber reconhecer as necessidades e expectativas das populações locais e compreender minimamente a sua psicologia e cultura própria e os seus modos de atuar – está relacionada, não só com a importância de assegurar a coerência das propostas e intervenções (sobretudo quando o programa adota uma escala supramunicipal), mas antes de mais, com os diferentes níveis de acompanhamento do projeto e com a necessidade da validação contínua da sua implementação no contacto com as populações residentes e com os demais atores envolvidos no processo.

Esta condição adquire ainda maior relevância quando consideramos a diversidade de competências da equipa técnica adstritas à presença nas áreas de intervenção: desde os períodos de investigação em diferentes escalas através da recolha de informação junto da comunidade local (cf. Ribeiro, Aguiar & Costa, 2012), à elaboração dos planos de ação e, eventualmente, dos planos de pormenor (designadamente nos períodos de participação pública), passando pela gestão urbanística corrente, a elaboração dos projetos técnicos e o acompanhamento das intervenções, sejam elas obras públicas ou particulares, e compreendendo também aquelas pequenas intervenções de natureza ‘cirúrgica’ em construções vernáculas cujo valor exige, mais do que um projeto técnico (cuja reduzida dimensão as torna, muitas vezes, pouco atrativas para os profissionais ou gabinetes mais qualificados, implicando de igual modo custos para o promotor que se revelam a maior parte das vezes inoportáveis face à sua condição económica), um acompanhamento qualificado, sensível ao valor em presença e capaz de envolver no processo práticas e saberes caídos em desuso.

A proximidade é assim entendida também como uma relação de sentido duplo que, por um lado, confirmará a relevância das lógicas locais tradicionais na definição de novos modelos e, por outro, contribuirá para a elevação da autoestima das populações locais (também um dos objetivos centrais

²⁸ Aliás, os próprios cursos de arquitetura, para não irmos mais longe, só muito recentemente passaram a integrar, de forma consistente, a salvaguarda e conservação patrimonial nos respetivos *currícula*, o que diz muito da orientação que foi dada ao ensino da disciplina durante muito tempo; orientação cuja tónica, exacerbada pelas revistas de arquitetura, tem sido colocada fundamentalmente na construção nova. Note-se como, ainda no princípio deste século, José Aguiar assinalava que, “Ao contrário do que acontece noutros países europeus (a Itália, por exemplo), os nossos *currícula* de ensino de Arquitectura, na maioria dos mais de 20 cursos hoje existentes, pouco (ou nada) contemplam a teoria da conservação e do restauro, faltando entre nós uma projectualidade integradora das dimensões teóricas e técnicas inerentes a intervenções sobre património!”, lamentando-se pelo facto de toda a sua geração ter “aprendi[do] mal a cultura da construção pré-industrial, de antes do betão armado”, cultura cujo conhecimento é fundamental para quem queira intervir no património arquitetónico (2002: 24-25).

associados a estes programas) e para a criação de um clima de empatia e reconhecimento entre as populações beneficiárias e o Programa.

A ideia de proximidade terá ainda de superar o carácter eminentemente reativo e penalizador dos instrumentos de gestão urbanística²⁹ (no sentido em que, na sua generalidade, se limitam a impor um conjunto de normas e regras de forma meramente burocrático-administrativa, determinando penalizações para os casos de incumprimento) através da adoção de uma abordagem pró-ativa e pedagógica. Uma abordagem que se preste mais ao incentivo à intervenção que ao controlo administrativo da mesma, assegurando uma colaboração ativa com as populações locais (particularmente as mais desfavorecidas e incapazes de suportar os custos de um projeto técnico qualificado), com os proprietários e/ou investidores na procura das soluções mais adequadas e que melhor resposta possam dar, simultaneamente, aos desígnios do plano, aos valores patrimoniais em causa e ao interesse público de uma forma geral, por um lado, e, por outro, às necessidades, expectativas e interesses privados, articulando as ações de intervenção no edificado com o cumprimento dos princípios da conservação, salvaguarda e reabilitação patrimoniais internacionalmente consagrados³⁰.

(9) Elasticidade (temporal) e continuidade

Finalmente, importa ter atenção o modo como os exemplos mais bem-sucedidos de conservação de conjuntos patrimoniais, com a repercussões a nível da dinamização económica – localizem-se eles em áreas urbanas ou em territórios rurais do interior –, correspondem invariavelmente a programas e/ou projetos que adquirem alguma **elasticidade** temporal e garantia de **continuidade**³¹, resultando num processo de afirmação capaz de resistir às mudanças decorrentes dos ciclos políticos e (como nos casos em apreço) de programação financeira comunitária ou a outras condicionantes ou variáveis extrínsecas.

O tempo adquire ainda, mais dos que nas áreas urbanas, uma importância crucial nas intervenções em áreas rurais de baixa densidade, pelas razões já referidas, convertendo-se também numa condição fundamental da assimilação (e eventual recuperação de uso e formação técnica, considerando a importância de que se reveste, no contexto de uma intervenção de reabilitação, a disponibilidade de oferta de empresas e profissionais devidamente qualificados nesse âmbito particular) das técnicas construtivas conformes à conservação do património vernáculo, quer a nível da produção do conhecimento técnico-científico (investigação), quer a nível do contexto da sua implementação e execução (projeto e obra).

A adoção efetiva de uma estratégia de continuidade – dotada da elasticidade temporal (*prazo de execução*) e da flexibilidade formal (*modelo de atuação*) necessários, em primeira instância, à

²⁹ Referindo-se à experiência dos GTL, Ana Pinho afirma que “as autarquias que mais têm recorrido e beneficiado dos GTL, cujo principal resultado prático da sua actuação se direccionou para o estabelecimento de medidas de controlo de alterações provocadas pelo desenvolvimento, localizam-se em áreas onde escasseiam as pressões de desenvolvimento – áreas onde mais do que controlar interessa incentivar e intervir.” (2009: vol. II, 958)

³⁰ Como bem assinala Ana Pinho, o papel destas equipas técnicas “distancia-se cada vez mais do de um ‘grupo de peritos que detém todo o conhecimento’” para se assumir como “um instrumento – indispensável, está claro – de apoio à decisão, de promoção de consensos, e de coordenação, facilitação e gestão dos processos”; processos em que, sendo as “escolhas e decisões” que os mesmos implicam “um direito e uma responsabilidade de todos”, incumbe por sua vez àqueles equipas “informar e inspirar essas decisões, e apoiar os cidadãos na concretização das mesmas no terreno.” (2009a: vol. I, 376).

³¹ Sem que, todavia, isso signifique que todas as ações concretas devam, ou sequer possam ser programas a longo prazo ou executadas ao longo de prazos dilatados. Haverá aqui, pois, que ressaltar a diferença fundamental entre os tempos da estratégia e da ação, pois como também refere a autora atrás citada – ainda que a respeito da reabilitação urbana –, “se a definição de estratégias [...] necessita de ser feita a longo prazo (10/15 anos), [...] não é possível programar ações para um período de tempo semelhante.” (Pinho, 2009: vol. I, 377)

geração da necessária empatia entre o programa e os seus destinatários e, em segunda instância, às adaptações que possam ser determinadas por alterações contextuais, pelos resultados do processo participativo e pelo acompanhamento *ex-durante* e *ex-post* das intervenções (*monitorização* e *avaliação contínuas*) –, terá ainda de passar, contudo, e necessariamente:

- (i) pela *definição de uma política e estratégia nacional de intervenção nas áreas rurais* e respetiva adaptação a cada contexto regional e local que, ao invés de surgir exclusivamente vinculada ou subordinada aos apoios financeiros disponíveis e/ou aos objetivos e estratégias associadas aos programas operacionais ou iniciativas comunitárias, se vincule àqueles que são os problemas, as necessidades, os recursos e as potencialidades do respetivo contexto socioterritorial ou área de intervenção, procurando nesses programas, não um substituto para a ausência dessa política, mas antes um complemento que lhe assegure o (ou parte do) suporte financeiro necessário;
- (ii) pela garantia de *adoção de uma estratégia aberta* por parte do programa, ou seja, uma estratégia que, por um lado, assume a sua condição dinâmica por força da sua necessária e constante sujeição à revisão e à evolução, e, por outro lado, não só não se esgota na reabilitação ‘pesada’ do edificado (devendo, ao invés, conforme referido a respeito dos princípios da globalidade e integração, abranger de forma integrada, outros domínios de ação fundamentais para o sucesso global do programa), como deverá ainda assegurar a inclusão, a qualquer momento, de elementos que inicialmente não tenham sido contemplados, e, de igual modo, a manutenção e conservação regulares e as adaptações que se venham a revelar necessárias ao sucesso da intervenção, em conformidade com os propósitos associados ao referido programa;
- (iii) pela *definição de um plano de ação capaz de articular os diversos tempos* que deverão estar associados a um programa desta natureza (o longo prazo da estratégia e do programa e o médio e o curto prazos das ações concretas), convocando para o efeito a *monitorização* e *avaliação contínuas* como fatores de calibragem – mas uma monitorização e uma avaliação que não se esgotem nos aspetos quantitativos (índices de execução) dessa estratégia, mas abranja de igual modo os aspetos qualitativos da mesma (nomeadamente os respeitantes aos seus impactos reais nas dinâmicas dos territórios alvo e na melhoria das condições de vida das populações beneficiárias);
- (iv) e, finalmente, por uma *valoração e seleção mais criteriosa dos conjuntos com valor patrimonial a conservar* e a integrar numa rede de núcleos vinculada a outros recursos disponíveis no território, apelando assim à importância que assume a componente investigativa destes processos, por um lado, e assumindo, por outro, a já referida impraticabilidade de uma intervenção generalizada e a inevitabilidade do desaparecimento de muitos aglomerados.

Bibliografia

- [S.A.] (1922, 14 de janeiro). "Olhão, terra cubista". *Ilustração Portuguesa*, edição semanal do jornal O Século. II Série, N.º 830, p. 43.
- [S.A.] (1933a, 23 de julho). "Uma Grande Iniciativa: A Exposição do Hotel Modelo". *Notícias Ilustrado*. N.º 267, p. 9.
- [S.A.] (1933b, 30 de julho). "O Nosso Jornal e o Turismo. Exposição do Hotel Modelo". *Notícias Ilustrado*. N.º 268, p. 9.
- [S.A.] (1933c, 17 de setembro). "Hotel Modelo: A iniciativa do nosso jornal apreciada pelo Presidente do Centro Português de Turismo (ACP)". *Notícias Ilustrado*. N.º 275, p. 5.
- [S.A.] (1938, 8 de fevereiro). "A aldeia mais portuguesa de Portugal: um interessante concurso promovido pelo S.P.N.". *Diário da Manhã*. Ano VII, N.º 2442, p. 3.
- [S.A.] (1939a, janeiro). "Façam-se casas portuguesas em Portugal". In *A arquitectura portuguesa*. Lisboa: M. Collares. Ano XXXI, 3ª Série, p. 9.
- [S.A.] (1939b, 30 de junho). "A Exposição do Mundo Português será uma afirmação de técnica nacional". *Revista dos Centenários*. Lisboa: SNI/Comissão Nacional dos Centenários. N.º 6, pp. 11-17.
- [S.A.] (1939c, abril/junho). "No pavilhão de Portugal - Exposição de Nova Iorque de 1939". *Revista oficial do Sindicato Nacional dos Arquitectos*. Lisboa: Sindicato Nacional dos Arquitectos, pp. 259-269.
- [S.A.] (1940a). *Guia da Exposição do Mundo Português*. [S.l.: s.n.].
- [S.A.] (1940b, 3 de julho). "As Aldeias Portuguesas e os Pavilhões da Vida Popular". *Diário de Notícias*, pp. 1-2.
- [S.A.] (1940c, 1 de dezembro). "Os Centenários e o engrandecimento material do País". *Diário da Manhã*. Lisboa: Companhia Nacional Editora. Número comemorativo do duplo centenário, p. IX.
- [S.A.] (1941a, junho). "Campanha do bom gosto: Atrair não basta. É preciso prender. In *Panorama: revista portuguesa de arte e turismo*. Lisboa: SPN. Vol. 1, N.º 1, pp. 10-11.
- [S.A.] (1941b, julho). "Campanha do Bom Gosto – Estalagem do Lidador". *Panorama: revista portuguesa de arte e turismo*. Lisboa: SPN. Vol. 1, N.º 2, pp. 20-21.
- [S.A.] (1943a, outubro). "A Pousada de S. Martinho-do-Pôrto". *Panorama: revista portuguesa de arte e turismo*. Lisboa: SPN. Vol. 3, N.º 17, s.p.
- [S.A.] (1943b). "Concurso da Casa Panorama". *Panorama: revista portuguesa de arte e turismo*. Lisboa: SPN. Ano 3, N.º 13, s.p.
- [S.A.] (1943c, abril). "Concurso da Casa Panorama". In *Panorama: revista portuguesa de arte e turismo*. Lisboa: SPN. Vol. 3, N.º 14, s.p.
- [S.A.] (1944, abril). "Resultado do Concurso da Casa Panorama". In *Panorama: revista portuguesa de arte e turismo*. Lisboa: SPN. Vol. 4, N.º 20: s.p.
- [S.A.] (1948a, abril). "Concurso para uma casa de férias no Alto Rodízio". In *Arquitectura: revista de arte e construção*. Lisboa: ICAT. Ano XX, 2ª Série, N.º 22, p. 6.
- [S.A.] (1948b, maio/junho). "Concurso para uma Casa de Férias no Alto Rodízio. Projectos concorrentes". *Arquitectura: revista de arte e construção*. Lisboa: ICAT. Ano XX, 2ª Série, N.º 23-24, pp. 4-23.
- [S.A.] (1958, setembro). "Quatro novas pousadas". *Arquitectura: revista de arte e construção*. Lisboa: ICAT. N.º 62, p. 5.
- [S.A.] (1974, abril). "Casas para professores". In *Arquitectura: revista de arquitectura planeamento, design, construção, equipamento*. Lisboa: Publicações Nova Idade, SARL. N.º 129, p. 20.
- [S.A.] (2000). "Aldeias Históricas de Portugal". In C & M, Cidades e Municípios. Ano XII, Nº 35 (15-09 a 15-10-2000).
- [S.A.] (2001a, 11 de junho). "Bragança: Dois milhões de contos para reabilitar 19 aldeias". *Espigueiro*. Disponível em: <http://www.espigueiro.pt> [acedido em outubro de 2012]
- [S.A.] (2001b, 11 de junho). "Viver na aldeia como na cidade: 19 aldeias da terra Quente vão ser reabilitadas". *Diário de Trás-os-Montes*. Disponível em: <http://www.diariodetrasosmontes.com> [acedido em fevereiro de 2008]
- [S.A.] (2003a, outubro). "Projecto Valmont: Intervir nas Aldeias de Montanha". *Ponte de Lima Boletim Municipal*. Ano VII, N.º 17, pp. 26-28.
- [S.A.] (2003b, outubro/novembro/dezembro). "Afirmar uma identidade: Programa das Aldeias do Xisto". *Aldeias do Xisto*. Coimbra: CCDD Centro. N.º 1, pp. 2-3.
- [S.A.] (2004a). "Aldeas Históricas de Portugal". In ESPAÑA. Subdirección General de Cooperación y Coordinación Turística. *Buenas Prácticas de Gestión de Turismo Cultural: 11 Experiencias Iberoamericanas* (pp. 96-103). Madrid: Centro de Publicaciones del Ministerio de Industria, Turismo y Comercio.
- [S.A.] (2004b). "Gestaltqueva recupera 18 aldeias turísticas" [Em linha]. Disponível em: http://www.aecops.pt/pls/daecops2/pnews.build_page?text=12384850 [acedido em dezembro de 2008]
- [S.A.] (2004c, 6 de maio). "Projecto 'Aldeias de Quarta Geração' parado". *Espigueiro*. Disponível em: <http://www.espigueiro.pt> [acedido em fevereiro de 2009] S.A., 2004c
- [S.A.] (2004d, 8 de setembro). "'Portas da Terra Quente' tem execução aprovada". Disponível em: www.ccr-n.pt/pt/noticias/detalhes.php?id=116 [acedido em outubro de 2012] S.A., 2004d
- [S.A.] (2006a). "'Aldeias do Côa': Avançam projectos de intervenção" [Em linha]. Disponível em: www.portugalcentro.pt/noticias/imprime_noticia.php?canal=1&id=5818 [acedido em outubro de 2012]
- [S.A.] (2006b). "Aldeias Vinhateiras do Douro". In *AIBT Douro News*. N.º 2, fevereiro de 2006. [Vila Real]: EAT Douro / CCRN
- [S.A.] (2006c). "Arte sacra das Aldeias Vinhateiras". In *AIBT Douro News*. N.º 12, dezembro de 2006. [Vila Real]: EAT Douro / CCRN
- [S.A.] (2006d). "Portas da Terra Quente Transmontana". In *AIBT Douro News*. N.º 4, abril de 2006. [Vila Real]: EAT Douro / CCRN
- [S.A.] (2007a). "Festival Aldeias Vinhateiras". In *AIBT Douro News*. N.º 18, junho de 2007. [Vila Real]: EAT Douro / CCRN

- [S.A.] (2007b). "Mosteiro de Santa Maria de Salzedas". In *AIBT Douro News*. N.º 13, janeiro de 2007. [Vila Real]: EAT Douro / CCRN
- [S.A.] (2007c). "Provesende ... pela mão de Siza Vieira". In *AIBT Douro News*. N.º 19, julho de 2007. [Vila Real]: EAT Douro / CCRN
- [S.A.] (2007d). "Ucanha – enquadramento histórico". In *AIBT Douro News*. N.º 15, março de 2007. [Vila Real]: EAT Douro / CCRN
- [S.A.] (2008a). "Aldeia Vinhateira de Provesende". In *Sabrosa Informação*. Sabrosa: Câmara Municipal. N.º 2, setembro/outubro de 2008, pp. 20-24.
- [S.A.] (2008b). "Aldeias Vinhateiras". In *AIBT Douro News*. N.º 27, março de 2008. [Vila Real]: EAT Douro / CCRN
- [S.A.] (2008c). "Aldeias Vinhateiras". In *AIBT Douro News*. N.º 30, junho de 2008. [Vila Real]: EAT Douro / CCRN
- [S.A.] (2008d). "Gabinete Técnico Local (colaboração na execução das obras da aldeia Vinhateira de Provesende)". In *Sabrosa Informação*. Sabrosa: Câmara Municipal. N.º 2, setembro/outubro de 2008, pp. 18-19.
- [S.A.] (2009a). "Cogula: um ponto de receção do Côa" [Em linha]. Disponível em: www.cafeportugal.net [acedido em outubro de 2012]
- [S.A.] (2009b, 27 de junho). "Investimento de 600 milhões de euros para criar projecto 'rural chique' em Alcácer do Sal". *Jornal Público*. Disponível em: <http://www.publico.pt/local-lisboa/jornal/investimento-de-600-milhoes-de-euros-para-criar-projecto-rural-chique-em-alcacer-do-sal-311579#l0> [acedido em: 10-02-2014]
- [S.A.] (2011a). "Há três novas Aldeias do Xisto para descobrir". Disponível em: http://fugas.publico.pt/Noticias/285855_ha-tres-novas-aldeias-do-xisto-para-descobrir. [acedido em julho de 2011]
- [S.A.] (2011b). "Seia desenvolve 'Turismo solidário' nas aldeias de montanha" [Em linha]. Disponível em: www.cafeportugal.net. [acedido em abril de 2011]
- [S.A.] (2012a). "Lousã - Associação reivindica melhores acessos às povoações da rede das Aldeias do Xisto" [Em linha]. Disponível em: www.cafeportugal.net [acedido em setembro de 2012]
- [S.A.] (2012b). "Recomendações para a UNESCO". In NASCIMENTO JUNIOR, José, TRAMPE, Alan, & SANTOS, Paula Assunção dos (org.). *Mesa redonda sobre la importancia y el desarrollo de los museos en el mundo contemporáneo: Mesa Redonda de Santiago de Chile, 1972* (Vol. I, pp. 115). Brasília: Instituto Brasileiro dos Museus / Programa Iberoamericanos. (Documento original publicado em 1972)
- [S.A.] (2013a). "Constituída oficialmente a WINEVILLAGESWVAD – Associação de Desenvolvimento da Rede de Aldeias Vinhateiras do Douro". Disponível em: <http://www.cm-tarouca.pt/noticias/314-constituída-oficialmente-a-winevillageswvad-associacao-de-desenvolvimento-da-rede-de-aldeias-vinhateiras-do-douro> [acedido em junho de 2016]
- [S.A.] (2013b). "Criada Associação para a gestão e dinamização das Aldeias Vinhateiras do Douro". In *local.pt* [Em linha]. Publicado em 20 de Março de 2013. Disponível em: <http://local.pt/portugal/norte/criada-associacao-para-a-gestao-e-dinamizacao-das-aldeias-vinhateiras-do-douro/> [acedido em fevereiro de 2014]
- [S.A.] (2013c). "Projeto 'Aldeias Ribeirinhas' apresenta soluções para desenvolvimento da região [c/ áudio]". [Em linha]. Disponível em: <http://www.radiocampanario.com/r/index.php/regional/1871-projeto-aldeias-ribeirinhas-apresenta-solucoes-para-desenvolvimento-da-regiao> [acedido em dezembro de 2014]
- [S.A.] (2014a). "Projecto 'Aldeias Ribeirinhas de Alqueva' apresenta resultados - 15 jovens recém licenciados vão continuar no terreno". Disponível em: <http://www.agroportal.pt/agronoticias/2014/01/22f.htm#.VlyNTyusWSo> [acedido em dezembro de 2014]
- [S.A.] (2014b, 8 de fevereiro). "Portugal tem aldeias abandonadas, castelos e ilhas à espera de investimento". *SIC Notícias*. Disponível em: <http://sicnoticias.sapo.pt/pais/2014-02-08-portugal-tem-aldeias-abandonadas-castelos-e-ilhas-a-espera-de-investimento> [acedido em dezembro de 2014]
- [S.A.] (2016). "Portugal: há 677 aldeias e lugares em perigo de despovoamento". *Greensavers*. Disponível em: <http://greensavers.sapo.pt/2016/01/06/portugalha677aldeiaslugaresemperigodedespovoamento/> [acedido em junho 2016]
- [S.A.] [s.d.a]. "Deveria ser criado o Programa das Vilas Históricas de Portugal, onde Almeida, Trancoso e Belmonte fossem parte integrante" [Entrevista a Augusto Moutinho Borges]. In www.jornalaguarda.com [acedido em agosto de 2008]
- [S.A.] [s.d.b]. "Localidades da região querem ser aldeias históricas" [Em linha]. Disponível em: <http://www.leirianet.pt/leiria/noticia.php3?ind=1031>.
- AA. VV. (1948a). *1.º Congresso Nacional de Arquitectura: Relatório da Comissão Executiva, Teses, Conclusões e Votos do Congresso*. Lisboa: Gráfica Santelmo.
- AA. VV. (1948b). "Conclusões e votos do Congresso". In *1.º Congresso Nacional de Arquitectura: Relatório da Comissão Executiva, Teses, Conclusões e Votos do Congresso* (pp. LIX-LXVI). Lisboa: Gráfica Santelmo.
- AA. VV. (1949, agosto/setembro). "Exposição dos arquitectos do Porto ao Presidente da Câmara Municipal do Porto". *Arquitectura: revista de arte e construção* Lisboa: ICAT. Ano XXII, 2.ª Série, N.º 32, pp. 2-3.
- AA. VV. (1962). *Doutrina Social Agrária: Textos Pontifícios, Leão XIII, S. Pio X, Pio XI, Pio XII, João XXIII*. Lisboa: Junta de Colonização.
- AA. VV. (2000). *Arquitectura Popular dos Açores*. Lisboa: Ordem dos Arquitectos.
- AA. VV. (2002). *Tradicional Mediterranean Architecture*. Avignon: Ecole d'Avignon for the CORPUS Levant Team. Disponível na Internet: <http://www.meda-corpus.net/eng/index.asp?op=40202000> [acedido em agosto de 2016]
- AA. VV. (2004a). *Architecture Traditionnelle Libanaise Avignon*: Ecole d'Avignon par l'Équipe CORPUS Levant. Disponível na Internet: <http://www.meda-corpus.net/eng/index.asp?op=40202000> [acedido em agosto 2016]
- AA. VV. (2004b). *Arquitectura Popular em Portugal* (4.ª ed). Lisboa: Ordem dos Arquitectos. 2 vol. (Obra original publicada em 1961)
- AA. VV. (2004c). *Património Rural Construído do Baixo Guadiana*. Castro Marim: Associação Odiana.
- AA. VV. (2004d). *Tradicional Syrian Architecture*. Avignon: Ecole d'Avignon for the CORPUS Levant Team, 2004. Disponível na Internet: <http://www.meda-corpus.net/eng/index.asp?op=40202000> [acedido em agosto de 2016]
- ACCIAIUOLI, Margarida (1990, dezembro). "A Exposição de 1940: ideias, críticas e vivências". *Colóquio. Artes*. Lisboa. N.º 87, pp. 18-25.
- ACCIAIUOLI, Margarida (1998). *Exposições do Estado Novo: 1934-1940*. Lisboa: Horizonte
- ACCIAIUOLI, Margarida (2013). *António Ferro – A Vertigem da Palavra*. Lisboa: Editorial Bizâncio.

- AÇORES. Direcção Regional de Estudos e Planeamento (2002a). *PRODESA - Programa Operacional para o Desenvolvimento Económico e Social dos Açores 2000-2006*. [Angra do Heroísmo: DREPA]
- AÇORES. Direcção Regional de Estudos e Planeamento [2002b]. *PRODESA - Programa Operacional Regional dos Açores 2000-2006* (Complemento de Programação) [Angra do Heroísmo: DREPA]
- AÇORES. Direcção Regional de Estudos e Planeamento (2003). *PEDRAA II – Programa Específico de Desenvolvimento da Região Autónoma dos Açores. Relatório Final* (Vol. I). [Angra do Heroísmo: DREPA]
- AÇORES. Direcção Regional de Estudos e Planeamento (2005). *PRODESA - Programa Operacional para o Desenvolvimento Económico e Social dos Açores 2000-2006* (Complementos de Programação, dezembro 2005). [Angra do Heroísmo: DREPA]
- AÇORES. Direcção Regional do Planeamento e Fundos Estruturais (2010a). *PRODESA - Programa Operacional para o Desenvolvimento Económico e Social dos Açores 2000-2006* (Relatório Final de Execução, maio 2010). [Angra do Heroísmo: DRPFE]
- AÇORES. Direcção Regional do Planeamento e Fundos Estruturais (2010b). *PRODESA - Programa Operacional para o Desenvolvimento Económico e Social dos Açores 2000-2006* (Relatório Final de Execução, Vol. 2 – Componentes, maio 2010). [Angra do Heroísmo: DRPFE]
- AÇORES. Direcção Regional do Planeamento e Fundos Estruturais (2010c). *PRODESA - Programa Operacional para o Desenvolvimento Económico e Social dos Açores 2000-2006* (Relatório Final de Execução, Vol. 3 – Anexos, maio 2010). [Angra do Heroísmo: DRPFE]
- AÇORES. Direcção Regional do Planeamento e Fundos Estruturais (2010d). *PRODESA - Programa Operacional para o Desenvolvimento Económico e Social dos Açores 2000-2006* (Adenda, setembro 2010). [Angra do Heroísmo: DRPFE]
- AÇORES. Região Autónoma [1989]. *Programa Específico de Desenvolvimento da Região Autónoma dos Açores*. [Ponta Delgada]: RAA.
- ADRIL - Associação de Desenvolvimento Rural Integrado do Vale do Lima [2001a]. *Requalificação de Cabração para Turismo de Aldeia. Dossier de candidatura à Medida Agris II*. [Ponte de Lima]: ADRIIL. Disponível em: <http://www.adril.pt/ver.php?cod=oD> [acedido em setembro de 2012]
- ADRIL - Associação de Desenvolvimento Rural Integrado do Vale do Lima [2001b]. *Requalificação de Germil para Turismo de Aldeia. Dossier de candidatura à Medida Agris II*. [Ponte de Lima]: ADRIIL. Disponível em: <http://www.adril.pt/ver.php?cod=oD> [acedido em setembro de 2012]
- ADRIL - Associação de Desenvolvimento Rural Integrado do Vale do Lima [2001c]. *Requalificação de Lindoso para Turismo de Aldeia. Dossier de candidatura à Medida Agris I*. [Ponte de Lima]: ADRIIL. Disponível em: <http://www.adril.pt/ver.php?cod=oD> [acedido em setembro de 2012]
- ADRIL - Associação de Desenvolvimento Rural Integrado do Vale do Lima [2001d]. *Requalificação de Moreira de Geraz do Lima para Turismo de Aldeia. Dossier de candidatura à Medida Agris I*. [Ponte de Lima]: ADRIIL. Disponível em: <http://www.adril.pt/ver.php?cod=oD> [acedido em setembro de 2012]
- ADRIL - Associação de Desenvolvimento Rural Integrado do Vale do Lima [2001e]. *Requalificação de S. Lourenço da Montaria para Turismo de Aldeia. Dossier de candidatura à Medida Agris II*. [Ponte de Lima]: ADRIIL. Disponível em: <http://www.adril.pt/ver.php?cod=oD> [acedido em setembro de 2012]
- ADRIL - Associação de Desenvolvimento Rural Integrado do Vale do Lima [2001f]. *Requalificação de Vilar do Monte para Turismo de Aldeia. Dossier de candidatura à Medida Agris I*. [Ponte de Lima]: ADRIIL. Disponível em: <http://www.adril.pt/ver.php?cod=oD> [acedido em setembro de 2012]
- ADRIMAG / CMA (2007). "Meitriz na rota das 'Aldeias de Portugal'". [Em linha] Disponível em: www.arouca.biz [acedido em junho de 2009]
- ADRIMINHO - Associação de Desenvolvimento Rural Integrado do Vale do Minho (2013). *Guia das Aldeias do Vale do Minho*. [S.l.]: ADRIMINHO
- ADXTUR (2009). *EEC Rede das Aldeias do Xisto: Candidatura PROVERE*. [S.l.]: ADXTUR.
- ADXTUR [s.d.]. "Aldeias do Xisto – Social Label." In *Territórios de Baixa Densidade – Oportunidades de Desenvolvimento*, Vila Nova de Foz Côa, s.d. [documento em formato ppt]
- AFONSO, José (2013). [Entrevista gravada]. Documento em áudio.
- AGENDA 21 Local de Seia [s.d.]. "Rede de Aldeias de Montanha" [Em linha]. Disponível em: agenda21seia.wordpress.com/seja-sustentavel/rede-de-aldeias-de-montanha/ [acedido em outubro de 2012]
- AGUIAR, José (2000). "A experiência de reabilitação urbana do GTL de Guimarães: estratégia, método e algumas questões disciplinares". *Dossier de Candidatura de Guimarães a Património Mundial*.
- AGUIAR, José (2002). *Cor e cidade histórica. Estudos cromáticos e conservação do património*. Porto: FAUP.
- AGUIAR, José, RIBEIRO, Vítor, & COSTA, Miguel Reimão (2015, dezembro). "O pioneirismo de Cabeça Padrão na salvaguarda do património e imagem urbana histórica do Algarve". *Revista Património*. Lisboa: Direcção-Geral do Património Cultural. N.º 3, pp. 70-81.
- ALBINO, Henrique (1954). *Boalhosa: projecto do casal-tipo*. Lisboa: JCI.
- Aldeias de Xisto – Álvaro. Programa Rede Aldeias do Xisto* [Em linha]. Disponível em: <http://www.cm-oleiros.pt/conteudos/aldeias-xisto-alvaro.php?header=infra-estruturas>. [acedido em setembro de 2009]
- Aldeias do Xisto - Sobre nós...* [Em linha]. Disponível em: <http://www.aldeiasdoxisto.pt/sobreoprojecto/9/5/35>. [acedido em fevereiro de 2009.]
- Aldeias do Xisto* (2003). Revista de acompanhamento do "Programa das Aldeias do Xisto" da Acção Integrada de Base Territorial do Pinhal Interior do Programa Operacional da Região Centro. Coimbra: CCDR Centro. N.º 1, outubro/novembro/dezembro 2003. 32 p.
- Aldeias do Xisto* (2004a). Revista de acompanhamento do "Programa das Aldeias do Xisto" da Acção Integrada de Base Territorial do Pinhal Interior do Programa Operacional da Região Centro. Coimbra: CCDR Centro. N.º 2, janeiro/fevereiro/março 2004. 36 p.
- Aldeias do Xisto* (2004b). Revista de acompanhamento do "Programa das Aldeias do Xisto" da Acção Integrada de Base Territorial do Pinhal Interior do Programa Operacional da Região Centro. Coimbra: CCDR Centro. N.º3, abril/maio/junho 2004. 36 p.

Aldeias do Xisto (2004c). Revista de acompanhamento do "Programa das Aldeias do Xisto" da Acção Integrada de Base Territorial do Pinhal Interior do Programa Operacional da Região Centro. Coimbra: CCDR Centro. Nº 4, julho/agosto/setembro 2004. 36 p.

Aldeias do Xisto (2004d). Revista de acompanhamento do "Programa das Aldeias do Xisto" da Acção Integrada de Base Territorial do Pinhal Interior do Programa Operacional da Região Centro. Coimbra: CCDR Centro. Nº 5, outubro/novembro/dezembro 2004. 36 p.

Aldeias do Xisto (2005). Fundão: Pinus Verde Associação de Desenvolvimento. Nº 1, Série II (Outono/Inverno 2005).

Aldeias do Xisto (2006). Fundão: Pinus Verde Associação de Desenvolvimento. Nº 3, Série II (Verão 2006).

ALEIXO, Sofia (coord.) (2001). *Programa de valorização territorial Castelos do Alentejo*. [s.l.]: GTL

ALENTEJO. Comissão de Coordenação da Região (1988). *Operação Integrada de Desenvolvimento do Norte Alentejano*. Évora: CCRA.

ALENTEJO. Comissão de Coordenação da Região [1990a]. *Operação Integrada de Desenvolvimento/Programa Operacional para a Zona dos Mármore 1990-1993*. Évora: CCRA.

ALENTEJO. Comissão de Coordenação da Região [1990b]. *Programa Operacional para a Zona entre Mira e Guadiana 1990-1993*. Évora: CCRA.

ALENTEJO. Comissão de Coordenação da Região (1990c). *Programa Operacional para o Centro e Baixo Alentejo 1990-1993*. Évora: CCRA.

ALENTEJO. Comissão de Coordenação da Região (1990d). *Programa Operacional para o Litoral Alentejano 1990-1993*. Évora: CCRA.

ALENTEJO. Comissão de Coordenação da Região (1999). *Projecto Aldeia. Documento de Trabalho* [Documento policopiado]. Évora: CCRA.

ALENTEJO. Comissão de Coordenação da Região (2000a). *PORA - Programa Operacional Regional do Alentejo 2000-2006*. [Évora]: CCRA.

ALENTEJO. Comissão de Coordenação da Região (2000b). *PORA - Programa Operacional Regional do Alentejo 2000-2006* (Complemento). [Évora]: CCRA.

ALENTEJO. Comissão de Coordenação da Região (2001). *Programa de valorização territorial áreas rurais: Alentejo valorização de espaços urbanos nas sedes de concelho. Aldeia do Castelo e Património, Aldeia de Água, Aldeia de Tradição, Aldeias de Mina*. [Évora]: CCRA

ALENTEJO. Comissão de Coordenação da Região [2002a]. *PEDIZA (Vertente FEDER) - Relatório Final*. [Évora: CCRA]

ALENTEJO. Comissão de Coordenação da Região [2002b]. *PORA – Programa Operacional Regional do Alentejo 1994-1999* (Relatório de Execução Final) [Évora: CCRA]

ALENTEJO. Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional [2004]. *PORA - Programa Operacional Regional do Alentejo 2000-2006* (Complemento de Programação) [Évora: CCDRA]

ALENTEJO. Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional (2006). *PORA - Programa Operacional Regional do Alentejo 2000-2006* (Relatório Anual de Execução 2006, Anexos). [Évora: CCDRA]

ALENTEJO. Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional (2010a). *PORA - Programa Operacional Regional do Alentejo 2000-2006* (Relatório Final de Execução, julho 2010). [Évora: CCDRA]

ALENTEJO. Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional (2010b). *PORA - Programa Operacional Regional do Alentejo 2000-2006* (Relatório Final de Execução, Anexos, julho de 2010). [Évora]: CCRA.

ALENTEJO. Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional (2010c). *PORA - Programa Operacional Regional do Alentejo 2000-2006* (Relatório Final de Execução, Adenda, setembro 2010). [Évora: CCDRA]

ALGARVE. Comissão de Coordenação da Região (1990a). *Programa Operacional Plurifundos do Barlavento Algarvio. Candidatura de programa a financiamento pela comissão das Comunidades Europeias*. Faro: CCRAlg.

ALGARVE. Comissão de Coordenação da Região (1990b). *Programa Operacional Plurifundos do Sotavento Algarvio. Candidatura de programa a financiamento pela comissão das Comunidades Europeias*. Faro: CCRAlg

ALGARVE. Comissão de Coordenação da Região (2000). *PROAlgarve - Programa Operacional do Algarve 2000-2006*. Faro: CCRAlg]

ALGARVE. Comissão de Coordenação da Região [2001a]. *Aldeias do Algarve: Contrato-programa de cooperação técnica e financeira entre o Ministério do Planeamento, através da Comissão de Coordenação da Região do Algarve e os municípios de Alcoutim, de Castro Marim, de Tavira e de Vila Real de Santo António*. [Documento de policopiado].

ALGARVE. Comissão de Coordenação da Região [2001b]. *Aldeias do Algarve: Equipas para a elaboração dos planos de intervenção [Sotavento]* [s.d.] [documento de trabalho]

ALGARVE. Comissão de Coordenação da Região [2001c]. *Aldeias do Algarve: Esquema base para a elaboração do plano de intervenção* [documento de trabalho].

ALGARVE. Comissão de Coordenação da Região [2001d]. *Aldeias do Algarve: Metodologia de preparação do Plano de acção da A.I.B.T. Baixas Densidades* [documento de trabalho]

ALGARVE. Comissão de Coordenação da Região [2001e]. *Aldeias do Algarve: Plano de Intervenção - Metodologia* [documento de trabalho]

ALGARVE. Comissão de Coordenação da Região (2001f). *Odiana Centros Rurais. Programa de Promoção do Potencial de Desenvolvimento Regional*. Faro: CCRAlg

ALGARVE. Comissão de Coordenação da Região [2001g]. *PROALGARVE - Programa Operacional do Algarve 2000-2006* (Complemento de Programação) [Faro: CCRAlg]

ALGARVE. Comissão de Coordenação da Região (2001h). *Programa de Revitalização das Aldeias do Algarve*. Faro: CCRAlg.

ALGARVE. Comissão de Coordenação da Região (2002). *PROA – Programa Operacional do Algarve* (Relatório Final de Execução 1994-2001, abril 2002). [Faro: CCRAlg]

ALGARVE. Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional (2005a). *Festa da Gastronomia e das Receitas Típicas das Aldeias do Algarve*. Faro: CCDRALgarve.

ALGARVE. Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional (2005b). *PROALGARVE - Programa Operacional do Algarve 2000-2006* (Revisão Intercalar 2004, Complemento de Programação, julho 2005). [Faro: CCRAlg]

ALGARVE. Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional [2010a]. *PROALGARVE - Programa Operacional do Algarve 2000-2006* (Relatório Final de Execução, julho 2010). [Faro: CCRAlg]

- ALGARVE. Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional] (2010b). *PROALGARVE - Programa Operacional do Algarve 2000-2006* (Relatório Final de Execução, Adenda, setembro 2010). [Faro: CCRAIlg]
- ALMEIDA, Patrícia Beirão da Veiga Bento d' (2013). *Bairro(s) do Restelo. Panorama Urbanístico e Arquitectónico* (Vol. 2). Tese de Doutoramento em História da Arte Contemporânea. Lisboa: Universidade Nova.
- ALMEIDA, Patrícia Cruz (2006). "ESEC – À descoberta das Aldeias do Xisto" [Em linha]. Disponível em: www.asbeiras.pt [acedido em fevereiro de 2008]
- ALMEIDA, Pedro Vieira de (1997). "Arquitectura e Poder: Representação Nacional". In BECKER, Annette, TOSTÕES, Ana, & WANG, Wilfried (org.) *Arquitectura do Século XX: Portugal* (pp. 92-97). München-New York/Frankfurt am Main/Lisboa: Prestel/Deutsches Architektur Museum/Portugal-Frankfurt97-Centro Cultural de Belém.
- ALMEIDA, Pedro Vieira de, & FERNANDES, José Manuel (1986). "A Arquitectura Moderna". *História da Arte em Portugal* (Vol. 14, pp. 105-157). Lisboa: Publicações Alfa.
- ALMEIDA, Sónia Vespereira de (2007, maio). "'A caminhada até às aldeias': A ruralidade na transição para a democracia em Portugal". *Etnográfica*. Lisboa: FCSH-UL, CEAS/CRIA. Vol. 11, N.º 1, pp. 115-139.
- ALVES, João Emílio (2002). *Património rural e desenvolvimento: do discurso institucional às dinâmicas locais. O Programa de Revitalização das Aldeias e Vilas Históricas da Região Alentejo*. Dissertação de Mestrado. Lisboa: ISCTE, Departamento de Sociologia.
- ALVES, João Emílio (2004a). "As 'aldeias históricas' entendidas como 'património rural': Relação entre o discurso institucional e as dinâmicas locais a propósito de uma experiência no Alentejo". In *Actas dos ateliers do V Congresso Português de Sociologia* (pp. 59-67). Braga: [s.n.]. Disponível em: http://www.aps.pt/cms/docs_prv/docs/DPR46of8f31ecd21_1.pdf. [acedido em fevereiro de 2008]
- ALVES, João Emílio (2004b). "Património rural, turismo e desenvolvimento local: As 'aldeias históricas' como produto turístico". In *Revista Aprender*. Portalegre: Escola Superior de Educação. Nº 29, dezembro 2004, pp. 80-96
- ALVES, Vera Marques (1997). "Os etnógrafos locais e o Secretariado da Propaganda Nacional. Um estudo de caso". *Etnográfica*. Lisboa: Centro de Estudos de Antropologia Social. Vol. 1, N.º 2, pp. 237-257.
- AMARAL, Francisco Keil do (1961, 23 de fevereiro). "Nuvens negras sobre o futuro do Algarve". *Diário de Lisboa*, pp. 1 e 11.
- AMARAL, Keil do (1947, abril). "Uma iniciativa necessária". *Revista Arquitectura: revista de arte e construção*. Ano XIX, 2ª Série, N.º 14, pp. 12-13.
- AMARAL, Luciano (1994). "Portugal e o passado: política agrária, grupos de pressão e evolução da agricultura portuguesa durante o Estado Novo (1950-1973)". *Análise Social*. Ano XXIX, Vol. 4, N.º 128, pp. 889-906.
- ANDERSON, Benedict (2006). *Imagined Communities. Reflections on the Origin and Spread of Nationalism* (Rev. edition). London and New York: Verso. (Obra original publicada em 1983)
- ANDRADE, Guilherme Rebello de (1996). "Ante-Projecto do Plano Geral de Tipos-Regionaes de Escolas Primárias Oficiais a Construir em Série – Memória". In BEJA, Filomena, Serra, Júlia, MACHÁS, Estella, & SALDANHA, Isabel. *Muitos Anos de Escolas. Volume II: Anos 40-Anos 70* (pp. 317-324). Lisboa: Ministério da Educação/Departamento de Gestão de Recursos Educativos. (Documento original datado de 1933)
- ANOP (2006). "ANOP promove Aldeias Vivas" [Em linha]. Disponível em: <http://www.anop.com.pt/destaques2.asp?id=25> [acedido em fevereiro de 2008]
- Anterior Regulamento – 1986 a 1988* [Em linha]. Disponível em: <http://www.ifdr.pt/content.aspx?menuid=25> [acedido em novembro de 2011]
- APELO DE GRANADA sobre a Arquitectura Rural e o Ordenamento do Território (2004). Conselho da Europa, Granada, 2 de novembro de 1977. In LOPES, Flávio, & CORREIA, Miguel Brito. *Património Arquitectónico e Arqueológico. Cartas, Recomendações e Convenções Internacionais* (pp. 189-193). Lisboa: Livros Horizonte. (Documento original publicado em 1977)
- APPADURAI, Arjun (2004). *Dimensões Culturais da Globalização. A modernidade sem peias*. Trad. de Telma Costa; Rev. científica de Conceição Moreira. Lisboa: Editorial Teorema. (Obra original publicada em 1996)
- Apresentação 'Aldeias Serranas'* [Em linha]. Disponível em <http://www.cm-lousa.pt/serra/apresentacao.html> [acedido em outubro de 2009]
- APTERN – Associação Portuguesa de Turismo em Espaços Rurais e Naturais (2011). "Aldeias de Montanha" [Em linha]. Disponível em: aptern.blogspot.pt/2011/03/aldeias-da-montanha.html. [acedido em outubro de 2012]
- ARAGON. Presidencia de la Diputación General de Aragón (1997, 12 de dezembro). *Ley 12/1997, de 3 de diciembre, reguladora de los Parques Culturales de Aragón*. BOA, N.º 142. Disponível em: <http://noticias.juridicas.com/> [acedido em abril de 2016]
- ARAÚJO, Arnaldo (1957). *Formas do habitat rural - Norte de Bragança: contribuição para a estrutura da comunidade*. CODA - Concurso para a Obtenção do Diploma de Arquitecto. Porto: Escola Superior de Belas.
- ARAÚJO, Arnaldo (1963). "Recuperação das aldeias do concelho de Bragança". *HE – Habitações Económicas*. Colectânea de estudos de habitação, publicação de circulação restrita. [Lisboa:] Habitações Económicas / Federação de Caixas de Previdência (HE/FCP). Ano 1, N.º 4.
- ARGANIL. Câmara Municipal (2002). "Benfeita: Plano da Aldeia" [Em linha]. Disponível em: <http://benfeita.planetaclix.pt/plano.htm> [acedido em janeiro de 2008]
- ARQUIPÉLAGO ARQUITECTOS, Lda, coord. (2006). *Do Inquérito (Arquitectura Popular em Portugal / 1957) aos projectos e obras de Alfredo da Matta Antunes*. Beja: Núcleo do Baixo Alentejo da Ordem dos Arquitectos.
- ATA - Associação de Turismo de Aldeia (2014). *Aldeias - Norte de Portugal*. Guimarães: Turismo do Porto e Norte de Portugal.
- ATELIER 15 (2002). "Notas sobre a intervenção em Idanha-a-Velha". *Património Estudos*. Lisboa: IPPAR. N.º 2, pp. 164-181.
- AZEVEDO, Cristina de (2010). "Novas Marcas do Território: as Aldeias Vinhateiras do Douro e a Rota do Românico do Vale do Sousa". In *Cerimónia de Encerramento do ON – Operação Norte*, Porto, 9 de fevereiro de 2010. [documento em formato ppt]
- BALABANIAN, Olivier (1999). "Le tourisme vert: défi ou utopie ?" In CAVACO, Carminda (coord.). *Desenvolvimento rural: desafio e utopia* (pp. 255-261). Lisboa: Centro de Estudos Geográficos, Universidade de Lisboa.

- BANDEIRINHA, José António (1996). *Quinas vivas: memória descritiva de alguns episódios significativos do conflito entre fazer moderno e fazer nacional na arquitectura portuguesa dos anos 40* (2ª ed.). Porto: FAUP.
- BANDEIRINHA, José António (2004). "Arquitectura Moderna. O Grau Zero da Memória". In TOSTÕES, Ana (coord. científica). *Arquitectura Moderna Portuguesa 1920-1970: um património para conhecer e salvaguardar* (pp. 23-37). Lisboa: MC/IPPAP.
- BANDEIRINHA, José António (2007). *O Processo SAAL e a Arquitectura no 25 de Abril de 1974*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.
- BAPTISTA, Fernando Oliveira (1978). *Dos projectos de colonização interna ao capitalismo agrário: anos trinta – 1974*. Separata do Boletim da Faculdade de Direito, supl. 21. Coimbra: [s.n.].
- BAPTISTA, Fernando Oliveira (1981, dezembro). "Pequena Agricultura: Economia Agrária e Política Agrária (anos trinta-1974)". *Revista Crítica de Ciências Sociais*, N.º 7/8 (A pequena agricultura em Portugal), pp. 59-80.
- BAPTISTA, Fernando Oliveira (1993). *A política agrária do Estado Novo*. Porto: Edições Afrontamento.
- BAPTISTA, Jacinto (1997). "À procura do espírito na 'política do espírito' do Estado Novo". In MEDINA, João (dir.). *História de Portugal. Dos tempos pré-históricos aos nossos dias* (Vol. XIII: O "Estado Novo" - II. Opressão e resistência, pp. 63-102.). Amadora: Clube Internacional do Livro.
- BAPTISTA, Luís V. (1996). "Os bairros sociais da 1ª República enquanto objectos físicos de interesse social: a sua (re)apropriação ideológica no discurso moralizador do Estado Novo". In *Actas do III Congresso Português de Sociologia - Práticas e processos da Mudança Social*. Lisboa: Associação Portuguesa de Sociologia, Celta Editora. Disponível em: http://www.aps.pt/cms/docs_prv/docs/DPR492abe2930d4d_1.pdf [acedido em outubro de 2015]
- BARAHONA, António Carlos Freitas Champalimaud de Aboim (1996). *A recuperação de aldeias históricas e a qualidade ambiental*. Dissertação para Mestrado em Tecnologia da Arquitectura e Qualidade Ambiental apresentada à Faculdade de Arquitectura da Universidade Técnica de Lisboa.
- BARDET, Gaston (1961, janeiro). "As aldeias-centros: pontos de apoio da estrutura rural renovada". *Binário: arquitectura, construção, equipamento*. N.º 28, pp. 14-24.
- BARLET, Jacques & AUSEMS, Egbert, ed.s [1975]. *Un avenir pour notre passé: patrimoine architectural européen*. Liège: Conseil de l'Europe, Direction de l'Environnement et des Pouvoirs Locaux.
- BARROS, Geraldo (2004). "As 'Aldeias do Xisto': Uma identidade partilhada" [Em linha]. Disponível em: <http://www.cm-lousa.pt/biblioteca/aldeiasxisto.htm> [acedido em janeiro de 2008]
- BARROS, Henrique de (1948). *Inquérito à Habitação Rural* (Vol. 2.). [S.l.: s.n.].
- BARROS, M. S. (2004). "Provesende: identidade de uma aldeia vinhateira". In *Douro: Estudos & Documentos*. Porto: GEHVID - Grupo de Estudos de História da Viticultura Duriense e do Vinho do Porto/FLUP. Ano 10, nº 19, 2005. pp. 87-107. Disponível em: <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/9716.pdf> [acedido em agosto de 2012]
- BÁRTOLO, Carlos Humberto Mateus de Sousa (1998). *Desenho de Equipamento no Estado Novo. As estações de Correio do Plano Geral de Edificações*. Dissertação de Mestrado em Design Industrial. Porto: Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto. 2 vol.
- BASTO, E. A. Lima, & BARROS, Henrique de (1943). *Inquérito à Habitação Rural* (Vol. 1). [S.l.: s.n.].
- BASTOS, Cristiana (1993). *Os Montes do Nordeste Algarvio*. Lisboa: Edições Cosmos
- BATISTA, Teresa (2008). "Projectos unem Bragança e Zamora" [Em linha]. Disponível em: <http://www.jornalnordeste.com/> [acedido em janeiro de 2009]
- BAUDRILLARD, Jean (1991). *Simulacros e Simulação*. Trad. por M. J. da Costa Pereira. Lisboa: Relógio d'Água. (Obra original publicada em 1981)
- BAYERN [s.d.]. *Maßnahmen der Dorferneuerung – Höhe der Förderung*. [Em linha] Disponível em: <https://www.verkuendung-bayern.de/> [acedido em abril de 2016]
- BAYERN. Bayerischen Staatsministeriums für Ernährung, Landwirtschaft und Forsten (2009). *Dorferneuerungsrichtlinien zum Vollzug des Bayerischen Dorfentwicklungsprogramms*. [Em linha] Disponível em: <https://www.verkuendung-bayern.de/> [acedido em abril de 2016]
- BEIRALUSA – Agência de Desenvolvimento Regional da Beira Interior (2000). *O programa de recuperação das aldeias históricas de Portugal: projecto-piloto*. [S.l.]: Beiralusa.
- BEJA, Filomena, SERRA, Júlia, MACHÁS, Estella, & SALDANHA, Isabel (1990). *Muitos Anos de Escolas. Volume I: Ensino Primário 1941*. Lisboa: Ministério da Educação/Departamento de Gestão de Recursos Educativos.
- BEJA, Filomena, SERRA, Júlia, MACHÁS, Estella, & SALDANHA, Isabel (1996). *Muitos Anos de Escolas. Volume II: Anos 40-Anos 70*. Lisboa: Ministério da Educação/Departamento de Gestão de Recursos Educativos.
- BELMONTE. Associação de Desenvolvimento Turístico das Aldeias Históricas de Portugal (2009). *'Rede das Aldeias Históricas de Portugal'. Estratégia de eficiência colectiva e plano de acção. Provere: Programa de Valorização Económica de Recursos Endógenos. Janeiro de 2009*. [S.l.]: ADTAHP
- BERGDHAL, E. (2005). "Ecomuseo Bergslagen, un proyecto sueco de parque cultural". *Identidades: territorio, cultura, patrimonio*. N.º 1, pp. 68-73. Disponível em: <https://upcommons.upc.edu/revistes/bitstream/2099/1888/1/Ecomuseo.pdf> [acedido em março de 2010]
- BERNARDO, Patrícia (2006). "Aldeias Vivas" [Em linha]. Disponível em: patriciabernardo.blogspot.pt/2006/03/aldeias-vivas.html [acedido em outubro de 2012]
- BESSA, Álvaro Marques de Moura (1953). *Construções para uma pequena propriedade agrícola*. CODA - Concurso para a Obtenção do Diploma de Arquitecto. Porto: Escola Superior de Belas.
- BEZARD, Norbert (1934, abril). "La terre aux paysans". *L'Homme Réel*, N.º 4, pp. 37-39. Disponível em: http://www.piaceleradieux.com/documents/homme_reel/hr_article_corbu.pdf [acedido em maio de 2015]
- BEZARD, Norbert (1937). "L'urbanisme rural". In *5ème CIAM (Congrès International d'Architecture Moderne) "Logis et Loisirs"*, Paris de 28 juin a 2 juillet 1937. Disponível em: <http://www.piaceleradieux.com/documents/archives/L'urbanisme%20rural.pdf> [acedido em maio 2015]

- BOTTO, Margarida Donas (2007). "O Castelo de Amieira do Tejo: Enquadramento histórico e razões de uma intervenção". In *Estudos - Património*, N.º 10, 2007, pp. 125-132.
- BOURA, Isabel (2002/2004). "Património e mobilização das comunidades locais: das Aldeias Históricas de Portugal aos Contratos de Aldeia". *Cadernos de Geografia*. Coimbra: FLUC. N.º 21/23, pp. 115-126.
- BOURA, Isabel (2004). "Planos de Aldeia: Belmonte e Trancoso" [documento de trabalho]. Coimbra: CCRC.
- BOURA, Isabel (2009). [Entrevista não gravada].
- BOURA, Maria Isabel; & JACINTO, Rui (1990). *Iniciativas de apoio ao desenvolvimento na Região Centro: contributo para a definição de estratégias locais*. Coimbra: CCRC
- BOURSEGUIN, Andrée (1988). "Operation Village a Vouvant". In AA.VV. *Patrimoine architectural et développement rural* (pp 40-42). Rapport du Colloque de Bourglinster (Grand-duché de Luxembourg), 23-26 septembre 1987. Strasbourg: Conseil de l'Europe. Disponível em: http://www.coe.int/t/dg4/cultureheritage/heritage/resources/Publications/Pat_PA_11_fr.pdf [acedido em dezembro de 2014]
- BRANCO, Jorge Freitas (2003). "Peroguarda: folclorização e memória". In CASTELO-BRANCO, Salwa El-Shawan, & BRANCO, Jorge Freitas, (org.). *Vozes do povo: a folclorização em Portugal* (pp. 408-417). Oeiras: Celta Editora.
- BRAY, Paul M. (1994). "The heritage area phenomenon: where it is coming from". *Cultural Resource Management*, Vol. 17, N.º 8, pp. 3-4. Disponível em: <http://files.umwblogs.org/blogs.dir/8190/files/2013/09/crm-Paul-Bray.pdf> [acedido em março de 2009]
- BRITO, Joaquim Pais de (1980). "O Estado Novo e a Aldeia mais Portuguesa de Portugal". In *O Fascismo em Portugal. Actas do Colóquio realizado na Faculdade de Letras de Lisboa em Março de 1980* (pp. 511-532). Lisboa: A Regra do Jogo.
- BRITO, Joaquim Pais de (2003a). "Museu, Memória e Projecto". In PORTELA, José, & CALDAS, João Castro (org.). *Portugal-Chão* (pp. 265-277). Oeiras: Celta Editora.
- BRITO, José; SANTOS, Amélia; & COSTA, Miguel [2001]. *Aldeias Algarvias: metodologia de intervenção*. [documento de trabalho]
- BRITO, Sérgio Palma (2003b). *Notas sobre a evolução do viajar e a formação do turismo* (Vol. 2). Lisboa, Medialivros.
- BRITO, Sérgio Palma (2009). *Território e Turismo no Algarve*. Lisboa: Edições Colibri; Faro: Centro Internacional de Investigação em Território e Turismo da Universidade do Algarve
- BRÖCKLING, Frank, & WERRING, Jana (2010). "Mit Dorferneuerung fit für die Zukunft – das Beispiel Ahaus-Alstätte". Disponível em: <http://www.lwl.org/> [acedido em abril de 2016]
- BURKE, Peter (1978). *Popular culture in early modern Europe*. New York: Harper & Row.
- BUSTAMANTE, Leonel Pérez, & PONCE, Claudia Parra (2004). "Paisajes culturales: el parque patrimonial como instrumento de revalorización y revitalización del territorio". *Theoria*. N.º 13, pp. 9-24. Disponível em: <http://www.ubiobio.cl/theoria/v/v13/1.pdf> [Acedido em: 2015-03-09]
- BUTLER, Richard W., & HALL, C. Michael (1999). "Image and reimagining of rural areas". In BUTLER, Richard, HALL, C. Michael, & JENKINS, John (ed.). *Tourism and recreation in rural areas* (pp. 115-122). Chichester: John Wiley and Sons.
- BYRNE, Gonçalo (téc. resp.) (2004). *Plano de Aldeia Histórica de Trancoso*. Trancoso: Câmara Municipal/G.B.M.M. Arquitectos Associados, Lda. 2 vol.
- CADAVEZ, Maria Cândida Pacheco (2012). *A Bem da Nação. As Representações Turísticas no Estado Novo entre 1933 e 1940*. Tese de Doutoramento no Ramo de Estudos de Literatura e de Cultura, na Especialidade de Ciências da Cultura. Universidade de Lisboa, Faculdade de Letras.
- CALADO, Maria, & PAULO, Luísa Reis (2006). *Arquitecturas do Xisto*. Lisboa: LVP/FAUTL.
- CALDAS, Eugénio Castro (1974). "Industrialização da agricultura". In CABRAL, Manuel Villaverde. *Materiais para a história da questão agrária em Portugal - Sécs. XIX e XX* (pp. 531-541). Porto: Editorial Nova. (Artigo original publicado em 1957)
- CALDAS, João Lemos de Castro (1988). *Política de colonização interna: a implantação das colónias agrícolas da Junta de Colonização Interna*. Tese de doutoramento apresentada ao Instituto Superior de Agronomia da Universidade Técnica de Lisboa.
- CALDAS, João Vieira (1997). "Cinco Entremeios sobre o Ambíguo Modernismo". In BECKER, Annette, TOSTÕES, Ana, & WANG, Wilfried (org.) *Arquitectura do Século XX: Portugal* (pp. 23-32). München-New York/Frankfurt am Main/Lisboa: Prestel/Deutsches Architektur Museum/Portugal-Frankfurt97-Centro Cultural de Belém.
- CALHEIROS, Francisco [s.d.]. *Aldeias de Portugal*. [S.l.: s.n.] [documento em formato ppt]
- CALHEIROS, Maria do Rosário D. S. Coutinho (2006). *Arquitecturas rurais e critérios de intervenção: uma experiência no Vale do Lima, 2003-2006*. Dissertação de Mestrado em Metodologias de Intervenção no Património Arquitectónico. Porto, Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto.
- CAMPELLO, António Roquette (1956). *Estudo de ordenamento paisagístico e de urbanização da Colónia Agrícola da Gafanha (1ª Parte)*. Lisboa: JCI.
- CAMPELO, Álvaro (2006). "Manifesto para uma cultura popular". In JORGE, Vítor Oliveira (org.). *Cultura Light* (pp. 135-141). Porto: DCTP-FLUP.
- CAMPOS, Agostinho (1939, 31 de janeiro). "1140-1640-1940". *Revista dos centenários*. Lisboa: SPN/Comissão Executiva dos Centenários. Ano I, N.º 1, pp. 9-11.
- CAMPOS, Carlos Miguel Freire (2011). *Nuno Portas: Diálogos entre teoria e prática [1957-1974]*. Dissertação de Mestrado Integrado em Arquitectura. Coimbra: Departamento de Arquitectura da Faculdade Ciências Tecnologia da Universidade Coimbra.
- CAMPOS, Tatiana M., et al. (2008). "As Aldeias do Xisto – o efeito de microescala e o dinamismo local" In *ACTAS 14º Congresso da Associação Portuguesa para o Desenvolvimento Regional*, 4 a 6 de Julho de 2008 (O Turismo no Desenvolvimento Regional e Local, Parte II, pp. 2050-2070). Disponível em: http://www.apdr.pt/congresso/2008/pdf/N_tudo_1.pdf [acedido em setembro de 2012]
- CANDEIAS, Maria Edite, et al. (2004). *Plano de Aldeia – Martim Branco*. Castelo Branco: Câmara Municipal.
- CARDOSO, Luís Miguel Oliveira de Barros (2014). "Ruralidade e pós-ruralidade: sedução, sedição e dissídio". Disponível em: <http://comum.rcaap.pt/bitstream/123456789/5293/1/Lu%C3%ADs%20Cardoso.pdf> [acedido em março de 2015]

- CARMO, Maria Fernanda Filipe do, & CRAVO, Pedro Manuel Mendonça da Silva (2005). "As Aldeias Ribeirinhas da Área do Regolfo da Barragem de Alqueva – Uma Aposto no Turismo". In *Territórios, Empresas e Organizações*. Vol. II, N.º 2, 2005, pp. 131-140.
- CARRIER, Christian (2001). "La communication pour les pays d'art et d'histoire". In FRANÇA. Datar (ed. lit.). *Pays d'art et d'histoire et pôles d'économie du patrimoine: la valorisation du patrimoine dans le développement local* (pp. 71-75). Paris: La documentation Française.
- CARTA DE RESTAURO (2006). In BRANDI, Cesare. *Teoria do Restauro* (pp 157-179). Trad. de Cristina Prats, et al. Lisboa: Edições Orion. (Documento original publicado em 1972)
- CARTA SOBRE O PATRIMÓNIO CONSTRUÍDO VERNÁCULO (2004). ICOMOS, Cidade do México, 17-23 de outubro de 1999. In LOPES, Flávio, & CORREIA, Miguel Brito. *Património Arquitectónico e Arqueológico. Cartas, Recomendações e Convenções Internacionais* (pp. 285-288). Lisboa: Livros Horizonte. (Documento original publicado em 1999)
- CARVALHO, Armando (2013). [Entrevista gravada]. Documento em áudio.
- CARVALHO, M.-R. de (1986). "Raul Lino". In *História de Arte em Portugal*. Vol. 11 - Do romantismo ao fim de século (pp. 173-177). Lisboa: Publicações Alfa.
- CARVALHO, Paulo (2002). "Landscape and heritage as strategic resources for the rural development". [Em linha]. In CRISTÓVÃO, Artur, & ZORINI Luigi Omodei (ed.s) (2003). *Farming and Rural Systems Research and Extension. Local Identities and Globalisation. Fifth IFSA European Symposium* (pp. 342-353). Florence, April 8-11 - 2002. Firenze: Agenzia Regionale per lo Sviluppo e l'Innovazione nel settore Agricolo e forestale. Disponível em: http://ifsa.boku.ac.at/cms/fileadmin/Proceeding2002/2002_WS04_03_Carvalhod.pdf [acedido em outubro de 2013]
- CARVALHO, Paulo (2004). "Rural landscapes: Case study of Village Plans in Central Portugal ('Network of Schist Villages')". In CRISTÓVÃO, Artur (coord.). *Farming and Rural Systems Research and Extension: European Farming and Society in Search of a New Social Contract – Learning to Manage Change European. (Pre)Proceedings of the 6th European IFSA Symposium* (pp. 233-242). Vila Real: UTAD.
- CARVALHO, Paulo (2012a). *Património, Turismo e Lazer: Temáticas e Percursos de Investigação*. Málaga: EUMED.
- CARVALHO, Paulo (coord.) (2009/2010). "A AIBT do Pinhal Interior e as Aldeias do Xisto: novos caminhos e actores para o desenvolvimento de territórios de baixa densidade em ambientes de montanha". In *Cadernos de Geografia*. Coimbra: FLUC. N.º 28-29 (2009/2010), pp. 185-191.
- CARVALHO, Paulo (coord.) (2011). *Turismo e desenvolvimento. Estudos de caso no centro de Portugal*. [s.l.]: Edição de autor.
- CARVALHO, Paulo (coord.) (2012b). *Patrimónios e lares turísticos*. [S.l.]: Fundación Universitaria Andaluza Inca Garcilaso.
- CARVALHO, Paulo (coord.) (2013). *Desenvolvimento em áreas de montanha. Notas geográficas a partir da cordilheira central portuguesa*. Málaga: EUMED.
- CASANOVAS, Xavier (ed.) (2007a). *RehabiMed Method. Traditional Mediterranean Architecture I. Town & Territory Rehabilitation. Manual*. Barcelona: RehabiMed (CAATEEB). Disponível na Internet: <http://www.rehabimed.net/> [acedido em agosto de 2016]
- CASANOVAS, Xavier (ed.) (2007b). *Rehabimed Method. Traditional Mediterranean Architecture II. Rehabilitation Buildings. Manual*. Barcelona: RehabiMed (CAATEEB). Disponível na Internet: <http://www.rehabimed.net/> [acedido em agosto de 2016]
- CASTELO BRANCO, Município (2014). "Projeto de Regulamento das Aldeias do Xisto". Aviso (extrato) n.º 3470/2014, de 11 de março de 2014. *DR, Série II, N.º 49, 11 -03-2014*, pp. 6653-6659.
- CASTELO-BRANCO, Salwa El-Shawan, & BRANCO, Jorge Freitas (2003). "Folclorização em Portugal: uma perspectiva". In CASTELO-BRANCO, Salwa El-Shawan, & BRANCO, Jorge Freitas (org.). *Vozes do povo: a folclorização em Portugal* (pp. 1-21). Oeiras: Celta Editora.
- CASTILHO, António Feliciano de (1849). *Felicidade pela Agricultura*. Ponta Delgada: Typ. da Rua das Artes 63.
- CASTRO, Augusto de (1939). "Declarações do senhor Dr. Augusto de Castro, Comissário Geral da Exposição". *Revista dos centenários*. Lisboa: SPN/Comissão Executiva dos Centenários. Ano I, N.º 02-03 (31 Fevereiro/Março 1939), pp. 5-12. (Discurso original proferido em 1938)
- CASTRO, Augusto de (1940). *A Exposição do Mundo Português e a sua finalidade nacional*. Lisboa: Empresa Nacional de Publicidade.
- CAVACO, Carminda (1999). "O mundo rural português: desafios e futuros?". In CAVACO, Carminda (coord.). *Desenvolvimento rural: desafio e utopia* (pp. 135-148). Lisboa: Centro de Estudos Geográficos, Universidade de Lisboa.
- CE - Comissão Europeia (2007). *Regiões em crescimento, Europa em crescimento*. Quarto relatório sobre a coesão económica e social. Luxemburgo: Serviço das Publicações Oficiais das Comunidades Europeias. Disponível em: <https://infoeuropa.euocid.pt/registo/000039955/documento/0001/> [acedido em novembro de 2015].
- CE – Conselho Europeu (1988). Regulamento (CEE) N.º 2052/88 do Conselho de 24 de Junho de 1988 relativo às missões dos fundos com finalidade estrutural, à sua eficácia e à coordenação das suas intervenções, entre si, com as intervenções do Banco Europeu de Investimento e com as dos outros instrumentos financeiros existentes. Disponível em: <http://eur-lex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=CELEX:31988R2052:PT:HTML> [acedido em janeiro de 2016]
- CEC – Commission of the European Communities (1988). "The future of rural society". Commission communication COM (88) 501 transmitted to the Council and to the European Parliament on 29 July 1988. In *Bulletin of the European Communities*, Supplement 4/88. Luxembourg: Office for Official Publications of the European Communities.
- CEC – Commission of the European Communities (1990). "Community action to promote rural tourism". Communication from the Commission. COM (90) 438 final, 12 October 1990. Disponível em: <http://aei.pitt.edu/id/eprint/3700> [acedido em novembro de 2015]
- CEC – Commission of the European Communities (1992). "Community structural policies: assessment and outlook". Communication of the Commission. COM (92) 84 final, 18 March 1992. [EU Commission - COM Document]. Disponível em: <http://aei.pitt.edu/id/eprint/2974> [acedido em janeiro de 2016]
- CENTRO. Comissão de Coordenação da Região (1990a). *Programa Operacional do Centro*. Coimbra: CCRC.
- CENTRO. Comissão de Coordenação da Região (1990b). *Programa Operacional do Pinhal Interior*. Coimbra: CCRC.
- CENTRO. Comissão de Coordenação da Região (1990c). *Programa Operacional da Raia Central 1990-1993*. Coimbra: CCRC.
- CENTRO. Comissão de Coordenação da Região (1994). *Programa das Aldeias Turísticas - Região Centro*. Coimbra: CCRC.

- CENTRO. Comissão de Coordenação da Região (1998). *Programa das Aldeias Históricas de Portugal - Beira Interior*. 1ª Edição. Coimbra: CCRC.
- CENTRO. Comissão de Coordenação da Região (1999). *Programa das Aldeias Históricas de Portugal. Beira Interior* (2.ª Ed.). Coimbra: C.C.R.C.
- CENTRO. Comissão de Coordenação da Região (2000). *POCentro - Programa Operacional Regional do Centro 2000-2006*. [Coimbra:] CCDRC.
- CENTRO. Comissão de Coordenação da Região [2001a]. *Aldeias Históricas de Portugal: Projectos apoiados no II Quadro Comunitário de Apoio (1994-1999)* [s.d.]. [documento de trabalho]
- CENTRO. Comissão de Coordenação da Região (2001b). *POCentro - Programa Operacional Regional do Centro 2000-2006* (Complemento de Programação) [Coimbra:] CCDRC.
- CENTRO. Comissão de Coordenação da Região (2002a). *Aldeias Históricas de Portugal. Um património com futuro*. Coimbra: CCRC
- CENTRO. Comissão de Coordenação da Região (2002b). *PROCentro – Programa Operacional da Região Centro 1994-1999* (Relatório Final, março 2002). [Coimbra: CCRC]
- CENTRO. Comissão de Coordenação da Região [2002c]. *Rede de Aldeias do Xisto – Planos de Aldeia*. Coimbra: CCDRC [documento de trabalho].
- CENTRO. Comissão de Coordenação da Região (2004). *POCENTRO - Programa Operacional Regional do Centro 2000-2006. Revisão Intercalar 2004* (Complemento de Programação, dezembro 2004). [Coimbra: CCRC]
- CENTRO. Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional (2005). "Aldeias do Xisto em revista" [Em linha]. Disponível em www.ccdrc.pt/ [acedido em fevereiro de 2008]
- CENTRO. Comissão de Coordenação da Região [2008]. *Aldeias Históricas - Fluxo de turistas nas Aldeias Históricas no ano de 2008* [s.d.]. [documento de trabalho]
- CENTRO. Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional (2010a). *POCentro - Programa Operacional Regional do Centro 2000-2006* (Relatório Final de Execução, maio 2010). [Coimbra:] CCDRC.
- CENTRO. Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional (2010b). *POCentro - Programa Operacional Regional do Centro 2000-2006* (Relatório Final de Execução, Anexo I, maio 2010). [Coimbra:] CCDRC.
- CENTRO. Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional (2010c). *POCENTRO - Programa Operacional Regional do Centro 2000-2006* (Relatório Final de Execução, Anexo II, maio 2010). [Coimbra: CCDRC]
- CENTRO. Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional (2010d). *POCENTRO - Programa Operacional Regional do Centro 2000-2006* (Relatório Final de Execução, Anexo III, maio 2010). [Coimbra: CCDRC]
- CEPEDA, Fernando (entrevista) (2001, abril/maio). "12 milhões de contos para dinamização de aldeias" [Entrevista com Elisa Ferreira, Ministra do Planeamento]. In *Revista Loq, Trás-os-Montes e Douro*. Bragança: N Meios. N.º 3, abril/maio 2001, pp. 23-24.
- CHAGAS, Trindade [1955]. *Núcleo da Boalhosa: casal tipo*. Lisboa: JCI.
- CHALACA, F. [s.d.]. "Terras do Grande Lago Alqueva". [documento em formato ppt]
- CHARTER OF ATHENS (1933). IV International Congress for Modern Architecture (CIAM). Trans. J.Tyrwhitt. Paris: The Library of the Graduate School of Design, Harvard University, 1946. Disponível em: http://www.getty.edu/conservation/research_resources/charters/chartero4.html [acedido em agosto de 2012]
- CHARTER OF CULTURAL TOURISM (1976). Adopted by the International Seminar on Contemporary Tourism and Humanism, ICOMOS, Brussels, 8-9 Nov., 1976. Disponível em: <http://www.univeur.org/cuebc/downloads/PDF%20carte/51.%20Cultural%20tourism.PDF>
- CHAVES, Luís (1936). "Para uma Exposição de Arte Popular Portuguesa". In CHAVES, Luís, & MARTHA, Cardoso. *Catálogo da Exposição de Arte Popular Portuguesa* (pp. 3-6). Lisboa: SPN
- CHAVES, Luís (1939, abril). "Nos domínios da Etnografia e do Folclore: As Aldeias Portuguesas nos Centenários". *Ocidente, Revista Portuguesa Mensal*. Lisboa: A. Pinto. Vol. V, N.º 12, pp. 141-142.
- CHAVES, Luís (1940). "A estilização da casa portuguesa". *Ocidente: revista portuguesa mensal*. Lisboa: A. Pinto. Vol. VI, p. 439.
- CHAVES, Luís, & NOVAIS, Horácio (1940). *Roteiro do Centro Regional: Exposição do Mundo Português*. Lisboa: SPN
- CHERRY, Gordon E. (1993). "Changing social attitudes towards leisured and the countryside in Britain, 1890-1990". In GLYPTIS, Sue (ed.) *Leisure and the Environment* (pp. 22-32). London (UK): Belhaven Press.
- CHEVALLIER, Denis (2001). "Connaître, conserver, transmettre les savoir-faire des métiers". In FRANÇA. Datar (ed. lit.). *Pays d'art et d'histoire et pôles d'économie du patrimoine: la valorisation du patrimoine dans le développement local* (pp. 51-55). Paris: La documentation Française.
- CHOAY, Françoise (1992). *O Urbanismo* (3.ª ed.). S. Paulo: Perspectiva. (Obra original publicada em 1965)
- CHOAY, Françoise (2006). *A alegoria do património* Trad. de Teresa Castro. Lisboa: Edições 70. (Obra original publicada em 1982)
- CLARA, Ana (2011). "Aldeias Vinhateiras – 'Um produto que se quer autosustentável'" [Em linha]. Disponível em: http://www.cafeportugal.net/pages/iniciativa_artigo.aspx?id=3016 [acedido em março de 2014]
- CLARA, Ana (2014). "BTL - Aldeias Históricas de Portugal apresentam-se como produto turístico 'diferenciador' e 'sustentável'" [Em linha]. Disponível em: http://www.cafeportugal.net/pages/noticias_artigo.aspx?id=7396 [acedido em março de 2014]
- CLARA, Ana, & PELICANO, Sara (2012). "Aldeias Históricas de Portugal – 'É urgente o trabalho em rede no território'" [Em linha]. Disponível em: http://www.cafeportugal.net/pages/noticias_artigo.aspx?id=4773 [acedido em março de 2014]
- CLEMENTINO, Luísa Lopes Ribeiro Ramos (2013). *Fernando Távora: de o problema da casa portuguesa ao da organização do espaço*. Dissertação de Mestrado Integrado em Arquitectura. Coimbra: Departamento de Arquitectura da F. C. T. da Universidade de Coimbra.
- CODERCH, José Antonio (2011, dezembro). "No son genios lo que necesitamos ahora". *Diagonal*. [Em linha] Barcelona: Associació revista Diagonal. N.º 30, pp. 12-15. Disponível em: <http://www.revistadiagonal.com/articles/traduccion/no-son-genios-lo-que-necesitamos-ahora/> [acedido em setembro de 2014] (Artigo original publicado em 1961)

- COELHO, Filomena (coord. geral) (2010). *Relatório Final de Execução. Quadro Comunitário de Apoio III Portugal 2000-2006: PROAlgarve - Programa Operacional do Algarve*. Relatório Final de Execução. [Faro: CCDR Algarve]
- CONSTITUIÇÃO de 11 de abril de 1933. Disponível em: <http://www.parlamento.pt/Parlamento/Documents/CRP-1933.pdf> [acedido em outubro de 2015]
- CORBOZ, André (1985, setembro). "Il territorio come palinsesto". *Casabella*, N.º 516, pp. 22-27. (Artigo original publicado em 1983)
- CORDOVIL, Francisco (2004). *Política agrícola e rural comum e a União Europeia*. Cascais: Principia.
- CORREIA, Américo (2014). [Entrevista não gravada].
- CORREIA, José António Campos de, & PIRES, Joaquim Brandão (coord. geral) (2006). *Algarve: estratégia de Desenvolvimento 2007-2013*. Faro: CCDR Algarve.
- CORREIA, Juliana Bento (2009). *Turismo, património e desenvolvimento em ambientes de montanha. O exemplo do Piódão (Cordilheira Central)*. Dissertação de Mestrado na área de Geografia, especialidade em Ordenamento do Território, Faculdade de Letras, Universidade de Coimbra.
- COSTA, Alexandre Alves (1988). "A propósito de um percurso". In FERNANDEZ, Sérgio. *Percurso da arquitectura portuguesa 1930-1974* (2.ª ed., pp. 3-6). Porto: FAUP.
- COSTA, Alexandre Alves (2002a). "A arte de construir a transformação" *Estudos: Património*. Lisboa: IPPAR. N.º 3, pp. 124-128.
- COSTA, Alexandre Alves, GOMES, José Luís, & FERNANDEZ, Sérgio (coord.) (1995). "Reconstrução da Porta Norte de Idanha-a-Velha e arranjo da envolvente" [projecto base].
- COSTA, Eduarda Marques da (2006). "O ordenamento à escala europeia". In MEDEIROS, Carlos Alberto (dir.). *Geografia de Portugal* (Vol. IV - Planeamento e Ordenamento do Território, pp. 260-267). Mem Martins: Círculo de Leitores.
- COSTA, Miguel Reimão (2003, dezembro). "Aldeias do Algarve: proposta para uma intervenção à escala local". *Sociedade e Território*. Porto: Edições Afrontamento. N.º 36, pp. 28-36.
- COSTA, Miguel Reimão (2014). *Casas e montes da Serra entre as extremas do Alentejo e do Algarve. Forma, processo e escala no estudo da arquitectura vernacular*. Porto: Edições Afrontamento.
- COSTA, Miguel Reimão (coord.) (2001). *Projecto de intervenção no conjunto envolvente da Igreja matriz e da Rua 1º Maio em Cachopo: Memória descritiva*. Tavira: Câmara Municipal/GTAA Sotavento.
- COSTA, Miguel Reimão (coord.) (2002b). *Plano de Intervenção de Vaqueiros - "Mitos e Lendas"*. [documento de trabalho]
- COSTA, Sónia, et al. [s.d.]. *Plano de aldeia – Casal de S. Simão*. Figueiró dos Vinhos: Câmara Municipal/Gabinete Técnico.
- COUTINHO, Carlos André Ribeiro (2013). *Marialva: da ruína à aldeia histórica*. Dissertação de Mestrado Integrado em Arquitectura, apresentada ao Departamento de Arquitectura da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra.
- COVAS, António (1999). *As amenidades rurais: um contributo para o desenvolvimento de zonas desfavorecidas*. Lisboa: Direcção-Geral de Desenvolvimento Regional.
- COVAS, António, & COVAS, Maria das Mercês (2014). *Os territórios-rede. A inteligência territorial da 2.ª ruralidade*. Lisboa: Edições Colibri.
- COVILHÃ. Câmara Municipal [s.d.]. *Plano de Aldeia – Sobral de São Miguel, Aldeias do Xisto*. Covilhã. Câmara Municipal.
- CRATO. Câmara Municipal (2001). *Programa de valorização territorial Castelos do Alentejo - Flor da Rosa*. Crato: Câmara Municipal
- CRAVIDÃO, Fernanda Delgado (1989). *Residência secundária e espaço rural: duas aldeias na serra da Lousã Casal Novo e Talasnal*. Coimbra: Faculdade de Letras.
- CRISTÓVÃO, Artur (coord.) (2005). *Avaliação Estratégica da Acção Integrada de Base Territorial do Douro*. Vila Real: UTAD.
- CRISTÓVÃO, Artur, et al. (2003). "O espaço rural e os novos instrumentos de intervenção territorializada: o caso da AIBT-Douro". In *V Colóquio Hispano-Português de Estudos Rurais "Futuro dos Territórios Rurais numa Europa Alargada"*, Bragança, 23-24 Outubro de 2003. Disponível em: http://sper.pt/oldsite/VCHER/Pdfs/Artur_Cristovao%20.pdf [acedido em julho de 2015]
- CRISTÓVÃO, Artur, MEDEIROS, Vera, & MELIDES, Rosário (2010a). "Aldeias Vinhateiras, aldeias vivas?". In *IV Congresso de Estudo Rurais*, Aveiro 4 a 6 de fevereiro de 2010. 16 p.
- CRISTÓVÃO, Artur, MEDEIROS, Vera, & MELIDES, Rosário (2010b). "Aldeias Vinhateiras: Requalificação Urbana, Turismo e Desenvolvimento Local no Douro". *PASOS. Revista de Turismo y Património Cultural*. Tenerife (Espanha): Universidad de La Laguna, Instituto Universitarios de Ciencias Políticas y Sociales. Vol. 8, N.º 4, 2010, pp. 519-528.
- CRISTÓVÃO, José (2002). *A Aldeia Histórica de Idanha-a-Velha. Guia para uma visita*. Idanha-a-Nova: Câmara Municipal.
- CRUZ, José, & PREGITZER, André (2008). *Roteiro das Aldeias de Portugal*. Porto: Em Relevo.
- CRUZ, Luís André Salgueiro Freire da (2005). *O Estádio Nacional e os novos paradigmas do culto. Miguel Jacobetty Rosa e a sua Época*. Dissertação de Mestrado em Arquitectura. Lisboa: Universidade Lusíada. 2 vol.
- CUNHA, Ana (2013). [Entrevista gravada]. Documento em áudio.
- CUNHA, Ana (coord.) [2002a]. *Aldeia do Xisto – Barroca* [Plano de Aldeia]. Fundão: Câmara Municipal/ GTL Freguesias Tradicionais.
- CUNHA, Ana (coord.) [2002b]. *Aldeia do Xisto – Janeiro de Cima* [Plano de Aldeia]. Fundão: Câmara Municipal/ GTL Freguesias Tradicionais.
- CUNHA, Augusto (1942, junho). "Os grandes valores turísticos nacionais: Pousada de Santa Luzia - Elvas". *Panorama: revista portuguesa de arte e turismo*. Lisboa: SPN. Vol. 2, N.º 9, pp. 30-31.
- CUNHA, Augusto (1943, julho). "Os grandes valores turísticos nacionais: Pousada dos Vinháticos – Madeira". In *Panorama: revista portuguesa de arte e turismo*. Lisboa: SPN. Vol. 3, N.º 15/16, pp. 64-65.
- DALY, J. (2003). "Heritage Areas: Connecting People to their Place and History". *Forum Journal*, Vol. 17, N.º 4, pp. 5-12. Disponível em: <http://www.glynwood.org/files/previous/pdfs/ArticlesandPresentationsByStaff/Heritage%20Areas%20-%20JD%20final.pdf> [acedido em março de 2009]
- DECLARAÇÃO DE BARCELONA e parceria euro-mediterrânica (1995). Disponível em: <http://eur-lex.europa.eu/> [acedido em 20.04.2016]

DECLARAÇÃO DE CORK para uma política integrada de desenvolvimento rural (1996). [Em linha]. Conferência sobre o Desenvolvimento Rural "A Europa Rural – Perspectivas de Futuro", organizada em Cork de 7 a 9 de novembro de 1996. Disponível em: http://ec.europa.eu/agriculture/rur/leader2/dossier_pt/dossier/cork.pdf

DECRETO n.º 13.337, de 25 de março de 1927. *Diário do Governo*, I Série, N.º 62, de 27-03-1927, pp. 444.

DECRETO n.º 23/96, de 12 de agosto de 1996. Declara as Aldeias Históricas como áreas críticas de reconversão urbanística. *DR*, I Série, B, N.º 186, de 12-08-1996, pp. 2493-2496

DECRETO n.º 30.251, de 30 de dezembro de 1939. *Diário do Governo*, I Série, N.º 304, de 30-12-1939, 2º Suplemento, pp. 1683-1735.

DECRETO n.º 35.994, de 23 de novembro de 1946. *Diário do Governo*, I Série, N.º 267, de 23-11-1946, pp. 1136-1139.

DECRETO n.º 4.137, de 25 de abril de 1918. *Diário do Governo*, I Série, N.º 87, de 25-04-1918, pp. 451-457.

DECRETO N.º 43.355, de 24 de novembro de 1960. *Diário do Governo*, I Série, N.º 273, de 24-11-1960, pp. 1136-1139.

DECRETO n.º 7.033 de 16 de outubro de 1920. *Diário do Governo*, I Série, N.º 208, de 16-10-1920, pp. 1356-1358.

DECRETO n.º 9.844, de 20 de junho de 1924. *Diário do Governo*, I Série, N.º 137, de 20-06-1924, pp. 872-874.

DECRETO REGULAMENTAR n.º 8/89, de 21 de março de 1989. *DR*, I Série, N.º 67, de 21-03-1989, pp. 1170-1210.

DECRETO-LEI n.º 539/74, de 12 de Outubro de 1974. Extinção da Junta de Colonização Interna. *DR*, I Série, N.º 238, de 12-10-1974, pp. 1214(2)-1214(5).

DECRETO-LEI n.º 169/97, de 4 de julho de 1997. *DR*, I serie, N.º 152, de 04-07-1997, pp. 3290-3295.

DECRETO-LEI n.º 23.052, de 23 de setembro de 1933. *Diário do Governo*, I Série, N.º 217, de 23-09-1933, pp. 1664-1671.

DECRETO-LEI n.º 23.054, de 25 de setembro de 1933. *Diário do Governo* N.º 218, de 25-09-1933, pp. 1675-1676.

DECRETO-LEI n.º 380/99, de 22 de setembro de 1999. Regime jurídico dos instrumentos de gestão territorial. *DR*, I Série A, N.º 222, de 22-09-1999, pp. 6590-6622.

DECRETO-LEI n.º 794/76, de 5 de novembro de 1976. Aprova a política de solos; cria a figura legal de área crítica de reconversão urbanística. *DR*, I Série, N.º 259, de 05-11-1976, pp. 2517-2519.

DELOITTE (2007). *Terras do Grande Lago – Alqueva. Plano de Acção* (Novembro 2007, versão final). [S.l.]: GestAlqueva, Associação Transfronteiriça dos Municípios das Terras do Grande Lago Alqueva.

DESPACHO n.º 379/2003, de 9 de janeiro de 2003. Regulamento do Sistema de Auxílios à Dinamização das Aldeias e Vilas. *DR*, II Série, Nº 7, 09-01-2003, pp. 303-310.

DESPACHO n.º 80/95, de 19 de setembro de 1995, da Secretaria de Estado do Turismo. Determina que as aldeias históricas sejam consideradas equivalentes a áreas de interesse turístico; e que os alojamentos particulares de apoio ao turismo possa adoptar a designação 'casas de aldeia'. *DR*, II Série, N.º 217, de 19-09-1995, p. 11248.

DESPACHO NORMATIVO n.º 2/95, de 11 de janeiro de 1995. Aprova o Regulamento da Intervenção "Aldeias Históricas de Portugal - Beira Interior". *DR*, I Série B, N.º 9, de 11-01-1995, pp. 140-142.

DHV Tecnopor Consultores Técnicos, Lda. (2002a). *Plano das Aldeias Serranas: Casal Novo*. Lousã: Câmara Municipal/DHV Tecnopor.

DHV Tecnopor Consultores Técnicos, Lda. (2002b). *Plano das Aldeias Serranas: Chiqueiro*. Lousã: Câmara Municipal/DHV Tecnopor.

DHV Tecnopor Consultores Técnicos, Lda. (2002c). *Plano das Aldeias Serranas: Talasnal*. Lousã: Câmara Municipal/DHV Tecnopor.

DIAS, Adolfo (2001). "Portas abertas na Terra Quente: Aldeias recebem investimentos". [Em linha] Disponível em: <http://www.diariodetrasmontes.comhttp://www.diariodetrasmontes.com> [acedido em outubro de 2012]

DIAS, Antonieta Silva, et. al. (2004). "Prefácio à 2ª Edição". In AA.VV. *Arquitectura Popular em Portugal* (4.ª ed., Vol. I, pp. XI-XII). Lisboa: Ordem dos Arquitectos. (Obra original publicada em 1979)

DIAS, Francisco Silva & Andrade, J. J. (1974, abril). "Casas para professores". In *Arquitectura: revista de arquitectura planeamento, design, construção, equipamento*. Lisboa: Publicações Nova Idade, SARL. N.º 129, pp. 20-27

DIAS, José do Nascimento Ferreira (1946). *Linha de rumo: notas de economia portuguesa* (2ª ed.). Lisboa: Livraria Clássica Editora. (Obra original publicada em 1945)

DIAS, José Joaquim (1963). *Recuperação de aldeias: Espinhosela, Bragança*. CODA - Concurso para a Obtenção do Diploma de Arquitecto. Porto: Escola Superior de Belas.

DIAS, Manuel Graça (2000, março/abril). "Editorial: A desurbanidade é que assusta". *J-A Jornal Arquitectos*. Lisboa: Ordem dos Arquitectos. N.º 195, pp. 10-11

DIBIE, Pascal (2013). *Le Village métamorphosé. Révolution dans la France profonde* (Pocket ed.). Paris: Terre Humaine Poche. (Obra original publicada em 2006)

DIEZ-PASTOR, Concepción (2004), "Carlos Arniches y Martín Domínguez: arquitectura para el turismo". In AAVV. *Arquitectura Moderna y Turismo 1925-1965: Actas* (pp. 75-79). [S.l.]: Fundación DOCOMOMO Ibérico.

DINIS, Isabel, & MALTA, Miguel (2003). "Da desvitalização da Serra da Lousã à nova ruralidade: identidades sociais e destinos do território". In PORTELA, José & CALDAS, João Castro (org.). *Portugal-Chão* (pp. 111-127). Oeiras: Celta Editora.

DINIS, Júlio (1920). *A Morgadinha dos Canaviais* (17.ª ed.). Lisboa: J. Rodrigues & C.ª, Editores. (Obra original publicada em 1868)

DINIS, Júlio (1966). *As Pupilas do Senhor Reitor*. Porto: Livraria Figueirinhas. (Obra original publicada em 1866)

DOMINGUES, Álvaro (2011). *Vida no Campo*. Porto: Dafne

DORES, Maria Helena Mire (1999). *Amieira do Tejo: um património, um território, um rumo... Plano de Acção Local*. Portalegre: GM – Gestão e Melhoria de Organizações, S.A. 2 vol [documento policopiado]

DRESDEN. Technische Universität, Lehrstuhl Regionalplanung und Siedlungswesen [s.d.]. *Dorfentwicklung/Dorferneuerung*. [Em linha] Disponível em: <http://www.regionalplanung.com/> (acedido em 13.04.2016).

ECO, Umberto (1993). *Viagem na irrealidade quotidiana* (3.ª ed.). Trad. Maria Celeste Morais Pinto. Lisboa: Difel. (Obra original publicada em 1973)

- ECP - European Citizens' Panel: What Roles for Rural Areas in Tomorrow's Europe? (2008). *Rural Europe: Definitions, Issues and Policies*. Namur (BE): Foundation for Future Generations. Disponível em: http://www.foundationfuturegenerations.org/UserFiles/File/Infopack_en.pdf [acedido em março de 2015]
- EDIA [s.d.]. *Projeto das Aldeias Ribeirinhas Alqueva (ARA)*. [Em linha]. Disponível em: <http://www.edia.pt/pt/responsabilidade-social/aldeias-ribeirinhas/114> [acedido em dezembro de 2014]
- ESCRIBANO, María Jesús Rivera, & MORMONT, Marc (2006). "Neo-rurality and the different meanings of the countryside". In *Les mondes ruraux à l'épreuve des sciences sociales*, Dijon, 17-19 mai 2006 (pp. 33-45). Disponível em : <http://www.symposcience.org/exl-doc/colloque/ART-00001880.pdf> [acedido em setembro de 2015]
- ESTANQUE, Elísio (1995, outubro). "O Lazer e a Cultura Popular, entre a Regulação e a Transgressão". *Revista Crítica de Ciências Sociais*, N.º 43 (Turismo, Cultura e Lazer), pp. 123-145. Disponível em: http://www.ces.uc.pt/rccs/index.php?id=567&id_lingua=1 [acedido em setembro 2015]
- EUA. National Heritage Areas (2012). *What are National Heritage Areas?* [Em linha] Disponível em: <https://www.nps.gov/heritageareas/FAQ/> [acedido em abril de 2016]
- EUGSTER, J. Glenn (2003). "Evolution of the heritage areas movement". *The George Wright Forum*. Vol. 20, N.º 2, pp. 50-59. Disponível em: <http://www.webpages.uidaho.edu/css501/images/Readings/NHA.pdf> [acedido em março de 2009]
- EUROPA. Conselho da União Europeia (2005). *Regulamento (CE) N.º 1698/2005 do Conselho, de 20 de Setembro de 2005, relativo ao apoio ao desenvolvimento rural pelo Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural (FEADER)*. Disponível em: <http://eur-lex.europa.eu/> [acedido em abril de 2016]
- EUROPEAN CHARTER OF THE ARCHITECTURAL HERITAGE (1975). Adopted by the Council of Europe, October 1975. Disponível em: <http://www.icomos.org/en/charters-and-texts/179-articles-en-francais/ressources/charters-and-standards/170-european-charter-of-the-architectural-heritage> [acedido em agosto de 2012]
- FARINELLI, Bernard (2009). *L'avenir à la campagne*. Paris: Sang de la Terre.
- FEIO, Mariano (1998). *As causas do fracasso da colonização agrícola de Angola*. Lisboa: IICT.
- FELÍCIO, Joaquim (2009). [Entrevista não gravada].
- FÉLIX, Pedro (2003). "O concurso "A Aldeia mas portuguesa de Portugal" (1938)". In CASTELO-BRANCO, Salwa El-Shawan, & BRANCO, Jorge Freitas, org. (org.). *Vozes do povo: a folclorização em Portugal* (pp. 206-232). Oeiras: Celta Editora.
- FERNANDES, Eduardo Jorge Cabral dos Santos (2010). *A Escolha do Porto: contributos para a actualização de uma ideia de Escola*. Tese de Doutoramento em Arquitectura, Área de Conhecimento de Teoria e Projecto. Guimarães: Universidade do Minho, Escola de Arquitectura.
- FERNANDES, Inácio Peres, et al. (2004). "Prefácio da 1.ª edição". In AA.VV. *Arquitectura Popular em Portugal* (4.ª ed., Vol. I, pp. XIII). Lisboa: Ordem dos Arquitectos. (Obra original publicada em 1961)
- FERNANDES, José Manuel (1993). *Arquitectura Modernista em Portugal (1890-1940)*. Lisboa: Gradiva
- FERNANDES, José Manuel (2003). *Português suave*. Lisboa: IPPAR - Departamento de Estudos.
- FERNANDES, José Manuel (2005). "A Arquitectura em Portugal nos anos 1930-40: Do "Modernismo" ao "Estado Novo": Heranças, Conflitos, Contextos". In *V Congresso DOCOMOMO* (pp. 60-67). Disponível em: <http://upcommons.upc.edu/revistes/handle/2099/2364> [acedido em junho de 2013].
- FERNANDEZ, Sérgio (1988). *Percursos da arquitectura portuguesa 1930-1974* (2ª ed.). Porto: FAUP. (Obra original publicada em 1985)
- FERNANDEZ, Sérgio Leopoldo (1964). *Recuperação de aldeias, equipamento colectivo: Rio de Onor, Bragança*. CODA - Concurso para a Obtenção do Diploma de Arquitecto. Porto: Escola Superior de Belas.
- FERRÃO, João (2000, setembro). "Relações entre mundo rural e mundo urbano: evolução histórica, situação actual e pistas para o futuro". *Sociologia, Problemas e Práticas*. N.º 33, pp. 45-54.
- FERREIRA, Ana Paula (coord.) (2002). *Plano de Intervenção de Cachopo - "Terra de encontro"*. [documento de trabalho]
- FERREIRA, Pedro Navega (2011). *Programa de Recuperação de Aldeias Históricas em Portugal: um balanço*. Dissertação de Mestrado Integrado em Arquitectura apresentada ao Departamento de Arquitectura da Faculdade Ciências Tecnologia da Universidade Coimbra.
- FERREIRA, Victor (2002b). *Memorando: Programa das Aldeias do Xisto / Rede de Aldeias de Xisto*. Coimbra: CCRC. Documento de trabalho.
- FERREIRA, Victor (2013). [Entrevista gravada] Documento em áudio.
- FERRO, António (1939, 31 de janeiro). "Carta aberta aos portugueses de 1940". *Revista dos centenários*. Lisboa: SPN/Comissão Executiva dos Centenários. Ano I, N.º 1, pp. 19-23. (Artigo original publicado em 1938)
- FERRO, António (1943a, abril). "O turismo nacional e as dificuldades criadas pela guerra". *Panorama: revista portuguesa de arte e turismo*. Lisboa: SPN. Vol.3, N.º 14, s.p.
- FERRO, António [1943b]. *Dez anos de política do espírito: 1933-1943*. Lisboa: Edições SPN.
- FERRO, António (1945). "As Pousadas portuguesas. Elementos para a orientação da pequena indústria hoteleira". In *Panorama: revista portuguesa de arte e turismo*. Lisboa: SNI. Vol. 4, N.º 24, s. p.
- FERRO, António (1948a). *Museu de Arte Popular*. Lisboa: SNI.
- FERRO, António (1949). *Turismo, fonte de riqueza e de poesia*. Lisboa: Edições SNI.
- FERRO, António (1950a). "A aldeia mais portuguesa". In *Prémios literários: 1934-1947* (pp. 83-96). Lisboa: Edições SNI. (Discurso original proferido em 1939)
- FERRO, António (1950b). "A nossa paz". In *Prémios literários: 1934-1947* (pp. 97-112). Lisboa: Edições SNI. (Discurso original proferido em 1939)
- FERRO, António (1950c). "O antigo e o moderno". In *Prémios literários: 1934-1947* (pp. 185-200). Lisboa: Edições SNI. (Discurso original proferido em 1947)

- FERRO, António (1978). *Salazar: o homem e a sua obra*. Lisboa: Templo. (Obra original publicada em 1939)
- FERRO, António (dir.) (1948b). *Catorze anos de Política do Espírito*. Lisboa: SNI.
- FIGUEIREDO, Carlos Reis de (coord.) (2004). *Belmonte – Plano de Aldeia. Programa de recuperação das Aldeias Históricas de Portugal*. Belmonte: Câmara Municipal/Reis de Figueiredo - Arquitectos da Beira, Lda.
- FIGUEIREDO, Elisabete (2003a). “«Quantas mais ‘aldeias típicas’ conseguiremos suportar?» Algumas reflexões a propósito do turismo como instrumento de desenvolvimento local em meio rural”. In SIMÕES, Orlando, & CRISTÓVÃO, Artur (org.) *TERN. Turismo em espaços rurais e naturais* (pp. 65-81). Coimbra: IPC - Inovar para crescer / Instituto Politécnico de Coimbra.
- FIGUEIREDO, Elisabete Maria Melo (2003b). *Um Rural para viver, outro para visitar – o ambiente nas estratégias de desenvolvimento para as áreas rurais*. Tese de Doutoramento em Ciências Aplicadas ao Ambiente, Universidade de Aveiro.
- FILGUEIRAS, Octávio Lixa (1953). *Urbanismo: um tema rural*. CODA - Concurso para a Obtenção do Diploma de Arquitecto. Porto, Escola Superior de Belas Artes.
- FILGUEIRAS, Octávio Lixa (1985). *Da função social do arquitecto*. Porto: FAUP. (Obra original publicada em 1962)
- FILGUEIRAS, Octávio Lixa (1986). “A Escola do Porto (1940/69)”. AA. VV. *Carlos Ramos: exposição retrospectiva da sua obra* [s. p.]. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- FLORES, Joaquim (2003). “Planos de Salvaguarda e Reabilitação de «Centros Históricos» em Portugal”. In *VIII Encontro Nacional dos Municípios com Centro Histórico “Centros Históricos e Planos Municipais de Ordenamento do Território”*, Porto, 24 de Outubro de 2003. Disponível em: http://esap-porto.academia.edu/JoaquimFlores/Papers/825674/Planos_de_Salvaguarda_e_Reabilitacao_de_Centros_Historicos_em_Portugal [acedido em agosto de 2013]
- FOLQUE, Nuno Alberto Pereira Basto (1960). *Planeamento regional e bem estar rural*. Lisboa: Junta de Colonização Interna.
- FONSECA, Fernando P., & RAMOS, Rui A. R. (2006). “Potenciar o desenvolvimento turístico a partir de um processo de planeamento estratégico de marketing: o caso de Almeida”. In *RPER - Revista Portuguesa de Estudos Regionais*, Angra do Heroísmo: APDR - Associação Portuguesa para o Desenvolvimento Regional. N.º 15, pp. 41-64.
- FONSECA, Fernando P., & RAMOS, Rui A. R. (2007). “O turismo no espaço rural como eixo estratégico de desenvolvimento local: o caso de Almeida”. In *V Congresso da Associação Portuguesa de Economia Agrária*. APDEA e CETRAD, Vila Real, 4, 5 e 6 de outubro de 2007.
- FONSECA, Fernando Pereira (2006). *O planeamento estratégico em busca de potenciar o território: o caso de Almeida*. Dissertação de Mestrado em Engenharia Municipal apresentada ao Departamento de Engenharia Civil da Universidade do Minho.
- FONSECA, Inês (2004). “A bem da Nação! Modernização e resistência em meio rural durante o Estado Novo”. In FREIRE, Dulce, FONSECA, Inês, & GODINHO, Paula, (ed.s.). *Congresso Mundo Rural: Transformação e Resistência na Península Ibérica (Século XX): actas* (pp. 71-85). Lisboa: Colibri.
- FONTE, Maria Manuela Afonso da [s.d.]. “O fenómeno urbano em Angola no século XX”. Em linha. Disponível em: <http://cargocollective.com/architecturamodernaluanda/filter/textos/Texto-7> [acedido em setembro de 2016]
- FORJAZ, José (1966). *Um complexo cooperativo na Granja de Mourão*. CODA - Concurso para a Obtenção do Diploma de Arquitecto. Porto: Escola Superior de Belas.
- FORTES, Mário P. da Cunha (1935). *Colónia Agrícola dos Milagres. Concelho de Leiria - Freguesia dos Milagres: projecto*. Lisboa: Ministério da Agricultura. Serviço de Publicidade e Biblioteca da DG da Acção Social Agrária. Separata do Boletim de Agricultura. Ano II, N.º 4 e 5, III Série.
- FRAGATA, Raquel [s.d.]. “Aldeias Históricas. Rigor e qualidade na próxima fase”. [Em linha]. Disponível em: http://www.urbi.ubi.pt/000523/edicao/reg_almeida.html [acedido em fevereiro de 2008]
- FRAGOSO, António (2001, 5 de março). “Aldeias fronteiriças vão ser recuperadas: Projecto envolve seis autarquias do distrito de Bragança”. [Em linha]. Disponível em: <http://www.bragancanet.pt> [acedido em fevereiro de 2008]
- FRANÇA, José Augusto (1980, dezembro). “1940, Exposição do Mundo Português”. *Colóquio. Artes*. Lisboa. N.º 45 (Dez. 1980).
- FRANÇA, José Augusto (1982). “A Exposição do Mundo Português”. In AA. VV. *Os anos 40 na arte portuguesa*. (Vol. 1, pp. 55-57). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- FRANÇA, José Augusto (1991). *A arte em Portugal no século XX* (3.ª ed.). Venda Nova: Bertrand. (Obra original publicada em 1974)
- FRANÇA. Datar - Délégation à l'aménagement du territoire et à l'action régionale / Direction de l'architecture et du patrimoine (ed. lit.) (2001). *Pays d'art et d'histoire et pôles d'économie du patrimoine: la valorisation du patrimoine dans le développement local*. Paris: La documentation Française.
- FRANÇA. Association Nationale des Pôles d'équilibre territoriaux et ruraux et des Pays; Association Nationale Villes et Pays d'Art et d'Histoire & Villes à Secteurs Sauvegardés et Protégés (2015). *Première étape de l'étude sur les Pays d'art et d'histoire*. Paris / Bordeaux : ANPP / ANVPAH & VSSP.
- FREITAS, António (1959, novembro/dezembro). “Tradicionalismo e evolução”. *Arquitectura: revista de arte e construção*. Lisboa: ICAT. Ano XXVI, 2.ª Série, N.º 66, pp. 31-37.
- FREITAS, Miguel (coord. geral) (2002a). *Programa de Intervenção das Aldeias do Algarve* (Vol. 1 - Plano Estratégico para as Aldeias de Baixa Densidade do Algarve). Faro: CCDRALg
- FREITAS, Miguel (coord. geral) (2002b). *Programa de Intervenção das Aldeias do Algarve* (Vol. 2, Planos de Intervenção das Aldeias do Algarve: Cacula Velha, Odeleite, Vaqueiros, Cachopo). Faro: CCRAIg
- FREITAS, Miguel (coord. geral) (2003a). *Programa de Intervenção das Aldeias do Algarve*. (Vol.3: Planos de Intervenção das Aldeias do Algarve: Estói, Querença, Paderne). Faro: CCRAIg
- FREITAS, Miguel (coord. geral) (2003b). *Programa de Intervenção das Aldeias do Algarve* (Vol. 4: Planos de Intervenção das Aldeias do Algarve: São Marcos da Serra, Caldas de Monchique, Budens, Carrapateira). Faro: CCDRALg
- FUNDÃO. Câmara Municipal (2002a). *Castelo Novo – Candidatura de “Concepção do Plano de Salvaguarda e revitalização da Aldeia Histórica de castelo Novo – Fase III”* [documento de trabalho]

- FUNDÃO. Câmara Municipal (2002b). *Castelo Novo – Proposta: Plano de Aldeia / Base Programática*. [documento de trabalho]
- GAMA, António (1992, fevereiro). "Urbanização Difusa e Territorialidade Local". *Revista Crítica de Ciências Sociais*. N.º 34 (O rural e o urbano; Produção, trabalho e emprego; Mulheres, família e transformação social), pp. 161-172. Disponível em: http://www.ces.uc.pt/rccs/index.php?id=457&id_lingua=1 [acedido em setembro 2015]
- GARCIA, Cristina (coord.) (2002). *Plano de Intervenção de Caceia "Entre dois céus"*. [S.l.: S.n.] [documento policopiado].
- GARCIA, Fátima (2004, 1 de maio). "Aldeias de 4ª Geração" paradas. Por falta de financiamento e de promotores" [Em linha]. Disponível em: <http://www.diariodetrasmontes.com/noticias/complexa.php?id=5432> [acedido em fevereiro de 2009]
- GARRETT, Almeida (1853). *Romanceiro. Vol. I: Romances da renascença* (3.ª ed.). Lisboa: Imprensa Nacional.
- GASPAR, Jorge, & SIMÕES, José Manuel (2006a). "O ordenamento à escala regional". In MEDEIROS, Carlos Alberto (dir.). *Geografia de Portugal* (Vol. IV - Planeamento e Ordenamento do Território, pp. 279-306). Mem Martins: Círculo de Leitores.
- GASPAR, Jorge, & SIMÕES, José Manuel (2006b). "O planeamento de âmbito nacional". In MEDEIROS, Carlos Alberto (dir.). *Geografia de Portugal* (Vol. IV - Planeamento e Ordenamento do Território, pp. 168-206). Mem Martins: Círculo de Leitores.
- GASPAR, Jorge, & SIMÕES, José Manuel (2006c). "O planeamento de âmbito regional". In MEDEIROS, Carlos Alberto (dir.). *Geografia de Portugal* (Vol. IV - Planeamento e Ordenamento do Território, pp. 207-242). Mem Martins: Círculo de Leitores.
- GB (2000, 25 de maio). "Balanço positivo do Programa das Aldeias Históricas: Um exemplo a seguir". In *Terras da Beira*, 25/05/2000. Disponível em: <http://www.freipedro.pt/tb/250500/reg6.htm> [acedido em fevereiro de 2008]
- GESTALQUEVA (2007). *Terras do Grande Lago – Alqueva. Plano de Acção 2007-2013*. Novembro 2007, Versão Final. Beja: Gestalqueva.
- GIRÃO, Filinto (2014). [Entrevista não gravada].
- GÓIS. Gabinete Técnico Local (2001). *Plano Integrado de Desenvolvimento Turístico. Acção Integrada de Base Territorial do Pinhal Interior: Aldeias do Xisto. Góis (Comareira, Aigra Nova, Aigra Velha, Pena, Povorais, Ribeira Cimeira)* [documento policopiado]. Góis: Câmara Municipal, GTL.
- GOMES, Bruno, et al. (2011). *Plano da Aldeia de Mosteiro*. Pedrógão Grande: Município
- GOMES, Luís (coord.) (2002). *Plano de Intervenção de Odeleite*. [documento de trabalho]
- GOMES, Paulo (2004, 6 de junho). "Valmont revitaliza aldeias de montanha". *Diário do Minho* [Em linha]. Disponível em: <http://diariodominho.pt/conteudos/12738> [acedido em outubro de 2012]
- GOMES, Rogério, & ROMERO, Myriam (2008). *Aldeias desertas em Portugal*. Lisboa: Urbe, D.L.
- GONÇALVES, Patrícia (2010, julho/setembro). "Homenagem a Abel Salazar terminou com duas grandes conferências". *Revista Norte Médico*. Porto: Secção Regional Norte da Ordem dos Médicos. N.º 44, pp. 52-53.
- GONZÁLEZ, Pablo Alonso (2014). "La transición al pos-productivismo: parques patrimoniales, parques culturales y ordenación territorial". *Revista EURE - Revista de Estudios Urbano Regionales*, Vol. 40, N.º 119, pp. 217-238. Disponível em: <http://www.eure.cl/index.php/eure/article/view/372/614> [acedido em novembro de 2002]
- GONZÁLEZ, Pablo Alonso, & VÁZQUEZ, Alfredo (2014). "Between Planning and Heritage: Cultural Parks and National Heritage Areas". *European Spatial Research and Policy*, Vol. 21, N.º 2, pp. 33-46. Disponível em: <http://esrap.geo.uni.lodz.pl/uploads/publications/articles/v21n2/Pablo%20Alonso%20GONZ%C3%81LEZ,%20Alfredo%20Mac%C3%ADas%20V%C3%81ZQUEZ.pdf> [acedido em março de 2009]
- GRAÇA, Eduardo, & ESPÍRITO SANTO, Manuela (2000). *Carta de Lazer das Aldeias Históricas*. Lisboa: Inatel. 8 vol.
- GRAÇA, Maria do Rosário Melides Coelho (2010). *Aldeias Vinhateiras: aldeias com vida? Estudo de caso das aldeias de Salzedas e Ucanha*. Dissertação para a obtenção do grau de Mestre em Turismo. Vila real: Universidade Trás-os-Montes e Alto Douro.
- GRACIA, Francisco de (2001). *Construir em lo construido. La arquitectura como modificación* (3.ª ed. rev.). Madrid: Editorial Nerea. (Obra original publicada em 1992)
- GRANCHO, Nuno, et al. (2002). *Plano de Aldeia – Sarzedas*. Castelo Branco: Câmara Municipal.
- GRIES, Nadja Von, ROMERO, Eliana, & HARTWIG, André (2009). *Dorferneuerung in Hessen – nachhaltige, integrierte Dorfentwicklung in Richten*. Im Rahmen der Übung "Einführung in die Planung". Darmstadt: Technische Universität, Institut WAR – Fachgebiet Raum- und Infrastrukturplanung.
- GROS, Marielle Christine (1982). *O Alojamento Social Sob o Fascismo*. Lisboa: Afrontamento.
- GTAA [Sotavento] (coord. geral) (2007). *Construções em Xisto*. Documento em formato vídeo. [Lisboa]: Magoo Audiovisuais.
- GUERREIRO, João (2002). [ofício dirigido à DGEMN solicitando a colaboração técnica desta entidade]
- GUERREIRO, João (2003). "As condições de inovação nas áreas rurais". In PORTELA, José, & CALDAS, João Castro, (org.s). *Portugal-Chão* (pp. 515-529). Oeiras: Celta Editora.
- GUILLAUME, Marc (2003). *A Política do Património*. Trad. de Joana Caspurro. Porto: Campo das Letras. (Obra original publicada em 1980)
- GUIMARÃES, Fernando Manuel Lobato da Cunha (1957). *Um grupo de habitações para a aldeia de Rebordochão*. CODA - Concurso para a Obtenção do Diploma de Arquitecto. Porto: Escola Superior de Belas.
- GUINET, Amandine (2009). *Les nouveaux territoires du patrimoine : Les Pays d'art et d'histoire*. Enquête nationale. [S.l.] : Association Nationale Villes et Pays d'Art et d'Histoire & Villes à Secteurs Sauvegardés et Protégés.
- HALBWACHS, Maurice (1990). *A memória coletiva*. Trad. de Laurent Léon Schaffter. São Paulo: Edições Vértice. (Obra original publicada em 1950)
- HALFACREE, Keith (2007). "Trial by space for a 'radical rural': Introducing alternative localities, representations and lives". *Journal of Rural Studies*, N.º 23, pp. 125-141.
- HARVEY, David (1992). *The Condition of Postmodernity. An Enquiry into de Origins of Cultural Change*. Cambridge MA & Oxford UK: Blackwell. (Obra original publicada em 1989)
- HESSSEN. Hessisches Ministerium für Umwelt, ländlichen Raum und Verbraucherschutz [s.d.]. *Dorferneuerung in Hessen*. [Em linha]. Disponível em: <http://www.hmulv.hessen.de/> [acedido em abril de 2016]

- HESSEN. Hessisches Ministerium für Umwelt, ländlichen Raum und Verbraucherschutz (2009). *Programm und Richtlinien zur Förderung der ländlichen Entwicklung in Hessen*. [Em linha] Disponível em: <https://umweltministerium.hessen.de> [acedido em abril de 2016]
- HESSEN. Ministerium für Wirtschaft, Verkehr und Landesentwicklung (2001). *Dorferneuerung in Hessen*. [Em linha] Disponível em: <http://www.dorfplanerin.de> [acedido em abril de 2016]
- HIPÓLITO, João Pedro, et al. (2002a). *Plano de aldeia de Água Formosa*. Sertão: Sertão: GAT (Municípios de Oleiros, Proença-a-Nova, Sertão e Vila de Rei)
- HIPÓLITO, João Pedro, et al. (2002b). *Plano de aldeia de Pedrogão Pequeno*. Sertão: Câmara Municipal/GAT.
- HOBBSAWM, Eric (1984a). "A produção em massa de tradições". In HOBBSAWM, Eric, & RANGER, Terence (1984). *Invenção das tradições* (pp. 271-316). Trad. Celina Cardim Cavalcante. Rio de Janeiro: Paz e Terra. (Obra original publicada em 1983)
- HOBBSAWM, Eric (1984b). "Introdução: A invenção das tradições". In HOBBSAWM, Eric, & RANGER, Terence (1984). *Invenção das tradições* (pp. 9-23). Trad. Celina Cardim Cavalcante. Rio de Janeiro: Paz e Terra. (Obra original publicada em 1983)
- HOBBSAWM, Eric, & RANGER, Terence (1984). *Invenção das tradições*. Trad. Celina Cardim Cavalcante. Rio de Janeiro: Paz e Terra. (Obra original publicada em 1983)
- HONORÉ, Carl (2009). *In Praise of Slowness: Challenging the Cult of Speed*. New York: Harper Collins e-books. (Obra original publicada em 2004)
- HOPKINS, Jeffrey (1999). "Commodifying the countryside: marketing myths of rurality". In BUTLER, Richard, HALL, C. Michael, & JENKINS, John, J. *Tourism and recreation in rural areas* (pp. 139-156). Chichester: John Wiley and Sons.
- HOWELL, Margarida Souza Lôbo (1999). "Casas Económicas. Um programa emblemático da política habitacional do Estado Novo". In ALÇADA, Margarida, & GRILO, Maria Inácia Teles (coord.). *Caminhos do Património 1929-1999* (pp. 151-158). Lisboa: DGEMN, Livros Horizonte.
- INTERNATIONAL CULTURAL TOURISM CHARTER - Managing Tourism at Places of Heritage Significance (1999). ICOMOS 12th General Assembly, Mexico, 17 to 23 October 1999. Disponível em: http://www.international.icomos.org/charters/tourism_e.pdf [acedido em agosto de 2012]
- JENKINS, John. M., HALL, C. Michael, & TROUGHTON, Michael (1999). "The restructuring of rural economies: rural tourism and recreation as a government response". In BUTLER, Richard, HALL, C. Michael, & JENKINS, John. *Tourism and recreation in rural areas* (pp. 43-67). Chichester: John Wiley and Sons.
- JOAQUIM, Graça (1983). "Diferente e Genuíno: espaço rural, espaço turístico". In *Estruturas Sociais e desenvolvimento/Actas do II Congresso português de Sociologia* (pp. 896-899). Lisboa: Associação Portuguesa de Sociologia/Editorial Fragmentos.
- JOKILEHTO, Jukka (1986). *A History of Architectural Conservation. The Contribution of English, French, German and Italian Thought towards an International Approach to the Conservation of Cultural Property*. D.Phil Thesis, The University of York, Institute of Advanced Architectural Studies.
- KAPPERT, Joachim (2000). "Community and rural development in Northern Portugal". In HALL, Derek, & RICHARDS, Greg (ed.) *Tourism and sustainable community development* (pp. 258-267). London: Routledge.
- KAYSER, Bernard (1990). *La Renaissance rurale. Sociologie des campagnes du monde occidental*. Paris: Armand Colin.
- KAYSER, Bernard (2001) "La ruralité en question". In FRANÇA. Datar - Délégation à l'aménagement du territoire et à l'action régionale / Direction de l'architecture et du patrimoine (ed. lit.) *Pays d'art et d'histoire et pôles d'économie du patrimoine: la valorisation du patrimoine dans le développement local* (pp. 111-114). Paris: La documentation Française.
- LACROIX, Michel (1999). *O Princípio de Noé ou a Ética da Salvaguarda*. Trad. de Sérgio Pereira. Lisboa: Instituto Piaget. (Obra original publicada em 1997)
- LAMPEDUSA, Giuseppe Tomasi di (2007). *O Leopardo*. Trad. de José Colaço Barreiros. Lisboa: Teorema. (Obra original publicada em 1958)
- LASTRUP. Lebendige Mitte - Dorferneuerung Lastrup [s.d.]. *Was ist Dorferneuerung/Dorfentwicklung?* [Em linha] Disponível em: <http://www.lebendigemitte.de/> (acedido em abril de 2016).
- LATOCHE, Serge [s.d.]. "A bas le développement durable! Vive la décroissance conviviale!". www.decroissance.org/ Institut d'études économiques et sociales pour la décroissance soutenable (IEEDS). Disponível em: <http://www.decroissance.org/?chemin=textes> [acedido em setembro de 2015]
- LAWRENCE, Mark (1997). "Heartlands or Neglected Geographies? Liminality, Power, and the Hyperreal Rural". *Journal of Rural Studies*, Vol. 3, N.º 1, pp. 1-17.
- LE CORBUSIER (1934, abril). "La 'ferme radieuse', le 'village radieux'". *L'Homme Réel*, N.º 4, pp. 54-59. Disponível em: http://www.piaceleradieux.com/documents/homme_reel/hr_article_corbu.pdf [acedido em maio de 2015]
- LE CORBUSIER (1979). *Os três estabelecimentos humanos* (2.ª ed.). Trad. de Dora Maria Aguiar Whitaker. São Paulo: Editora Perspectiva. (Obra original publicada em 1945)
- LE GOFF, Jean Pierre (2012). *La fin du village. Une histoire française*. [S.l.]: Gallimard.
- LEADER+ [Em linha]. Disponível em: <http://www.qca.pt/iniciativas/leader.asp> [acedido em fevereiro de 2016]
- LEAL, João (2000). Etnografias portuguesas (1870-1970). *Cultura popular e identidade nacional*. Lisboa: Dom Quixote
- LEAL, João (2002). "Metamorfose da arte popular: Joaquim de Vasconcelos, Vergílio Correia e Ernesto de Sousa". *Etnográfica*. Vol. VI., N.º 2, pp. 252-280. Disponível: <http://hdl.handle.net/10362/4319> [acedido em novembro de 2015]
- LEFEBVRE, Henri (2001). *Du Rural à l'Urbain* (3.ª éd.). Ethnociologie. Paris: Anthropos. (Obra original publicada em 1971)
- LEFEBVRE, Henri (2003). *The urban revolution*. Trans. Robert Bononno. Minneapolis: Minnesota University Press. (Obra original publicada em 1970)
- LEFORT, Isabelle (1997). *Crises et mutations des espaces ruraux dans les pays anciennement industrialisés*. Paris: Economica.
- LEI n.º 1.700, de 18 de dezembro de 1924. *DR*, I Série, N.º 281, de 18-12-1924, pp. 1858-1863.

- LEI n.º 1.959, de 3 de agosto de 1937. Promulga as bases da reorganização dos serviços dos correios, telégrafos e telefones. *Diário do Governo*, I Série, N.º 179, de 03-08-1937, pp. 785-787.
- LEI n.º 1.985, de 17 de dezembro de 1940. Orçamento Geral do Estado para o Ano Económico de 1941. Disponível em: http://purl.sgmf.pt/OE-1941/1/OE-1941_pdf/1941_0000_0040-0046_t01-B-R0300.pdf [acedido em outubro 2015].
- LEI n.º 107/2001, de 8 de setembro de 2001. *DR*, Série I-A, N.º 209, de, 08-09-2001, pp. 5808-5829
- LEI n.º 13/85, de 6 de julho de 1985. *DR*, I Série I, N.º 153, de 06-07-1985, pp. 1865-1874
- LEI n.º 2.017, de 25 de junho de 1946. *Diário do Governo*, I Série, N.º 139, de 25-06-1946, pp. 588-589
- LEI n.º 48/98, de 11 de agosto de 1998. Bases da política de ordenamento do território e de urbanismo. *DR*, I-Série A, N.º 184, de 11-08-1998, pp. 3869-3875
- LEI n.º 58/2007, de 4 de setembro de 2007. Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território. *DR*, I-Série, N.º 170, de 04-09-2007, pp. 6126-6181
- LENCLUD, Gérard (1987). "La tradition n'est plus ce qu'elle était...". *Terrain* [Em linha], 9 de outubro de 1987, publicada em linha em 21 de março de 2005. Disponível em: <http://terrain.revues.org/3195>; DOI: 10.4000/terrain.3195 [acedido em abril de 2015]
- LEÓNIDAS, Vasco (1971). *Para uma política de bem-estar rural*. Lisboa: [s.n.].
- LÉVI-STRAUSS, Claude (1987). *Antropologia estrutural dois* (2.ª ed.). Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro. (Obra original publicada em 1973)
- LIMA, Francisco de (1936), "Pouzadas". In *I Congresso Nacional de Turismo: relatório* (s.p.). Lisboa: [s.n.]. (Comunicação original proferida em 1935)
- LIMA, Viana de, TÁVORA, Fernando, & FILGUEIRAS, Octávio Lixa. (1959, janeiro/fevereiro [1956]). "Tese ao X Congresso do C.I.A.M.". *Arquitectura: revista de arte e construção* Lisboa: ICAT. N.º 64, pp. 21-28. (Documento original apresentado em 1956)
- LINO, Raul (1939). *Pousada do Algarve* (Parecer). Documento dactilografado, inédito.
- LINO, Raul (1941, setembro). "Ainda as Casas Portuguesas". In *Panorama: revista portuguesa de arte e turismo*. Lisboa: SPN. N.º 4, Ano 1º, Vol. 1.º, pp. 9-10.
- LINO, Raul (1992). *Casas portuguesas. Alguns apontamentos sobre o arquitectar das casas simples* (8ª ed.). Lisboa: Edições Cotovia. (Obra original publicada em 1933)
- LINO, Raul [s.d.]. *A nossa casa: apontamentos sobre o bom gosto na construção das casas simples* (4.ª ed.) Lisboa: [s.n.]. (Obra original publicada em 1918)
- LISBOA E VALE DO TEJO. Comissão de Coordenação da Região [1990a]. *Operação Integrada de desenvolvimento para a Península de Setúbal*. Lisboa: DGDR
- LISBOA E VALE DO TEJO. Comissão de Coordenação da Região [1990b]. *Programa Operacional da Grande Lisboa*. Lisboa: CCRLVT.
- LISBOA E VALE DO TEJO. Comissão de Coordenação da Região [1990c]. *Programa Operacional do Oeste*. Lisboa: CCRLVT.
- LISBOA E VALE DO TEJO. Comissão de Coordenação da Região [1990d]. *Programa Operacional do Vale do Tejo*. Lisboa: CCRLVT
- LISBOA E VALE DO TEJO. Comissão de Coordenação da Região (2000). *PORLVT - Programa Operacional Regional Lisboa e Vale do Tejo 2000-2006* (aprovado pela Comissão em 28 de Julho de 2000). [Lisboa: CCRLVT]
- LISBOA E VALE DO TEJO. Comissão de Coordenação da Região (2001). *PORLVT - Programa Operacional Regional Lisboa e Vale do Tejo 2000-2006. Complemento de Programação* (abril 2001). [Lisboa: CCRLVT]
- LISBOA E VALE DO TEJO. Comissão de Coordenação da Região (2002). *PORLVT - Programa Operacional da Região de Lisboa e Vale do Tejo 1994-1999. Relatório de Execução Final*. [Lisboa: CCRLVT]
- LISBOA E VALE DO TEJO. Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional (2004). *PORLVT - Programa Operacional Regional Lisboa e Vale do Tejo 2000-2006. Revisão Intercalar 2004. Complemento de Programação* (outubro 2004). [Lisboa: CCRLVT]
- LISBOA E VALE DO TEJO. Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional (2010a). *PORLVT - Programa Operacional Regional Lisboa e Vale do Tejo 2000-2006* (Relatório de Execução de 2008, abril 2010). [Lisboa: CCRLVT]
- LISBOA E VALE DO TEJO. Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional (2010b). *PORLVT - Programa Operacional Regional Lisboa e Vale do Tejo 2000-2006* (Relatório de Execução de 2009, abril 2010). [Lisboa: CCRLVT]
- LISBOA E VALE DO TEJO. Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional (2010c). *PORLVT - Programa Operacional Regional Lisboa e Vale do Tejo 2000-2006* (Relatório Final de Execução, abril 2010). [Lisboa: CCRLVT]
- LÔBO, Margarida Souza (2013). "Génese dos bairros ilegais nos anos de 1960-1970 na Região de Lisboa". In AA. VV. *Habitação para o maior número. Portugal: os anos de 1950-1980* (pp. 79-99). Lisboa: IHRU e Câmara Municipal de Lisboa.
- LOBO, Susana (2012), *Arquitectura e turismo: planos e projectos. As cenografias do lazer na costa portuguesa, da 1.ª república à democracia* (vol. 2). Dissertação de Doutoramento em Arquitectura, especialidade de Teoria e História. Coimbra: Universidade de Coimbra.
- LOBO, Vasco (1957). *Uma adega cooperativa para a Colónia Agrícola de Pegões da Junta de Colonização Interna*. CODA - Concurso para a Obtenção do Diploma de Arquitecto. Porto: Escola Superior de Belas.
- LOBO, Vasco (1961a). "A habitação rural e a crise de toda uma cultura tradicional". In: *Arquitectura: revista de arte e construção*. N.º 70, pp. 5-6
- LOBO, Vasco (1961b, dezembro). "A habitação rural e a crise de toda uma cultura tradicional (II)". *Arquitectura: revista de arte e construção*. N.º 73, pp. 19-22
- LOBO, Vasco (1962, junho). "A habitação rural e a crise de toda uma cultura tradicional (III)". In: *Arquitectura: revista de arte e construção*. N.º 75, pp. 37-40 e 54.
- LOBO, Vasco (1963, maio). "A habitação rural e a crise de toda uma cultura tradicional (IV)". In: *Arquitectura: revista de arte e construção*. N.º 78, pp. 3-6.
- LOBO, Vasco, & ANTUNES, Alfredo da Mata (1960). *Problemas actuais da pequena habitação rural*. Coimbra: DGSU/CEU.
- LOPES, Regina (2012, outubro). "Editorial". *Pessoas e Lugares*. Lisboa: Minha Terra. III Série, N.º 8, p. 2.

- LOPES, Sara Mónico (2003). *De baldio a colonato: a colónia agrícola dos Milagres, Leiria (1925-1950)*. Tese mestrado em História Social Contemporânea. Lisboa, ISCTE.
- LÓPEZ, Salvador Guerrero (2004). "Carreteras, turismo y arquitectura moderna: los albergues de automovilistas del Patronato Nacional de Turismo (1928-1946)". In AAVV. *Arquitectura Moderna y Turismo 1925-1965: Actas* (pp. 69-73). [S.l.]: Fundación DCOMOMO Ibérico.
- LOURENÇO, Eduardo (1982). "Triste África [prefácio]". In FRANÇA, José Augusto. *Natureza Morta* (pp. 9-17). Lisboa: Editorial Estampa.
- LOURENÇO, Eduardo (1992). *O Labirinto da Saudade* (5.ª ed.). Lisboa: Publicações Dom Quixote, Lda. (Obra original publicada em 1972)
- LOUSÃ. Câmara Municipal [1989]. *Aldeias Serranas* [documento policopiado]. Lousã: Câmara Municipal. 2 vol.
- LOUSÃ. Gabinete de Apoio Técnico (1986). *Recuperação das Aldeias Serranas - sugestões*. Lousã: Câmara Municipal.
- LOUSÃ. Gabinete Técnico Local (2003a). *Relatório de Actividades Nº 1 - janeiro de 2003* [documento policopiado]. Lousã: Câmara Municipal, GTL.
- LOUSÃ. Gabinete Técnico Local (2003b). *Relatório de Actividades Nº 2 - abril de 2003* [documento policopiado]. Lousã: Câmara Municipal, GTL.
- LOUSÃ. Gabinete Técnico Local (2003c). *Relatório de Actividades Nº 3 - maio, junho e julho de 2003* [documento policopiado]. Lousã: Câmara Municipal, GTL.
- LOUSÃ. Gabinete Técnico Local (2004). "As Aldeias do Xisto: uma identidade partilhada" [Em linha]. Disponível em: <http://www.cm-lousa.pt/biblioteca/aldeiasxisto.htm> [acedido em janeiro de 2008]
- LOUSADA, Maria Alexandre (2008). "Antigas vilas, aldeias velhas, novas aldeias. A paradoxal identidade das Aldeias Históricas de Portugal". In CAVACO, Carminda (coord.). *Turismo, Inovação e Desenvolvimento* (pp. 143-174). Lisboa: CEG.
- LOWENTHAL, David (1988). *The Past is a Foreign Country*. Cambridge: University Press.
- LUCENA, Armando de (1940, 29 de janeiro). "A Habitação Rural Portuguesa". *Diário de Notícias*. Ano 80, N.º 28.004, pp. 1 e 3.
- LUSA (2009). "Aldeias do Vale do Côa com novo roteiro" [Em linha]. Disponível em: <http://www.destak.pt/artigo/19154> [acedido em outubro de 2012]
- LUSA (2012). "Turismo - Aldeias do Xisto continuam a crescer" [Em linha]. Disponível em: www.cafeportugal.net [acedido em outubro de 2012]
- LUSA (2013a). "Aldeia de Cabrum que tinha ficado sem habitantes foi repovoada". [Em linha] Disponível em: <http://www.asbeiras.pt/2013/06/aldeia-de-cabrum-que-tinha-ficado-sem-habitantes-foi-repovoada/> [acedido em julho de 2016]
- LUSA (2013b, 16 de março). "Há duas aldeias despovoadas à venda no distrito de Vila Real". [Em linha] Disponível em: <http://www.publico.pt/local/noticia/ha-duas-aldeias-despovoadas-a-venda-no-distrito-de-vila-real-1597276> [acedido em dezembro de 2014]
- LUSA (2014a). "Beira Interior - Aldeias Históricas querem ter 500 mil visitantes anuais". [Em linha]. Disponível em: http://www.cafeportugal.net/pages/noticias_artigo.aspx?id=7382 [acedido em março de 2014]
- LUSA (2014b). "Sabrosa - Provesende acolhe Festival das Aldeias Vinhateiras" [Em linha]. Disponível em: http://www.cafeportugal.pt/pages/noticias_artigo.aspx?id=8231 [acedido em setembro de 2014]
- LUSA (2016a). "Associação de Municípios do Vinho aprova criação de rede de aldeias vinhateiras". Disponível em: http://economico.sapo.pt/noticias/associacao-de-municipios-do-vinho-aprova-criacao-de-rede-de-aldeias-vinhateiras_245407.html [acedido em junho de 2016]
- LUSA (2016b). "Primeira 'Aldeia Inteligente de Montanha' surge na Serra da Estrela". [Em linha]. Disponível em: <https://www.publico.pt/local/noticia/primeira-aldeia-inteligente-de-montanha-surge-na-serra-da-estrela-1724030> [acedido em fevereiro de 2016]
- LYNCH, Kevin (1981). *A Theory of Good City Form*. Cambridge, Massachussets, and London, England: MIT Press.
- LYNCH, Kevin (1990). *The Image of the City*. Cambridge, Massachussets, and London, England: The M.I.T. Press. (Obra original publicada em 1960)
- MACEDO, Mário Botelho de (1942). *A casa rural: a habitação*. Campanha da Produção Agrícola, Série B - N.º 26. Lisboa: Ministério da Economia, Direção Geral dos Serviços Agrícolas, Serviço Editorial de Estudos, Informação e Propaganda.
- MACHADO, Carlos (2011, dezembro). "Alfredo Viana de Lima em Bragança". *Monumentos: revista semestral de edifícios e monumentos*. Lisboa: IPPAR. N.º 32, pp. 126-133.
- MACHADO, José Luís Pinto (1956). *Casal tipo na Colónia Agrícola da Boalhosa*. Lisboa: JCI.
- MACHADO, José Luís Pinto (1957). *Colónia Agrícola da Boalhosa, casa da professora: projecto*. Lisboa: JCI.
- MACHADO, José Luís Pinto (1961). *Novas possibilidades para a modernização do «habitat» rural*. Conferência proferida na Câmara Municipal de Penafiel, no dia 30 de novembro. Separata de «A Agricultura e o II Plano de Fomento» (pp. 323-335). Lisboa: Secretaria de Estado da Agricultura.
- MACHADO, José Luís Pinto (1964a). *A arquitectura rural e a reorganização fundiária italiana: relatório de uma visita de estudo*. Lisboa: JCI.
- MACHADO, José Luís Pinto (1964b). *Aldeia de Prados: Programa de Renovação Rural* [documento policopiado]. Lisboa: Junta de Colonização Interna. 9 vol.
- MACHADO, José Luís Pinto (1964c). "Planeamento rural/Renovação de aldeias/Ruralismo" [documento policopiado]. [S.l.]: [s.n.].
- MACHADO, José Luís Pinto (1965). *Alguns problemas do mundo rural português*. Lisboa: MOP/CEUH
- MACHADO, José Luís Pinto (1970). "Os planos de urbanismo rural e de ruralismo, no contexto do planeamento territorial". In *Colóquio sobre Desenvolvimento Sócio-Económico da Zona da Cova da Beira*, realizado de 28 de setembro a 3 de Outubro de 1970 no âmbito das Comemorações do 1º Centenário da Covilhã Cidade. Covilhã: Câmara Municipal.
- MACHADO, José Luís Pinto [1971]. *Renovação aldeã: aldeias a renovar*. [s.l.: s.n.]. [documento dactilografado].

- MACHADO, José Luís Pinto (1981). *Habitação rural: sugestões para a renovação ou construção: métodos construtivos e elementos tradicionais* (2.ª ed.). Lisboa: Instituto Fontes Pereira de Melo.
- MACHADO, José Luís Pinto (2013). [Entrevista gravada]. Documento em áudio.
- MADEIRA. Direcção Regional do Planeamento (2000a). *POPRAM - Programa Operacional Plurifundos da Região Autónoma da Madeira 2000-2006*. [Funchal: DRPM]
- MADEIRA. Direcção Regional do Planeamento [2000b]. *POPRAM - Programa Operacional Plurifundos da Região Autónoma da Madeira 2000-2006* (Complemento de Programação) [Funchal: DRPM]
- MADEIRA. Direcção Regional do Planeamento [2002]. *POPRAM II – Programa Operacional Plurifundos da Região Autónoma da Madeira 1994-1999 – QCA II* (Relatório Final) [Funchal: DRPM]
- MADEIRA. Região Autónoma (1990). *Programa Operacional Plurifundos da Região Autónoma da Madeira - POP Madeira/Operação Integrada de Desenvolvimento*. [Funchal]: RAM.
- MADEIRA. Secretaria Regional do Plano e Finanças (2004). *POPRAM - Programa Operacional Plurifundos da Região Autónoma da Madeira 2000-2006. Reprogramação Intercalar 2004* (Complemento de Programação, dezembro 2004). [Funchal]: SRPF
- MADEIRA. Secretaria Regional do Plano e Finanças (2010a). *POPRAM - Programa Operacional Plurifundos da Região Autónoma da Madeira 2000-2006* (Relatório Final de Execução, março 2010). [Funchal]: SRPF
- MADEIRA. Secretaria Regional do Plano e Finanças (2010b). *POPRAM - Programa Operacional Plurifundos da Região Autónoma da Madeira 2000-2006* (Relatório Final de Execução, Adenda, setembro 2010). [Funchal]: SRPF
- MADEIRA. Secretaria Regional do Plano e Finanças (2010c). *POPRAM - Programa Operacional Plurifundos da Região Autónoma da Madeira 2000-2006* (Relatório Final de Execução, Anexos 9 – Projectos aprovados, março 2010). [Funchal]: SRPF
- MAGALHÃES, Fausto (2014). [Entrevista não gravada].
- MAGALHÃES, Natércia (2008). *Algarve: castelos, cercas e fortalezas*. Faro: Letras Várias.
- MAGEL, Holger [s.d.]. "Dorferneuerung". In *Historisches Lexikon Bayerns*, URL: <<http://www.historisches-lexikon-bayerns.de/Lexikon/Dorferneuerung>>(13.04.2016).
- MAGEL, Holger, RITZINGER, Anne, & GROß, Christiane (2010). "Dorferneuerung 2020 – Neue Wege oder weiter wie bisher?" *Mitteilungen DVW-Bayern*. N.º 3, pp. 373-387.
- MAGNAGHI, Alberto (2005). *The Urban Village: A Charter for Democracy and Local Self-Sustainable Development*. Translated by David Kerr. London: Zed Books. (Obra original publicada em 2000)
- MAGNAGHI, Alberto, et al. (2005). *The Charter for a New Municipium*. Documento promovido pelo Laboratorio di Progettazione Ecologica degli Insediamenti (LAPEI), e apresentado na Conference of Local Authorities, em Porto Alegre (Brasil), em 28-29 de Janeiro de 2002. In MAGNAGHI, Alberto. *The Urban Village: A Charter for Democracy and Local Self-Sustainable Development* (pp. 173-179). Translated by David Kerr. London: Zed Books. (Documento original apresentado em 2002)
- MAIA, Maria Helena, & CARDOSO, Alexandra (2012). "O Inquérito à Arquitectura Regional: contributo para uma historiografia crítica do Movimento Moderno em Portugal". in *Actas IV Congresso de História da Arte Portuguesa* (pp. 379-387). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian. Disponível na Internet: <http://www.ceaa.pt/wp-content/uploads/2012/12/2012-APHA-MHM-e-AC.pdf> [acedido em setembro de 2014].
- MARQUES, Florindo Belo, & FERREIRA, Victor [2002]. *Rede de Aldeias do Xisto - Planos de Aldeia* [documento de trabalho].
- MARQUES, Mónica (2014). [Entrevista não gravada]
- MARTINHO, António (2009). "A reabilitação, a requalificação e a preservação dos núcleos históricos das aldeias (ou vilas) como factor de desenvolvimento". In *Conferências "Centros Históricos e Vida Contemporânea"*, IHRU, Lisboa, novembro de 2009.
- MARTINS, Afonso Nuno Henrique (2011). *Projecto territorial do parque patrimonial do Mondego. Revisitações da paisagem cultural ribeirinha*. Lisboa: Faculdade de Arquitectura. Tese de Mestrado.
- MARTINS, Moisés de Lemos, OLIVEIRA, Madalena, & BANDEIRA, Miguel (2012). "O «mundo português» da exposição de 1940 em postais ilustrados: o global numa visão lusocêntrica". *RCL*. N.º 42, pp. 265-277. Disponível em : https://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/24149/1/o_mundo_portugues_da_exposicao_1940.pdf [acedido em 2014-11-09]
- MARTINS, Natalino (coord) (2008). *PROVERE - Programas de Valorização Económica de Recursos Endógenos. Das ideias à acção: Visão e Parceria*. Lisboa: Departamento de Prospectiva e Planeamento e Relações Internacionais.
- MARUJO, João (2014). [Entrevista não gravada].
- MATTOSO, José (dir.), & ROSAS, Fernando (coord.) (1994). *História de Portugal. Volume VII – O Estado Novo (1926-1974)*. Lisboa: Editorial Estampa
- MATTOSO, José, DAVEAU, Suzanne, & BELO, Duarte (2011). *O sabor da terra*. Temas e Debates. [S.l.]: Círculo de Leitores.
- MEDEIROS, Lúcia Vera Marracho (2010). *Aldeias Vinhateiras: aldeias com vida? Estudo de caso das aldeias de Faveiros e Provesende*. Dissertação para a obtenção do grau de Mestre em Turismo. Vila real: Universidade Trás-os-Montes e Alto Douro.
- MEDINA, João (1997). "Deus, Pátria, Família: ideologia e mentalidade do Salazarismo". In MEDINA, João (dir.). *História de Portugal. Dos tempos pré-históricos aos nossos dias* (Vol. XII: O "Estado Novo" - I. O ditador e a ditadura, pp. 11-142). Amadora: Clube Internacional do Livro.
- MEIJERING, Louise (2006). *Making a place of their own: Rural intentional communities in Northwest Europe*. Doctor of Philosophy, University of Groningen. Disponível em: <http://irs.ub.rug.nl/ppn/29798591> [acedido em julho de 2016]
- MELO, Daniel (2001). *Salazarismo e cultura popular (1933-1958)*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.
- MELO, Manuel Duarte Moreira de Sá e (1940, dezembro). "A Exposição do Mundo Português". *Boletim da Ordem dos Engenheiros*. Lisboa: Ordem dos Engenheiros. N.º 48, pp. 441-471.
- MENDES, Fernando Sequeira (2000). *Flor da Rosa/Crato. Plano de Acção para a Revitalização*. Lisboa: Arquiespaço, Lda.
- MENDES, Patrícia A. A. (coord.) (2002). *Ferraria de São João – Plano Global de Intervenção*. Penela: Câmara Municipal / Gabinete Técnico

- MENDES, R. Espregueira, CALHEIROS, Duarte, & NUNES, Adelino (1998). "Relatório da Comissão incumbida de estudar os projectos-tipo dos novos edifícios dos C.T.T.". In BARTOLO, Carlos Humberto Mateus de Sousa. *Desenho de Equipamento no Estado Novo. As estações de Correio do Plano Geral de Edificações* (Vol. II, Anexo C, pp. 21-59). Dissertação de Mestrado em Design Industrial. Porto: Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto. (Documento original datado de 1936)
- MESTRE, Victor (2002). *Arquitetura Popular da Madeira*. Lisboa: Argumentum.
- MEXICO CITY DECLARATION on Cultural Policies (1982). *World Conference on Cultural Policies*. Mexico City, 26 July-6 August 1982. Disponível em: http://portal.unesco.org/culture/en/files/12762/11295421661mexico_en.pdf/mexico_en.pdf [acedido em agosto de 2012].
- MIL-HOMENS, Rui (1994). Ofício ref. 500/94 [do Gestor do PPDR às câmaras respeitantes ao PAH], de 02-12-1994.
- MÓNICA, Maria Filomena (1977). "«Deve-se ensinar o povo a ler?» - a questão do analfabetismo (1926-1939)". *Análise Social*, Vol. XIII, N.º 50, pp. 321-353.
- MONIZ, Gonçalo do Canto (2011). *O ensino Moderno da Arquitectura. A Reforma de 57 e as Escolas de Belas-Artes em Portugal (1931-69)* (Vol. I). Dissertação de Doutoramento em Arquitectura. Coimbra: Departamento de Arquitectura da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra.
- MONTEIRO, António José G. (coord.) [s.d.]. *Aldeia do Piódão – Plano Trienal*. Arganil: Câmara Municipal/GTL
- MONTEIRO, Maria Leal, et al. (1996). *Acção de Valorização do Norte Alentejano: relatório de progresso* [documento policopiado]. Alter do Chão: GT/AVNA.
- MONTEIRO, Paulo (1985). *Terra que já foi terra: análise sociológica de nove lugares agro-pastoris da serra da Lousã*. Lisboa: Salamandra.
- MORAIS, João, & RUI, Herlander (2008). "Tesouros do Xisto". *Reportagem TSF*, TSF, abril de 2008. Documento em formato áudio. Disponível em: <http://www.tsf.pt/programa/reportagem-tsf/emissao/tesouros-de-xisto-916302.html> [acedido em abril de 2012]
- MOREIRA, Inês Silva Lamelas van Brabant (2011). *Aldeias de xisto: projecto para reabilitação da aldeia da Cerdeira*. Dissertação de Mestrado Integrado em Arquitectura, apresentada ao Departamento de Arquitectura da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra.
- MOTA, Isabel (1995). "Aldeias Históricas: Razões, Instrumentos, Objectivos". In PORTUGAL. Secretaria de Estado do Planeamento e Desenvolvimento Regional. *Intervenção Aldeias Históricas de Portugal, Beira Interior: Planos das aldeias* (s.p.). [S.l.]: SEPDR.
- MUMFORD, Lewis (1941). *The South in Architecture*. The Dancy Lectures, Alabama College, 1941. New York: Harcourt, Brace and Company
- N.P. (2012). "Aldeias do Cão ganham roteiro" [Em linha]. Disponível em: <http://www.almadeviajante.com/travelnews/002798.php> [acedido em outubro de 2012]
- NALDI, Lucia, NILSSON, Pia, WESTLUND, Hans, & WIXE, Sofia (2015). "What is smart rural development?" *Journal of Rural Studies*, N.º 40, pp. 90-101.
- NASCIMENTO, Sara C., NOGUEIRA, Joana, PAULO, Luísa R., & BASTOS, Jorge N. (2008). "A Aldeia Histórica de Castelo Mendo e Marialva – contributos de arquitectura e urbanismo". In *Actas do 14º Congresso da Associação Portuguesa para o Desenvolvimento Regional* (pp. 2071-2102), APDR, Tomar, 4 a 6 de Julho de 2008.
- NATES CRUZ, Béatriz (2009). "Procesos de gentrificación en lugares rururbanos: Presupuestos conceptuales para su estudio en Colombia". In ALMEIDA, Maria GERALDA (org.). *Territorialidades na América Latina* (pp. 134-148). Goiânia (BR): Universidade Federal. Disponível em: http://www.laboter.iesa.ufg.br/up/214/o/territorialidades_web.pdf#page=134 [acedido em outubro de 2015]
- NATIVIDADE, J. Vieira (1960). *O novo mundo rural*. Separata da revista: A Voz da Lavoura, Ano II, N.º 21. Lisboa: Companhia Nacional Editora.
- NAVE, Joaquim Gil (2003). "O rural e os seus duplos". In PORTELA, José & CALDAS, João Castro (org.). *Portugal-Chão* (pp. 129-148). Oeiras: Celta Editora.
- NETO, Ana Isabel (2016). [Entrevista não gravada].
- NEVES, Céu (2016). "Na aldeia mais portuguesa quase não há portugueses". [Em linha]. Disponível em: <http://www.dn.pt/sociedade/interior/na-aldeia-mais-portuguesa-quase-nao-ha-portugueses-5141163.html> [acedido em abril de 2016]
- NEVES, Joaquim Pacheco (1943). "Pousadas à beira-mar". In *Panorama: revista portuguesa de arte e turismo*. Lisboa: SPN. Ano 3.º, N.º 13, s.p.
- NIEDERSACHSEN. Niedersächsisches Ministerium für Ernährung, Landwirtschaft und Verbraucherschutz [s.d.]. *Dorfentwicklung*. [Em linha] Disponível em: <http://www.ml.niedersachsen.de/> [acedido em 13.04.2016]
- NISA. Câmara Municipal (2001). *Intervenção de revitalização local em Amieira do Tejo. Os caminhos da Amieira do Tejo (Terra de Gens), Nisa: candidatura ao PORA - Programa de Valorização Territorial Castelos do Alentejo 2ª fase*. Nisa: Câmara Municipal
- NOBRE, Pedro Alexandre de Barros Rito Nunes (2010). *Belém e a exposição do Mundo Português: cidade, urbanidade e património urbano*. Trabalho de Projecto apresentado para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Património Urbano. Lisboa: faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova.
- NORA, Pierre (dir.) (1997). *Les lieux de mémoire: la république, la nation, les France*. Paris: Gallimard.
- NORTE. Comissão de Coordenação da Região (1990). *Intervenções Operacionais da Região do Norte. Objectivos, Estratégias e Condições Gerais*. Porto: CCRN.
- NORTE. Comissão de Coordenação da Região (2000a). *ON - Operação Norte - Programa Operacional Regional do Norte 2000-2006*. [Porto: CCRN].
- NORTE. Comissão de Coordenação da Região [2000b]. *ON - OPERAÇÃO NORTE - Programa Operacional Regional do Norte 2000-2006* (Complemento de Programação) [Porto: CCRN]
- NORTE. Comissão de Coordenação da Região (2002a). "ON Douro contribuirá para a viabilização do projecto no âmbito da rede Aldeias Vinhateiras". [Em linha]. Disponível em: <http://www.ccr-norte.pt/noticia.php?id=52>

- NORTE. Comissão de Coordenação da Região (2002b). *PRONorte – Programa Operacional da Região Norte 1994-1999* (Relatório Final, abril 2002). [Porto: CCRN]
- NORTE. Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional (2004a). “Programação das ‘Aldeias Vinhateiras’ do Douro está aprovada” [Em linha]. Disponível em: <http://www.ccr-norte.pt/noticia.php?id=113> [acedido em fevereiro de 2008]
- NORTE. Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional (2004b). “‘Portas da Terra Quente’ tem execução aprovada” [Em linha]. Disponível em: www.ccr-n.pt/pt/noticias/detalhes.php?id=116. [acedido em outubro de 2012]
- NORTE. Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional (2005). *ON - OPERAÇÃO NORTE - Programa Operacional Regional do Norte 2000-2006. Reprogramação Intercalar 2004. Complemento de Programação*. [Porto]: CCDRN
- NORTE. Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional (2007). “‘Aldeias Vinhateiras’ são marca registada” [Em linha]. Disponível em: <http://www.ccr-norte.pt/on/noticia.php?id=307> [acedido em abril de 2008]
- NORTE. Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional (2010a). *ON - Operação Norte - Programa Operacional Regional do Norte 2000-2006* (Relatório Final de Execução, agosto 2010). [Porto: CCDRN].
- NORTE. Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional [2010b]. *ON - OPERAÇÃO NORTE - Programa Operacional Regional do Norte 2000-2006* (Relatório Final de Execução, anexos, agosto 2010). [Porto]: CCDRN
- NORTE. Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional [s.d.a]. “Mosteiro de Salzedas tem recuperação assegurada: ON Douro contribuirá para a viabilização do projecto no âmbito da rede Aldeias Vinhateiras” [Em linha]. Disponível em: <http://www.ccr-norte.pt/noticia.php?id=52> [acedido em fevereiro de 2008]
- NORTE. Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional [s.d.b]. “O caso da AIBT Douro”. [Em linha]. Disponível em: turismoculturaladv.wikispaces.com/file/view/Sessão_29Mai_III.ppt. [documento em formato ppt] [acedido em janeiro de 2013]
- NUNES, José (2014). [Entrevista não gravada]
- O QCA II – 1994-1999* [Em linha]. Disponível em: http://www.qca.pt/n_qca/anteriores.asp [acedido em novembro de 2011]
- OLEIROS. Câmara Municipal / Gabinete Técnico (2002). *Plano de Aldeia de Álvaro*. Oleiros: Câmara Municipal / Gabinete Técnico.
- ORWELL, Geroige (2002). 1984. Trad. Ana Luísa Faria. Porto: Público. (Obra original publicada em 1949)
- PADRÃO, Joaquim Cabeça, et al. (1965-1970). *Prospecção, Preservação e Recuperação de Elementos Urbanísticos e Arquitectónicos Notáveis, em Áreas Urbanas e Marginais Viárias, na Região do Algarve*. Lisboa: DGSU. 21 vol.
- PAIVA, José Vasconcelos, AGUIAR, José, & PINHO, Ana (coord.) (2006). *Guia Técnico de Reabilitação Habitacional* (Vol. I). Lisboa: INH/LNEC.
- PALMA, Cândido (1949, agosto/setembro). “Perspectivas da nossa arquitectura”. In *Arquitectura: revista de arte e construção* Lisboa: ICAT. Ano XXII, 2.ª Série, N.º 32, pp. 7-8.
- PARQUE EXPO (2003). *PEAQUA – Plano Estratégico de Qualificação Urbana e Ambiental das Aldeias Ribeirinhas das Albufeiras de Alqueva e Pedrógão. Parte I – Território português. Fase 1 – Definição estratégica. Relatório final. Resumo não técnico*. [Lisboa]: Parque Expo.
- PAULO, Heloísa (1994). *Estado Novo e Propaganda em Portugal e no Brasil*. O SPN e o DIP. Coimbra: Ed. Minerva.
- PAULO, Luísa Reis (2009). *A reabilitação do património como factor de desenvolvimento local: o modelo de aldeia sustentável*. Tese de Doutoramento em Arquitectura. Lisboa: Faculdade de Arquitetura
- PAULO, Luísa Reis (2010). “A reabilitação do património como factor de desenvolvimento regional: os modelos da Beira Interior”. In *Cadernos de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo*. São Paulo (Brasil): Universidade Presbiteriana Mackenzie – UPM. Vol. 10 (1/2), 2010, pp. 23-41. Disponível em: <http://www.mackenzie.br/dhtm/seer/index.php/cpgau> [acedido em fevereiro de 2014]
- PEIXOTO, Rocha (1990a). “A Casa Portuguesa”. In *Etnografia Portuguesa (Obra Etnográfica Completa)* (pp. 153-165). Lisboa: Dom Quixote. (Obra original publicada em 1904)
- PEIXOTO, Rocha (1990b). “Habitação - Os palheiros do litoral”. In *Etnografia Portuguesa (Obra Etnográfica Completa)* (pp. 70-88). Lisboa: Dom Quixote. (Obra original publicada em 1899)
- PELICANO, Sara (2013a). “Livro – ‘A Magia das Aldeias de Montanha’ para conhecer rostos e costumes da Serra”. [Em linha]. Disponível em: http://www.cafeportugal.pt/pages/noticias_artigo.aspx?id=6810 [acedido em setembro de 2014]
- PELICANO, Sara (2013b). “Rede das Aldeias de Montanha – ‘Criar um ‘farol’ no interior do país’”. [Em linha]. Disponível em: http://www.cafeportugal.pt/pages/iniciativa_artigo.aspx?id=6999 [acedido em setembro de 2014]
- PENAMACOR. Gabinete Técnico Local (2000). *Aldeia de João Pires: programa das Aldeias Históricas de Portugal: Beira Interior*.
- PEPULIM, Domingos (1936). “Estradas, Hoteis e Hospedarias. Arborização de estradas”. In *I Congresso Nacional de Turismo: relatório* (s.p.). Lisboa: [s.n.]. (Comunicação original proferida em 1935)
- PEREIRA, A. [s.d.]. “Programa das Aldeias Históricas em tempo de balanço”. In *Praça Alta*, jornal mensal ao serviço do concelho de Almeida. Almeida: Associação dos Amigos de Almeida. s.p.
- PEREIRA, Ana Cristina, & VIVES-RUBIO, Enric (2015, 2 de agosto). “Um mundo rural está a desenvolver-se em Auvergne”. *Jornal Público*, Ano XXVI, N.º 9240, pp. 6-9.
- PEREIRA, Dora, et al. (2002). *Foz do Córrego – Plano de Aldeia*. Vila Velha do Ródão: Câmara Municipal/Serviços Técnicos.
- PEREIRA, Maria Teresa (coord.) [2003]. *Projecto de requalificação e recuperação da aldeia de Gondramaz*. Miranda do Corvo: Câmara Municipal/GTL.
- PEREIRA, Mário, & FERREIRA, Armando Óscar Cândido (1949). *Relatório de uma missão de estudo a Itália, Suíça e Espanha*. [Lisboa]: Ministério da Economia.
- PEREIRA, Nuno Teotónio (1969, julho/agosto). “Habitações para o maior número”. In *Arquitectura: revista de arte e construção* Lisboa: ICAT. 2.ª Série, N.º 110, pp. 181-183.
- PEREIRA, Nuno Teotónio (1996a). “A Federação das Caixas de Previdência – 1947-1972”. In *Escritos: 1947-1996, selecção* (pp. 204-211). Porto: FAUP. (Artigo original publicado em 1983) b

- PEREIRA, Nuno Teotónio (1996b). "Arquitectura Cristã Contemporânea". In *Escritos: (1947-1996, selecção)*. (pp. 4-13). Porto: FAUP. (Artigo original publicado em 1947)
- PEREIRA, Nuno Teotónio (1996c). "Habitações para o maior número". In *Escritos: 1947-1996, selecção* (pp. 78-97). Porto: FAUP. (Artigo original publicado em 1969) a
- PEREIRA, Nuno Teotónio (2004). "Prefácio da 3.ª Edição". In AA.VV. *Arquitectura Popular em Portugal* (Vol. I, pp. IX-X). 4.º Ed. Lisboa: Ordem dos Arquitectos. (Artigo original publicado em 1987)
- PEREIRA, Nuno Teotónio, & FERNANDES, José Manuel (1980). "A Arquitectura do Fascismo em Portugal". In *O Fascismo em Portugal*, Actas do Colóquio realizado na Faculdade de Letras de Lisboa em março de 1980 (pp. 533-551). Lisboa: A Regra do Jogo.
- PEREIRA, Nuno Teotónio, & FERNANDES, José Manuel (1987). "A arquitectura do Estado Novo de 1926 a 1959". In AA. VV. *O Estado Novo das origens ao fim da autarcia 1926-1959* (Vol.2: pp. 323-357). Colóquio, Lisboa, 1986. Lisboa: Fragmentos.
- PEREIRA, Nuno Teotónio, et. al. (2009). *Santo Isidro de Pegões: contrastes de um património a preservar*. Lisboa: Colibri; Montijo: Câmara Municipal de Montijo.
- PEREIRA, Paulo (1997). "(Re)trabalhar o Passado. Intervenção no Património Edificado". In BECKER, Annette, TOSTÕES, Ana, & WANG, Wilfried (org.) *Arquitectura do Século XX: Portugal* (pp. 98-110). München-New York/Frankfurt am Main/Lisboa: Prestel/Deutsches Architektur Museum/Portugal-Frankfurt97-Centro Cultural de Belém.
- PESTANA, Maria do Rosário (2003). "Folclorização em Manhouce". In CASTELO-BRANCO, Salwa El-Shawan & BRANCO, Jorge Freitas (org.). *Vozes do povo: a folclorização em Portugal* (pp. 386-400). Oeiras: Celta Editora.
- PHILIPPOT, Paul (1996). "Restoration from the Perspective of the Humanities". In STANLEY PRICE, N. et. al. *Readings in Conservation. Historical and Philosophical Issues in the Conservation of Cultural Heritage* (Reading 21). Los Angeles: The Getty Conservation Institute.
- PHILLIPS, Mark (1993). "Rural Gentrification and the Processes of Class Colonisation". *Journal of Rural Studies*. Vol. 9, N.º 2, pp. 123-140.
- PHILLIPS, Martin (2005). "Rural gentrification and the production of nature: a case of study from Middle England". Paper prepared for the 4th International Conference of Critical Geographers, Mexico City, 2008. 9 p. Disponível em: https://www.academia.edu/877442/Rural_gentrification_and_the_production_of_nature_a_case_study_from_Middle_England [acedido em outubro de 2015]
- PIMENTA, Paulo (2014). [Entrevista não gravada].
- PINA, Nuno Miguel (coord.) (2002). *Rede de Aldeias do Xisto: "Plano de Aldeia" – Fajão*. Pampilhosa da Serra: Câmara Municipal/GTL.
- PINA, Nuno Miguel (coord.) (2004). *Rede de Aldeias do Xisto: "Plano de Aldeia" – Janeiro de Baixo*. Pampilhosa da Serra: Câmara Municipal/Gabinete de Projectos.
- PINA, Paulo (1988). Portugal. *O turismo no século XX*. Lisboa: Lucidus Publicações.
- PINHEIRO, Nuno Santos (coord.) (2002a). *Planos das Aldeias Serranas – Aldeia de Candal*. Lousã: Câmara Municipal/Santos Pinheiro – Arquitectos Associados, Lda.
- PINHEIRO, Nuno Santos (coord.) (2002b). *Planos das Aldeias Serranas – Aldeia de Cerdeira*. Lousã: Câmara Municipal/Santos Pinheiro – Arquitectos Associados, Lda.
- PINHEIRO, Nuno Santos (coord.) (2002c). *Regulamento do Plano das Aldeias Serranas – Candal*. Lousã: Câmara Municipal/Santos Pinheiro – Arquitectos Associados, Lda.
- PINHEIRO, Nuno Santos (coord.) (2002d). *Regulamento do Plano das Aldeias Serranas – Cerdeira*. Lousã: Câmara Municipal/Santos Pinheiro – Arquitectos Associados, Lda.
- PINHO, Ana Cláudia da Costa (2009). *Conceitos e políticas europeias de reabilitação urbana. Análise da experiência portuguesa dos Gabinetes Técnicos Locais*. Tese elaborada no Laboratório de Engenharia Civil para a obtenção do grau de Doutor em Planeamento Urbanístico. Lisboa: Universidade Técnica de Lisboa. 2 vol.
- PINTO, Eduardo (2016). "Aldeias vinhateiras não estancaram despovoamento". *Jornal de Notícias*. Disponível em: <http://www.jn.pt/local/noticias/vila-real/sabrosa/interior/aldeias-vinhateiras-nao-estancaram-despovoamento-5191044.html#ixzz4D5OujZXK> [acedido em junho de 2016]
- PINTO, Joaquim da Silva (1997). "Algumas considerações e evocações sobre os anos finais do Salazarismo e a fase marcelista do regime da Constituição de 33". In MEDINA, João (dir.). *História de Portugal. Dos tempos pré-históricos aos nossos dias* (Vol. XIII: O «Estado Novo» - I. O ditador e a ditadura, pp. 287-315). Amadora: Clube Internacional do Livro.
- PINUS VERDE [s.d.]. "Rede das Aldeias do Xisto: Plano de desenvolvimento Sustentado". Fundão: Pinus Verde.
- PIRES, Brandão (2007). "QREN 2013 PO Algarve". [documento em formato ppt]
- PISCO, Alice, & RAMOS, António (2009). "Áreas de Baixas Densidade – Avaliação das Intervenções Realizadas e Acções para o Futuro". [documento em formato ppt]
- Plano de Recuperação de Fachadas para a Aldeia Histórica de Castelo Mendo*.
- PLURAL & ESPAÇO E DESENVOLVIMENTO (2005). *PEDNA - Plano Estratégico de Desenvolvimento do Norte Alentejano. Documento de Síntese* (abril 2005). [S.l.]: Associação de Municípios do Norte Alentejano
- PORTARIA n.º 389/2005, de 5 de abril de 2005. DR. Série I-B, N.º 66, de 05-04-2005, pp. 2864-2865
- PORTARIA n.º 52/93, de 13 de janeiro de 1993. DR. Série I-B, N.º 10, de 13-01-1993, pp. 98-100.
- PORTARIA n.º 578/93, de 5 de junho de 1993. DR. Série I-B, N.º 131, de 05-06-1993, pp. 3026-3030.
- PORTAS, Nuno (1959b). *A habitação social*. CODA - Concurso para a Obtenção do Diploma de Arquitecto. Porto: Escola Superior de Belas.
- PORTAS, Nuno (1959b, novembro/dezembro). "A responsabilidade de uma novíssima geração no movimento moderno em Portugal". *Arquitectura: revista de arte e construção*. Lisboa: ICAT. N.º 66, pp. 13-14.
- PORTAS, Nuno (1963, janeiro). "Uma experiência pedagógica na E.S.B.A. do Porto". *Arquitectura: revista de arte e construção* Lisboa: ICAT. N.º 77, pp. 16-18 e 39.

- PORTAS, Nuno (2005a). "O Serviço de Apoio Ambulatório Local SAAL – Um balanço provisório". In PORTAS, Nuno N. (2005). *Os Tempos das Formas, vol. I: A Cidade Feita e Refeita* (pp. 269-295). Guimarães: DAA UM. (Artigo original publicado em 1979)
- PORTAS, Nuno (2005b). "Pioneiros de uma Renovação (II)". In *Arquitectura(s): História e Crítica, Ensino e Profissão* (pp. 148-152). Porto: FAUP Publicações. (Artigo original publicado em 1962)
- PORTAS, Nuno (2008). "A evolução da arquitectura moderna em Portugal: uma interpretação". In *Arquitectura para hoje, seguido de Evolução da Arquitectura Moderna em Portugal* (pp.149-235). Lisboa: Livros Horizonte. (Obra original publicada em 1973)
- PORTAS, Nuno (2013). "A pesquisa aplicada ao habitat. O papel do Laboratório nacional de Engenharia Civil e não só". In AA. VV. *Habitação para o maior número. Portugal: os anos de 1950-1980* (pp. 101-109). Lisboa: IHRU e Câmara Municipal de Lisboa.
- PORTIER, Nicolas (2001). "Les pôles d'économie du patrimoine et les pays définis par la loi". In FRANÇA. Datar (ed. lit.). *Pays d'art et d'histoire et pôles d'économie du patrimoine: la valorisation du patrimoine dans le développement local* (pp. 119-118). Paris: La documentation Française.
- PORTUGAL. Comissão Executiva dos Centenários (1939a). "A constituição da Comissão Executiva e dos Pelouros". *Revista dos centenários*. Lisboa: SPN/Comissão Executiva dos Centenários. Ano I, N.º 1, p. 35. (Documento original datado de 1938)
- PORTUGAL. Comissão Executiva dos Centenários (1939b, 31 de agosto). "A Secção Colonial da Exposição do Mundo Português". *Revista dos centenários* Lisboa: SPN/Comissão Executiva dos Centenários. Ano I, N.º 8, pp. 14-17.
- PORTUGAL. Presidência do Conselho de Ministros (1939c). "Independência Nacional (nota oficiosa da Presidência do Conselho)". In *Revista dos centenários*. Lisboa: SPN/Comissão Executiva dos Centenários. Ano I, N.º 1, pp. 2-7. (Documento original publicado em 1938)
- PORTUGAL. Comissão Executiva dos Centenários (1940a, 31 de julho/31 de agosto). "Exposição do Mundo Português". *Revista dos centenários* Lisboa: SPN/Comissão Executiva dos Centenários. Ano II, N.º 19/20, pp. 17-31.
- PORTUGAL. Secretariado da Propaganda Nacional (org.) (1940b). *Portugal: 1940*. [Lisboa]: Comissão Executiva dos Centenários.
- PORTUGAL. Junta de Colonização Interna (1944). *Projecto de colonização dos baldios de Montalegre e Boticas: I - freguesia de Chã*. [S.l.]: JCI
- PORTUGAL. Junta de Colonização Interna (1945). *Projecto de colonização do Alvão: casal-tipo*. Lisboa: JCI.
- PORTUGAL. Junta de Colonização Interna (1960). *Melhoramentos agrícolas*. Lisboa: Junta de Colonização Interna.
- PORTUGAL. Junta de Colonização Interna (1962). *Junta de Colonização Interna: exposição comemorativa do XXV aniversário: 24 de Abril de 1962*. [Lisboa]: Ministério da Economia, Secretaria de Estado da Agricultura.
- PORTUGAL. Junta de Colonização Interna (1963). *Vila-verdinho: uma aldeia melhorada*. Lisboa: JCI.
- PORTUGAL. Junta de Colonização Interna (1966). *XX Aniversário da publicação da Lei de Melhoramentos Agrícolas*. [Lisboa]: Ministério da Economia, Secretaria de Estado da Agricultura.
- PORTUGAL. Junta de Colonização Interna (1968). *Relatório da Obra do Bem Estar Rural de Baião* [documento policopiado]. Lisboa: JCI.
- PORTUGAL. Junta de Colonização Interna (1972a). *Aldeia de Montes Velhos: em renovação, 1972*. Lisboa: JCI.
- PORTUGAL. Junta de Colonização Interna (1972b). *25 anos da publicação da lei de melhoramentos agrícolas*. Lisboa: [JCI]
- PORTUGAL. Ministério da Economia (1973). *Junta de colonização interna: síntese da sua organização e obra* [documento policopiado]. [Lisboa]: Ministério da Economia, Secretaria de Estado da Agricultura.
- PORTUGAL. Grupo Coordenador do Plano Nacional de Turismo (1985). *Plano Nacional de Turismo 1985-1988 – Relatório*. Lisboa: Secretaria do Estado do Turismo.
- PORTUGAL. Direcção Geral do Desenvolvimento Regional (1994a). *Programa Operacional Promoção do Potencial de Desenvolvimento Regional. QCA/PDR 1994-1999*. Lisboa: DGDR.
- PORTUGAL. Direcção Geral do Desenvolvimento Regional (1994b). *Programa Operacional da Região Norte. QCA/PDR 1994-1999*. [Lisboa: DGDR]
- PORTUGAL. Direcção Geral do Desenvolvimento Regional (1994c). *Programa Operacional da Região Centro. QCA/PDR 1994-1999*. [Lisboa: DGDR]
- PORTUGAL. Direcção Geral do Desenvolvimento Regional (1994d). *Programa Operacional da Região do Alentejo. QCA/PDR 1994-1999*. [Lisboa: DGDR]
- PORTUGAL. Direcção Geral do Desenvolvimento Regional (1994e). *Programa Operacional da Região Algarve, QCA/PDR 1994-1999*. [Lisboa: DGDR]
- PORTUGAL. Direcção Geral do Desenvolvimento Regional (1994f). *Programa Específico de Desenvolvimento da Região Autónoma dos Açores. QCA/PDR 1994-1999*. [Lisboa: DGDR]
- PORTUGAL. Direcção Geral do Desenvolvimento Regional (1994g). *Programa Operacional Plurifundos da Região Autónoma da Madeira. QCA/PDR 1994-1999*. [Lisboa: DGDR]
- PORTUGAL. Direcção Geral do Desenvolvimento Regional (1994h). *Programa operacional ambiente e revitalização urbana. QCA/PDR 1994-1999*. [Lisboa: DGDR]
- PORTUGAL. Ministério do Planeamento e da Administração do Território; Ministério do Comércio e Turismo (1994i). *Programa de recuperação de aldeias históricas de Portugal: acção piloto de promoção do potencial de desenvolvimento regional*. Lisboa: MCT, SET e Fundo de Turismo.
- PORTUGAL. Secretaria de Estado do Planeamento e Desenvolvimento Regional (1995a). *Intervenção Aldeias Históricas de Portugal, Beira Interior: Planos das aldeias*. [S.l.]: SEPDR.
- PORTUGAL. Secretaria de Estado do Planeamento e do Desenvolvimento Regional (1995b). *10 Anos de Fundos Estruturais*. Lisboa: Direcção-Geral do Desenvolvimento Regional.
- PORTUGAL. Direcção Geral do Desenvolvimento Rural (1997). *Desenvolvimento Rural: Novas Realidades e Perspectivas*. Lisboa: DGDR
- PORTUGAL. Direcção Geral do Desenvolvimento Regional (2002a). *PPDR – Programa Operacional Promoção do Potencial de Desenvolvimento Regional (vertente FEDER). Relatório Final 1994-1999*. Lisboa: DGDR.

- PORTUGAL. Direcção Geral do Desenvolvimento Regional (2002b). *Relatório global: Quadro Comunitário de Apoio III e Fundo de Coesão II*. Lisboa: DGDR. Disponível em: http://www.qca.pt/publicacoes/download/Relat_QCAIII_2001.pdf [acedido em fevereiro 2016]
- PORTUGAL. Direcção Geral do Desenvolvimento Regional (2004). *QCA III – Quadro Comunitário de Apoio III. Portugal 2000-2006. Revisão Intercalar 2004* (dezembro de 2004). Lisboa: DGDR / Comissão de Gestão do QCA III
- PORTUGAL. Direcção Geral do Desenvolvimento Regional (2005a). *ON - OPERAÇÃO NORTE - Programa Operacional Regional do Norte 2000-2006. Revisão Intercalar 2004* (setembro 2005). Lisboa: DGDR / Comissão de Gestão do QCA III
- PORTUGAL. Direcção Geral do Desenvolvimento Regional (2005b). *POCENTRO - Programa Operacional Regional do Centro 2000-2006. Revisão Intercalar 2004* (setembro 2005). Lisboa: DGDR / Comissão de Gestão do QCA III
- PORTUGAL. Direcção Geral do Desenvolvimento Regional (2005c). *POPRAM - Programa Operacional Plurifundos da Região Autónoma da Madeira 2000-2006. Revisão Intercalar 2004* (setembro 2005). Lisboa: DGDR / Comissão de Gestão do QCA III
- PORTUGAL. Direcção Geral do Desenvolvimento Regional (2005d). *PORA - Programa Operacional Regional do Alentejo 2000-2006. Revisão Intercalar 2004* (setembro 2005). Lisboa: DGDR / Comissão de Gestão do QCA III
- PORTUGAL. Direcção Geral do Desenvolvimento Regional (2005e). *PORLVT - Programa Operacional Regional Lisboa e Vale do Tejo 2000-2006. Revisão Intercalar 2004* (setembro 2005). Lisboa: DGDR / Comissão de Gestão do QCA III
- PORTUGAL. Direcção Geral do Desenvolvimento Regional (2005f). *PROALGARVE - Programa Operacional do Algarve 2000-2006. Revisão Intercalar 2004* (setembro 2005). Lisboa: DGDR / Comissão de Gestão do QCA III
- PORTUGAL. Direcção Geral do Desenvolvimento Regional (2005g). *PRODESA - Programa Operacional Regional da Região Autónoma dos Açores 2000-2006. Revisão Intercalar 2004* (setembro 2005). Lisboa: DGDR / Comissão de Gestão do QCA III
- PORTUGAL. Gabinete de Estatística e Planeamento da Educação e Instituto Nacional de Estatística (2009). *50 Anos de Estatísticas da Educação – Volume I*. Lisboa: GEPE/ME e INE, IP. Disponível em: [http://www.dgeec.mec.pt/np4/172/%7B\\$clientServletPath%7D/?newsId=196&fileName=50_Anos_Voll.pdf](http://www.dgeec.mec.pt/np4/172/%7B$clientServletPath%7D/?newsId=196&fileName=50_Anos_Voll.pdf) [acedido em outubro de 2015]
- PORTUGAL. Direcção Geral do Desenvolvimento Regional [s.d.a]. *Quadro Comunitário de Apoio III. Portugal 2000-2006*. [documento em formato ppt]
- PORTUGAL. Ministério do Planeamento [s.d.b]. *QCA III – Quadro Comunitário de Apoio III. Portugal 2000-2006*. [Lisboa: MP]
- PORTUGAL. Secretariado Nacional da Informação [s.d.c]. *Colonização interna*. Cadernos do ressurgimento nacional. [S.l.]: S.N.I.
- PRETO, Ana (2001). “Aldeias fronteiriças vão contar com apoios” [Em linha]. Disponível em: <http://www.bragancanet.pt>. [acedido em fevereiro de 2008]
- PROENÇA-A-NOVA. Câmara Municipal (2001a). *Proposta de Desenvolvimento Integrado [Rede Aldeias do Xisto]. Proposta de beneficiação da aldeia típica de Oliveiras* [documento policopiado]. Proença-a-Nova: Câmara Municipal.
- PROENÇA-A-NOVA. Câmara Municipal (2001b). *Proposta de Desenvolvimento Integrado [Rede Aldeias do Xisto]. Proposta de beneficiação da aldeia típica de Pedreira* [documento policopiado]. Proença-a-Nova: Câmara Municipal.
- PROENÇA-A-NOVA. Câmara Municipal, Gabinete Técnico (2001c). *Proposta para a Beneficiação da Aldeia Típica de Figueira* [documento policopiado]. Proença-a-Nova: Câmara Municipal / Gabinete Técnico
- Programa das Aldeias do Xisto* [documento em formato ppt]
- Programas de Desenvolvimento Regional* [Em linha]. Disponível em: <https://www.ccdrc.pt> [acedido em setembro de 2013]
- PROTOCOLO [entre a Câmara Municipal de Tavira e cada proprietário dos imóveis a intervencionar], 2003 [documento de trabalho]
- PUJAS, Philippe (2001). “Le journaliste : de l'économie des reliques à la politique du patrimoine”. In FRANÇA. Datar (ed. lit.). *Pays d'art et d'histoire et pôles d'économie du patrimoine: la valorisation du patrimoine dans le développement local* (pp. 21-25). Paris: La documentation Française.
- Quadro Comunitário de Apoio I (1989 a 1993)* [Em linha]. Disponível em: <http://www.ifdr.pt/content.aspx?menuid=29&cttextoid=239> [acedido em novembro de 2011]
- QUEIRÓS, Eça de (1901). *A Cidade e as Serras*. Porto: Livraria Chardron
- QUELHAS, Agnelo (2007, fevereiro/março). “Aldeias Históricas pelas bordas do Côa”. In *Onbike*, fevereiro/março 2007, pp. 044-049.
- QUELHAS, Cláudia (2013). [Entrevista não gravada].
- QUELHAS, Cláudia (2014). [Entrevista não gravada].
- QUITÉRIO, Paulo (2010). “Castelo de Paderne, Portugal. Intervenção na sua muralha almóada”. In *Arquitectura construída en tierra. Tradición e Innovación. Congresos de Arquitectura en Tierra en Cuenca de Campos 2004/2009* [online]. Valladolid: Cátedra Juan de Villanueva. Universidad de Valladolid, 2010, pp. 67-74. Disponível na internet: https://www5.uva.es/grupotierra/publicaciones/digital/libro2010/2010_9788469345542_p067-074_quiterio.pdf [acedido em maio de 2016]
- RAGOT, Gilles (2013). “La Ferme et le Village radieux de Le Corbusier. Nouvelle déclinaison du principe d'équilibre entre l'individuel et le collectif”. In *Situ* [Em linha]. N.º 21, s.p. Disponível em: <http://insitu.revues.org/10445>; DOI: 10.4000/insitu.10445 [acedido em maio de 2015]
- RALLET, Alain (2001). “Le patrimoine et l'économie”. In FRANÇA. Datar (ed. lit.). *Pays d'art et d'histoire et pôles d'économie du patrimoine: la valorisation du patrimoine dans le développement local* (pp. 57-60). Paris: La documentation Française.
- RAMBAUD, Placide (1973). *Société rurale et urbanisation* (2.ª ed. aumentada) Paris: Éditions du Seuil. (Obra original publicada em 1969)
- RAMOS DO Ó, Jorge (1999). *Os Anos de Ferro - o Dispositivo Cultural durante a «Política do Espírito», 1939-1949*. Lisboa: Ed. Estampa.
- RAMOS, Carlos (1948). “Concurso para uma Casa de Férias no Alto Rodízio. Relatório do Júri”. In: *Arquitectura: revista de arte e construção* Lisboa: ICAT. Ano XX, 2.ª Série, N.º 23-24, Maio-Junho 1948: 3
- RAMOS, Rui (1999). “Analfabetismo”. In BARRETO, António, & MÓNICA, Maria Filomena (coord.). *Dicionário de História de Portugal* (Vol. 7, pp. 95-100). Lisboa: Livraria Figueirinhas.

- RAMOS, Rui Jorge Garcia (2004). *A casa unifamiliar na arquitectura portuguesa: mudança e continuidade no espaço doméstico na primeira metade do século XX*. Dissertação de Doutoramento em Arquitectura apresentada à Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto. 2 vol.
- RAPAGÃO, João (2002a). "Recuperar e reproduzir património para o turismo – intervir entre a verdade, a qualidade e a viabilidade". In: PORTUGAL. Instituto de Financiamento e Apoio ao Turismo (org. conf.). *Património e turismo, desenvolvimento e turismo: Ciclo de debates 1999: livro de actas* (pp. 28-34). Lisboa: I.F.A.T
- RAPAGÃO, João (2002b). "Revitalização da Aldeia Histórica: Castelo Rodrigo. Intervir entre a verdade, a qualidade e a viabilidade". In *// Jornadas do Património Rural: comunicações* [documento policopiado] (s.p.). Abrantes, 25 de outubro de 2002. Abrantes: Tagus - Associação para o Desenvolvimento Integrado do Ribatejo Interior.
- RAUTENBERG, Michel (2001). "L'ethnologue: le patrimoine et le développement local". In FRANÇA. Datar (ed. lit.). *Pays d'art et d'histoire et pôles d'économie du patrimoine: la valorisation du patrimoine dans le développement local* (pp. 17-20). Paris: La documentation Française.
- RECOMENDAÇÃO N.º R (89) 6 sobre a Protecção e a Valorização do Património Arquitectónico Rural (2004). Conselho da Europa, Estrasburgo, 13 de abril de 1989. In LOPES, Flávio, & CORREIA, Miguel Brito. *Património Arquitectónico e Arqueológico. Cartas, Recomendações e Convenções Internacionais* (pp. 219-222). Lisboa: Livros Horizonte. (Documento original publicado em 1989)
- RECOMMENDATION 1091 (1988) European Campaign for the Countryside - A new management approach for rural areas. Parliamentary Assembly debate on 8 October 1988 (17th Sitting). Disponível em: <http://assembly.coe.int/ASP/Doc/XrefViewPDF.asp?FileID=15125&Language=EN> [acedido em agosto de 2012]
- RECOMMENDATION 880 (1979) on the conservation of the European architectural heritage (1979). Text adopted by the Assembly on 8 October 1979 (31st session). Council of Europe, Parliamentary Assembly. Disponível em: <http://assembly.coe.int/ASP/Doc/XrefViewPDF.asp?FileID=14914&Language=EN> [acedido em agosto de 2012]
- RECOMMENDATION 881 (1979) on the rural architectural heritage (1979). Text adopted by the Assembly on 8 October 1979 (16th Sitting). Council of Europe, Parliamentary Assembly. Disponível em: <http://assembly.coe.int/ASP/Doc/XrefViewPDF.asp?FileID=14915&Language=EN> [acedido em agosto de 2012]
- RECOMMENDATION No. 935 (1982) - Revival of disadvantaged rural areas. Text adopted by the Assembly on 27 January 1982 (24th Sitting). Council of Europe, Parliamentary Assembly. Disponível em: <http://www.assembly.coe.int/nw/xml/XRef/Xref-XML2HTML-en.asp?fileid=14969&lang=en> [acedido em agosto de 2012]
- RECOMMENDATION No. R (81) 13 on action in aid of certain declining craft trades in the context of craft activity (1981). Text adopted by the Committee of Ministers on 1 July 1981 at the 335th meeting of the Ministers' Deputies. Council of Europe, Committee of Ministers. Disponível em: <https://wcd.coe.int/ViewDoc.jsp?id=683007&Site=CM&BackColorInternet=C3C3C3&BackColorIntranet=EDBo21&BackColorLogged=F5D383> [acedido em agosto de 2012]
- RECOMMENDATION No. R (86) 15 on the promotion of craft trades involved in the conservation of the architectural heritage (1986). Text adopted by the Committee of Ministers on 16 October 1986 at the 400th meeting of the Ministers' Deputies. Council of Europe, Committee of Ministers. Disponível em: <https://wcd.coe.int/com.intranet.InstraServlet?command=com.intranet.CmdBlobGet&IntranetImage=606829&SecMode=1&DocId=691462&Usage=2> [acedido em agosto de 2012]
- REIS DE FIGUEIREDO - Arquitectos da Beira, Lda. (2003). *Plano de Aldeia – Belmonte*. [S.l.: s.n.].
- REIS DE FIGUEIREDO - Arquitectos da Beira, Lda. (2004). *Aldeia Histórica de Castelo Novo – Plano Síntese de Actividade*. [documento de trabalho]
- REIS, José Joaquim Dinis (1999). "Introdução". In CENTRO. Comissão de Coordenação Regional. *Programa das Aldeias Históricas de Portugal. Beira Interior* (2.ª ed., s.p.). Coimbra: CCRC.
- RESOLUÇÃO do Conselho de Ministros n.º 150/2003, de 22 de setembro. Plano Intermunicipal de Ordenamento do Território do Alto Douro Vinhateiro (PIOTADV). *DR*, I Série B, N.º 219, 22-09-2013, pp. 6144-6159.
- RESOLUÇÃO do Conselho de Ministros N.º 70/2002, de 9 de abril de 2002. PROZEA - Plano Regional de Ordenamento do Território da Zona Envolvente da Albufeira do Alqueva. *DR*, I-Série B, N.º 83, de 09-04-2002, pp. 3390-3416.
- RESOLUÇÃO do Conselho de Ministros N.º 94/2006, de 4 de agosto de 2006. POAAP - Plano de Ordenamento das Albufeiras do Alqueva e Pedrógão. *DR*, 1.ª Série, N.º 150, de 04-08-2006, pp. 5541-5574.
- RESOLUTION 106 (1979) on the 3rd European Symposium of Historic Towns. Text adopted by Congress of Local and Regional Authorities of Europe on 16-18 October 1979 (14th session). Disponível em: <https://wcd.coe.int/com.intranet.InstraServlet?command=com.intranet.CmdBlobGet&IntranetImage=331228&SecMode=1&DocId=666314&Usage=2> [acedido em agosto de 2012]
- RESOLUTION 202 (1989) on the 1st European Conference of Mountain Regions. Standing Conference of Local and Regional Authorities of Europe, 24th session, 7-9 March 1989. Disponível em: <https://wcd.coe.int/ViewDoc.jsp?id=711395&Site=COE&BackColorInternet=C3C3C3&BackColorIntranet=CACC9A&BackColorLogged=EFEAgC> (acedido em maio de 2013)
- Revista Vale e Mar*. Ponte de Lima: Valimar ComUrb. 2007.
- RIBEIRO, António Lopes (realização) (1940). *A Exposição do Mundo Português*. Documento em formato vídeo. Lisboa: Secretariado da Propaganda Nacional. 59 min. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=2QdO6sXEoTI> [acedido em novembro de 2014]
- RIBEIRO, Aquilino (1964). *Aldeia: terra, gente e bichos*. Lisboa: Bertrand. (Obra original publicada em 1946)
- RIBEIRO, Carlos (2007). "Aldeias Vivas procuram caminho da sustentabilidade". [Em linha] Disponível em: pracadasredes.blogspot.pt/2007/06/aldeias-vivas-procuram-caminho-da.html. [acedido em outubro de 2012]
- RIBEIRO, Irene (1994). *Raul Lino: pensador nacionalista da arquitetura* (2.ª ed.). Porto: FAUP. (Obra original publicada em 1993)
- RIBEIRO, Manuela (2003). "Espaços rurais como espaços turísticos: reflexões em torno da construção da oferta de turismo em espaço rural, em Portugal". In PORTELA, José, & CALDAS, João Castro (org.). *Portugal-Chão* (pp. 199-215). Oeiras: Celta Editora.

- RIBEIRO, Orlando (1938). *Inquérito do habitat rural*. Coimbra: Ministério da Educação Nacional/Instituto para a Alta Cultura.
- RIBEIRO, Orlando (1981). *A colonização de Angola e o seu fracasso*. Coleção Estudos Portugueses. Lisboa: INCM.
- RIBEIRO, Orlando. [1945]. *Portugal, o Mediterrâneo e o Atlântico*. Coimbra: Coimbra Editora.
- RIBEIRO, Vítor (2008). "Revitalização das Aldeias do Algarve: entre a conservação da memória e construção de um futuro". In *Pedra & Cal*. Lisboa: GECORPA. Ano X, Nº 37, Jan/Fev/Mar 2008, pp. 19-20
- RIBEIRO, Vítor (2011a). "Boas práticas de reabilitação do património vernacular construído. A experiência do Gabinete Técnico de Apoio às Aldeias do Sotavento". In *Curso Arquitectura Tradicional*, Appleton Square, 11 de novembro de 2011. [documento em formato ppt]
- RIBEIRO, Vítor (2011b). *Boas práticas de reabilitação do património vernacular construído. A experiência do Programa de Revitalização das Aldeias do Algarve*. Dissertação para obtenção do Grau de Mestre em Reabilitação da Arquitectura e Núcleos Urbanos apresentada à Faculdade de Arquitectura da Universidade Técnica de Lisboa.
- RIBEIRO, Vítor (coord.) (2008a). *GTAA Sotavento. Síntese dos Trabalhos 2001-2007*. Faro: CCDR Algarve.
- RIBEIRO, Vítor (coord.) (2008b). *Materiais, Sistemas e Técnicas de Construção Tradicional. Contributo para o estudo da arquitectura vernácula da região oriental da serra do Caldeirão*. Faro: CCDR Algarve; Montijo: Edições Afrontamento.
- RIBEIRO, Vítor, & COSTA, Miguel Reimão (2014a). "Conservação e revitalização do património rural: contributo para a definição de alguns princípios fundamentais a partir de uma experiência particular". *Anuário do Património: boas práticas de conservação e reabilitação*. Lisboa: GECORPA - Grémio do Património e Canto Redondo. N.º 2, pp. 292-299.
- RIBEIRO, Vítor, & COSTA, Miguel Reimão (2014b). "Plano, circunstância e projeto: a arquitectura da Pousada de São Brás de Alportel". In SANTOS, Cristina Fé (coord.). *Pousada de São Brás 1944-2014* (pp. 88-130). São Brás de Alportel: Casa da Cultura António Bentes - Museu do Traje de São Brás de Alportel.
- RIBEIRO, Vítor, AGUIAR, José, & COSTA, Miguel Reimão (2012). "From the Survey on Regional Architecture in Portugal to the local applied research". In CARDOSO, Alexandra, LEAL, Joana Cunha & MAIA, Maria Helena (ed.). *Surveys on Vernacular Architecture. Their Significance in the 20th Century Architectural Culture. Conference Proceedings* (pp. 434-452). Porto: Centro de Estudos Arnaldo Araújo da CESP/ESAP.
- RIBEIRO, Vítor, AGUIAR, José, & COSTA, Miguel Reimão (2015). "As aldeias da Exposição do Mundo Português (1940): arquitetura popular e idílio rural no Estado Novo". In COSTA, Miguel Reimão, MARTINEZ, Susana Gómez, & RIBEIRO, Vítor (ed.s). *Congresso Internacional Arquitectura Tradicional no Mediterrâneo Ocidental (Proceedings)* (pp. 137-141). Lisboa: Argumentum.
- RIBEIRO, Vítor, AGUIAR, José, COSTA, Miguel Reimão, & VALVERDE, Isabel (2016). "Prospecção e defesa da paisagem urbana do Algarve (1965-70). A arquitectura tradicional e a preservação do património urbano numa proposta pioneira da antiga DGSU". In *Actas do 1º Colóquio Internacional Arquitectura Popular* (pp. 335-351). Arcos de Valdevez: Município de Arcos de Valdevez. Disponível em: <https://sites.google.com/site/coloquioarquitecturapopular/actas-coloquio-internacional-de-arquitectura-popular> [acedido em Janeiro de 2016]
- RIBEIRO, Vítor, PIMENTA, Ana Rita, & LLERA, Fátima (2010, abril/maio/junho). "Reabilitação da Igreja Matriz de Cacula Velha". *Pedra & Cal*. Lisboa: GECORPA. N.º 46, pp. 34-35.
- RIJO, Daniel (2013). "Criada Associação para a gestão e dinamização das Aldeias Vinhateiras do Douro". [Em linha]. Disponível em: <http://local.pt/portugal/norte/criada-associacao-para-a-gestao-e-dinamizacao-das-aldeias-vinhateiras-do-douro> [acedido em fevereiro de 2014.]
- RODRIGUES, Ana Isabel Barros Pimentel (2007). "O Alqueva e o Turismo: Oportunidades, Constrangimentos e Desafios para um 'Turismo de Lagos'". In *Congresso Internacional de Turismo Leiria e Oeste, Escola Superior de Tecnologia do Mar*, Peniche, 22-23 de Novembro de 2007. Disponível em: http://cassiopeia.ipleiria.pt/esel_eventos/files/3902_08_AnaRodrigues_4bf50e13a0f09.pdf
- ROGNON, Frédéric (2009). "Développement durable ou décroissance ? Repenser l'économie à partir du souci du bien être des générations futures". *Bulletin de l'OPEE*, N.º 21, Hiver 2009, pp. 3-5. Disponível em: <http://opee.u-strasbg.fr/spip.php?article187> [acedido em setembro de 2015]
- ROSA, Miguel Jacobetty (1948a). "Expressão, consequência da função". In *1.º Congresso Nacional de Arquitectura: Relatório da Comissão Executiva, Teses, Conclusões e Votos do Congresso* (pp. 66-73). Lisboa: Gráfica Santelmo.
- ROSA, Miguel Jacobetty (1948b). "A Racionalização na Habitação e na Urbanização". In *1.º Congresso Nacional de Arquitectura: Relatório da Comissão Executiva, Teses, Conclusões e Votos do Congresso* (pp. 223-228). Lisboa: Gráfica Santelmo.
- ROSADO, Bento (2009). [Entrevista gravada]. Documento em áudio.
- ROSAS, Fernando (1991). "Rafael Duque e a política agrária do Estado Novo (1934-44)". *Análise Social*. Vol. XXVI (3.º-4.º), N.º 112-113, pp. 771-790.
- ROSAS, Fernando (2000). *Salazarismo e fomento económico (1928-1948)*. Lisboa: Editorial Notícias.
- ROSAS, Fernando (2001). "O salazarismo e o homem novo: ensaio sobre o Estado Novo e a questão do totalitarismo". *Análise Social*. Vol. XXXV, N.º 157, pp. 1031-1054.
- ROUSSEL, Véronique (2000). "À propos de l'arrivée de nouvelles populations et de ses conséquences sur les espaces ruraux". *Revue d'Économie Régionale et Urbaine*. [S.l.]: ADICUEEUR. N.º 1, pp. 45-62.
- RTP [s.d.]. "Plano de Dinamização Turística de Aldeias Vinhateiras apresentado quarta-feira" [Em linha]. Disponível em: <http://www1.rtp.pt/noticias/index.php?article=275319&visual=26> [acedido em fevereiro de 2008]
- RUDOLFSKY, Bernard (1965). *Architecture Without Architects: A Short Introduction to Non-Pedigreed Architecture* (2nd ed.). New York: The Museum of Modern Art. (Obra original publicada em 1964)
- SABATÉ, Joaquín (2004). "Paisajes culturales. El patrimonio como recurso básico para un nuevo modelo de desarrollo". *Urban*. N.º, pp. 8-29. Disponível em: <http://polired.upm.es/index.php/urban/article/view/380> [Acedido em novembro de 2002]
- Sabrosa Informação*. Sabrosa: Câmara Municipal. N.º 2, setembro/outubro de 2008.
- SABROSA. Município (2014). "Aldeia de Provesende acolhe Festival das Aldeias Vinhateiras 2014" [Em linha]. Disponível em: <http://www.sabrosa.pt/media/noticias/index.php?action=getDetalle&id=257> [acedido em setembro de 2014]

- SALAZAR, António de Oliveira (1933). "Conceitos económicos da nova Constituição". Discurso radiodifundido da U. N., em 16 de março de 1933. Disponível em: <http://oliveirasalazar.org/textos.asp?id=158> [acedido em outubro de 2015]
- SALAZAR, António de Oliveira (1990). "Processo relativo a escolas primárias feitas em comparticipação com os corpos administrativos". In BEJA, Filomena, SERRA, Júlia, MACHÁS, Estella, & SALDANHA, Isabel. *Muitos Anos de Escolas. Volume I: Ensino Primário 1941* (pp. 242). Lisboa: Ministério da Educação/Departamento de Gestão de Recursos Educativos (Documento original de 1937)
- SAMPAIO, Joaquim (2012, março). "Mitificação e paisagem simbólica: o caso do Estado Novo". *Cadernos*, Revista do Curso de Doutoramento em Geografia da FLUP. Porto: FLUP. N.º 4, pp. 101-122.
- SANTOS PINHEIRO - Arquitectos Associados Lda. (2002a). Plano das Aldeias Serranas - Aldeia de Catarredor. Vol. 2 - Proposta de Intervenção [documento policopiado]. Lousã: Câmara Municipal, Santos Pinheiro - Arquitectos Associados Lda. [capa]
- SANTOS PINHEIRO - Arquitectos Associados Lda. (2002b). Plano das Aldeias Serranas - Aldeia de Vaqueirinho. Anexo ao Vol. 2 - Programa de Trabalhos [documento policopiado]. Lousã: Câmara Municipal, Santos Pinheiro - Arquitectos Associados Lda. [capa]
- SANTOS, António (2012a, outubro). "Protagonistas respondem a três questões sobre serviços à população local". *Pessoas e Lugares*. Lisboa: Minha Terra. III Série, N.º 8, p. 19.
- SANTOS, Boaventura Sousa (1981, dezembro). "A Pequena Agricultura e as Ciências Sociais". *Revista Crítica de Ciências Sociais*, N.º 7/8 (A pequena agricultura em Portugal), pp. 559-563.
- SANTOS, Carlos (coord.) (2002a). *Aldeias do Xisto: Comareira, Aigra Nova, Aigra Velha, Pena*. Góis: Câmara Municipal/GTL.
- SANTOS, Carlos (coord.) (2002b). *Benfeita: Plano de Aldeia*. Câmara Municipal de Arganil/GTL.
- SANTOS, Paula Assunção dos (2012b). "A Mesa de Santiago para pensar o futuro". In NASCIMENTO JUNIOR, José, TRAMPE, Alan, & SANTOS, Paula Assunção dos (org.). *Mesa redonda sobre la importancia y el desarrollo de los museos en el mundo contemporáneo: Mesa Redonda de Santiago de Chile, 1972* [Vol. I, pp. 9-10]. Brasília: Instituto Brasileiro dos Museus / Programa IBERMUSEUS.
- SEIA. Câmara Municipal (2011). "Sessão Pública de Apresentação: Operação de Dinamização da Rede das Aldeias de Montanha". Lisboa, Sede do Turismo de Portugal, I.P., 29 de Março de 2011 [documento em formato ppt]
- SEPÚLVEDA, Manuel Jorge de Castro Pimentel e (1964). *Uma casa agrícola*. CODA - Concurso para a Obtenção do Diploma de Arquitecto. Porto: Escola Superior de Belas.
- SILVA, Agostinho da (1989a). *Considerações e outros textos* (2.ª ed.). Lisboa Assírio & Alvim. (Obra original publicada em 1988)
- SILVA, Carlos (1989b). "Recordando o «Inquérito à Habitação Rural»". In BAPTISTA, Fernando Oliveira, et al. (coord.). *Estudos em homenagem a Ernesto Veiga de Oliveira* (pp. 755-790). Lisboa: Instituto Nacional de Investigação Científica / Centro de Estudos de Etnologia.
- SILVA, Carlos Nunes (1994). "Mercado e políticas públicas em Portugal: a questão da habitação na primeira metade do século XX". *Análise Social*, vol. XXIX (3.º), N.º 127, pp. 655-575.
- SILVA, Cristina Emília (2010). "Portugal Pequeno". *RESDOMUS*. Porto: Grupo FCT Atlas da Casa, Centro de Estudos de Arquitectura e Urbanismo. Disponível em : <http://resdomus.blogspot.pt/> [acedido em dezembro de 2014]
- SILVA, Helena Sousa e, & MEIRA, Paula (2015). "Aldeia algarvia de Barbelote está à venda por 790 mil euros". In RTP, 08-02-2015. Disponível em: http://www.rtp.pt/noticias/pais/aldeia-algarvia-de-barbelote-esta-a-venda-por-790-mil-euros_v803224 [acedido em maio de 2016].
- SILVA, José Alves da (1962). *Alguns aspectos da evolução do habitat na região alentejana*. CODA - Concurso para a Obtenção do Diploma de Arquitecto. Porto: Escola Superior de Belas
- SILVA, José Miguel (2010). *O Monumento e o Lugar. Relação entre o espaço público e o monumento na intervenção patrimonial contemporânea*. Dissertação para a obtenção do grau de mestre em Reabilitação da Arquitectura e Núcleos Urbanos. Lisboa: FAUTL.
- SILVA, José Miguel (2011a). "Património, identidade e representação: A transformação do tecido monumental em Portugal no século XX. Os casos de Guimarães e Idanha-a-Velha". In GAZZANEO, Luiz Manoel (org.). *Espaços culturais e turísticos em países lusófonos – arquitectura, património e turismo* (pp. 29-49). Rio de Janeiro: UFRJ / FAU.
- SILVA, Lévi Augusto Hortas da (1968). *Aglomerado rural – Covelo do Gerez*. CODA - Concurso para a Obtenção do Diploma de Arquitecto. Porto: Escola Superior de Belas.
- SILVA, Luís (2009a). *Casas no campo: etnografia do turismo rural em Portugal*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.
- SILVA, Luís (2011b). "Beneath the surface of the heritage enterprise. Governmentality and cultural representation of rural architecture". *Ethnologia Europaea, Journal of European Ethnology*. Vol. 41, N.º 2, pp. 39-53. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10362/17826> [acedido em julho de 2016]
- SILVA, Luís (2014). [Entrevista não gravada].
- SILVA, Luís, & LEAL, João (2015). "Rural tourism and national identity building in contemporary Europe: Evidence from Portugal". *Journal of Rural Studies*. N.º 38, pp. 109-119.
- SILVA, Maura Lina Gonçalves da (2009b). *Aldeias de Xisto. Construção das imagens do turismo. Caso de estudo – Gondramaz*. Dissertação de Mestrado Integrado em Arquitectura. Departamento de Arquitectura da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra.
- SILVA, Susana, & CARVALHO, Paulo (2011). "Programas e sistemas de incentivos europeus com incidência na actividade turística em espaço rural. O exemplo do PRIME (Portugal, 2000-2006)". In FIGUEIREDO, Elisabete, et al. (coord.). *O Rural Plural – Olhar o Presente, Imaginar o Futuro* (pp. 315-328). Castro Verde, 100Luz Editora.
- SILVA, Tiago Castela (téc. resp.) (2006). *Valorização de Estruturas Urbanas de Suporte* [Centro Histórico de Trancoso].
- SIMÃO, Rui [s.d.]. "PROVERE - Rede das Aldeias do Xisto". In *Wokshop "Territórios de baixa densidade: que futuro?"*, Trancoso [documento em formato ppt]
- SIMÕES, José Manuel, BARROSO, Sérgio, & COSTA, Artur (coord. científica) (2004). *Síntese da Avaliação Intercalar do QCA III. Programa Operacional da Região Norte*. Lisboa: DGDR / Comissão de Gestão do QCA III / Observatório do QCA III

- SIMÕES, Rui Marques (2015). "De porta aberta a todos os amigos, a aldeia renasceu" [Em linha]. Disponível em: <http://www.dn.pt/portugal/interior/de-porta-aberta-a-todos-os-amigos-a-aldeia-renasceu-4737348.html?id=4737348> [acedido em agosto de 2015]
- SMITH, D. P., & PHILLIPS, D. A. (2001). "Socio-cultural representations of greentified Pennine rurality". *Journal of Rural Studies*. Vol. 17, N.º 4, pp. 457-469.
- Sobre o projeto* [Aldeias do Xisto] [s.d.]. [Em linha]. Disponível em: <http://fotoxisto.aldeiasdoxisto.pt/sobreoprojecto/9/5/35> [acedido em fevereiro de 2016]
- SOLÀ-MORALES, Ignasi (2001, dezembro). "Património arquitectónico o parque temático". *Revista PH*. Sevilla: Instituto Andaluz del Patrimonio Histórico. N.º 37, pp. 58-61. Disponível em: http://www.iaph.es/Patrimonio_Historico/cd/ficheros/31/ph37-58.pdf (Artigo original publicado em 1998)
- SOUSA, Domingos e (1997, junho). "Programa de valorização do Norte Alentejano". In *Alentejo – Análise Regional*. Boletim da CCDRA. Nº 16, junho 1997, pp. 5-11.
- SOUSA, Vanessa Duarte de (coord.) (2009). *Estudo de Avaliação dos Impactos da Estratégia Regional para as Áreas de Baixa Densidade do Algarve – Relatório Final*. Faro: CCDR Alg e Lisboa: ISCTE, CET – Centro de Estudos Territoriais.
- SPIDOURO - Sociedade de Promoção de Empresas e Investimento do Douro e Trás-os-Montes, S.A. (2001a). *Programa das Aldeias Fronteiriças. Documento 5: Conceito Geral do Programa (Anexos)*. Vila Real: Spidouro.
- SPIDOURO - Sociedade de Promoção de Empresas e Investimento do Douro e Trás-os-Montes, S.A. (2001b). *Programa das Aldeias Fronteiriças. Documento 9: Proposta de 3.ª selecção de aldeias*. Vila Real: Spidouro.
- SPIDOURO - Sociedade de Promoção de Empresas e Investimento do Douro e Trás-os-Montes, S.A. (2002a). *Plano de Dinamização da Aldeia da Campeã: Vila Real: Programa das Aldeias de Quarta Geração: Produtos da Terra e Natureza*. Vila Real: SPIDOURO
- SPIDOURO - Sociedade de Promoção de Empresas e Investimento do Douro e Trás-os-Montes, S.A. (2002b). *Plano de Dinamização da Aldeia de Cabeça Boa: Torre de Moncorvo: Programa das Aldeias de Quarta Geração: A Ruralidade, o Rio e a Gastronomia*. Vila Real: SPIDOURO
- SPIDOURO - Sociedade de Promoção de Empresas e Investimento do Douro e Trás-os-Montes, S.A. (2002c). *Plano de Dinamização da Aldeia de Gostei: Bragança: Programa das Aldeias de Quarta Geração: Pecuária, História e Lazer*. Vila Real: SPIDOURO
- SPIDOURO - Sociedade de Promoção de Empresas e Investimento do Douro e Trás-os-Montes, S.A. (2002d). *Plano de Dinamização da Aldeia de Lagoa: Macedo de Cavaleiros: Programa das Aldeias de Quarta Geração: O Azeite, Genuidade e Tradição*.
- SPIDOURO - Sociedade de Promoção de Empresas e Investimento do Douro e Trás-os-Montes, S.A. (2002e). *Plano de Dinamização da Aldeia de Vilarelho da Raia: Chaves: Programa das Aldeias de Quarta Geração: Os Produtos Hortícolas e a Água*. Vila Real: SPIDOUR, 2002.
- SPIDOURO - Sociedade de Promoção de Empresas e Investimento do Douro e Trás-os-Montes, S.A. (2002f). *Programa das Aldeias de Quarta Geração. Plano de Dinamização da Aldeia de Santa Cruz (Armamar). Fruta com tradição: A Maçã*. Vila Real: Spidouro.
- SPIDOURO - Sociedade de Promoção de Empresas e Investimento do Douro e Trás-os-Montes, S.A. (2002g). *Programa das Aldeias de Quarta Geração. Proposta de Terceira Selecção de Aldeias*. Vila Real: Spidouro.
- SPIDOURO - Sociedade de Promoção de Empresas e Investimento do Douro e Trás-os-Montes, S.A. (2002h). *Programa das Aldeias Fronteiriças. Documento 17: Relatório Síntese do Programa*. Vila Real: Spidouro.
- SPIDOURO - Sociedade de Promoção de Empresas e Investimento do Douro e Trás-os-Montes, S.A. (2002i). *Programa das Aldeias Fronteiriças: Plano de Dinamização da Aldeia de Bemposta*. Vila Real: SPIDOURO.
- STENHOLM, Per (2014). *City Village of To-morrow. Can Cities Become Sustainable?*. Bromma (Suécia): Kulturdoktorn AB.
- STOCKDALE, Aileen (2010). "The diverse geographies of rural gentrification in Scotland". *Journal of Rural Studies*. N.º 26, pp. 31-40.
- TÃO, João Jorge Barbosa (2012). *Análise espacial multicritério para a definição de rotas turísticas nas Aldeias Vinhateiras*. Dissertação de Mestrado em Engenharia Civil, Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro.
- TAROUCÁ. Câmara Municipal (2013). "Constituída oficialmente a WINEVILLAGESWVAD – Associação de Desenvolvimento da Rede de Aldeias Vinhateiras do Douro" [Em linha]. Disponível em: <http://www.cm-tarouca.pt/noticias/314-constituída-oficialmente-a-winevillageswvad-associacao-de-desenvolvimento-da-rede-de-aldeias-vinhateiras-do-douro> [acedido em junho de 2016]
- TAVARES, Maria (2013). "Leituras de um percurso há habitação em Portugal. As Habitações Económicas – Federação das Caixas de Previdência". In AA. VV. *Habitação para o maior número. Portugal: os anos de 1950-1980* (pp. 21-45). Lisboa: IHRU e Câmara Municipal de Lisboa.
- TÁVORA, Fernando (1947). *O Problema da Casa Portuguesa*. Cadernos de Arquitectura, N.º 1. Lisboa: Imprensa Libânio da Silva. (Obra original publicada em 1945).
- TÁVORA, Fernando (1957). "Casa em Ofir". *Arquitectura: revista de arte e construção*. Lisboa: ICAT. N.º 59, p. 11.
- TÁVORA, Fernando, et al. (1969). *Estudo de renovação urbana do Barredo*. Porto: Câmara Municipal, Direcção dos Serviços de Habitação – Repartição de Construção de Casas.
- TECNINVEST, & FBO Consultores (2001). *PROZEA - Plano Regional de Ordenamento do Território da Zona Envolvente da Albufeira do Alqueva. Proposta de Plano*. Agosto 2001. [S.l.]. DRAOT Alentejo.
- TEIXEIRA, Manuel C. (1992). "As estratégias de habitação em Portugal 1880-1940". *Análise Social*, Vol. XXVII, N.º 115, pp. 65-89.
- TELLES, Gonçalo Ribeiro (2003). "A cidade e a paisagem global do século XXI". In CAETANO, Joaquim Oliveira (coord.). *A utopia e os pés na terra: Gonçalo Ribeiro Telles* (pp. 332-340). Lisboa: Instituto Português de Museus.
- TELLES, Gonçalo Ribeiro (2013). "Paisagem global: um conceito para o futuro". In SERRÃO, Adriana Veríssimo (coord.), et al. *Filosofia da paisagem: uma antologia* (2.ª ed. rev., pp. 476-485). Lisboa: Centro de Filosofia da Universidade de Lisboa.
- TELMO, Cotinelli (1948a). "Arquitectura nacional – arquitectura internacional". In 1.º Congresso Nacional de Arquitectura: Relatório da Comissão Executiva, Teses, Conclusões e Votos do Congresso (pp. 61-65). Lisboa: Gráfica Santelmo.

- TELMO, Cotinelli (1948b). "Sessão de encerramento, *Discurso do Presidente da Comissão Executiva*". In 1.º Congresso Nacional de *Arquitectura: Relatório da Comissão Executiva, Teses, Conclusões e Votos do Congresso* (pp. XLIX-LII). Lisboa: Gráfica Santelmo
- THE VENICE CHARTER - International Charter for the Conservation and Restoration of Monuments and Sites (1964). *IIInd International Congress of Architects and Technicians of Historic Monuments*. Venice, 1964. Disponível em: http://www.international.icomos.org/charters/venice_e.pdf [acedido em agosto de 2012]
- THUERINGEN. Thüringer Ministerium für Infrastruktur und Landwirtschaft [s.d.]. *Dorferneuerung und Dorfentwicklung*. [Em linha] Disponível em: <http://www.thueringen.de/> (acedido em 13.04.2016).
- TIROL. Geschäftsstelle für Dorferneuerung (2012). *Richtlinie für Revitalisierungsmaßnahmen in Tiroler Dörfern*. [Em linha] Disponível em: <https://www.tirol.gv.at> (acedido em 13.04.2016)
- TLAXCALA DECLARATION on the Revitalization of Small Settlements (1982). *IIIrd Inter-American Symposium on the Conservation of the Building Heritage "The Revitalization of Small Settlements"*. Tlaxcala, 25-28 October 1982. Disponível em: <http://www.icomos.org/en/charters-and-texts/179-articles-en-francais/ressources/charters-and-standards/385-tlaxcala-declaration-on-the-revitalization-of-small-settlements> [acedido em agosto de 2012]
- TOMÁS, Paulo Manuel de Carvalho (2005). *Património cultural e trajetórias de desenvolvimento em áreas de montanha: o exemplo da serra da Lousã* [CD-Rom]. Tese de Doutoramento em Geografia, Faculdade de Letras, Universidade de Coimbra.
- TORGÓ, Rolando (1961). *Uma habitação rural*. CODA - Concurso para a Obtenção do Diploma de Arquitecto. Porto: Escola Superior de Belas.
- TORMENTA, Paulo (2003). "Fernando Távora: do problema da Casa Portuguesa à Casa de Férias de Ofir". *DC: revista de crítica arquitectónica*. Barcelona: Escola Tècnica Superior d'Arquitectura/Departament de Composició Arquitectònica, N.º 9/10, pp. 61-71. Disponível na Internet: <http://hdl.handle.net/2099/2283>. [Acedido Julho 2007].
- TOSTÕES, Ana (1994). *Arquitectura portuguesa nos anos 50: "Os verdes anos" ou o movimento moderno em Portugal*. Dissertação de Mestrado em História da Arte Contemporânea. Lisboa: Universidade Nova. 2 Vol.
- TOSTÕES, Ana (2005, julho/dezembro). "Um composto e uma mistura: homenagem a Fernando Távora". *Jornal dos Arquitectos*. Lisboa: Ordem dos Arquitectos. N.º 220-221, pp. 48-51.
- TRANCOSO. Câmara Municipal (2005). "Acta da Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Trancoso realizada em 15 de novembro de 2005". [Aprovação do Plano de Aldeia da Cogula, iniciativa levada a cabo no âmbito da AIBT do Cão; responsável: Arqt.º Tiago Castela]
- TRANCOSO. Câmara Municipal / Gabinete Técnico Local (1991). *Plano de Salvaguarda do centro Histórico de Trancoso*.
- TRÁS-OS-MONTES. Associação de Municípios da Terra Fria do Nordeste Transmontano [s.d.]. *Rota da Terra Fria Transmontana. Guia: Viagem à Natureza*. Trás-os-Montes: Associação de Municípios da Terra Fria do Nordeste Transmontano.
- TRIGO, António (1954). *Gafanha – I Parte: escritórios e casa do guarda: projecto*. Lisboa: Junta de Colonização Interna.
- TRIGO, António (1956). *Boalhosa, escola primária: projecto*. Lisboa: JCI.
- TRIGO, António (1959). *Colónia Agrícola da Boalhosa: urbanização: projecto*. Lisboa: JCI
- TRIGUEIROS, Luís (ed.) (1994). *Eduardo Souto Moura*. Lisboa: Editorial Blau.
- TSF (2001). "Programa 'Aldeias de Castelos e património' apresentado em Évora" [Em linha]. Disponível em: http://tsf.sapo.pt/Common/print.aspx?content_id=857344 [acedido em dezembro de 2008]
- TURNER, Victor (1977). *The ritual process: Structure and Anti-Structure*. New York: Cornell University Press. (Obra original publicada em 1969)
- UE - União Europeia (1996). Regulamento (CE) N.º 1488/96 do Conselho, de 23 de julho de 1996, relativo às medidas financeiras e técnicas de apoio (MEDA) à reforma das estruturas económicas e sociais no âmbito da parceria euro-mediterrânica. Disponível em: <http://eur-lex.europa.eu/> [acedido em abril de 2016].
- UE - União Europeia (2004). *O Desenvolvimento Rural na União Europeia*. Luxemburgo: Serviço das Publicações Oficiais das Comunidades Europeias.
- UPTON, Dell (1981). "Ordinary Buildings: A Bibliographical Essay on American Vernacular Architecture". *American Studies International*. Vol. 19, N.º 2, pp. 57-75. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/41278645> [acedido em novembro de 2015]
- URRY, John (2002). *The Tourist Gaze. Leisure and travel in contemporary societies* (2nd Ed.). London: SAGE Publications Ltd. (Obra original publicada em 1990)
- VALVERDE, Isabel (2016). [Entrevista não gravada].
- VALVERDE, Isabel, & SANTOS, Marta (2005, maio/junho). "Metodologias de intervenção e técnicas de reabilitação". *ArchiNews*. Lisboa: Westwing, Lda. N.º 5, pp. 26-29.
- VARELA, José Augusto dos Santos (1995a). "Alguns aspectos do problema agrário" (Conferência proferida no Grémio do Comércio de Guimarães, no dia 4 de Junho de 1960). In *O desenvolvimento agrário e rural: contributos para a sua história no período de 1960 a 1995* (pp. 15-34). Lisboa: M.A.D.R.P. (Artigo original publicado em 1960)
- VARELA, José Augusto dos Santos (1995b). "A valorização rural e o desenvolvimento económico" (Artigo publicado no *Jornal do Comércio*, de 25 de Novembro de 1960). In *O desenvolvimento agrário e rural: contributos para a sua história no período de 1960 a 1995* (pp. 35-38). Lisboa: M.A.D.R.P. (Artigo original publicado em 1960)
- VARELA, José Augusto dos Santos (1995c). "O ordenamento do espaço rural. Alguns conceitos e tendências" (Comunicação apresentada ao Colóquio sobre Desenvolvimento regional – Viseu, 1968, e publicada no Boletim *Planeamento e Integração económica* do Secretariado Técnico da Presidência do Conselho – Abril/Julho, 1969). In *O desenvolvimento agrário e rural: contributos para a sua história no período de 1960 a 1995* (pp. 119-139). Lisboa: M.A.D.R.P. (Artigo original publicado em 1968)
- VARELA, José Augusto dos Santos (1998). *O Espaço Rural no Ordenamento do Território*. Dissertação de Doutoramento em Ciências do Ambiente, especialidade do Ordenamento do Território. Lisboa: Universidade Nova.

- VARIN, François (1993). "L'Architecture Vernaculaire: une définition difficile à cerner". In ICOMOS. *Architecture Vernaculaire* (pp. 3-8). Colômbio: ICOMOS. Disponível na Internet: <http://www.international.icomos.org/publications/vernacular.htm> [acedido em julho de 2007].
- VEIGA, José Francisco Ferragolo da (2005). *Território e Desenvolvimento Local*. Oeiras: Celta.
- VELOSO, António Guilherme Matos [1948]. "Habitação rural e urbanismo". In 1.º Congresso Nacional de Arquitectura: Relatório da Comissão Executiva, Teses, Conclusões e Votos do Congresso (pp. 189-196). Lisboa: Gráfica Santelmo.
- VIARD, Jean (2001). "L'économiste: mobilité, identité et patrimoine". In FRANÇA. Datar (ed. lit.). *Pays d'art et d'histoire et pôles d'économie du patrimoine: la valorisation du patrimoine dans le développement local* (pp. 13-16). Paris: La documentation Française.
- VILLAS-BOAS, Manuel (entrevista) (2011). *Arquitectura Popular em Portugal, 50 anos depois*. Documento em formato áudio. *Encontros com o Património*, TSF, 12 de novembro de 2011. Disponível em: http://www.tsf.pt/Programas/programa.aspx?content_id=918070&audio_id=2117410 [acedido em abril de 2012]
- VINCENT, Carol Hardy & COMAY, Laura B. (2014). *Heritage areas: Background, proposals, and current issues*. CRS Report. Washington D.C. (EUA): Congressional Research Service. Disponível em: <https://www.hsdl.org/?view&did=759370> [acedido em março de 2009]
- VITAL, António Lobão [1948]. "A casa, o homem e a arquitectura". In 1.º Congresso Nacional de Arquitectura: Relatório da Comissão Executiva, Teses, Conclusões e Votos do Congresso (pp. 197-214). Lisboa: Gráfica Santelmo.
- WEBBER, Melvin M. (2004). "La era postciudad". In MARTÍN RAMOS, Ángel, (ed.). *Lo urbano en 20 autores contemporáneos* (pp. 13-24). Barcelona: Edicions UPC. (Obra original publicada em 1968)
- WILLIAMS, Raymond (1990). *O campo e a cidade na história e na literatura*. São Paulo: Editora Schuwarcz. (Obra original publicada em 1973)
- WINNER, Llangdon (2006). "Ascensão e queda de uma cidade tecnológica". Trad.de Diogo Costa. *Análise Social*, vol. XLI, N.º 181, pp. 1095-1103.
- ZACARIAS, Maria Antónia (2011, 20 de novembro). "Aldeia à venda em Marvão já tem um investidor interessado. Visita-guiada à aldeia do Pereiro". *Jornal Público* (secção Local). Disponível em: <http://www.publico.pt/Local/aldeia-a-venda-em-marvao-ja-tem-um-investidor-interessado-1521753> [acedido em outubro de 2013].

Sítios e páginas eletrónicos

<http://aldeiasdoxisto.pt/>
<http://arquivomunicipal.cm-lisboa.pt/pt/>
<http://assembly.coe.int/>
<http://comum.rcaap.pt/>
<http://dited.bn.pt/>
<http://ec.europa.eu/>
<http://economico.sapo.pt/>
<http://esap-porto.academia.edu/>
<http://eur-lex.europa.eu/>
<http://gen.ecovillage.org/>
<http://greensavers.sapo.pt/>
<http://hdl.handle.net/>
<http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/>
<http://insitu.revues.org/>
<http://louralvillage.com/>
<http://oliveirasalazar.org/>
<http://piadourso.com.sapo.pt/>
<http://poles-excellence-rurale.datar.gouv.fr/>
<http://portal.unesco.org/>
<http://portugal.ecovillage.org/>
<http://provere.aldeiashistoricasdeportugal.com>
<http://repositorio.ul.pt/>
<http://resdomus.blogspot.pt/>
<http://sper.pt/>
<http://terramadaecoaldea.blogspot.pt/>
<http://villagesoftradition.fr/>
<http://www.adril.pt/>
<http://www.aldeiadacuada.com/>
<http://www.aldeiamatapequena.com/>
<http://www.aldeiadapedralva.com/>
<http://www.aldeiashistoricasdeportugal.com/>

<http://www.aldeiasportugal.pt/>
<http://www.aldeiasvinhateiras.pt/>
<http://www.aps.pt/>
<http://www.brandadaaveira.com/>
<http://www.cafeportugal.pt/>
<http://www.ccdr-alg.pt/>
<http://www.ccdrc.pt/>
<http://www.ccdr-n.pt/>
<http://www.ceaa.pt/>
<http://www.ces.uc.pt/>
<http://www.coe.int/>
<http://www.decroissance.org/>
<http://www.dgeec.mec.pt/>
<http://www.dorfplanerin.de/>
<http://www.espigueiro.pt>
<http://www.euromedheritage.net/>
<http://www.genuineland.com/>
<http://www.historisches-lexikon-bayerns.de/>
<http://www.hmulv.hessen.de/>
<http://www.icomos.org/>
<http://www.idyllicholidayproperties.com/>
[http://www.infopedia.pt/\\$quadro-comunitario-de-apoio](http://www.infopedia.pt/$quadro-comunitario-de-apoio)
<http://www.international.icomos.org/>
<http://www.jstor.org/>
<http://www.landentwicklung.org/>
<http://www.lebendigemitte.de/>
<http://www.les-plus-beaux-villages-de-france.org/>
<http://www.matrizpci.dgpc.pt/>
<http://www.meda-corpus.net/>
<http://www.ml.niedersachsen.de/>
<http://www.monumentos.pt>
<http://www.observatoire-des-territoires.gouv.fr/>
<http://www.outilzamenagement.certu.developpement-durable.gouv.fr/>
<http://www.parcs-naturels-regionaux.fr/>
<http://www.parlamento.pt/>
<http://www.petitescitesdecaractere.com/>
<http://www.piaceleradieux.com/>
<http://www.portugaldospequenitos.pt>
<http://www.povoadao.com/>
<http://www.qca.pt/>
<http://www.regionalplanung.com/>
<http://www.rehabimed.net/>
<http://www.repository.utl.pt/>
<http://www.saogregorio.com/>
<http://www.slowmovement.com/>
<http://www.slowmovementportugal.com/>
<http://www.thuringen.de/>
<http://www.tsf.pt/>
<http://www.villagesoftradition.it/>
<http://www.villapedra.com/pt/>
<http://www.vpah.culture.fr/>
<https://dre.pt/>
<https://estudogeral.sib.uc.pt/>
<https://gulbenkian.pt/biblioteca-arte/>
<https://infoeuropa.euroid.pt/>
<https://repositorio.utad.pt/>

<https://repositorio-aberto.up.pt/>
<https://repositorio-tematico.up.pt/>
<https://repositorium.sdum.uminho.pt/>
<https://run.unl.pt/>
<https://upcommons.upc.edu/>
<https://wcd.coe.int/>
<https://www.nps.gov/>
<https://www.researchgate.net/>
<https://www.tamera.org/>
<https://www.tirol.gv.at/>
<https://www.verkuendung-bayern.de/>
<https://www.youtube.com/>
www.academia.edu/
www.piaceleradieux.com

